

MINISTÉRIO DO TURISMO

SECRETARIA EXECUTIVA

UPC SE/MTur

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2016**

Brasília-DF, março de 2017

MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA EXECUTIVA
UPC SE/MTur

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como tomada de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, das Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e nº 156/2016, da Portaria TCU nº 59/2017, além das diretrizes emanadas pelo TCU por meio do sistema e-Contas.

Brasília-DF, março de 2017

Siglas e abreviações

ABAV	Associação Brasileira de Agência de Viagens
ABEOC	Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
Abrasel	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACOPLANO	Associação de Catadores de Papéis do Plano Piloto,
ACTs	Atividades Características do Turismo
ADS	Status de Destino Aprovado
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
AERI	Assessoria Especial de Relações Internacionais
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANSEEDITUR	Associação Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais do Turismo
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
ASPAR	Assessoria Parlamentar
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BITO	Associação Brasileira de Turismo Receptivo Internacional
CAAD	Coordenação de Assuntos Administrativos
Cadastur	Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas do setor do turismo
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
Caixa/CEF	Caixa Econômica Federal
CAPC	Coordenação de Análise de Prestação de Contas
CDOC	Coordenação de Documentação
CEAC	Coordenação de Execução e Acompanhamento de Convênios
CEOF	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
CGCV	Coordenação-Geral de Convênios
CGEP	Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas
CGIG	Coordenação-Geral de Informações Gerenciais
CGM	Coordenação da Agenda do Ministro
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGPMA	Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas de Turismo
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CID	Código Internacional de Doenças

CMAP	Coordenação de Administração de Material e Patrimônio
CNT	Conselho Nacional de Turismo
CNT	Conselho Nacional de Turismo
COAP	Coordenação de Administração de Pessoas
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão Pessoas
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CONJUR	Consultoria Jurídica
COREG	Corregedoria
CPOF	Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira
CSG	Coordenação de Serviços Gerais
CTCE	Comissão de Tomada de Contas Especial
D.O.U	Diário Oficial da União
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DEMAC	Departamento de Promoção e <i>Marketing</i> Nacional
DEPES	Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas
DF	Distrito Federal
DICM	Divisão de Inteligência de Mercado
DIETU	Departamento de Infraestrutura Turística
DILAP	Divisão de Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas
DIORF	Divisão de Execução Orçamentária e Financeira
DIPOF	Divisão de Programação Orçamentária e Financeira
DIPTI	Divisão de Gerenciamento de Projetos e Contratos de Tecnologia da Informação
DIRAD	Diretoria de Administração
DN	Decisão Normativa
DPF	Departamento de Polícia Federal
DPGE	Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGV/EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas
FND	Fundo Nacional de Desestatização
FORNATUR	Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo
Fungetur	Fundo Geral de Turismo
GDACE	Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos
GDPGPE	Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GEOLIMPIADAS	Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016
GESPÚBLICA	Programa nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GM	Gabinete do Ministro
GSE	Gabinete do Secretário Executivo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
ICCA	<i>International Congress and Convention Association</i>

IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IN	Instrução Normativa
Infraero	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOA	Lei Orçamentária Anual
MA	Maranhão
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério da Fazenda
MG	Minas Gerais
MJ	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Mato Grosso do Sul
MTur	Ministério do Turismo
MTur Doc	Sistema de Gestão de Documentos
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
OMT	Organização Mundial do Turismo
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PA	Pará
PACET	Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PEA	Plataforma de Engajamento e Aprendizagem
PGTur	Plataforma de Gestão do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNT	Plano Nacional do Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PRODETUR	Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PSH	Pesquisa de Serviços de Hospedagem
RAIS	Relação Anual de Informações
RECICLABRASÍLIA	Associação dos Catadores de Recicláveis do Distrito Federal
RECICLE A VIDA	Resíduos Sólidos Associação Recicle a Vida
RECICLO	Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis
RJ	Rio de Janeiro
RP	Restos a pagar
SBClass	Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem
SC	Santa Catarina
SE	Secretaria Executiva
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM/PR	Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República

SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIC	Sistema de Informações de Custos
SICONV	Sistema de Gerenciamento de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SITUR	Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo
SNETur	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo
SNPDTur	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
SNPTur	Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo
SNRHos	Sistema Nacional de Registro de Hóspedes
SOMAD	Sistema de Organização e Modernização Administrativa
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TC	Termo de Contrato
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TOUH	Taxa de Ocupação de Unidade Hoteleira
TSI	Turismo Sustentável e Infância
UF	Unidade da Federação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNWTO	<i>United Nations World Tourism Organization</i>
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Contas

Lista de Quadros, figuras e Gráficos

Quadro 3.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada Apresentadora de Contas	15
Quadro 3.1.2 A – Identificação da UJ Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo.....	17
Quadro 3.1.2 B – Identificação da UJ Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo.....	18
Quadro 3.2.4 – Alterações de cargos e funções no âmbito da AECEI/GM/MTur.....	29
Quadro 3.3 Organograma do Ministério do Turismo, de acordo com o Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015	30
Quadro 3.3.1 – Organograma da UJ SNPTur/ MTur	31
Quadro 3.3.2 – Organograma da UJ SNETur/ MTur	32
Quadro 3.3.3 – Organograma da UJ SE/MTur.....	33
Quadro 3.3.4 – Organograma da UJ GM/MTur	34
Quadro 3.3.5 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	35
Quadro 3.4: Cadeia de valor do Ministério do Turismo (Nível 1)	49
Quadro 3.4.1: Cadeia de valor de Nível 2 - Macroprocesso Governança e Planejamento de dados	50
Quadro 3.4.2: Cadeia de valor de Nível 2 - Macroprocesso Infraestrutura Turística	52
Quadro 3.4.3: Cadeia de valor de Nível 2 - Macroprocesso Infraestrutura Turística	55
Quadro 3.4.4: Cadeia de valor de Nível 2 - Macroprocesso Eventos	57
Quadro 3.4.5: Cadeia de valor de Nível 2 - Macroprocesso Regulação e Fiscalização	59
Quadro 3.4.6: Cadeia de valor de Nível 2 - Macroprocesso Financiamento e Promoção de Investimentos	61
Quadro 3.4.7: Cadeia de valor de Nível 2 - Macroprocesso Qualificação Profissional	65
Quadro 3.4.8: Cadeia de valor de Nível 2 - Macroprocesso Turismo Responsável	68
Quadro 3.5.1: Macroprocesso de Apoio: Gestão de Pessoas	70
Quadro 3.5.2: Macroprocesso de Apoio: Tecnologia da Informação.....	70
Quadro 3.5.3: Macroprocesso de Apoio: Recursos Logísticos	71
Quadro 3.5.4: Macroprocesso de Apoio: Convênios.....	71
Quadro 3.5.5: Macroprocesso de Apoio: Jurídico.....	71
Quadro 3.5.6: Macroprocesso de Apoio: Controle Interno	72
Quadro 3.5.7: Macroprocesso de Apoio: Comunicação.....	72
Quadro 3.5.8: Macroprocesso de Apoio: Orçamento e Finanças, Contabilidade.....	73
Quadro 3.5.9: Macroprocesso de Apoio: Cooperação Internacional.....	73
Quadro 3.5.10: Macroprocesso de Apoio: Assessoria Parlamentar	74
Quadro 3.5.11: Macroprocesso de Apoio: Ouvidoria	74
Quadro 3.5.12: Macroprocesso Gerencial: Estudos e Pesquisas	75
Quadro 3.5.13: Macroprocesso Gerencial: Monitoramento e Avaliação	75
Quadro 3.5.14: Macroprocesso Gerencial: Planejamento Estratégico	76
Quadro 4.2: Processos Disciplinares em Apuração no Exercício de 2016 (em nº de processos)	79
Quadro 4.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	80
Quadro 5.1 A : Demandas e-ouv/MTur 2016.....	84
Quadro 5.1 B : Acompanhamento de acesso ao portal de atração de investimentos.....	85
Quadro 5.1.1 A: quantidade de pedidos registrados por mês	86
Quadro 5.1.1 B: Quadro geral dos recursos	86
Quadro 5.1.1 C: Quadro geral dos recursos em 2015.....	87
Quadro 5.1.1 D: Quadro geral dos recursos em 2016	87
Quadro 5.3: Grau de satisfação da resposta fornecida	89
Figura 6.1 : Mapa Estratégico do Ministério do Turismo	92
Quadro 6.1.1 A: Contribuição direta do Turismo no PIB	93
Quadro 6.1.1 B: Metas do Plano nacional de Turismo 2013-2016	94
Quadro 6.1.1 C: Vinculação entre Planos e Objetivos do MTur	95
Figura 6.1.3 A: Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	96
Quadro 6.1.3 B: vinculaçãentre a razão de existir do órgão e os planos vigentes	97
Quadro 6.1.5.2 A: Quantidade de demandas enviadas ao MTur por órgãos de controle e defesa, durante o exercício de 2016.....	106

Quadro 6.1.5.2 B: – Quantidade de transferências voluntárias que acarretaram denúncias relacionadas às suas execuções, durante o exercício de 2016.	107
Quadro 6.1.5.2 C: Consultas efetuadas pelo MTur ao TCU em 2016.....	108
Quadro 6.1.5.3 A - Produtos do Escritório de Processos em 2016.....	109
Quadro 6.1.5.3 B -Sistemas de apoio a gestão do Ministério do Turismo Desenvolvidos em 2016	111
Quadro 6.1.5.4.1 : Aquisições e Contratações de Serviços Formalizados	113
Quadro 6.1.5.4.3.2 A: Desempenho da unidade de Protocolo do MTur	116
Quadro 6.1.5.4.3.2 B: Ações da Unidade de Protocolo por meio do SEI.....	116
Quadro 6.1.5.4.4. A: Organograma da CEOF	117
Quadro 6.1.5.4.4. B: interação da CEOF com as demais Unidades Gestoras do MTur	117
6.1.5.4.4.2 :Limites previstos para execução de despesas com diárias e passagens para 2016	119
Quadro 6.1.5.5.1 A – Período Jan/2016 a Dez/2016, conforme Plano de Ação MTur.	121
Quadro 6.1.5.5.1 B – Comparativo de produção de análise de prestação de contas na CGCV.....	121
Quadro 6.1.5.5.1 C – Prestação de Contas Conclusivas no exercício de 2016.....	121
Quadro 6.1.5.5.1 D – Comparativo do quantitativo de Servidores de análise de prestação de contas	121
Quadro 6.1.5.5.3 A – Período Out/2015 a Set/2016, conforme Portaria GM/MTur nº 169/2015, D.O.U de 02/10/2015, alterada pela Portaria gm/mtur nº 121/2016, d.o.u de 15/04/2016.	122
Quadro 6.1.5.5.3 B– Prestação de Contas Conclusivas no período de outubro de 2015 a setembro de 2016	122
Quadro 6.1.5.5.3 C– Conclusões.....	123
Quadro 6.1.5.5.3 D– Demonstrativo dos quantitativo de tomada de contas especial no exercício de 2016.....	123
Quadro 6.1.5.5.3 E – Demonstrativo dos quantitativos de parcelamentos concedidos	124
Quadro 6.1.5.5.3 F– Demonstrativo da arrecadação financeira, relativa aos parcelamentos concedidos	124
Quadro 6.1.5.5.3 G– Registros SICONV/SIAFI	125
Quadro 6.1.5.5.3 H – Quantitativos de empenhos emitidos em 2016	125
Quadro 6.1.5.5.3 I – Valores empenhados em 2016	126
Quadro 6.1.5.5.3 J – Valores Repassados em 2016.....	126
Quadro 6.1.5.5.3 K – Análises financeiras realizadas nos três últimos exercícios.....	127
Quadro 6.1.5.6 A: composição da Força de Trabalho do MTur e a sua evolução desde 2003 até 2016	127
Quadro 6.1.5.6 B: composição da força de trabalho do mtur composição da força de trabalho por gênero	128
Quadro 6.1.5.6 C: distribuição do pessoal do MTur por Unidade Administrativa	128
Quadro 6.1.5.6 D: composição da força de trabalho e a sua distribuição por unidade administrativa	129
Quadro 6.1.5.6 E: distribuição dos servidores do mtur conforme escolaridade e tipologia de cargos	129
Quadro 6.1.5.6 F: controle das operações funcionais de cadastro e pagamento da folha 2016.....	130
Quadro 6.1.5.6 G: Histórico do quantitativo de vagas decorrentes de concursos públicos para provimentos de cargos efetivos.....	131
Quadro 6.1.5.6 H: Controle das Publicações de atos no Diário Oficial da União em 2016	132
Quadro 6.1.5.6 I: controle de férias mensal usufruto em 2016	133
Quadro 6.1.5.6.J: Controle de frequência dos servidores.....	133
Quadro 6.1.5.6 L: Boletim de Pessoal e Serviço – publicação em 2016.....	134
Quadro 6.1.5.6.1 A: atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício de 2016.....	134
Quadro 6.1.5.6.5: Programas e sistemas operacionalizados pelos servidores da COGEP	135
Quadro 6.1.5.6.6 A Crédito Orçamentário para Despesas com Pessoal em 2016	136
Quadro 6.1.5.6.6 B: valores dos gastos mensais com a folha de pagamento dos servidores do MTur, de janeiro a dezembro de 2016.....	137
Quadro 6.1.5.6.7 : valores pagos a título de auxílio moradia, de janeiro a dezembro de 2016	137
Quadro 6.1.5.6.8 A : valores pagos a título de ressarcimento de salário, de janeiro a dezembro de 2016	138
Quadro 6.1.5.6.8 B - Ajuda de Custo Indenização de Transporte em 2016	139
Quadro 6.1.5.6.9 Demonstrativo de valores gastos com Benefícios dos Servidores do MTur de janeiro a dezembro de 2016.....	140
Quadro 6.1.5.6.9.A - Demonstrativo de valores GEAP e Indenizações per capita.	141
Quadro 6.1.5.6.10 - Eventos Qualidade de Vida 2016.....	142
Quadro 6.1.5.12. A: Ocorrências de Afastamentos em 2016 (*).....	146
Gráfico 6.1.5.12.1.2 A – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ano 2015).....	149
Gráfico 6.1.5.12.1.2 B – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ano 2015).....	150
Gráfico 6.1.5.12.1.2 C – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID (ano 2015).....	151
Gráfico 6.1.5.12.1.2 D - Número de Dias de Afastamentos por Grupo de CID (ano2016)	152
Gráfico 6.1.5.12.1.2 F – Quantidade de Servidores por Grupo de CID (ano 2016)	154

Quadro 6.1.5.10: Evolução dos desembolsos das instituições financeiras federais no período de 2003 a 2016 (em R\$ milhões).....	164
Quadro 6.1.5.10 A: Programas disponibilizados.....	165
Quadro 6.1.5.10 B: Projetos Apoiados por UF	165
Quadro 6.1.5.10 C: Projetos Apoiados pelo prodetur	167
Quadro 6.1.5.10 D: Obras do PAC.....	167
Quadro 6.2.1 A – Relatório de Gestão TCU-Programas Temáticos - Programa - 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo Exercício 2016.....	169
Quadro 6.2.1 B – Relatório de Gestão TCU-Programas Temáticos - Programa - 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo Exercício 2016.....	170
Quadro 6.2.1 C – Indicadores do programa 2076 –Desenvolvimento e promoção do turismo.....	171
Quadro 6.2.1 D - Relatório de Gestão TCU-Objetivos - Exercício 2016.....	173
Quadro 6.2.1.1.1 – Resultados da Regionalização da Meta	180
Quadro 6.2.1.1.2 – Resultados da Regionalização da Meta	181
Quadro 6.2.1.2.1 – Resultados da Regionalização da Meta	184
Quadro 6.2.1.2.2 – Resultados da Regionalização da Meta	185
Quadro 6.2.2.1.1: Ações Secretaria Executiva.....	187
Quadro 6.2.2.1.2 A - Ação 20Y3 relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	188
Quadro 6.2.2.1.2 B - Ação 20Y4 relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	192
Quadro 6.2.2.1.2 C - Ação 4590 - relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	194
Quadro 6.2.2.1.3 A - Ação 14TJ - relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	196
Quadro 6.2.2.1.3 B - Ação 20Y4 - relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	198
Quadro 6.2.2.1.3 C - Ação 2C01 - relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	199
Quadro 6.2.2.1.3 D - Ação 10V0 - relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	201
Quadro 6.2.2.2.1 A: Ação 2968 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNPTur).....	202
Quadro 6.2.2.2.1 B: Ação 4038 -Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNPTur).....	203
Quadro 6.2.2.2.1 C: Restos a Pagar - Lista de empenhos cancelados em junho de 2016.....	203
Quadro 6.2.2.2.1 D: Ação 4048 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNPTur).....	204
Quadro 6.2.2.2.1 E: Ação 4092 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNPTur).....	204
Quadro 6.2.2.2.1 F: Ação 4120 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNPTur).....	205
Quadro 6.2.2.3.1 G: Ação 4620 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNPTur).....	205
Quadro 6.2.2.2.2 A: Ação 10W8 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	206
Quadro 6.2.2.2.2 B: Ação 10WU - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	206
Quadro 6.2.2.2.2 C: Ação 10X0 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	207
Quadro 6.2.2.2.2 D: Ação 2301 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	207
Quadro 6.2.2.2.2 E: Ação 2B39 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	208
Quadro 6.2.2.2.2 F: Ação 4030 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	208
Quadro 6.2.2.2.2 G: Ação 4052 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	208
Quadro 6.2.2.2.2 H: Ação 4198 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	209
Quadro 6.2.2.2.2 I: Ação 5112 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	209
Quadro 6.2.2.2.2 J: Ação 5701 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	210
Quadro 6.2.2.2.2 K: Ação 14KP - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	210
Quadro 6.2.2.2.2 L: Ação 7H66 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	211
Quadro 6.2.2.2.2 M: Ação 0173 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	211
Quadro 6.2.2.2.2 N: Ação 0316 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	212
Quadro 6.2.2.2.2 O: Ação 0564 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (SNETur).....	212
Quadro 6.2.5 1: Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – SE.....	214
Quadro 6.2.5 2: Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – SNPTur	214
Quadro 6.3.1 A: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	218

Quadro 6.3.1 B: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio	218
Quadro 6.3.1 C: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão.....	219
Quadro 6.3.1 D: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	219
Quadro 6.3.1.1 : Valores de inadimplência efetiva, exercícios de 2015 e 2016.....	220
Quadro 6.3.2.1 A: Termos de execução descentralizada celebrados pela SE nos últimos três exercícios	221
Quadro 6.3.2.1 B: Termos de execução descentralizada com execução no ano de 2016.....	222
Quadro 6.3.2.2 A - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	225
Quadro 6.3.2.2 B - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ.....	226
Quadro 6.3.2.1.2.1 A – Repasses DPF	227
Quadro 6.3.2.1.2.1 B- Repasses IBGE.....	228
Quadro 6.3.2.1.2.1 C- Repasses IPEA	228
Quadro 6.3.2.3 A: Termos de execução descentralizada celebrados pela COGEP no exercício de 2016	229
Quadro 6.3.2.3 B: Termos de execução descentralizada celebrados pela COGEP no exercício de 2016	229
Quadro 6.3.2.3 C: Termos de execução descentralizada celebrados pela COGEP no exercício de 2016	230
Quadro 6.3.2.4 A– Acordos de Cooperação Técnica Celebrados pela SNPTur nos últimos três exercícios	230
Quadro 6.3.2.4 B– Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados pela SNPTur nos últimos três exercícios	231
Quadro 6.3.2.4.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pelo Depes nos três últimos exercícios.....	240
Quadro 6.3.2.5 A – Resumo dos instrumentos celebrados pela SNETur nos três últimos exercícios	241
Quadro 6.3.2.5 B – Convênios celebrados pela CGPLA nos últimos três exercícios	241
Quadro 6.3.2.5 C – Termo de Execução Descentralizada celebrados pela CGINV nos últimos três exercícios..	242
Quadro 6.3.2.5 D – Termo de Execução Descentralizada celebrados pela CGMT nos últimos três exercícios ..	242
Quadro 6.3.2.5 E – Termo de Execução Descentralizada celebrados pelo DIETU nos últimos três exercícios ..	242
Quadro 6.3.3 A – Quantidade de Servidores Designados para Realizar a Prestação de Contas da Análise da Execução Física do Objeto de Convênios - CGCV.....	250
Quadro 6.3.3 B – Quantidade de Servidores Designados para Realizar a Prestação de Contas da Análise da Execução Física do Objeto de Convênios - SNPTur.....	250
Quadro 6.3.3 C – Quantidade de Servidores Designados para Realizar a Prestação de Contas da Análise da Execução Física do Objeto de Convênios - SNETur.....	252
Quadro 6.3.4 – Desembolsos turismo responsável.....	255
Quadro 6.3.5 A: Despesas Correntes – SE.....	256
Quadro 6.3.5 B: Despesas Correntes – SNETur	256
Quadro 6.3.5 C: Despesas Correntes – SNPTur.....	258
Quadro 6.3.5. D: Despesas por modalidade de contratação –SE.....	258
Quadro 6.3.5. E: Despesas por modalidade de contratação –SNETur	259
Quadro 6.3.5. F: Despesas por modalidade de contratação –SNPTur.....	260
Quadro 6.3.5. F: Despesas por modalidade de contratação – Total MTur	261
Quadro 6.4 A: Focos o objetivos do Plano de Ação 2016.....	265
Quadro 6.4 B: Grau de satisfação pré-definido no Sistema de Monitoramento	265
Gráfico 6.4.1: Participação em capacitação realizada	266
Gráfico 6.4.2: Plano elaborado.....	266
Gráfico 6.4.3: Número de convênios pendentes de análise financeira de prestação de contas	267
Gráfico 6.4.4: Sistema atualizado	267
Gráfico 6.4.5: Sistema desenvolvido.....	268
Gráfico 6.4.6: Portaria Publicada	268
Gráfico 6.4.7: Matéria elaborada.....	269
Gráfico 6.4.8: Documento elaborado	269
Gráfico 6.4.9: Número de seguidores nas redes sociais	270
Gráfico 6.4.10: Informativo elaborado.....	270
Gráfico 6.4.11: Plano de Dados Abertos publicado	271
Gráfico 6.4.12: Percentual de unidades administrativas utilizando o SEI.....	272
Gráfico 6.4.13: Processos mapeados e/ou revisados	272
Gráfico 6.4.14: Plano publicado.....	273
Gráfico 6.4.15: Percentual de organização dos documentos arquivados.....	274
Gráfico 6.4.16: Estudo realizado.....	274
Gráfico 6.4.17: Mapa atualizado	275

Gráfico 6.4.18: Proposta aprovada	276
Gráfico 6.4.19: Obra concluída	276
Gráfico 6.4.20: Plano elaborado.....	277
Gráfico 6.4.21: Certificado das ações de sociedade empresária depositado	277
Gráfico 6.4.22: Evento realizado.....	278
Gráfico 6.4.23: Relatório bimensal elaborado.....	278
Gráfico 6.4.24: Escopo elaborado	279
Gráfico 6.4.25: Relatório desenvolvido	280
Gráfico 6.4.26: Profissional qualificado.....	280
Gráfico 6.4.27: Proposta elaborada	281
Gráfico 6.4.28: <i>Press trip</i> realizado	282
Gráfico 6.4.29: Oficina de definição do conceito de produto turístico relacionado aos festejos juninos realizada	282
Gráfico 6.4.30: Calendário de festejos juninos divulgado	283
Gráfico 6.4.31: Matéria sobre festejos juninos divulgada	283
Gráfico 6.4.32: Campanha promocional realizada	284
Gráfico 6.4.33: Evento realizado.....	284
Gráfico 6.4.34: Evento participado	285
Gráfico 6.4.35: Ação de treinamento com agentes de turismo estrangeiros realizada	285
Gráfico 6.4.36: Participação realizada	286
Gráfico 6.4.37: Jornalista participante	286
Gráfico 6.4.38: Matéria publicada.....	287
Gráfico 6.5.41: País abrangido.....	287
Gráfico 6.4.40: Ação realizada.....	288
Gráfico 6.4.41: Material publicitário distribuído	288
Gráfico 6.4.42: Instrumento de cooperação formalizado	289
Gráfico 6.4.43: Missão internacional realizada.....	289
Gráfico 6.4.44: Missão internacional realizada.....	290
Quadro 7.6 – Despesas com Publicidade e Propaganda.....	308
Quadro 8.1 Situação Dos Bens Patrimoniais E Despesa De Depreciação De 2016	310
Quadro 9.1.1 A: Força de trabalho da UPC	314
Quadro 9.1.1 B: Distribuição da lotação efetiva	315
Quadro 9.1.1 C: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	316
Quadro 9.1.2: Demonstrativo das despesas com pessoal	319
Quadro 9.1.4 A: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	321
Quadro 9.1.4 B: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	322
Quadro 9.1.4.1 A: Quantitativo autorizado de estagiários por lotação.....	323
Quadro 9.1.4.1 B: Bolsa auxílio de estágio – valores pagos em 2016	323
Quadro 9.1.3.1 C: Bolsa auxílio de estágio – valores pagos em exercícios anteriores.....	323
Quadro 9.2.1: Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do MTur	324
Quadro 9.2.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	326
Quadro 9.2.3.2: Despesas com Manutenção do Imóvel	327
Quadro 9.2.5: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros	327
Quadro 9.3 A: Principais Sistemas de Informações do Ministério do Turismo	333
Quadro 9.3 B: Plano de capacitação previsto no PDTI MTur 2015-2016.....	336
Quadro 9.3 C: Cursos realizados em 2016, por área de capacitação	338
Quadro 9.3 D: Força de trabalho de TI	339
Quadro 9.3 E: Força de trabalho terceirizada de TI	340
Quadro 9.3 F: Projetos de TI desenvolvidos no exercício de 2016	343
Quadro 9.5 A: Plano de ação 2016 e as atividades específicas do Fungetur	352
Quadro 9.5 B: Dotações orçamentárias do Fungetur (2013-2017).....	352
Quadro 9.5 C: Demonstrativo da receita total (2013-2017).....	353
Quadro 9.5 D: Participações acionárias do Fungetur – Controle Público	355
Quadro 9.5 E: Participações acionárias do Fungetur – Controle Privado	356
Quadro 9.5 G: Demonstrativo dos valores liberados pelo Fungetur – EMP.PÚBLICAS	358
Quadro 9.5 H: Demonstrativo dos valores liberados pelo Fungetur – EMP.PRIVADAS	358
Quadro Anexo V A – Balanço Financeiro	399
Quadro Anexo V B – Balanço Orçamentário.....	400

Quadro Anexo V C – Balanço Patrimonial	401
Quadro Anexo V D – Demonstrações do Fluxo de Caixa	402
Quadro Anexo V E – Demonstração das mutações do patrimônio líquido – Todos os orçamentos	403
Quadro Anexo V F – Demonstração das variações patrimoniais – Todos os orçamentos	404
Quadro 11.1.1: Assunto: Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos – 02 processos concluídos	421
Quadro 11.1.2: Assunto: Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos – 01 processo concluído	421
Quadro 11.1.3: Assunto: Acumulação indevida de cargos – 01 processo concluído	421
Quadro 11.1.4: Assunto: Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos – 11 processos	422
Quadro 11.1.5: Assunto: Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos – 11 processos	422
Quadro 11.1.6: Assunto: Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos – 01 processo	422
Quadro 11.1.7: Assunto: Assédio moral - 01 processo.	423
Quadro 11.1.8: Assunto: Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos – 02 processos	423
Quadro 11.1.9: Assunto: Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada – 01 processo.	423
Quadro 11.1.10: distribuição dos processos disciplinares em andamento em 31 de dezembro de 2016.....	423
Quadro 11.1.11 - Resumo – PADS instaurados/concluídos em 2016	423
Quadro 11.1.11 - resumo geral da condução dos processos administrativos disciplinares no exercício de 2016	424
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	428
Quadro 11.2.5.1: conformidade contábil de UG	432
Quadro 11.2.5.2: conformidade contábil de órgão	432
Quadro 11.2.5.3: conformidade contábil de órgão superior	433
Quadro 11.2.5.4: conformidade contábil Balanço Geral da União - STN.....	433
Quadro 11.2.6.1 – Declaração do Contador COM Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações contábeis no SIAFI.....	436
Quadro 11.2.6.2 – Declaração do Contador SEM Ressalvas Sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis no SIAFI.....	438
Quadro 11.2.6.3 - Declaração do Contador COM Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis no SIAFI.....	439

Sumário

2 APRESENTAÇÃO	13
3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	15
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	15
3.1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada Apresentadora de Contas	15
3.1.2 Identificação das Unidades Jurisdicionadas Vinculadas.....	17
3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	19
3.2.1 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur).....	19
3.2.2 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur)	20
3.2.3 Secretaria Executiva (SE).....	21
3.2.4 Gabinete do Ministro (GM)	24
3.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	29
3.3.1 Organograma Funcional da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur)	31
3.3.2 Organograma Funcional da Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo	32
3.3.3 Organograma Funcional da Secretaria-Executiva.....	33
3.3.4 Organograma Funcional do Gabinete do Ministro	34
3.3.5 Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas e Unidades Jurisdicionadas Vinculadas	35
3.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	49
3.4.1 Macroprocesso Finalístico: Governança e Planejamento dos Destinos	50
3.4.2 Macroprocesso Finalístico: Infraestrutura turística	52
3.4.3 Macroprocesso Finalístico: Marketing	55
3.4.4 Macroprocesso Finalístico: Eventos	57
3.4.5 Macroprocesso Finalístico: Regulação e Fiscalização	59
3.4.6 Macroprocesso Finalístico: Financiamento e Promoção de Investimentos	61
3.4.7 Macroprocesso Finalístico: Qualificação Profissional	65
3.4.8 Macroprocesso Finalístico: Turismo Responsável	68
3.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	70
3.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	76
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	77
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	77
4.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	79
4.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	80
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	84
5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	84
5.1.1 e-SIC	86
5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	87
5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	88
5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	89
5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	89
6 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	91
6.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	91
6.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	93
6.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	95
6.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	95
6.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos.....	104
6.1.5 Informações sobre outros Resultados da Gestão.....	104
6.1.5.1 Assessoria de Relações Internacionais.....	104
6.1.5.2 Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)	105
6.1.5.3 Diretoria de Planejamento e Gestão estratégica	109
6.1.5.4 Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)	112
6.1.5.5 Coordenação Geral de Convênios (CGCV)	120
6.1.5.6 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.....	127
6.1.5.7 Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo (CGMT)	155
6.1.5.8 Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas.....	156

6.1.5.9 Coordenação-Geral de Atração de Investimentos (CGINV).....	162
6.1.5.10 Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito e ao Fungetur (CGACF).....	164
6.1.5.10 Departamento de Infraestrutura Turística - DIETU.....	165
6.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	168
6.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do órgão e resultados alcançados	168
6.2.1.1.1 Meta: Aumentar de 58,1 para 70,0 a nota da dimensão Políticas Públicas no Índice de Competitividade do Turismo Nacional.....	179
6.2.1.1.2 Meta: Qualificar 24.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo	180
6.2.1.1.3 Meta: Concluir 2.300 obras de infraestrutura turística.....	181
6.2.1.2 Objetivo 1112- promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior.....	182
6.2.1.2.1 Meta: Aumentar de 48,4 para 53 a nota de dimensão Marketing e Promoção do Destino no índice de Competitividade do Turismo Nacional	183
6.2.1.2.2 Meta: Aumentar de 36,2 para 38,1 a nota da dimensão Monitoramento no Índice de Competitividade do Turismo Nacional.....	184
6.2.1.2.3 Meta: Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros no país de 6,2 milhões para 7,5 milhões.....	185
6.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	187
6.2.2.1 Ações relacionadas ao programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	187
6.2.2.1.1 Secretaria Executiva.....	187
6.2.2.1.2 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo.....	188
6.2.2.1.3 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo.....	196
6.2.2.2 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	202
6.2.2.2.1 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo.....	202
6.2.2.2.2 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo.....	206
6.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	212
6.2.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	213
6.2.5 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	213
6.2.5.1 Secretaria Executiva.....	213
6.2.5.2 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção de Turismo.....	214
6.2.5.3 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo.....	217
6.3 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	218
6.3.1 Convênios.....	218
6.3.1.1 Análise Crítica	219
6.3.2 Outros Instrumentos Congêneres.....	221
6.3.2.1 Secretaria Executiva (SE).....	221
6.3.2.1.1 Análise Crítica	225
6.3.2.2 Diretoria de Estudos e Pesquisas (DEPES)	225
A) Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores	226
B) Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas	226
6.3.2.2.1 Análise Crítica	226
6.3.2.3 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)	229
6.3.2.4 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur).....	230
6.3.2.4.1 Análise Crítica	233
6.3.2.5 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur).....	241
6.3.2.5.1 Análise Crítica	242
6.3.3 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	250
6.3.4 Informações sobre a descentralização de recursos para o atendimento das ações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.....	253
6.3.5 Informações sobre a execução das despesas	256
6.3.5.1 Análise crítica da realização da despesa.....	262
6.3.5.1.1 Contratos celebrados em 2016	262
6.3.6 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	264
6.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	264
6.4.1 Executar o programa de Desenvolvimento de Competências	265
6.4.2 Elaborar plano de qualidade de vida dos servidores.....	266
6.4.3 Eliminar o passivo de prestações de contas pendentes de análise financeira.....	267
6.4.4 Atualizar o sistema de avaliação da GDPGPE	267
6.4.5 Desenvolver ferramenta de monitoramento integrado de gestão.....	268
6.4.6 Elaborar o Planejamento Estratégico 2016/2019 do Ministério do Turismo	268
6.4.7 Elaborar Press Release de ações e resultados relevantes	269
6.4.8 Produzir conteúdos especiais (briefings, pontos de fala e artigos)	269

6.4.9	Utilizar a mídia digital para divulgação de informações relevantes do setor	270
6.4.10	Produzir informativo diário interno (newsletter).....	270
6.4.11	Promover a abertura dos dados do MTur (Plano de Dados Abertos)	271
6.4.12	Implementar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).....	271
6.4.13	Realizar o mapeamento e/ou revisão de macroprocessos	272
6.4.14	Elaboração do Plano de Gestão de Riscos do MTur	273
6.4.15	Reorganizar o arquivo central do MTur (Projeto Arquivo 100%)	273
6.4.16	Realizar o estudo de demanda turística internacional receptiva para o Brasil	274
6.4.17	Concluir a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro 2016	275
6.4.18	Melhorar a infraestrutura nas regiões turísticas.....	275
6.4.19	Melhorar a infraestrutura nas regiões turísticas.....	276
6.4.20	Elaborar Planos de Desenvolvimento do Turismo	276
6.4.21	Depositar certificado das ações de sociedade empresária no Fundo Nacional de Desestatização – FND... 277	277
6.4.22	Realizar e/ou promover eventos de atração de investimentos no setor de turismo	278
6.4.23	Monitorar a execução dos instrumentos de convênios celebrados no âmbito do Prodetur Nacional.....	278
6.4.24	Elaborar proposta de reestruturação do sistema operacional Cadastur.....	279
6.4.25	Avaliar a viabilidade da implementação da fiscalização de prestadores de serviços turísticos por meio da elaboração de um relatório conclusivo acerca da possibilidade de parceria com órgãos de natureza fiscalizatória no âmbito do transporte turístico.....	279
6.4.26	Qualificação de Profissionais visando a melhoria da prestação de serviços no setor de turismo	280
6.4.27	Elaborar e aprovar proposta de reformulação das matrizes de classificação dos meios de hospedagem ..	281
6.4.28	Realizar press trips em destinos pré-selecionados durante a passagem da Tocha Olímpica Rio 2016	281
6.4.29	Implementar estratégia para divulgação dos festejos juninos.....	282
6.4.30	Implementar estratégia para divulgação dos festejos juninos.....	282
6.4.31	Implementar estratégia para divulgação dos festejos juninos.....	283
6.4.32	Promoção, marketing e apoio à comercialização voltada para o incentivo a viagem no mercado doméstico	284
6.4.33	Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico	284
6.4.34	Participação em eventos institucionais do setor turístico	285
6.4.35	Realizar ações de treinamento com agentes de turismo estrangeiros.....	285
6.4.36	Participação em feiras internacionais de turismo	286
6.4.37	Realização de press trips.....	286
6.4.38	Influenciar a publicação de matérias jornalísticas positivas por meio do programa de Relações Públicas. 287	287
6.4.39	Realizar campanhas publicitárias em países prioritários	287
6.4.40	Realização de ações de sensibilização sobre o Turismo Responsável	288
6.4.41	Distribuição de material publicitário sobre a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo	288
6.4.42	Fortalecer e ampliar a cooperação internacional.....	289
6.4.43	Fortalecer e ampliar a cooperação internacional.....	289
6.4.44	Realizar encontros com os entes federados a fim de fortalecer a Rede de Regionalização	290
6.5	INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	290
6.7	RENÚNCIA DE RECEITAS	295
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃO DE CONTROLE.....	296
7.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	296
7.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	303
7.2.1	Tratamento das recomendações expedidas pela CGU, durante o exercício de 2016, no que tange à gestão e 2015 das unidades do MTur.....	304
7.3	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	306
7.4	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	306
7.5	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	307
7.6	INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	307
8.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	309
8.1	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	309

8.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	312
8.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	313
9. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	314
9.1 GESTÃO DE PESSOAS	314
9.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	314
9.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal	319
9.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	320
9.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	321
9.1.4.1 Contratação de Estagiários	322
9.1.4 Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	324
9.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	324
9.2.1 Gestão de Frota de Veículos	324
9.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	325
9.2.3 Gestão do Patrimônio imobiliário da União	325
9.2.3.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	326
9.2.3.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	326
9.2.3.3 Análise Crítica	327
9.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas	327
9.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros	327
9.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	328
9.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	349
9.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	349
9.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	349
10. ANEXOS E APÊNDICES	360
ANEXO I - CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016	360
ANEXO II – INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO	376
ANEXO III – CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2016	382
ANEXO IV – CONTRATOS PRORROGADOS/VIGENTES 2016	393
ANEXO V - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64	399
Nota explicativa das Demonstrações Contábeis	405
ANEXO VI – INFORMAÇÕES OU RELATÓRIOS CONTÁBEIS, FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DEMONSTRANDO A ORIGEM DOS INGRESSOS DOS RECURSOS, SUA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO E OS SALDOS ACUMULADOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNGETUR	406
11. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES	421
11.1 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	421
11.2 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	425
11.2.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes na Administração Pública Federal	425
11.2.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	426
11.2.3 Declaração de Cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e renda	427
11.2.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	430
11.2.5 Declaração sobre conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	431
11.2.6 Declaração do Contador sobre fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)	436
11.2.6.1 Secretaria Executiva	436
11.2.6.2 Secretaria Nacional de Políticas de Turismo	438
11.2.6.3 Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo	439

2 APRESENTAÇÃO

No exercício de 2016, o Ministério do Turismo focou suas ações na realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, na melhoria do ambiente de negócios, na promoção dos ajustes favoráveis ao desenvolvimento do setor e no fortalecimento do turismo na agenda econômica do governo, além da manutenção de investimentos em infraestrutura, promoção e qualificação profissional.

Entre as ações desenvolvidas, destaca-se a Casa Brasil – espaço de promoção do país no *Boulevard Olímpico* do município do Rio de Janeiro - que recebeu mais de meio milhão de visitantes durante os Jogos Rio 2016, transformando-se em um cartão postal que apresentou, de forma singular, a diversidade natural, cultural e econômica do País, fortalecendo a imagem nacional e promovendo o Brasil como destino turístico e de negócios.

Visando aumentar a competitividade do turismo brasileiro, os Ministérios do Turismo, da Justiça e das Relações Exteriores, defenderam a dispensa do visto de turismo durante o período olímpico para cidadãos dos Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália. Neste período, 163.104 turistas tiveram origem das quatro nacionalidades beneficiadas, sendo que 74,06% utilizaram-se da facilitação para entrada no país.

Aproveitando a visibilidade gerada pela Paralimpíada e com vistas à promoção da inclusão e da acessibilidade, foi lançado o guia de bolso “Dicas para Atender Bem Pessoas com Deficiência”, cujo objetivo é apoiar a preparação dos estabelecimentos turísticos para receber bem as pessoas com deficiência. Distribuído em todas as Unidades Federadas e disponibilizado no portal da Pasta, o material destaca a acessibilidade como um direito universal.

Observa-se que o tema Turismo Responsável recebeu atenção especial do Governo Federal no exercício de 2016. Nesse contexto, ocorreu o lançamento do Guia Turismo e Sustentabilidade, disponibilizado eletronicamente, que é voltado à disseminação de boas práticas em turismo responsável para prestadores de serviços turísticos. Ainda nesta temática, a parceria firmada com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) possibilitou o desenvolvimento de ações relacionadas à produção e o consumo sustentável no setor, direcionadas aos turistas e aos prestadores de serviços turísticos.

Cabe mencionar, ainda, o papel de liderança exercido pela Pasta nas negociações com a Receita Federal e o Ministério da Fazenda (MF) para reduzir de 25% para 6% a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), sobre remessas ao exterior para pagamentos de gastos com viagens. Essa medida foi formalizada por meio da Lei nº 13.315/2016.

Em que pese o cenário político desafiador e um agudo contingenciamento orçamentário, o Ministério do Turismo envidou esforços na articulação de soluções que contribuíram para o desenvolvimento do turismo nacional.

O presente relatório foi elaborado de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo em vista as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº

72/2013, das Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e nº 156/2016, bem como da Portaria TCU nº 59/2017.

Foram utilizadas as orientações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU) disponibilizadas por meio do Sistema E-Contas, até o dia 24 de fevereiro de 2017, tendo em vista a necessidade de requisitar informações para as unidades do Ministério do Turismo e consolidá-las a tempo de atender à estrutura normativa emanada pelo Tribunal.

No relatório, descrevem-se as metas estabelecidas; as ações realizadas; os resultados alcançados; bem como os meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais, ao longo do exercício de 2016.

São apresentadas, ainda, informações acerca das ações, iniciativas e dos indicadores do plano de ação, das recomendações emanadas pelos órgãos de controle no decorrer do exercício e as medidas adotadas, sendo assinalados os avanços obtidos e os obstáculos que dificultaram a consecução de algumas ações.

A UPC Secretaria Executiva (SE) do Ministério do Turismo apresenta, conforme a DN-TCU Nº 154, de 19 de outubro de 2016, as informações sobre a gestão do exercício de 2016, considerando os dados sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério do Turismo, quais sejam: Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva, Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo e Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo.

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Conforme a Decisão Normativa – TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, a Secretaria Executiva do Ministério do Turismo (SE/MTur), deve apresentar as informações sobre a gestão do exercício de 2016, considerando as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério do Turismo.

3.1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada Apresentadora de Contas

QUADRO 3.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA APRESENTADORA DE CONTAS

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 72084
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria Executiva			
Denominação Abreviada: SE/MTur			
Código SIORG: 72567	Código LOA: 54101	Código SIAFI: 540003	
Natureza Jurídica: órgão público		CNPJ: 05.457.283/0001-19	
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2023-7111	(61) 2023-7112	(61) 2023-7123
Endereço Eletrônico: secretaria.executiva@turismo.gov.br			
Página na Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 2º andar, sala 204, CEP 70065-900, Brasília, DF.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
CGOF	05.457.283/0001-19	540001	73546
GM	05.457.283/0001-19	540002	72568
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Medida Provisória nº 103, de 1/1/2003, publicada no D.O.U da mesma data, convertida na Lei nº 10.683, de 28/05/2003, publicada no D.O.U de 29/05/2003; e alterações da Lei nº 11.958, de 26/06/2009, publicada no D.O.U de 29/06/2009;			
Decreto nº 5.203, de 03/09/2004, publicado no D.O.U de 06/09/2004;			
Decreto nº 6.546, de 25/08/2008, publicado no D.O.U de 26/08/2008;			
Decreto nº 8.102, de 06/09/2013, publicado no D.O.U de 09/09/2013;			
Decreto nº 8.627, de 30/12/2015, publicado no D.O.U de 31/12/2015;			
Decreto nº 8.836, de 15/08/2016, publicado no D.O.U de 16/08/2016.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria MTur nº 179, de 26 de abril de 2012;			
Portaria GM/MTur nº 284, de 28 de agosto de 2012;			
Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013;			
Portaria GM/MTur nº 274, de 8 de outubro de 2013;			
Portaria GM/MTur nº 37, de 12 de fevereiro de 2014;			
Portaria GM/MTur nº 191 de 27 de agosto de 2014;			
Portaria GM/MTur nº 223, de 23 de setembro de 2014;			
Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015;			
Portaria GM/MTur nº 198, de 20 de novembro de 2015;			
Portaria GM/MTur nº 211, de 23 de dezembro de 2015;			

Portaria GM/MTur nº 86, de 05 de fevereiro de 2016; Portaria SE/MTur nº 06, de 19 de janeiro de 2017.	
Manuais e publicações relacionados às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Informativo Mensal da Execução Orçamentária e Financeira do Ministério do Turismo; Relatório Mensal consolidado do Plano de Ação 2016.	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
540001	Coordenação – Geral de Orçamento e Finanças (CGOF)
540002	Gabinete do Ministro (GM)
540003	Secretaria-Executiva (SE)
540004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)
540005	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo – Contratos
540006	Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo – Contratos
540007	CEF/Ministério do Turismo
540009	Setorial de Contabilidade - MTur
540010	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
540011	Diretoria de Administração (DIRAD)
540012	Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo – Convênios
540014	Prodetur Nacional - MTur
540015	Projeto BID 2229
540016	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo – Convênios
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
540001	00001
540002	00001
540003	00001
540004	00001
540005	00001
540006	00001
540007	00001
540009	00001
540010	00001
540011	00001
540012	00001
540014	00001
540015	00001
540016	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Código SIAFI	Nome
54101	Ministério do Turismo

3.1.2 Identificação das Unidades Jurisdicionadas Vinculadas

QUADRO 3.1.2 A – IDENTIFICAÇÃO DA UJ SECRETARIA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 72084
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo			
Denominação Abreviada: SNPTur			
Código SIORG: 73565	Código LOA: 54101		Código SIAFI: 540006
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 05.457.283/0007-04
Principal Atividade: Regulação das Atividades Econômicas			Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(061) 2023-7702	(061) 2023-7703	(061) 2023-7704
Endereço Eletrônico: snptur@turismo.gov.br			
Página na Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: Ministério do Turismo/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º Andar, Gabinete – CEP: 70.065-900 – Brasília/DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.683, de 28/05/2003, publicada no D.O.U de 29/05/2003;			
Lei nº 11.958, de 26/06/2009, publicada no D.O.U de 29/06/2009;			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 8.102, de 06/09/2013, publicado no D.O.U de 09/09/2013;			
Decreto nº 7.994, de 24/04/2013, publicado no D.O.U de 25/04/2013;			
Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015;			
Decreto nº 8.627, de 30/12/2015, publicado no D.O.U de 29/05/2015;			
Portaria nº 84 de 07/10/2015, publicada no D.O.U de 09/10/2015.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Nacional do Turismo 2013-2016;			
Programa de Regionalização;			
Mapa do Turismo Brasileiro 2013;			
Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores;			
Guia “Viaje Legal”;			
Passaporte Verde.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada*			
Código SIAFI	Nome		
540004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - (até 08/10/2015)		
540012	Coordenação-Geral de Convênios (até 08/10/2015)		
540006	Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo – Contratos (a partir de 09/10/2015)		
540012	Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo – Convênios (a partir de 09/10/2015)		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Recursos do Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
540004		00001	
540006		00001	
540012		00001	

QUADRO 3.1.2 B – IDENTIFICAÇÃO DA UJ SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 072084
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo			
Denominação Abreviada: SNETur			
Código SIORG: 072084		Código LOA: 54101	Código SIAFI: 540005
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 05.457.283/0006-23	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2023-7887	(061) 2023-7895	
Endereço Eletrônico: snetur@turismo.gov.br			
Página na Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, bloco “U”, 3º andar, sala 358, CEP 70.065-900, Brasília DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000; LDO – Lei nº 11.768, de 14/08/2008; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29/05/2008; Lei nº 10.683, de 28/05/2003, publicada no D.O.U de 29/05/2003; Portaria GM/MTur nº 109-B, de 11 de outubro de 2005, publicada no D.O.U de 24/10/2005; Decreto nº 6.222/07, de 04/10/2007; Decreto nº 6.546/08, de 26/08/2008; Decreto nº 8.102, de 06/09/2013, publicado no D.O.U de 09/09/2013; Portaria GM/MTur nº 64, de 29 de abril de 2015.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Contrato Administrativo nº 19/2011, de 25 de outubro de 2011; Contrato publicado no D.O.U de 27 de outubro de 2011, 1º Termo Aditivo nº 1/2012, publicado no D.O.U de 23 de março de 2012; Contrato Administrativo nº 14/2013; Contrato Administrativo nº 28/2016; Portaria MTur nº 208, de 11 de setembro de 2014; Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Portaria Nº 84, de 7 de outubro de 2015; Portaria GM/MTur nº 182, de 28 de julho de 2016.			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada*			
Código SIAFI	Nome		
540004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - (até 08/10/2015)		
540005	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo – Contratos (a partir de 09/10/2015)		
540007	CEF/Ministério do Turismo/MTur		
540012	Coordenação-Geral de Convênios (até 08/10/2015)		
540014	Prodetur Nacional - MTur		
540015	Projeto BID 2229		
540016	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo – Convênios (a partir de 09/10/2015)		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
540004		00001	
540005		00001	
540007		00001	
540012		00001	

540014	00001
540015	0001
540016	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
54101	Ministério do Turismo

*Conforme Portaria nº 84, de 07 de outubro de 2015, publicada no DOU de 09/10/2015, (nº 194, Seção 1, pág. 82), que subdelega competência para prática de atos administrativos, no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências. Este instrumento, delega competência aos Secretários Nacionais a praticarem atos administrativos necessários a execução dos programas, projetos, ações, iniciativas e atividades no âmbito de suas respectivas Secretarias, especialmente:

I - celebrar contratos, convênios, termos de execução descentralizada, instrumentos congêneres e seus respectivos termos aditivos;

II - ordenar despesas dos recursos disponibilizados à respectiva unidade gestora; e

III - decidir sobre a aprovação das prestações de contas dos recursos vinculados à respectiva unidade gestora, com fundamento em pareceres técnicos e financeiros conclusivos, devidamente aprovados pelos titulares das respectivas unidades.

3.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Ministério do Turismo (MTur) tem o objetivo de desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social.

Desse modo, competem ao MTur assuntos relacionados a política nacional de desenvolvimento do turismo; a promoção e divulgação do turismo nacional no Brasil e no exterior; o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; o planejamento; a coordenação; a supervisão e a avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo; a gestão do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das Atividades, Empreendimentos e Equipamentos de Prestadores de Serviços Turísticos.

No exercício de 2016 a composição da estrutura organizacional do MTur foi alterada e passou a abranger a Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur) e a Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur), além da Secretaria Executiva (SE) e do Gabinete do Ministro (GM).

Cabe ressaltar que, em 30 de dezembro de 2015, foi publicado o Decreto nº 8.627, que alterou a estrutura do Ministério do Turismo. Contudo, a nova estrutura regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas passaram a vigorar apenas a partir do dia 14 de janeiro de 2016, conforme artigo 8º do referido decreto. O Decreto nº 8.627 foi alterado pelo Decreto nº 8.836, de 15 de agosto de 2016.

3.2.1 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur)

A Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur) é um órgão específico singular, hierarquicamente subordinado ao Ministro de Estado do Turismo. Atua no apoio à formalização e à qualificação de profissionais e de prestadores de serviços turísticos.

Desenvolve ações voltadas ao incentivo ao turismo responsável e, também, na promoção e apoio à comercialização dos destinos e produtos turísticos brasileiros, em âmbito nacional.

A Secretaria é ainda responsável, em articulação com o Gabinete do Ministro, pela promoção e *marketing* do turismo interno, por meio do apoio à realização de eventos que fomentem a atividade turística pelo país, bem como por meio da criação de campanhas para ampliação das viagens domésticas, e para incentivar o brasileiro a incluir o turismo em sua cesta de consumo.

Além disso desenvolve ações relacionadas ao Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no que se coaduna às competências do Ministério do Turismo.

As atividades/competências da SNPTur estão formalmente definidas pelo Artigo 76, do Anexo da Portaria nº 86, de 05 de fevereiro de 2016, e estão listadas abaixo:

Art. 76. À Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur) compete:

I - promover e apoiar o cadastro, a classificação e a fiscalização de prestadores de serviços turísticos;

II - promover e apoiar a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo e a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho;

III - orientar, acompanhar e supervisionar a execução de ações, projetos, programas e planos de qualificação dos serviços turísticos;

IV - apoiar a certificação das atividades, dos empreendimentos, dos equipamentos e dos prestadores de serviços turísticos;

V - apoiar e monitorar o planejamento de programas e projetos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que contribuam para o fortalecimento e para o desenvolvimento do turismo responsável e sustentável;

VI - coordenar, monitorar e avaliar a execução das atividades de marketing e de incentivo ao turismo no mercado interno, compreendendo a identificação e a divulgação dos destinos e produtos turísticos brasileiros no mercado nacional;

VII - participar e apoiar eventos geradores de fluxo turístico, intrínsecos e temáticos do turismo; e

VIII - promover as condições de competitividade dos produtos e dos destinos turísticos brasileiros.

3.2.2 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur)

A Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur) é um órgão específico singular, hierarquicamente subordinado ao Ministro de Estado do Turismo. Sua atuação é orientada a fortalecer o modelo de gestão descentralizada do turismo e o Sistema Nacional do Turismo. Entre as suas atribuições estão: subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento territorial e ao fortalecimento do turismo nacional necessários à consecução da Política Nacional de Turismo; formular e acompanhar os programas de desenvolvimento regional de turismo e promover apoio técnico, institucional e financeiro para o fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nesses programas.

As atividades/competências da SNETur estão formalmente definidas pelo Artigo 53, do Anexo da Portaria nº 86, de 05 de fevereiro de 2016 e estão listadas abaixo:

Art. 53. À Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur) compete:

I - fortalecer o modelo de gestão descentralizada do turismo e o Sistema Nacional do Turismo;

II - subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento territorial e ao fortalecimento do turismo nacional necessários à consecução da Política Nacional de Turismo;

III - formular e acompanhar os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promover apoio técnico, institucional e financeiro para o fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nesses programas;

IV - planejar e monitorar a execução de planos, projetos e ações para o estímulo e a captação de investimentos privados nacionais e internacionais, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Turismo;

V - promover a cooperação e a articulação dos instrumentos da administração pública para financiamento, apoio e promoção da atividade turística;

VI - gerir o Fundo Geral de Turismo (Fungetur);

VII - orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos e dos programas regionais de desenvolvimento do turismo, de infraestrutura turística, de financiamento, de fomento e de captação de investimento nacional e estrangeiro para o setor de turismo;

VIII - promover a cooperação e a articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, do setor produtivo e do terceiro setor em projetos que possam contribuir para o fortalecimento e o desenvolvimento do turismo nacional; e

IX - propor alternativas e avaliar medidas, em articulação com demais órgãos e entidades relacionados, para o aprimoramento do ambiente jurídico-institucional para estruturação e ordenamento do turismo nas regiões turísticas e áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo.

3.2.3 Secretaria Executiva (SE)

A Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva do Ministério do Turismo – UJ SE/MTur é um órgão de apoio que presta auxílio, por meio de atividades de administração e planejamento, ao ministro e às secretarias nacionais do turismo. Assim sendo, compete à UJ SE/MTur apoiar o Ministro de Estado do Turismo na definição de diretrizes, bem como na implementação de políticas e ações da área de competência do Ministro. Cabe ainda à esta UJ promover a articulação intergovernamental, com o objetivo de identificar os mecanismos de articulação específicos das políticas públicas do turismo.

As competências da Secretaria Executiva estão dispostas Artigo 19, do Anexo da Portaria nº 86, de 05 de fevereiro de 2016, conforme disposto adiante:

Art. 19. À Secretaria Executiva (SE) compete:

I - assistir o Ministro de Estado do Turismo na supervisão e na coordenação das atividades das Secretarias que integram a estrutura do Ministério do Turismo e da entidade vinculada;

II - supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de organização e inovação institucional, de pessoal civil e de serviços gerais, no âmbito do Ministério do Turismo;

III - auxiliar o Ministro de Estado do Turismo na definição das diretrizes e na implementação das políticas e das ações da área de competência do Ministério do Turismo; e

IV - coordenar, no âmbito do Ministério do Turismo, as atividades relacionadas à Corregedoria.

A seguir apresenta-se a composição de unidades da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo:

b) Secretaria Executiva (SE);

b.1. Gabinete do Secretário Executivo (GSE);

b.1.1. Coordenação de Assuntos Administrativos (CAAD);

b.2. Corregedoria (COREG);

b.3. Diretoria de Administração (DIRAD);

b.3.1. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL);

b.3.1.1. Coordenação de Administração de Material e Patrimônio (CMAP);

b.3.1.2. Coordenação de Serviços Gerais (CSG);

b.3.1.3. Coordenação de Documentação (CDOC);

b.3.1.4. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF);

b.3.1.4.1. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (DIORF);

b.3.2. Coordenação-Geral de Convênios (CGCV);

b.3.2.1. Coordenação de Execução e Acompanhamento de Convênios (CEAC);

b.3.2.2. Coordenação de Análise de Prestação de Contas (CAPC);

b.3.3. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI);

b.3.3.1. Divisão de Gerenciamento de Projetos e Contratos de Tecnologia da Informação (DIPTI);

b.4. Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE);

b.4.1. Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas de Turismo (CGPMA);

b.4.2. Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF);

b.4.2.1. Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (CPOF);

b.4.2.1.1. Divisão de Programação Orçamentária e Financeira (DIPOF);

b.4.3. Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP);

b.4.3.1. Coordenação de Administração de Pessoas (COAP);

b.4.3.1.1. Divisão de Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas (DILAP);

b.5. Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas (DEPES);

b.5.1. Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas (CGEP);

b.5.2. Coordenação-Geral de Informações Gerenciais (CGIG); e

b.5.2.1. Divisão de Inteligência de Mercado (DICM).

A Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE) é a unidade da Secretaria Executiva responsável pela função de órgão setorial dos Sistemas de Governo Federal, nos termos do Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015. Atua por meio das seguintes unidades organizacionais: Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas de Turismo (CGPMA), Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF) e Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP).

À DPGE compete:

planejar, coordenar, monitorar e supervisionar, no âmbito do Ministério do Turismo, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento,

de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional e de pessoal civil;

- promover e coordenar a elaboração e a consolidação de planos e de programas das atividades de sua competência e submetê-los à decisão superior;
- elaborar a programação orçamentária e financeira do Ministério do Turismo e da entidade vinculada e monitorar as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil;
- coordenar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Turismo, do plano plurianual, do Plano Nacional de Turismo e do planejamento estratégico institucional;
- conceber as diretrizes para a formulação de estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados destinados à formulação e avaliação da Política Nacional de Turismo;
- acompanhar a gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo nas ações dos conselhos e fóruns regionais, estaduais, distrital e municipais;
- promover a capacitação e o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais aos servidores do Ministério do Turismo; e
- conduzir o processo de avaliação de desempenho para evolução funcional dos servidores nos cargos e carreiras do Ministério do Turismo.

A CGOF é responsável por coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à elaboração, análise e encaminhamento das propostas orçamentárias anuais, bem como das reformulações que se fizerem necessárias no decorrer do exercício. Além disso, realiza o acompanhamento e o controle da execução orçamentária e financeira das unidades orçamentárias. Também promove, acompanha e monitora a execução orçamentária e financeira das ações orçamentárias no âmbito do Ministério.

A COGEP é responsável por planejar, coordenar, controlar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas às políticas de administração e desenvolvimento de pessoal e de saúde do servidor, seguindo as diretrizes oriundas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil (Sipec).

A Diretoria de Administração (DIRAD) é a área que promove a logística operacional do Ministério do Turismo. Atua por meio das seguintes unidades organizacionais: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL); Coordenação-Geral de Convênios (CGCV) e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).

À DIRAD compete:

- planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério do Turismo, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de administração dos recursos de informação e de informática e de serviços gerais, de material, de patrimônio, de documentação e de arquivo;
- promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais citados acima e informar e orientar os órgãos do Ministério do Turismo e a entidade vinculada quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- analisar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas do Ministério do Turismo, parciais ou finais, quanto aos seus aspectos financeiros, e propor medidas de sua competência quando não forem aprovadas, após esgotadas as providências cabíveis; e

- realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e de responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resultem em danos ao erário.

A CGRL é responsável por planejar, coordenar, acompanhar, orientar, avaliar e executar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas às políticas de organização institucional, sistemas administrativos, administração de material, patrimônio, obras, transportes, comunicações administrativas e documentação seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) e do Sistema de Organização e Modernização Administrativa (SOMAD).

A CGCV é responsável por planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à execução e à análise financeira de prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária, exceto contratos de repasse; propor a aprovação de prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária analisados, nos aspectos financeiros; articular com os órgãos da Administração Pública Federal responsáveis pela orientação normativa à gestão de instrumentos de transferência voluntária, com vistas ao aprimoramento da sua atuação.

Já a CGTI tem por competência planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação (TI), envolvendo as áreas de planejamento, de contratações, de processos, de gerenciamento de projetos, de segurança da informação e comunicação, de desenvolvimento de sistemas e de sustentação de produtos e serviços de TI, dentre outras.

3.2.4 Gabinete do Ministro (GM)

O Gabinete do Ministro (GM) tem como finalidade assistir ao Ministro em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de expedientes; acompanhar o andamento dos projetos de interesse ou iniciativa do MTur, em tramitação no Congresso Nacional, e assessorar o Ministro no atendimento às consultas e requerimentos formulados por parlamentares e órgãos de controle; exercer as atividades de comunicação social relativas às realizações do MTur; coordenar, no âmbito do MTur, as atividades relacionadas à ouvidoria; coordenar e desenvolver atividades, no âmbito internacional, que auxiliem a atuação institucional do MTur, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da Administração Pública.

O GM/MTur é composto pela Coordenação da Agenda do Ministro, Coordenação Técnica e Administrativa, Cerimonial, Ouvidoria, Assessoria Parlamentar, Assessoria Especial de Relações Internacionais, Assessoria de Comunicação Social. Além disso, o assessoramento ao Ministro conta com a participação da Consultoria Jurídica, que é um órgão de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado e setorial da Advocacia-Geral da União e da Assessoria Especial de Controle Interno, que tem por objetivo assistir ao Ministro nos assuntos relacionados aos órgãos de controle.

O Art. 3º, do Anexo, do Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, apresenta as competências do Gabinete do Ministro, que são:

Art. 3o Ao Gabinete compete:

I - assistir o Ministro de Estado do Turismo em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional e acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério do Turismo;

III - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério do Turismo;

IV - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério do Turismo;

V - assistir o Ministro de Estado do Turismo em seus deslocamentos no território nacional e no exterior;

VI - coordenar, no âmbito do Ministério do Turismo, as atividades de ouvidoria; e

VII - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado do Turismo.

O Art. 10, do Anexo da Portaria nº 86, de 05 de fevereiro de 2016, trata das competências da Agenda do Ministro, que são:

Art. 10 À Coordenação da Agenda do Ministro (CGM) compete:

I - receber, registrar, analisar e responder as solicitações de audiências, reuniões e eventos com o Ministro de Estado;

II - organizar os convites e propostas de eventos apresentadas por órgãos ou entidades da sociedade civil e articular a participação do Ministro de Estado em conjunto com o Cerimonial;

III - elaborar e manter atualizada a agenda diária do Ministro;

IV - distribuir e divulgar a agenda diária do Ministro, de acordo com as orientações de sua Chefia de Gabinete; e

V - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pela Chefia de Gabinete do Ministro, afetas à agenda do Ministro.

O Art. 15, do Anexo da Portaria nº 86, de 05 de fevereiro de 2016, trata das competências da Assessoria de Comunicação Social, que são:

Art. 15. À Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) compete:

I - planejar, orientar e coordenar a execução das atividades de comunicação social do Ministério, observadas as diretrizes do órgão responsável pela Comunicação Social da Presidência da República;

II - assistir o Ministro de Estado e as unidades administrativas do Ministério nos assuntos de comunicação social;

III - atender solicitações de veículos de comunicação;

IV - elaborar matérias de interesse do Ministério e do setor de turismo e distribuí-las para os veículos de comunicação;

V - subsidiar a definição de estratégias de divulgação das ações e serviços do Ministério;

VI - coordenar a execução das ações de comunicação institucional e legal do Ministério, bem como a editoração e a publicação técnica e institucional;

VII - promover e acompanhar, junto à mídia, a formação de opinião pública relativa ao Ministério;

VIII - receber, avaliar e dar andamento à demanda de serviços de edição das publicações técnicas e institucionais do Ministério;

IX - pesquisar, selecionar e analisar matérias e notícias divulgadas na mídia relativas ao Ministério, ou de seu interesse;

X - organizar e manter arquivo de assuntos de interesse do Ministério captados na imprensa;

XI - contribuir para a gestão das ações e metas do Ministério do Turismo, por meio da comunicação social;

XII - criar ou apoiar campanhas internas, em parceria com outras unidades do Ministério, voltadas para a participação e a interação dos servidores e colaboradores;

XIII - elaborar informativos internos para divulgação de matérias de interesse do Ministério, do setor turístico e dos servidores e colaboradores;

XIV - fazer cobertura de eventos internos; e

XV - criar conteúdo e atualizar a intranet e o sítio eletrônico do Ministério.

O Art. 17, do Anexo da Portaria nº 86, de 05 de fevereiro de 2016, trata das competências da Assessoria Parlamentar, que são:

Art. 17. À Assessoria Parlamentar (ASPAR) compete:

I - planejar e coordenar, de acordo com os interesses do Ministério, as atividades relacionadas à ação parlamentar, ao processo legislativo e à conjuntura política no Congresso Nacional;

II - assessorar o Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério sobre o processo legislativo e seus relacionamentos com os membros do Congresso Nacional;

III - acompanhar e assistir as autoridades do Ministério em audiências, reuniões e eventos que envolvam a participação de parlamentares, governadores e prefeitos;

IV - supervisionar, orientar, monitorar e intermediar as solicitações de audiência de parlamentares com o Ministro e as autoridades do Ministério, quando necessário;

V - supervisionar, orientar e monitorar as atividades relacionadas às emendas parlamentares de bancada, individuais, de comissão e de relatoria de interesse orçamentário do Ministério;

VI - acompanhar e analisar a tramitação das matérias legislativas, as atividades dos parlamentares e outros assuntos de interesse do Ministério;

VII - realizar estudos e análises sobre ações parlamentares relacionadas aos assuntos de interesse do Ministério e, quando necessário, fornecer subsídios para a elaboração de respostas a esses pronunciamentos;

VIII - acompanhar e manter atualizados os pronunciamentos parlamentares sobre assuntos da área de competência do Ministério;

IX - solicitar às áreas técnicas do Ministério parecer sobre projetos de lei de interesse do Ministério em tramitação no Poder Legislativo;

X - articular-se com a Coordenação-Geral de Legislação para Estruturação do Turismo e com as outras áreas técnicas do Ministério para elaboração de pareceres sobre projetos de lei de interesse do Ministério em tramitação no Poder Legislativo;

XI - acompanhar a tramitação e adotar ações para atender as solicitações sobre matérias legislativas, com ênfase nos requerimentos de informação e nas matérias em fase de sanção presidencial, respeitando os prazos legais;

XII - preparar, consultando as áreas técnicas, o posicionamento conclusivo do Ministério sobre matérias de seu interesse em fase de sanção presidencial, indicando as razões de veto ou de apoio;

XIII - desenvolver e manter atualizado arquivo sobre o perfil dos parlamentares;

XIV - elaborar relatórios analíticos e sistematizados sobre o andamento de projetos de lei, pleitos e pronunciamentos dos parlamentares;

XV - manter os contatos necessários ao bom andamento das matérias de interesse do Ministério em tramitação no Poder Legislativo;

XVI - informar às Bancadas Parlamentares sobre a presença do Ministro de Estado nas respectivas regiões; e

XVII - sensibilizar o Congresso Nacional sobre a aplicação de emendas parlamentares no orçamento do Ministério do Turismo, com vistas ao desenvolvimento das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.

A AERI atua na cooperação técnica internacional, com atividades relacionadas ao estreitamento de laços com outros agentes da comunidade internacional com vistas à promoção do turismo e à troca de experiências no setor, e na participação do MTur em organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT), a União de Nações Sul Americanas (UNASUL), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com apoio, acompanhamento, avaliação e implantação de políticas e decisões internacionais relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

O Art. 47, do Anexo da Portaria nº 86, de 05 de fevereiro de 2016, traz as competências da Assessoria Especial de Relações Internacionais, a saber:

Art. 47. À Assessoria Especial de Relações Internacionais (AERI) compete:

I - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a celebração de acordos e de instrumentos de cooperação técnica internacional;

II - apoiar, planejar, coordenar, desenvolver atividades e acompanhar a atuação e a participação do Ministério do Turismo em fóruns e organismos internacionais de interesse do turismo nacional, de acordo com a política externa do País;

III - apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e promover estudos e iniciativas para subsidiar a atuação do Ministério do Turismo e do Governo Federal nas negociações de acordos comerciais que tratem de produtos e serviços turísticos;

IV - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a articulação do Ministério do Turismo com órgãos e instituições governamentais com atuação no cenário internacional; e

V - pesquisar, identificar, analisar e divulgar novas práticas de desenvolvimento e gestão do turismo, no âmbito internacional, visando a aprimorar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro.

O Artigo 49 do Anexo da Portaria nº 86, de 05 de fevereiro de 2016, apresenta as competências da Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, que são:

Art.49. À Consultoria Jurídica (CONJUR), órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério do Turismo;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos atos normativos a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério do Turismo quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério do Turismo, na elaboração de propostas de atos normativos submetidas ao Ministro de Estado do Turismo;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado do Turismo no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério do Turismo e das entidades a ele vinculadas; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério do Turismo:

a) os textos de edital de licitação e os contratos ou instrumentos congêneres a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida a dispensa de licitação.

No mês de agosto de 2016, foi publicado o Decreto nº 8.836, de 15 de agosto de 2016, o qual alterou o Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Turismo, remanejou cargos em comissão, substituiu cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal (FCPE). Nessa nova estrutura, a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) ampliou a sua atuação, apresentando as seguintes atribuições:

Art. 9º-A. À Assessoria Especial de Controle Interno compete:

I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão;

II - assistir o Ministro de Estado no pronunciamento previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

III - prestar orientação técnica ao Secretário Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em conselhos e comitês, nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão;

IV - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades do Ministério que visam a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e o relatório de gestão;

V - prestar orientação técnica na elaboração e na revisão de normas internas e de manuais, com vistas à melhoria dos controles internos da gestão e da governança;

VI - interagir com a unidade de auditoria interna da entidade vinculada ao Ministério, com vistas a subsidiar a supervisão ministerial, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos;

VII - auxiliar na interlocução, sobre assuntos relacionados com ética, ouvidoria e correição, das unidades responsáveis no Ministério com os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

VIII - acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

IX - acompanhar a implementação das recomendações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e das deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas ao Ministério e à sua entidade vinculada, além do atendimento a outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; e

X - apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão.” (NR)

Perante a publicação do Decreto nº 8.836/2016, outra modificação significativa foi a substituição de cargo de Assessor Especial de Controle Interno para Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e a incorporação de dois cargos comissionados na estrutura dessa Assessoria, conforme representado no quadro a seguir:

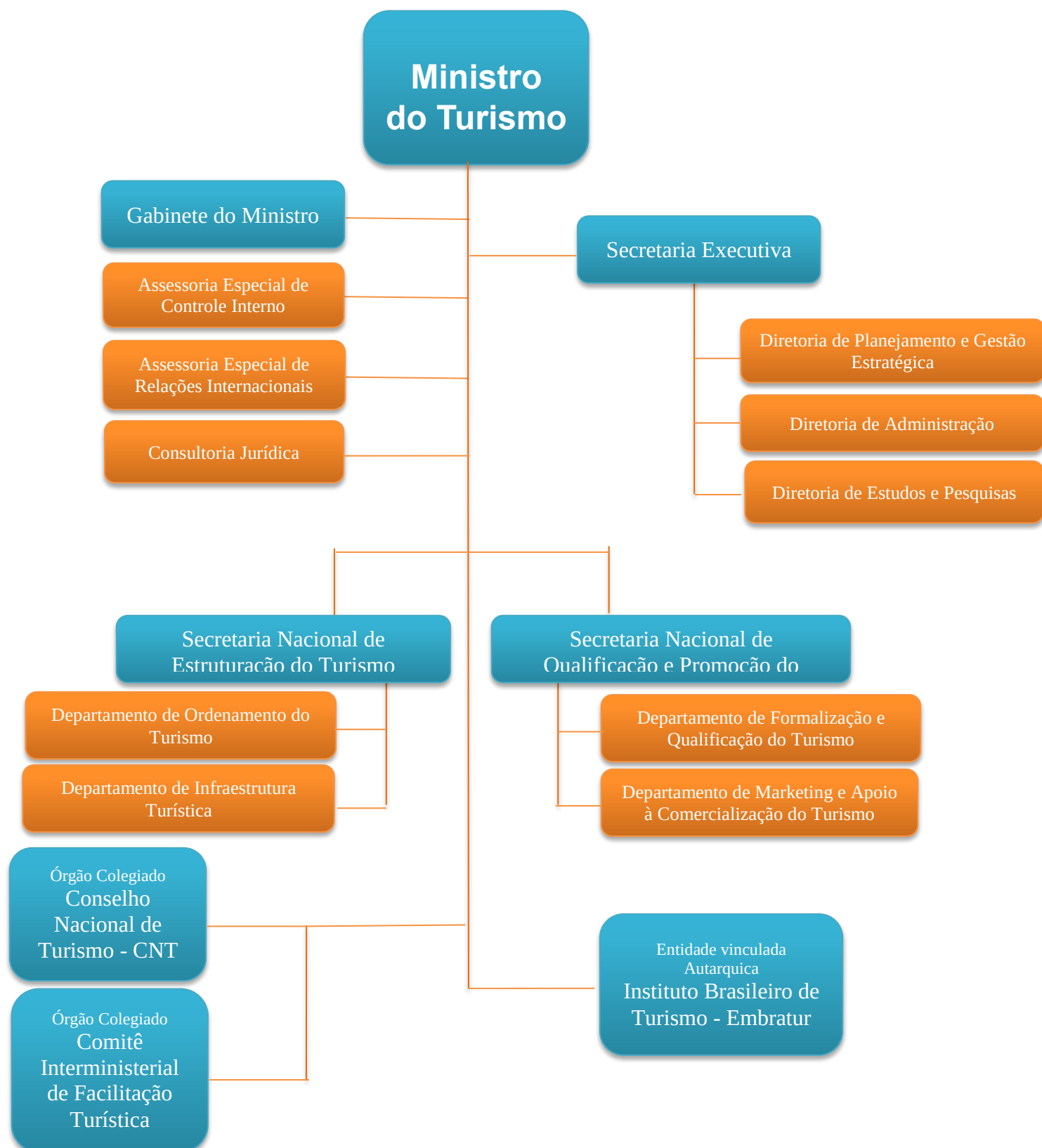
QUADRO 3.2.4 – ALTERAÇÕES DE CARGOS E FUNÇÕES NO ÂMBITO DA AECI/GM/MTUR

Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015		Decreto nº 8.836, de 15 de agosto de 2016	
Assessor	DAS 102.5	Chefe	DAS 101.5
-	-	Assistente	DAS 102.2
-	-	Assistente Técnico	DAS 102.1

3.3 Organograma Funcional

A estrutura regimental vigente em 2016 está de acordo com o Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, conforme representado no organograma a seguir:

QUADRO 3.3 ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 8.627, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015



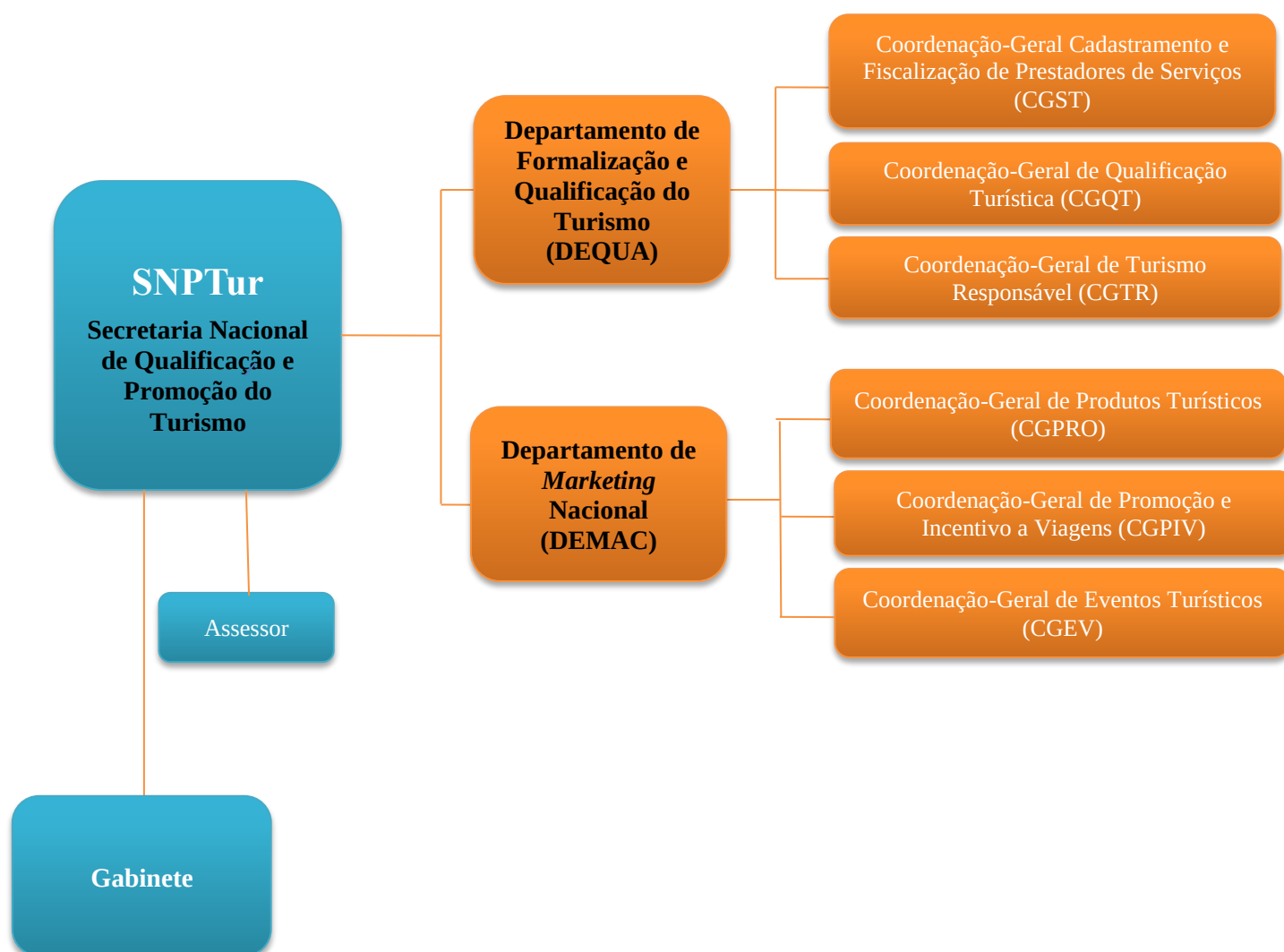
Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 03/03/2017).

Observa-se que o organograma vigente, no exercício de 2016, guarda correspondência tanto com o Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 8.836, de 15 de agosto de 2016, o qual aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo, quanto com a Portaria nº 86, 05 de fevereiro de 2016, que aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo.

Cabe destacar que o Decreto nº 8.627, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Turismo, altera o Decreto nº 6.705, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo, e remaneja cargos em comissão. O Decreto entrou em vigor em 14 de janeiro de 2016 e um novo Regimento Interno foi publicado.

3.3.1 Organograma Funcional da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur)

QUADRO 3.3.1 – ORGANOGAMA DA UJ SNPTur/ MTur

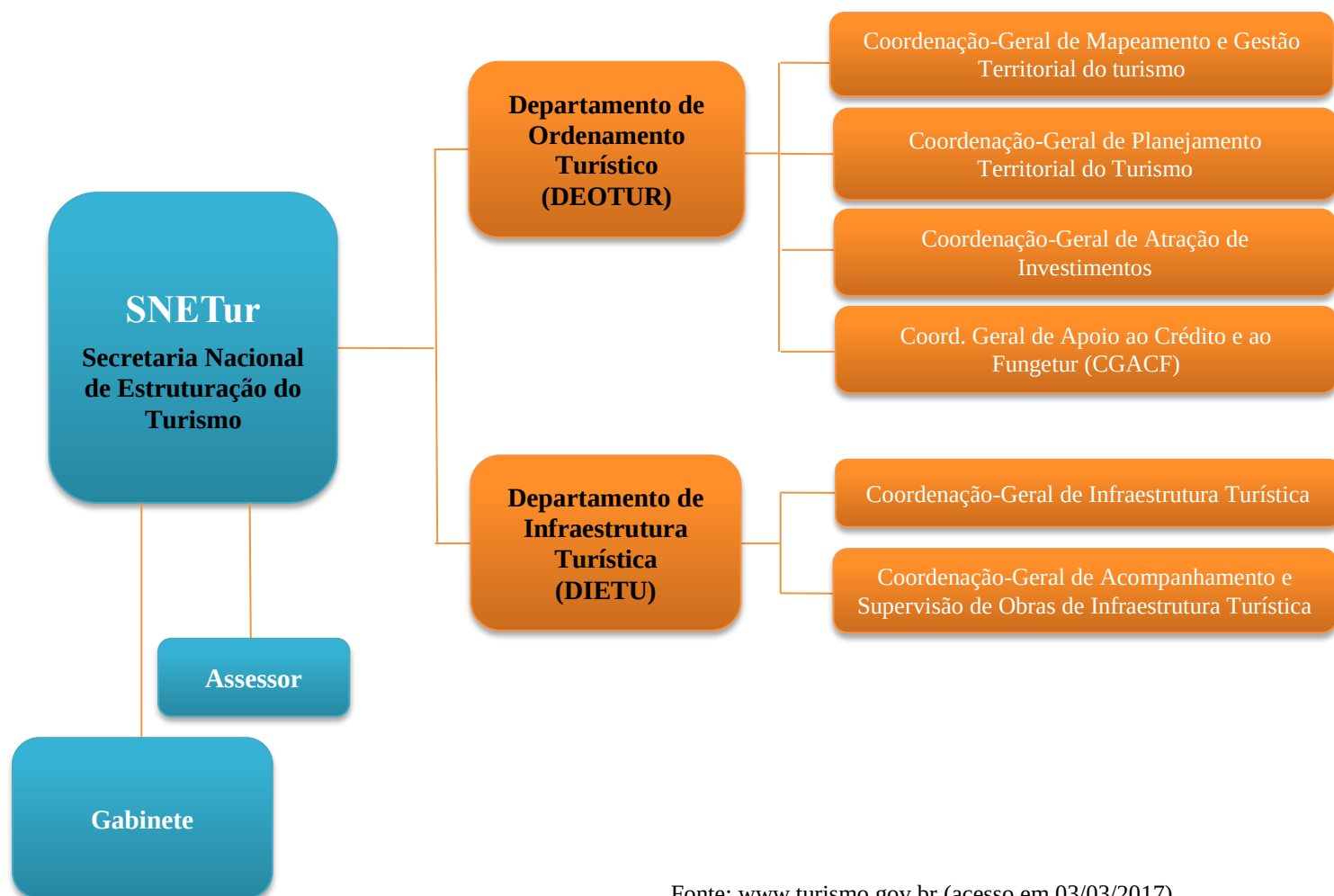


Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 03/03/2017).

*O Decreto nº 8.836, de 15 de agosto de 2016, que define a estrutura regimental do Ministério do Turismo, apresenta a unidade de Produção Associada ao Turismo como uma coordenação. Anteriormente, essa unidade era uma divisão.

3.3.2 Organograma Funcional da Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo

QUADRO 3.3.2 – ORGANOGrama DA UJ SNETur/ MTur

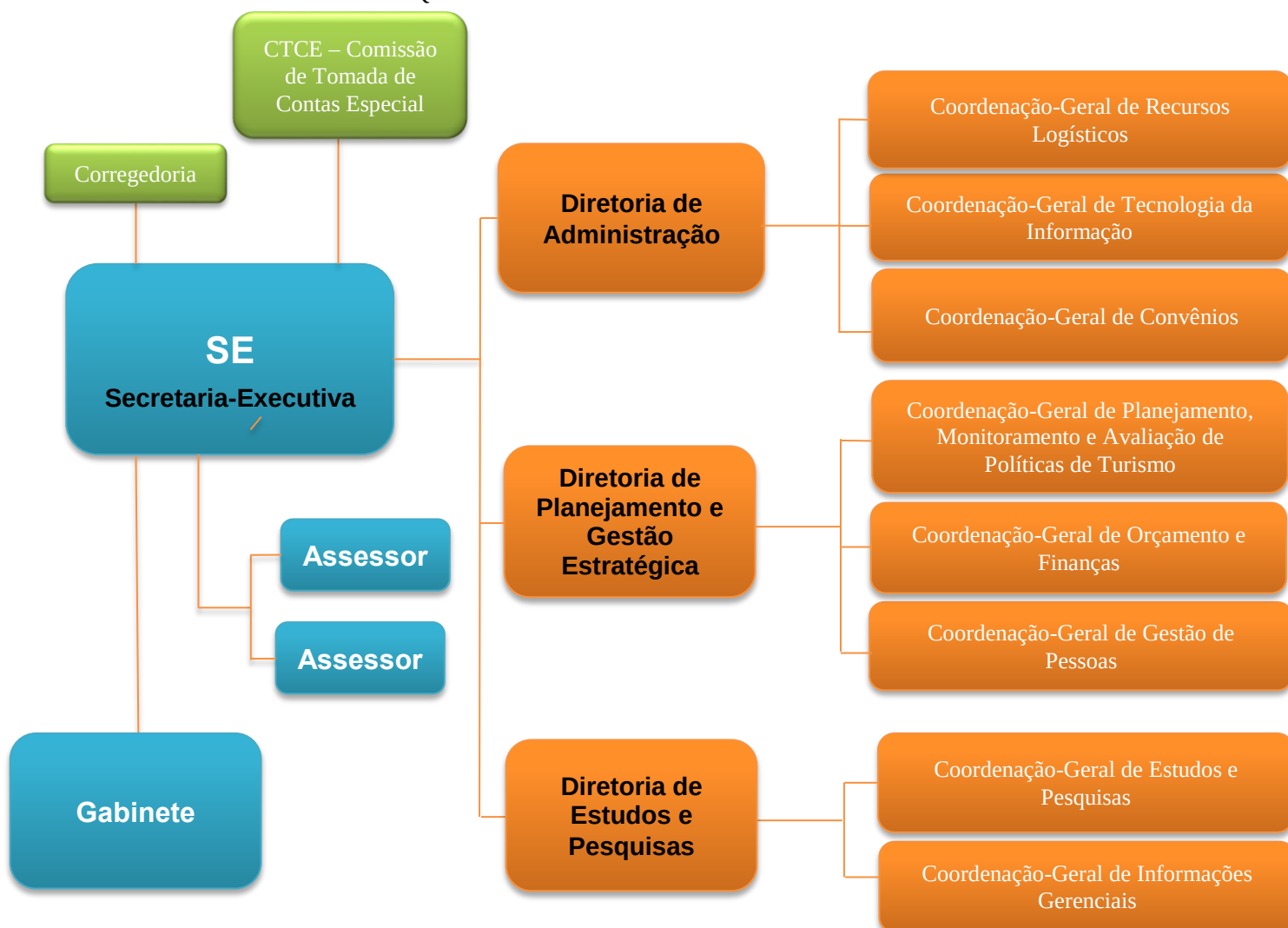


Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 03/03/2017).

3.3.3 Organograma Funcional da Secretaria-Executiva

O organograma funcional da UJ SE/MTur, abaixo, apresenta nos retângulos a estrutura formal definida no Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, e alterado pelo Decreto nº 8.836, de 15 de agosto de 2016 e nos retângulos destacados em verde as equipes especializadas com tarefas definidas.

QUADRO 3.3.3 – ORGANOGRAMA DA UJ SE/MTUR



Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 03/03/2017).

*O Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, que define a estrutura regimental do Ministério do Turismo, apresenta a unidade de Corregedoria vinculada diretamente à SE. Anteriormente, as atividades eram desempenhadas por uma Comissão de Permanente de Correição.

3.3.4 Organograma Funcional do Gabinete do Ministro

O organograma funcional da UJ GM/MTur, abaixo, apresenta a estrutura formal definida no Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 8.836, de 15 de agosto de 2016. No retângulo destacado em verde está a equipe especializada com tarefas definidas:

QUADRO 3.3.4 – ORGANOGRAMA DA UJ GM/MTur



Fonte: www.turismo.gov.br (acesso em 03/03/2017).

*Em que pese o Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, que define a estrutura regimental do Ministério do Turismo, estabelecer o cargo de “Assessor Especial de Controle Interno”, o novo Decreto Regimental (Decreto nº 8.836, de 15 de agosto de 2016) apresenta a unidade “Assessoria Especial de Controle Interno”. A publicação de novo Regimento Interno, que contemple essa alteração, já está em tratativa.

3.3.5 Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas e Unidades Jurisdicionadas Vinculadas

QUADRO 3.3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur)				Início	Fim
Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo	A Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo é responsável pelo apoio à formalização e pela qualificação de profissionais e de prestadores de serviços turísticos. Atua no incentivo ao turismo responsável e, também, na promoção e apoio à comercialização dos destinos e produtos turísticos brasileiros, em âmbito nacional.	Raimundo Coimbra Junior	Secretário Nacional	14/01/2016	04/04/2016
		Aparecida Maria Borges Bezerra		13/09/2016	31/12/2016
Gabinete da SNPTur	Assistir e assessorar diretamente o Secretário em assuntos de natureza técnica, administrativa, planejamento e de representação política e social, bem como desenvolver outras atividades por ele determinadas. Organizar a agenda do Secretário e ocupar-se do preparo e despacho de seu expediente pessoal. Planejar, coordenar e supervisionar os assuntos administrativos e de desenvolvimento organizacional da SNPTur. Transmitir às demais unidades da SNPTur, as instruções e orientações emanadas do Secretário, Órgãos de Controle Interno e Externo. Coordenar o trâmite de processos relacionados à SNPTur. Coordenar, articular e apoiar a participação de representantes da SNPTur em órgãos colegiados, grupos de trabalho e assembléias.	Hercy Ayres Rodrigues Filho	Chefe de Gabinete	01/01/2016	31/12/2016
Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo	O DEQUA coordena, monitora e exerce a cooperação e a articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital, municipal e com entidades não governamentais em programas, projetos e ações de cadastramento, fiscalização, classificação e qualificação de serviços turísticos e apoiar a certificação de atividades, serviços e empreendimentos turísticos; apoiar e promove as ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável e responsável da atividade turística.	Aparecida Maria Borges Bezerra	Diretor (a) do Departamento de Produtos e Destinos	14/01/2016	01/05/2016
		Victor Hugo Mosquera		14/12/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Cadastramento e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos (CGST)	A CGST promove e apoia o cadastramento e a fiscalização de empresas, equipamentos e profissionais do setor de turismo como estratégia de incentivo à formalização dos prestadores de serviços turísticos. Ela coordena, monitora e propõe melhorias ao Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur); a cooperação e a articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e distrital e com entidades não governamentais em programas, projetos e ações que promovam o cadastramento e a fiscalização de serviços turísticos.	Tamara Galvão Veiga Barros	Coordenador (a) Geral de Competitividade e Inovação	14/01/2016	31/12/2016
Coord. de Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos (CFISC)	A CFISC compete planejar, coordenar e monitorar ações com a finalidade de implementar a fiscalização dos serviços turísticos; propor procedimentos e meios para viabilizar a fiscalização de empresas, equipamentos e profissionais do setor de turismo como estratégia de incentivo à formalização dos prestadores de serviços turísticos; e coordenar e monitorar a cooperação e a articulação com órgãos da administração pública e entidades não governamentais em programas, projetos e ações de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.	Larissa Rodrigues Peixoto Dutra	Coordenador de Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos (CFISC)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Qualificação Turística (CGQT)	A CGQT compete promover e implantar a Política Nacional para Qualificação em Turismo e do Plano Nacional de Qualificação. Compete ainda, definir e disseminar referenciais de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços turísticos, além de coordenar e promover ações de classificação e qualificação dos serviços turísticos.	Neuza Helena Portugal dos Santos	Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Qualificação Turística (CGQT)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. de Qualificação Profissional do Turismo (CPROF)	Cabe à CPROF promover e apoiar a implementação das ações de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação para o setor de turismo, além de articular ações de formação com as políticas de qualificação nos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e implementar políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho.	Maria Luíza Moreira Nova da Costa	Coordenadora de Qualificação Profissional do Turismo (CPROF)	01/01/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur)				Início	Fim
Coord. de Qualificação de Prestadores de Serviços Turísticos (CSERT)	A CSERT promove a classificação dos meios de hospedagem, a qualificação; e apoia a certificação dos empreendimentos turísticos e elaboração de normas técnicas concernentes à qualificação dos prestadores de serviços turísticos. Ela incentiva a elaboração de normas técnicas de qualificação para os empreendimentos turísticos e o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos, metodologias, conteúdos e de ferramentas tecnológicas para qualificação dos empreendimentos turísticos.	Nilvana Ribeiro Soares Guimarães	Coordenadora de Qualificação de Prestadores de Serviços Turísticos (CSERT)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Turismo Responsável (CGTR)	A CGTR promove o turismo responsável, como forma de orientação à atuação do Ministério do Turismo e do setor turístico, com base nos princípios de sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional, que norteiam o Programa de Regionalização do Turismo, bem como promover os direitos do consumidor turista. Cabe a seus colaboradores formular, coordenar, apoiar e monitorar os planos, programas, projetos e ações relacionadas à produção associada ao turismo e ao turismo de base local, como estratégia de diversificação da oferta turística, promovendo a inclusão social e a geração de trabalho e renda.	Isabel Cristina da Silva Barnasque	Coord. Geral de Turismo Responsável (CGTR)	14/01/2016	31/12/2016
Dep. de Marketing e Apoio à Comercialização do Turismo (DEMAC)	O DEMAC propõe, apoia, planeja, coordena, acompanha e avalia as ações, projetos, programas e planos de marketing e de apoio à comercialização do turismo brasileiro no mercado nacional articular-se com órgãos da Administração Pública Federal afetos à comunicação social, em especial com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.	Marcio Ferreira do Nascimento	Diretor do Dep. de Marketing e Apoio à Comercialização do Turismo (DEMAC)	14/01/2016	03/05/2016
		Marcio Ferreira do Nascimento		06/06/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Produtos Turísticos (CGPRO)	A CGPRO elabora, avalia e implementa estratégias para definição de mercados para promoção dos produtos e destinos turísticos brasileiros. Cabe à coordenação também identificar e analisar as condições de produtos turísticos nas regiões turísticas brasileiras a serem promovidos em âmbitos nacional e internacional.	Cristiano Araújo Borges	Coordenador-Geral da Coord. Geral de Produtos Turísticos (CGPRO)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. de Posicionamento de Produtos (CPP)	A CPP é responsável por elaborar e disseminar orientações acerca dos segmentos turísticos de oferta e demanda. Também cria e implementa estratégias de posicionamento de produtos turísticos no mercado e identifica e analisa as condições de produtos turísticos nas regiões turísticas brasileiras, além de apoiar e estimular projetos voltados à inovação e aprimoramento de produtos turísticos.	Fabiana de Melo Oliveira	Coordenador de Coord. de Posicionamento de Produtos (CPP)	01/01/2016	31/12/2016
Coord. de Apoio à Comercialização do Turismo (CAC)	A CAC é responsável por realizar e estimular ações de apoio à comercialização, como forma de ampliar os canais de distribuição. A coordenação cria e gerencia instrumentos e mecanismos para captação de dados dos produtos e mercados turísticos. Também relaciona produtos turísticos aos mercados e aumentar sua competitividade e disponibiliza aos prestadores de serviços turísticos informações sistematizadas sobre produtos e destinos turísticos brasileiros para servir de suporte às ações de promoção e apoio à comercialização do turismo no Brasil.	Rafaela Levay Lehmann Herrmann	Coordenador de Coord. de Apoio à Comercialização do Turismo (CAC)	01/01/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Promoção e Incentivo a Viagens (CGPIV)	A CGPIV é responsável por planejar, desenvolver, propor e executar ações de propaganda, publicidade e promoção. A coordenação formula, analisa, avalia e acompanha as ações de promoção, produção de campanhas de propaganda e publicidade nacional, assim como a produção de material técnico do Ministério do Turismo, provenientes de ações vinculadas às agências contratadas.	Roberta Bastos Carneiro Campos	Coordenadora-Geral de Coord. Geral de Promoção e Incentivo a Viagens (CGPIV)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. de Incentivo a Viagens (CIV)	A CIV é responsável por propor diretrizes, elaborar, coordenar, monitorar e avaliar programas, projetos e ações de incentivo a viagens. A coordenação disponibiliza ao turista informações em plataforma digital sobre os produtos e destinos turísticos brasileiros; e planeja, propõe, desenvolve e executa ações de publicidade digital.	Tais da Rocha Araujo	Coordenadora da Coord. de Incentivo a Viagens (CIV)	03/02/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur)				Início	Fim
Coord. Geral de Eventos Turísticos (CGEV)	A CGEV compete propor o calendário anual de participações do Ministério em feiras e eventos, avaliar a proposta de apoio e de participação do Ministério em eventos nacionais de interesse turístico e de eventos geradores de fluxo turístico. Além disso, é papel acompanhar e avaliar os resultados da participação do Ministério em feiras, eventos turísticos nacionais e eventos geradores de fluxo turístico.	Bernardo de Castro e Soares	Coordenador-Geral da Coord. Geral de Eventos Turísticos (CGEV)	20/01/2016	31/12/2016
Coord. de Eventos Turísticos Institucionais (CETIN)	A CETIN é responsável por supervisionar e propor critérios para apoiar eventos turísticos institucionais. Além disso, a coordenação analisa, orientar e avalia propostas de apoio e de participação do Ministério em eventos turísticos nacionais de interesse turístico. É dela a responsabilidade de gerenciar banco de dados acerca do calendário de participação e de apoio do Ministério em feiras e eventos turísticos nacionais.	Cinthia Fernanda Marques da Silva	Coordenador da Coord. de Eventos Institucionais (CETIN)	03/02/2016	28/12/2016
		Caio Martins Franco	Coordenador da Coord. de Eventos Institucionais (CETIN)	29/12/2016	31/12/2016
Coord. de Eventos Geradores de Fluxos Turísticos (CEGFT)	Cabe à CEGFT supervisionar e propor critérios para apoiar eventos geradores de fluxo turístico, assim como analisar, orientar e avaliar propostas de apoio do MTur a eventos geradores de fluxo turístico. A coordenação gerencia Banco de Dados de Prestadores de Serviços, intrínsecos ao Programa de Eventos geradores de fluxo turístico e propõe diretrizes e estratégias de captação de eventos geradores de fluxos turísticos para regiões turísticas e destinos brasileiros.	Ana Coraci Bandeira de Melo Oliveira	Coordenadora da Coord. de Eventos Geradores de Fluxos Turísticos (CEGFT)	14/01/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur)				Início	Fim
Secretário Nacional de Estruturação do Turismo - SNETur	I - subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional, necessários à consecução da Política Nacional de Turismo; II - subsidiar a formulação e acompanhar os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro para o fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nesses programas; III - subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a execução de planos, projetos e ações para o estímulo e a captação de investimentos privados nacionais e internacionais, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Turismo; IV - promover a cooperação e a articulação dos instrumentos da administração pública para financiamento, apoio e promoção da atividade turística; V - regulamentar e apoiar a certificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos, e fixar os critérios de avaliação dos organismos de certificação de conformidade; VI - apoiar a qualificação profissional e a melhoria da qualidade da prestação de serviços para o turista; VII - apoiar a diversificação da oferta turística, mediante incentivo à produção associada ao turismo; VIII - propor diretrizes e prioridades para aplicação do Fungetur; e IX - orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos e programas regionais de desenvolvimento do turismo, de capacitação, de infraestrutura, de financiamento, de fomento e captação de investimento nacional e estrangeiro para o setor de turismo.	Neusvaldo Ferreira Lima	Secretário Nacional	14/01/2016	04/04/2016
		Neusvaldo Ferreira Lima		18/05/2016	31/12/2016

Gabinete do Secretário Nacional de Estruturação do Turismo - SNETur	aprecia e emite pareceres técnicos sobre projetos de legislação ou regulamentação, de iniciativa do Ministério ou submetidos à sua análise; analisa também propostas de melhorias e alterações em normativos no ordenamento jurídico brasileiro com vistas a estruturar e promover a atividade turística, melhorar o ambiente de negócios e estimular investimentos.	Edson José Trentin Tibério	Chefe de Gabinete	01/01/2016	31/12/2016
Coord. de Assuntos Administrativos (CADM)	coordena, planeja e acompanha a execução orçamentária e financeira das ações orçamentárias da Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Eles orientam, supervisionam e promovem a execução das atividades de movimentação dos recursos orçamentários.	Ana Carolina Massa Gomes	Coordenadora da Coord. de Assuntos Administrativos (CADM)	14/01/2016	31/12/2016
Coordenação-Geral de Legislação para Estruturação do Turismo (CGLEG)	aprecia e emite pareceres técnicos sobre projetos de legislação ou regulamentação, de iniciativa do Ministério ou submetidos à sua análise; analisa também propostas de melhorias e alterações em normativos no ordenamento jurídico brasileiro com vistas a estruturar e promover a atividade turística, melhorar o ambiente de negócios e estimular investimentos.	Hélito Nunes de Oliveira	Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Legislação para Estruturação do Turismo (CGLEG)	14/01/2016	31/12/2016
Departamento de Ordenamento do Turismo (DEOTur)	O DEOTur promove a cooperação e a articulação com os fóruns, conselhos, consórcios e entidades articuladoras do turismo nos âmbitos regional, estadual, distrital e municipal; define diretrizes, critérios e instrumentos para subsidiar o processo de mapeamento, de gestão e de desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras; assim como é papel coordenar, acompanhar, monitorar e articular políticas, planos, programas, projetos e ações para a estruturação da oferta turística brasileira.	Rogério Antonio Cósér	Diretor do Departamento de Ordenamento do Turismo (DEOTur)	14/01/2016	02/05/2016
		Rogério Antonio Cósér		09/06/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo (CGMT)	A CGMT propõe estratégias de desenvolvimento territorial por meio do turismo; promove a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais nas regiões, com foco na estruturação dos destinos turísticos e na gestão descentralizada do turismo; definir diretrizes e estratégias para a estruturação de destinos turísticos, com base nos princípios de regionalização; destinos e regiões turísticas.	Gabrielle Nunes de Andrade	Coordenadora-Geral da Coord. Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo (CGMT)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional do Turismo (CAFIT)	A CAFIT foi criada para apoiar o fortalecimento institucional dos Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação, das regiões turísticas e dos municípios e manter interlocução com suas entidades representativas; apoiar a institucionalização e o fortalecimento dos Fóruns e Conselhos Estaduais, Regionais e Municipais de Turismo, mantendo a interlocução com os mesmos.	Ana Carla Fernandes Moura	Coordenadora da Coord. Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional do Turismo (CAFIT)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Planejamento Territorial do Turismo (CGPLA)	A CGPLA é responsável por coordenar, apoiar e avaliar a elaboração e a execução de planos de desenvolvimento do turismo, em âmbito municipal, regional e estadual; apoiar a estruturação dos destinos turísticos, com base no princípio da regionalização, por meio da elaboração e implementação de planos de desenvolvimento turísticos; realizar a gestão do Programa Nacional de Desenvolvimento de Turismo (Prodetur Nacional) e demais programas de desenvolvimento do turismo.	Eduardo Claudio Madeira	Coordenador-Geral da Coord. Geral de Planejamento Territorial do Turismo (CGPLA)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. de Apoio à Elaboração de Planos de Desenvolvimento do Turismo (CPLAD)	A CPLAD presta apoio técnico e institucional aos entes federativos para a formulação, estruturação e execução de planos de desenvolvimento do turismo; assiste e apoia tecnicamente os entes federativos na articulação institucional com outras esferas governamentais nas negociações com organismos bilaterais ou multilaterais de crédito na obtenção de financiamento para os programas de desenvolvimento do turismo; e monitora e acompanha a implementação dos planos de desenvolvimento do turismo.	Renata Palatucci Menezes	Coordenadora da Coord. de Apoio à Elaboração de Planos de Desenvolvimento do Turismo (CPLAD)	04/02/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Atração de Investimentos (CGINV)	Define diretrizes e estratégias para estimular a atração de investimentos internos e externos para as regiões turísticas, com vistas a aumentar o volume de investimentos privados no setor de turismo no Brasil; acompanha projetos estratégicos de investimentos para o turismo brasileiro; e divulga estatísticas de investimentos no setor de turismo e apoia a apresentação de projetos para investimentos.	Rodrigo Laurence Bezerra Marques	Coordenador-Geral da Coord. Geral de Atração de Investimentos (CGINV)	01/01/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur)				Início	Fim
Coord. de Oportunidades de Investimentos (CINV)	A CINV acompanha a oferta de projetos de investimentos em turismo, além de pesquisas, análises e estudos voltados para o incremento dos investimentos no setor de turismo. Incentiva a elaboração, pelo setor privado, de projetos de investimentos em turismo; apoia a elaboração de planos de atração de investimentos junto aos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais.	Mariana Moya de Oliveira	Coordenadora da Coord. de Oportunidades de Investimentos (CINV)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Articulação de Apoio ao Crédito e ao Fungetur (CGACF)	A CGACF foi criada para fazer a articulação junto aos órgãos governamentais e instituições financeiras a disponibilização de crédito para financiamento às atividades produtivas do turismo e ao turista; promover a divulgação, junto aos segmentos produtivos, dos programas de financiamento e outros instrumentos financeiros voltados a projetos turísticos e acompanhar a aplicação de recursos nas atividades produtivas do turismo realizadas por agentes financeiros.	Roberto Coelho Flausino	Coordenador-Geral da Coord. Geral de Articulação de Apoio ao Crédito e ao Fungetur (CGACF)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. de Articulação de Linhas de Crédito (CALC)	A CALC acompanha a oferta de financiamento em turismo junto aos agentes financeiros e as pesquisas, análises e estudos voltados ao incremento de recursos e disseminação do crédito a prestadores de serviços turísticos. É de responsabilidade da coordenação também elaborar proposta de criação, adequação de condições e melhorias de acesso ao crédito junto a agentes financeiros; relatórios de informações gerenciais de financiamentos concedidos a empresas e a consumidores finais do turismo; e acompanhar o lançamento de produtos e serviços financeiros para o segmento turístico junto a agentes financeiros.	Marccio Luiz de Matos Vantil	Coordenador da Coord. de Articulação de Linhas de Crédito (CALC)	14/01/2016	10/02/2016
Departamento de Infraestrutura Turística (DIETU)	O DIETU coordena, monitora, apoia e avalia os planos, os programas e as ações do Ministério do Turismo voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística, atendidas as normas sobre acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Coordena, supervisiona, acompanha e avalia a aplicação de recursos de responsabilidade do Ministério do Turismo em ações de infraestrutura turística; além de articular-se com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal em seus programas, projetos e ações de infraestrutura que integrem a Política Nacional de Turismo.	Marcelo Ribeiro Moreira	Diretor do Departamento de Infraestrutura Turística (DIETU)	01/01/2016	02/05/2016
		Marcelo Ribeiro Moreira		17/06/2016	16/11/2016
		Felipe Aguiar Fonseca da Mota		21/11/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Infraestrutura Turística (CGIE)	A CGIE identifica e analisa as necessidades de infraestrutura em municípios das regiões turísticas. Também coordena, monitora, apoia e avalia os planos, os programas e as ações do Ministério do Turismo voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística, atendidas as normas sobre acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	Marcia Beatriz Beiró Lourenço	Coordenadora-Geral de Coord. Geral de Infraestrutura Turística (CGIE)	01/01/2016	31/12/2016
Coordenação de Análise de Projetos de Infraestrutura Turística (CAPI)	A CAPI orienta os proponentes na elaboração de propostas para implantação de ações de infraestrutura por meio de transferências de recursos orçamentários a Estados e Municípios; e analisa tecnicamente as propostas de Estados e Municípios, para implantação de ações de infraestrutura.	Guilherme Medeiros Pimentel	Coordenador da Coordenação de Análise de Projetos de Infraestrutura Turística (CAPI)	14/01/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Acompanhamento e Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística (CGAS)	A CGAS coordena, acompanha e orienta as ações de infraestrutura quanto ao cumprimento dos requisitos técnicos para a execução de transferências de recursos do Orçamento Geral da União através do Ministério. É ela quem supervisiona, acompanha e avaliar o trabalho desenvolvido pela mandatária do Ministério no cumprimento do contrato de prestação de serviços vigente relacionado à execução de contratos de repasse.	Alexandre do Nascimento Mangini	Coordenador-Geral da Coord. Geral de Acompanhamento e Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística (CGAS)	14/01/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur)				Início	Fim
Coord. de Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística (CSIT)	A coordenação promove e apoia o cadastro, a classificação e a fiscalização de prestadores de serviços turísticos; o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo e a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho. Orienta e acompanha a execução de ações, projetos, programas e planos de qualificação dos serviços turísticos.	Paulo José Bastos de Moraes	Coordenador da Coord. de Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística (CSIT)	14/01/2016	21/09/2016
		Valéria Aparecida Pais	Coordenador da Coord. de Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística (CSIT)	26/09/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Executiva (SE)				Início	Fim
Secretário Executivo	Auxilia o ministro de Estado na definição de diretrizes e políticas no âmbito da Política Nacional de Turismo em observância às diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Turismo. Supervisiona e coordena as atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério do Turismo e da autarquia vinculada - Embratur, produz estatísticas, estudo econômicos e indicadores para subsidiar a elaboração, implantação e monitoramento das políticas públicas de turismo, além de exercer o papel de órgão setorial dos Sistemas de Governo Federal (produção planejamento e orçamento, programação financeira, contabilidade federal, modernização administrativa, recursos humanos, recursos logísticos, informação e informática).	Alberto Alves	Secretário-Executivo	01/01/2016	31/12/2016
Gabinete do Secretário Executivo	Assistir o Secretário Executivo na execução de suas atribuições; coordenar a pauta de trabalho do Secretário-Executivo e solicitar o preparo de expediente para seu despacho; orientar e controlar as atividades administrativas no âmbito da Secretaria Executiva; assessorar o Secretário Executivo na coordenação do processo de planejamento estratégico institucional e na supervisão e avaliação do mesmo; e assistir o Secretário-Executivo na supervisão e coordenação da ação institucional.	Saskia Freire Lima	Chefe de Gabinete	01/01/2016	31/12/2016
Coordenação de Assuntos Administrativos (CAAD)	À Coordenação de Assuntos Administrativos (CAAD) cabe analisar e promover a revisão nos expedientes para despacho do Chefe de Gabinete e do Secretário Executivo; acompanhar os prazos das demandas dos órgãos de controle externo, no âmbito da Secretaria Executiva; e promover, acompanhar e controlar a publicação de atos administrativos no âmbito da Secretaria Executiva.	Susana Santana Lima	Coordenadora da Coordenação de Assuntos Administrativos (CAAD)	14/01/2016	31/12/2016
Corregedoria (COREG)	À Corregedoria cabe promover ações destinadas à valorização e ao cumprimento de preceitos relativos à conduta disciplinar dos servidores de forma a inibir, reprimir e diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público ou com inobservância de dever funcional; analisar as representações e as denúncias que lhe forem encaminhadas, relacionadas a servidores e/ou empresas receptoras de recursos provenientes do orçamento do Ministério do Turismo.	Eugênio da Costa Arsky	Chefe da Corregedoria (COREG)	14/01/2016	10/02/2016
		Nilton Carlos Jacintho Pereira		09/03/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Executiva (SE)				Início	Fim
Diretoria de Administração (DIRAD)	Cabe à DIRAD planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério do Turismo, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de administração dos recursos de informação e de informática e de serviços gerais, de material, de patrimônio, de documentação e de arquivo, e promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais a que se refere o inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério do Turismo e a entidade vinculada quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas. À DIRAD também compete analisar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas do Ministério do Turismo, parciais ou finais, quanto aos seus aspectos financeiros, e propor medidas de sua competência quando não forem aprovadas, após exauridas as providências cabíveis e realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e de responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resultem em danos ao erário.	Mauro Borges Ribeiro Formiga	Diretor da Diretoria de Administração (DIRAD)	14/01/2016	01/03/2016
		Italo Oliveira Mendes		07/03/2016	02/11/2016
		Antony Araujo Couto		03/11/2016	31/12/2016
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)	A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL) compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar, avaliar e executar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas às políticas de organização institucional, sistemas administrativos, administração de material, patrimônio, obras, transportes, serviços gráficos, telecomunicações, comunicações administrativas e documentação, seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Serviços Gerais (SISG).	Simone Maria da Silva Salgado	Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)	01/01/2016	31/12/2016
Coordenação de Administração de Material e Patrimônio (CMAP)	Cabe à Coordenação de Administração de Material e Patrimônio (CMAP) planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação e contratos, destinadas a aquisição de bens e serviços, bem como as atividades referentes a patrimônio e almoxarifado, no âmbito do Ministério. A CMAP também elabora, quando solicitado, atestado de capacidade técnica a fornecedor ou prestador de serviço e processa os pedidos de compras e de aquisição de materiais, assim como contratação de serviços.	Neuzi de Oliveira Lopes da Silva	Coordenadora da Coordenação de Administração de Material e Patrimônio (CMAP)	01/01/2016	31/12/2016
Coordenação de Serviços Gerais (CSG)	À Coordenação de Serviços Gerais cabe dirigir e orientar a execução das atividades de obras e instalações, administração e manutenção predial, reprografia, transportes, segurança e telefonia, no âmbito do Ministério; supervisionar e orientar a realização dos serviços de conservação e limpeza dos bens móveis e das áreas internas, os serviços de vigilância, copeiragem e de recepção.	José Reinaldo Rodrigues de Freitas	Coordenador da Coordenação de Serviços Gerais (CSG)	01/01/2016	15/02/2016
		Célia Chalegra Cassiano		10/03/2016	02/08/2016
		Sérgio Luis Rodrigues da Cunha		03/08/2016	31/12/2016
Coordenação de Documentação (CDOC)	À Coordenação de Documentação cabe planejar e gerenciar a execução das atividades de arquivo, gestão de documentos e protocolo, elaborar normas e procedimentos para a gestão de documentos, de acordo com as diretrizes do Arquivo Nacional, do Conselho Nacional de Arquivos e do Sistema de Gestão de Documentos (SIGA).	Sérgio Luis Rodrigues da Cunha	Coordenador da Coordenação de Documentação (CDOC)	14/01/2016	02/08/2016
		Célia Chalegra Cassiano		03/08/2016	31/12/2016
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF)	À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete promover a execução das atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros na área de competência do Ministério, fornecer elementos para construir a proposta orçamentária anual e acompanhar a programação financeira das Unidades Gestoras.	Renato Fernandes	Coordenador da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF)	01/01/2016	31/12/2016
Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (DIORE)	Cabe à DIORE coordenar as atividades relacionadas à operação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), Sistema Integrado de Administração Financeira e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), e proceder à execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação, efetuando os registros no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).	Maria Raimunda da Silva	Chefe da Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (DIORE)	01/01/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Executiva (SE)				Início	Fim
Coordenação-Geral de Convênios (CGCV)	À Coordenação-Geral de Convênios (CGCV) compete coordenar e executar as atividades relacionadas a instrumentos de transferência voluntária, exceto contratos de repasse, no âmbito do Ministério do Turismo, além de realizar as análises financeiras desses instrumentos.	Italo Oliveira Mendes	Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Convênios (CGCV)	14/01/2016	10/05/2016
		Thays de Nazaré de Almeida Leda		11/05/2016	31/12/2016
Coordenação de Execução e Acompanhamento de Convênios (CEAC)	Cabe à Coordenação de Execução e Acompanhamento (CEAC) executar as ações relacionadas a instrumentos de transferência voluntária, exceto contratos de repasse, no âmbito do Ministério do Turismo como: realizar publicações, anulação e citação por edital; emitir cancelamento de notas de empenho e ordens bancárias; registrar a inscrição, retirada e suspensão de inadimplência de órgãos e entidades beneficiárias de recursos; acompanhar a realização de ressarcimento ao Erário, em pagamento único ou parcelado; gerenciar o cadastramento de usuário do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (SICONV) e registrar a aprovação e conclusão desses instrumentos de transferência voluntária, no âmbito do Ministério do Turismo.	Yvelise Bleyer Martins Costa	Coordenador da Coordenação de Execução e Acompanhamento de Convênios (CEAC)	01/01/2016	26/07/2016
		Leandro Oliveira Lago		27/07/2016	31/12/2016
Coordenação de Análise de Prestação de Contas (CAPC)	Cabe à Coordenação de Análise de Prestação de Contas (CAPC) coordenar as atividades referentes a realização de análise financeira de prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária, exceto contratos de repasse, assim como prestar informações e orientações para o público interno e externo quanto às normas e procedimentos para a sua elaboração, bem como efetuar as diligências necessárias para o pronunciamento conclusivo das análises financeiras das prestações de contas.	Thays de Nazaré de Almeida Leda	Coordenador da Coordenação de Análise de Prestação de Contas (CAPC)	01/01/2016	10/05/2016
		Vanderly Ramos Ventura		11/05/2016	23/06/2016
		Leandro Oliveira Lago		24/06/2016	26/07/2016
		Yvelise Bleyer Martins Costa		27/07/2016	31/12/2016
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)	A Coordenação-Geral da Tecnologia da Informação (CGTI) atua nas áreas de Planejamento e Gestão, Infraestrutura, Manutenção de Sistemas, Administração dos Recursos de TI e Segurança da Informação e Comunicações. A área de Planejamento e Gestão é responsável pelo gerenciamento do portfólio de projetos de TI, elaboração e monitoramento dos Planos de TI e planejamento de contratações de TI. A área de Infraestrutura gerencia as operações dos serviços de rede e comunicações, além de monitorar a capacidade e desempenho de TI. Já a área de Sistemas cuida dos sistemas de informação no âmbito do Ministério, provendo a sua adequada manutenção na Plataforma de Gestão Integrada do Turismo (PGTur) e em outras plataformas, além de ser responsável pela sustentação tecnológica dos sites e portais do MTur. A área de Administração de Recursos de TI, por sua vez, cuida da gestão dos contratos de TI, relacionamento com fornecedores e a gestão financeira. A Segurança da Informação e Comunicações coordena e supervisiona a implementação dos projetos e ações voltadas à Segurança da Informação e Comunicações no âmbito da CGTI.	Sâmia Firmino Pinto	Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)	14/01/2016	08/06/2016
		Augusto César Cantanhede		09/06/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Executiva (SE)				Início	Fim
Divisão de Gerenciamento de Projetos e Contratos de Tecnologia da Informação (DIPTI)	À DIPTI cabe elaborar os Termos de Referência e demais documentos relacionados às contratações de produtos e serviços de Tecnologia da Informação, gerenciar os processos de contratação de soluções de TI, gerenciar fornecedores de TI e assegurar a conformidade das políticas, padrões, procedimentos e contratações de TI, com as leis, regulamentos e dispositivos contratuais.	Marcel Moreira Viriato	Chefe da Divisão de Gerenciamento de Projetos e Contratos de Tecnologia da Informação (DIPTI)	14/01/2016	08/06/2016
		Sâmia Firmino Pinto		09/06/2016	31/12/2016
Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE)	À DPGE cabe planejar, coordenar, monitorar e supervisionar, no âmbito do Ministério do Turismo, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional e de pessoal civil, promover e coordenar a elaboração e a consolidação de planos e de programas das atividades de sua competência e submetê-los à decisão superior e elaborar a programação orçamentária e financeira do Ministério do Turismo e da entidade vinculada e monitorar as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil.	Jun Alex Yamamoto	Diretor da Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE)	14/01/2016	31/12/2016
Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas de Turismo (CGPMA)	À Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas de Turismo compete gerenciar a execução orçamentária e financeira da Secretaria, coordenar o planejamento, acompanhar e avaliar a Política Nacional de Turismo.	Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula	Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas de Turismo (CGPMA)	14/01/2016	31/12/2016
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF)	A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF) é um órgão setorial de Planejamento e Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade. A coordenação estabelece ligação e descentralização das Unidades da Administração direta e indireta do MTur, com a Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e Secretaria Federal de Controle. A CGOF tem sob sua gestão a transferência de créditos orçamentários e recursos financeiros às diversas Unidades Gestoras. Esta Coordenação-Geral, além do repasse de recursos,; elaboração e consolidação do PLDO e PLOA; Balanço de Governo; acompanhamento e controle das dotações consignadas na Lei de Orçamento e dos créditos concedidos e atua, ainda, como representante da Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA), instituída por intermédio da Portaria nº 187, de 23 de setembro de 2008.	Deusivaldo Ferreira de Jesus	Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF)	14/01/2016	20/03/2017
		Claudia Luiza Rezende Regina		21/03/2016	01/08/2016
		Deusivaldo Ferreira de Jesus		24/11/2016	31/12/2016
Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (CPOF)	Cabe à CPOF orientar e coordenar a elaboração das propostas orçamentárias dos órgãos do Ministério do Turismo e sua entidade vinculada, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos de conformidade com a política governamental, apreciar as solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos legais, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira e aprovar ou não, em primeira instância, tais solicitações. À CPOF também compete analisar, acompanhar e avaliar o desempenho das despesas com pessoal e encargos sociais, elaborar a Proposta de Programação Orçamentária da “UG setorial orçamentária”, e analisar e consolidar as propostas de programação orçamentária dos órgãos do Ministério do Turismo e sua entidade vinculada.	Jailson Figueiredo dos Santos	Coordenador da Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (CPOF)	14/01/2016	20/03/2016
		Deusivaldo Ferreira de Jesus		22/03/2016	23/11/2016
		Jailson Figueiredo dos Santos		01/12/2016	31/12/2016
Divisão de Programação Orçamentária e Financeira (DIPOF)	Cabe à DIPOF supervisionar, orientar e promover a execução das atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros na área de competência do Ministério, preparar a programação financeira do Ministério e fornecer elementos necessários à elaboração da proposta orçamentária anual. Cabe à DIPOF supervisionar, orientar e promover a execução das atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros na área de competência do Ministério, preparar a programação financeira do Ministério e fornecer elementos necessários à elaboração da proposta orçamentária anual.	Diogo Gonçalves Machado	Chefe da Divisão de Programação Orçamentária e Financeira (DIPOF)	01/01/2016	20/03/2016
		Jailson Figueiredo dos Santos		21/03/2016	30/11/2016
		Diogo Gonçalves Machado		01/12/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Executiva (SE)				Início	Fim
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)	A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) é a área que busca envolver todos os parceiros e colaboradores com a função de humanizar as relações existentes. Sua visão atual propõe alinhar e integrar as pessoas aos trabalhos com planejamento, coordenação, acompanhamento, orientação e avaliação das atividades relacionadas à gestão de pessoas do Ministério do Turismo. Nesse sentido, com o objetivo de desenvolver e colaborar para o crescimento da instituição e do próprio profissional, o Fale com a COGEP foi criado para esclarecer dúvidas e tornar-se um canal de contato com os colaboradores. Assim, foram relacionados no site as dúvidas mais recorrentes e as informações importantes de gestão de pessoas.	Renan Cassius Mendes Souza	Coordenador-Geral de Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)	14/01/2016	08/05/2016
		Daniela de Oliveira dos Santos Jensen		09/05/2016	31/12/2016
Coordenação de Administração de Pessoas (COAP)	Cabe à COAP organizar e manter atualizado o cadastro de servidores ativos, inativos e pensionistas do Ministério, bem como registrar e atualizar os dados dos atos de admissão, exoneração, cargo efetivo, aposentadoria e pensão no Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão (SISAC), com vistas a atender exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), e executar as ações relativas à divulgação e concessão de benefícios, bem como subsidiar a elaboração da proposta orçamentária pertinente. À COAP também compete proceder à apuração da frequência dos servidores, considerando as informações encaminhadas pelas diversas unidades do Ministério, bem como dos servidores cedidos e requisitados e elaborar, publicar e controlar as escalas de férias dos servidores ativos, requisitados e dos titulares exclusivamente de cargo em comissão em exercício no Ministério.	Elisa Midori Okamura	Coordenador da Coordenação de Administração de Pessoas (COAP)	01/01/2016	30/05/2016
		Rodrigo dos Reis Sorato		01/06/2016	31/12/2016
Divisão de Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas (DILAP)	Cabe à DILAP examinar e emitir pareceres quanto aos procedimentos administrativos relativos aos pedidos de cessação, remoção, redistribuição, afastamentos e licenças de servidores do Ministério, emitir parecer sobre os processos de equiparação de cargos e funções do Ministério e expedir certidões, atestados, resumos de tempo de serviço e declarações, baseando-se nos assentamentos funcionais e na legislação vigente.	Alberto Raimundo Pessanha	Chefe da Divisão de Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas (DILAP)	01/01/2016	31/12/2016
Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas (DEPES)	Cabe ao DEPES realizar estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados e indicadores para a formulação, a implementação e a avaliação da Política Nacional de Turismo, acompanhar a dinâmica do mercado turístico nacional e internacional, com o objetivo de subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação da Política Nacional de Turismo e propor, coordenar, monitorar e apoiar a realização de estudos, pesquisas, análises e levantamentos e a sistematização de dados estatísticos e econômicos sobre o setor turístico, com o objetivo de orientar as políticas públicas de competência do Ministério do Turismo.	José Francisco de Salles Lopes	Diretor da Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas (DEPES)	01/01/2016	31/12/2016
Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas (CGEP)	Cabe à CGEP reunir informações que garantam as bases para estruturação do Sistema Nacional de Informação e Estatísticas de Turismo, de modo a reunir, sistematizar e disponibilizar dados estatísticos primários e secundários relativos à oferta e demanda turística como subsídio à tomada de decisão tanto da área pública quanto do setor privado e administrar o armazenamento, a gestão e o processamento das informações contidas nos bancos de dados oriundos de compilação de registros administrativos e de pesquisas produzidas pela Diretoria. À CGEP também compete realizar estudos e pesquisas para caracterização e dimensionamento da demanda turística nacional e internacional e desenvolver estudos analíticos sobre a atividade turística no país, que propiciem o conhecimento do comportamento e as tendências do turismo nacional e internacional e a identificação de tendências setoriais.	Neiva Aparecida Duarte	Coordenadora-Geral de Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas (CGEP)	01/01/2016	20/10/2016
		Andreza Oliveira Souza		21/10/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Secretaria Executiva (SE)				Início	Fim
Coordenação-Geral de Informações Gerenciais(CGIG)	À CGIG cabe promover a execução de ações relacionadas à disseminação de informações sobre o turismo junto ao setor público, ao setor privado e à sociedade civil em geral, de forma a facilitar o acesso da população a dados, indicadores e análise da atividade turística, realizar estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados e indicadores para a formulação de estratégias de posicionamento de mercado dos produtos e destinos turísticos brasileiros e propor soluções, instrumentos e mecanismos de coleta, estratificação e formas de utilização de dados oriundos de pesquisas e estudos relacionados à atividade turística no Brasil.	Gilce Zelinda Battistuz	Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Informações Gerenciais(CGIG)	01/01/2016	31/12/2016
Chefe de Divisão de Inteligência de Mercado (DICM)	Cabe à DICM apoiar a realização de estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados e indicadores para a formulação de estratégias de posicionamento de mercado dos produtos e destinos turísticos brasileiros e desenvolver e propor instrumentos e mecanismos para acompanhar a dinâmica do mercado turístico nacional e internacional, com o objetivo de monitorar o crescimento e a competitividade do Brasil perante outros destinos turísticos.	Cristiano Maluf Dib Valério	Chefe de Divisão de Inteligência de Mercado (DICM)	01/01/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Gabinete do Ministro (GM)				Início	Fim
Gabinete do Ministro	Assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal; providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, e acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério; providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério; planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério; assistir o Ministro de Estado em seus deslocamentos no território nacional e no exterior; coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de ouvidoria; receber, registrar, responder e solucionar reclamações, sugestões, elogios e denúncias na defesa dos direitos e dos interesses dos usuários dos serviços turísticos; e exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.	Ana Paula de Magalhães Albuquerque Lima	Chefe de Gabinete do Ministro	01/01/2016	04/04/2016
		Ana Paula de Magalhães Albuquerque Lima		20/05/2016	30/06/2016
		Maurício Almeida do Nascimento		13/10/2016	31/12/2016
Coordenação da Agenda do Ministro (CGM)	À Coordenação de Agenda do Ministro cabe receber, registrar, analisar e responder as solicitações de audiências, reuniões e eventos com o Ministro; organizar os convites e propostas de eventos apresentadas por órgãos ou entidades da sociedade civil e articular a participação do Ministro em conjunto com o Cerimonial; elaborar e manter atualizada a agenda diária do Ministro e divulgá-la de acordo com as orientações de sua Chefia de Gabinete.	Isac Caldeira de Sá	Coordenador da Coordenação da Agenda do Ministro (CGM)	01/01/2016	31/12/2016
Assessoria Técnica e Administrativa (ASTEC)	À Assessoria Técnica e Administrativa (ASTEC) cabe assistir diretamente o Chefe de Gabinete no preparo da pauta de despachos do Ministro de Estado; coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de apoio administrativo necessárias ao desenvolvimento das atividades do GM, além de padronizar modelos de documentos, de acordo com as normas e padrões oficiais.	Adacton Luiz Gomes de Souza	Chefe da Assessoria Técnica e Administrativa (ASTEC)	14/01/2016	31/12/2016
Ouvidoria	Assegurar o atendimento ao disposto na Lei de Acesso a Informação e ao decreto que a regulamenta; estimular a participação de usuários e entidades da sociedade no processo de avaliação dos serviços prestados; receber e analisar pedidos de informações, solicitações, reclamações e elogios emanados da sociedade civil, referentes a procedimentos do órgão, com vistas à ampliação do acesso e à melhoria dos serviços de turismo; assegurar a preservação dos aspectos éticos, de privacidade e confidencialidade no processamento das reclamações apresentadas ou informações solicitadas; e elaborar relatórios estatísticos do atendimento às demandas sob sua responsabilidade.	José Raimundo Machado dos Santos	Ouvidor	01/01/2016	29/11/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Gabinete do Ministro (GM)				Início	Fim
Cerimonial	Planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de cerimonial do Gabinete; assistir ao Ministro de Estado em sua representação social, mediante a organização de sua agenda de compromissos e preparação de sua participação em eventos nacionais; participar do planejamento, organização e acompanhamento de viagens do Ministro de Estado, bem como assessorá-lo em seus deslocamentos no Brasil, em eventos promovidos por este Ministério.	Sérgio Henrique Sousa Rodrigues	Coordenador-Geral do Cerimonial	01/01/2016	31/12/2016
Coordenação de Apoio ao Cerimonial (CCER)	À Coordenação de Apoio ao Cerimonial compete apoiar as atividades de cerimonial do Ministro; dar suporte para a realização de viagens, eventos e reuniões em que o ministro estará presente; apoiar o Coordenador-Geral de Cerimonial na recepção e acompanhamento de autoridades em visita ao Ministério e atualizar sistematicamente o cadastro de autoridades do setor público e privado de interesse do Ministério.	Mônica de Paiva Ribeiro	Coordenador da Coordenação de Apoio ao Cerimonial (CCER)	14/01/2016	16/11/2016
		Elaine Machado de Carvalho	Coordenador da Coordenação de Apoio ao Cerimonial (CCER)	24/11/2016	31/12/2016
Assessoria de Comunicação Social	Planejar, orientar, controlar e supervisionar a execução das atividades de comunicação social do Ministério, observadas as diretrizes do órgão responsável pela Comunicação Social da Presidência da República; elaborar matérias de interesse do Ministério e do setor de turismo, e distribuí-las para os veículos de imprensa; subsidiar a definição de estratégias de divulgação das ações e serviços do Ministério; coordenar a execução das ações de publicidade institucional e legal do Ministério, bem como a editoração e a publicação técnica e institucional; promover e acompanhar, junto à mídia, a formação de opinião pública relativa ao Ministério; receber, avaliar e dar andamento à demanda de serviços de edição das publicações técnicas e institucionais do Ministério; pesquisar, selecionar e analisar matérias e notícias divulgadas na mídia relativas ao Ministério, ou de seu interesse; organizar e manter arquivo de assuntos de interesse do Ministério captados na imprensa; facilitar a gestão por meio da difusão correta e eficaz da cultura, ações e metas do Ministério do Turismo bem como suas Secretarias; criar e/ou apoiar campanhas internas, em parceria com a Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho e outros setores do Ministério, voltadas para a participação e interação dos servidores e colaboradores da pasta; elaborar informativos internos para divulgação de matérias de interesse do Ministério, do setor turístico e dos servidores e colaboradores; fazer cobertura de eventos internos; e criar conteúdo e atualizar a intranet.	Adriana Meirelles da Motta de Figueiredo Gaudêncio	Chefe da Assessoria de Comunicação Social	01/01/2016	25/10/2016
		Bruno Bernardes Caixeta Cunha		26/10/2016	31/12/2016
Coordenação de Acompanhamento dos Processos de Comunicação (CPC)	À Coordenação de Acompanhamento dos Processos de Comunicação compete monitorar a execução dos contratos firmados com as empresas terceirizadas para garantir suas corretas execuções e administrar as caixas de correio eletrônico sob a supervisão da ASCOM e as correspondências destinadas ao ministro de Estado enviadas por cidadãos.	Velza Maria de Aguiar Fregapani	Coordenador da Coordenação de Acompanhamento dos Processos de Comunicação (CPC)	01/01/2016	31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação*	
Gabinete do Ministro (GM)				Início	Fim
Assessoria Parlamentar	Acompanhar o Ministro nas audiências que envolvam a participação de parlamentares, governadores e prefeitos; supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento e solicitações de audiência de parlamentares com o Ministro e demais setores relacionados; supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de Emendas Parlamentares, de Bancada, de Comissão e outros de interesse Orçamentário do Ministério junto ao Poder Legislativo; supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério junto ao Poder Legislativo; realizar estudos e análises sobre a ação parlamentar; acompanhar e manter atualizado os pronunciamentos parlamentares sobre assuntos da área de competência do Ministério; desenvolver e manter atualizado arquivo sobre o perfil dos parlamentares; acompanhar e manter atualizadas as proposições legislativas de interesse do Ministério e os Requerimentos de Informações; elaborar relatórios sobre o andamento de projetos de lei, pleitos e pronunciamentos dos parlamentares; encaminhar solicitações de Deputados e de Senadores e prestar-lhes esclarecimentos e informações sobre matérias de competência do Ministério; manter os contatos necessários ao bom andamento das matérias de interesse do Ministério em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; acompanhar as autoridades do Ministério em visitas e audiências na Câmara dos Deputados, no Senado Federal; e informar às Bancadas Parlamentares sobre a presença do Ministro de Estado nas respectivas regiões.	Luis Vannucci Cantanhede Cardoso	Chefe da Assessoria Parlamentar	01/01/2016	03/07/2016
Coordenação de Acompanhamento Legislativo (COAL)	À Coordenação de Acompanhamento Legislativo compete elaborar relatórios sobre o andamento das propostas legislativas, manter atualizadas as correspondências da Assessoria Parlamentar (ASPAR) e manter atualizado o sistema e os serviços informatizados da ASPAR.	Frederico Helcio Ribeiro Custodio de Almeida	Coordenador da Coord. de Acompanhamento Legislativo (COAL)	01/01/2016	31/12/2016
Assessoria Especial de Relações Internacionais	Apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a celebração de acordos e instrumentos de cooperação técnica internacional; apoiar, planejar, coordenar, desenvolver atividades e acompanhar a atuação e a participação do Ministério em fóruns e organismos internacionais de interesse do turismo nacional, de acordo com a política externa do País; apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e promover estudos e iniciativas para subsidiar a atuação do Ministério e do governo brasileiro nas negociações de acordos comerciais que tratem de produtos e serviços turísticos; apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a articulação do Ministério com órgãos e instituições governamentais com atuação no cenário internacional; e pesquisar, identificar, analisar e divulgar novas práticas de desenvolvimento e gestão do turismo, realizadas no âmbito internacional, visando aprimorar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro.	Acir Pimenta Madeira Filho	Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais	01/01/2016	30/06/2016
		Rafael Augusto Luisi de Oliveira		26/10/2016	31/12/2016
Coordenação Geral de Parcerias Bilaterais e Multilaterais (CGBM)	Apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e executar a celebração de acordos e instrumentos de cooperação bilateral e multilateral, ações de relacionamento com organismos bilaterais e multilaterais no âmbito do turismo, pesquisar e prospectar oportunidades internacionais de forma a contribuir para a formulação da Política Nacional do Turismo.	Rafael Augusto Luisi de Oliveira	Coordenador-Geral da Coordenação Geral de Parcerias Bilaterais e Multilaterais	14/01/2016	25/10/2016
Assessoria Especial de Controle Interno	Assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão; assistir o Ministro no pronunciamento previsto no art. 52 da Lei nº 8.443/1992; prestar orientação técnica ao Secretário Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em conselhos e comitês, nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão; prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades do Ministério que visam a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e o relatório de gestão; prestar orientação técnica na elaboração e na revisão de normas internas e de manuais, com vistas à melhoria dos controles internos da gestão e da governança; interagir com a unidade de auditoria interna da entidade vinculada ao Ministério, com vistas a subsidiar a supervisão ministerial, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos; auxiliar na interlocução, sobre assuntos relacionados com ética, ouvidoria e correição, das unidades responsáveis no Ministério com os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; acompanhar a implementação das recomendações da CGU e das deliberações do TCU relacionadas ao Ministério e à sua entidade vinculada, além do atendimento a outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; e apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão.	Brenno D'Aguiar de Souza	Assessor Especial de Controle Interno	01/01/2016	12/09/2016
		Brenno D'Aguiar de Souza	Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno	13/09/2016	31/12/2016

Consultoria Jurídica	Prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério; fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União; atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos submetidas ao Ministro de Estado; realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério: a) os textos de edital de licitação, e os contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida a dispensa de licitação.	Manoelina Pereira Medrado	Consultora Jurídica	01/01/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Assuntos Técnicos e Judiciais (CGAJ)	Realizar estudos e pronunciar-se sobre o contencioso administrativo ou judicial; coordenar a elaboração de informações a serem prestadas em mandato de segurança e reclamação quando impetradas as autoridades do Ministério. Coordenar e orientar as unidades do Ministério quanto aos elementos e informações de interesse da União. Propor medidas visando à prevenção de litígios e o aprimoramento das atividades do contencioso administrativo e judicial.	Iran Campos Costa	Coordenador-Geral da Coord. Geral de Assuntos Técnicos e Judiciais	03/02/2016	31/12/2016
Coord. de Assuntos Técnicos Judiciais	Organizar, examinar questões jurídicas e manter o sistema de controle de prazos e movimentação de processo e expedientes judiciais, visando a remessa de informações ou o cumprimento de demandas emanadas do Poder Judiciário, da Advocacia da União ou das Procuradorias dos Estados, Distrito Federal ou Municípios.	Joana Darc Bonfim Machado Leitão	Coordenador da Coord. de Assuntos Técnicos Judiciais	01/01/2016	02/02/2016
		Hilda do Carmo Baleeiro		05/02/2016	31/12/2016
Coord. Geral de Assuntos Adm. e Convênios CGAC	Pronunciar-se sobre a legalidade dos atos administrativos praticados no âmbito do Ministério. Coordenar na área de competência estudos para interpretação da lei, tratados e demais atos normativos a serem observados pelo MTur. Examinar e emitir pareceres jurídico-formal em regulamentos, portarias, minutas de editais, contratos, convênios e instrumentos congêneres, acordos, protocolos de intenções e termos de parceria. Examinar os atos de reconhecimento de dispensa e inexigibilidade de licitação.	Iran Campos Costa	Coordenador-Geral da Coord. Geral de Assuntos Adm. e Convênios	01/01/2016	02/02/2016
		Joana Darc Bonfim Machado Leitão	Coordenador-Geral da Coord. Geral de Assuntos Adm. e Convênios	10/02/2016	31/12/2016

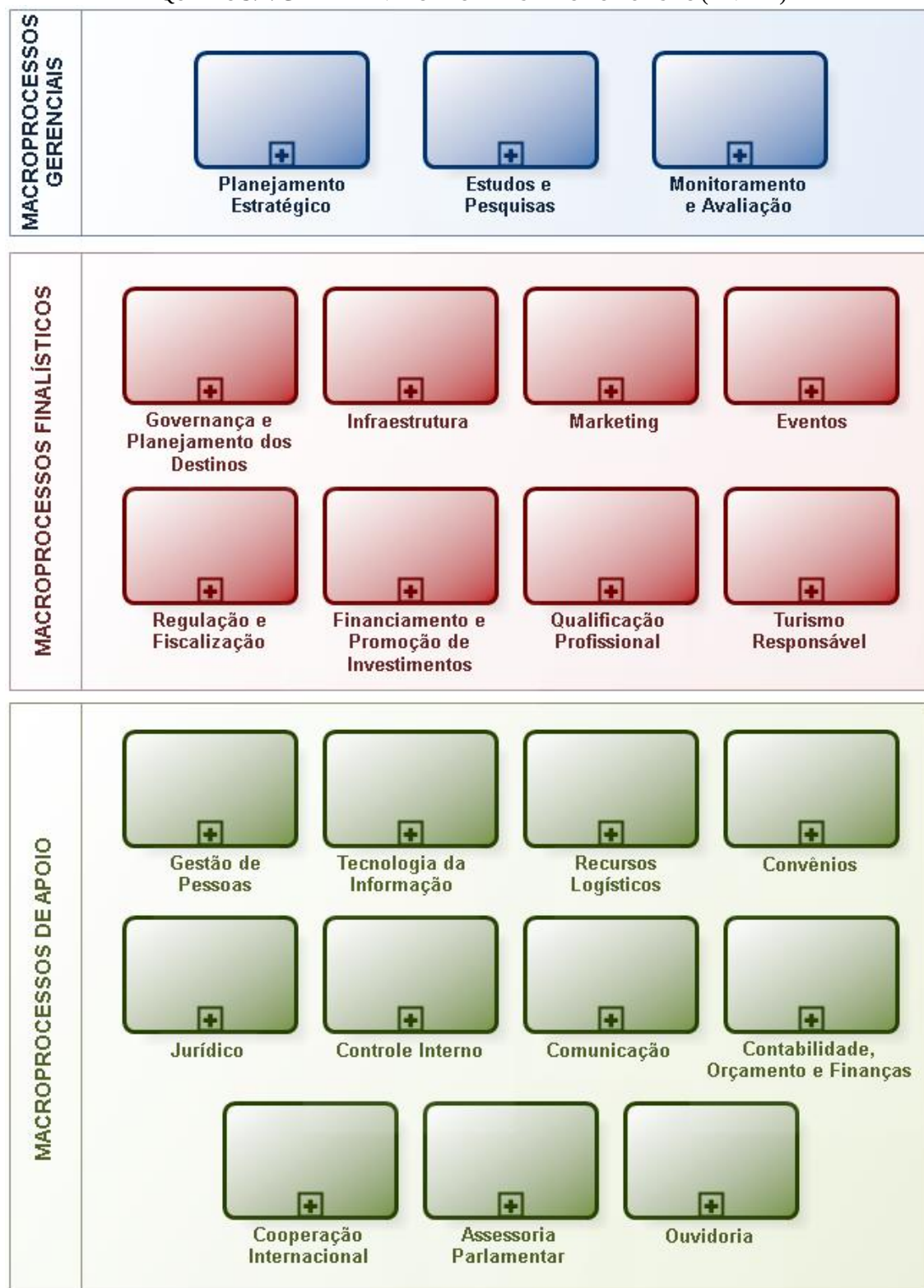
* A informação relativa ao período de atuação foi impactada pelo Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, que alterou significativamente a estrutura do Ministério do Turismo.

O decreto entrou em vigência a partir de 14/01/2016, o que explica o fato de, para alguns cargos, ter sido informada, no período de vigência, a data de início em 14 de janeiro. De 01/01/2016 e 13/01/2016 vigorou a antiga estrutura do órgão, explicitada no Decreto nº 8.102, de 6 de setembro de 2013.

Para os cargos que foi informada a data de início em 01/01/2016, observa-se que o Decreto nº 8.627 em nada alterou a nomenclatura do cargo, bem como as competências, e, assim sendo, a vigência do período de atuação pode ser informada a partir do primeiro dia do exercício.

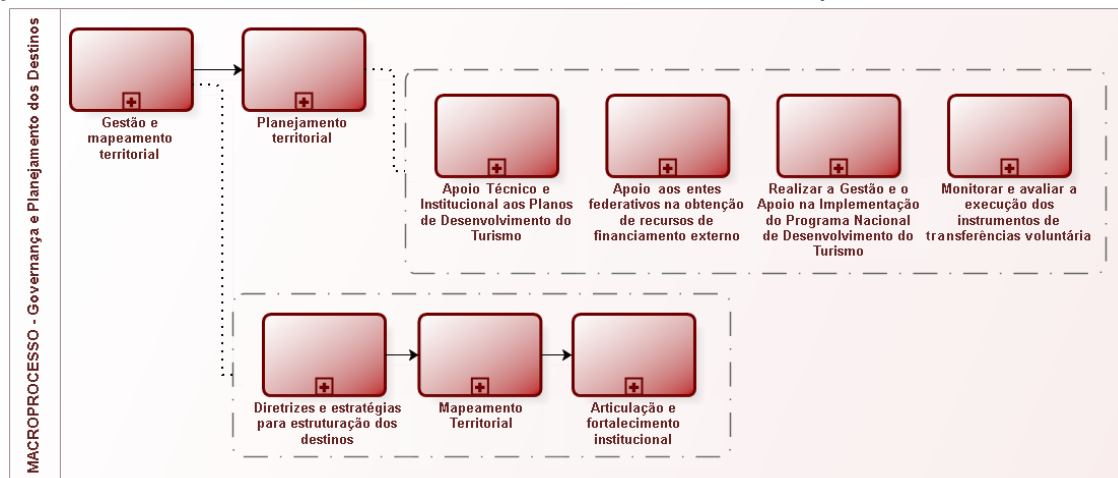
3.4 Macroprocessos finalísticos

QUADRO 3.4: CADEIA DE VALOR DO MINISTÉRIO DO TURISMO (NÍVEL 1)



3.4.1 Macroprocesso Finalístico: Governança e Planejamento dos Destinos

QUADRO 3.4.1: CADEIA DE VALOR DE NÍVEL 2 - MACROPROCESSO GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO DE DADOS



Objetivo estratégico: Conhecer o turista, o mercado e o território e estruturar os destinos turísticos.

Descrição: definir diretrizes, critérios e instrumentos para subsidiar o processo de mapeamento, de gestão e de desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras; coordenar, acompanhar, monitorar e articular políticas, planos, programas, projetos e ações para a estruturação da oferta turística brasileira; formular, apoiar, acompanhar programas de desenvolvimento regional do turismo.

Detalhamento da Cadeia de Valor: Esta Cadeia de Valor de nível 2 é composta pelos seguintes macroprocessos: Gestão e Mapeamento Territorial e Planejamento Territorial.

O macroprocesso de Gestão e Mapeamento Territorial é composto pelos seguintes processos:

- *Diretrizes e estratégias para estruturação dos destinos:* Definição da melhor forma e caminho para o desenvolvimento territorial regional, estadual e municipal por meio do turismo.
- *Mapeamento territorial:* Gestão, monitoramento e apoio ao processo de mapeamento do turismo brasileiro, que estabelece a base territorial de atuação da política de regionalização para o desenvolvimento do turismo nos estados, regiões turísticas e municípios.
- *Articulação e fortalecimento institucional:* apoiar o fortalecimento institucional dos Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação, das regiões turísticas e dos municípios, dos Fóruns e Conselhos Estaduais, Regionais e Municipais de Turismo, mantendo a interlocução com os mesmos; e apoiar e estimular a formação de redes municipais, regionais e estaduais implementação da Política Nacional de Turismo.

O macroprocesso de Planejamento Territorial abrange os seguintes processos:

- *Apoio Técnico e Institucional aos Planos de Desenvolvimento do Turismo:* Este processo realiza um conjunto de atividades que visam a apoiar na elaboração e execução de

planos de desenvolvimento do turismo, no âmbito regional, municipal e estadual, com o objetivo de promover a estruturação dos destinos turísticos.

- *Apoio aos entes federativos na obtenção de recursos de financiamento externo:* orientar os estados e municípios quanto aos procedimentos para a obtenção de financiamentos externos junto aos bancos internacionais de desenvolvimento para o desenvolvimento do turismo nacional, com apoio à elaboração de Cartas-Consultas, Termos de Referências, e demais documentos, bem como auxiliar nos procedimentos necessários na preparação e negociação dos projetos e operações de crédito.

- *Realizar a Gestão e o Apoio na Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo:* apoiar técnica e financeiramente na elaboração de Planos e estudos de Desenvolvimento do Turismo, por meio do acesso aos recursos de empréstimo e de transferências voluntárias do governo federal; , acompanhar e orientar os estados e municípios participantes do Programa, com contratos de financiamento externo em execução.

- *Monitorar e avaliar a execução dos instrumentos de transferências voluntárias:* realizar a formalização de instrumentos de convênios, com estados e municípios, com o objetivo de elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), Plano de *Marketing*, Plano de Fortalecimento Institucional e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e, promover o acompanhamento, e análise da execução dos referidos convênios e dos produtos gerados.

Produtos/Serviços do Macroprocesso: Mapa do Turismo Brasileiro atualizado; Fortalecimento da Rede de implementação da Política Nacional do Turismo; Planos de Desenvolvimento do Turismo elaborados; Cartas-Consultas para pleitos de financiamento externo apresentadas; Contratos de Empréstimos Externos Formalizados.

Clientes: Órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios; fóruns e conselhos municipais e estaduais de turismo e instâncias de governança regionais.

Subáreas responsáveis: 1. Departamento de Ordenamento do Turismo (DEOTur); 1.1.Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo (CGMT); 1.1.1. Coordenação de Articulação e Fortalecimento Institucional do Turismo (CAFIT); 1.1.2. Divisão de Mapeamento Territorial do Turismo (DIMAT); 1.2. Coordenação-Geral de Planejamento Territorial do Turismo (CGPLA); 1.2.1. Coordenação de Apoio à Elaboração de Planos de Desenvolvimento do Turismo (CPLAD); 1.2.1.1. Divisão de Apoio à Elaboração de Planos de Desenvolvimento do Turismo (DIPLA).

Condução do macroprocesso:

Para a descrever a condução macroprocesso Governança e Planejamento dos Destinos durante o exercício de 2016, podemos discorrer acerca dos dois principais macroprocessos de segundo nível: Gestão e mapeamento territorial e Planejamento territorial.

Em relação a Gestão e mapeamento territorial, foi realizada a atualização da composição das regiões turísticas com a definição do Mapa do Turismo Brasileiro 2016, instituído pela Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016, o qual está disponível em

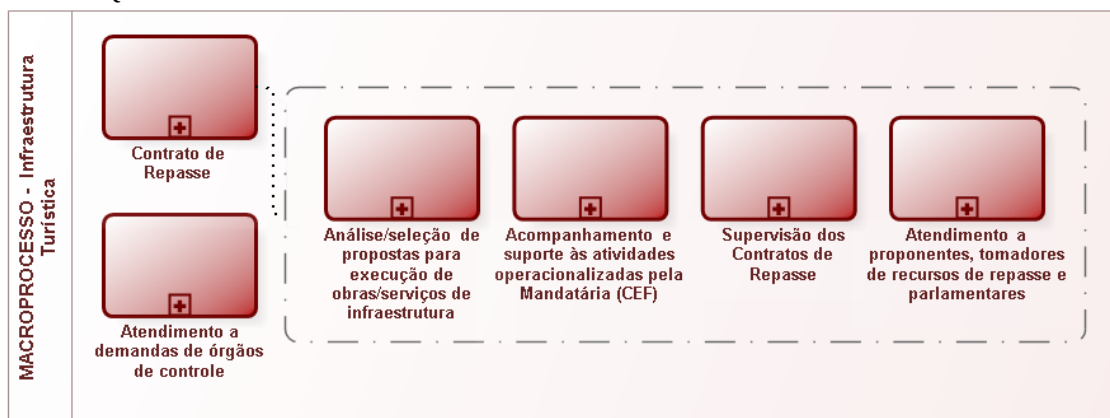
www.mapa.turismo.gov.br. Ademais, foram priorizadas as ações para o fortalecimento da Rede de Regionalização fomentando a implementação do Programa de Regionalização do Turismo. Com a preocupação de reforçar a importância das instâncias de governança regionais para o sucesso da política de regionalização, os encontros nacionais com os Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo fortaleceram os laços institucionais entre os interlocutores das UF's e incentivaram a cooperação entre os estados e o entre esses e o MTur.

No que se refere ao Planejamento Territorial, foram realizados 100% do acompanhamento, monitoramento e avaliação dos instrumentos de convênios, na elaboração e acompanhamento de PDITS, Planos de *Marketing*, Planos de Fortalecimento Institucional e Planos de Avaliação Ambiental, sendo concluída a elaboração de 4 Planos de Desenvolvimento do Turismo. O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) Nacional manteve-se ativo e em execução pelos estados e municípios, sendo 5 Contratos em execução (Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, Pernambuco e Ceará) e 2 Contratos concluídos (Manaus e Fortaleza). Ainda na condução do processo cabe destacar que 4 Contratos aguardam autorização do Governo Federal para assinaturas (Espírito Santo, Paraíba, Pará e Salvador). Todos os estados e municípios foram acompanhados e orientados pela equipe técnica de Planejamento Territorial do Turismo.

Procedeu-se ainda, ao mapeamento de todas as Matrizes de Investimentos dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que totalizou aproximadamente R\$ 20 bilhões, sendo parte a ser executada com recursos de financiamento externo, parte com recursos dos estados e municípios e parte com recursos do governo federal, por meio de instrumentos de transferências voluntárias. Não houve elaboração ou pleito de novas Cartas-Consultas para financiamento externo a serem apresentadas à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) do Ministério do Planejamento.

3.4.2 Macroprocesso Finalístico: Infraestrutura turística

QUADRO 3.4.2: CADEIA DE VALOR DE NÍVEL 2 - MACROPROCESSO INFRAESTRUTURA TURÍSTICA



Objetivo estratégico: Estruturar os destinos turísticos por meio de apoio à implementação de infraestrutura turística.

Descrição: Este macroprocesso engloba atividades de coordenação, monitoramento, apoio e avaliação dos planos, os programas e as ações do Ministério do Turismo voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística, atendidas as normas sobre acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ele envolve também articulação com órgãos e entidades de todas as esferas em seus programas, projetos e ações de infraestrutura da Política Nacional de Turismo.

Detalhamento da Cadeia de Valor: Ela é composta pelos seguintes macroprocessos: Contrato de Repasse e o processo de Atendimento a Demandas de Órgãos de Controle.

O macroprocesso de Contrato de Repasse abrange os seguintes processos:

- *Análise/seleção de propostas para execução de obras/serviços de infraestrutura com recursos de repasse:* análise técnica das propostas para implantação de ações de infraestrutura, incluindo a verificação de sua conformidade com os programas disponíveis e com as diretrizes da Pasta; provimento de suporte aos Proponentes - Estados, Distrito Federal e Municípios - na elaboração de propostas e inserção de propostas no SICONV.

- *Acompanhamento e suporte às atividades operacionalizadas pela Mandatária, Caixa Econômica Federal (CEF):* Este processo envolve: Celebração do contrato (empenho, instrução, internalização, celebração, publicação) para execução descentralizada do projeto; Execução e acompanhamento da execução do objeto: liberação de recursos para obras ou serviços de engenharia, acompanhamento e supervisão dos contratos de repasse; Prestação de contas: análise técnica e financeira da execução do objeto pactuado. Tomada de Contas Especiais: identificação e apuração do dano devido à não aprovação das contas.

- *Atendimento a proponentes, tomadores de recursos de repasse e parlamentares:* envolve análise e produção de respostas a solicitações tais como: celebração de contratos, pedidos de informação, prorrogação de cláusulas suspensivas e de vigência de contratos, ampliação/supressão de metas, reprogramação contratual, pedidos de destinação de recursos do MTur ou indicação de recursos advindos de verbas parlamentares para execução de projetos de infraestrutura turística.

- *Supervisão dos contratos de repasse:* poderá recair sobre qualquer contrato e envolverá, anualmente, no mínimo, cinco por cento do número de contratos de repasse celebrados no exercício anterior, selecionados por amostragem, observando-se, ainda, critérios que estabelecem a proporção de contratos

- *Atendimento a demandas de órgãos de controle* – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), Tribunal de Contas da União (TCU), Polícia Federal-PF, Ministério Público Federal (MPF), entre outros - envolve denúncias, determinação de cumprimento de decisões judiciais, solicitação de subsídios para defesa da União em face a ações em andamento, solicitação de informações acerca de propostas e contratos celebrados -

abrangendo temas como sua situação, sua prestação de contas e eventual instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial, além do atendimento a recomendações preventivas e corretivas exaradas pelo TCU e pelo MTFC.

Produtos/Serviços: Construção, revitalização, reforma ou revitalização de infraestrutura urbana para adequação de espaços de interesse turístico, tais como: saneamento básico; sistemas de drenagem urbana; parques urbanos; pavimentação; execução de calçadas, passeios, iluminação pública e ciclovias/ciclofaixas; estradas e rodovias; terminais rodoviários intermunicipais e interestaduais, de aeroportos, de ferrovias e estações férreas; obras de arte especiais; de orlas e terminais fluviais, lacustres ou marítimos; edificações de uso público ou coletivo destinadas a atividades indutoras de turismo; mirantes; centros de qualificação de mão-de-obra para os setores de gastronomia, hotelaria e turismo; parques naturais e de exposições, de portais; de centros de comercialização de produtos associados ao turismo; implantação e reforma de sinalização turística e interpretativa; aquisição de equipamentos necessários à funcionalidade dos objetos apoiados.

Clientes: Estados, Distrito Federal e Municípios.

Subáreas responsáveis: 1. Dep. de Infraestrutura Turística (DIETU) 1.1. Coordenação Geral de Infraestrutura Turística (CGIE) 1.1.1. Coordenação de Análise de Projetos de Infraestrutura Turística (CAPI) 1.2. Coordenação Geral de Acompanhamento e Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística (CGAS) 1.2.1. Coordenação de Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística (CSIT).

Condução do macroprocesso:

A condução do macroprocesso pode ser descrita pelos principais pontos: dificuldades, melhorias incorporadas ao macroprocesso e oportunidades de melhoria.

Em relação às dificuldades, embora o Departamento de Infraestrutura venha desenvolvendo com afinco sua missão institucional de estruturar os destinos turísticos por meio do apoio à implementação de infraestrutura turística - promovendo, deste modo, sua contínua melhoria - por se tratar da maior e mais complexa ação do Ministério do Turismo, a estrutura de pessoal destinada à condução do respectivo macroprocesso é insuficiente em relação à quantidade e à complexidade das tarefas executadas, requerendo significativo aumento na força de trabalho.

Do ponto de vista das melhorias implementadas, a criação e o aperfeiçoamento de manuais de procedimentos destinados à regulamentação das atividades voltadas à gestão dos contratos de repasse, principal objeto para apoio às transferências voluntárias sob responsabilidade do departamento.

Por último, dentre as oportunidades de melhoria, podem ser destacadas adequação no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e no Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (Siacor).

Ampliar o atual escopo de utilização do SEI, estendendo-o do campo que envolve a produção e a tramitação de documentos para o campo da gestão da estrutura de pessoal disponível, através do monitoramento de fluxo de documentos no sistema possibilita aos gestores viabilizar a dinamização da utilização da força de trabalho permitindo a avaliação do volume e da

complexidade das demandas distribuídas entre os colaboradores, impacto em termos de prazo de resposta durante a evolução do processo de atendimento. Destaca-se ainda como oportunidade de melhoria na gestão, a implementação de novas ferramentas de gestão no Siacor, que possibilitem maior eficiência na gestão das transferências voluntárias.

3.4.3 Macroprocesso Finalístico: *Marketing*

QUADRO 3.4.3: CADEIA DE VALOR DE NÍVEL 2 - MACROPROCESSO INFRAESTRUTURA TURÍSTICA



Objetivo estratégico: Promover os e apoiar a comercialização de destinos turísticos brasileiros no mercado nacional.

Descrição: propõe, apoia, planeja, coordena, acompanha e avalia ações, planos, projetos, programas de *marketing* e de apoio à comercialização do turismo brasileiro no mercado nacional; elabora, implementa e avalia estratégias para a definição de mercados para promoção dos produtos e destinos turísticos brasileiros; disponibiliza informações sistematizadas sobre destinos turísticos brasileiros.

Detalhamento da Cadeia de Valor: O macroprocesso *Marketing* é formado pelos seguintes processos:

- *Posicionamento de Produtos Turísticos:* atividades de criação e implementação de estratégias de posicionamento de produtos turísticos no mercado, de identificação e análise das condições de produtos turísticos nas regiões turísticas brasileiras a serem promovidos em âmbitos nacional e internacional, de prestação de informações aos destinos turísticos sobre as características de cada segmento da oferta e da demanda turística e de apoio e estímulo a projetos voltados à inovação e ao aprimoramento de produtos turísticos.

- *Apoio à Comercialização do Turismo:* Este processo envolve atividades de realização e estímulo a ações de apoio à comercialização, como forma de ampliar os canais de distribuição, de disponibilização aos prestadores de serviços turísticos informações sistematizadas sobre produtos e destinos turísticos brasileiros para servir de suporte às ações de promoção e apoio à

comercialização do turismo no Brasil, de elaboração, implementação e avaliação de estratégias para a definição de mercados para promoção dos produtos e destinos turísticos brasileiros.

- *Incentivo às Viagens*: Este processo executa atividades de proposição de diretrizes, elaboração, coordenação, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações de incentivo a viagens, de disponibilização ao turista informações em plataforma digital sobre os produtos e destinos turísticos brasileiros e de planejamento, proposição, desenvolvimento, e execução de ações de publicidade digital.

- *Propaganda, Publicidade e Promoção do Turismo*: Este processo envolve atividades de planejamento, desenvolvimento, proposição e execução de ações de propaganda, publicidade e promoção, de formulação, análise, avaliação, acompanhamento e avaliação das ações de promoção, produção de campanhas de propaganda e publicidade nacional, assim como a produção de material técnico do Ministério do Turismo, provenientes de ações vinculadas às agências contratadas, de coordenação e aprovação as campanhas publicitárias junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de desenvolvimento, implantação e manutenção de banco de imagens dos destinos brasileiros e de apoio ou realização de estudos e pesquisas para subsidiar ações publicitárias do MTur.

- *Eventos Institucionais e Geradores de Fluxo Turístico*: Este processo realiza atividade de participação, apoio, captação e supervisão de eventos geradores de fluxo turístico, intrínsecos e temáticos do turismo, de proposição de calendário anual de participação do Ministério em feiras e eventos turísticos nacionais, de acompanhamento e avaliação dos resultados da participação do Ministério em feiras, eventos turísticos nacionais e eventos geradores de fluxo turístico, de supervisão e proposição de critérios para apoiar eventos e de proposição de diretrizes e estratégias de captação de eventos geradores de fluxos turísticos para regiões turísticas e destinos brasileiros.

- *Gerenciamento de Informações de Produtos e Destinos*: este processo abrange atividades de desenvolvimento e gerenciamento base de dados sobre os destinos turísticos brasileiros para auxiliar as ações de *marketing*, comunicação e apoio à comercialização, de criação e gerenciamento instrumentos e mecanismos para captação de dados dos produtos e mercados turísticos.

Produtos/Serviços: Bancos de dados; Grade de promoção dos destinos; Planos de *marketing* ou de posicionamento de produtos turísticos; Manuais, cartilhas e documentos técnicos; Mídia espontânea de destinos turísticos (*press trips*); Visita de familiarização de destinos a operadores turísticos; Identificação e disseminação de boas práticas no turismo; Encontros de negócios; Campanhas; Materiais promocionais; Eventos institucionais do turismo; Eventos geradores de fluxo turístico.

Clientes: Turista nacional; Órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios; prestadores de serviços turísticos e seus representantes.

Subáreas responsáveis: 1. Departamento de *Marketing* e Apoio à Comercialização do Turismo (DEMAC) 1.1. Coordenação-Geral de Produtos Turísticos (CGPRO); 1.1.1. Coordenação de Posicionamento de Produtos (CPP); Coordenação de Apoio à Comercialização do Turismo (CAC); 1.2. Coordenação-Geral de Promoção e Incentivo a Viagens (CGPIV); 1.2.1. Coordenação de Incentivo a Viagens (CIV); 1.3. Coordenação-Geral de Eventos Turísticos (CGEV); 1.3.1. Coordenação de Eventos Turísticos Institucionais (CETIN); 1.3.2. Coordenação de Eventos Geradores de Fluxos Turísticos (CEGFT).

Condução do macroprocesso no exercício:

Para retratar, de modo sucinto, a condução do macroprocesso Marketing, destacam-se as dificuldades encontradas na sua execução, melhorias implementadas no decorrer do exercício e algumas oportunidades de melhoria.

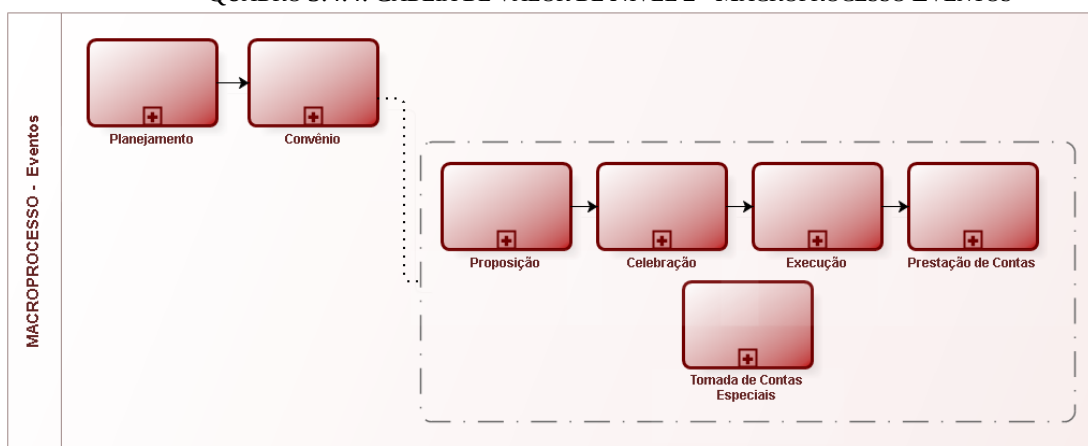
Em relação às dificuldades encontradas ressaltamos a insuficiência de servidores no corpo técnico, a rotatividade, pouca experiência da equipe do MTur e das equipes de órgãos oficiais de turismo de UFs e municípios, distanciamento entre MTur, órgãos oficiais de turismo das UFs e agentes do mercado, escassez de informações sobre os destinos e temas que nunca foram trabalhados pelo MTur, tamanho do território nacional e quantidade de municípios, orçamentária e o acúmulo de passivo de prestação de contas.

No decorrer do exercício algumas melhorias foram implementadas melhorias, tais como: ações de aproximação entre MTur e UFs e MTur e Embratur; início da capacitação de gestores; aprimoramento da instrução processual; melhoria do controle interno; instauração de força-tarefa e redução do passivo de prestação de contas.

Por último, podemos destacar algumas oportunidades de melhoria, como a aproximação de agentes do mercado, definição de mercados-alvo em âmbito nacional, remanejamento de servidores para o Departamento de *Marketing* e Apoio à Comercialização, maior disponibilização de recurso orçamentário para as ações de *marketing*, definição de critérios formais de participação em eventos intrínsecos e temáticos do turismo.

3.4.4 Macroprocesso Finalístico: Eventos

QUADRO 3.4.4: CADEIA DE VALOR DE NÍVEL 2 - MACROPROCESSO EVENTOS



Objetivo estratégico: Ampliar a participação do turismo na economia brasileira.

Descrição: O macroprocesso visa a realização de feiras e eventos turísticos nacionais com o objetivo de divulgar e agregar valor à imagem dos destinos turísticos brasileiros, possibilitando o aumento de empregos, de renda e o incremento do fluxo turístico. Visa também ao apoio a eventos geradores de fluxos turísticos objetivando a divulgação e a agregação de valor à imagem dos destinos turísticos brasileiros.

Detalhamento da Cadeia de Valor: Esta Cadeia de Valor é composta por dois macroprocessos: Planejamento e Convênio.

O macroprocesso de Planejamento consiste na supervisão e em propor critérios para apoiar eventos turísticos institucionais e geradores de fluxos turísticos. Consiste também em propor diretrizes e estratégias de captação de eventos geradores de fluxos turísticos para regiões turísticas e destinos brasileiros, assim como o calendário anual de participação do Ministério em feiras e eventos turísticos nacionais.

O macroprocesso de Convênio é composto pelos seguintes processos:

- *Proposição:* Consiste na avaliação de proposta de apoio e de participação do Ministério em eventos nacionais de interesse turístico e geradores de fluxo turístico, com o objetivo de divulgar e agregar valor à imagem dos destinos turísticos brasileiros, possibilitando o aumento de empregos, de renda e o incremento do fluxo turístico.

- *Celebração:* A celebração consiste na assinatura do Termo de Convênio.

- *Execução:* Consiste na realização dos pagamentos para execução do objeto, fiscalização in loco, aditivo de prazo, prorrogação de ofício e aditivo de recursos suplementares.

- *Prestação de Contas:* Consiste na análise da prestação de contas quanto à execução física, na análise da prestação de contas financeira e na devolução de recursos.

- *Tomada de Contas Especiais:* Consiste na instauração de TCE e no pronunciamento Ministerial.

Produtos/Serviços: Feiras, eventos turísticos nacionais, eventos geradores de fluxos turísticos, emprego e renda.

Clientes: Turista nacional; Órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Subáreas responsáveis: 1. Departamento de *Marketing* e Apoio à Comercialização do Turismo (DEMAC) 1.1. Coord. Geral de Eventos Turísticos (CGEV) 1.1.1. Coord. de Eventos Institucionais (CETIN) 1.1.2. Coord. de Eventos Geradores de Fluxos Turísticos (CEGFT).

Condução do macroprocesso no exercício:

Para retratar, de modo sucinto, a condução do macroprocesso Eventos, dividimos a sua descrição em dois grandes grupos: pontos fortes e dificuldades.

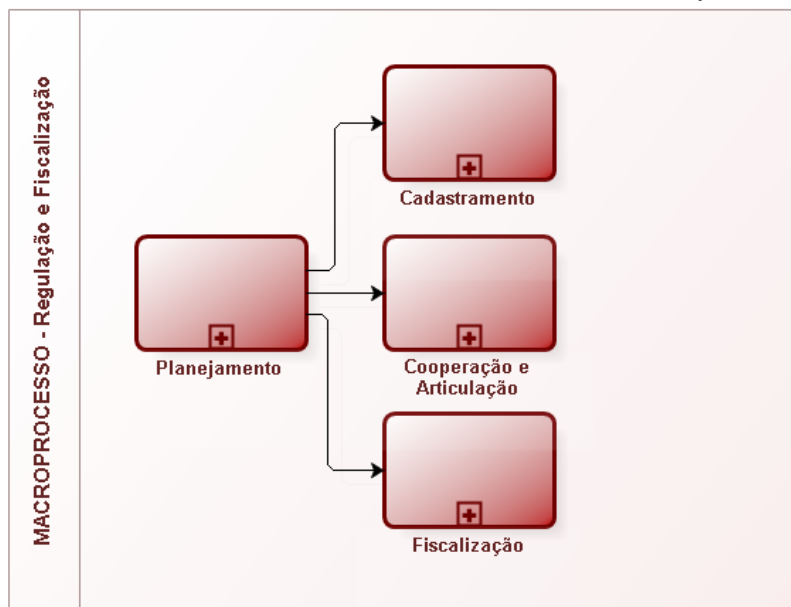
Dentre os pontos fortes, pode-se citar: a disponibilização de recursos suficientes para a participação do MTur em eventos institucionais; superação da meta inicial prevista de aprovação de propostas, cujos objetos eram eventos geradores de fluxos turísticos. Meta inicial: 30 (trinta) – aprovação: 55 (cinquenta e cinco); experiência e conhecimento adquiridos.

Dentre as dificuldades, pode-se citar a restrição/número insuficiente de pessoal na área; não confirmação antecipada do calendário de eventos institucionais, o que gerou atraso em

determinados processos; exiguidade de prazos associada à dificuldade dos proponentes em cumprir critérios e requisitos.

3.4.5 Macroprocesso Finalístico: Regulação e Fiscalização

QUADRO 3.4.5: CADEIA DE VALOR DE NÍVEL 2 - MACROPROCESSO REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Objetivo estratégico: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos.

Descrição: Este macroprocesso visa o estímulo à qualificação dos serviços turísticos, por meio da formalização do setor através de uma ação conjunta entre o MTur, Estados, Distrito Federal e Municípios e suas respectivos órgãos e entidades. Essa estratégia envolve iniciativas relacionadas à criação de normativos, apoio e promoção do cadastramento e fiscalização de empresas, equipamentos e profissionais do setor de turismo.

Detalhamento da Cadeia de Valor: Ela é composta pelos seguintes macroprocessos: Planejamento, Cadastramento, Cooperação e Articulação, Fiscalização.

- *Planejamento:* momento em que são definidas as estratégias, programas e ações necessárias ao estímulo da melhoria de qualidade na prestação de serviços turísticos, compreendendo a formulação de atos normativos regulamentares e referenciais mais adequados ao setor; o aprimoramento do Sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos; e a implementação da fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

- *Cadastramento:* o principal objetivo dessa ação finalística é estimular a formalização dos serviços turísticos, por meio do cadastramento. Para isso, são desenvolvidas normas que estimulem o ordenamento dos prestadores de serviços turísticos e a gestão do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

- *Cooperação e Articulação:* Busca, juntamente com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e distrital e com entidades não

governamentais em programas, projetos e ações, reunir esforços com a finalidade de promover o cadastramento, a fiscalização e qualificação dos serviços turísticos.

- *Fiscalização*: com o fim de orientar a fiscalização de empresas, equipamentos e profissionais do setor de turismo, são desenvolvidos atos normativos, procedimentos e providenciados os meios indispensáveis à implementação da fiscalização pelo Ministério do Turismo.

Produtos/Serviços: Prestadores de serviços turísticos cadastrados;

Clientes: Prestadores de serviços turísticos; Órgãos Delegados de Turismo.

Subáreas responsáveis: 1. Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo (DEQUA); 1.1. Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos (CGST); 1.1.1. Coordenação de Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos (CFISC); 1.1.1.1. Divisão de Apoio à Formalização e Cadastramento (DIFOC); 1.1.1.2. Divisão de Apoio à Fiscalização (DIFIS).

Condução do macroprocesso no exercício:

No decorrer do exercício, foram encontradas algumas dificuldades, como contingenciamento orçamentário, inúmeras mudanças na gestão do MTur, atuação insatisfatória da área de TI para realização do aperfeiçoamento do Sistema Cadastur - Sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos -, falta de carreira própria de agente fiscal do turismo, a qual impede uma ação mais efetiva de fiscalização. Apesar disso, foi possível executar ações de melhoria no próprio Cadastur e implementar a fiscalização.

No que tange ao aperfeiçoamento do Cadastur, essa ação tem como finalidade incentivar e promover a formalização e o cadastramento dos prestadores de serviços turísticos, de forma a estimular o ordenamento dos prestadores de serviços turísticos. Para melhor atendimento deste fim, em parceria com a Coordenação de Tecnologia da Informação, está sendo desenvolvida a versão 3.0 do sistema cuja objetivo de fazer do cadastramento atividade integralmente virtual, em consonância com a Portaria MTur nº 197, de 2013, desburocratizando o processo e eliminando necessidade de apresentação de documentos nos órgãos delegados, permitindo a desoneração processual desses órgãos. A nova versão do Cadastur passa a ostentar interface amigável e intuitiva, facilitando o acesso por parte dos prestadores turísticos, notadamente o acesso por aqueles que operem em áreas distantes das capitais e viabilizando o cadastramento de milhares de empresas que o consideravam burocrático e de difícil acesso.

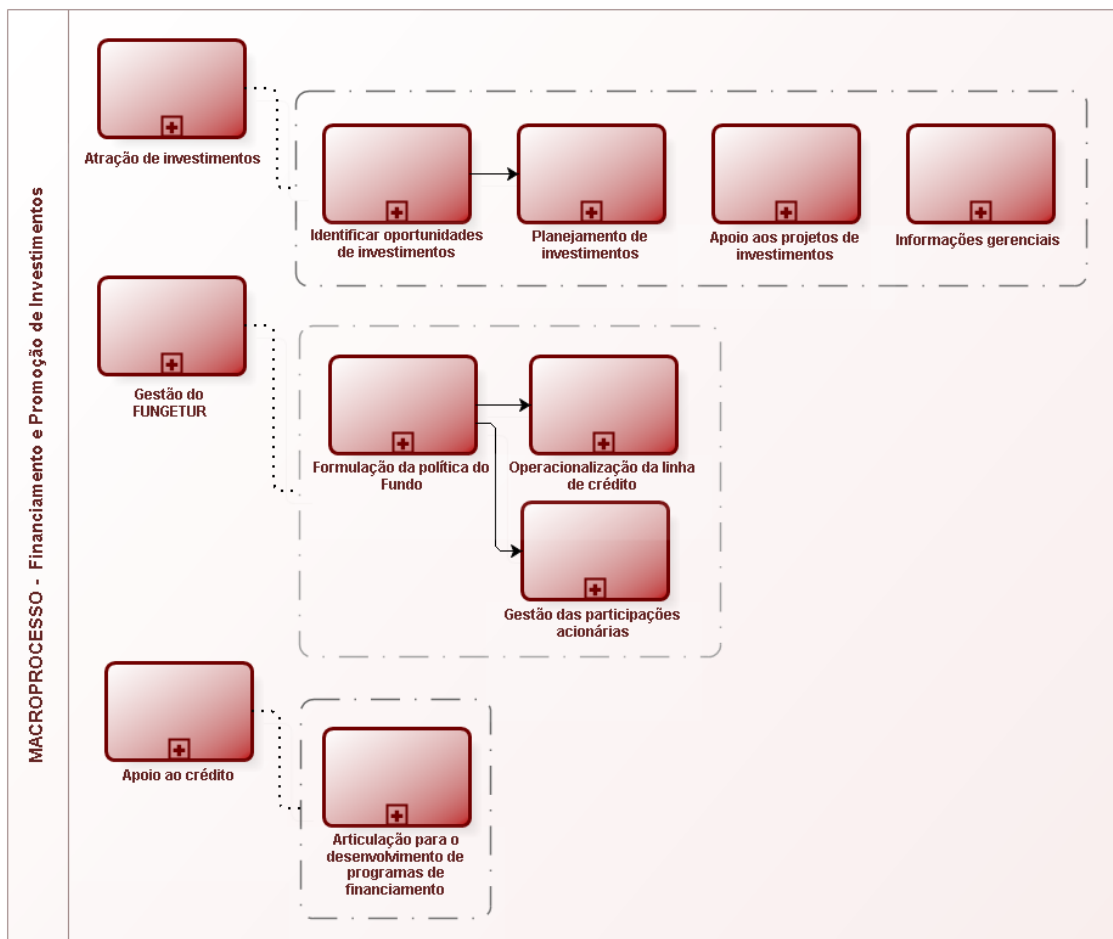
Em relação à implementação da fiscalização, a qual tem a intenção de combater a informalidade no setor, de forma a estimular a melhoria da qualidade dos serviços turísticos, podemos destacar duas ações: o desenvolvimento dos meios, procedimentos e etapas para a implantação do programa de fiscalização (estando pendente o remanejamento, por parte do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de funções para fins designação dos agentes fiscais de turismo, principal condutor desse processo) e assinatura de acordo de cooperação com Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que está em fase de conclusão, o qual possibilitará a compatibilização de informações e integração dos sistemas CADASTUR e Sistema de Autorização de Viagem (SISOUT), do mesmo modo que oportuniza que a ANTT incorpore nas suas ações de fiscalização, in loco, a inspeção do cadastro de transportadoras turísticas e das agências com frota própria, nos termos de tratativas a serem realizadas posteriormente.

Assim, as ações de aperfeiçoamento do Cadastur e melhorias na fiscalização são importantes para que o macroprocesso possa alcançar seu objetivo estratégico. Além disso, podemos ainda identificar algumas oportunidades de melhoria, são elas: maior acesso a

capacitações especializadas; melhora da capacidade de atendimento do setor de desenvolvimento de sistemas (TI); maior articulação com órgãos externos.

3.4.6 Macroprocesso Finalístico: Financiamento e Promoção de Investimentos

QUADRO 3.4.6: CADEIA DE VALOR DE NÍVEL 2 - MACROPROCESSO FINANCIAMENTO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS



Objetivo estratégico: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos.

Descrição: As atividades consistem no desenvolvimento de ações para promoção de projetos e oportunidades de investimentos, visando à atração de investimentos privados para o setor de turismo e no apoio ao desenvolvimento de linhas de financiamento à cadeia produtiva; e na proposição de políticas, diretrizes e estratégias para o fomento ao setor de turismo com recursos do Fungetur.

Detalhamento da Cadeia de Valor: Ela é composta pelos seguintes macroprocessos: Atração de investimentos, Gestão do Fungetur, Apoio ao Crédito.

O macroprocesso Atração de investimentos abrange os seguintes processos:

- *Identificar oportunidades de investimentos:* Acompanhar estudos e pesquisas voltados para o incremento da economia no setor de turismo brasileiro, bem como a oferta de projetos

estratégicos nas regiões turísticas do País. Identificar entraves no ambiente de negócios e articular melhorias junto aos órgãos competentes.

- *Planejamento para atração de investimentos*: Definir estratégias para estimular o desenvolvimento de projetos para captação de investimentos em segmentos turísticos, visando ao aumento do volume de investimentos no setor de turismo brasileiro. Identificar, participar e realizar eventos com foco em atração de investimentos em segmentos turísticos, aproximando o empresariado nacional de potenciais investidores nacionais e estrangeiros.

- *Apoio aos projetos de investimentos*: Apoiar a elaboração de planos de atração de investimentos junto aos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como o acompanhamento, a promoção e a apresentação de projetos e oportunidades, visando à captação de investimentos.

- *Informações gerenciais*: Elaborar materiais promocionais e institucionais com o objetivo de promover os segmentos turísticos potenciais e apoiar a decisão do investimento. Facilitar o acesso do empresariado nacional, bem como os dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal a dados estatísticos relativos à atração de investimentos.

O macroprocesso Gestão do Fungetur abrange os seguintes processos:

- *Formulação da política do Fundo*: Participar da proposição de políticas públicas de fomento ao turismo definindo diretrizes, prioridades, objetivos, programas e ações de apoio ao desenvolvimento do setor com suporte financeiro do Fungetur.

- *Operacionalização da linha de crédito*: Estimular de modo geral a oferta de crédito destinando recursos do Fungetur ao financiamento de projetos de investimento e de aquisição de bens para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos.

- *Gestão das participações acionárias*: Acompanhamento e controle das atividades inerentes às empresas públicas e privadas que o Fungetur detém participação acionária. Recuperar os aportes financeiros do Fungetur no capital social de diversas empresas sob a forma de ações, com o propósito de reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades exploradas pelo setor público.

O macroprocesso de Apoio ao crédito abrange o seguinte processo:

- *Articulação para o desenvolvimento de programas de financiamento*: Promover a interlocução com órgãos governamentais, instituições financeiras e representantes do setor para o desenvolvimento de políticas estruturantes de crédito público voltadas para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do turismo nacional.

Produtos/Serviços: Realização de eventos e seminários com foco na atração de investimentos; promoção de projetos e de segmentos turísticos com potencial de investimento junto a investidores nacionais e estrangeiros; Linhas de crédito para setor do turismo.

Clientes: Secretarias Estaduais, Distritais e Municipais de Turismo e de Desenvolvimento Econômico; Associações Empresariais do setor de turismo; Empresários; Investidores em segmentos turísticos; Empresas do setor turístico.

Subáreas responsáveis: 1. Coordenação-Geral de Atração de Investimentos (CGINV); 1.1. Coordenação de Oportunidades de Investimentos (CINV); 1.2. Divisão de Apoio à Atração de Investimentos (DINV); 2. Coordenação-Geral de Articulação de Apoio ao Crédito e ao FUNGETUR (CGACF); 2.1 Divisões de Apoio Técnico às Ações do FUNGETUR (DIAF).

Condução do macroprocesso no exercício:

Para a descrever a condução macroprocesso Financiamento e Promoção de Investimentos durante o exercício de 2016, podemos discorrer acerca dos seguintes macroprocessos de segundo nível: Gestão do Fungetur, Apoio ao crédito e Atração de investimentos.

No que se refere à Gestão do Fungetur e Apoio ao Crédito, o Ministério do Turismo renovou o contrato com a Caixa Econômica Federal para operacionalização da linha de crédito com recursos do Fundo Geral de Turismo, contemplando as novas condições de financiamento estabelecidas na Portaria GM nº 75/2015. As novas condições incorporam aspectos de atratividade e competitividade à linha de crédito e ampliam as modalidades de aplicação dos recursos, com o objetivo de facilitar o acesso de micro e pequenos empreendedores do setor de turismo ao crédito público. Apesar dessa melhoria implementada pelo Ministério do Turismo, a Caixa Econômica Federal não conseguiu realizar novos contratos de financiamento devido a dificuldades com o novo sistema operacional sendo implementado pela instituição.

Com relação à gestão das participações acionárias, em cumprimento ao Decreto nº 1.068, de 03 de março de 1994, que trata da alienação das participações minoritárias das entidades públicas, o Ministério do Turismo é instado a depositar no Fundo Nacional de Desestatização (FND), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as ações de propriedade do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). Por meio da Portaria GM/MTur nº 114, de 23 de março de 2016, o Ministério do Turismo inicia o processo de alienação, autorizando o Fungetur a efetuar o depósito dos certificados de suas ações no FND e autorizando o BNDES, gestor do FND, a praticar os atos necessários à alienação das participações acionárias do Fungetur, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND). A meta estabelecida no Plano de Ação para o exercício de 2016 foi cumprida, porém foram encontradas dificuldades decorrentes da morosidade das empresas em fornecer toda a documentação exigida pelo BNDES para realizar o depósito no FND e do fato de algumas companhias elencadas na Portaria GM/MTur nº 114/2016 encontrarem-se em processo de liquidação, o que impede o depósito de suas ações no FND.

Por fim, o Ministério do Turismo propôs alterações a serem contempladas na revisão da Lei nº 11.771/2008, a Lei Geral do Turismo, para melhoria do processo de gestão e de características do Fundo Geral de Turismo, de modo a aumentar a contribuição do Fundo para o desenvolvimento do setor. A proposta inclui a criação de um conselho gestor, com a finalidade de estabelecer diretrizes e prioridades para alocação dos recursos do Fundo; a alteração do indicador de atualização das amortizações para a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com o objetivo de equiparar o custo da linha de crédito com recursos do Fundo ao dos demais programas de financiamento federais; a inclusão de nova fonte de recursos, os incentivos fiscais e creditícios existentes, possibilitando aumento dos recursos destinados ao Fundo Geral de Turismo; e a inclusão de apoio financeiro a projetos de fortalecimento institucional dos órgãos estaduais do turismo, visando ao desenvolvimento do setor.

No que tange ao macroprocesso “Atração de investimentos”, foram realizadas ações de fomento à iniciativa privada, ao longo do ano de 2016, mantiveram foco no estímulo e na promoção de projetos com o objetivo de captar investimentos privados para o setor. Nos eventos especializados em atração de investimentos foram oferecidos aos estados e municípios

e ao Distrito Federal, assim como ao setor empresarial brasileiro participação em rodadas de negócios e acesso a investidores internacionais.

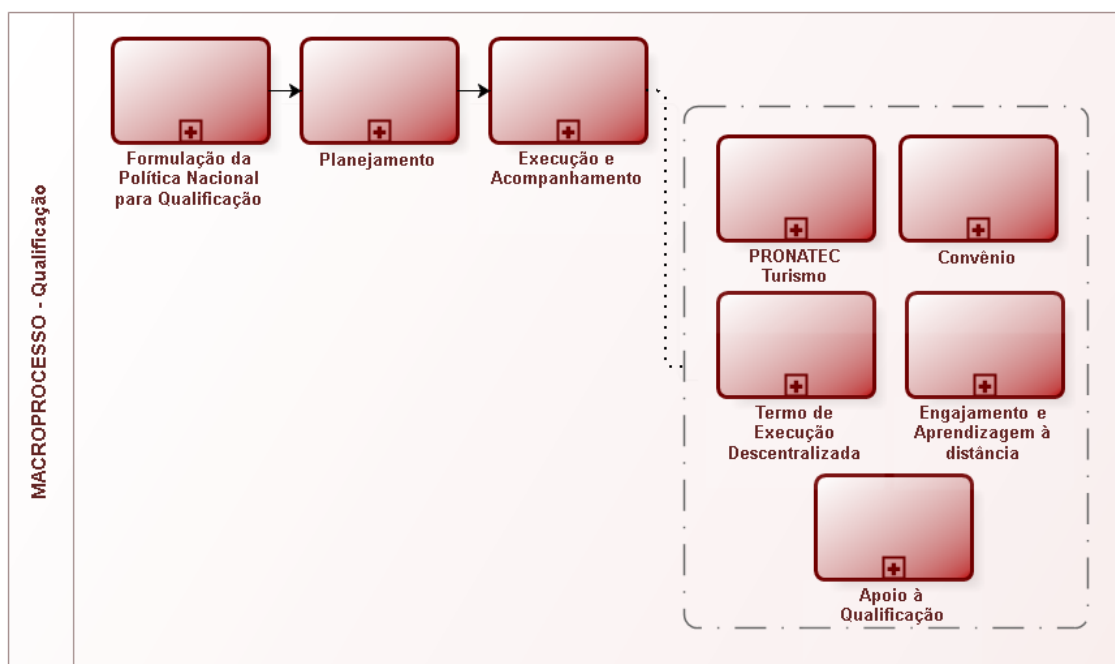
Dentre as ações supracitadas, se destacam: seminários e rodadas de negócios no *International Hotel Investment Forum* (IHIF), um dos três maiores eventos de hotelaria, que acontece anualmente em Berlim; seminários, rodadas de negócios e apresentação do Painel Brasil “Entendendo o Mercado Brasileiro – Foco Turismo” na Feira *Marché International des Professionnels d’Immobilier* (MIPIM); o seminário “Oportunidades de Investimentos e Formação de Joint-Venture em Infraestrutura Turística”, que aconteceu na Embaixada do Brasil em Roma, em que foram abordados sobre dados macroeconômicos, microeconômicos e setoriais, oportunidades no mercado turístico do país, políticas e ações do MTur; dois seminários, no âmbito da Casa Brasil, no Rio de Janeiro, em que agentes de governo da esfera federal, estadual, municipal e do DF, bem como empresários brasileiros, entidades de hotelaria e de outros segmentos, representantes de consulados, de embaixadas estrangeiras no Brasil e investidores debateram o mercado hoteleiro e segmentos com potencial turístico; o seminário “Enoturismo no Brasil – Potencial e Oportunidades de desenvolvimento”, realizado na Feira Internacional do Turismo (Festuris) 2016, em Gramado, RS.

Em relação às melhorias implementadas no macroprocesso Atração de investimentos se deu no âmbito da comunicação, citamos o lançamento do site www.investimento.turismo.gov.br com o objetivo de estimular os estados, municípios e o Distrito Federal a divulgarem projetos em segmentos turísticos para incremento da economia do setor, disponibilizando informações sobre a economia do turismo, as vantagens do investimento no setor no Brasil, o ambiente legal e órgãos promotores de investimento, agenda do MTur de atração de investimentos. Como oportunidade de melhoria e melhor aproveitamento das potencialidades do site por parte dos estados e municípios, vimos a necessidade de capacitação no que se refere ao desenvolvimento de projetos e ações promocionais para atração de investimento para suas regiões.

Como oportunidades de melhoria, vimos o estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica com órgãos específicos, como forma de potencializar o trabalho de atração de investimentos e permitir maior capilaridade e articulação junto a órgãos promotores de investimento.

3.4.7 Macroprocesso Finalístico: Qualificação Profissional

QUADRO 3.4.7: CADEIA DE VALOR DE NÍVEL 2 - MACROPROCESSO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



Objetivo estratégico: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos.

Descrição: Este macroprocesso visa a qualificação de serviços turísticos e de profissionais da área de turismo e hospitalidade para os diversos segmentos do setor, oferecendo novas oportunidades e promovendo a inclusão social, por meio de ferramentas que ampliem o conhecimento técnico-operacional e contribuam para o aumento da qualidade dos serviços ofertados, devendo considerar novas concepções, tecnologias e modernas ferramentas de gestão dos serviços turísticos destinadas aos profissionais e gestores do setor.

Detalhamento da Cadeia de Valor: Ela é composta pelos seguintes macroprocessos: **Formulação da Política Nacional para Qualificação**; **Planejamento**; **Execução e Acompanhamento**.

- **Formulação da Política Nacional para Qualificação:** Tem o objetivo de estabelecer o caminho a seguir, isto é, o estabelecimento de orientações para a formação e certificação profissional, no intuito de fortalecer a qualidade da prestação de serviços turísticos no Brasil, contemplando as melhores práticas adotadas no mundo e as novas exigências prospectadas pela trajetória futura do turismo.

- **Planejamento:** Inclui um conjunto de atividades preparatórias para a execução da política através do Plano Nacional de Qualificação e outras ações.

- **Execução e Acompanhamento:** Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos:

- **PRONATEC Turismo:** Dividido em 4 ações: **PRONATEC Turismo Cidadão** (qualificação de pessoas para suprir a necessidade de profissionais em cada município participante do programa); **PRONATEC Turismo na Empresa** (Aperfeiçoamento

profissional de quem já trabalha no setor de turismo); PRONATEC Turismo Social (qualificação de jovens egressos do Programa ViraVida do SESI, e seus familiares que pretendem entrar para o mercado de trabalho no setor de turismo.) e; PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local (aperfeiçoamento profissional de pessoas que exercem atividades produtivas associadas direta ou indiretamente ao turismo, de forma a melhorar os serviços prestados aos turistas, subsidiar o aumento da renda para o profissional local e o desenvolvimento da economia do município por meio do turismo, estimular o empreendedorismo e a formação de Microempreendedor Individual (MEI)

- *Engajamento e Aprendizagem à distância*: baseia-se na plataforma de ensino para atendimento às demandas por qualificação nos módulos de saberes experienciais: hospitalidade e atendimento ao turista; de saberes específicos: manipulação/segurança alimentar; de saberes interdisciplinares: de prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes, de sustentabilidade e acessibilidade; e de idioma: inglês instrumental, com o foco em profissionais que já atuam no setor do turismo. Os cursos têm o formato semipresencial, com carga horária mínima de 80 horas.

- *Convênios*: Forma de ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração.

- *Termo de Execução Descentralizada*: instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática

- *Apoio à qualificação*: Este processo executa diversas atividades, tais como: apoio a elaboração e implementação de planos estaduais, distritais e municipais de qualificação em turismo; promoção e apoio a implementação das ações de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação para o setor de turismo; apoio à certificação de serviços turísticos; incentivo à elaboração de normas técnicas para as atividades características do setor de turismo; incentivo ao desenvolvimento de instrumentos pedagógicos, metodologias, conteúdos e de ferramentas tecnológicas para qualificação dos empreendimentos turísticos; incentivo e apoio ao desenvolvimento de instrumentos pedagógicos, metodologias, conteúdos, ferramentas tecnológicas para o aprimoramento e atualização profissional;

Produtos/Serviços: Política Nacional para Qualificação; Profissionais e serviços turísticos capacitados.

Clientes: Profissionais e empresas do setor; Órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Subáreas responsáveis: 1. Dep. de Formalização e Qualificação no Turismo (DEQUA); 1.1. Coord. Geral de Qualificação Turística (CGQT); 1.1.1. Coord. de Qualificação Profissional do Turismo (CPROF); 1.1.2. Coord. de Qualificação de Prestadores de Serviços Turísticos (CSERT).

Condução do macroprocesso no exercício:

No decorrer do exercício, a Coordenação-Geral, responsável pelo macroprocesso, sofreu um déficit em seu quadro técnico e um aumento em suas demandas, fazendo com que, a

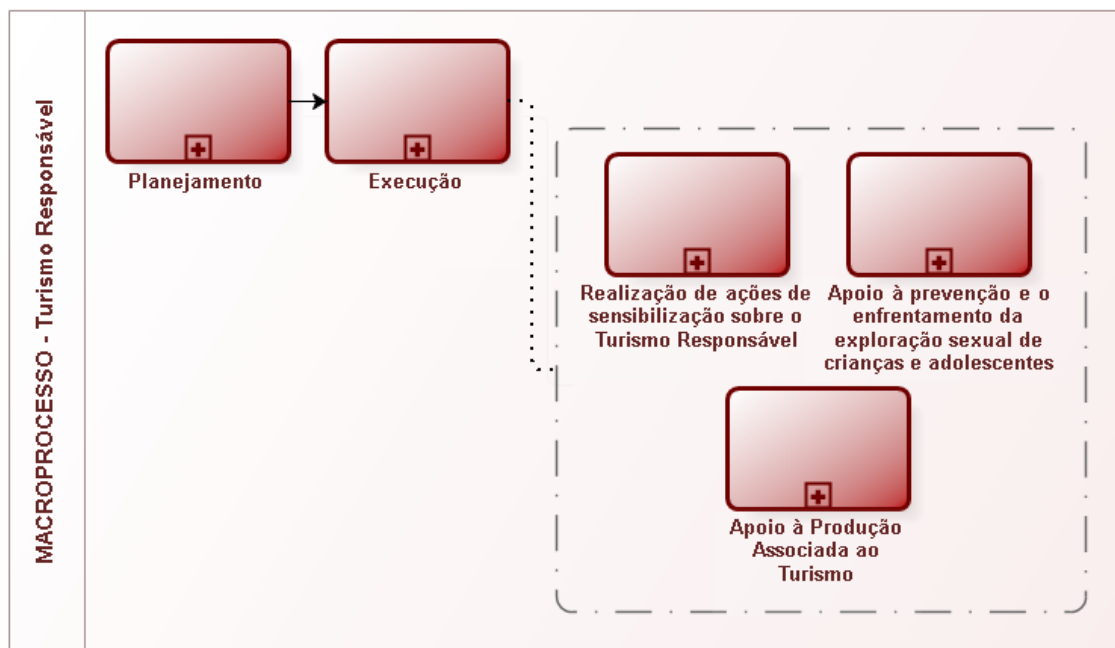
equipe fique sobrecarregada impactando na qualidade das atividades desempenhadas. Nesse contexto, com o intuito de tornar a oferta de cursos mais abrangente, sem perder a qualidade pedagógica, foi desenvolvido uma Plataforma de Engajamento e Aprendizagem – PEA, que combina conteúdo, diversão e dinâmica de recompensas, proporcionando uma experiência unificada entre dispositivos móveis e computadores tradicionais.

A plataforma foi desenvolvida com o conceito de multicanais independentes, que em cada Canal pode ser criada uma solução educacional diferente. A PEA permite a criação de módulos, ou módulo único, pré-requisito ou não entre as unidades, uso opcional das ferramentas de gamificação e materiais de diferentes formatos como vídeos, textos e conteúdos interativos.

A plataforma foi lançada em maio de 2016 com o Canal piloto, Braços Abertos, e vem sendo melhorada constantemente, a partir de sugestões de melhorias indicadas. Dessa forma, encontra-se mais robusta para o recebimento de novos Canais. O desenvolvimento da PEA como ferramenta de apoio à implementação das ações destinadas ao setor de turismo, sobretudo no que tange às ações de qualificação profissional, prospecta entre outras vantagens: a) Promoção do desenvolvimento tecnológico do país; Oferta de Curso de qualificação com acesso facilitado (qualquer aparelho com acesso à internet); b) Oferta de um número maior de cursos; c) Possibilidade de atendimento dos 2.175 municípios do Mapa do Turismo Brasileiro 2016; d) Disseminação de temas transversais (sustentabilidade, TSI, acessibilidade, categorização); e) Economicidade (redução de custos com alugueis, equipamentos); f) Cursos em larga escala e mais profissionais qualificados; g) Professor virtual (sem deslocamento de alunos e professores); h) Banco de dados de beneficiários; i) Monitoramento e avaliação com instituições de educação federais e estaduais; j) Aperfeiçoamento contínuo monitorado por CPF; k) Demanda de cursos identificada pelos Estados e Municípios; l) Implementação da PNQT (Política Nacional de Qualificação em Turismo); m) Monitoramento por CPF de inserção do profissional no mercado de trabalho; n) Disseminação anual de ações e programas prioritários do MTur; o) Possibilidades de qualificação de gestores públicos; e p) Ampliação da área de abrangência beneficiada.

3.4.8 Macroprocesso Finalístico: Turismo Responsável

QUADRO 3.4.8: CADEIA DE VALOR DE NÍVEL 2 - MACROPROCESSO TURISMO RESPONSÁVEL



Objetivo estratégico: Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística

Descrição: O macroprocesso visa promover o turismo responsável, com base nos princípios de sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica no turismo, do mesmo modo que, apoiar projetos e atividades voltadas a sustentabilidade; Turismo Sustentável e Infância; Produção Associada ao Turismo e ao Turismo Social, associado à acessibilidade, ao Idoso e ao público LGBT. Tal como, atuar na sensibilização de gestores públicos, prestadores de serviços turísticos e turistas.

Detalhamento da Cadeia de Valor: Ela é formada por dois macroprocessos: Planejamento, e Execução.

- *Planejamento*: momento em que são definidas as estratégias, programas e ações necessárias à promoção do Turismo Responsável, assim como o estímulo ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

- *Execução*: este macroprocesso é realizado através dos seguintes processos:

- *Realização de ações de sensibilização sobre o Turismo Responsável*: tem o objetivo de disseminar conteúdo de turismo responsável - em especial sustentabilidade e acessibilidade - para prestadores de serviço do setor de turismo e público final através da realização de palestras de sensibilização, divulgação em mídias sociais, distribuição de material impresso e apoio a ações de turismo sustentável já praticadas no setor.

- *Apoio à prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo*: objetiva a proteção de crianças e adolescentes: Distribuir, em datas estratégicas,

material publicitário da Campanha do Ministério do Turismo “Turismo Sustentável e Infância” voltada à prevenção e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, bem como da campanha “Proteja Brasil”, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

- *Apoio à Produção Associada ao Turismo*: possibilita o desenvolvimento socioeconômico de atores locais por meio da valorização de suas atividades associadas ao turismo, através de instrumentos de repasse e acordos de parceria.

Produtos/Serviços: Ações de sensibilização e disseminação realizadas e material publicitário distribuído.

Clientes: Gestores públicos, prestadores de serviços turísticos e turistas.

Subáreas responsáveis: 1. Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo (DEQUA); 1.1. Coordenação-Geral de Turismo Responsável (CGTR); 1.1.1. Divisão de Produção Associada ao Turismo (DIPAT).

Condução do macroprocesso no exercício:

Durante o exercício, apesar do contingenciamento orçamentário e das inúmeras mudanças na gestão deste Ministério, foram realizadas diversas ações voltadas para o turismo responsável, as quais resultaram na distribuição de guias para os prestadores de serviços turísticos e materiais para turistas durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, criação do Mapa de Iniciativas Sustentáveis no Turismo, realização de palestras e distribuição de materiais sobre os temas de sustentabilidade, acessibilidade, Turismo Sustentável e Infância, com a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, a área elaborou conteúdo do guia “Turismo e Sustentabilidade”, que tem por objetivo orientar os prestadores de serviços turísticos para que se tornem agentes e multiplicadores de práticas benéficas para o desenvolvimento sustentável do setor, com base nos princípios de sustentabilidade previstas no Programa de Regionalização do Turismo: sociocultural, econômico, ambiental e o político-institucional.

Além disso, foram distribuídos materiais como: 35 mil Adesivos com frases da Campanha Passaporte Verde em Inglês e Português; 46 mil Marca-páginas com chamada em português/inglês (22.000) e português/espanhol (24.000) com QR- code que direciona o guia Turismo Acessível (3 idiomas) e para o site “Viaje Legal”, o “Visit Brasil” e o da Campanha Passaporte Verde (2 idiomas) e link para download do app *Fellowtrip*; 30 Displays de balcão da Campanha Passaporte Verde, com QR-code direcionando para o site da campanha. O material da campanha foi, também, distribuído na Casa Brasil, nos 15 Centros de Atendimento ao Turista (CAT’s) fixos e nos 52 CAT’s móveis da cidade do Rio de Janeiro.

Houve, também, a Participação nos lançamentos do Guia de Bolso “Dicas para bem atender turistas com deficiência”, nos Jogos Paralímpicos, na Casa Brasil, do Guia de Bolso “Dicas Para Atender Bem Turistas Idosos”, durante a 44ª ABAV e do Guia de Bolso “Dicas para atender bem turistas LGBT”, no 28º Festival de Turismo de Gramado (FESTURIS)/2016. Com a distribuição desse material nos eventos e para as Secretarias Estaduais de Turismo, a quantidade de 36.345 exemplares do Guia de Bolso “Dicas para Atender Bem Turistas com Deficiência”, 20.000 exemplares do Guia de Bolso “Dicas para Atender Bem Turistas Idosos” e 19.100 exemplares do Guia de Bolso “Dicas para atender bem turistas LGBT”, a distribuição de material impresso para a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, exibição de 1 (um) vídeo no período dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e mensagem enviada pelo Cadastur à todos os prestadores de serviços turísticos regulares.

No que diz respeito especificamente à sustentabilidade, foi criado o Mapa de Iniciativas Sustentáveis no Turismo com informações e georreferenciamento dos cases vencedores de todas as categorias do Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, desde 2012, totalizando 56 cases (<http://www.iniciativassustentaveis.turismo.gov.br/>). O MTur e parceiros participaram do Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, que reconhece e dá visibilidade às melhores práticas de sustentabilidade do setor. Além disso, o Ministério cobriu todo evento e teve a produção de vídeo ganhador do prêmio TOP de sustentabilidade.

3.5 Macroprocessos de Apoio

QUADRO 3.5.1: MACROPROCESSO DE APOIO: GESTÃO DE PESSOAS

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo: Desenvolver competências técnicas e gerenciais; Cuidar da qualidade de vida dos servidores; Instituir a cultura voltada para os valores, os resultados e a responsabilidade socioambiental. Descrição: coordenar, controlar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas às políticas de administração e desenvolvimento de pessoal, promoção de saúde e qualidade de vida, seguindo as diretrizes oriundas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil. Principais processos: Ingresso; Estagiário; Férias; Desligamentos; Frequência; Capacitação; Avaliação de Desempenho Individual; Pagamento; Progressão Funcional; Qualidade de Vida.	- Incentivo a Língua Estrangeira - Concessão de benefícios; - Plano de saúde; - Boletim de Pessoal e Serviços; - Cursos e Capacitação; - Desempenho dos servidores avaliado; - Remuneração paga; - Assentamento e cadastros atualizados; - Servidores capacitados; - Bem estar e satisfação no trabalho (QVT).	- Servidores.	1. Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE); 1.1. Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP); 1.1.1. Coordenação de Administração de Pessoas (COAP); 1.1.1.1. Divisão de Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas (DILAP).

QUADRO 3.5.2: MACROPROCESSO DE APOIO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo: Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação seguras e de alto desempenho. Descrição: O macroprocesso disponibiliza infraestrutura, sistemas e outros serviços de tecnologia que apoiam os demais processos organizacionais. Principais processos: Gerenciamento de Projetos de TI; Desenvolvimento de sistemas de informação; Manutenção e Gestão de Sistemas e Banco de Dados; Gestão de Infraestrutura; Gerenciamento dos Contratos de TI; Gestão do Help Desk e relacionamento com o cliente; Escritório de Planejamento e Gestão; Elaboração de Planos de TI; Gestão da Segurança da Informação.	Produtos: - Solução de TI Serviços: - Desenvolvimento de Sistemas; - Manutenção de sistemas e Bancos de Dados; - Prestação de Suporte Técnico; - Contratação de soluções de TI; - Sustentação da infraestrutura de TI.	- Áreas do MTur; - Servidores; - Sociedade.	1. Diretoria de Administração (DIRAD); 1.1. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).

QUADRO 3.5.3: MACROPROCESSO DE APOIO: RECURSOS LOGÍSTICOS

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo: Garantir eficiência, efetividade e transparência na aplicação dos recursos. Descrição: Responsável pelas atividades relacionadas às políticas de organização institucional e sistemas administrativos, como administração de material, patrimônio, obras, transportes, serviços gráficos, telecomunicações, comunicações administrativas e documentação. Realiza licitação para aquisição de materiais, contratação de serviços e obras de engenharia. Principais processos: - Administração de materiais e patrimônio; - Serviços Gerais; - Gestão de Documentação; - Gestão Orçamentária e Financeira.	- Material de consumo; - Arquivo - Patrimônio - Licitação de materiais, serviços e equipamento - Protocolo; - Almoxarifado; - Reprografia; - Serviços Gerais.	- Servidores	1. Diretoria de Administração (DIRAD) 1.1. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL).

QUADRO 3.5.4: MACROPROCESSO DE APOIO: CONVÊNIOS

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo: Garantir eficiência, efetividade e transparência na aplicação dos recursos. Descrição: acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. Principais processos: Análise da prestação de contas; Anulação da proposta do convênio; Aprovação da proposta do convênio; Assinatura do termo de convênio; Devolução de recurso; Instauração de TCE; Pagamento; Pronunciamento Ministerial; Rescisão do Termo de Convênio.	- Nota técnica quanto à execução física; - Fiscalização <i>in loco</i>; - Nota técnica financeira; - Parcelamento de débito; - Demandas de órgãos de controle; - Notificação.	- Áreas finalísticas; - Estados e Municípios.	1. Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur) 1.1. Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo (DEQUA); 1.2. Departamento de <i>Marketing</i> e Apoio à Comercialização (DEMAC); 2. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (NETur) 2.1. Departamento de Ordenamento do Turismo (DEOTUR); 2.2. Departamento de Infraestrutura Turística (DIETU); 3. Secretaria Executiva; 3.1. Diretoria de Administração (DIRAD).

QUADRO 3.5.5: MACROPROCESSO DE APOIO: JURÍDICO

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo Estratégico: Simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos. Descrição: prestar consultoria jurídica no âmbito do Ministério do Turismo. Principais processos: Emissão de parecer. Apoio a elaboração de proposta de ato normativo. Análise prévia de editais, contratos e afins. Análise prévia da inexigibilidade e dispensa de licitações.	- Pareceres; - Notas; - Informações; - Cotas; - Despachos; - Ofícios; - Memorandos.	- Ministro de Estado do Turismo; - Gestores; - Unidades da Advocacia-Geral da União; do Poder Judiciário; e das Procuradorias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.	1. Consultoria Jurídica (CONJUR); 1.1. Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos e Judiciais (CGAJ); 1.1.1. Coordenação de Assuntos Técnicos e Judiciais (CAJ); e d.2. Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos e Convênios (CGAC).

QUADRO 3.5.6: MACROPROCESSO DE APOIO: CONTROLE INTERNO

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional. Descrição: É a de assegurar que a Administração atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, com os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade; em determinadas circunstâncias, abrange também o controle chamado de mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da administração pública. Principais processos: Assessoramento do Ministro de Estado; Pronunciamento Ministerial; Recomendações dos Órgãos de Controle; Melhoria do controle; Acompanhamento e monitoramento das demandas advindas de órgãos de controle interno e externo.	- Pareceres, Notas Técnicas e Despachos com orientações; - Apoio a prestação de contas anual a ser encaminhada ao TCU; - Recomendações dos órgãos de controle implementadas; - Relatório das providências.	- Ministro de Estado do Turismo; - Servidores e gestores do Ministério do Turismo; - Controladoria-Geral da União; - Tribunal de Contas da União; - Tribunais de Contas dos Estados e Municípios; - Ministérios Públicos Federal e Estadual; e, - Departamentos da Polícia Federal.	1. Assessoria Especial de Controle Interno (AECI).

QUADRO 3.5.7: MACROPROCESSO DE APOIO: COMUNICAÇÃO

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo Estratégico: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada. Descrição: Responsável em planejar, orientar, controlar e supervisionar a execução das atividades de comunicação do Ministério e acompanhar, junto à mídia em geral, a formação de opinião pública e reputação relativa ao Ministério e a seus órgãos. Principais processos: - Definir estratégias de divulgação dos programa, ações e serviços do Ministério; - Planejar, orientar, controlar e supervisionar a execução das atividades de comunicação social do Ministério; - Coordenar a execução das ações e conteúdo de comunicação institucional e legal, bem como a editoração e publicação técnica; - Monitorar notícias referentes ao Ministério do Turismo e seus porta-vozes na mídia, nas mídias digitais para divulgação de informações do MTur e interação com usuários.	- Briefings; - Eventos e Campanhas; - Artigos; - Coletivas de imprensa; - Discursos e pontos de fala; - <i>Hangouts; Periscope;</i> - Infográficos; - Notas para a imprensa; - Mensagens do ministro; - Publicações editoriais; - Publicações e Produção para as redes sociais; - Reportagens, avisos de pauta e releases; - Selos para redes sociais; - Cobertura jornalística; - Redação de entrevistas assinadas por porta-vozes; - <i>Press trip</i>.	- Imprensa; - Sociedade; - Servidores; - Terceirizados; - Entidades de Classe do Setor; - Congresso Nacional; - Secretaria e órgãos de turismo estaduais e municipais; - Demais ministérios e Presidência da República.	1. Assessoria de Comunicação Social (ASCOM).

QUADRO 3.5.8: MACROPROCESSO DE APOIO: ORÇAMENTO E FINANÇAS, CONTABILIDADE

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo Estratégico: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada. Descrição: Responsável por estabelecer a ligação e descentralização das Unidades da Administração direta e indireta do MTur, com a Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, transferência de créditos orçamentários e recursos financeiros, repasse de recursos elaboração e consolidação do PLDO e PLOA; Balanço de Governo; acompanhamento e controle das dotações consignadas na LOA, tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos, propostas orçamentárias das Unidades Administrativas do MTur e da Embratur. Principais processos: - Gestão do orçamento - Gestão financeira; - Proposta orçamentária; - Programação orçamentária; - Descentralização de recursos e movimentação de créditos; - Conformidade contábil; - Balancetes e Demonstrações Contábeis.	- NC/Nota de crédito (descentralização de crédito orçamentário); - PF/Programação financeira (liberação de recurso financeiro); - Informativos, memorandos e orientações técnicas por meio eletrônico; - ND/Nota de dotação (ajustes e detalhamentos nos créditos de dotação inicial da LOA , alteração, cancelamento e suplementação nos créditos de dotação inicial da LOA; - Relatórios orçamentários, financeiros e contábeis; - Orientações técnicas e contábeis; - NL/Nota de Lançamento.	- Unidades Gestoras e Executoras Internas e Externas - Todas as Áreas gerencias e departamentos da Unidade Administrativa direta e indireta -Unidades Gestoras e Executoras internas e externas e Órgãos Centrais -Gestores de contrato/convênio, gabinetes, diretorias e coordenações.	1. Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE); 1.1. Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF); 1.1.1. Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (CPOF); 1.1.1.1. Divisão de Programação Orçamentária e Financeira (DIPOF).

QUADRO 3.5.9: MACROPROCESSO DE APOIO: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo Estratégico: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada. Descrição: Responsável por auxiliar o Ministro de Estado do Turismo e as diversas áreas do MTur em assuntos de caráter internacional. Viabiliza e acompanha ações de cooperação e intercâmbio com governos estrangeiros e organismos internacionais, tais como a celebração de memorandos de entendimento e acordos de cooperação técnica internacional e a participação em fóruns e organismos internacionais. Planeja e coordena projetos que visam à excelência do turismo brasileiro frente às novas tendências internacionais. Principais processos: Este macroprocesso é composto pelos seguintes processos: - Coordenar e supervisionar as atividades de caráter internacional; - Articular com os demais órgãos do Ministério, quanto às ações internacionais, em estrita observância aos ditames da política externa brasileira; e - Prospeção das melhores práticas em turismo.	- Missões de Representação Institucional em Fóruns Nacionais e Internacionais; - Acompanhamento e Assessoramento às Autoridades do Ministério em atividades no âmbito internacional. - Assinaturas de Instrumentos Jurídicos; - Realização de Atividades de Cooperação Técnica. - Elaboração e Implementação de Projetos de Qualificação Internacional.	- Ministro de Estado do Turismo - Secretários, Diretores e Coordenadores do Ministério. - Governos Estrangeiros e Organismos Internacionais - Secretarias e Departamentos do MTur; - Governos Estrangeiros e Organismos Internacionais - Estudantes brasileiros; - Trade turístico.	1. Assessoria Especial de Relações Internacionais (AERI); 1.1. Coordenação-Geral de Parcerias Bilaterais e Multilaterais (CGBM).

QUADRO 3.5.10: MACROPROCESSO DE APOIO: ASSESSORIA PARLAMENTAR

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo: viabilizar as políticas e matérias de interesse do MTur junto ao legislativo. Descrição: responsável por prestar assistência direta e imediata ao ministro e manter a relação entre o MTur e o Legislativo; acompanhar a tramitação de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério em comissões e Plenário do Congresso Nacional; acompanhar a execução orçamentária das emendas e programas do Ministério; assessorar as autoridades do Ministério em visitas e audiências na Câmara ou no Senado; intermediar e responder demandas de deputados, senadores, prefeitos e vereadores em relação a programas e projetos do MTur. Principais processos: - Supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério junto ao Poder Legislativo; - Encaminhar e responder todas as demandas solicitadas pelo Congresso Nacional; - Intermediar demandas de parlamentares, prefeitos e assessores junto às áreas técnicas do Ministério, em especial, no esclarecimento de dúvidas quanto ao processo de execução das leis orçamentárias.	- Assessoramento ao Ministro de Estado do Turismo; - Acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do ministério; - Encaminhamento e esclarecimentos de demandas; - Relatórios de execução orçamentária de emendas e programas do Ministério.	- Ministro de Estado do Turismo; - Presidência da República; - Câmara dos Deputados; - Senado Federal; - Prefeituras; - Câmara Legislativa; e - Representações estaduais.	Assessoria Parlamentar (ASPAR).

QUADRO 3.5.11: MACROPROCESSO DE APOIO: OUVIDORIA

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional. Descrição: Responsável por receber, examinar e encaminhar as manifestações do público externo, quais sejam: pedidos de informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, recomendando a correção dos problemas identificados, com a finalidade de melhorar os serviços prestados. Principais processos: Receber, examinar e encaminhar as manifestações do público externo; Atender as demandas do e-SIC; Propor medidas visando assegurar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011); Recomendar a correção de problemas identificados a partir das demandas da Ouvidoria/SIC; e Implementar políticas de estímulo à participação social; Sistema de Ouvidoria.	- Atendimento às demandas do público externo. - Relatório Mensal da Ouvidoria - Atendimento às demandas do público externo, abrangidas pela Lei de Acesso à informação. - Relatório de pedidos de acesso à informação - Relatório de recursos e - Encaminhamento das recomendações às áreas. - Encaminhamento das recomendações às áreas. - Implantação de boas práticas proveniente de eventos, cursos e benchmarking. - Implantação de <i>software</i> de propriedade pública por meio de acordo de cessão de uso no ministério.	- Todas as áreas gerencias - Cidadão - Controladoria-Geral da União (CGU)	1. Ouvidoria

QUADRO 3.5.12: MACROPROCESSO GERENCIAL: ESTUDOS E PESQUISAS

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo Estratégico: Conhecer o turista, o mercado e o território. Descrição: Consiste na execução de ações que objetivam a produção de informações e indicadores gerenciais, por meio da realização de pesquisas, regulares e pontuais, e compilação de dados relativos ao Setor do Turismo Nacional. Principais processos: - Análise da Política Nacional de Turismo; - Acompanhamento da dinâmica do mercado turístico nacional e internacional; - Levantamento de dados estatísticos e econômicos do setor; - Gestão da base de dados de oferta e demanda turísticas; - Gestão Sistema Nacional de Ficha de Registro de Hóspedes; - Elaboração e análise de propostas para o turismo.	- Diagnóstico da Política Nacional de Turismo; - Informações do mercado turístico; - Dados estatísticos; - Informação de oferta e demanda turística nacional e internacional; - Proposta para o setor.	- Ministro de Estado; - Áreas finalísticas; - Entes públicos; - Conselho Nacional de Turismo; - Público em geral.	1. Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas (DEPES); 1.1. Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas (CGEP); 1.2. Coordenação-Geral de Informações Gerenciais (CGIG); e 1.2.1. Divisão de Inteligência de Mercado (DICM).

QUADRO 3.5.13: MACROPROCESSO GERENCIAL: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo Estratégico: : Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada. Descrição: coleta, processamento, sistematização e divulgação das informações necessárias aos processos de planejamento e tomada de decisão; coordenação da elaboração de relatórios de ação de governo e demais relatórios necessários à execução dos objetivos do Ministério do Turismo. Principais processos: 1. Acompanhar e Monitorar o Plano de Ação; 2. Avaliação de Desempenho Institucional para GPDGPE; 3. Promover Melhorias nos Sistemas de Monitoramento; 4. Prestação de Contas da Presidência da República; 5. Relatório de Gestão; 6. Mensagem Presidencial.	- Relatórios anuais estruturados e consolidados; - Desempenho dos servidores avaliado; - Prestação de contas realizada	- Gestores do MTur - Servidores - Órgãos de Controle: CGU e TCU - Ministério do Planejamento - Casa Civil	1. Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE); 1.1. Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas de Turismo (CGPMA) (Principais áreas relacionadas)

QUADRO 3.5.14: MACROPROCESSO GERENCIAL: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Objetivo: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada. Descrição: analisar a organização sob vários ângulos, definindo seus rumos por meio de um direcionamento que possa ser monitorado nas suas ações concretas, utilizando-se, para tanto, de um instrumento denominado “Mapa Estratégico”. Principais processos: Composto por dois grandes assuntos: 1. Formular Políticas e Diretrizes Estratégicas; 2. Elaboração do plano estratégico; 3. Construção do Mapa Estratégico; 4. Orientar na Definição de Metas e Indicadores de Desempenho.	-Plano Nacional do Turismo (PNT); - Planejamento Estratégico Institucional; - Plano de Ação; - Plano Plurianual (PPA); - Mapa Estratégico; - Indicadores de Desempenho.	- Gestores do MTur; - Servidores; - Órgãos de Controle: CGU e TCU; - Ministério do Planejamento; - Casa Civil.	1. Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE); 1.1. Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas de Turismo (CGPMA) (Principais áreas relacionadas).

3.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros externos do Ministério do Turismo são aqueles que compõe o Sistema Nacional de Turismo, especialmente o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR), os órgãos estaduais de turismo, os fóruns e conselhos estaduais de turismo, as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais. Além destes, destaca-se ainda a parceria com a Associação Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais do Turismo (ANSEDTUR) e com os órgãos municipais de turismo.

Também são importantes parceiros outros ministérios setoriais como o Ministério da Educação; o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços; o Ministério do Trabalho; o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério dos Direitos Humanos, assim como Bancos de Fomentos (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF), Bancos Públicos e Instituições de Ensino Superior.

Adicionalmente, frisa-se que os órgãos de controle (TCU, CGU, entre outros) atuam como parceiros do MTur, ao tempo em que alertam acerca de riscos à integridade, bem como apoiam os dirigentes com vistas a aprimorar a gestão em prol de melhores resultados.

6 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

6.1 Planejamento Organizacional

O Ministério do Turismo avançou no que compete ao planejamento e desenvolvimento institucional, visto que, no ano de 2016, foi criada a Coordenação - Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas do Turismo (CGPMA) com a responsabilidade de coordenar o Planejamento Público do Turismo. De acordo com o regimento interno, publicado na Portaria de nº 86, de 05 de fevereiro de 2016, à CGPMA compete:

[...]

II – coordenar o **planejamento, acompanhar e avaliar a Política Nacional de Turismo;**

III – **coordenar a elaboração do Plano Nacional de Turismo (PNT);**

IV – definir **indicadores** para avaliação da **Política e do Plano Nacional de Turismo;**

V – coordenar, propor, normatizar, implementar planos, programas, projetos e atividades – administrativos e organizacionais – relacionados com desenvolvimento, organização, normatização, modernização, racionalização, desburocratização e melhoria contínua;

VI – planejar, coordenar e compatibilizar a elaboração do **planejamento estratégico, planos e programas**, propor indicadores, acompanhar e monitorar a execução e avaliar os resultados do Ministério e da entidade vinculada, observando as diretrizes do órgão central do Sistema de Planejamento Federal;

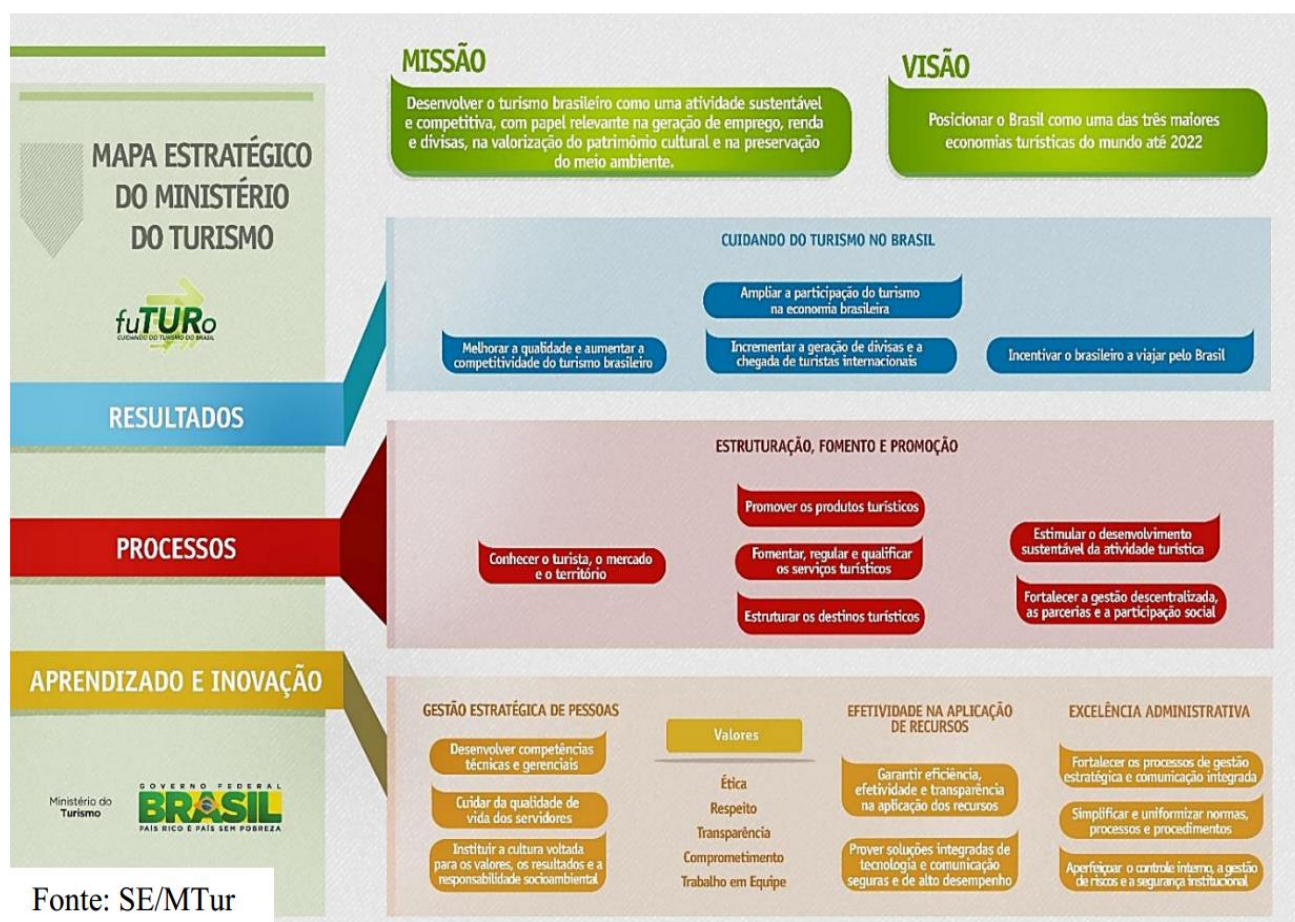
VII – **planejar, coordenar, acompanhar, monitorar, avaliar, revisar** e produzir informações gerenciais do **Plano Plurianual (PPA)** -no aspecto qualitativo – referente ao programa, objetivos, iniciativas e ações de responsabilidade dos órgãos do Ministério do Turismo e de sua entidade vinculada;

VIII – coordenar a definição, a coleta, o processamento, a sistematização e a divulgação das informações necessárias aos **processos de planejamento e tomada de decisão; [...]**

A estrutura normativa que contempla o Planejamento Estratégico do MTur é a Portaria MTur nº 179, de 26 de abril de 2012, posteriormente alterada pela de nº 37, de 12 de fevereiro de 2014. Com o intuito de prorrogar a vigência do Plano Estratégico até 2016, foi publicada a Portaria MTur nº 211, de 23 de dezembro de 2015.

No ano de 2016, foram vários os objetivos que nortearam a execução dos projetos no Ministério, conforme apresentado no mapa estratégico abaixo. Os objetivos foram divididos em três perspectivas: (i) resultados, (ii) processos, (iii) aprendizado e inovação.

FIGURA 6.1 : MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DO TURISMO



O MTur publicou o Plano de Ação de 2016 por meio da Portaria MTur nº 177, de 13 de julho de 2016, e o alterou por meio da Portaria nº 205, de 31 de agosto de 2016. O Plano busca executar a estratégia da organização, mensurando-a a partir do cumprimento das metas e do acompanhamento dos indicadores.

O ano de 2016 foi fortemente impactado pelo cenário político e o risco de mudança de Ministros da Pasta terminou por se confirmar, de modo que ocorreram cinco trocas de dirigente máximo. Observa-se, com isso, que houve descontinuidade na execução de alguns projetos que tinham previsão de entrega para 2016, como, por exemplo, o novo Planejamento Estratégico do MTur e o Plano Nacional do Turismo 2017-2020. Para que esses documentos fossem elaborados, seria necessário um alinhamento de médio e longo prazo, o que naquela ocasião foi impossível. Ressalta-se que a troca de governo trouxe impactos para a gestão do turismo. A troca de governo foi marcada pela nomeação de um novo Ministro de Estado.

No entanto, mesmo com essas dificuldades, observa-se um alto cumprimento das metas estabelecidas para o Plano de Ação 2016 pelas áreas do MTur. Das 40 iniciativas do Plano, 37 tiveram um resultado alcançado acima de 80%. Pode-se concluir que, mesmo em meio à turbulência política e econômica, as áreas priorizaram o cumprimento dos objetivos e metas elencados no plano. Conclui-se que o Plano de Ação serviu como medida de mitigação do risco

de mudança de Ministro. Já que, mesmo com as trocas, o plano conservou uma linha de atuação das áreas do órgão durante o ano.

Outros resultados táticos alcançados serão contemplados no tópico relacionado à apresentação e análise dos indicadores de desempenho do Relatório de Gestão 2016.

6.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Em que pese os objetivos, para o ano de 2016, estarem elencados no Planejamento Estratégico do MTur, no Plano Nacional do Turismo (PNT) e no Plano Plurianual 2016-2019, nesta seção serão detalhados os resultados relativos ao PNT, visto que as informações sobre o Planejamento Estratégico estão apresentadas no item 6.4, e as relativas ao PPA no item 6.2.1.

O Plano Nacional do Turismo 2013-2016 apresenta, como visão de futuro, posicionar o País da 6ª posição em Produto Interno Bruto do Turismo para a 3ª posição até 2022. Para isso, delineou-se que a economia do turismo deveria crescer 8% ao ano em média. Esse percentual se mostrou ambicioso, dado que a conjuntura em que ele foi elaborado, 2011, apontava para um crescimento econômico acentuado do país. Contudo, não foi o que ocorreu. A crise econômica internacional e as fragilidades do contexto político se acentuaram, o que acabou prejudicando o alcance do objetivo. No quadro abaixo fica demonstrado o PIB do turismo no Brasil no contexto do Plano.

QUADRO 6.1.1 A: CONTRIBUIÇÃO DIRETA DO TURISMO NO PIB

	2012	2013	2014	2015	2016
Valores Absolutos em bilhões (R\$)	177,0	180,8	190,7	190,5	-
Percentual de contribuição	3,0%	3,0%	3,2%	3,3%	-
Variação Percentual	2,9%	2,1%	5,5%	-0,1%	-

Fonte: *World Travel & Tourism Council (WTTC) Data Gateway*. Disponível no endereço: <http://www.wttc.org/datagateway/>

Ao analisar o quadro acima, nota-se que o percentual de participação do turismo na economia tem crescido ao longo dos anos, o que demonstra a importância que o setor tem tomado na economia. Destaca-se que houve aumento, em reais, da movimentação econômica do turismo entre os anos de 2012 a 2014, sendo que, em 2014, esse crescimento chegou a 5,5%, quando comparado ao ano anterior. Esse crescimento se deve, principalmente, à realização da Copa do Mundo 2014, que contribuiu significativamente para os resultados positivos do turismo no País.

O PNT foi elaborado em consonância com as orientações do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o qual estabeleceu as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza.

Levando esses princípios em consideração, o PNT foi construído com as seguintes diretrizes: participação e diálogo com a sociedade, geração de oportunidades de empregos e empreendedorismo, incentivo à inovação e ao conhecimento e regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento. Essas diretrizes orientaram a elaboração de alguns objetivos para o Plano, entre os quais destacam-se: incentivar o brasileiro a viajar pelo país, incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros, melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro e preparar o turismo para os megaeventos.

O Plano foi composto por cinco metas, de forma que resultados de cada uma estão apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 6.1.1 B: METAS DO PLANO NACIONAL DE TURISMO 2013-2016

Meta	2012	2013	2014	2015	2016
Aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país (em milhões)	5,7	5,8	6,4	6,3	-
Aumentar para US\$ 10,8 bilhões a receita com o turismo internacional até 2016 (em US\$ bilhões)	6,4	6,5	6,8	5,8	6,0
Aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas até 2016 (em milhões)	197,0	201,8	206,0	202,7	-
Elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional até 2016 (meta)	60,0	58,8	59,5	60	-
Aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo até 2016 (em milhões)	2,8	3,1	3,2	3,2	-

Fonte: Departamento de Estudos e Pesquisas do MTur

Quanto aos resultados do PNT 2013-2016, alguns comentários são pertinentes. Quanto à chegada de turistas internacionais, os dados de 2016 ainda não estão disponíveis e sua divulgação está prevista para Maio 2017. Contudo, percebe-se na série histórica que o Brasil recebe cada vez mais turistas residentes no exterior, mesmo com a queda de 2014 para 2015. Esta queda é justificada pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. A previsão para 2016 é que o número de chegadas seja bem expressivo.

Em 2016, houve aumento na receita cambial turística de 3,08 % em relação a 2015, sendo que o valor de 6 bilhões de dólares corresponde a 55,6 % da meta. Fatores que podem ter contribuído para o valor aferido são: a crise econômica nos últimos anos e o câmbio. Contudo, mesmo com cenário adverso, a receita cambial turística terminou com resultado positivo, enquanto a receita de serviços obteve decréscimo de 1,4 %.

Quanto às viagens realizadas no mercado doméstico, informa-se que os dados de 2016 ainda não foram disponibilizados. Percebe-se que os dados disponíveis indicam que houve aumento gradativo até 2014. Apesar da queda, em 2015, as viagens domésticas se mantiveram com um bom número em meio ao cenário de crise na economia brasileira.

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional traz importantes informações sobre o estágio atual de desenvolvimento dos destinos. Para o ano de 2016, este indicador ainda não se encontra disponível. No período de 2012 a 2015 este indicador permaneceu constante, com leves oscilações no decorrer do período.

Os dados referentes ao estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs) de 2016 serão disponibilizados somente após a divulgação da RAIS, de 2016, pelo Ministério do Trabalho. Observa-se que a série teve um aumento de empregos nos anos iniciais, em que foram estabelecidas as metas, e depois se manteve estável. Este resultado é positivo, tendo em vista o cenário econômico desafiador dos últimos anos.

No que diz respeito às vinculações dos instrumentos de planejamento, o PPA, o PNT e o Planejamento Estratégico estão vinculados por meio dos seus objetivos. A tabela abaixo demonstra o alinhamento entre esses instrumentos:

QUADRO 6.1.1 C: VINCULAÇÃO ENTRE PLANOS E OBJETIVOS DO MTur

Objetivos do PPA 2016-2019	Objetivos PNT 2013-2016	Objetivos do Planejamento Estratégico MTur
Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos	Preparar o Turismo brasileiro para os megaeventos	Ampliar a participação do turismo na economia brasileira
	Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro	Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro
Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil
	Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros	Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais

6.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A implementação do Planejamento Estratégico 2012-2016 do Ministério do Turismo representou o 1º ciclo de esforço do órgão no sentido de tornar mais claros os objetivos a serem perseguidos, bem como os cursos de ação a serem traçados para sua consecução.

Observam-se, no período, avanços significativos na gestão e nos resultados do órgão, sendo um dos principais o esforço de alinhamento entre as áreas do Ministério em torno de uma visão e objetivos comuns. Além disso, buscou-se implantar a gestão estratégica de pessoas, ampliar a efetividade na aplicação de recursos, bem como expandir a excelência administrativa.

Pode-se destacar ainda a criação do sistema de monitoramento do Plano de Ação, que permite o acompanhamento mensal dos resultados alcançados, e a realização de reuniões de monitoramento do plano de ação, o que promoveu a melhoria da comunicação institucional e possibilitou a correção tempestiva de problemas relacionados à execução das iniciativas e metas. Nota-se também a evolução da qualidade das avaliações, qualitativas e quantitativas, das iniciativas estratégicas por parte das áreas do Ministério.

Cabe notar que a curva de amadurecimento do processo é lenta, contudo, acredita-se que o conhecimento acumulado irá permitir a formulação de um 2º ciclo mais robusto e, para tanto, têm-se concentrado esforços na elaboração de instrumentos que apresentem aderência aos objetivos estratégico do PPA 2016-2019, bem como alinhamento temporal ao período de vigência do Plano.

A vigência do Planejamento Estratégico 2012-2016 se esgotou no exercício de 2016 e já foram iniciados os trabalhos relacionados à elaboração do Planejamento Estratégico 2017-2019.

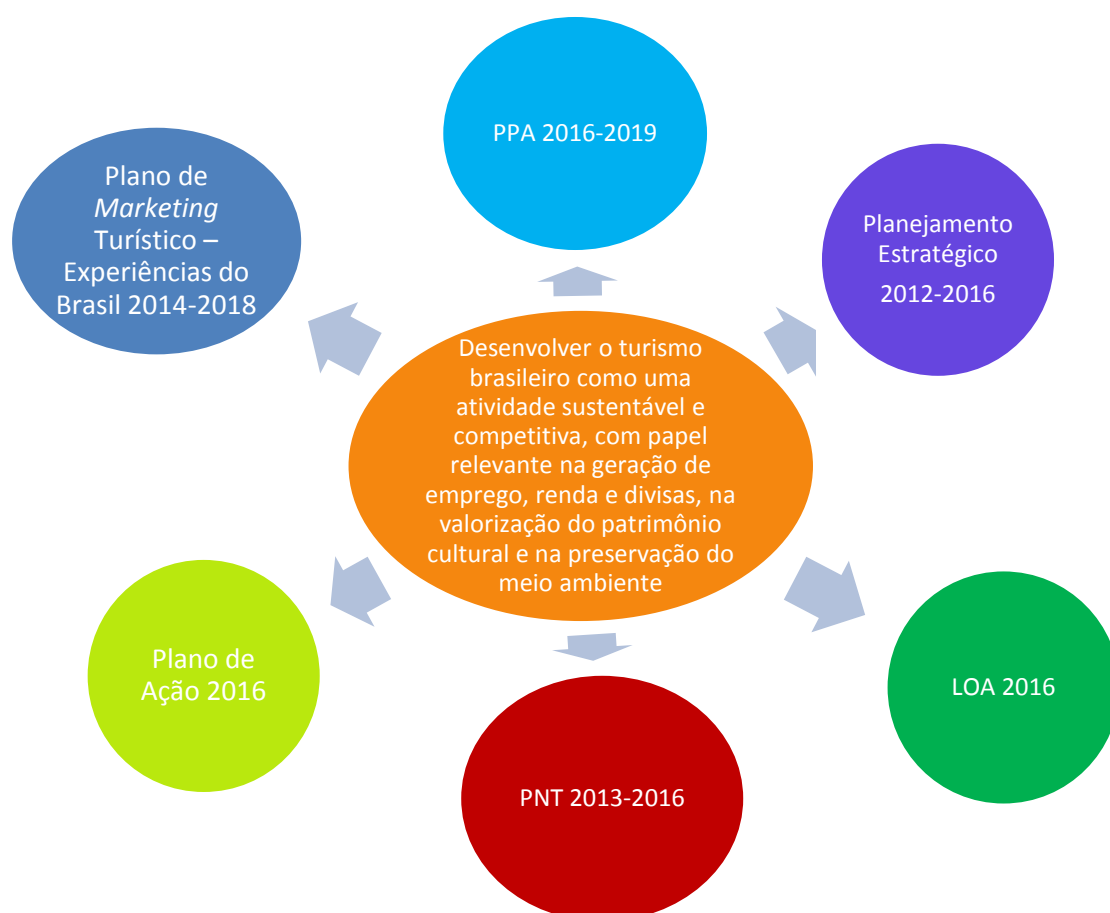
6.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A missão do Ministério do Turismo é “desenvolver o turismo brasileiro como uma atividade sustentável e competitiva, com papel relevante na geração de emprego, renda e divisas, na valorização do patrimônio cultural e na preservação do meio ambiente”. As intenções fundamentais formalizadas na missão, as quais possuem estrita aderência às competências institucionais do MTur, são a linha de base do Planejamento Estratégico do órgão, bem como de outros documentos e planos, como o Plano Plurianual, o Plano Nacional do

Turismo, o Plano de Ação 2015, o Plano de *Marketing* Turístico – Experiências do Brasil 2014-2018 e a Lei orçamentária Anual de 2016.

Destaca-se ainda o programa “2076 - Desenvolvimento do Turismo”, abrangido pelo Plano Plurianual 2016-2019, que propõe, em profundo alinhamento à razão de existência do órgão, dentre outras ações: qualificar profissionais, concluir obras de infraestrutura turística, e aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros no Brasil.

FIGURA 6.1.3 A: VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS



Fonte: SE/MTur

É possível notar a vinculação entre a razão de existir do órgão e os planos vigentes por meio do quadro abaixo.

QUADRO 6.1.3 B: VINCULAÇÃO ENTRE A RAZÃO DE EXISTIR DO ÓRGÃO E OS PLANOS VIGENTES

Foco	Objetivo	Iniciativa	Meta	Resultado	PPA	LOA	Área	Artigo de Referência no Regimento Interno (Portaria nº 86, de 5 de fevereiro de 2016)
Estruturação Fomento e Promoção	Conhecer o turista, o mercado e o território	Realizar o estudo de demanda turística internacional receptiva para o Brasil	1 Estudo realizado	1	05LY	20Y4	DEPES/SE	Art. 43 [...] IV - criar base de dados de informações gerenciais sobre a oferta e a demanda turísticas para apoiar a tomada de decisão; [...]
		Concluir a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro 2016	1 Mapa atualizado	1	05O9	20Y4	CGMT/DEOTur /SNETur	Art. 59 I - propor estratégias de desenvolvimento territorial por meio do turismo; [...] III - definir diretrizes e estratégias para a estruturação de destinos turísticos, com base nos princípios de regionalização; [...] VI - conduzir o processo de definição do Mapa do Turismo Brasileiro; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos	Depositar certificado das ações de sociedade empresária no Fundo Nacional de Desestatização (FND)	1 Certificado das ações de sociedade empresária depositado	1	05OG	0454	CGACF/DEOTur / SNETur	Art. 68 I - articular com órgãos governamentais e instituições financeiras a disponibilização de crédito para financiamento às atividades produtivas do turismo e ao turista; [...] VII - subsidiar a formulação da política de fomento com recursos do Fundo Geral de Turismo - Fungetur, de acordo com as diretrizes e prioridades propostas na Política Nacional de Turismo; VIII - propor ajustes nas regras gerais e critérios de aplicação dos recursos do Fungetur; IX - acompanhar e fiscalizar as operações financeiras de crédito realizadas com recursos do Fungetur junto aos respectivos agentes financeiros; X - elaborar a prestação de contas anual do Fungetur, de acordo com as orientações dos órgãos de controle interno e externo; XI - participar da formulação de planos e programas de aplicação de recursos do Fungetur; [...] XIV - instruir os processos de alienação das participações acionárias do Fungetur; XV - articular as políticas de fomento com as diferentes modalidades de investimentos do setor; XVI - promover estudos técnicos e econômicos sobre modelos e sistemas de políticas de fomento e incentivos ao turismo afetos ao Fungetur; e XVII - promover as atividades de execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fungetur.
	Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos	Realizar e/ou promover eventos de atração de investimentos no setor de turismo	6 Eventos realizados	11	05OF	2C01	CGINV/DEOTur / SNETur	Art. 65 [...] VIII - apoiar, planejar, propor e coordenar as ações do Ministério do Turismo na atração de investimentos; e IX - planejar, coordenar e realizar missões com vistas à atração de investimentos no setor de turismo.
Estruturação Fomento e Promoção	Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos	Monitorar a execução dos instrumentos de convênios celebrados no âmbito do Prodetur Nacional	100% do Relatório bimestral elaborado	100%	05OA	14TJ	CGPLA / DEOTur/ SNETur	Art. 62 [...] III - realizar a gestão do Programa Nacional de Desenvolvimento de Turismo (Prodetur) Nacional e demais programas de desenvolvimento do turismo; [...] VI - realizar gestão de instrumentos de transferências voluntárias de recursos pertinentes aos planos dos programas de desenvolvimento do turismo.

QUADRO 6.1.3 B: VINCULAÇÃO ENTRE A RAZÃO DE EXISTIR DO ÓRGÃO E OS PLANOS VIGENTES

Foco	Objetivo	Iniciativa	Meta	Resultado	PPA	LOA	Área	Artigo de Referência no Regimento Interno (Portaria nº 86, de 5 de fevereiro de 2016)
Estruturação Fomento e Promoção	Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos	Elaborar proposta de reestruturação do sistema operacional Cadastur	7 Escopo elaborado	7	05OI	20Y4	CGST / DEQUA/ SNPTur	Art. 79 I - promover e apoiar o cadastramento e a fiscalização de empresas, equipamentos e profissionais do setor de turismo como estratégia de incentivo à formalização dos prestadores de serviços turísticos; II - coordenar, monitorar e propor melhorias ao Sistema de Cadastro dos Prestadores de serviços Turísticos - Cadastur; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos	Avaliar a viabilidade da implementação da fiscalização de prestadores de serviços turísticos por meio da elaboração de um relatório conclusivo acerca da possibilidade de parceria com órgãos de natureza fiscalizatória no âmbito do transporte turístico	1 Relatório desenvolvido	1	05OH	20Y4	CGST / DEQUA/ SNPTur	Art. 79 I - promover e apoiar o cadastramento e a fiscalização de empresas, equipamentos e profissionais do setor de turismo como estratégia de incentivo à formalização dos prestadores de serviços turísticos; II - coordenar, monitorar e propor melhorias ao Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur; [...] IV - definir estratégias e subsidiar a formulação de políticas e atos normativos regulamentares de cadastramento e fiscalização com vista ao ordenamento dos serviços turísticos e da atividade turística em geral; e V - gerar, acompanhar, fiscalizar e analisar a prestação de contas da execução física dos convênios de sua competência.
	Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos	Qualificação de Profissionais visando a melhoria da prestação de serviços no setor de turismo	6.000 Profissionais qualificados	6.100	05OE	4590	CGQT/ DEQUA/ SNPTUR	Art. 83 I - promover a implementação da Política Nacional para Qualificação em Turismo e do Plano Nacional de Qualificação; [...] Art. 84 I – promover e apoiar a implementação das ações de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação para o setor de turismo; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos	Elaborar e aprovar proposta de reformulação das matrizes de classificação dos meios de hospedagem	1 Proposta Elaborada	1	05OH	20Y4 (Não houve aplicação de recursos)	CGQT/ DEQUA/ SNPTur	Art. 83 [...] IV - definir e disseminar referenciais de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços turísticos; V - coordenar e promover ações de classificação e qualificação de serviços turísticos; [...]
	Estruturar os destinos turísticos	Melhorar a infraestrutura nas regiões turísticas	400 Propostas aprovadas	537	05OD	10V0	DIETU/ SNETur	Art. 71 I - coordenar, monitorar, apoiar e avaliar os planos, os programas e as ações do Ministério do Turismo voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística, atendidas as normas sobre acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; II - coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos de responsabilidade do Ministério do Turismo em ações de infraestrutura turística; [...]

QUADRO 6.1.3 B: VINCULAÇÃO ENTRE A RAZÃO DE EXISTIR DO ÓRGÃO E OS PLANOS VIGENTES

Foco	Objetivo	Iniciativa	Meta	Resultado	PPA	LOA	Área	Artigo de Referência no Regimento Interno (Portaria nº 86, de 5 de fevereiro de 2016)
Estruturação Fomento e Promoção	Estruturar os destinos turísticos	Melhorar a infraestrutura nas regiões turísticas	500 Obras concluídas	1215	05OD	10V0	DIETU/ SNETur	Art. 71 I - coordenar, monitorar, apoiar e avaliar os planos, os programas e as ações do Ministério do Turismo voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística, atendidas as normas sobre acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; II - coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos de responsabilidade do Ministério do Turismo em ações de infraestrutura turística; [...]
	Estruturar os destinos turísticos	Elaborar Planos de Desenvolvimento do Turismo	5 Planos elaborados	4	05OA	14TJ	CGPLA / DEOTur/ SNETur	Art. 62 [...] II - apoiar a estruturação dos destinos turísticos, com base no princípio da regionalização, por meio da elaboração e implementação de planos de desenvolvimento turísticos; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Promover os produtos turísticos	Realizar <i>press trips</i> em destinos pré-selecionados durante a passagem da Tocha Olímpica Rio 2016	5 <i>Press trips</i> realizados	5	06J4	20Y3	CGPRO/ DEMAC/ SNPTur	Art. 89 I - elaborar, avaliar e implementar estratégias para definição de mercados para promoção dos produtos e destinos turísticos brasileiros; II - identificar e analisar as condições de produtos turísticos nas regiões turísticas brasileiras a serem promovidos em âmbitos nacional e internacional; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Promover os produtos turísticos	Implementar estratégia para divulgação dos festejos juninos	Realizar 1 (uma) Oficina de definição do conceito de produto turístico relacionado aos festejos juninos	1	06J4	20Y4	CGPRO/ DEMAC/ SNPTur	Art. 89 I - elaborar, avaliar e implementar estratégias para definição de mercados para promoção dos produtos e destinos turísticos brasileiros; II - identificar e analisar as condições de produtos turísticos nas regiões turísticas brasileiras a serem promovidos em âmbitos nacional e internacional; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Promover os produtos turísticos		1 Calendário de festejos juninos divulgado	1	06J4	20Y3	CGPRO/ DEMAC/ SNPTur	Art. 89 I - elaborar, avaliar e implementar estratégias para definição de mercados para promoção dos produtos e destinos turísticos brasileiros; II - identificar e analisar as condições de produtos turísticos nas regiões turísticas brasileiras a serem promovidos em âmbitos nacional e internacional; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Promover os produtos turísticos		10 Matérias sobre festejos juninos divulgada	10	06J4	20Y3	CGPRO/ DEMAC/ SNPTur	Art. 89 I - elaborar, avaliar e implementar estratégias para definição de mercados para promoção dos produtos e destinos turísticos brasileiros; II - identificar e analisar as condições de produtos turísticos nas regiões turísticas brasileiras a serem promovidos em âmbitos nacional e internacional; [...]

QUADRO 6.1.3 B: VINCULAÇÃO ENTRE A RAZÃO DE EXISTIR DO ÓRGÃO E OS PLANOS VIGENTES

Foco	Objetivo	Iniciativa	Meta	Resultado	PPA	LOA	Área	Artigo de Referência no Regimento Interno (Portaria nº 86, de 5 de fevereiro de 2016)
Estruturação Fomento e Promoção	Promover os produtos turísticos	Promoção, <i>marketing</i> e apoio à comercialização voltada para o incentivo a viagem no mercado doméstico	1 Campanha promocional realizada	9	06J4	20Y3	CGPIV / DEMAC/ SNPTur	Art. 92 I - planejar, desenvolver, propor e executar ações de propaganda, publicidade e promoção; II - formular, analisar, avaliar, acompanhar e avaliar as ações de promoção, produção de campanhas de propaganda e publicidade nacional, assim como a produção de material técnico do Ministério do Turismo, provenientes de ações vinculadas às agências contratadas; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Promover os produtos turísticos	Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico	30 Eventos realizados	55	06J4	20Y3	CGEV/ DEMAC/ SNPTur	Art. 94 I - propor calendário anual de participação do Ministério em feiras e eventos turísticos nacionais; II - avaliar a proposta de apoio e de participação do Ministério em eventos nacionais de interesse turístico; III - avaliar a proposta de apoio a eventos geradores de fluxo turístico, com o objetivo de divulgar e agregar valor à imagem dos destinos turísticos brasileiros, possibilitando o aumento de empregos, de renda e o incremento do fluxo turístico; [...] IV - acompanhar e avaliar os resultados da participação do Ministério em feiras, eventos turísticos nacionais e eventos geradores de fluxo turístico; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Promover os produtos turísticos	Participação em eventos institucionais do setor turístico	7 Eventos Participados	13	06J4	20Y3	CETIN / CGEV / DEMAC / SNPTur	Art. 95 I - supervisionar e propor critérios para apoiar eventos turísticos institucionais; [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística	Realização de ações de sensibilização sobre o Turismo Responsável	6 Ações realizadas	11	05OK	20Y4	CGTR / DEQUA	Art. 86 I – promover o turismo responsável, como forma de orientação à atuação do Ministério do Turismo e do setor turístico, com base nos princípios de sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional, que norteiam o Programa de Regionalização do Turismo, bem como promover os direitos do consumidor turista; [...] IV – apoiar a produção e a disseminação do conhecimento do desenvolvimento responsável na atividade turística; [...] VII – promover, apoiar e realizar ações de sensibilização visando à inclusão dos segmentos prioritários de demanda, permitindo-os usufruir dos benefícios da atividade turísticas de forma inclusiva e igualitária; VIII – disseminar, junto a cadeia produtiva do turismo, políticas públicas que visem à prevenção e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos; [...]

QUADRO 6.1.3 B: VINCULAÇÃO ENTRE A RAZÃO DE EXISTIR DO ÓRGÃO E OS PLANOS VIGENTES

Foco	Objetivo	Iniciativa	Meta	Resultado	PPA	LOA	Área	Artigo de Referência no Regimento Interno (Portaria nº 86, de 5 de fevereiro de 2016)
Estruturação Fomento e Promoção	Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística	Distribuição de material publicitário sobre a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo	50.000 materiais publicitários distribuídos	59.301	05OL	4641	CGTR / DEQUA	Art. 86 I - promover o turismo responsável, como forma de orientação à atuação do Ministério do Turismo e do setor turístico, com base nos princípios de sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional, que norteiam o Programa de Regionalização do Turismo, bem como promover os direitos do consumidor turista; [...] VIII - disseminar, junto a cadeia produtiva do turismo, políticas públicas que visem à prevenção e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos; [...]
	Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social	Fortalecer e ampliar a cooperação internacional	3 Instrumentos de cooperação formalizados	4	05T4	20Y3	CGBM/ AERI	Art. 48 I - apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e executar a celebração de acordos e instrumentos de cooperação bilateral e multilateral no âmbito do turismo [...]
Estruturação Fomento e Promoção	Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social		10 Missões internacionais realizadas	12	05T4	20Y3	CGBM/ AERI	Art. 48 [...] II - apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e executar a realização de projetos de cooperação bilaterais e multilaterais no âmbito do turismo; [...]
	Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social	Realizar encontros com os entes federados a fim de fortalecer a Rede de Regionalização	3 Encontros realizados	3	05O9	20Y4	CGMT/ DEOTur / SNETur	Art. 59 [...] II - promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais nas regiões, com foco na estruturação dos destinos turísticos e na gestão descentralizada do turismo; [...]
Excelência Administrativa	Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada	Elaborar o Planejamento Estratégico 2016/2019 do Ministério do Turismo	1 Portaria Publicada	0	2128	2000	CGPMA/ DPGE/SE	Art. 36 [...] VI - planejar, coordenar e compatibilizar a elaboração do planejamento estratégico, planos e programas, propor indicadores, acompanhar e monitorar a execução e avaliar os resultados do Ministério e da entidade vinculada, observando as diretrizes do órgão central do Sistema de Planejamento Federal; [...]
Excelência Administrativa	Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada	Elaborar Press Release de ações e resultados relevantes	600 Matérias elaboradas	948	2128	2000	ASCOM/ GM	Art. 15 [...] IV - elaborar matérias de interesse do Ministério e do setor de turismo e distribuí-las para os veículos de comunicação; [...]
Excelência Administrativa	Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada	Produzir conteúdos especiais (briefings, pontos de fala e artigos)	100 Documentos elaborados	173	2128	2000	ASCOM/ GM	Art. 15 [...] IV - elaborar matérias de interesse do Ministério e do setor de turismo e distribuí-las para os veículos de comunicação; [...] VII - promover e acompanhar, junto à mídia, a formação de opinião pública relativa ao Ministério; [...]

QUADRO 6.1.3 B: VINCULAÇÃO ENTRE A RAZÃO DE EXISTIR DO ÓRGÃO E OS PLANOS VIGENTES

Foco	Objetivo	Iniciativa	Meta	Resultado	PPA	LOA	Área	Artigo de Referência no Regimento Interno (Portaria nº 86, de 5 de fevereiro de 2016)
Excelência Administrativa	Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada	Utilizar a mídia digital para divulgação de informações relevantes do setor	950.000 seguidores nas redes sociais em 2016	920.000	2128	2000	ASCOM/GM	Art. 15 [...] IV - elaborar matérias de interesse do Ministério e do setor de turismo e distribuí-las para os veículos de comunicação; [...]
Excelência Administrativa	Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada	Produzir informativo diário interno (newsletter)	240 Informativos elaborados	263	2128	2000	ASCOM/GM	Art. 15 [...] XII - criar ou apoiar campanhas internas, em parceria com outras unidades do Ministério, voltadas para a participação e a interação dos servidores e colaboradores; XIII - elaborar informativos internos para divulgação de matérias de interesse do Ministério, do setor turístico e dos servidores e colaboradores; XIV - fazer cobertura de eventos internos; e XV - criar conteúdo e atualizar a intranet e o sítio eletrônico do Ministério.
Excelência Administrativa	Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada	Promover a abertura dos dados do MTur (Plano de Dados Abertos)	1 Plano de Dados Abertos publicado	1	2128	2000	CGTI/DIRAD/SE	—
Excelência Administrativa	Aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional	Elaboração do Plano de Gestão de Riscos do MTur	1 Plano publicado	1	2128	2000	DIRAD/DPGE/SE	Art. 36 [...] V - coordenar, propor, normatizar, implementar planos, programas, projetos e atividades - administrativos e organizacionais- relacionados com desenvolvimento, organização, normatização, modernização, racionalização, desburocratização e melhoria contínua; [...] VIII - coordenar a definição, a coleta, o processamento, a sistematização e a divulgação das informações necessárias aos processos de planejamento e tomada de decisão; [...]
Excelência Administrativa		Reorganizar o arquivo central do MTur (Projeto Arquivo 100%)	100% de organização dos documentos arquivados	100%	2128	2000	CGRL/DIRAD/SE	Art. 27 I - planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e gerenciar a execução das atividades de arquivo, gestão de documentos e protocolo; [...]
Excelência Administrativa	Simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos	Implementar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	100% das unidades administrativas utilizando o SEI	100%	2128	2000	CGRL/DIRAD/SE	Art. 27 [...] III - orientar as demais unidades do Ministério do Turismo quanto às exigências normativas pertinentes à gestão de documentos e arquivo.
Gestão Estratégica de Pessoas	Desenvolver competências técnicas e gerenciais	Realizar o mapeamento e/ou revisão de macroprocessos	5 Processos mapeados e/ou revisados	8	2128	Ação não gera gasto de recurso financeiro	CGPMA/DPGE/SE	Art. 36 [...] V - coordenar, propor, normatizar, implementar planos, programas, projetos e atividades - administrativos e organizacionais- relacionados com desenvolvimento, organização, normatização, modernização, racionalização, desburocratização e melhoria contínua; [...] X - analisar, desenvolver, implementar e avaliar os processos de trabalho, com vistas à utilização eficiente de recursos, prevenção e solução de problemas, eliminação de atividades redundantes, promovendo o redesenho e melhoria dos processos de trabalho; [...]

QUADRO 6.1.3 B: VINCULAÇÃO ENTRE A RAZÃO DE EXISTIR DO ÓRGÃO E OS PLANOS VIGENTES

Foco	Objetivo	Iniciativa	Meta	Resultado	PPA	LOA	Área	Artigo de Referência no Regimento Interno (Portaria nº 86, de 5 de fevereiro de 2016)
Gestão Estratégica de Pessoas	Desenvolver competências técnicas e gerenciais	Executar o programa de Desenvolvimento de Competências	200 Participações em capacitações realizadas	550	2128	2000	COGEP/DPGE/SE	Art. 40 I - planejar, coordenar, controlar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas às políticas de gestão e desenvolvimento de pessoal, aplicação e legislação de pessoal e gerenciamento das ações de prevenção e promoção à saúde do servidor, seguindo as diretrizes oriundas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC; [...] Art. 41 [...] XXVIII - prestar apoio técnico em ações de desenvolvimento de recursos humanos promovidas por outras unidades do Ministério; XXIX - analisar os resultados da implementação do Plano Anual de Capacitação e propor os ajustes necessários; [...]
Gestão Estratégica de Pessoas	Cuidar da qualidade de vida dos servidores	Elaborar plano de qualidade de vida dos servidores	1 Plano elaborado	1	2128	2000	COGEP/DPGE/SE	Art. 41 [...] XXXI - promover o desenvolvimento de atividades voltadas para a valorização do servidor e a melhoria da sua qualidade de vida; [...]
Efetividade na aplicação de recursos	Garantir a eficiência, efetividade e transparência na aplicação de recursos	Eliminar o passivo de prestações de contas pendentes de análise financeira	Reduzir para 1500 o número de convênios aguardando análise financeira de prestação de contas	1.652	2128	2000	CGCV/DIRAD/SE	Art. 30 I - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à execução e à análise financeira de prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária, exceto contratos de repasse; [...] V - propor a aprovação de prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária analisados, nos aspectos financeiros; [...]
Efetividade na aplicação de recursos	Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho	Atualizar o sistema de avaliação da GDPGPE	1 Sistema atualizado	1	2128	2000	DPGE/SE	Art. 35 [...] VIII - conduzir o processo de avaliação de desempenho para evolução funcional dos servidores nos cargos e carreiras do Ministério do Turismo.
Efetividade na aplicação de recursos		Desenvolver ferramenta de monitoramento integrado de gestão	1 Sistema desenvolvido	0,95	2128	2000	DPGE/SE	Art. 35 [...] IV - coordenar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Turismo, do plano plurianual, do Plano Nacional de Turismo e do planejamento estratégico institucional; [...]

Fonte: SE/MTur

6.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos

Na Portaria que instituiu o Planejamento Estratégico, Portaria MTur nº 179, de 26 de abril de 2012, foi previsto, no art. 2º, que o monitoramento de sua execução seria realizado por meio de ferramenta tecnológica de monitoramento. Tendo por base essa determinação, foi desenvolvida a Plataforma futuro, a qual pode ser acessada pelo [link: http://monitoramento.mtur.gov.br](http://monitoramento.mtur.gov.br).

O monitoramento é realizado mensalmente. Assim sendo, o responsável pela iniciativa estratégica acessa o sistema e inclui os resultados, quantitativos e qualitativos, alcançados. No final do ano, é realizada uma avaliação final, com o objetivo de destacar os pontos fortes e fracos na execução da iniciativa. Essa avaliação inclui, também, a critério de cada área do MTur, o registro das lições aprendidas no período de análise. A avaliação final é utilizada como subsídio para o relatório de gestão.

Também foram realizadas reuniões de monitoramento ao longo da execução do planejamento. Nessas oportunidades, resultados gerais e gargalos foram apresentados, pela Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, à média e alta gerência do Ministério. Os responsáveis pelas iniciativas estratégicas também apresentaram informações específicas acerca das metas e indicadores. A reunião é dirigida pelo Ministro, assessorado pelo Secretário Executivo.

As reuniões de monitoramento proporcionam transparência das ações desenvolvidas, bem como oportunizam a busca de soluções, conjuntas e integradas, para a melhoria na execução dos projetos. Essas reuniões auxiliam no alcance dos resultados das iniciativas transversais, que são aquelas que dependem dos trabalhos de mais de uma área.

6.1.5 Informações sobre outros Resultados da Gestão

Neste item são informados outros resultados da gestão, notadamente os que não são auferidos por mecanismos diretamente afetos ao PPA e ao orçamento durante o exercício de 2016.

6.1.5.1 Assessoria de Relações Internacionais

O monitoramento das ações das Assessoria Especial de Relações Internacionais (AERI) indica resultados positivos no ano de 2016, tendo em vista a realização de algumas ações importantes, além daquelas planejadas para o período.

Para o ano de 2016, foi prevista a celebração de 3 instrumentos de cooperação (Tunísia, Tailândia e Vietnã). Porém, foram celebrados 4 instrumentos, tendo em vista negociações com a Argentina iniciadas em 2016 que resultaram na assinatura de Memorando de Entendimento com o Ministério do Turismo daquele país.

Para 2016, ainda, foram previstas 10 missões internacionais. No entanto, 12 missões foram realizadas. A AERI teve relativa dificuldade em cumprir o planejamento de missões internacionais, devido às trocas de Ministros ocorridas no ano. Houve missão prevista não realizada, porém, com as alterações de Ministros, novas missões foram demandadas por parte do Gabinete do Ministro com vistas a cumprir agenda adequada às novas políticas externas para o turismo adotadas.

Quanto aos resultados alcançados em 2016 não previstos no planejamento, a AERI participou de reuniões de grupos de trabalhos de foros internacionais dos quais o Brasil faz parte e de outras pastas do Poder Executivo. Quanto à sua atuação nesses grupos, destaca-se sua participação no Grupo de Trabalho sobre Proteção do Turista Consumidor, da Organização Mundial do Turismo (OMT), responsável pela elaboração de minuta da Convenção sobre a Proteção do Turista e Direitos e Obrigações do Provedores de Serviços Turísticos da OMT, a qual deverá ser aprovada na Assembleia Geral da Organização em 2017. Outra participação importante da AERI foi no Grupo de Trabalho sobre Comércio Exterior de Serviços do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que contribuiu para a preparação da lista negativa do turismo para efeito de negociações internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Outra contribuição relevante da Assessoria foi o apoio na elaboração da proposta de minuta da Convenção sobre Proteção do Consumidor Turista apresentada à Conferência de Haia pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), tema de responsabilidade da Secretária do Consumidor daquele Ministério.

Além dos trabalhos mencionados anteriormente, a AERI coordenou o levantamento de informações para responder questionários da OMT sobre temas específicos, com o objetivo de subsidiar as ações daquela Organização. Dentre os questionários respondidos, os principais foram sobre: Turismo e Megaeventos, Sustentabilidade, Política de Vistos e Plano de Trabalho que estabelece as prioridades da OMT para o período de 2018 a 2019.

Em cumprimento às suas atribuições dentro do Ministério, cabe destacar a atuação da Assessoria para a elaboração do Manual de Procedimentos – Termos de Execução Descentralizada – do Ministério do Turismo, publicado em Boletim Interno, em 18 de novembro. A AERI realizou, ainda, o credenciamento de 316 agências de turismo para atuarem no receptivo de grupo de turistas chineses, conforme processo anual de seleção Status de Destino Aprovado (ADS) China, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de dezembro. A AERI assessorou o Gabinete do Ministro com a elaboração de *briefings* e notas técnicas sobre vistos de turismo com vistas a subsidiar medida provisória proposta à Casa Civil para alteração do Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815 de 1980, que possibilite a isenção de visto de turista a nacionais de países estratégicos para o turismo brasileiro.

Por fim, outra ação importante da Assessoria, em 2016, foi sua participação nas reuniões ordinárias do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, como representante do Ministério do Turismo.

6.1.5.2 Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)

Em cumprimento às suas atribuições legais, a Assessoria Especial de Controle Interno expediu e monitorou, durante o exercício de 2016, orientações e recomendações aos gestores do MTur, participou de grupos de trabalhos para auxiliar na análise de processos e de rotinas executadas pela Pasta, inclusive no que concerne à execução de contratos administrativos de publicidade vigentes no âmbito da pasta. Manifestou-se, também, tecnicamente em processos de convênios e instrumentos congêneres, bem como de contratos administrativos, quando consultada pelas unidades técnicas.

A AECI realizou levantamentos e diagnósticos preventivos nos setores do MTur, com vistas a detectar possíveis riscos e gargalos e, principalmente, apresentar soluções e melhorias exequíveis de implementação, aprimorar os controles internos, bem como reduzir as falhas na execução das atividades operacionais.

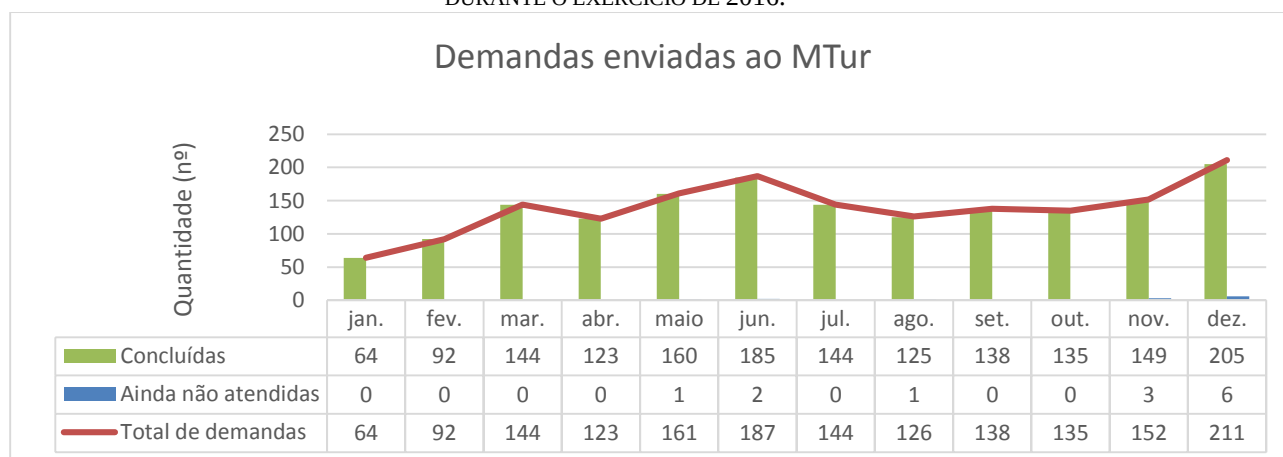
As demandas originárias advindas de órgãos de controle e de segurança - Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Departamentos de Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, entre outros - devem

ser encaminhadas à AECI, para conhecimento e adoção das medidas que se fizerem necessárias, assim como estabelecido na Portaria GM/MTur nº 211, de 14 de agosto de 2013. Sendo assim, as deliberações advindas desses órgãos são concentradas nessa Assessoria, que designa as demandas às áreas específicas, segundo as competências estabelecidas no Regimento Interno deste Ministério, para o seu atendimento, atenuando a assimetria informacional dentro da pasta.

O MTur usa o Sistema de Controle de Demandas Externas (SCDE) desde 2012, sendo que nesse ano era utilizado somente no âmbito da Secretaria-Executiva e, a partir de 2013, passou a ser operacionalizado no âmbito de todo o Ministério, com a coordenação da AECI. Esse Sistema tem como principal funcionalidade o acompanhamento e o monitoramento das solicitações e deliberações dos órgãos de controle e de segurança, bem como do controle das providências adotadas pelas áreas técnicas responsáveis por atendê-las.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade total de demandas enviadas ao MTur no exercício de 2016, classificando-as em “concluídas” e ainda “não atendidas”, segundo a data limite estabelecida pelo órgão que requisitou informações, documentações ou adoção de providências das unidades deste Ministério.

QUADRO 6.1.5.2 A: QUANTIDADE DE DEMANDAS ENVIADAS AO MTUR POR ÓRGÃOS DE CONTROLE E DEFESA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.



Fonte: SCDE/MTur. Acessado em 8 de fevereiro de 2017.

A partir da análise do gráfico apresentado, verifica-se que foram expedidas o total de 1.677 demandas dos órgãos de controle e segurança ao Ministério do Turismo durante o exercício de 2016, das quais 1.664 foram atendidas, correspondendo a 99,23% de demandas atendidas.

Cabe também à AECI dar seguimento ao trâmite dos processos de Tomada de Contas Especial (TCE) assim que são devolvidos ao Ministério do Turismo pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), com os seguintes documentos elaborados por essa Controladoria: Relatório de Auditoria, Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno. A Assessoria, então, prepara os Pronunciamentos Ministeriais acerca dos processos de TCE, para submetê-los ao Ministro de Estado. Após a assinatura desses pronunciamentos, a AECI expede ofícios individuais ao TCU, para que os processos de TCE sejam devidamente julgados por esse Tribunal.

No intuito de aprimorar o fluxo descrito, a Assessoria Especial desenvolveu novas rotinas no processo de submissão das tomadas e prestação de contas à apreciação do Ministro. Para dar celeridade, implementou-se o uso dos quadros sintéticos e analíticos com informações gerenciais das transferências voluntárias e a sistematização dos processos internos, ao criar os

Pronunciamentos Ministeriais, via mala direta no *software* de processamento de texto e documentos.

Em outubro de 2016, o Ministério do Turismo foi o primeiro órgão a tramitar os processos de TCE via Sistema e-TCE dessa Corte de Contas e, a partir do mês seguinte, a AECI homologou os Pronunciamentos Ministeriais de dois processos nesse Sistema. No total, encaminharam-se 147 processos de TCE a esse Tribunal no ano em questão.

Além disso, a Assessoria despachou ofícios ao Ministério Público Federal, comunicando sobre convênios com indícios de irregularidades verificados pelas áreas técnicas responsáveis pela fiscalização dos convênios e análise da prestação de contas, com a finalidade de denunciar possíveis práticas de crimes na execução dessas transferências voluntárias. E, assim, viabilizando que a Procuradoria da República realize a devida apuração dos fatos e a adoção das medidas consideradas cabíveis.

Apresentam-se, a seguir, o detalhamento e o quantitativo das denúncias encaminhadas em 2016 pela Assessoria Especial de Controle Interno:

QUADRO 6.1.5.2 B: – QUANTIDADE DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS QUE ACARRETARAM DENÚNCIAS RELACIONADAS ÀS SUAS EXECUÇÕES, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Transferência voluntária	Justificativa/Denúncia	Quantidade de denúncias encaminhadas pela AECI ao MPF
Convênio (Eventos)	Indícios de tentativa de fraude na comprovação do evento objeto do convênio, uma vez que foram apresentadas fotografias com indícios de sobreposição de imagens, na tentativa de comprovar a realização do evento; promoção pessoal durante a realização do evento; irregularidades quanto à exclusividade dos artistas contratados por inexigibilidade de licitação; prática de exploração/venda irregular de áreas restritas ou espaços terceirizados pertencentes ao evento, por ação de agentes públicos; dentre outras falhas.	13

Fonte: AECI/MTur, 2017.

A AECI, também, auxiliou o Ministro de Estado a elaborar consultas submetidas ao Tribunal de Contas da União, considerando a necessidade dessa autoridade competente em sanar dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência. Nesse contexto, buscou-se o prejulgamento de duas teses, e não de fato ou de caso concreto, por meio de Consulta a esse Egrégio Tribunal, em respeito ao disposto no artigo 264, § 3º, do Regimento Interno do TCU, acerca das seguintes informações:

QUADRO 6.1.5.2 C: CONSULTAS EFETUADAS PELO MTur AO TCU EM 2016

Processo MTur (nº)	Processo TCU (nº)	Assunto da consulta
72031.003573/2016-12	034.272/2016-0	Reequilíbrio econômico e financeira - Dúvida suscitada no âmbito do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) acerca da aplicação e interpretação dos entendimentos do Egrégio Tribunal de Contas da União, manifestados nos Acórdãos nº 3282/2011-Plenário e nº 1568/2015-Plenário, a respeito da não aplicação da teoria da imprevisão e a possibilidade de recomposição do equilíbrio contratual, em razão de variações cambiais ocorridas devido a oscilações naturais dos fatores de mercado.
72031.002105/2016-12	022.552/2016-2	Contrato de exclusividade em eventos - A dúvida suscitada no Ministério do Turismo versa acerca da aplicação do artigo 1º, inciso IX, artigo 58, da Lei nº 8.443/1992, do artigo 254, §§ 2º e 3º, e do artigo 268, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU, surgida a partir da tentativa de interpretação do entendimento desse Tribunal, emanado nos Acórdãos nº 96/2008-TCU-Plenário e nº 2163/2011-TCU-2ª Câmara, supostamente conflitante com outros Acórdãos mais recentes.

Fonte: AECI/MTur, 2017.

A AECI, em parceria a outros setores do MTur, desenvolveu o “Manual de Procedimentos sobre Termo de Execução Descentralizada” (link de acesso: <http://www.turismo.gov.br/images/manualted.pdf>). Esse documento foi aprovado pela Portaria da Secretaria-Executiva/MTur nº 310, de 10 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de novembro de 2016.

Diante da necessidade exposta pelas unidades do MTur, de orientação aos gestores e aos técnicos deste Ministério e de uniformização dos atos de gestão desse instrumento, o MTur tem se empenhado em desenvolver ações e diretrizes, tais como a publicação e institucionalização do Manual em questão, para fomentar a melhoria contínua nos atos de gestão desta Pasta, vislumbrando a legislação vigente, assim como as recomendações e as orientações dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

Esse Manual também seguiu as recomendações e as orientações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), relatadas no Plano de Providências Permanente (PPP), referente ao Relatório de Auditoria nº 201405864 desse Órgão de Controle, em consonância com a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação correlata à matéria.

O “Manual de Procedimentos sobre Termo de Execução Descentralizada” contempla conceitos básicos, normativos, finalidade, processos organizacionais, rotinas e procedimentos identificados, representados nos fluxogramas de cada etapa. Há a representação do Ministério atuando em duas vertentes distintas: no papel de unidade descentralizadora, repassadora de recursos; e no papel de unidade descentralizada, recebedora de recursos.

No desenvolvimento desse Manual de Procedimentos, observou-se a dinâmica dos diferentes contextos no MTur em que podem ser aplicadas a celebração do TED, buscando mitigar os riscos de falhas na execução e monitoramento desse instrumento, por meio da elaboração de diretrizes e de um conjunto padronizado e sistematizado de informações e de ações. Aplicou-se ainda a legislação vigente sobre convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres, de forma análoga, e aquela específica do assunto, que ainda permanece lacônica, necessitando ser melhor detalhada e regulamentada.

6.1.5.3 Diretoria de Planejamento e Gestão estratégica

Além da gestão do planejamento da unidade, relatado no item 6.1, a Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica coordenou a elaboração de relatórios de ação de governo, como Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015, e Relatório de Gestão (referente ao exercício de 2015). Atuou ainda na avaliação institucional e intermediária da avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos (GDACE).

Podem-se destacar ainda outros resultados:

Mapeamento de processos

Foram executadas ações de análise e aperfeiçoamento de processos no âmbito do Ministério do Turismo. Ao longo do exercício de 2016, foram gerados 73 produtos, conforme quadro a seguir:

QUADRO 6.1.5.3 A - PRODUTOS DO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS EM 2016

Processos	Quantidade de Processos Mapeados
Gestão de Pessoas	16
Contrato de Repasse	1
Gestão da Execução Descentralizada	5
Arquivo Central	3
Relatório de Gestão	1
Prestação de Contas da Presidência da República	1
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos ¹	2
Gestão do Plano de Ação	7
Planejamento Estratégico-Tático	4
Regimento Interno	2
Migração de macroprocessos de EPC para BPMN	25
Gestão das Ações de <i>Marketing</i>	5
Nova Cadeia de Valor do Mtur	1
Total	73

Fonte: DPGE/MTur

Jogos Olímpicos Rio 2016

Com participação ativa no Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS) ; na Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil e no

Grupo Operacional de Turismo, o planejamento das ações em apoio à organização dos Jogos Rio 2016 avançou de forma consistente. Dentre os principais projetos, destacam-se: Casa Brasil (espaço de degustação da cultura, turismo, esportes, negócios do Brasil); qualificação profissional; facilitação de viagens (liberação da necessidade de visto para japoneses, americanos, canadenses e australianos); revezamento da tocha (apoio à organização do revezamento da Tocha); dentre outros.

Ação de destaque no período olímpico, a Casa Brasil – espaço de promoção do país no *Boulevard Olímpico* - recebeu mais de meio milhão de visitantes, transformando-se em um cartão postal que apresentou, de forma singular, a diversidade natural, cultural e econômica do País, fortalecendo a imagem nacional e promovendo o Brasil como destino turístico e de negócios. A Casa Brasil foi um projeto capitaneado pelo Ministério do Turismo, em parceria com a Cultura, o Esporte, a SECOM e a Casa Civil.

Visando aumentar a competitividade do turismo brasileiro, os Ministérios do Turismo, da Justiça e das Relações Exteriores, defenderam a dispensa do visto de turismo durante o período olímpico para cidadãos dos Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália. Neste período, 163.104 turistas tiveram origem das quatro nacionalidades beneficiadas, sendo que 74,06% utilizaram-se da facilitação para entrada no país. O número corresponde a 120.795 mil visitantes estrangeiros, que injetaram US\$ 167,7 milhões na economia brasileira. De acordo com pesquisa realizada pelo Governo Federal durante a Olimpíada, 82,8% dos entrevistados informaram que a dispensa de visto facilitaria o retorno ao Brasil.

Oficinas de Planejamento Estratégico

Ao longo do exercício de 2016, foram realizadas três oficinas de planejamento estratégico, que tiveram como público a SNPTur, a SNETur e a DIRAD. Nessas oportunidades, foram reforçados conceitos importantes sobre o referencial estratégico do órgão, bem como foram elaborados os mapas estratégicos de cada uma das unidades.

GESPÚBLICA

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA) foi criado para apoiar o desenvolvimento e a implantação de soluções que permitam um contínuo aperfeiçoamento dos sistemas de gestão das organizações públicas e de seus impactos junto aos cidadãos. A cultura da excelência, o foco no valor público, a simplicidade, agilidade, economicidade, escalabilidade e disponibilidade das soluções propostas, adaptabilidade e aprendizado social, abertura e transparência, e a cooperação radical e intersetorial são princípios e valores essenciais do programa. Um dos principais objetivos do GESPÚBLICA é a mobilização da administração pública brasileira na direção da geração de resultados.

O Ministério do Turismo, em 2016, formalizou sua adesão ao programa, assim como realizou, em julho do mesmo ano, sua primeira Autoavaliação Assistida, tendo recebido 90 pontos em uma escala de 0 a 250. Quando realizada de forma sistemática, a avaliação da gestão

funciona como uma oportunidade de aprendizado sobre a própria organização e também como instrumento de internalização dos princípios e práticas da excelência em gestão pública. Também foi elaborado um Plano de Melhoria da Gestão, com implementação ao longo de 2017, quando está prevista a realização da 2º Autoavaliação Institucional.

Sistemas de Apoio à Gestão

Existe uma unidade avançada da área de tecnologia do Ministério do Turismo para construir sistemas e dar suporte tecnológico para os processos de gestão estratégica. Em 2016, essa equipe foi responsável por conceber sistemas que apoiaram diversas unidades, conforme quadro a seguir:

QUADRO 6.1.5.3 B -SISTEMAS DE APOIO A GESTÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO DESENVOLVIDOS EM 2016

Nome	Descrição	Endereço
GDPGPE / GDACE ¹	Sistema que permite a apuração do desempenho individual e institucional, nos termos do decreto 7.133/2010, assim como o acompanhamento da meta global do Ministério, dos departamentos e das atividades de cada equipe.	http://se.mtur.gov.br/gdpgpe/public/
GESPÚBLICA	Sistema que permite avaliar a gestão de uma organização pública para verificar o grau de aderência de seus processos gerenciais em relação ao Modelo de Excelência em Gestão Pública, referencial do Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização.	http://se.mtur.gov.br/gespublica/public/
Plano Nacional do Turismo	Sistema de controle e monitoramento da elaboração do PNT 2016-2019.	http://se.mtur.gov.br/pnt
Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo	Objetiva coletar informações de modo a facilitar a composição do Mapa do Turismo Brasileiro e a auxiliar na formação de uma Rede Nacional de Regionalização do Turismo, que englobe interlocutores estaduais, regionais e municipais do Programa.	http://sistema.mapa.turismo.gov.br/
Sistema de Monitoramento das Olimpíadas Rio 2016	O sistema foi concebido para atuar no acompanhamento e monitoramento dos assuntos relativos a Olimpíada.	http://gm.mtur.gov.br/olimpiada/

Fonte: SE/MTur

¹ O Sistema sofreu uma atualização ampla e significativa, inclusive com o desenvolvimento de um novo módulo relativo à Avaliação 360º.

6.1.5.4 Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)

À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar, avaliar e executar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas às políticas de organização institucional, sistemas administrativos, administração de material, patrimônio, obras, transportes, serviços gráficos, telecomunicações, comunicações administrativas e documentação, seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Serviços Gerais (SISG).

A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos apresenta a seguinte estrutura organizacional:

1. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL):
 - 1.1. Coordenação de Administração de Material e Patrimônio (CMAP);
 - 1.2. Coordenação de Serviços Gerais (CSG);
 - 1.3. Coordenação de Documentação (CDOC);
 - 1.4. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF);
 - 1.4.1. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (DIORF).

Tal estrutura foi aprovada por meio do Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, e o novo Regimento Interno por meio da Portaria nº 86, de 5 de fevereiro de 2016, publicada no D.O.U. de 10 de fevereiro de 2016.

Tendo em vista que o presente Relatório se refere ao exercício de 2015, considerou-se a estrutura do MTur vigente naquele exercício, aprovada por meio da Portaria nº 64, de 29 de abril de 2015, publicada no D.O.U de 30 de abril de 2015, conforme apresentado a seguir:

1. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos:
 - 1.1. Coordenação de Administração de Material e Patrimônio;
 - 1.2. Coordenação de Serviços Gerais;
 - 1.3. Coordenação de Documentação;
 - 1.4. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira;
 - 1.4.1. Divisão de Coordenação Orçamentária e Financeira.

Compõe, ainda, a CGRL, uma Comissão Permanente de Licitação.

6.1.5.4.1 Coordenação de Administração de Material e Patrimônio

À Coordenação de Administração de Material e Patrimônio compete planejar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades referentes a compras, contratos, patrimônio e almoxarifado.

Após concluída a Licitação, Inexigibilidade ou a Dispensa, o processo passa a ser de responsabilidade da área de Contratos, de tal forma que poderá gerar Contrato e/ou Atas de Registros de Preços.

O Controle de contratos compreende:

- Acompanhamento da vigência;
- Notificação do fiscal com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sobre o interesse ou não na prorrogação;
- Notificação ao fornecedor contratado sobre o interesse na renovação, nos casos de contratos continuados, art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93;
- Pesquisas de preços;
- Solicitação de reserva orçamentária/financeira;
- Solicitação de emissão de empenho;
- Emissão do Contrato/Termo Aditivo; e
- Solicitação de pagamento.

O quadro, apresentado abaixo, apresenta as aquisições e contratações de serviços formalizadas no exercício de 2016:

QUADRO 6.1.5.4.1 : AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS FORMALIZADOS

Tipo	Quantitativo	Total Contratado
		Valores (R\$)
Inexigibilidade	14	4.749.155,19
Adesão à RP	2	255.377,70
Dispensa de Licitação	79	5.821.297,27
Termo de Compromisso	1	250.000,00
Atas de Registro de Preços	-	-
Concorrências	-	-
Pregões	8	13.202.464,58
Concorrências BID	-	-
TOTAL		24.278.294,74

Fonte: CMAP/CGRL/DIRAD

6.1.5.4.2 Coordenação de Serviços Gerais

As ações da Coordenação de Serviços Gerais, são as atividades ligadas aos serviços de conservação e limpeza, vigilância, segurança patrimonial, recepção, atividades administrativas terceirizadas, manutenção predial, prestação de serviços de telefonia, reprográficos e de transportes.

- Controle e fiscalização dos contratos de serviços de mão-de-obra terceirizados: copeiras, garçons, auxiliares de serviços gerais, recepcionistas, contínuos, carregadores, motoristas e secretariados.

- Manutenção Predial: elétrica, hidráulica, ar condicionados, móveis e divisórias.

- Controle de serviços diversos: crachás de serviço, cartões de visita, carimbos, água mineral e purificadores, armários da garagem, TV por assinatura, chaveiro, containers de lixo, vidros e molduras.
- Reprografia: são executados serviços inerentes a cópias, digitalizações, sendo as mesmas compartilhadas com o Ministério de Minas e Energia.
- Setor de Transporte: há o controle geral de veículos oficiais do MTur, transporte de carga leve, bem como os serviços de transporte terceirizados nos estados da Federação, atendendo aos servidores no desempenho das atividades de interesse da Administração. Vale ressaltar que via PGTur (Plataforma de Gestão do Turismo), atendemos, no ano de 2016, a 7.356 solicitações internas.

6.1.5.4.3 Coordenação de Documentação

Compete à Coordenação de Documentação planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e gerenciar a execução das atividades de arquivo, gestão de documentos e protocolo, bem como elaborar as normas e procedimentos para a gestão de documentos de acordo com as diretrizes do Arquivo Nacional, do Conselho Nacional de Arquivos e do Sistema de Gestão de Documentos-SIGA.

6.1.5.4.3.1 Arquivo

O Arquivo Central como setor de acervo documental tem como finalidade principal a manutenção e guarda de todos os documentos acumulados desde a criação do MTur.

O Arquivo Central tem como atividades: agendamento de transferência de documentos ao arquivo; orientação aos setores para o correto envio documental; recebimento e conferência da documentação; assepsia, descrição, análise e avaliação de documentos e processos para a posterior classificação de acordo com os códigos e tabelas do Conarq; elaboração de espelhos para a correta localização e posterior no acervo; preservação do material arquivístico; acondicionamento e armazenamento adequado para cada tipo documental; tramitação e consulta de processos/documentos no Mturdoc; empréstimo e desarquivamento de documentos aos setores solicitantes (inclusive através do e-mail arquivo@turismo.gov.br); devolução; separação dos documentos a serem eliminados; acesso e solicitações através do PGTur.

No começo do ano de 2016, o Ministério do Turismo iniciou um novo Planejamento Estratégico que teve como um dos objetivos a reestruturação do Arquivo Central do MTur. Para tanto, várias atividades foram desempenhadas pelo setor. O primeiro e mais importante passo foi buscar contato com o Arquivo Nacional e estabelecer com ele parceria em prol da evolução dos trabalhos de Gestão Documental do Ministério do Turismo.

Posteriormente, realizou-se um trabalho de benchmarking pela equipe da Coordenação de Documentação do MTur em outros órgãos da Administração, dentre eles: Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e Ministério da Saúde, em busca de aprendizado de boas práticas e excelência arquivística.

O Ministério do Turismo tem realizado reuniões juntamente com a Embratur e o Arquivo Nacional com o objetivo de discutir a elaboração de um Código Único de Classificação e da Tabela de Temporalidade da atividade-fim para as duas instituições (Embratur e MTur) visando a eliminação/recolhimento de documentos já arquivados e/ou que serão arquivados.

Paralelamente, o Ministério do Turismo em parceria com o Arquivo Nacional está desenvolvendo um Programa de Gestão Documental que visa orientar a produção, o uso/manutenção e a destinação dos documentos arquivísticos no âmbito deste Ministério. Dentre as ações já implementadas está a reconstituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), por meio da Portaria nº 191, de 08 de agosto de 2016, e a reconstituição da Subcomissão de Coordenação do SIGA do Ministério do Turismo, por meio da portaria nº 190, de 08 de agosto de 2016.

Outra atividade importante realizada no ano de 2016 foi a preparação para a realização da 1ª eliminação de documentos da atividade-meio do Ministério do Turismo. Sendo realizada em 2016 as etapas de levantamento, aprovação e publicação do edital de ciência e eliminação de documentos, que sucedeu no dia 02 de dezembro, no Diário Oficial da União estabelecendo o prazo de 30 dias para a conclusão do processo de eliminação, que ocorreu efetivamente no dia 02 de janeiro de 2017.

Continuamos com as medidas anteriormente adotadas como: agendamento para arquivamento, e-mail com orientações, visitas-técnicas aos departamentos do órgão para orientação in loco e triagem de documentos. Ressaltamos que ao longo do ano de 2016 houveram 719 solicitações de empréstimos de processos e documentos e foram arquivadas 1.454 caixas.

6.1.5.4.3.2 Protocolo

Ao Protocolo compete executar as atividades referentes ao recebimento, registro, tramitação, expedição de documentos, zelando pela uniformização de procedimentos; bem como o envio de correspondências e encomendas. Os objetivos e atribuição da unidade são:

I - executar as atividades de protocolo referentes ao recebimento, registro, tramitação, expedição de documentos, zelando pela uniformização de procedimentos; bem como, o envio de correspondências e encomendas;

II - organizar e preservar documentos e processos conforme orientação determinada pela Política Nacional de Arquivo para o Setor Público, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);

III - organizar e proceder a autuação e movimentação dos processos gerados e recebidos pelo Ministério;

IV - controlar a recepção e expedição de correspondências e encomendas; e

V - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor a aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor aos inadimplentes

O resultado do desempenho da unidade está expresso pela quantidade de informações documentais produzidas e acumuladas, conforme a seguir:

QUADRO 6.1.5.4.3.2 A: DESEMPENHO DA UNIDADE DE PROTOCOLO DO MTUR

Atividades/Ano	Abertura de Documentos	Autuação de Processos	Tramitação de Documentos	Expedição de Documentos pelos Correios	Entrega de Documentos pelos Motociclistas
2015	2.801	2.077	5.284	7.418	-
2016	2.245	2.004	4.330	5.924	-

Fonte: Protocolo/CDOC/CGRL/DIRAD

Em 2016, o principal projeto desenvolvido no âmbito do Ministério do Turismo e que teve a participação efetiva do Protocolo foi a ambientação e implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Nessa etapa, o Protocolo fez parte da Comissão responsável pelas ações de estruturação e articulação com Órgãos e unidades internas do MTur diretamente envolvidas na implantação do SEI.

QUADRO 6.1.5.4.3.2 B: AÇÕES DA UNIDADE DE PROTOCOLO POR MEIO DO SEI

Abertura	Protocolo	UP's – Demais Áreas	Total MTur
Documento	2.243	13.463	15.706
Trâmites	2.274	15.489	17.763
Processos	2.004	208	2.212
Trâmites	2.056	23.266	25.322

Fonte: Protocolo/CDOC/CGRL/DIRAD

Metas para 2017

- Promover o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- Qualificar os usuários por meio de cursos e treinamentos, em relação à orientação e operacionalização do Sistema SEI;
- Quanto a implementação do Número Único de Protocolo (NUP) conforme Portaria Interministerial MJ/MP nº 2.162, de 24 de dezembro de 2015, na qual altera para 1º janeiro de 2018 a data de início da vigência da Portaria Interministerial nº 2.321, de 30 de dezembro de 2014, que define procedimentos relativos à utilização do Número Único de Protocolo (NUP) no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal; e
- Contratação de serviços de higienização, digitalização de documentos, tratamento de imagens, indexação e gestão arquivística e documental do acervo do MTur.

6.1.5.4.4 Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira

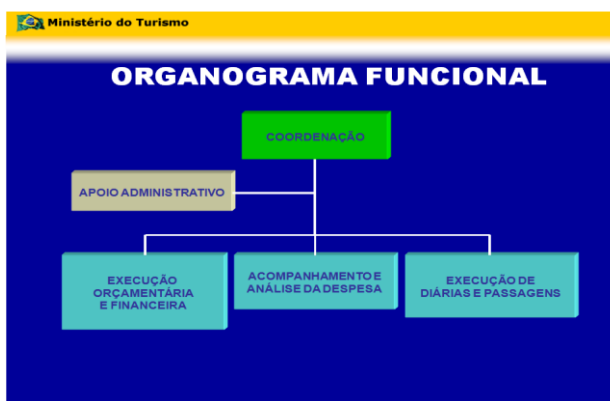
A Coordenação de Execução Orçamentária Financeira é a Unidade do MTur responsável pela execução e acompanhamento do orçamento destinado Ministério do Turismo,

por exercícios. Suas atividades compreendem os procedimentos que vão desde a geração de informações para subsidiar a elaboração da Proposta Orçamentária Anual do Ministério do Turismo até a efetiva execução orçamentária e financeira das despesas.

Compete também à esta Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF) a gestão das atividades relacionadas aos deslocamentos de pessoal, servidores, convidados e colaboradores eventuais, em viagens a serviço do MTur, no Brasil ou no Exterior, utilizando-se, para isso, da ferramenta de uso obrigatório pela Administração Pública Federal disponibilizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) denomina Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

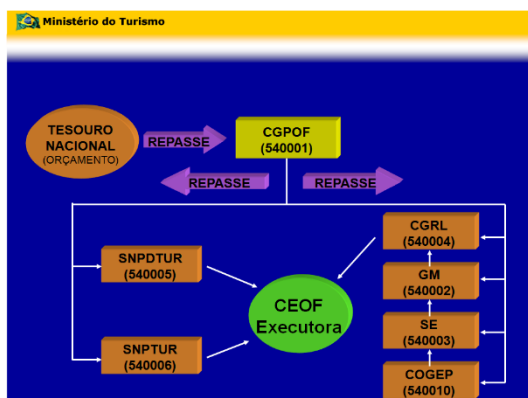
Para melhor realização de suas atividades, a CEOF estrutura-se conforme organograma funcional abaixo:

QUADRO 6.1.5.4.4. A: ORGANOGAMA DA CEOF



A figura a seguir demonstra a interação da CEOF com as demais Unidades Gestoras do MTur.

QUADRO 6.1.5.4.4. B: INTERAÇÃO DA CEOF COM AS DEMAIS UNIDADES GESTORAS DO MTUR



6.1.5.4.4.1 Execução Orçamentária e Financeira

No exercício de 2016, até o mês de abril, os créditos orçamentários para esta Unidade Executora – 540004, foram disponibilizados pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

(CGOF), da Secretaria-Executiva, em doze avos do valor total do orçamento autorizado, considerando a não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016 ainda no exercício anterior. Em consequência, foram sendo geradas Notas de Empenho parciais, mês a mês, para cada contrato administrativo continuado existente para fazer face às despesas que viriam a ser realizadas em cada um. As despesas não continuadas, que acontecem de acordo com a necessidade, foram empenhadas à medida que as demandas foram colocadas e de acordo com a disponibilidade orçamentária existente.

Há que se destacar que no mês de maio/2016 o restante do orçamento previsto na LOA 2016 foi liberado na sua totalidade permitindo que todos os contratos fossem empenhados na sua totalidade o valor de R\$ 45.245.225,82 (quarenta e cinco milhões duzentos e quarenta e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos).

Importante ressaltar a satisfatória interação estabelecida entre esta Coordenação e a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF), o que permitiu maior agilidade no atendimento às demandas.

6.1.5.4.4.2 Execução de Diárias e Passagens

Ao Setor de Concessão de Diárias e Passagens compete a execução das atividades relacionadas aos deslocamentos de servidores, colaboradores eventuais e convidados (Passagens e Diárias) em missões de interesse do Ministério do Turismo, desde o cadastramento das viagens até a efetiva prestação de contas, compreendendo, dentre outras, as atividades abaixo:

- Acompanhamento e atualização da Legislação pertinente;
- Gerenciamento dos limites orçamentários (Diárias e Passagens);
- Análise das solicitações de viagens;
- Emissão de Empenhos;
- Pagamento de Diárias;
- Ressarcimento de despesas;
- Reembolso de bilhetes não utilizados;
- Acompanhamento das prestações de contas;
- Conferência e pagamento de faturas;
- Auditoria interna dos processos das solicitações de viagens;
- Treinamento para usuários do sistema SCDP;
- Elaboração de relatórios gerenciais.

O setor continua buscando promover a aproximação com os usuários por meio de orientação na operação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) de modo a que problemas possam ser minimizados tanto na parte administrativa quanto na realização da própria viagem, evitando transtornos como a devolução de documentos para acertos com possíveis reflexos na liberação de numerários, pagamento de diárias, emissão de bilhetes e colocando-se sempre à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

O Setor de Concessão de Diárias e Passagens é responsável ainda pela geração das informações relacionadas aos gastos com diárias e passagens de todas as Unidades Administrativas do MTur para subsidiar a composição de seus Relatórios de Gestão com as despesas realizadas.

Em 1º de fevereiro/2016, seguindo orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), o Ministério do Turismo implantou a nova sistemática para aquisição de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas TAM, GOL, AZUL e AVIANCA, mantendo o seu contrato de agenciamento de viagens com a empresa APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA até o término de sua vigência, em 05.03.2016, para atendimento de viagens internacionais, ou demandas por viagens nacionais não atendidas por elas.

Em 06.03.2016, o Ministério do Turismo assinou contrato com a empresa TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2015-MP, em substituição à empresa APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, para atendimento das demandas por viagens internacionais e nacionais não atendidas pelas companhias aéreas credenciadas.

No final do mês de abril/2016, esta Coordenação preparou um material, para divulgação na Intranet, na forma de perguntas e respostas, cujo objetivo principal foi o de esclarecer as dúvidas mais frequentes dos servidores sobre a concessão de diárias e passagens aéreas para viagens a serviço do MTur inclusive com links para toda a legislação sobre o assunto.

A partir do mês de novembro foram iniciados os procedimentos para prorrogação do contrato com a empresa TRIPS, cuja vigência se extinguiu em 05.03.2017, por um período de até 120 dias ou até que se conclua novo processo licitatório comandado pela Central de Compras do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme Ofício Circular nº 838/2016-MP.

6.1.5.4.4.2 :LIMITES PREVISTOS PARA EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS PARA 2016

Unidade Administrativa	Limite Liberado	Pago (R\$)
GM	1.241.000,00	386.244,27
SE	400.000,00	155.385,69
SNPDTUR	500.000,00	242.827,17
SNPTUR	700.000,00	268.243,77
TOTAL	2.841.000,00	1.052.700,90

Fonte: CEOF/CGRL/DIRAD

6.1.5.4.5 Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

A Lei nº 8.666/93, ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Devem ser observados os princípios básicos que norteiam os procedimentos licitatórios, dentre outros: Princípio da Legalidade, da Isonomia, da Impessoalidade, da

Moralidade, da Probidade Administrativa, da Publicidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e ao Princípio do Julgamento Objetivo.

Cabe a área de Licitações a elaboração de Editais requisitados pelas Secretarias/Departamentos/Coordenações relativos à Pregão, Convite, Tomada de Preços e Concorrência, através de Termo de Referência/Projeto Básico, destinados a aquisição de materiais, equipamentos e contratações de serviços.

Para atender as demandas do Ministério do Turismo no exercício de 2016, foram abertos e homologados 08 (oito) processos licitatórios na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme abaixo:

- Serviços de sustentação da infraestrutura de TI;
- Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas e serviços técnicos de medição de sistemas;
- Serviços de secretariado;
- Serviços de Carregador de móveis e assemelhados;
- Realização de pesquisa de Caracterização e dimensionamento de viagens realizadas por residentes no Brasil para acompanhamento in loco dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio;
- Manutenção de Veículos Automotores;
- Locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista;
- Fornecimento de Combustível.

O valor Total Estimado das licitações concluídas foi de R\$ 17.672.831,51 (dezessete milhões, seiscentos e setenta e dois mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), e o valor Total Homologado foi de R\$ 13.202.464,58 (treze milhões, duzentos e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), gerando economia nas licitações no valor aproximado de R\$ 4.470.366,93 (25,3%).

6.1.5.5 Coordenação Geral de Convênios (CGCV)

A Coordenação Geral de Convênios (CGCV) estabeleceu metas institucionais para o exercício de 2016 no Plano de Ação do Ministério do Turismo, Portaria GM/MTur nº 177/2016, D.O.U de 13/07/2016, e para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) na Portaria GM/MTur nº 169/2015, de 30 de setembro de 2015, publicada no D.O.U de 02/10/2015, alterada pela Portaria GM/MTur nº 121, de 14 de abril de 2016, publicada no D.O.U de 15 de abril de 2016, conforme a seguir descritas:

6.1.5.5.1 Meta estabelecida pelo Plano de Ação do Ministério do Turismo correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2016:

Meta: A iniciativa prevista era de “Eliminar o passivo de prestações de contas pendentes de análise financeira” e a meta ficou estipulada em “baixar de 2.000 para 1.500 o número de convênios em estoque aguardando análise financeira conclusiva de prestação de contas” para o período de Jan/2016 a Dez/2016, cujo alcance é demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 6.1.5.5.1 A – PERÍODO JAN/2016 A DEZ/2016, CONFORME PLANO DE AÇÃO MTUR.

2016													Total
Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Prevista	2.000	1.950	1.900	1.850	1.800	1.750	1.700	1.650	1.600	1.550	1.525	1.500	500
Realizada	1.873	1.738	1.723	1.741	1.727	1.741	1.758	1.758	1.759	1.745	1.675	1.652	348

Fonte: <http://monitoramento.mtur.gov.br/planodeacao/2016/2.1.1/1?unidade=dirad>

Importante ressaltar que houve 796 análises conclusivas ao longo do exercício de 2016 (Quadro 6.1.5.5.1 C), porém o quantitativo de baixa de estoque foi de 348 convênios, conforme quadro acima. Isso ocorreu pois nem toda análise conclusiva resulta em baixa de passivo de prestações de contas pendentes de análise financeira, uma vez que após a análise conclusiva pode ocorrer pedido de reconsideração, pedido de reanálise pelos órgãos de controle, entre outros. Ademais, a celebração de novos convênios também contribui para o aumento ou manutenção do passivo concomitantemente à baixa de estoque.

QUADRO 6.1.5.5.1 B – COMPARATIVO DE PRODUÇÃO DE ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA CGCV

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2015	63	57	10	37	156	52	58	45	34	21	17	23	588
2016	128	171	89	104	94	55	34	24	17	36	28	44	824

Fonte: Controle interno-MTur/PGTur

QUADRO 6.1.5.5.1 C – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONCLUSIVAS NO EXERCÍCIO DE 2016

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2015	55	45	7	36	134	44	50	39	22	17	12	19	480
2016	124	164	86	102	94	54	30	23	17	36	27	39	796

Fonte: Controle interno-MTur/PGTur

QUADRO 6.1.5.5.1 D – COMPARATIVO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES DE ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2015	9	9	7	10	14	12	9	8	6	6	6	4
2016	6	7	8	8	8	6	5	5	5	6	6	5

Fonte: Controle interno-MTur/PGTur

6.1.5.5.2 Metas Institucionais do Ministério do Turismo, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-GDPGPE, sétimo ciclo, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016:

- Analisar, conclusivamente, 300 (trezentas) prestações de contas financeiras de convênios;
- Atender 100% das diligências dos órgãos de controle;
- Instruir e acompanhar 100% dos convênios em processo de instauração de Tomada de Contas Especial.

- Acompanhar e manter 100% atualizado o controle dos parcelamentos concedidos, dos haveres e obrigações a eles vinculados;
- Acompanhar e manter 100% atualizado, no SIAFI e no SICONV, os registros relativos aos convênios;
- Acompanhar e manter 100% atualizado o controle das solicitações de empenho e pagamento relativos aos convênios.

As metas foram escolhidas em razão da recorrente e grande demanda dos órgãos de controle, volume de parcelamentos solicitados pelos convenientes, estoque de convênios com pendências para instauração de Tomada de Contas Especial, e necessidade de redução do passivo de prestações de contas pendentes de análise conclusiva (aprovada/reprovada).

6.1.5.5.3 Portaria GM/MTur nº 169/2015, D.O.U de 02/10/2015, alterada pela Portaria GM/MTur nº 121/2016, D.O.U de 15/04/2016 - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-GDPGPE:

Meta 1: Analisar, conclusivamente, 300 (trezentas) prestações de contas financeiras de convênios.

QUADRO 6.1.5.5.3 A – PERÍODO OUT/2015 A SET/2016, CONFORME PORTARIA GM/MTUR Nº 169/2015, D.O.U DE 02/10/2015, ALTERADA PELA PORTARIA GM/MTUR Nº 121/2016, D.O.U DE 15/04/2016.

2015			2016									Total
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
21	17	23	128	171	89	104	94	55	34	24	17	777

Fonte: Controle interno-MTur/PGTur
Data: 14/02/2017

QUADRO 6.1.5.5.3 B– PRESTAÇÃO DE CONTAS CONCLUSIVAS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2015 A SETEMBRO DE 2016

2015			2016									Total
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
17	12	19	124	164	86	102	94	54	30	23	17	742

Fonte: Controle interno-MTur/PGTur
Data: 14/02/2017

Foram analisadas 777 prestações de contas, sendo 742 conclusivas, no período de outubro de 2015 a setembro de 2016. O que correspondeu a 259% e 247%, respectivamente, do volume para o período de 01/10/2015 a 30/09/2016. Sendo assim, a meta foi cumprida integralmente.

Meta 2: Atender 100% das diligências dos órgãos de controle

A Coordenação-Geral de Convênios recebeu 803 demandas de órgãos de controle, no período de outubro de 2015 a setembro de 2016, demandas judiciais, oriundas da Advocacia Geral da União (AGU) e das Justiças Federais e Estaduais, e administrativas, oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério da Transparência Fiscalização e

Controladoria Geral da União (CGU), do Ministério Público Federal e Estaduais e da Polícia Federal. Todas as demandas foram atendidas.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão nº 2375/2016-TCU- 1ª Câmara em seu item 1.7.1, expedida pelo Ofício nº 0203/2016-TCu/SecexDesen em 06/05/2016, determinou/recomentou à Secretaria do Ministério do Turismo que indique o resultado das análises das prestações de contas referentes aos Convênios SIAFI 702717, 730607, 728641, 747795, 702736, 569107 e 702284, ainda pendentes, em seu próximo relatório de gestão, *in verbis*:

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo que conclua e indique o resultado das análises das prestações de contas referentes aos Convênios SIAFI 702717, 730607, 728641, 747795, 702736, 569107 e 702284, ainda pendentes, em seu próximo relatório de gestão;

Desse modo, faz-se as seguintes conclusões:

QUADRO 6.1.5.5.3 C– CONCLUSÕES

Número do convênio	Processo SEI	Resultado da Análise Conclusiva
702717	72031.001474/2017-79	Rejeitada
730607	72031.000307/2017-19	Rejeitada – Em processo de Instauração de TCE
728641	-	Este convênio não foi celebrado com o Ministério do Turismo e sim com o Ministério da Integração Nacional, conforme consulta no Portal da Transparência (SEI Nº 72031.001228/2016-36 doc. nº 0025180).
747795	72031.000436/2017-07	Aprovado em Parte pela área técnica, glosa de 1.591.251,42 (um milhão, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos). Análise técnica finalizada em 03/03/2017. Pendente de análise financeira.
702736	72031.002109/2017-81	Aprovada com ressalvas
569107	72031.001912/2017-07	Aprovada com ressalvas
702284	72031.002027/2017-37	Aprovada em parte

Fonte: Controle interno CGCV/MTur

http://sei.turismo.gov.br/sip/login.php?sigla_orgao_sistema=MTUR&sigla_sistema=SEI

Data: 03/03/2017

Meta 3: Instruir e acompanhar 100% dos convênios em processo de instauração de Tomada de Contas Especial

Durante o exercício de 2016 os processos de instauração de Tomada de Contas Especial foram acompanhados e instruídos, gerando o seguinte quantitativo:

QUADRO 6.1.5.5.3 D– DEMONSTRATIVO DOS QUANTITATIVO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL NO EXERCÍCIO DE 2016

Registros no exercício de 2016	Quantidade
TCE instaurada	104
TCE concluída	159

Fonte: CTCE/MTur

Meta 4: Acompanhar e manter atualizado o controle dos parcelamentos concedidos, dos haveres e obrigações a eles vinculados

A atualização e o controle dos parcelamentos concedidos, relativos aos acordos de devolução de débitos apurados nas análises de prestações de contas efetiva-se por meio de informações extraídas dos controles internos realizados pela Coordenação:

QUADRO 6.1.5.5.3 E – DEMONSTRATIVO DOS QUANTITATIVOS DE PARCELAMENTOS CONCEDIDOS

PARCELAMENTOS INICIADOS NO MÊS (QTDE)				
MÊS	2013	2014	2015	2016
JAN	7	15	1	1
FEV	3	6	1	2
MAR	7	4	6	1
ABR	9	6	3	3
MAI	11	6	8	6
JUN	3	13	4	5
JUL	8	12	4	2
AGO	32	7	5	2
SET	24	5	2	1
OUT	19	8	0	0
NOV	23	10	2	0
DEZ	48	14	1	0
TOTAL	194	106	37	23

Fonte: CGCV/MTur

QUADRO 6.1.5.5.3 F– DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO FINANCEIRA, RELATIVA AOS PARCELAMENTOS CONCEDIDOS

VALORES ARRECADADOS DE PARCELAMENTOS (em R\$)				
MÊS	2013	2014	2015	2016
JAN	585.117,72	4.960.548,34	2.805.183,59	1.196.252,95
FEV	651.270,10	4.393.853,10	2.718.935,04	1.892.969,82
MAR	602.406,17	2.782.626,40	2.752.571,64	1.444.958,16
ABR	700.571,83	2.473.277,92	2.958.469,80	3.014.663,89
MAI	740.719,19	2.535.827,01	2.836.773,53	3.429.299,13
JUN	990.297,54	2.620.378,36	2.816.625,39	1.934.847,51
JUL	999.368,13	2.671.147,54	2.752.340,49	1.812.124,30
AGO	2.832.059,02	2.999.004,86	1.269.548,89	2.411.780,95
SET	4.105.128,34	2.996.175,87	228.011,71	1.337.365,99
OUT	4.448.555,57	3.121.278,33	332.218,78	1.639.009,07
NOV	4.474.700,16	3.067.925,99	361.626,12	1.826.345,59
DEZ	4.633.584,78	3.147.832,31	584.868,20	3.223.348,82
TOTAL	25.763.778,55	37.769.876,03	22.417.173,18	25.162.966,18

Fonte: CGCV/MTur
SISGRU/STN

Meta 5: Acompanhar e manter 100%, no SIAFI e no SICONV, os registros relativos aos convênios

Foram acompanhados, no SIAFI e no SICONV, e mantidos atualizados todos os registros relativos aos convênios, conforme discriminado nos quadros apresentados a seguir:

QUADRO 6.1.5.5.3 G– REGISTROS SICONV/SIAFI

Registros SICONV	Quantidade
Aprovação/Conclusão de Convênio	207
Anulação de Convênio	75
Registro de inadimplência	163
Suspensão de inadimplência	50

Fonte: CGCV/MTur

Meta 6: Acompanhar e manter 100% atualizado o controle das solicitações de empenho e pagamento relativos aos convênios

Foram acompanhadas e mantidas atualizadas as solicitações de empenho e pagamento relativos aos convênios, conforme informações quantitativas abaixo:

QUADRO 6.1.5.5.3 H – QUANTITATIVOS DE EMPENHOS EMITIDOS EM 2016

Mês de lançamento	Tipo de Empenho				Totais
	Ordinário	Reforço	Anulação	Cancelamento de RP	
Janeiro	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	3	3
Março	-	-	-	8	8
Abril	4	-	-	5	9
Maio	48	-	2	-	50
Junho	1	-	6	1	8
Julho	-	-	-	1	1
Agosto	-	-	-	10	10
Setembro	-	-	1	-	1
Outubro	-	-	-	1	1
Novembro	14	-	1	2	17
Dezembro	17	-	9	-	26
Total	84	-	19	31	134

Fonte: CGCV/MTur

QUADRO 6.1.5.5.3 I – VALORES EMPENHADOS EM 2016

Mês de Lançamento	Tipo de Empenho (Em R\$ 1,00)			Cancelamento de RP	Totais (em R\$)
	Ordinário	Reforço	Anulação		
Janeiro	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	488.608,00	- 488.608,00
Março	-	-	-	1.466.902,24	- 1.466.902,24
Abril	1.038.200,00	-	-	2.144.294,34	-1.106.094,34
Maio	13.298.550,01	-	538.000,00	-	12.760.550,01
Junho	90.000,00	-	1.289.139,65	441.135,03	- 1.640.274,68
Julho	-	-	-	644.800,00	- 644.800,00
Agosto	-	-	-	2.562.220,64	- 2.562.220,64
Setembro	-	-	200.000,00	3.616.703,96	- 3.816.703,96
Outubro	-	-	-	166.666,67	- 166.666,67
Novembro	3.540.043,26	-	117.270,26	756.500,00	2.666.273,00
Dezembro	3.767.328,00	-	1.995.000,00	-	1.772.328,00
Total	21.734.121,27	-	4.139.409,91	12.287.830,88	5.306.880,48

Fonte: CGCV/MTur

QUADRO 6.1.5.5.3 J – VALORES REPASSADOS EM 2016

Mês de Referência	Valor Repassado (em R\$)
Janeiro	2.138.859,00
Fevereiro	100.000,00
Março	-
Abril	5.000,00
Maio	3.819.765,33
Junho	5.866.562
Julho*	-
Agosto*	-
Setembro*	-
Outubro**	198.000,00
Novembro	1.871.185,00
Dezembro	9.387.060
Total	28.381.431

Fonte: Painel SICONV

Data: 14/02/2017

* Período vedado para transferência voluntária de recursos, tendo em vista o período eleitoral, conforme Portaria MTur nº 120, de 8 de abril de 2016, publicado no D.O.U. de 11 de abril de 2016.

** Período vedado para transferência voluntária de recursos, tendo em vista o período eleitoral, conforme Portaria MTur nº 120, de 8 de abril de 2016, publicado no D.O.U. de 11 de abril de 2016. O repasse ocorreu por se tratar de recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço JÁ FÍSICAMENTE INICIADOS e com cronograma prefixado (Consulta nº 1.062, em Decisão Monocrática de 07/07/2004 do então Presidente do TSE, Ministro Sepúlveda Pertence, referendada pelos Ministros do TSE por meio da Resolução nº 21.878, de 12/08/2004, relatada pelo Ministro Carlos Mário da Silva Velloso; RESpe nº 25.324, Acórdão de 07/02/2006, relator Ministro Gilmar Ferreira Mendes; e Resolução nº 21.908, de 31/08/2004, relator Ministro Francisco Peçanha Martins).

Ademais, face todo o exposto, a Coordenação-Geral de Convênio (CGCV) se empenhou durante todo o exercício de 2016 para melhorar as rotinas de seus processos por meio, também, das seguintes ações:

- Implementação da Central de Atendimento ao Conveniente;
- Atualização do Manual Digital de Convênios;

- Cursos de capacitação;
- Benchmarking interno, de modo a difundir o conhecimento entre os membros da Coordenação; e
- Aumentos do número de análises financeiras realizadas comparado aos dois últimos anos:

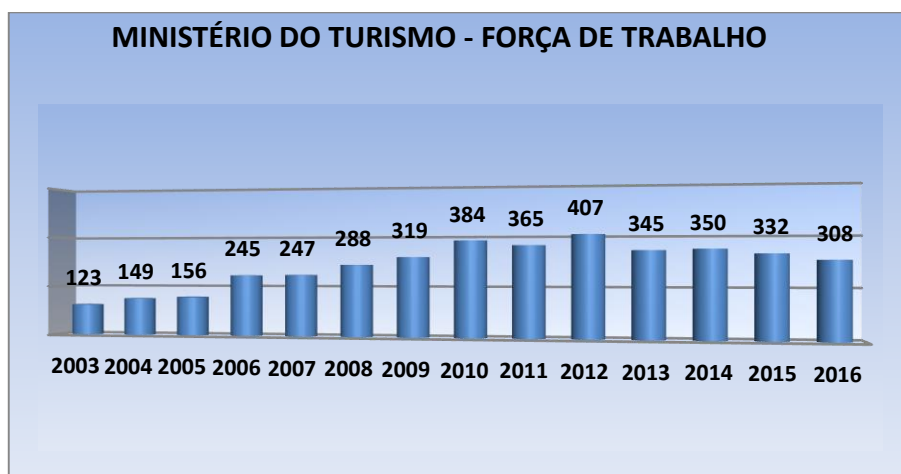
QUADRO 6.1.5.3 K – ANÁLISES FINANCEIRAS REALIZADAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

ANO	ANÁLISES
2014	759
2015	588
2016	824

6.1.5.6 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

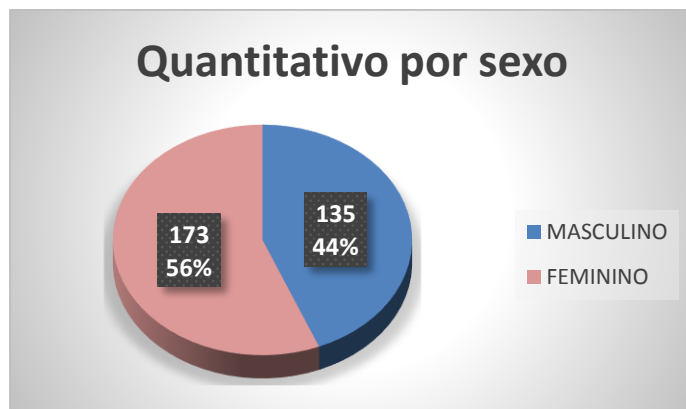
Com o objetivo de fornecer informações sobre a força de trabalho do MTur no ano de 2016 (dados extraídos no mês de dezembro como referência), apresentam-se os gráficos a seguir que incluem servidores em todas as situações funcionais exceto estagiários:

QUADRO 6.1.5.6 A: COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO MTur E A SUA EVOLUÇÃO DESDE 2003 ATÉ 2016



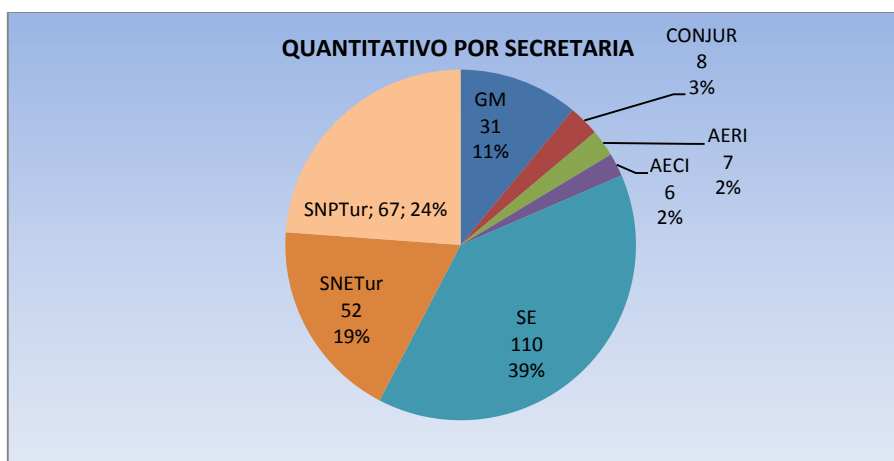
Fonte: SIAPE/SIAPENET

QUADRO 6.1.5.6 B: COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO MTUR COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO



Fonte: SIAPE/SIAPENET

QUADRO 6.1.5.6 C: DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DO MTur POR UNIDADE ADMINISTRATIVA



Fonte: SIAPE/SIAPENET

QUADRO 6.1.5.6 D: COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A SUA DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE ADMINISTRATIVA
(mês de referência - dezembro/2016)

UORG	EFETIVOS	NOMEADOS SEM VÍNCULO	REQUISITADOS	REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS/ ESFERAS	EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO CARREIRA	NATUREZA ESPECIAL **	TOTAL POR SETOR
GM	12	16	2	0	0	1	31
CONJUR	2	1	0	0	5	0	8
AERI	5	2	0	0	0	0	7
AECI	3	2	1	0	0	0	6
SE	81	17	6	1	4	1	110
SNETur	25	24	3	0	0	0	52
SNPTur	46	19	2	0	0	0	67
CEDIDOS	22	0	0	0	0	0	22
EX. PROVISÓRIO	1	0	0	0	0	0	1
OUTROS*	4	0	0	0	0	0	4
TOTAL	201	81	14	1	9	2	308

Fonte: SIAPE/SIAPENET

(*) Refere-se aos servidores em licença para acompanhar cônjuge e tratar de interesses particulares, bem como em afastamento para a realização de estudos de Doutorado.

(**) Cargo de Natureza Especial – foram aqui considerados o Ministro de Estado e o Secretário-Executivo.

QUADRO 6.1.5.6 E: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DO MTUR CONFORME ESCOLARIDADE E TIPOLOGIA DE CARGOS

Tipologias dos Cargos	Escolaridade	
	Nível Médio	Nível Superior
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	54	144
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	53	121
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	8
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	15
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	23	58
4. Total de Servidores (1+2+3)	77	202

Fonte: SIAPE

(*) **Observações:** Não foram computados servidores de nível fundamental. No item 3 foram computados agentes políticos e de natureza especial, Ministro de Estado e Secretário Executivo, respectivamente.

QUADRO 6.1.5.6 F: CONTROLE DAS OPERAÇÕES FUNCIONAIS DE CADASTRO E PAGAMENTO DA FOLHA 2016

COD	OPERAÇÕES FUNCIONAIS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	NOMEAÇÃO DAS	0	0	2	1	4	7	5	0	6	5	5	4	39
2	EXONERAÇÃO DAS	6	66	3	5	8	3	9	3	6	2	4	4	119
3	TROCA DE DAS	1	15	1	2	3	2	0	5	1	1	2	2	35
4	VACÂNCIA DE DAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	TORNAR SEM EFEITO NOMEAÇÃO DE DAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	DESTITUIÇÃO DE DAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	CONVERSÃO DE EXONERAÇÃO EM DESTITUIÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	NOMEAÇÃO EFETIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	VACÂNCIA SEM DIREITO À RECONDUÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
10	VACÂNCIA COM DIREITO À RECONDUÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
11	TORNAR SEM EFEITO NOMEAÇÃO CARGO EFETIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	EXONERAÇÃO EFETIVO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
13	RECONDUÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	FALECIMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	DEMISSÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	APOSENTADORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	DESIGNAÇÃO DE FCT-5	1	3	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	8
18	DISPENSA DE FCT-5	2	2	0	2	0	0	0	0	2	0	0	1	9
19	DESIGNAÇÃO DE FG	0	0	0	3	0	0	0	3	0	2	0	0	8
20	DISPENSA DE FG	1	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	5
21	TROCA DE FG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22	REDISTRIBUIÇÃO (SAÍDA DO QUADRO)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23	REDISTRIBUIÇÃO (ENTRADA DO QUADRO)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24	CESSÃO	1	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	8
25	RETORNO DE CESSÃO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
26	CONTRATO TEMPORÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	DISTRATO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	FIM DO CONTRATO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	4
31	DESLIGAMENTO DO EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1

32	OUTROS	1	0	1	0	4	1	2	0	0	46	1	4	60
33	CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO	0	6	1	21	1	2	0	2	4	0	2	2	41
34	DISPENSA DE GRATIFICAÇÃO	3	4	1	20	1	2	1	2	5	0	0	3	42
35	TROCA DE GRATIFICAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
36	RETORNO AO ÓRGÃO DE ORIGEM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL MENSAL	17	96	12	60	21	20	18	17	26	59	16	23	385

Fonte: SIAPE/SIAPENET

QUADRO 6.1.5.6 G: HISTÓRICO DO QUANTITATIVO DE VAGAS DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROVIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS

HISTÓRICO QUANTITATIVO DE VAGAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS 2006 A 2016												
CARGO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Contador	2	-	-	-	4	-	-	-	3	-	-	9
Administrador	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	7
Engenheiro	10	-	-	-	2	-	-	-	10	-	-	22
Técnico de Nível Superior	28	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	42
Agente Administrativo	60	-	30	-	99	-	-	-	-	-	-	189
Analista Técnico-Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	37	-	-	37
Estatístico	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Total	100	0	44	0	112	0	0	0	52	0	0	308

Fonte: Editais de concurso público MTur

QUADRO 6.1.5.6 H: CONTROLE DAS PUBLICAÇÕES DE ATOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 2016

COD	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	NOMEAÇÃO DE EFETIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	EXONERAÇÃO DE EFETIVO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
3	EXONERAÇÃO A PEDIDO DE EFETIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	VACÂNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	VACÂNCIA POR POSSE EM CARGO INACUMULÁVEL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
6	VACÂNCIA COM DIREITO À RECONDUÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
7	CANCELAMENTO DE NOMEAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	TORNAR SEM EFEITO A NOMEAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	NOMEAÇÃO DAS	52	4	3	1	7	7	2	1	7	8	4	5	101
10	EXONERAÇÃO DAS	6	3	2	2	9	2	3	1	2	5	5	2	42
11	EXONERAÇÃO A PEDIDO DAS	1	0	2	2	0	2	4	2	1	0	0	0	14
12	TROCA DE DAS	11	6	3	0	4	2	2	3	2	2	1	1	37
13	EXTRATO DE CONTRATO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	DISTRATO DE CONTRATO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	CESSÃO DE SERVIDOR (SAÍDA DO QUADRO)	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	0	8
16	CESSÃO DE SERVIDOR ENTRADA (REQUISITADO)	0	1	1	0	2	1	0	0	0	0	1	1	7
17	REDISTRIBUIÇÃO (SAÍDA DO MTUR)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	REDISTRIBUIÇÃO (ENTRADA NO MTUR)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	DESIGNAÇÃO GERAL	0	0	3	0	2	2	0	1	0	0	0	0	8
20	DESIGNAÇÃO SUBSTITUIÇÃO	6	1	51	3	5	2	7	4	23	0	1	0	103
21	DESIGNAÇÃO SUBSTITUIÇÃO POR PERÍODO	2	0	6	1	1	0	0	5	3	3	3	3	27
22	DESIGNAÇÃO FG	0	0	0	3	0	0	3	0	1	1	0	0	8
23	DISPENSA DE FG	1	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	5
24	DESIGNAÇÃO FCT	2	2	2	0	0	0	0	0	2	0	0	1	9
25	DISPENSA DE FCT-5	2	2	2	0	0	0	0	0	2	0	0	2	10
26	DESIGNAÇÃO EM COMISSÃO FORA DO MTUR	0	0	2	3	1	0	2	1	0	1	1	2	13
27	DESIGNAÇÃO EM COMISSÃO DENTRO DO MTUR	1	3	1	0	0	1	0	3	2	0	2	1	14
28	AFASTAMENTO DO PAÍS	4	5	3	1	0	0	0	0	1	8	2	1	25
29	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	CANCELAMENTO DE AFASTAMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
31	ORIENTAÇÃO NORMATIVA	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	3
32	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA	0	0	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	4
33	PUBLICAÇÃO GERAL SOBRE GESTÃO DE PESSOAS	4	0	3	0	3	1	1	1	2	0	0	1	16
34	PUBLICAÇÃO DA SEÇÃO 1	0	1	1	0	0	1	1	3	1	1	2	2	13

35	PUBLICAÇÃO DA SEÇÃO 2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	4
36	PUBLICAÇÃO DA SEÇÃO 3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
37	PUBLICAÇÃO SISAC	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
38	PUBLICAÇÃO EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
39	RETIFICAÇÃO	2	2	2	7	1	2	1	1	5	2	3	1	29
40	REPUBLICAÇÃO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
41	OUTROS	1	0	4	5	7	3	8	2	0	2	3	1	36
42	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
43	VACÂNCIA DAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
44	REVOGAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MENSAL		97	33	95	31	44	29	37	29	58	36	32	26	547

Fonte: Diário Oficial da União

QUADRO 6.1.5.6 I: CONTROLE DE FÉRIAS MENSAL USUFRUTO EM 2016

COD	OPERAÇÕES FUNCIONAIS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	PRIMEIRA PARCELA DE FÉRIAS	69	28	32	22	18	13	18	17	14	7	13	2	253
2	SEGUNDA PARCELA DE FÉRIAS	22	15	10	11	15	21	40	18	34	21	19	10	236
3	TERCEIRA PARCELA DE FÉRIAS	26	16	7	8	8	6	7	10	16	27	38	27	196
4	PARCELA ÚNICA	4	1	2	1	0	2	0	0	0	0	1	1	12
5	REPROGRAMADAS	11	6	14	22	18	16	28	37	27	38	46	29	292
7	CANCELADAS	5	2	2	4	1	3	10	3	2	9	4	3	48
8	INTERROMPIDAS	10	2	2	1	1	0	1	0	2	1	0	0	20
TOTAL MENSAL		151	75	72	73	63	63	104	85	97	105	123	75	1086
1	GRATIFICAÇÃO NATALINA	35	13	4	5	7	3	0	0	0	0	0	0	67
2	ADIANTAMENTO SALARIAL DE FÉRIAS	6	5	1	2	0	1	1	0	0	1	0	0	17
TOTAL MENSAL		41	18	5	7	7	4	1	0	0	1	0	0	84

Fonte: controle interno COGEP

QUADRO 6.1.5.6.J: CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES

DEMONSTRATIVO DE FOLHAS DE PONTO DE 2016													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
FOLHAS DE PONTO	260	243	241	242	241	238	236	234	234	230	233	231	2863

Fonte: Controle interno COGEP

A Análise de 2863 folhas de ponto em 2016 permitiu o controle de frequência de servidores do Ministério do Turismo. A frequência dos servidores requisitados de outros órgãos ou exercícios descentralizados de carreira foi informada por meio de ofício, e-mail, ou sistema online.

QUADRO 6.1.5.6 L: BOLETIM DE PESSOAL E SERVIÇO – PUBLICAÇÃO EM 2016

Boletim de pessoal e serviço	
Boletim de Pessoal e Serviço	12
Boletim de Pessoal e Serviço – Edição Especial	112
Republicações de Boletim de Pessoal e Serviço	2
Republicações de Boletim de Pessoal e Serviço	8

Fonte: Controle interno COGEP

6.1.5.6.1 Sistema SISAC

No ano de 2016, ocorreu a inclusão de nenhum ato de admissão no Sistema de Avaliação de Atos de Admissão do Tribunal de Contas da União e a exclusão de 4 atos por motivo de vacância, exoneração ou desligamento, conforme demonstrado na relação abaixo:

QUADRO 6.1.5.6.1 A: ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO DE 2016

ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO DE 2016		
ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
ADMISSÃO	0	0
DESLIGAMENTO	4	4
CANCELAMENTO DE DESLIGAMENTO	0	0
APOSENTADORIA	0	0
PENSÃO	0	0

Fonte: SISACNET/TCU

6.1.5.6.2 Consultas para provimento de função no SIORG

Em 2016, foram realizadas 56 consultas realizadas ao Sistema SIORG para o provimento de cargos em comissão.

6.1.5.6.3 Carteiras Funcionais

Em 2016, foram solicitadas a emissão aproximadamente 37 carteiras funcionais.

6.1.5.6.4 Nada Consta

Foram confeccionados e emitidos 55 memorandos e formulários de nada consta referentes aos desligamentos de servidores.

6.1.5.6.5 Programas e sistemas operacionalizados diariamente pelos servidores lotados na COGEP

QUADRO 6.1.5.6.5: PROGRAMAS E SISTEMAS OPERACIONALIZADOS PELOS SERVIDORES DA COGEP

ORD.	DESCRIÇÃO
01	Inclusão dos Atos de Admissão no SISAC (Sistema de Avaliação de Atos de Admissão e Concessão)
02	Inclusão das Informações Financeiras de Pessoal para a geração da Declaração do Imposto de Renda DIRE/GOV
03	Inclusão dos Dados Funcionais dos Servidores na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)
04	Confecção e Elaboração da GFIP (Guia de Recolhimento e Informações à Previdência Social). GFIP é um programa de Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, compreendendo o conjunto de informações destinadas ao FGTS e à Previdência Social Para a Previdência Social, a GFIP é o conjunto de informações cadastrais, de fatos geradores e outros dados de interesse da Previdência e do INSS, que constam do arquivo SEFIPCR. SFP e de outros documentos que devem ser impressos pela empresa após o fechamento do movimento no SEFIP. Devem recolher e informar a GFIP/SEFIP as pessoas físicas ou jurídicas e os contribuintes equiparados a empresa sujeitos ao recolhimento do FGTS, conforme estabelece a Lei nº 8.036, de 11/05/1990, e legislação posterior, bem como à prestação de informações à Previdência Social, conforme disposto na Lei nº 8.212, de 24/07/1991, e alterações posteriores. Ainda que não haja recolhimento para o FGTS, é necessária a informação de todos os dados cadastrais e financeiros para a Previdência Social e para o FGTS.
05	Acompanhamento e Alimentação de Dados Referente ao Plano de Saúde dos Servidores do MTur – GEAP
06	SISTEMA CGU-PAD A COGEP é a unidade responsável por implementar a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD da Controladoria-Geral da União, no âmbito do Ministério do Turismo. O Sistema CGU-PAD tem como objeto o registro de informações relativas ao Processo Administrativo Disciplinar e à Sindicância. A Política de Uso do Sistema CGU-PAD do Ministério do Turismo está sendo elaborada pela CGRH e tem por objetivo estabelecer as regras e políticas de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, no gerenciamento das informações sobre os processos disciplinares e de sindicância instaurados no âmbito do Ministério, consoante o disposto na Portaria n.º 1.043 da CGU/PR, de 24 de julho de 2007.
07	SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais.
08	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
09	SIAPE e SIAPENET – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
10	INCOM – Sistema para envio e consulta de matérias para publicação no Diário Oficial da União
11	SIORG- Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal, contém informações organizacionais do Poder Executivo Federal, (Administração Direta, Autarquias e Fundações), utilizado para efetuar as consultas para provimento de cargo em comissão de servidores sem vínculo.
12	SEI-AFD – Sistema que operacionaliza o Assentamento Funcional Digital – AFD – que é um repositório digital dos documentos (pastas funcionais) do servidor público federal, considerado fonte primária da informação, que substitui a tradicional pasta funcional física, desde 1º de julho de 2016, conforme determina a Portaria Normativa nº4 SEGRT/MP, de 10/03/2016, publicado no 14/3/2014.
13	SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

6.1.5.6.6 Pagamento de Pessoal

QUADRO 6.1.5.6.6 A CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA DESPESAS COM PESSOAL EM 2016

Ação	Dotação Inicial	Lei + Crédito	Executado até Dezembro/2016
20TP -Pagamento de Pessoal	29.282.828,00	28.288.586,00	25.661.306,00
2000- Ajuda de Custo / Indenização de Transporte			81.555,87
2000 - Administração da Unidade/Auxílio Moradia		388.611,00	118.068,00
2000 - Administração da Unidade/Estagiários			375.227,24
2012 - Auxílio Alimentação	1.440.000,00	1.561.439,00	1.543.524,00
2011- Auxílio Transporte	240.000,00	240.000,00	220.535,00
2010 - Assistência Pré-Escolar	72.000,00	222.767,00	221.185,00
2128 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis			8.487,00
2004 - Assistência Médica/ Odontológica/	480.000,00	486.957,00	470.673,00
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	2.665.000,00	2.666.267,00	2.401.724,00

QUADRO 6.1.5.6.6 B: VALORES DOS GASTOS MENSIS COM A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO MTUR, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

Valor/Quant	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Valor Bruto	2.226.880,58	2.302.943,39	2.065.234,85	2.052.813,80	2.047.150,14	2.709.280,07	2.049.437,30	2.069.577,01	2.089.387,02	2.093.693,87	3.889.548,63	2.399.665,33	27.995.611,99
Valor Líquido	1.621.053,93	1.636.821,18	1.506.703,24	1.530.742,47	1.526.938,21	2.134.549,49	1.510.856,06	1.514.358,57	1.532.260,12	1.538.935,69	2.188.851,41	1.812.644,71	20.054.715,08
Qtdade servidor	373	375	365	364	364	364	363	355	355	354	360	359	

Fonte: DDP / SIAPE

6.1.5.6.7 Auxílio Moradia

O quadro abaixo demonstra os valores pagos a título de auxílio-moradia no exercício de 2016, amparados conforme prevê o Decreto nº. 1.840 de 20.03.96, com as alterações pelo Decreto nº. 4.040 de 03.12.01, discriminados por valor e unidade de lotação.

QUADRO 6.1.5.6.7 : VALORES PAGOS A TÍTULO DE AUXÍLIO MORADIA, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

UG	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
GM - 540002	7.500,00	7.500,00	7.500,00			5.413,58							27.913,58
SE - 540003	5.617,50	5.617,50	12.166,18	9.357,43	10.758,81	9.357,43	9.357,43	9.357,43	9.573,23	9.573,23	9.629,53	11.539,82	111.905,52
SNETUR - 540005	4.138,00	2.000,00	2.000,00		4.000,00	2.000,00	2.000,00						16.138,00
SNPTUR -540006	15.437,36	17.913,36	9.226,68	5.776,68	5.738,00	5.738,00	5.738,00	5.738,00	5.738,00	5.738,00	5.738,00	5.838,00	94.358,08
Total Geral	32.692,86	33.030,86	30.892,86	15.134,11	20.496,81	22.509,01	17.095,43	15.095,43	15.311,23	15.311,23	15.367,53	17.377,82	250.315,18

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6.1.5.6.8 Ressarcimento de Salário

O quadro demonstra os servidores requisitados referentes aos quais foi efetivado em 2016 o reembolso de salário aos órgãos de origem, conforme prevê o Decreto nº 4.493, de 3 de dezembro de 2002, e instruções contidas no item 2 do Ofício nº 3144/2005 da SRH/MP.

QUADRO 6.1.5.6.8 A : VALORES PAGOS A TÍTULO DE RESSARCIMENTO DE SALÁRIO, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

SECRETARIA EXECUTIVA			Mês de Referência												
Órgão Origem	Servidor	DAS/FCPE	Jane	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Banco do Brasil	Mauro Borges Ribeiro Formiga	101.5	63.340,62	61.712,59	16.516,85										141.570,06
Sec.Esp e Turism PR	Gilce Zelinda Battistuz	101.4	-	39.861,30	-	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65		199.306,50
Total Geral			63.340,62	101.573,89	16.516,85	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	-	340.876,56
SNETUR			Mês de Referência												
Órgão Origem	Servidor	DAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
								-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SNPTUR			Mês de Referência												
Órgão Origem	Servidor	DAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Sec. Comunic. TO	Raimundo Coimbra Junior	101.6	11.361,37	11.361,37	11.361,37										34.084,11
Total Geral			11.361,37	11.361,37	11.361,37									-	34.084,11
Inscrito em Rap															-
TOTAL GERAL			74.701,99	112.935,26	27.878,22	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	19.930,65	-	374.960,67

Fonte: SIAFI

Observações:

Inscrição em RAP : 74.701,99

QUADRO 6.1.5.6.8 B - AJUDA DE CUSTO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE EM 2016

Mês de Referência														
CPF	Servidor	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2552768 13-04	ADELINO SILVA NETO			5.132,82										5.132,82
6583740 10-91	MARCELO BORELLA			8.554,70										8.554,70
4945840 06-78	RAIMUNDO COIMBRA JUNIOR					8.384,52								8.384,52
5718165 91-20	APARECIDA MARIA BORGES BEZERRA											14.742,78		14.742,78
6443884 85-04	ANTONY ARAUJO COUTO												23.705,86	23.705,86
0219417 74-18	MARCOS ANDRE OMENA DA SILVA												9.182,26	9.182,26
7524573 63-49	FELIPE AGUIAR FONSECA DA MOTA												11.852,93	11.852,93
Total Geral		-	-	13.687,52	-	8.384,52	-	-	-	-	-	14.742,78	44.741,05	81.555,87

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6.1.5.6.9 BENEFÍCIOS

QUADRO 6.1.5.6.9 DEMONSTRATIVO DE VALORES GASTOS COM BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES DO MTUR DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016.

Benefícios	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Arredonda mento
Auxílio-Alimentação	159.817,17	126.239,71	128.448,18	128.246,95	125.741,82	128.323,26	124.575,99	123.462,23	122.858,48	126.137,37	124.617,63	125.054,82	1.543.523,61	1.543.524
Auxílio-Transporte	14.847,17	19.532,36	19.366,90	20.092,75	20.163,25	19.418,57	17.792,27	18.687,99	17.614,03	18.337,76	16.510,53	18.171,90	220.535,48	220.535
Auxílio Pré-Escolar	17.061,15	15.905,55	16.194,45	17.414,25	17.735,25	17.719,20	18.618,00	19.805,70	20.110,65	19.805,70	20.110,65	20.704,50	221.185,05	221.185
Auxílio-Natalidade	591,32		591,32	1.182,64	1.182,64		1.182,64	1.252,02	1.878,03	626,01			8.486,62	8.487
Total Geral	191.725,49	161.677,62	164.009,53	165.753,95	163.640,32	165.461,03	160.986,26	161.955,92	160.583,16	164.280,83	161.238,81	163.931,22	1.993.730,76	1.993.730,76

Fonte: SIAFI GERENCIAL

- **Auxílio-Transporte** é pago em pecúnia diretamente no contracheque, conforme prevê a Medida Provisória nº. 1.783 de 14.12.98. Sobre ele não incidem o imposto de renda nem o PSS e será calculado a partir da diferença entre as despesas realizadas com transporte coletivo e o desconto de 6% (parcela do servidor), tomando por base 22 dias úteis.
- **Auxílio-Alimentação** é concedido em pecúnia a todos os servidores independentemente da jornada de trabalho, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo. O auxílio alimentação destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo-lhe pago em pecúnia diretamente no contracheque, conforme disposto no art. 22 da Lei nº. 8.460, de 17.09.92, com redação dada pela Lei nº. 9.527 de 10.12.97.
- **Auxílio Pré-Escolar** é concedido ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares de filhos ou dependentes, conforme estabelecido com o Decreto nº. 977, de 10/11/1993. O limite de idade dos dependentes que têm direito ao benefício é concedido até 5 anos, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional 53, de dezembro de 2006, que diminuiu a idade escolar, que até então era até 7 anos de idade. O valor do auxílio em Brasília é de R\$ 95,00. O auxílio-creche é custeado pelo órgão e pelo servidor que é responsável pelo pagamento de 5 a 25% do auxílio definido pela faixa salarial em que está inserido.

6.1.5.6.9.A - Saúde Suplementar em 2016:

O quadro abaixo demonstra o valor gasto com a GEAP relativo ao convênio de Adesão celebrado entre a União (por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e a Fundação de Seguridade Social (GEAP), bem como Indenização de PER CAPITA de outros planos de saúde.

QUADRO 6.1.5.6.9.A - DEMONSTRATIVO DE VALORES GEAP E INDENIZAÇÕES PER CAPITA.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
GEAP	28.448,74	28.022,67	27.346,87	27.359,77	26.915,79	27.161,67	26.872,73	26.790,31	27.018,46	26.746,99	26.305,68	29.245,48	328.235,16
Indenização PER CAPITA - Outros Planos	15.340,47	14.133,32	13.328,78	11.657,25	12.022,81	11.738,80	9.792,70	13.099,88	10.997,45	12.633,21	8.130,64	9.562,22	142.437,53
TOTAL	43.789,21	42.155,99	40.675,65	39.017,02	38.938,60	38.900,47	36.665,43	39.890,19	38.015,91	39.380,20	34.436,32	38.807,70	470.672,69

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6.1.5.6.10 Programa Qualidade de Vida no Trabalho em 2016

Ações de Qualidade de Vida e de Saúde

As ações desenvolvidas de qualidade de vida no trabalho no MTur têm como objetivo uma organização mais humanizada, que possa proporcionar condições de desenvolvimento pessoal aos servidores, criando um ambiente de integração deles com chefias, colegas de trabalho e o próprio ambiente de trabalho, mantendo sempre a preocupação com dois aspectos importantes que é o bem-estar do servidor e a eficácia organizacional.

As ações de saúde do servidor visam ao desenvolvimento de práticas de gestão, de atitudes e de comportamentos que contribuam para a proteção da saúde do servidor no âmbito individual e no ambiente de trabalho.

No ano de 2016, a COGEP promoveu os seguintes eventos de qualidade de vida:

QUADRO 6.1.5.6.10 - EVENTOS QUALIDADE DE VIDA 2016

Data	Ações	Programação
08/03/2016	Comemoração do Dia Internacional da Mulher	Recitação de Poesia ao som de violão; Curso de maquiagem; Auriculoterapia; e Avaliação de Bioimpedância
18/03/2016	1º Workshop de Qualidade de Vida	Debate: Planejar e propor iniciativas para melhorar o ambiente de trabalho
05/05/2016	Dia das Mães	Palestra, Teatro e Curso de automaquiagem
17/06/2016	Palestra	Corrida e qualidade de vida
24/06/2016	Palestra	Alimentação Saudável
01/07/2016	Arraiá do MTur	Comidas típicas
01/07/2016	Palestra	Meditação e Yoga para Qualidade de Vida
05/08/2016	Canal para envio de sugestões e reclamações	Proposta do plano de ação (Oficina da Comissão de Qualidade de vida)
03/08/2016	Dia dos Pais	Competição saudável: "Olimpíadas dos Pais" (competição de corrida e caminhada, aplicativo Runstastic ME)
19/08/2016	Premiação "Olimpíada dos Pais"	Premiação dos vencedores
24/08/2016	Sala de Estudo (sala de capacitação)	Ambiente destinado à leitura (horário de intervalo - almoço)
03/10/2016	Dia das Crianças	Campanha para arrecadar brinquedos novos e usados
07/10/2016	Dia das Crianças	"Piquenique Coletivo" e Teatro com Mágico
24/10/2016	Semana do Servidor	Solenidade de Abertura e Palestra: "Saúde Global na vida e no Trabalho "
25/10/2016	Semana do Servidor	Seminário: A arte de liderar grupos e equipes (para Gestores), "Desentortando!" - Prof. Waldo Costa; Prevenção de doenças e qualidade de vida: "Primeiros Socorros - infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral"; " Como construir um ambiente de trabalho saudável" e "Aferição de pressão arterial, ocular e glicemia"
26/10/2016	Semana do Servidor	Palestras: "Prevenindo o câncer de mama e combatendo o câncer de próstata"; "Planejamento Financeiro como Qualidade de Vida" e Reeducação postural

27/10/2016	Semana do Servidor	Oficina: "Gerenciamento do estresse no ambiente de trabalho" e Palestra magna " Malabarismo Motivacional
18/11/2016	Palestra	"Como preparar apresentação de alto impacto" - Raquel Brandim
22/11/2016	Campanha dia das Crianças	Entrega de brinquedos em creche
29/11/2016	Campanha de Natal	Divulgação da Campanha: "Cartinha para o Papai Noel do MTur"
14/12/2016	Confraternização de fim de Ano - MTur/Embratur	"Happy Hour"
21/12/2016	Campanha de Natal	Entrega de presentes da Campanha de Natal

Fonte: Controle Interno COGEP

6.1.5.6.11 Avaliação de Desempenho

6.1.5.6.11.1 Estágio Probatório

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, por um período de três anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

A avaliação do desempenho do servidor durante o estágio probatório deverá ser realizada semestralmente, sendo que a primeira é aferida após seis meses de efetivo exercício e as demais no 12º mês, 18º mês, 24º mês e 30º mês. Quatro meses antes de final do período do estágio probatório, o resultado final das avaliações de desempenho será submetido à homologação da autoridade máxima do órgão.

No ano de 2016, foram realizadas 55 avaliações de estágio probatório, todas para servidores de nível superior.

6.1.5.6.11.2 Progressão Funcional

A progressão funcional e a promoção de servidores do MTur estão previstas na Lei nº. 11.357, de 19 de outubro de 2006 e pelo Decreto 84.669, de 29 de abril de 1980.

A progressão funcional é o crescimento funcional do servidor estável no exercício do cargo público de provimento efetivo, para o padrão de vencimento imediatamente superior, dentro da mesma classe, e a promoção é a passagem do servidor do último padrão de vencimento de uma classe, para o primeiro padrão da classe imediatamente superior estabelecido na tabela salarial do órgão, fundamentado na qualificação e no desempenho profissional.

No ano de 2016, a progressão funcional dos servidores do MTur apresentou os seguintes resultados:

- 111 (cento e onze) Agentes Administrativos que completaram interstício para progressão funcional/promoção, desse total 106 (cento e seis) servidores foram avaliados para progressão funcional/promoção.

- 1 Agente Administrativo não foi avaliado por já se encontrar na última classe/padrão da carreira;
- 3 Agente Administrativo não foram avaliados por estarem cumprindo o interstício de 18 (dezoito) meses entre àquela e a próxima progressão, em função do conceito 2 obtido na oportunidade, conforme item I do Art. 2º do Portaria SE/MTur nº 38 e o Art. 6º do Decreto nº 84.669, de 29/04/1980;
- 4 Agentes Administrativos não foram avaliados pois já seriam progredidos/promovidos em setembro de 2015, conforme a Portaria nº 56, de 08 de setembro de 2014, pois terminaram de cumprir o interstício de 18 (dezoito) meses a eles imposto, em função do conceito 2 obtido em avaliação anterior.
- 29 (vinte e nove) Técnicos de Nível Superior completaram o interstício para fins de progressão funcional, desse total foram avaliados 16 servidores.
 - 4 Técnicos de Nível Superior não foram avaliados por encontrarem-se em licença sem remuneração.
- 8 (oito) Engenheiros completaram o interstício para fins de progressão funcional, sendo que 4 (quatro) foram progredidos em setembro de 2016 e 4 (quatro) serão progredidos a partir de março de 2017.
- 4 (quatro) Contadores completaram o interstício para fins de progressão funcional, sendo que 1 (um) foi progredido em março de 2016, 3 (três) a partir de setembro de 2016 e 1 (um) será progredido a partir de março de 2017.
- 2 (dois) Estatísticos completaram o interstício para fins de progressão funcional, sendo que 1 (um) foi progredido em março de 2016 e, o outro, em setembro de 2016.
- 33 (trinta e três) Analistas Técnico-Administrativos completaram o interstício para fins de progressão funcional, e 31 (trinta e um) deles foram avaliados.
 - 2 (dois) servidores não completaram o interstício de tempo para fazer jus à progressão funcional.
- 7 (sete) Administradores completaram o interstício para fins de progressão funcional, desse total 6 (seis) foram avaliados, sendo que 3 (três) foram progredidos em setembro de 2016 e 3 (três) serão em março de 2017.
 - 1 Administradora não foi avaliada por já se encontrar na última classe/padrão da carreira.

6.1.5.6.11.3 Avaliação da GDPGPE

A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo está prevista na Lei nº. 11.357, de 19 de outubro de 2006, Lei nº. 11.784, de 22 de setembro de 2008 e pelo Decreto 7.133, de 19 de março de 2010.

A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE é devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior e intermediário do Ministério do Turismo e tem por finalidade estimular e dar suporte ao desenvolvimento profissional dos servidores que colaboram com o crescimento,

aprimoramento e resultados do MTur. A GDPGPE será paga de acordo com os resultados das avaliações de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional.

Em 2016, no sétimo ciclo de avaliação (01 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016), foram avaliados 160 servidores.

6.1.5.6.11.4 Avaliação da GDACE

A Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos é devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior optantes pela Estrutura Especial de Remuneração, prevista na Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, no Decreto nº 7.849, de 23 de novembro de 2012 e na Portaria MTur nº 31, de 19 de março de 2013, e tem por finalidade estimular e dar suporte ao desenvolvimento profissional dos servidores que colaboram com o crescimento, aprimoramento e resultados do MTur.

Em 2016, no quarto ciclo de avaliação (01 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016), foram avaliados 10 servidores.

6.1.5.6.12 - Ocorrências de Afastamentos

QUADRO 6.1.5.12. A: Ocorrências de Afastamentos em 2016 (*)

COD	MOTIVO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	AFASTAMENTOS FORA DO PAÍS	4	3	8	2	1	0	0	0	1	5	3	1	28
2	CASAMENTO	0	1	0	0	0	0	1	0	4	0	1	0	7
3	DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	FALECIMENTO PESSOA NA FAMÍLIA	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	3
5	LICENÇA-PATERNIDADE	0	0	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0	5
6	JÚRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	DOAÇÃO DE SANGUE	0	3	0	0	1	2	0	1	0	0	0	2	9
8	OUTROS	0	1	0	1	0	0	4	0	1	1	3	0	11
9	AFASTAMENTOS TEMPORÁRIOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	LICENÇA PARA TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
11	JORNADA REDUZIDA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
12	HORÁRIO ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	FALTA JUSTIFICADA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
14	FALTA NÃO JUSTIFICADA	1	0	0	0	0	2	8	1	0	0	0	0	12
15	AUSÊNCIA PREVISTA ART. 15, LEI nº 8.868/94	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	4
16	FALTA POR MOTIVO DE GREVE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	PRORROGAÇÃO LICENÇA-PATERNIDADE	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	3
18	ATESTADOS MÉDICOS(**)	5	15	11	15	12	10	7	16	19	9	13	10	142
TOTAL MENSAL		10	23	19	20	15	16	21	23	31	16	20	14	228

Fonte: Controle interno COGEP

(*) Este quadro refere-se aos servidores que iniciaram seus respectivos afastamentos em 2016.

(**) O Sistema SIASS oferece uma análise sobre os atestados médicos recebidos, as principais doenças e total de dias de afastamento, que estão no tópico 6.1.5.12.1, logo abaixo.

a) Licença para tratar de interesse particular: 4 servidores

1 servidora desde 20/10/2014;

1 servidor desde 12/9/2014;

1 servidor desde 21/12/2016;

1 servidora de 1º/8/2016 a 30/11/2016.

- b) Licença para acompanhar cônjuge (sem remuneração e por tempo indeterminado): 2 servidores
1 servidora de 27/12/2013 a 1º/8/2016;
1 servidora de 18/6/2014 a 5/4/2016.
- c) Jornada de trabalho reduzida: 5 servidores;
1 servidora desde 21/3/2012;
1 servidora desde 4/2/2015;
1 servidora desde 11/6/2014;
1 servidora desde 24/7/2013;
1 servidora de 2/4/2016 a 9/6/2016.
- d) Afastamento, com ônus limitado, para realização de estudos de doutorado no país:
1 servidor no período de 1º/4/2015 a 31/3/2017.
- e) Licença para capacitação
1 servidora no período de 15/2/2016 a 6/5/2016.
1 servidora no período de 4/4/2016 a 13/5/2016.
1 servidora no período de 18/7/2016 a 26/8/2016.
- f) Afastamento para exercício de atividades políticas, com remuneração:
1 servidor no período de 3/7/2016 a 2/10/2016.

6.1.5.12.1 - Afastamentos para tratamento da saúde:

6.1.5.12.1.1- Indicador de Doenças Ocupacionais:

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP realizou o acompanhamento mensal de doenças ocupacionais no ano de 2016 por meio dos dados epidemiológicos obtidos no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, gerenciado pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujas informações foram atualizadas pela Unidade SIASS do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atende ao Ministério do Turismo conforme Acordo de Cooperação Técnica e registra os atestados médicos e as perícias médicas dos servidores.

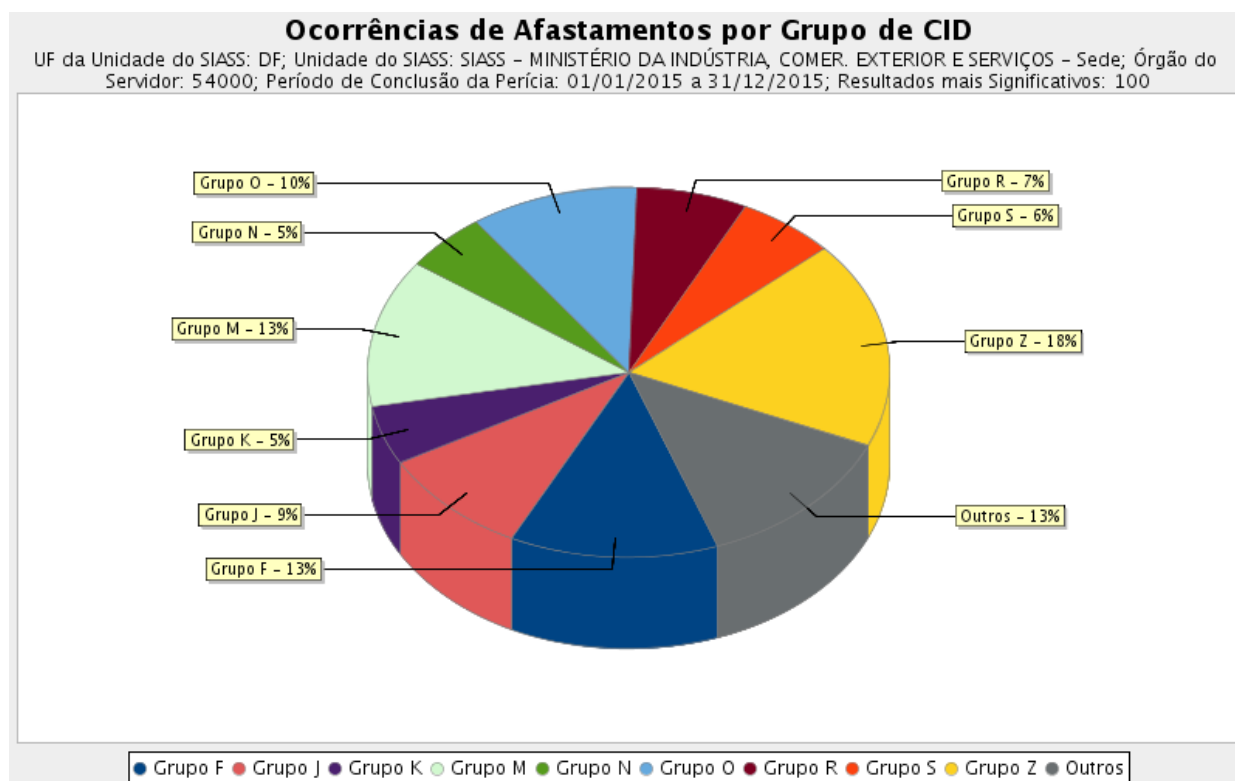
6.1.5.12.1.2- Dados epidemiológicos analisados no período de 01/01 a 31/12/2016 e comparados ao período de 01/01/2015 a 31/12/2015:

Os dados epidemiológicos obtidos no SIASS referem-se às doenças segundo CID (Código Internacional de Doenças) citadas nos atestados médicos apresentados pelos servidores do MTur para concessão de licença para tratamento de saúde, licença para acompanhamento de pessoa doente em família e licença gestante. A análise desses dados teve como objetivo subsidiar a COGEP no desenvolvimento de ações voltadas à Política de Atenção à Saúde do servidor público federal no âmbito do MTur, com medidas para promoção de saúde e qualidade de vida dos servidores.

Gráficos analisados:

- Gráfico 1a x 1b – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ano 2015 x ano 2016);
- Gráfico 2a x 2b – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID (ano 2015 x ano 2016);
- Gráfico 3a x 3b - Quantidade de Servidores por Grupo de CID (ano 2015 x ano 2016).

GRÁFICO 6.1.5.12.1.2 A – OCORRÊNCIAS DE AFASTAMENTOS POR GRUPO DE CID (ANO 2015)

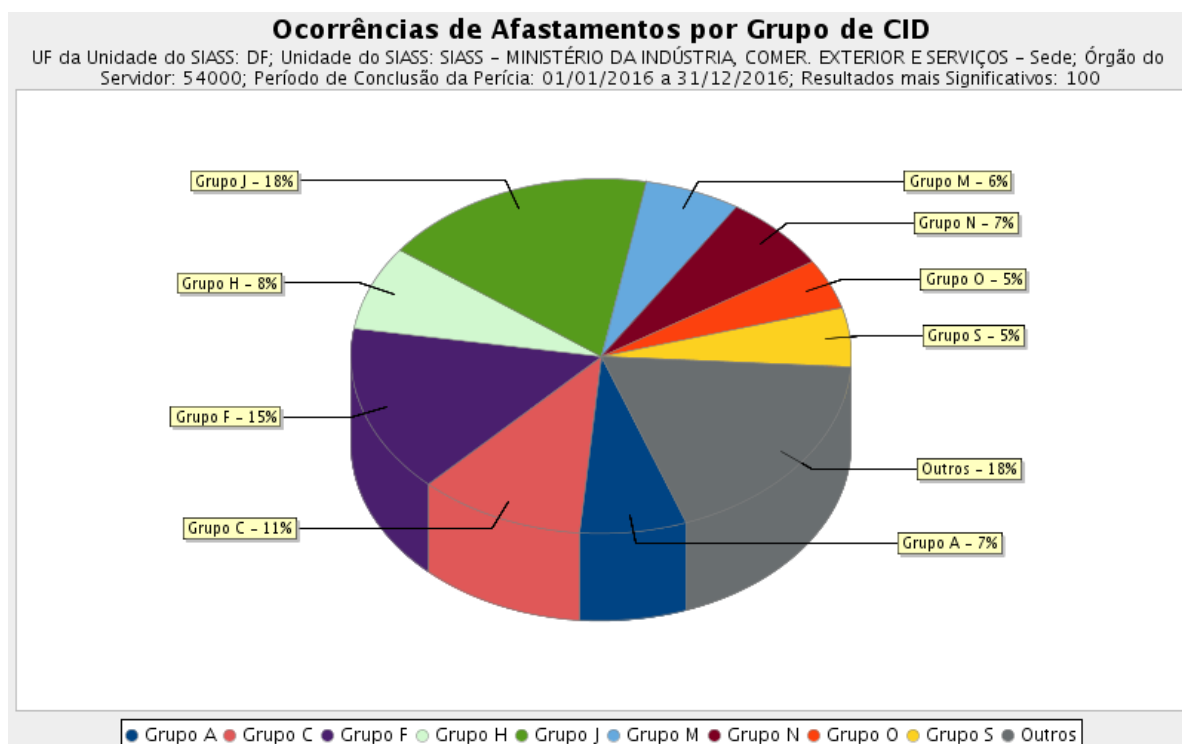


GRUPO	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
R	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

A partir da análise do Gráfico 6.1.5.12.1.2 A – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID verificou-se que em 2015 as principais causas de afastamento por licença médica referem-se aos seguintes grupos de doenças: (18%) grupo Z – Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar); (13%) grupo M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; e (13%) grupo F - transtornos mentais e comportamentais.

GRÁFICO 6.1.5.12.1.2 B – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ANO 2015)

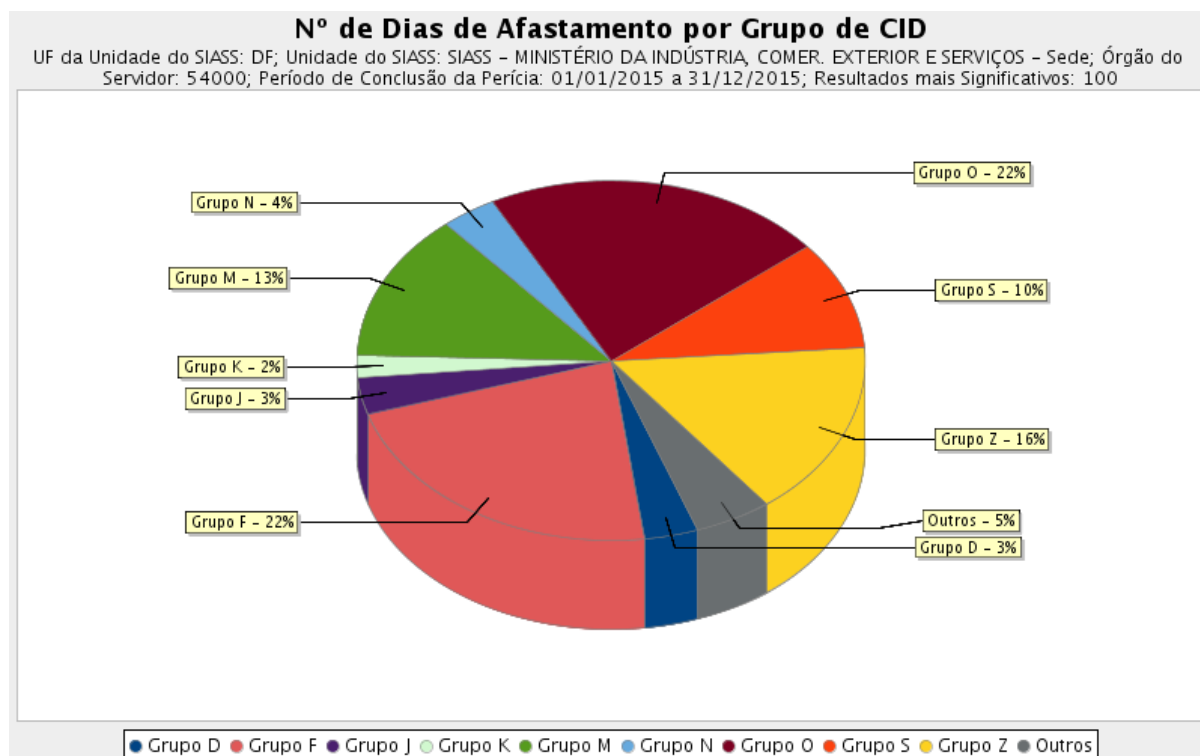


GRUPO	DOENÇAS
A	Doenças infecciosas e parasitárias
C	Neoplasia
F	Transtornos mentais e comportamentais
H	Doenças do olho e anexos, e ouvidos
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

A partir da análise do Gráfico 6.1.5.12.1.2 B – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID verificou-se que em 2016 as principais causas de afastamento por licença médica referem-se aos seguintes grupos de doenças: (18%) grupo J - Doenças do aparelho respiratório; (15%) grupo F - Transtornos mentais e comportamentais; e (11%) grupo C – Neoplasia.

GRÁFICO 6.1.5.12.1.2 C – NÚMERO DE DIAS DE AFASTAMENTO POR GRUPO DE CID (ANO 2015)

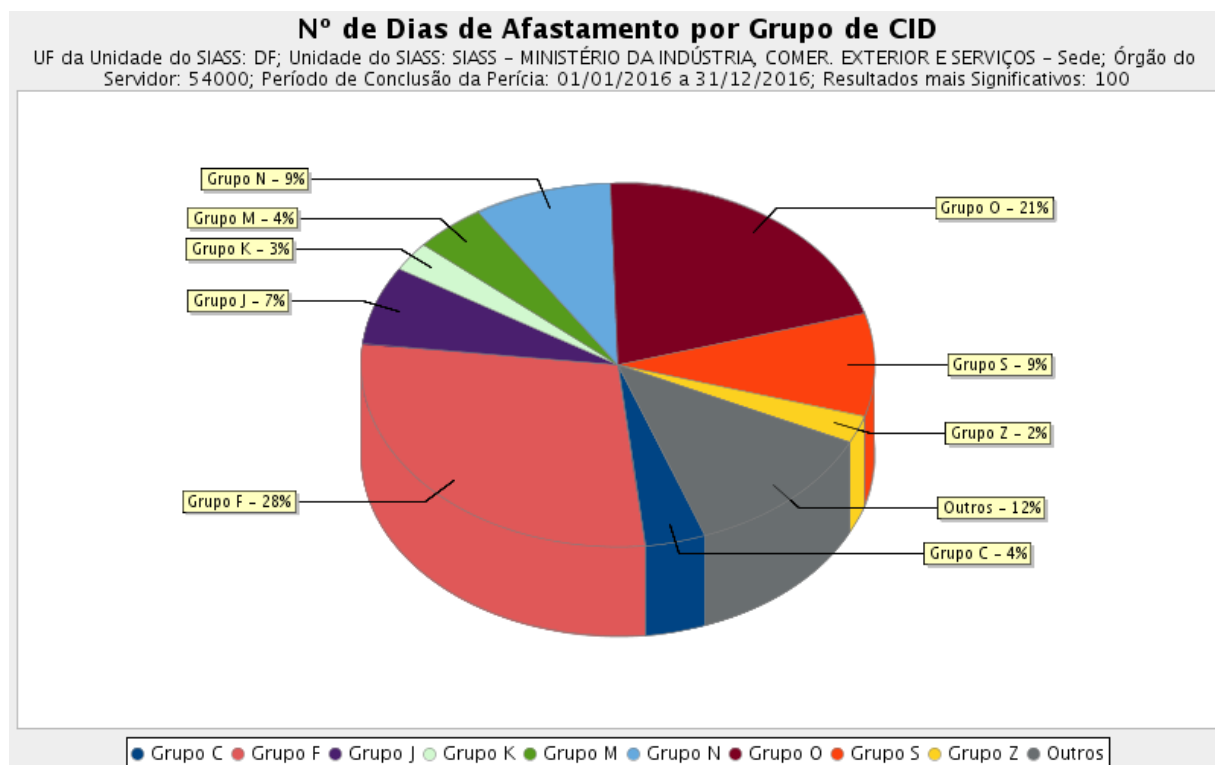


GRUPOF	DOENÇAS
D	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários
F	Transtornos mentais e comportamentais
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Na análise do Gráfico 6.1.5.12.1.2 C – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID referente ao ano de 2015, os maiores períodos de afastamentos de servidores em licença médica têm como causa os seguintes grupos de doenças: (22%) grupo O - gravidez, parto e pós-parto, (22%) grupo F – transtornos mentais e comportamentais e (16%) grupo Z – Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

GRÁFICO 6.1.5.12.1.2 D - NÚMERO DE DIAS DE AFASTAMENTOS POR GRUPO DE CID (ANO2016)

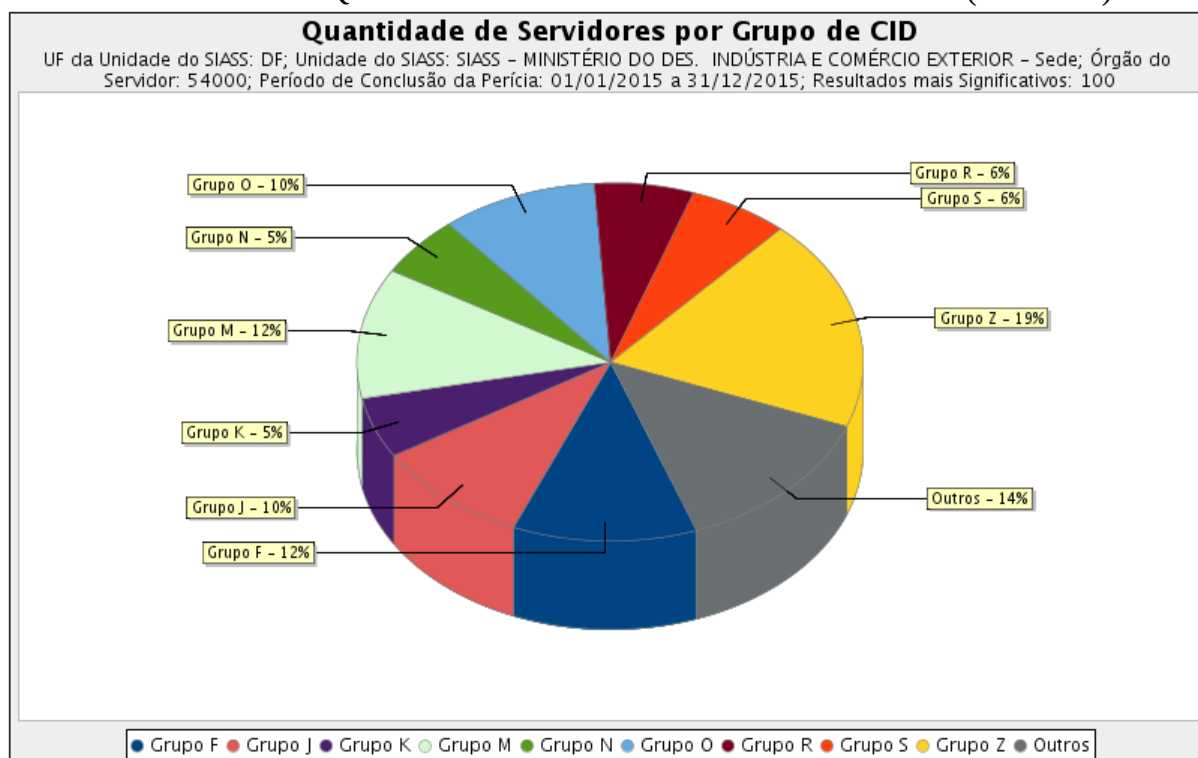


GRUPOF	DOENÇAS
C	Neoplasia
F	Transtornos mentais e comportamentais
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Na análise do Gráfico 6.1.5.12.1.2 D – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID referente ao ano de 2016, os maiores períodos de afastamentos de servidores em licença médica têm como causa os seguintes grupos de doenças: (28%) grupo F – transtornos mentais e comportamentais; (21%) grupo O - gravidez, parto e pós-parto; (9%) grupo S - Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas e (9%) grupo N - Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais.

GRÁFICO 6.1.5.12.1.2 E – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR GRUPO DE CID (ANO 2015)

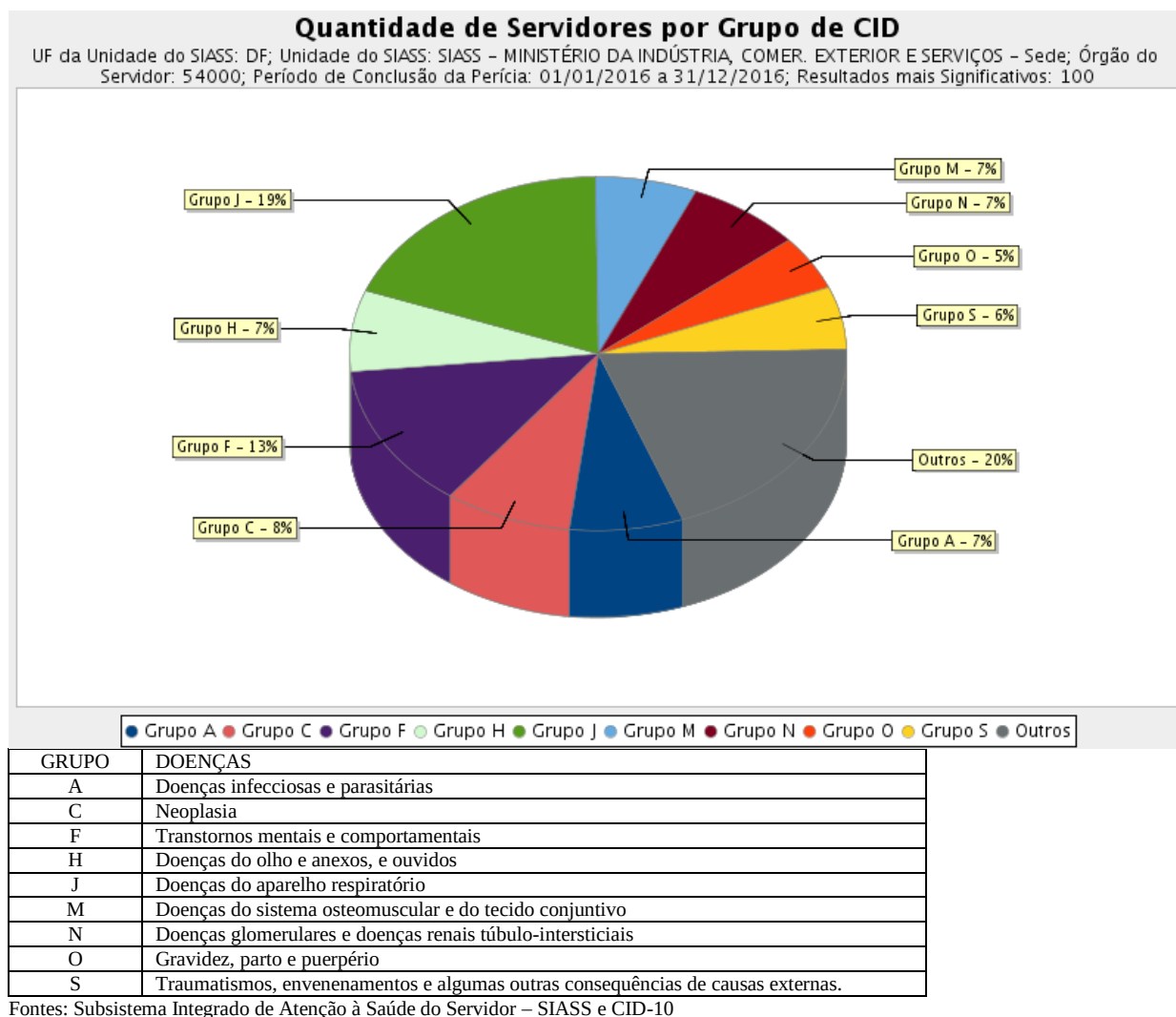


GRUPO	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças glomerulares e doenças renais túbulo-intersticiais
O	Gravidez, parto e puerpério
R	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar).

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Após a análise dos dados do ano de 2015 do Gráfico 6.1.5.12.1.2 E – Quantidade de Servidores por Grupo de CID foi possível identificar que o maior número de servidores do MTur afastados em licença médica foi motivado pelo grupo Z (19%) - convalescença após cirurgia e acompanhamento de pessoa da família doente, seguido de (12%) grupo M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e pelo grupo F (12%) – transtornos mentais e comportamentais.

GRÁFICO 6.1.5.12.1.2 F – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR GRUPO DE CID (ANO 2016)



Após a análise dos dados do ano de 2016 do Gráfico 6.1.5.12.1.2 F – Quantidade de Servidores por Grupo de CID foi possível identificar que o maior número de servidores do MTur afastados em licença médica foi motivado pelo grupo J (19%) – doença do aparelho respiratório; (13%) grupo F - Transtornos mentais e comportamentais e pelo grupo C (8%) – Neoplasia.

Gráfico 6.1.5.12.1.3 Análise Crítica

Considerando os resultados obtidos nos três gráficos citados anteriormente, foram identificadas as patologias que não dependiam de fatores externos ou eram causadas por acidentes fortuitos, para realizar o planejamento das ações de promoção de saúde e qualidade de vida para 2016.

Em 2016, ao invés de lançar as licenças por doença de pessoa da família, pertencentes ao grupo Z (Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar)), começou-se a lançar o CID referente à doença da pessoa a qual o

servidor acompanhava, uma vez que é esta pessoa que deve ser periciada, e assim houve uma subdivisão do grupo Z com os demais grupos.

Foi observado um pequeno aumento no percentual de servidores em licença causada por transtornos mentais e comportamentais em 2016, se comparando com 2015, aumento de somente 2%. Entende que a COGEP buscou atuar nesses transtornos com a realização de eventos culturais e campanhas de saúde cujo objetivo foi promover uma maior integração dos servidores e melhorar o clima organizacional, tais como:

- Debate: Planejar e propor iniciativas para melhorar o ambiente de trabalho;
- Corrida e qualidade de vida;
- Meditação e Yoga para Qualidade de Vida;
- Competição saudável: "Olimpíadas dos Pais" (competição de corrida e caminhada, aplicativo Runstastic ME); e outros.

O grupo observado com maior aumento se comparado a 2015 foi o grupo J - Doenças do aparelho respiratório. A providência que a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas tomou ao perceber a falta de uma campanha de vacinação contra o vírus da gripe e H1N1 em 2016, em outubro deste mesmo ano, foi providenciar os procedimentos iniciais nas exigências legais para a campanha de vacinação dos servidores do MTur em 2017 e assim tentar viabilizar esta lacuna.

Quanto ao aparecimento do grupo C – Neoplasia - alguns eventos foram realizados a título preventivo em 2016, tais como:

- Palestras: "Prevenindo o câncer de mama e combatendo o câncer de próstata";

Para 2017, foi planejado dar início a nova promoção de saúde com a realização de exames médicos periódicos.

6.1.5.7 Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo (CGMT)

Durante o exercício de 2016, foi executado a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro 2016, instituído pela Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 30 de 12/07/2016 e disponível no sítio www.mapa.turismo.gov.br. Destaca-se também o material impresso e disponibilizado as 27 UF'S. Essa atualização ocorreu através do <http://sistema.mapa.turismo.gov.br>, que foi respectivamente preenchido pelas 27 UFs.

Ainda no exercício foram realizados Encontros Nacionais dos Interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo:

Em março/2016: Brasília/DF;

Em junho/2016: Foz do Iguaçu/PR, e

Em novembro/2016: Belo Horizonte/MG.

Tais Encontros foram realizados buscando no âmbito da Rede de Regionalização, com resultados positivos no fortalecimento dos laços institucionais entre os Interlocutores das UFs e no fomento à cooperação entre os estados e os representantes do Ministério do Turismo, através do Programa de Regionalização do Turismo.

6.1.5.8 Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas

6.1.5.8.1 Pesquisas:

A Estudo da demanda turística internacional – receptivo, emissivo e contagem - 2015.

Execução: FIPE.

Apoio: Infraero, ANAC e concessionárias; Polícia Federal; Receita Federal; Polícia Rodoviária Federal; Órgãos Oficiais de Turismo.

Tem o objetivo de caracterizar e dimensionar o turismo internacional receptivo, emissivo e contagem de fluxo internacional.

- Locais de realização: Portões de entrada de turistas internacionais aéreos e terrestres – 15 aeroportos e 10 fronteiras terrestres.
- Coleta de dados: 4 etapas de perfil e 6 de contagem (Galeão e Guarulhos).
- Amostra: 31.000 receptivo e 9.000 emissivo.
- Divulgação de resultados: Anual, final do primeiro semestre.
- Série histórica: desde 1983, com nova metodologia a partir de 2004.
- Importância: Possibilita o conhecimento do mercado internacional e contribui com dados objetivos para planejamento e novas pesquisas.

B Estudo do turismo doméstico.

Execução: FIPE.

Tem o objetivo de caracterizar e dimensionar o mercado de turismo doméstico no Brasil.

- Local de realização: Entrevistas em cerca 37 mil DPP (domicílios particulares permanentes, ano base 2011).
- Amostra em 2012: 137 municípios (27 capitais + 110 selecionados).
- Série histórica / Periodicidade indefinida: 1998, 2002, 2006, 2008, 2012 (base 2011).
- Importância: Pesquisa que permite o conhecimento de dados que respondem por 85% da economia do turismo.

6.1.5.8.2 Sondagens conjunturais:

A Pesquisa Sondagem de Expectativas do Consumidor – Intenção de Viagem, mensal.

Execução: FGV / IBRE / EBAPE.

Levantamento mensal tipo painel realizado em aproximadamente 2.000 residências distribuídas em sete regiões metropolitanas das principais capitais brasileiras (Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), sobre intenção de realizar viagens de lazer, nacionais e internacionais, nos próximos seis meses.

- Integra a sondagem de expectativa do consumo elaborada pelo IBRE/FGV.

- Periodicidade: mensal.
- Número de edições anuais: 12 edições.
- Série histórica: 2005 a jan/2017.
- Importância – Permite o conhecimento permanente da intenção de viagem dos turistas domésticos.

B Boletim de Desempenho Econômico do Turismo, trimestral.

Execução: FGV/EBAPE.

Apoio: ABIH; ABEOC; ABRASEL; ABAV; SINDETUR; BITO.

Sondagem conjuntural de caráter qualitativo realizado entre as empresas dos setores de hotelaria, agências, operadores e receptivo, organizadores de eventos, transporte aéreo, parques temáticos, restaurantes e outros.

- Periodicidade: trimestral.
- Número de edições anuais: 4 edições.
- Segmentos (8): Hotelaria; Eventos; Transporte Aéreo; Parques Temáticos; Operadoras; Agências; Receptivo; Restaurantes.
- Série histórica: 2004 a out/2016.
- Importância: permite o conhecimento trimestral das análises dos empresários do setor privado sobre a evolução da economia do turismo.

C Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo Brasileiro, anual.

Execução: FGV/EBAPE.

Apoio: ABIH; ABEOC; ABRASEL; ABAV; SINDETUR; BITO.

Levantamento qualitativo e quantitativo, de âmbito nacional, sobre o cenário econômico do setor de turismo.

- Reúne dados e informações em relação ao momento atual dos negócios, do ano corrente, em comparação ao ano anterior, e às perspectivas para o próximo ano em comparação ao ano corrente, das 80 maiores empresas do setor de turismo do Brasil.
- Número de edições anuais: 1 edição.
- Série histórica: 2004 a jun/2016.
- Importância: Evidencia a análise anual do setor empresarial sobre a economia do turismo.

6.1.5.8.3 Parcerias:

A. IBGE - Pesquisa de Serviços de Hospedagens-PSH, a partir da base será possível definir amostra para cálculo de TOUH – Taxa de Ocupação de Unidade Hoteleira.

Execução/Parceria: IBGE.

Quantificar o número de estabelecimentos de hospedagem em todo o Brasil, e mensurar sua capacidade de hospedagem, em termos de número de unidades habitacionais (suítes,

apartamentos, quartos, chalés) e leitos, fornecendo, assim, um quadro atualizado da capacidade de hospedagem disponível no país.

- Coleta de dados: 2016.
- Divulgação de resultados: Previsão para segundo quadrimestre 2017.
- Importância: Formação de um diretório de meios de hospedagem que permita entre outras operações o desenho de uma sondagem conjuntural de meios de hospedagem.

B. IPEA - Mercado de Trabalho no Setor de Turismo

Parceria: IPEA.

Fonte de dados: Ministério do Trabalho e Emprego.

Sistema e ferramenta dinâmica foi desenvolvida para acompanhar a geração de postos de trabalho formais e informais na economia brasileira, o perfil da mão de obra ocupado nas Atividades Características do Turismo (ACT's), um conjunto de atividades no qual se concentra a maior parte dos gastos dos turistas. Utiliza a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

- A nova ferramenta dinâmica que permite consultas personalizadas aos usuários em nível nacional, estadual e municipal, o que garante a comparabilidade de resultados em todos os níveis de abrangência e utilização de uma metodologia comum. Endereço de consulta: <http://www.ipea.gov.br/extrator>
- Série histórica: 2004 a 2015.
- ACT's: Alojamento, Alimentação, Transporte (Terrestre, Aquaviário, Aéreo), Aluguel de Transporte, Agência de Viagem, Cultura e Lazer.

C. DPF-Departamento da Polícia Federal – Dados de chegadas de turistas

A parceria com o DPF, visa à disponibilização de informações, a conjugação de esforços, competências e conhecimentos para subsidiar a formulação das políticas públicas de turismo e para o monitoramento do setor e dos projetos integrantes do Plano Nacional de Turismo, do Ministério do Turismo. Informações importantes para o MTur, que tem como um de seus objetivos a atração de turistas não residentes ao Brasil

Esta parceria auxilia a DPF na contratação de pessoal para efetuar o trabalho de migração especialmente na fronteira terrestre de Foz do Iguaçu-PR, fronteiras com Argentina e Paraguai, que representam os maiores fluxos de entrada de estrangeiros pela via terrestre. Com esta parceria a entrada de dados na base que é facilitada pela Polícia Federal com todos os registros de entrada dos não residentes ao país.

Série histórica de repasse das informações – os repasses ocorrem desde 2009.

6.1.5.8.4 Plano Nacional Estratégico de Estatísticas Turísticas – 2016–2020:

Projeto estratégico para ser desenvolvido em 5 anos, com o objetivo de fortalecer o atual Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo – SITUR.

- Avançar na renovação de pesquisas de responsabilidade do Ministério do Turismo (turismo internacional, interno/doméstico oferta e ocupação hoteleira).
- Estabelecer as diretrizes para a produção, armazenamento e disseminação de estatísticas, padronizadas e comparáveis, sobre a atividade turística no Brasil, tanto em nível nacional quanto subnacional, alinhadas com as recomendações da OMT para estatísticas de turismo.

Em 2016 foram desenvolvidas em 2016 as propostas de execução:

- Implementação da Pesquisa de Turismo Internacional com metodologia renovada;
 - **Contagem e pesquisa de entrada em fronteiras terrestres.**

Foi efetuada a inserção no projeto da “pesquisa econômica sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil - receptivo e emissivo e contagem do fluxo turístico receptivo e emissivo aéreo e terrestre no Brasil, em 2017”.

- Implementação da Pesquisa de Turismo Interno

Elaborada “Proposta de Pesquisa de Atualização da Proporção de Domicílios com Moradores que Realizam Viagens e Cadastro para Levantamentos Referentes a Dados do Turismo Doméstico Brasileiro”. Proposta para ser executada em 2017. Esta proposta trata de uma parte da pesquisa sobre o turismo interno onde será possível atualizar o número de viagens realizadas no ano de 2016.

6.1.5.8.5 Compilação de dados:

A Chegadas de turista não residentes ao Brasil.

Fonte: Departamento de Polícia Federal – DPF.

Compilação de registros administrativos coletados pela Polícia Federal relativos à chegada de turistas não residentes ao Brasil.

- Série histórica – 1970 a 2015.

B Receita Cambial Turística – Banco Central do Brasil.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Compilação mensal de dados sobre a entrada e saída de divisas do país na Conta de viagens internacionais.

- Série histórica – 1990 a 2016.

C Movimentação de embarque e desembarque de passageiros nacionais e internacionais em Aeroportos brasileiros.

Fonte: INFRAERO e ANAC (em transição de fonte/metodologia).

Compilação mensal de dados sobre a movimentação mensal e anual dos embarques e desembarques em voos nacionais e internacionais, regulares e não-regulares.

- Série histórica – 1989 a 2015.

D Movimentação internacional e nacional (interestadual e intraestadual) de passageiros em rodoviárias do Brasil – ANTT.

Fonte: ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Compilação anual de dados sobre a movimentação de embarque e desembarque de passageiros em linhas nacionais (interestaduais e intraestaduais) e internacionais, em rodoviárias do Brasil.

- Série histórica – 2006 a 2015.

E Equipamentos e prestadores de serviços cadastrados no CADASTUR.

Fonte: Ministério do Turismo.

Compilação anual de dados sobre o número de equipamentos e prestadores de serviços cadastrados no Ministério do Turismo.

- Série histórica – 2003 a 2015.

F Financiamento para o setor de turismo – Instituições financeiras federais.

Fonte: Ministério do Turismo.

Compilação anual de dados sobre os desembolsos realizados pelas instituições financeiras federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para o financiamento do setor de turismo.

- Série histórica – 2003 a setembro de 2016.

G Eventos internacionais realizados no mundo e no Brasil por cidade – ICCA.

Fonte: ICCA – International Congress and Convention Association.

Compilação anual de dados sobre o número de eventos (congressos e convenções) internacionais realizados no mundo e no Brasil por cidade, realizados com periodicidade fixa, mínimo de 50 participantes, que estejam pelo menos em sua terceira edição.

- Série histórica – 2004 a 2015.

F Estimativa de Saída ao Exterior de Turistas Residentes no Brasil

Fonte: Departamento de Polícia Federal e OMT.

Compilação de registros administrativos coletados pela Polícia Federal relativos à saída ao exterior de turistas residentes ao Brasil.

- Série histórica – 2003 a 2015.

6.1.5.8.6 Disseminação da Informação.

- Portal do turismo – Manutenção da área de Dados e Fatos: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>
- Publicação das edições do Anuário Estatístico de Turismo.
- Publicação das edições das Estatísticas básicas de turismo – Brasil.
- Publicação de Dados do turismo no Brasil.

- Disponibilização de ferramenta “extrator de dados” das chegadas de turistas ao país - série histórica: 1989 a 2015.

6.1.5.8.7 Outras ações:

- Interface para atendimento a demandas de órgãos de estatística nacionais e internacionais, OMT, IBGE, etc.
- Representação do MTur em comissões.
- Atendimento ao público interno e externo.

Resumo das atividades realizadas em 2016:

Os principais estudos/pesquisas realizados em 2016 pela Diretoria incluem:

- Pesquisa de campo da Demanda do turismo internacional no Brasil - 2016;
- Divulgação dos resultados do Estudo da Demanda do turismo internacional no Brasil - 2015;
- Divulgação dos dados de chegada de turistas não residentes ao Brasil – Ano base 2015;
- Disponibilização de ferramenta “extrator de dados” das chegadas de turistas ao país - série histórica: 1989 a 2015;
- Divulgação mensal da Sondagem do Consumidor e intenção e viagem - 12 edições;
- Divulgação trimestral do Boletim de Desempenho Econômico do Turismo - 4 edições;
- Divulgação da Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo - 12ª edição;
- Divulgação do Anuário Estatístico de Turismo - 2016 - Ano Base 2015;
- Realização e divulgação dos resultados da pesquisa visitantes Internacionais e Nacionais, Jornalistas internacionais que participaram dos Jogos Olímpicos Rio 2016, bem como o impacto econômico do evento;
- Manutenção e atualização das informações disponibilizadas na área de Dados e Fatos, no portal do turismo brasileiro, endereço eletrônico:
<http://www.turismo.gov.br/dadosefatos>;
- Atendimento a demanda de organismos internacionais - Anuário Estatístico e *Compendium of Tourism Statistics* 2015 - UNWTO (Dados do turismo receptivo e emissivo no Brasil em 2015);
- Atendimento a demanda de organismos nacionais - IBGE - Brasil em Números - 2015;
- Compilação de dados secundários (receita cambial turística; emprego, desembarques nacionais e internacionais; dentre outros).

6.1.5.9 Coordenação-Geral de Atração de Investimentos (CGINV)

No exercício de 2016, a CGINV participou de importantes eventos nacionais relacionados à cadeia produtiva do turismo, em que foram desenvolvidas ações de atração de investimentos.

A participação do Ministério do Turismo em fóruns especializados na atração de investimentos, bem como em eventos específicos da indústria do turismo, mormente os relacionados à indústria hoteleira, permitiram a divulgação do Brasil enquanto destino de investimentos, tendo como foco grandes grupos investidores atuantes no setor de turismo.

Nesse sentido foram realizadas as seguintes atividades de atração de investimentos em 2016:

- Em setembro/2016: Realização do evento “Turismo: Tendências e Oportunidades de Mercado”, no âmbito da Casa Brasil, no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover o debate entre autoridades e especialistas sobre os rumos, oportunidades e gargalos ao desenvolvimento da economia do turismo, em que foram realizados dois seminários voltados ao setor de Turismo: o Seminário “Horizontes do Turismo no Brasil – Perspectivas e Novas Fronteiras”, em que agentes do governo das esferas federal, estadual e municipal, representantes de consulados e embaixadas estrangeiras no Brasil, investidores, empresários brasileiros e entidades de hotelaria, de parques temáticos e outros segmentos debateram sobre o mercado hoteleiro, a importância do diálogo do setor com o Congresso Nacional e a possibilidade de exploração e potencial dos parques nacionais, cruzeiros marítimos, entre outros potenciais segmentos e o Seminário “Oportunidades de Investimentos no Turismo”, dedicado à apresentação de projetos com oportunidades de investimentos nos estados da AM, DF, GO, MG (Belo Horizonte e Ouro Preto), ES, RN. Foram apresentados projetos que vão desde a construção de centros de eventos, complexos de lazer e roteiros de turismo religioso até um parque temático da biodiversidade brasileira nas proximidades de Manaus.
- Em novembro de 2016, foi realizado no âmbito da 28ª Feira Internacional de Turismo – Festuris Gramado, RS, o seminário “Enoturismo no Brasil – Potencial e Oportunidades de Desenvolvimento”. Representantes do MTur, do Governo do Rio Grande do Sul, de Garibaldi e de Bento Gonçalves e empresários ligados ao setor de vinícolas abordaram sobre o potencial e desafios ao desenvolvimento do enoturismo em nosso país, experiências de sucesso e possibilidades de modelos de negócios. O evento contou com aproximadamente 100 participantes.

No âmbito internacional, os trabalhos de promoção de investimentos foram realizados em importantes eventos da cadeia produtiva do turismo mundial. As ações desenvolvidas no exterior objetivaram incremento no ingresso de divisas, melhoria da competitividade no setor de turismo, especialmente por meio do aumento do grau de internacionalização de nossa cadeia hoteleira, bem como permitiram um maior contato do setor empresarial nacional com potenciais investidores estrangeiros. Nesse contexto, foram realizadas as seguintes ações:

- Em janeiro de 2016, participação na “*ISPO Munich*”, em Munique – Alemanha, uma das maiores feiras esportivas da Europa, que possui uma média de 70 mil visitantes e 2.500 expositores de 50 países. Na ocasião, foi realizada palestra para aproximadamente

80 empresários e formadores de opinião, com apresentação institucional e promocional referente à atração de investimentos, destacando segmentos como o de marinas e cruzeiros, além da possibilidade de exploração econômica de parques em nosso país.

- Em março de 2016, participação e realização de ações nos eventos: **1) IHIF - International Hotel Investment Conference**, em Berlim, Alemanha, em que foi promovido seminário para a atração de investimentos, com a participação de empresários brasileiros e potenciais investidores estrangeiros. Foi realizada a Sessão “Brazil – Building out” com apresentações do MTur e de empresas brasileiras, seminário destinado a promover negócios no setor hoteleiro, no qual empresários brasileiros e governos estaduais tiveram a oportunidade de apresentar projetos a potenciais investidores, seguido de coquetel de *networking*, com cerca de 40 participantes; uma mesa-redonda sobre oportunidades no mercado turístico do país, políticas governamentais de incentivo aos investimentos, prestação e orientação aos investidores presentes a respeito da economia brasileira, das oportunidades negociais no turismo nacional e das políticas e ações do Ministério na área de promoção e atração de investimentos, com público médio de 30 pessoas, que se rodizaram ao longo de duas horas de discussões. **2) MIPIM - Marché International des Professionnels d'Immobilier**, uma das maiores feiras imobiliárias no mundo, com presença de 90 países, 40 grupos hoteleiros e mais de 4.000 investidores. As ações desenvolvidas compreenderam: atendimento personalizado com informações sobre oportunidades de investimento no mercado turístico do país, economia brasileira, políticas e ações do Ministério na área de promoção e atração de investimentos; reuniões com potenciais investidores; rodadas de negócios no almoço “Hotel e Turismo; Painel Brazil – “*Understanding the Brazilian Market – Tourism Focus*” (Entendendo o Mercado Brasileiro – Foco Turismo), inicialmente previsto para 90 pessoas e que contou com a participação de mais de 200 pessoas, a maioria empresários e potenciais investidores no segmento turístico, além de uma sessão exclusiva sobre o Brasil, em que especialistas falaram sobre projetos e oportunidades de investimentos no Brasil, regiões mais dinâmicas, mercado hoteleiro e potencial do setor de turismo no mercado brasileiro. **3) Almoço-debate “Oportunidades de Investimento em Hotelaria e Turismo na Alemanha e no Brasil”**, em Munique, a convite do LIDE Deutschland, Grupo que promove a integração entre empresas, organizações e entidades privadas, onde foi proferida palestra apresentando os esforços do governo federal para a estruturação do Brasil enquanto destino turístico internacional, o ambiente de investimentos no setor de turismo e as tendências de mercado no setor hoteleiro em nosso país. **4) “Seminário Oportunidades de Investimentos e Formação de Joint-Ventures em infraestrutura turística”**, realizado em parceria com a Embaixada do Brasil em Roma, com o objetivo de intensificar a parceria entre as empresas brasileiras e italianas. As ações desenvolvidas pelo MTur compreenderam: apresentação institucional, com dados econômicos e setoriais relacionados ao turismo, informações sobre oportunidades de investimento no mercado turístico do país, economia brasileira, políticas e ações do Ministério do Turismo na área de promoção e atração de investimentos. Alguns empresários e representantes de governo tiveram a oportunidade de apresentar projetos em vários segmentos turísticos.

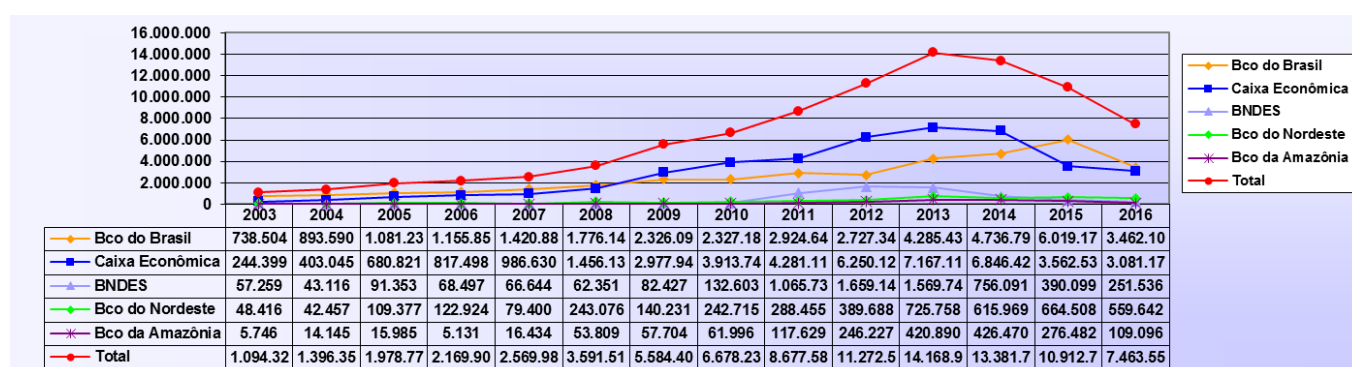
- Em novembro de 2016, participou do “LAIF – Latin American Investment Forum”, em Londres, Inglaterra, evento organizado por 19 Embaixadas Sul-Americanas presentes na capital londrina, sendo a Embaixada do Brasil em Londres a anfitriã. O evento teve como foco a divulgação de países enquanto destino de investimentos no setor de turismo. Chefiou a participação brasileira o Ministro de Estado do Turismo Marx Beltrão, que proferiu palestra a mais de 120 participantes. Na oportunidade, além das apresentações, foram distribuídas publicações produzidas pelo Ministério do Turismo, com foco na atração de investimentos.

Os grandes eventos internacionais de negócios do turismo constituíram excelentes oportunidades de captação de investimentos para o turismo brasileiro. Nas ocasiões, os representantes do Ministério do Turismo puderam apresentar aos empresários estrangeiros o cenário atual da economia nacional e as perspectivas favoráveis para implantação de empreendimentos turísticos no país. A presença do Ministério nos eventos e encontros internacionais também serviu para ampliar e fortalecer o canal de comunicação com empresários de várias partes do mundo, com potencial para investir no Brasil.

6.1.5.10 Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito e ao Fungetur (CGACF)

O Ministério do Turismo acompanhou os desembolsos realizados pelas instituições financeiras oficiais, responsáveis pelos fundos e programas oficiais de crédito, que somaram cerca de R\$ 7,5 bilhões para as empresas do setor de turismo em 2016 (dados fornecidos pelos bancos até dezembro de 2016, à exceção dos valores do BNDES, até novembro de 2016).

QUADRO 6.1.5.10: EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS NO PERÍODO DE 2003 A 2016 (EM R\$ MILHÕES).



Fontes: Instituições Financeiras Federais - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

Notas: 1) Excluídos dos valores "BNDES Indireto" aqueles relativos às Instituições Financeiras Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia; 2) A partir de janeiro de 2005, o Banco do Nordeste passou a considerar em suas informações as demais operações direcionadas ao setor de turismo, além daquelas realizadas ao amparo do FNE - PROATUR; 3) Os valores referentes ao Banco do Nordeste são de operações contratadas; 4) Até dezembro de 2009, os valores referentes ao Banco da Amazônia são de operações contratadas; 5) Dados do BNDES até novembro de 2016.

6.1.5.10 Departamento de Infraestrutura Turística - DIETU

O Programa de Infraestrutura Turística prevê a identificação das necessidades de infraestrutura para permitir a expansão da atividade turística e a melhoria da qualidade e oferta do produto para o turista nas diversas regiões do país, garantindo, dessa forma, as condições adequadas para que o desenvolvimento do turismo se dê de forma coordenada e sustentável, promovendo a qualidade de vida e a sustentabilidade dos destinos turísticos, a criação de condições para implantação de equipamentos turísticos, a potencialização dos benefícios decorrentes do desenvolvimento turístico, a facilitação do acesso aos turistas, de maneira universal, inclusive aos portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida.

Durante o exercício, a Coordenação Geral de Infraestrutura Turística disponibilizou diversos programas no SICONV para atendimento de propostas com recursos da Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística. Dentre os programas disponibilizados, os principais foram:

- 5400020160003 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Propostas Voluntárias
- 5400020160008 e 5400020160009 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Orçamento Impositivo

QUADRO 6.1.5.10 A: PROGRAMAS DISPONIBILIZADOS

Programa	Quantidade	Valores	Atendidas	Valores	Atendimento da Demanda - Propostas (%)	Atendimento da Demanda - Valor (%)
Voluntárias	4151	R\$ 5.678.679.358,63	74	R\$63.931.798,75	1,7	1,12
Emenda	552	R\$ 254.769.263,81	525	R\$221.107.650,25	95,1	86,78

Fonte: Tesouro Gerencial e SICONV.

Destaca-se que neste período também foram apoiados projetos com outros recursos disponibilizados ao MTur, como a Medida Provisória Nº 709/2015, no valor de R\$ 72.750.000,00, que tiveram seus créditos reabertos por meio do Decreto de 3 de fevereiro de 2016, o crédito suplementar de R\$ 111 milhões por meio da Lei Nº 13.399 de 21 de dezembro de 2016, bem como os recursos de algumas bancadas no final do exercício.

Foram atendidos 853 novos projetos em mais de 650 municípios nas 27 unidades da Federação. Dentre os objetos mais apoiados se encontram a infraestrutura urbanística ligada ao turismo (106 projetos), construção e reforma de praças (133), centros de eventos, convenções culturais e de atendimento ao turista (45) e portais e pórticos (48). Os referidos apoios já se encontram disponíveis para consulta no sítio www.siacor.turismo.gov.br

QUADRO 6.1.5.10 B: PROJETOS APOIADOS POR UF

Projetos Apoiados por UF – Ação 10V0		
UF	Valor	Projetos
AC	R\$3.217.500,00	4
AL	R\$127.400.047,00	29
AM	R\$5.801.033,37	4
AP	R\$3.412.500,00	4
BA	R\$16.348.754,69	39
CE	R\$35.765.662,50	71
DF	R\$376.164,75	1

ES	R\$4.452.165,90	15
GO	R\$18.386.121,02	41
MA	R\$23.985.978,03	40
MG	R\$14.827.966,80	40
MS	R\$6.227.325,00	14
MT	R\$25.508.184,98	11
PA	R\$13.700.062,35	24
PB	R\$12.962.625,00	29
PE	R\$18.144.223,53	32
PI	R\$11.105.494,25	15
PR	R\$27.218.826,01	60
RJ	R\$18.065.010,61	22
RN	R\$14.768.752,06	44
RO	R\$6.717.750,00	6
RR	R\$18.083.045,98	5
RS	R\$37.507.837,59	114
SC	R\$29.748.849,10	70
SE	R\$6.801.285,09	20
SP	R\$29.267.026,44	76
TO	R\$8.214.000,00	23
Total:	R\$538.014.192,05	853

O Departamento de Infraestrutura Turística também é o responsável pela execução da Ação 14TJ – PRODETUR, via contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal. Durante o exercício de 2016 foram apoiados 6 novos projetos e houve o reforço de um projeto de exercícios anteriores, no valor de R\$ 10.453.310,82.

QUADRO 6.1.5.10 C: PROJETOS APOIADOS PELO PRODETUR

Atendimento Por UF		
UF	Valor	Projetos
AC	R\$2.097.905,82	1
AL	R\$5.405.405,00	3
PE	R\$975.000,00	1
RN	R\$1.000.000,00	1
SP	R\$975.000,00	1
Total:	R\$10.453.310,82	7

O Departamento também adotou providências no sentido de empenhar o valor de R\$ 601.560,00 (2016NE800011), para viabilizar a execução do objeto do Convênio Nº 740418 - Elaboração de estudos e projetos com vistas a reabilitação urbana do centro histórico de Natal – RN celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte na Ação 14TJ - PRODETUR.

O Ministério do Turismo no exercício de 2016 teve incluídas duas obras sob sua responsabilidade no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC por meio do Decreto Nº 8.659 de 29 de janeiro de 2016. As referidas obras, ambas no Estado de Alagoas, visam contribuir para o incremento do turismo na região, bem como na segurança do tráfego de veículos.

QUADRO 6.1.5.10 D: OBRAS DO PAC

Código da Ação	Ação	Código do Empreendimento	Empreendimento
10V0	Apoio a Projeto de Infraestrutura	MTUR 00003	Duplicação da rodovia AL 220 - Trecho Barra de São Miguel - BR 101
10V0	Apoio a Projeto de Infraestrutura	MTUR 00004	Duplicação e restauração da rodovia AL 101 Norte - Trecho Maceió - Barra de Santo Antônio

Foi desenvolvido pelo Departamento de Infraestrutura, no ano de 2016, o Manual de Procedimentos de Acompanhamento de Contratos de Repasse, instituído pela Portaria nº 07, de 16 de junho de 2016, que irá auxiliar no acompanhamento e gestão das transferências voluntárias.

O manual contempla os aspectos normativos e conceituais, a finalidade, os processos organizacionais, as rotinas, os procedimentos identificados revisados e convalidados, com a participação efetiva dos técnicos e dirigentes responsáveis direta e indiretamente pelas áreas que integram a estrutura organizacional responsável pela operacionalização das transferências voluntárias.

Uma ferramenta capaz de imprimir um ritmo mais efetivo no acompanhamento e gestão dos contratos de repasse de repasse, cuja finalidade precípua é a melhoria da infraestrutura dos destinos turísticos brasileiros, o que coaduna com o disposto no Plano Nacional de Turismo no que tange à ação infraestrutura.

Ainda, com a evolução da legislação que regulamenta as transferências voluntárias, várias medidas foram implementadas para melhorar o processo de gestão das transferências voluntárias, a exemplo da alteração da forma de operacionalização das transferências voluntárias com valores abaixo de R\$ 750.00,00, impondo-se regras mais rígidas para essas operações, o que dará maior respaldo aos gestores para deliberar em relação às transferências voluntárias.

Ao longo de 2016, foram concluídas 1.215 obras de infraestrutura turística, o que contribuiu diretamente para o aumento da competitividade e estruturação dos destinos turísticos. Levando-se em consideração a irregularidade das liberações de recursos financeiros para o pagamento de contratos de repasse durante o exercício, a marca alcançada em termos de obras concluídas no período apresenta-se bastante significativo.

Ainda, como trata-se de competência do Departamento de Infraestrutura a gestão dos instrumentos destinados às transferências voluntárias, também cabe ao mesmo a prestação de informações sobre o andamento da execução das transferências voluntárias.

Assim, informa-se que, foram atendidas aproximadamente 700 (setecentas) demandas oriundas dos mais diversos órgãos de controle, a exemplo da Polícia Federal, Ministérios Públicos Estadual e Federal, Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência Fiscalização e Controle.

O Departamento promoveu, ainda, no exercício de 2016, ação de acompanhamento e supervisão de obras de infraestrutura turística, medida implementada pelo Ministério do Turismo para supervisionar o adequado emprego dos recursos advindos do Orçamento Geral da União (OGU) e transferidos aos entes federados mediante a celebração de contratos de repasse.

Abrangeu, em 2016, a supervisão de cerca de 25 obras, as quais totalizam um montante de R\$ 140.428.165,98 (cento e quarenta milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos) de recursos contratados pela pasta.

Por ocasião da supervisão de obras do ano de 2016, verificou-se uma queda significativa em relação à supervisão de obras referente ao ano de 2015 (64 obras) o que resta justificado em decorrência da queda na quantidade de contratos celebrados no ano de 2015, uma vez que, a supervisão de obras incide em quantidade percentual e leva em consideração a quantidade de contratos celebrados no ano anterior ao da supervisão.

6.2 Desempenho Orçamentário

6.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do órgão e resultados alcançados

QUADRO 6.2.1 A – RELATÓRIO DE GESTÃO TCU-PROGRAMAS TEMÁTICOS - PROGRAMA - 2076 - DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO EXERCÍCIO 2016



Relatório de Gestão TCU-Programas Temáticos - Programa - 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo
Exercício 2016

PROGRAMA: 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (LOA + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.836.614.433	968.811.465
Orçamento de Investimentos - OI	0	0
Recursos Extraorçamentários	710.192.857	247.485.714
Total	2.546.807.290	1.216.297.179

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
768.302.756,22	99.964.576,99	96.307.770,61	3.656.806,38	668.338.179,23	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	2.467.913.852,88	572.915.582,57	555.447.547,62	288.553.766,23	1.623.704.963,76
Processados	361.961.868,32		95.754.049,51	13.644.067,13	252.558.653,79

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF - **Emitido em 17/02/2017**

QUADRO 6.2.1 B – RELATÓRIO DE GESTÃO TCU-PROGRAMAS TEMÁTICOS - PROGRAMA - 2076 - DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO EXERCÍCIO 2016

 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão SOF / SEPLAN / SEST	Relatório de Gestão TCU-Programas Temáticos - Programa - 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo Exercício 2016

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

54000 - Ministério do Turismo					
Dotação OFSS	917.246.047,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	247.485.714,28

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP - Emitido em 17/02/2017

PROGRAMA: 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contribuição Direta do Turismo no PIB	% do PIB	31/12/2014	3,55	31/12/2015	3,3
Empregos Formais no Setor de Turismo	milhão	31/12/2014	2,045	31/12/2015	2,0749
Índice Internacional de Competitividade do Turismo Brasileiro	pontos	31/12/2014	4,37	31/12/2015	4,37
Participação do Turismo na Receita Cambial Total de Serviços	%	28/02/2015	18,09	31/12/2015	17,3

Observações: Contribuição Direta do Turismo no PIB - O ano de 2015 é o último dado disponível em 10/02/2017. Link para download: <http://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2016/brazil2016.pdf> Empregos Formais no Setor de Turismo - Definição das Atividades Características do Turismo disponível em 13/12/2016 em <http://www.observatoriodoturismo.tur.br/?go=1&url=6335e8fc531601680ab71b5977782f050a0404da&idPub=41> Dados de 2015, conforme o extrator do IPEA, disponíveis em <http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html> Caso se queira consultar a base de dados da RAIS, seu acesso identificado se inicia por <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados> Índice Internacional de Competitividade do Turismo Brasileiro - Ranking internacional comparativo de 140 países elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, com divulgação bianual, e escala de 1 a 7, construído a partir do levantamento primário de indicadores objetivos e de survey internacional coordenado no Brasil pela Fundação Dom Cabral. Acessado em: <http://reports.weforum.org/travel-and-tourism-competitiveness-report-2015/> Os dados de 2016 ainda não foram divulgados (10/02/2017). Participação do Turismo na Receita Cambial Total de Serviços - <http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/IE5-14.xlsx>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP - **Emitido em 17/02/2017**

O setor de turismo desempenha relevante papel na economia mundial já que, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), 6% das exportações totais e 30% das exportações de serviços se devem à atividade. Esse volume é equivalente ao mercado de combustíveis, o de produtos químicos, o de alimentação e o automobilístico. Para que se tenha uma ideia, somente em 2015, o turismo movimentou US\$ 7,17 trilhões, o que representou 9,8% de toda a riqueza gerada na economia mundial, conforme dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC). O setor é responsável por 283 milhões de empregos, o equivalente a um em cada 11 na economia global.

De acordo com a WTTC, o turismo no Brasil apresentou uma contribuição total de R\$ 514,3 bilhões no PIB de 2015, o que correspondeu a 9,6% de toda riqueza gerada no País. Quanto ao nível de emprego no país, 7,34 milhões de trabalhadores diretos, indiretos e induzidos participaram na movimentação da economia em 2015.

Nesse contexto, o Ministério do Turismo (MTur) tem a missão de desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas.

Competem ao MTur assuntos relacionados à política nacional de desenvolvimento do turismo; à promoção e divulgação do turismo nacional no Brasil e no exterior; ao estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; ao planejamento; à coordenação; à supervisão e à avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo. São ainda da competência do órgão a gestão do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e o

desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos de prestadores de serviços turísticos.

As políticas públicas de turismo, coordenadas pelo Ministério do Turismo, buscam dinamizar o setor por meio de diversos instrumentos, dentre elas: melhorias da base legal e do ambiente de negócios, investimentos, estímulos ao empreendedorismo, apoio à estruturação de destinos e produtos turísticos, aprimoramento da qualidade da oferta turística e consolidação da inteligência competitiva.

Estas políticas estão expressas no PPA 2016-2019 por meio do Programa 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo, que está amparado na diretriz estratégica de “promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo com melhoria do ambiente de negócios, ampliando a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da economia”.

O programa possui dois objetivos que se relacionam aos objetivos estratégicos da Política Nacional de Turismo, conforme preconiza a Lei Geral do Turismo - Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008:

1111- aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos; e

1112- promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior.

As metas estabelecidas pelo Programa propõem, dentre outras ações, qualificar profissionais, concluir obras de infraestrutura turística, e aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros no Brasil, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 6.2.1 D - RELATÓRIO DE GESTÃO TCU-OBJETIVOS - EXERCÍCIO 2016

 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão SOF / SEPLAN / SEST	Relatório de Gestão TCU-Objetivos Exercício 2016

Identificação do Objetivo					
Descrição	Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos..				
Código	1111	Órgão	54000 - Ministério do Turismo		
Programa	Desenvolvimento e Promoção do Turismo				Código 2076

Metas Quantitativas não Regionalizadas					
Objetivo não possui metas com esta classificação					

Metas Quantitativas Regionalizadas					
Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada em 2016	% Realização (*)
1	04EL - Aumentar de 58,1 para 70,0 a nota da dimensão Políticas Públicas no Índice de Competitividade do Turismo Nacional.	pontos	70,00	58,01	82,87
1.1	Região Nordeste	unidade	62,60	54,28	86,71
1.2	Região Norte	unidade	59,30	49,98	84,28
1.3	Região Centro-Oeste	unidade	75,40	61,08	81,01
1.4	Região Sudeste	unidade	74,10	64,89	87,57
1.5	Região Sul	unidade	80,40	70,46	87,64
1.6	Nacional	unidade	70,00	58,91	84,16
2	04ET - Concluir 2.300 obras de infraestrutura turística	obras	2.300,00	1.215,00	52,83
2.1	Nacional	unidade	2.000,00	1.215,00	60,75
2.2	Região Norte	unidade	200,00	38,00	19,00
2.3	Região Nordeste	unidade	720,00	377,00	52,36
2.4	Região Centro-Oeste	unidade	200,00	108,00	54,00
2.5	Região Sudeste	unidade	480,00	336,00	70,00
2.6	Região Sul	unidade	400,00	356,00	89,00
3	04EP - Qualificar 24.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo.	qualificações	24.000,00	6.100,00	25,42

* O cálculo da porcentagem de realização da meta é feito dividindo-se a meta realizada em 2016 pela meta prevista para 2019, quando a polaridade da meta for positiva (sentido desejável crescente); quando a polaridade for negativa (sentido desejável decrescente), o cálculo é feito dividindo-se a meta prevista para 2019 pela meta realizada em 2016.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP - Emitido em 17/02/2017



Identificação do Objetivo

Descrição	Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos..				
Código	1111	Órgão	54000 - Ministério do Turismo		
Programa	Desenvolvimento e Promoção do Turismo				Código 2076

Metas Quantitativas não Regionalizadas

Objetivo não possui metas com esta classificação

Metas Quantitativas Regionalizadas

Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada em 2016	% Realização (*)
1	04EL - Aumentar de 58,1 para 70,0 a nota da dimensão Políticas Públicas no Índice de Competitividade do Turismo Nacional.	pontos	70,00	58,01	82,87
1.1	Região Nordeste	unidade	62,60	54,28	86,71
1.2	Região Norte	unidade	59,30	49,98	84,28
1.3	Região Centro-Oeste	unidade	75,40	61,08	81,01
1.4	Região Sudeste	unidade	74,10	64,89	87,57
1.5	Região Sul	unidade	80,40	70,46	87,64
1.6	Nacional	unidade	70,00	58,91	84,16
2	04ET - Concluir 2.300 obras de infraestrutura turística	obras	2.300,00	1.215,00	52,83
2.1	Nacional	unidade	2.000,00	1.215,00	60,75
2.2	Região Norte	unidade	200,00	38,00	19,00
2.3	Região Nordeste	unidade	720,00	377,00	52,36
2.4	Região Centro-Oeste	unidade	200,00	108,00	54,00
2.5	Região Sudeste	unidade	480,00	336,00	70,00
2.6	Região Sul	unidade	400,00	356,00	89,00
3	04EP - Qualificar 24.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo.	qualificações	24.000,00	6.100,00	25,42

* O cálculo da porcentagem de realização da meta é feito dividindo-se a meta realizada em 2016 pela meta prevista para 2019, quando a polaridade da meta for positiva (sentido desejável crescente); quando a polaridade for negativa (sentido desejável decrescente), o cálculo é feito dividindo-se a meta prevista para 2019 pela meta realizada em 2016.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP - Emitido em 17/02/2017



Metas Quantitativas Regionalizadas					
Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada em 2016	% Realização (*)
2.1	Região Centro-Oeste	unidade	35,10	36,80	104,84
2.2	Região Nordeste	unidade	31,90	29,30	91,85
2.3	Região Norte	unidade	26,40	21,00	79,55
2.4	Região Sudeste	unidade	48,90	49,00	100,20
2.5	Região Sul	unidade	57,50	55,10	95,83
3	04EX - Aumentar de 48,4 para 53 a nota de dimensão Marketing e Promoção do Destino no índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	53,00	48,50	91,51
3.1	Região Centro-Oeste	unidade	44,40	42,50	95,72
3.2	Região Nordeste	unidade	49,10	46,70	95,11
3.3	Região Norte	unidade	34,90	34,53	98,94
3.4	Região Sudeste	unidade	63,70	58,93	92,51
3.5	Região Sul	unidade	68,90	64,81	94,06
Metas Qualitativas					
Objetivo não possui metas com esta classificação					

* O cálculo da porcentagem de realização da meta é feito dividindo-se a meta realizada em 2016 pela meta prevista para 2019, quando a polaridade da meta for positiva (sentido desejável crescente); quando a polaridade for negativa (sentido desejável decrescente), o cálculo é feito dividindo-se a meta prevista para 2019 pela meta realizada em 2016.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP - Emitido em 17/02/2017

No exercício de 2016, o Ministério do Turismo focou suas ações na melhoria do ambiente de negócios, na promoção dos ajustes favoráveis ao desenvolvimento do setor e no fortalecimento do turismo na agenda econômica do governo, além da manutenção de investimentos em infraestrutura, promoção e qualificação profissional.

Ação de destaque no período do Jogos Olímpicos e Paralímpicos, a Casa Brasil – espaço de promoção do país no *Boulevard* Olímpico - recebeu mais de meio milhão de visitantes, transformando-se em um cartão postal que apresentou, de forma singular, a diversidade natural, cultural e econômica do País, fortalecendo a imagem nacional e promovendo o Brasil como destino turístico e de negócios. A Casa Brasil foi um projeto capitaneado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os Ministérios da Cultura e do Esporte, com a Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM/PR) e a Casa Civil, ambas da Presidência da República.

Visando aumentar a competitividade do turismo brasileiro, os Ministérios do Turismo, da Justiça e das Relações Exteriores, defenderam a dispensa do visto de turismo durante o período olímpico para cidadãos dos Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália. Cabe mencionar, ainda, o papel de liderança exercido pela Pasta nas negociações com a Receita Federal e o Ministério da Fazenda para reduzir de 25% para 6% a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), sobre remessas ao exterior para pagamentos de gastos com viagens. Essa medida foi formalizada por meio da Lei nº 13.315/2016. Em que pese o cenário político desafiador e um agudo contingenciamento orçamentário, o Ministério do Turismo envidou esforços na articulação de soluções que contribuíram para o desenvolvimento do turismo nacional.

Em 2016, o turismo brasileiro teve avanços significativos em questões importantes. O ano foi marcado pela realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, quando o país registrou aumento de 38% na receita cambial do turismo, no mês de agosto, e termina com boas expectativas para 2017 com a projeção de 73,4 milhões de viagens, de dezembro a fevereiro do próximo ano, e a injeção de R\$ 100 bilhões na economia.

A Olimpíada reforçou a imagem de “bom anfitrião” do Brasil e gerou um legado de imagem sem precedentes também para a cidade do Rio de Janeiro. Mais de 87% dos turistas estrangeiros, ouvidos pelo Ministério do Turismo, manifestaram intenção de retornar ao país. A boa avaliação é maior ainda entre os brasileiros: 94,2% dos entrevistados disseram que pretendem voltar ao Rio de Janeiro.

A isenção temporária de vistos, adotada no período, foi usada por 74,7% dos turistas dos países beneficiados (Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália). Mais de 82% dos visitantes disseram que a medida facilitaria um retorno ao Brasil. A Casa Brasil, principal ação de divulgação dos destinos e promoção do país na Olimpíada, atraiu 500 mil visitantes.

Na pauta legislativa, o MTur articulou e conseguiu a aprovação do projeto que reduziu de 25% para 6% o imposto sobre remessas ao exterior, para pagamentos de gastos com viagens. A alíquota anterior sobre as remessas para o exterior contribuía para elevar o custo dos serviços oferecidos em agências de turismo. Serão beneficiadas com a nova lei pessoas em viagem de turismo, negócio, treinamento ou missões oficiais até o limite global de R\$ 20 mil ao mês.

No ano marcado pelo tema da acessibilidade, o MTur comemorou o Dia Mundial do Turismo com uma grande ação de mobilização sobre o tema. A Pasta levou três pessoas com deficiência para conhecer destinos inesquecíveis pelo país. A viagem terminou em um encontro no Rio de Janeiro, sede dos Jogos Paraolímpicos.

Destaca-se ainda o lançamento das publicações: o Guia para Atender Bem o Turista LGBT, o Guia para Atender Bem Turistas Idosos e o Guia para Atender Bem

Turistas com Deficiência. Os guias foram mais um passo importante em direção ao turismo acessível para todos, afinal, atender bem é uma premissa universal do turismo.

O conjunto de ações apresentado tem como objetivo contribuir para que, no ano de 2022, o turismo brasileiro possa alcançar a marca de 12 milhões de turistas internacionais e US\$ 19 bilhões de receita cambial. O Brasil possui um potencial gigantesco para desenvolver o turismo em todas suas dimensões e o Governo Federal pretende ajudar o País a transformar o maior potencial turístico em potência turística no mundo.

Relativamente à política de gestão relativa aos restos a pagar do Ministério do Turismo, observa-se a intenção do gestor em reduzir o saldo, priorizando a execução das despesas dentro do próprio exercício financeiro. Os valores que permaneceram inscritos em restos a pagar ao término do exercício financeiro de 2016 atendem aos requisitos da Lei Nº 4.320/64 e do Decreto Nº 93.872/86.

6.2.1.1 Objetivo: 1111- aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos

No ano de 2016, foram desenvolvidas ações voltadas para o aumento da competitividade dos destinos e produtos turísticos do Brasil.

A realização do *press trip* “Destinos do Revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016”, que levou nos meses de maio a agosto jornalistas e blogueiros de veículos de repercussão nacional para conhecerem cinco destinos selecionados por meio de chamada pública: Cabo Frio (RJ), Dourados (MS), Joinville (SC), Porto Seguro (BA) e Santarém (PA). Os jornais e blogs convidados produziram cerca de 50 reportagens, notas e posts positivos sobre os destinos visitados. A ação também foi objeto de outras 113 matérias de veículos nacionais. O MTur investiu cerca de 210 mil reais na ação e obteve retorno publicitário equivalente a mais de 3,3 milhões de reais. A ação fortaleceu o posicionamento dos destinos turísticos selecionados, auxiliando em sua competitividade.

Em novembro, o Ministério do Turismo realizou a 1ª reunião da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo, que reúne representantes dos órgãos oficiais de turismo das Unidades Federativas (UFs), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae e do MTur. O objetivo da rede é formar uma aliança entre atores públicos e privados para análise conjunta de informações e compartilhamento permanente de experiências, de modo a orientar a promoção dos destinos, conforme as expectativas e tendências dos mercados. Ou seja, pretende-se profissionalizar o *marketing* turístico nos destinos brasileiros e, conseqüentemente, melhorar o desempenho desses destinos no mercado. A ação permanecerá em 2017.

Paralelamente, o Ministério iniciou a construção de um sistema integrado de informações turísticas sobre destinos, com vistas a aperfeiçoar a promoção do turismo nacional. Uma parte desse sistema, o calendário de eventos, já está em disposição dos destinos que desejam promover seus eventos pelo endereço www.turismo.gov.br.

Os eventos juninos também foram pauta da atuação do MTur em 2016. No mês de março foi realizada a oficina “Festejos Juninos Brasileiros como Produtos Turísticos”, que tratou das questões conceituais relacionadas aos produtos turísticos de São João.

Entre junho e agosto, o MTur produziu matérias jornalísticas promovendo os festejos juninos e os destinos turísticos associados. Durante os Jogos Olímpicos, a Casa Brasil exibiu a exposição Brasil Junino, que apresentou ao público manifestações culturais e pratos típicos desse produto cultural brasileiro: as festas de São João.

Observa-se que a qualificação profissional tem papel preponderante no aumento da produtividade e competitividade da economia nos destinos turísticos. Além disso, propicia a elevação contínua da melhoria dos serviços prestados, promove a fidelização dos turistas e contribui para o desenvolvimento sustentável do país. Nesse contexto, e com o propósito de incentivar a mão de obra que deseja ingressar no segmento do turismo e estimular o aperfeiçoamento profissional das pessoas que já atuam no setor, foram realizadas ações, no âmbito do PRONATEC TURISMO, que somaram 6.100 capacitações.

No que concerne à inteligência territorial, o Programa de Regionalização do Turismo auxilia o Governo Federal, os Estados no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo. Durante o exercício de 2016, foram realizados encontros nacionais com os interlocutores do Programa. Os encontros foram realizados buscando, no âmbito da Rede de Regionalização, resultados positivos no fortalecimento dos laços institucionais entre os Interlocutores das UFs e no fomento à cooperação entre os estados e os representantes do Ministério do Turismo. Também foi realizada a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro.

Cabe destacar ainda que, em consonância com o Mapa do Turismo Brasileiro, foram apoiados diversos novos projetos de apoio à infraestrutura turística. Além disso, foram concluídas 1.215 obras de infraestrutura turística no ano de 2016, o que contribuiu diretamente para o aumento da competitividade e estruturação dos destinos turísticos.

Nos últimos anos, foram desenvolvidos diversos mecanismos de acompanhamento e supervisão da execução dos contratos de repasse, a exemplo do Manual de Instruções para Contratação e Execução de Contratos de Repasse, instituído por meio da Portaria nº 15, de 29 de dezembro de 2015, o que possibilitou o constante aperfeiçoamento dos processos de acompanhamento das obras.

Com vistas à promoção e estímulo aos investimentos privados no setor de turismo foram realizados seminários para a apresentação de projetos, com realização de rodadas de negócios em eventos próprios e em fóruns especializados em investimentos no setor de turismo. Adicionalmente, para subsidiar as decisões de potenciais investidores e melhor posicionar o Brasil como relevante destino para investimentos privados, foi desenvolvido e lançado o portal www.investimento.turismo.gov.br, onde o investidor interessado pode obter maiores informações sobre segmentos turísticos no Brasil, projetos, oportunidades, incentivos e linhas de financiamento existentes.

Em 2016, foram mobilizados, via Fundo Geral de Turismo (Fungetur), R\$ 36 milhões para o financiamento de diversos empreendimentos. Buscou-se também garantir acesso ao crédito público de maneira diferenciada, notadamente, com relação a micro e pequenas empresas, levando em conta a elevação dos níveis de investimento em capital fixo, redução dos encargos financeiros e ampliação das oportunidades de investimento, em implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos.

Foram criados e aperfeiçoados produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final e às empresas prestadoras de serviços turísticos, que promoveram o fortalecimento do crédito para o desenvolvimento do turismo nacional. No entanto, a condição adversa da economia provocou uma retração dos desembolsos das instituições financeiras oficiais dirigidos às operações de capital de giro e investimentos. Até setembro de 2016 os desembolsos atingiram R\$ 6,2 bilhões.

No ano de 2016, foram realizados 9 eventos de promoção de investimentos privados em turismo, os quais propiciam a realização de negócios e promovem o fortalecimento do processo de desenvolvimento econômico das regiões por meio de aquisição de novas tecnologias pelo mercado nacional; inovação em modelos de gestão; geração de empregos, renda e divisas e ampliação do número de turistas internacionais em nosso país.

O ano de 2016 também foi marcado pelo início dos trabalhos de elaboração da nova versão do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). O novo sistema irá contribuir para o combate à informalidade do setor, colaborando para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados, além de impulsionar o turismo como indutor na expansão da economia. Este ano, o Cadastur atingiu a expressiva marca de 59.007 cadastros.

6.2.1.1.1 Meta: Aumentar de 58,1 para 70,0 a nota da dimensão Políticas Públicas no Índice de Competitividade do Turismo Nacional

O Mapa do Turismo Brasileiro instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013 é, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), o instrumento que define o recorte territorial a ser trabalhado prioritariamente pelo Ministério. Desse modo, auxilia tanto o Governo Federal, quanto os Estados, no desenvolvimento de políticas públicas para o turismo. A atualização do Mapa está prevista na Portaria Ministerial nº 205, de 9 de dezembro de 2015, mais especificamente em seu artigo 3º, que orienta que “o Mapa do Turismo Brasileiro deverá ser periodicamente atualizado pelo Ministério do Turismo”. O trabalho de atualização foi realizado e, em 12 de julho de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 30, a Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016, que define o Mapa do Turismo Brasileiro 2016.

A versão atualizada, que definiu as 291 regiões turísticas e seus 2.175 municípios, está disponível no site www.mapa.turismo.gov.br, bem como em material impresso disponibilizado às 27 UFs.

O Ministério do Turismo trabalhou, ainda, no fortalecimento do modelo de gestão descentralizada adotado pelo Governo Federal, como o fortalecimento da Rede de Regionalização em âmbito estadual e o estímulo a formação e ao fortalecimento das instâncias de governança regionais e municipais. Assim sendo, foram realizados 03 Encontros Nacionais dos Interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo, nas cidades de Brasília (DF), no dia 03 de março de 2016; Foz do Iguaçu (PR), nos dias 15, 16 e 17 de junho de 2016; e Belo Horizonte (MG), nos dias 9, 10 e 11 de novembro de

2016. Os encontros tiveram o objetivo de, por meio do Programa, fortalecer os laços institucionais entre os Interlocutores das UFs, bem como fomentar a cooperação entre os Estados e os representantes do Ministério do Turismo.

Quantificação da meta: 58,1 pontos

Data de referência: 31/12/2015

Observação: O Índice de Competitividade do Turismo Nacional traduz os resultados do trabalho de 12 meses, período no qual 65 destinos turísticos de Norte a Sul do Brasil receberam – entre maio e agosto de 2015 – pesquisadores capacitados para captar informações que representassem, de forma objetiva, os níveis de competitividade destas localidades nas 13 temáticas que compõem esse índice. Em 2016, não houve a pesquisa e, portanto, não há dados relativos à esse ano. Há a previsão de que o índice seja retomado em 2017. Portanto, a quantificação da nota e a data de referência serão relativos ao estudo de 2015.

QUADRO 6.2.1.1.1 – RESULTADOS DA REGIONALIZAÇÃO DA META

Regionalização da Meta	Total	Unidade Q	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	70	unidade	58,91	20/01/2017
Região Centro-Oeste	75,4	unidade	61,08	20/01/2017
Região Nordeste	62,6	unidade	54,28	20/01/2017
Região Norte	59,3	unidade	49,98	20/01/2017
Região Sudeste	74,1	unidade	64,89	20/01/2017
Região Sul	80,4	unidade	70,46	20/01/2017

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP - **Emitido em 17/02/2017**

Obs: Total refere-se à meta prevista para os 4 anos do PPA; Qtde alcançada refere-se ao resultado no ano de execução.

6.2.1.1.2 Meta: Qualificar 24.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo

Com o propósito de incentivar a mão de obra que deseja ingressar no segmento do turismo e estimular o aperfeiçoamento profissional das pessoas que já atuam no setor, o MTur fomentou a oferta de cursos de aperfeiçoamento profissional em diversas áreas de conhecimento. As ações de qualificação ocorreram por meio do PRONATEC TURISMO, no âmbito das quatro linhas do Programa: PRONATEC Turismo da Empresa, PRONATEC Turismo da Cidadão, PRONATEC Turismo Social e PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local.

Além disso, visando prestar atendimento de qualidade aos turistas que vieram assistir os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, na cidade do Rio de Janeiro, foram ofertados cursos de idiomas para a força de segurança, contemplando a Polícia Civil, Guarda Municipal, Segurança Pública, Polícia Federal e Militar.

Destaca-se, ainda, a parceria firmada com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), mediante Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 06/2015, com o objetivo de executar ações de qualificação para os profissionais que atuam na linha de frente do turismo.

Nesse sentido, foi desenvolvida uma Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA), ferramenta de oferta de cursos à distância que permite a formatação e inclusão de

novos públicos e ações de qualificação. Por meio da PEA, foi disponibilizado o Canal Braços Abertos, cujo o piloto foi desenvolvido na cidade do Rio por ocasião dos jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Figura 1: Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (Canal Braços Abertos).

Em resultado à soma de esforços empenhados no decorrer de 2016, foram qualificadas 6.100 pessoas, superando a meta prevista para o exercício que era de 6.000 qualificações.

Ressalta-se que o Ministério do Turismo tem se empenhado para a estruturação de ações que viabilizem a melhoria progressiva na qualidade dos serviços ofertados aos turistas, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Assim sendo, para 2017, além da meta de qualificar 6.000 pessoas, estão previstos: o lançamento da Política Nacional de Formação Profissional em Turismo para o Turismo (PNQT), que indicará o rumo a ser trilhado para a qualificação no setor de turismo no País; a disponibilização do Canal Braços Abertos para todo o País; o desenvolvimento de um canal de qualificação específico para gestores públicos na PEA, alinhado ao Design do curso de capacitação de gestores elaborado pela Universidade de Brasília (UnB).

Quantificação da meta: 6.100 qualificações

Data de referência: 31/12/2016

QUADRO 6.2.1.1.2 – RESULTADOS DA REGIONALIZAÇÃO DA META

Regionalização da Meta	Total	Unidade Q	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.000	unidade	305	31/12/2016
Região Nordeste	6.000	unidade	2418	31/12/2016
Região Norte	2.000	unidade	543	31/12/2016
Região Sudeste	8.000	unidade	2337	31/12/2016
Região Sul	4.000	unidade	497	31/12/2016

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP - **Emitido em 17/02/2017**

Obs: Total refere-se à meta prevista para os 4 anos do PPA; Qtde alcançada refere-se ao resultado no ano de execução.

6.2.1.1.3 Meta: Concluir 2.300 obras de infraestrutura turística

No ano de 2016, foram apoiados 851 novos projetos de infraestrutura turística, que totalizam repasse de mais de R\$ 519.693.097,05. Adicionalmente, foram concluídas 1.215 obras, que já estavam em andamento, cuja celebração ocorreu em exercícios anteriores.

O Ministério do Turismo ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, tem sofrido uma drástica redução no seu orçamento, cerca de 80% do orçamento foi reduzido, principalmente os recursos voltados para infraestrutura turística. As obras de infraestrutura, tem um tempo médio de 4 anos de execução, devido à complexidade que envolve todo o processo de repasse e execução dos objetos. Com isso, espera-se uma redução no número de projetos concluídos nos próximos anos, porém, levando-se em

conta o sistemático acompanhamento feito pelo MTur, verificamos que a meta prevista de execução de 2.300 obras nos quatro anos (PPA) não será prejudicada.

A meta atual prioriza a conclusão de obras em detrimento de contratos assinados, como no PPA 2012/2015, por entender que efetivamente o que impacta o turismo são as obras entregues.

Quantificação da meta: 1.215 obras

Data de referência: 13/01/2017

6.2.1.2 Objetivo 1112- promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior

O exercício de 2016 foi desafiador, tanto pela escassez de recurso quanto pela instabilidade política. Contudo, o MTur envidou esforços no sentido de estimular o turismo doméstico, tendo em vista a realização das Olimpíadas Rio 2016 e o sentimento de orgulho gerado na população brasileira pelo sucesso dos jogos. Foram desenvolvidas também campanhas educativas e de utilidade pública dos Programas Viaje Legal e Sustentabilidade.

Ao final do exercício, o Ministério conseguiu, via verba parlamentar um aporte de recursos no valor de R\$ 21 milhões, que possibilitou a realização da campanha “Verão Nordeste”. A campanha teve grande projeção, alcance e frequência junto ao público, trazendo resultados de mídia e exposição muito maiores do que os normalmente praticados pelo MTur. Assim, ficou evidente a importância de um orçamento adequado para a realização de campanhas com qualidade e assertividade.

Igualmente, o Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) enfrentou dificuldades similares às enfrentadas pelo Ministério do Turismo, no que tange à disponibilidade de recursos, para o cumprimento da agenda de promoção internacional do Brasil. Além da redução orçamentária e do contingenciamento imposto, a desvalorização do Real frente ao Dólar interferiu diretamente no escopo e na qualidade das ações do Instituto, que desenvolve a maior parte de seu trabalho no exterior. Em 2016, foram investidos R\$ 68.015.012,00 em promoção internacional dos produtos e destinos brasileiros. O escopo de atuação da Embratur compreendeu, em nossos principais mercados emissores de turistas para o Brasil, as seguintes ações: campanhas promocionais em televisão fechada, treinamento de agentes de viagem, participação em feiras internacionais, realização de press trips para jornalistas estrangeiros, captação e promoção de eventos, realização de eventos próprios de apoio à comercialização e a divulgação do país por meio de ferramentas digitais, como o portal visitbrasil.com.

Destaca-se ainda, que no ano de 2016, foram realizados estudos e pesquisas pelo MTur, como a “Pesquisa da Demanda Turística Internacional” e as “Sondagens Conjunturais”, que provêm informações gerais sobre a economia do turismo. As pesquisas são um insumo fundamental para entender o comportamento e as preferências dos turistas nacionais e estrangeiros, bem como orientar investimentos e esforços de promoção dos destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior.

A Pesquisa da Demanda Turística Internacional é um estudo que apresenta as características gerais do turista internacional ao visitar o Brasil. Além disso, também revela o perfil socioeconômico desses turistas, bem como as motivações, interesses e o comportamento em suas viagens. Com os dados preliminares que possuímos até o momento, o número de chegadas de turistas não residentes ao Brasil deve atingir, no máximo, a marca dos 6,6 milhões.

A receita cambial turística, para o ano de 2016, ultrapassou a marca dos US\$ 6 bilhões, o que representa um volume 3,1% maior que o registrado no ano anterior.

Por sua vez, as Sondagens Conjunturais colaboram para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil ao revelar a intenção da família brasileira em realizar viagens, tanto nacionais quanto internacionais, nos próximos seis meses (curto prazo). Ainda vai mais além, ao trazer a avaliação dos empresários e dirigentes de diversos setores vinculados às atividades características de turismo sobre a evolução recente e as perspectivas futuras de tais atividades. São opiniões valiosas que incrementam o conhecimento acerca da atividade e a promoção turística, uma vez que estão incluídos nos resultados dessa avaliação os setores de meios de hospedagem, agências de viagem, companhias aéreas, locadoras de automóveis, promotores de feiras e organizadores de eventos, restaurantes, empresas de fretamento de turismo rodoviário, parques temáticos e atrações turísticas.

No ano de 2016, a Pesquisa de Sondagem ao Consumidor revelou que, em dezembro, 29% das famílias brasileiras tinham intenção de viajar e 48,1% dessas famílias afirmaram que pretendiam utilizar o avião como meio de transporte. Isso representa um crescimento, em relação ao mesmo período de 2015, de 2,3 e 9,3 pontos percentuais, respectivamente.

6.2.1.2.1 Meta: Aumentar de 48,4 para 53 a nota de dimensão *Marketing e Promoção* do Destino no índice de Competitividade do Turismo Nacional

O Índice de Competitividade tem por objetivo oferecer aos destinos a capacidade de autoanalisarem-se e, assim, possibilitar o planejamento e o desenvolvimento de vantagens competitivas. Busca, portanto, analisar os pontos fortes e fracos dos 65 destinos indutores do turismo. Atualmente, o índice é composto por 13 dimensões e, dentre elas, faz parte a variável *Marketing e Promoção* do Destino.

Esta variável busca retratar se os destinos possuem plano de *marketing*; se participam em feiras e eventos; se promovem o destino e se adotam estratégias de promoção digital. No ano de 2015, época da última realização da pesquisa, apenas uma parte possuía um plano de *marketing* vigente; apesar da instabilidade da economia brasileira, grande parte produziu algum evento promocional dentro e fora de seu território; metade deles possuem página promocional do destino na internet e estão presentes em redes sociais com o intuito de divulgar suas atrações e eventos para turistas.

Ao longo do ano de 2016, o MTur foi afetado pelo contingenciamento de verba sofrido por toda a Esplanada, além da turbulência política. Contudo, uma grande ação de mídia pós Olimpíada foi realizada. O objetivo, com isso, foi incentivar o turismo interno, aproveitando o aumento do orgulho nacional da população, reflexo do sucesso das Olimpíadas Rio 2016.

Para diminuir os efeitos do contingenciamento, o Ministério solicitou e conseguiu, ao final do ano, um aporte de verba parlamentar no valor de R\$ 21 milhões de reais. Assim, foi possível a realização de uma campanha, Verão Nordeste, com grande projeção, alcance e frequência junto ao público, trazendo resultados de mídia e exposição muito maiores do que os normalmente praticados pelo MTur. Tudo isso evidenciou a importância de um bom orçamento para realização de campanha com qualidade.

Dado o sucesso da ação de incentivo à região nordeste, planeja-se manter as ações de campanhas segmentadas no ano de 2017. Dessa vez, promovendo as regiões remanescentes (Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul), tendo em vista o número incomum de feriados no ano.

Aliando as ações de eventos e promoção de produtos turísticos regionais a grandes campanhas nacionais e participação de eventos de grande porte, será possível aumentar as médias regionais e, consequentemente, conseguir alcançar a árdua meta atrelada ao Índice de Competitividade do Turismo Nacional, para cada região e nacionalmente. Para efetivação será necessário um grande aporte de orçamento, por isso, o órgão continuará a buscar fontes para realização das ações.

Quantidade alcançada: 48,50 pontos

Data de referência: 31/12/2015

Observação: O Índice de Competitividade do Turismo Nacional traduz os resultados do trabalho de 12 meses, período no qual 65 destinos turísticos de Norte a Sul do Brasil receberam – entre maio e agosto de 2015 – pesquisadores capacitados para captar informações que representassem, de forma objetiva, os níveis de competitividade destas localidades nas 13 temáticas que compõem esse índice. Em 2016, não houve a pesquisa e, portanto, não há dados relativos à esse ano. Há a previsão de que o índice seja retomado em 2017. Portanto, a quantificação da nota e a data de referência serão relativos ao estudo de 2015.

Providências a serem tomadas:

Em vista a superar o contingenciamento causado pela situação econômica brasileira e assim melhorar o desempenho em relação a meta estabelecida, o Ministério buscará fontes de verbas suplementares para subsidiar o planejamento previsto, seja no ministério do planejamento ou via recursos parlamentares.

QUADRO 6.2.1.2.1 – RESULTADOS DA REGIONALIZAÇÃO DA META

Regionalização da Meta	Total	Unidade Q	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	44,4	unidade	42,5	31/12/2016
Região Nordeste	49,1	unidade	46,7	31/12/2016
Região Norte	34,9	unidade	34,53	31/12/2016
Região Sudeste	63,7	unidade	58,93	31/12/2016
Região Sul	68,9	unidade	64,81	31/12/2016

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP - **Emitido em 17/02/2017**

Obs: Total refere-se à meta prevista para os 4 anos do PPA; Qtde alcançada refere-se ao resultado no ano de execução.

6.2.1.2.2 Meta: Aumentar de 36,2 para 38,1 a nota da dimensão Monitoramento no Índice de Competitividade do Turismo Nacional

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional tem o objetivo de oferecer aos destinos a capacidade de realizar uma autoanálise, de modo a orientar o planejamento e o desenvolvimento de vantagens competitivas. Assim sendo, o documento traça uma análise dos pontos fortes e fracos dos 65 destinos indutores do turismo.

Atualmente, o Índice é composto por 13 dimensões, dentre as quais se inclui a de Monitoramento. Essa dimensão avalia se o destino realiza pesquisas (de demanda e de oferta), se possui sistema de estatísticas do turismo e setor específico de estudos e pesquisa, e se faz a medição dos impactos da atividade turística.

A versão mais atual do Índice é a do ano de 2015, no qual a nota dessa dimensão avançou para 36,3.

Ressalta-se que a execução dessa meta está relacionada aos levantamentos de turismo feitos pelos destinos, os quais devem efetuar suas próprias ações, de forma a impactar na nota dessa dimensão. Assim, o Ministério do Turismo não efetua uma ação específica para cada localidade. Contudo, o MTur fornece, quando solicitado, apoio técnico para a obtenção de dados estatísticos.

Com o objetivo de auxiliar, não somente os destinos indutores, no ano de 2016, mas também os de interesse turístico, foram realizadas oficinas para disseminação de informações acerca do Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT), por meio da ferramenta “extrator de dados”. O SIMT dispõe de dados sobre o emprego no turismo formal e informal, bem como sobre o perfil da mão de obra ocupada nas Atividades Características do Turismo (ACTs) para as Regiões e as Unidades da Federação.

Em 2017, o MTur dará continuidade à disseminação das informações, agregando, para tanto, dados que dizem respeito aos meios de hospedagem existentes no Brasil. Essas informações são de grande importância para todos os municípios e, principalmente, para os destinos indutores, já que, por meio delas, conhecerão mais a respeito da oferta hoteleira. Destaca-se que, de posse desses dados, a respeito da oferta hoteleira, o Ministério poderá definir parâmetros com o objetivo de entender e fomentar a ocupação hoteleira.

Quantidade alcançada: 36,30 pontos

Data de referência: 31/12/2015

Observação: O Índice de Competitividade do Turismo Nacional traduz os resultados do trabalho de 12 meses, período no qual 65 destinos turísticos de Norte a Sul do Brasil receberam – entre maio e agosto de 2015 – pesquisadores capacitados para captar informações que representassem, de forma objetiva, os níveis de competitividade destas localidades nas 13 temáticas que compõem esse índice. Em 2016, não houve a pesquisa e, portanto, não há dados relativos à esse ano. Há a previsão de que o índice seja retomado em 2017. Portanto, a quantificação da nota e a data de referência serão relativos ao estudo de 2015.

QUADRO 6.2.1.2.2 – RESULTADOS DA REGIONALIZAÇÃO DA META

Regionalização da Meta	Total	Unidade Q	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35,1	unidade	36,8	31/12/2016
Região Nordeste	31,9	unidade	29,3	31/12/2016
Região Norte	26,4	unidade	21	31/12/2016
Região Sudeste	48,9	unidade	49	31/12/2016
Região Sul	57,5	unidade	55,1	31/12/2016

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP - **Emitido em 17/02/2017**

6.2.1.2.3 Meta: Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros no país de 6,2 milhões para 7,5 milhões

As informações até então apuradas, baseadas nos dados do Banco Central do Brasil (BCB), da Polícia Federal (PF) e na expectativa de chegada de turistas do Ministério do Turismo, revelam que, aproximadamente 6,6 milhões de visitantes internacionais entraram no país em 2016. Os dados ainda estão sendo trabalhados pelo MTur e deverão ser divulgados de forma conclusiva em abril de 2017. Caso se confirme, demonstrará um crescimento de 4,8% no número de visitantes em relação à 2015. No

total, foram injetados US\$ 6,024 bilhões na economia nacional, o equivalente a mais de R\$ 21 bilhões. O montante é 3,08% maior que os US\$ 5,844 bilhões gastos pelos visitantes em 2015.

Dentre as ações concretizadas pela Embratur no ano de 2016, destacam-se a realização em 21 *press trips* e a participação em 16 feiras internacionais de turismo nos principais mercados emissores de turistas para o Brasil.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 motivou a necessidade de realizar uma campanha de alcance mundial, que atingiu 125 países localizados na América Latina, Europa, Oriente Médio, África, Ásia e Oceania. A estratégia de campanha foi focada no público considerado formador de opinião, pelo fato de proporcionar uma estratégia mais bem alinhada aos objetivos do Instituto. A ação de mídia foi lançada em agosto, com período prolongado e amplo alcance de países, por meio da CNN. A campanha foi estendida durante os meses de agosto a dezembro de 2016. O meio contemplado (TV fechada) que atende às necessidades de alto alcance, cobertura mundial, frequência durante todo período e impacto da mensagem pelas características visuais. Foi selecionada a emissora CNN, que possui maior alcance entre tomadores e influenciadores de decisões, investidores e empresários que viajam frequentemente. Ainda, o canal tem maior frequência de audiência. Nesse projeto, também foi contemplada entrega de mídia no site na CNN para aumento do esforço de comunicação e da frequência da mensagem da campanha, impactando o público formador de opinião em outros momentos do dia.

Ressalta-se que para o monitoramento do resultado dos esforços de promoção do Brasil no exterior é de fundamental importância o acompanhamento do número de turistas que entram no país. A entrada de turistas contribui para a geração de divisas no país, movimentando a economia e consequentemente gerando benefícios sociais para a população. Avalia-se que o aumento no número de turistas em 2016 está de acordo com a perspectiva da Embratur. Contudo, um dos principais problemas que vem sendo detectados ao longo dos últimos anos é a diminuição do poder de investimento da Instituto em ações no exterior, o que decorre tanto da diminuição no orçamento da autarquia quanto da desvalorização do real frente ao dólar. Estão sendo levados a cabo iniciativas no campo político para tentar reverter esta realidade, por meio da captação de novas fontes de financiamento, bem como emendas parlamentares.

Quantidade alcançada: 6,600 milhões de turistas estrangeiros/ano

Data de referência: 31/12/2016

6.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

6.2.2.1 Ações relacionadas ao programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

6.2.2.1.1 Secretaria Executiva

QUADRO 6.2.2.1.1: AÇÕES SECRETARIA EXECUTIVA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20Y4		Tipo: Atividade			
Título	Articulação e Ordenamento Turístico					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos					Código: 1111
Programa	Desenvolvimento e Promoção do Turismo					Código: 2076
Unidade Orçamentária	54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.410.074	6.410.074	6.232.745	5.603.832	5.603.832	0,00	628.913
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Apoio Realizado			Unidade	4	0	4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Apoio Realizado		Unidade	0

Fonte: SIOP

As ações que foram realizadas nesta ação pela SE tratam de Estudos e Pesquisas, que estão detalhados no [item 6.1.5.8.1](#).

6.2.2.1.2 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo

QUADRO 6.2.2.1.2 A - AÇÃO 20Y3 RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		20Y3		Tipo: Atividade		
Título		Promoção e <i>Marketing</i> do Turismo no Mercado Nacional				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior Código: 1112				
Programa		Desenvolvimento e Promoção do Turismo Temático		Código: 2076		Tipo:
Unidade Orçamentária		54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
83.338.987	125.235.595	80.801.025	37.608.066	37.608.066	-	43.192.959
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	de Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Iniciativa implementada			Unidade	140	87	71
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada
25.009.146	20.822.472	(-15.685.633)	Iniciativa implementada		Unidade	17.373.782

Fonte: SIOP

No ano de 2016, a Coordenação-Geral de Promoção e Incentivo a Viagens (CGPIV), por meio de seus contratos de publicidade, realizou campanhas de 5 grandes grupos: Viva de Perto Pós-Olimpíada, Sustentabilidade, Viaje Legal, Verão Nordeste e ainda Previdência, resultante do Termo de Execução Descentralizada 05/2016.

A Campanha Viva de Perto Pós-Olimpíadas foi realizada com o objetivo de usufruir do aumento do orgulho nacional da população, gerado pelo sucesso das Olimpíadas Rio 2016, para incentivar o turismo interno. Essa Campanha teve um investimento total de R\$ 11.778.265,97, entre produção (R\$ 407.581,58) e mídia (R\$ 11.370.684,39). Peças diversas, como filme, fotos e peças de internet, foram produzidas visando gerar na população brasileira o desejo de conhecer os destinos turísticos brasileiros. Para veiculação das peças foram utilizados diversos meios, como internet, televisão aberta e fechada, jornal, rádio, cinema, revista, entre outros. Além desses meios, a Campanha foi amplamente divulgada na feira de turismo brasileira ABAV, no evento *Flytour* e no festival Festuris.

As campanhas Sustentabilidade e Viaje Legal foram solicitadas pela Coordenação-Geral de Turismo Responsável. A Campanha Sustentabilidade teve a finalidade de divulgar o guia “Turismo e Sustentabilidade”. Para essa campanha foi realizado um investimento total de R\$ 330.847,13 (R\$ 4.042,00 em produção e R\$ 326.805,13 em mídia). Para a realização dessa campanha, foram necessários realizar

aquisição de imagem e produzir peças de internet. A veiculação, por sua vez, ocorreu nos meios revista, jornal e internet.

Já a Campanha Viaje Legal visou a divulgação do site “Viaje Legal”, que contém informações gerais sobre assuntos relevantes para os turistas. Essa campanha foi veiculada no meio internet (investimento de R\$ 398.999,86 em mídia) e contou com a produção de peças de internet, *adserver* e fotos, além do desenvolvimento de um *quiz* interativo (investimento de R\$ 41.546,95 em produção).

Em novembro de 2016, devido à proximidade das férias de verão e com base em pesquisas recentes que demonstraram que as atrações turísticas mais valorizadas pelos brasileiros são as praias e belezas naturais e que a região nordeste é a mais desejada, o Ministério do Turismo lançou a Campanha Verão Nordeste que teve como objetivo incentivar os brasileiros a passarem as férias de verão na região Nordeste. Essa campanha foi veiculada nos mais diversos meios (TV, OOH, DOOH, internet, entre outros) e contou com a produção de um filme e diversas peças como peças de internet, anúncios, fotos, entre outras, totalizando um investimento de R\$ 36.310.343,48 (R\$ 3.267.298,77 em produção e R\$ 33.043.044,71 em mídia).

Por fim, a Campanha da Previdência versou sobre a reforma previdenciária de forma didática e acessível a todos. O investimento total dessa campanha foi de R\$ 5.967.812,99, sendo que R\$ 217.472,26 foi investimento em produção e R\$ 5.750.340,73, em mídia. Essa campanha foi veiculada em diversos meios, como OOH, DOOH, rádio, revista entre outros.

Além dessas campanhas, o investimento em produção também englobou, a pedido de outras coordenações, a elaboração de diversos materiais promocionais, como displays, adesivos, impressão de cartilhas, mapa do turismo brasileiro, entre outros. Dessa forma, o investimento total realizado pela Coordenação-Geral de Promoção e Incentivo a Viagens (CGPIV) foi de R\$ 10.637.700,52 em produção e de R\$ 51.421.906,93 em mídia.

Quanto aos Eventos Institucionais, em 2016, o Ministério do Turismo participou de 13 eventos intrínsecos e temáticos do turismo, tanto do segmento MICE quanto Multifeiras, dentre os quais:

- Fórum Panrotas, com um investimento de R\$ 200.000,00;
- 39ª Aviesp Expo, com um investimento de R\$ 120.000,00;
- FIT Pantanal, com um investimento de R\$ 50.000,00;
- *World Travel Market Latin America 2016 (WTM)*, com um investimento de R\$ 1.050.000,00;
- Destination Brazil Travel Mart (BNTM), com um investimento de R\$ 350.000,00;
- Congresso Brasileiro de Guias, com um investimento de R\$ 60.000,00;
- Festival Turismo Cataratas, com um investimento de R\$ 120.000,00;
- 20ª Feira da Associação dos Agentes de Viagens de Ribeirão Preto e Região (AVIRRP), com um investimento de R\$120.000,00;
- 44ª ABAV Expo Internacional de Turismo, com um investimento de R\$ 2.053.503,89;

- FTN - Fórum de Turismo de Negócios e Eventos, com um investimento de R\$ 50.000,00;
- HiperFeirão Flytour, sem ônus;
- Festival de Turismo de João Pessoa, com um investimento de R\$ 100.000,00; e
- Festival de Turismo de Gramado, com um investimento de R\$200.000,00.

No âmbito do DEMAC, celebrou-se 3 (três) convênios com as Prefeituras Municipais de Garanhuns, São Lourenço da Mata e Serra Talhada, cujos recursos financeiros (R\$ 700.000,00, R\$ 700.000,00 e R\$ 600.000,00, respectivamente) são oriundos de emenda do Dep. Jorge Côrte. Esses recursos ainda não foram liberados pois aguardam sua liberação pela Presidência. A necessidade de liberação desses recursos já foi informada à SNPTur e à ASPAR com o intuito de negociarem o encaminhamento desses recursos financeiros ao MTur para que tais convênios possam ser pagos. Os convênios estão em plena vigência aguardando somente a liberação desses recursos para dar início a execução visto que os requisitos necessários para recebimento dos valores (licitação, contratação e depósito da contrapartida) já foram feitos pelos Conveniente.

Houve também a celebração de 1 (um) convênio celebrado com Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro, cujos recursos financeiros (R\$ 487.500,00) são oriundos de emenda do Dep. Otávio Leite. Esses recursos foram liberados em 29/12/2016. O convênio está em plena vigência e a execução terá seu início pela Conveniente a partir de janeiro de 2017, visto a data de liberação dos recursos financeiros.

Já no âmbito da Coordenação de Eventos Geradores de Fluxos Turísticos (CEGFT), foram celebrados 49 convênios:

1. 826997/2016 - Celebração de Chegada e Revezamento da Tocha Olímpica - Brasília 2016 - R\$ 250.000;
2. 839959/2016 - Carnaval de Dianópolis 2017 - R\$ 170.000;
3. 839585/2016 - Réveillon 2017 No Município De Balneário Arroio Do Silva (SC) - R\$ 100.000;
4. 830758/2016 - XVI Festa Junina Arraiá no Nosso Sítio - R\$ 99.500;
5. 830929/2016 - XIV Festival de Música Folclórica de Santa Rosa do Tocantins - R\$ 98.000;
6. 832536/2016 - Realização do São João do Assú - O Mais Antigo Do Mundo;
7. 839570/2016 - Réveillon Araguaia;
8. 830659/2016 - Carnaval de Bragança;
9. 828061/2016 - Realização da 13ª Festa do Peixe 2016. (PM de São Sebastião do Tocantins);
10. 840227/2016 - Réveillon Estreito 2016 (PM de estreito);
11. 828062/2016 - Festejos Juninos/2016, Município de Limoeiro (PE) R\$770.000;
12. 832016/2016 - Festejos Juninos (PM de Surubim) R\$ 485.000;
13. 827955/2016 - 28ª Festa Cultural e Turística de Venda Nova do Imigrante (ES) R\$ 146.000;
14. 828069/2016 - Exposição Agropecuária da Região Centro Oeste do Estado de Sergipe na Cidade de Frei Paulo;
15. 827954/2016- Micareta;
16. 840373/2016 - Carnaval do Município de Simão Dias (Se) Carnaval do Povo 2017;
17. 828263/2016 - "Arrasta Pé" do 18 do Forte;

18. 840370/2016 - Carnaval 2017 R\$ 252.300,00;
19. 828063/2016 - XXIII Festa do Vaqueiro de Carira (XXIII Festa do Vaqueiro de Carira);
20. 840373/2016 - Carnaval do Município de Simão Dias (SE) Carnaval do Povo 2017;
21. 827307/2016 - São João 2016- Amargosa - A Cidade do Forró;
22. 827951/2016 - São João - Arraiá da Ita 2016;
23. 832001 - Projeto Especial de Lazer e Cultura
24. 828060/2016 - Realização da IV edição da Festa São João na Praça de Pintópolis (MG) R\$ 100.000;
25. 828067/2016 - Arraiá de Belo 2016, R\$ 389.610;
26. 837307/2016 - Realização da XII festa de Réveillon ano 2016 na cidade de Brasília de Minas (MG);
27. 837366/2016 - Réveillon 2017, R\$99.000,00;
28. 837360/2016 - CARNABOM 2017 R\$100.000;
29. 832003/2016 - Festa dos Pescadores - R\$ 259.500;
30. 840617/2016 - Festival de Verão e Gastronomia de Sapucaia - Maratoma - 990.852,00;
31. 828065/2016 - 6ª Festa Junina/ Julina de Gavião Peixoto - R\$ 121.217;
32. 840310/2016 - Carnaval de Rua No Município de General Salgado Ano de 2017 R\$ 135.034,00;
33. 828066/2016 - 7º Rodeio Show de Martinópolis R\$ 289.000;
34. 828264/2016 - Realização do Tudo é Brasil R\$ 298.000;
35. 837139/2016 - Realização do 8º Rodeio Show de Anhumas (SP) R\$ 774.185,00;
36. 828058/2016 - Festival Junino Do Vale do Paraíba R\$ 350.000;
37. 828057/2016 - Juninão Valentim Gentil (SP) 2016 - R\$ 470.934,00
38. 828059/2016 - Festa de Santo Antonio R\$ 300.000 (Alex Manete)
39. 837309/2016 - Festividades de Final de Ano Em Valentim Gentil (SP) R\$ 354.471;
40. 837178/2016 - 11º Sonho de Natal - R\$ 297.000;
41. 831999/2016 - XXXIII Festa das Rosas - R\$ 800.000;
42. 830927/2016 - Temporada de Praia - Praia da Arara;
43. 828265/2016 - As Tradicionais Cavalhadas de Crixás;
44. 828251/2016 - Semana Ruralista de Rianópolis;
45. 828261/2016 - XII Arraiá de Itumbiara;
46. 828056/2016 - 13º Expotur;
47. 840618/2016 - Carnaval de Goianésia 2017 R\$ 200.000;
48. 828068/2016 - EXPOAFRA 2016 - R\$ 499.500; e
49. 828064/2016 - Evento Natal Felicidade em Lages- R\$ 200.000.

Foi feito um levantamento acerca de toda a Ação 20Y3 e descobriu-se que o número de ações executadas está sendo calculado somando os POs e os Localizadores. Dessa forma, de acordo com dados extraídos no monitoramento do SIOP, chegou-se à conclusão que 71 (setenta e uma) ações foram realizadas no ano de 2016, contando com as 5 (cinco) Campanhas de publicidade, 13 (treze) eventos intrínsecos e temáticos do turismo, 4 (quatro) eventos do DEMAC e 49 (quarenta e nove) eventos Geradores de Fluxos Turísticos, destes 42 são oriundos de emenda parlamentar (todos os localizadores da Ação) e 7 da programação do MTur (PO 0004).

O RAP existente no ano de 2017, referente ao exercício de 2016, foi no valor de R\$ 50.000,00, referente à participação do Ministério do Turismo no evento FIT Pantanal,

tendo em vista a necessidade de reajuste no detalhamento técnico e orçamentário que compunham o Projeto Básico para ateste da Nota Fiscal para pagamento, o que acarretou em atraso.

QUADRO 6.2.2.1.2 B - AÇÃO 20Y4 RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (X) Parcial				
Código		20Y4		Tipo: Atividade		
Título		Articulação e Ordenamento Turístico				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos				Código: 1111
Programa		Desenvolvimento e Promoção do Turismo				Código: 2076
Unidade Orçamentária		54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.156.062	1.777.802	62.357	45.109	45.109	-	17.248
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Apoio realizado			Unidade	16	16	7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.772.923	1.667.632	(-3.840.517)	Apoio realizado		Unidade	1

Fonte: SIOP

A fim de promover a competitividade na Prestação de Serviços Turísticos, de forma especial nos meios de hospedagem, foi realizada a análise do histórico e documentação referente ao Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) desde sua implementação pelo MTur. Além disso, foi elaborada a proposta de reformulação das matrizes de classificação dos meios de hospedagens. Importa registrar que essa proposta se deu a partir de uma análise e avaliação do processo de construção e estruturação do Sistema SBClass, envolvendo levantamento e compilação de dados relacionados aos marcos legais e infra legais, bem assim quanto à efetividade dos resultados alcançados, considerando, inclusive, os resultados de pesquisa contratada em exercícios anteriores. Foi empenhado e liquidado o valor de R\$ 2.400,50 para a contratação de empresa especializada em confecção de placas de classificação hoteleira, no âmbito do SBClass.

No mês de julho de 2016, foi solicitada a reprogramação da meta de 9 para 2, em decorrência das alterações regimentais deste Ministério e da necessidade de alinhá-las às atividades de atividades de competência da Coordenação-Geral de Produtos Turísticos. Assim sendo, as metas previstas para 2016 foram assim executadas:

1) Realizar 1 (uma) ação de apoio à comercialização:

- Realização do *Press Trip* “Destinos do Revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016”, que levou nos meses de maio a agosto jornalistas e blogueiros de veículos de repercussão nacional para conhecerem cinco destinos selecionados por meio de chamada pública: Cabo Frio (RJ), Dourados (MS), Joinville (SC), Porto Seguro (BA) e Santarém (PA). Os jornais e *blogs* convidados produziram cerca de 50 reportagens, notas e posts positivos sobre os destinos visitados. A ação também foi objeto de outras 113 matérias de veículos nacionais. O MTur investiu cerca de 210 mil reais na ação e obteve retorno publicitário equivalente a mais de 3,3 milhões de reais. A ação foi realizada em parceria com a ASCOM, cabendo à CGPRO a elaboração do edital de processo seletivo, a participação em comissão julgadora das propostas recebidas e a realização de viagens precursoras de verificação e validação dos roteiros apresentados. Foram custeados pela CGPRO apenas recursos para pagamento das diárias e passagens dos servidores que acompanharam cada uma das 5 (cinco) viagens técnicas precursoras.

2) Realizar 1 (uma) ação de posicionamento de produtos:

-Realização da oficina de “Festejos Juninos Brasileiros como Produtos Turísticos” no *World Travel Market Latin America*, em março de 2016: Foi elaborada proposta de critérios para levantamento e seleção dos principais festejos juninos realizados no país, assim como proposta de conceituação para produtos turísticos relacionados aos festejos juninos;

-Elaboração de calendário específico de festejos juninos: Disponível na plataforma www.turismo.gov.br/agenda-eventos/views/calendario.php, os festejos juninos cadastrados foram destacados na agenda de eventos do MTur. Também foram selecionados destinos para divulgação sobre os eventos juninos de destaque nacional em matérias produzidas pela ASCOM;

- Elaboração de matérias sobre festejos juninos: Entre junho e agosto, o MTur produziu matérias jornalísticas promovendo os festejos e seus destinos. A ação foi realizada pela ASCOM, cabendo à CGPRO a seleção dos festejos mais relevantes;

-Exposição Brasil Junino: Durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, a Casa Brasil exibiu a exposição Brasil Junino, apresentando ao público manifestações culturais e pratos típicos desse produto cultural brasileiro: as festas de São João. A ação foi executada pela Secretaria Executiva, mas contou com o apoio da CGPRO, que enviou três de seus técnicos para auxiliar na realização do evento.

No plano orçamentário "000C - Incentivo ao Cadastramento, Classificação e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos" foi executada, no âmbito do Cadastro dos prestadores de serviços turísticos, a confecção de 3.941 credenciais para os guias de turismo cadastrados no período. Relativo à ação de implementação da fiscalização, conforme previsto na Lei nº11.771/2008 e no regimento interno do Ministério com a criação da Coordenação de Fiscalização, as ações planejadas ainda não foram desenvolvidas em virtude da ausência dos agentes fiscais de turismo, os quais estão sendo providenciados pela Coordenação-Geral de Pessoas e Ministério do Planejamento, Gestão e Desenvolvimento.

Houve também a contratação de uma moderadora para apoiar a realização do “9º encontro de coordenadores Regionais dos órgãos delegados”, realizado entre os dias 31/08/2016 e 02/09/2016.

Da dotação atual, o recurso orçamentário utilizado, empenhado e pago no âmbito do PO 000E, foi para confecção de 300 (trezentos) *pen drives* personalizados “Turismo e Sustentabilidade”, para divulgação, em formato digital, do Guia “Turismo e Sustentabilidade”, em ações de sensibilização e de disseminação de boas práticas, produção e consumo sustentável junto a cadeia produtiva do turismo. Do limite orçamentário aprovado para esse Plano Orçamentário, parte desse valor foi descentralizado ao Departamento de Promoção e *Marketing* Nacional (DPMKN), de acordo com o novo planejamento estratégico do Departamento de Formalização e Qualificação do Turismo (DEQUA) para a execução das ações do Turismo Responsável, priorizados por esta área. Do valor do limite aprovado de R\$ 110.235,00, foi descentralizado R\$ 93.000,00, em que foram utilizados na promoção do Prêmio de Sustentabilidade, em parceria com a BRAZTOA.

Houve também a contratação de empresa especializada em corte de material impresso (marca-páginas), em guilhotina, na quantidade de 100.000 (cem mil) unidades. O valor para essa contratação foi de R\$ 1.600,00.

QUADRO 6.2.2.1.2 C - AÇÃO 4590 - RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

RESPONSABILIDADE DA UPC - CPSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		4590		Tipo:		
Título		Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos Código: 1111				
Programa		Desenvolvimento e Promoção do Turismo			Código: 2076	
Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária		54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.723.323	8.975.493	976.401	99.134	99.134	-	877.267
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa qualificada			Unidade	8024	8000	6.100
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
8.393.162	5.406.628	(-3.484.347)	Pessoa qualificada		Unidade	1

Fonte: SIOP

A qualificação profissional tem papel preponderante no aumento de competitividade da economia nos destinos turísticos. Além disso, propicia a elevação contínua da melhoria dos serviços prestados, promove a fidelização dos turistas e contribui para o desenvolvimento sustentável do país.

Nesse contexto, e com o propósito de incentivar a mão de obra que deseja ingressar no segmento do turismo e estimular o aperfeiçoamento profissional das pessoas que já atuam no setor, foram qualificadas 6.100 pessoas, no âmbito das ações no âmbito do PRONATEC TURISMO e da Parceria firmada entre o Ministério do Turismo e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), mediante Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 006/2015.

O Ministério do Turismo fomentou a oferta de cursos de aperfeiçoamento profissional em diversas áreas de conhecimento, visando prestar atendimento de qualidade aos turistas que vieram assistir os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Foram ofertados cursos de idiomas para a força de segurança, contemplando a Polícia Civil, Guarda Municipal, Segurança Pública, Polícia Federal e Militar.

Além disso, foi celebrada parceria firmada com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), mediante Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 06/2015, com o objetivo de executar ações de qualificação para os profissionais que atuam na linha de frente do turismo.

Somado a isso, foi desenvolvida uma Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA), ferramenta de oferta de cursos à distância que permite a formatação e inclusão de novos públicos e ações de qualificação.

Assim, no decorrer de 2016, foram qualificadas 6.100 pessoas, superando a meta prevista para o exercício que era de 6.000 qualificações.

A Coordenação-Geral de Qualificação Turística (CGQT) desenvolve suas ações e iniciativas no “Objetivo PPA – 1111 – Aumentar a Competitividade dos Destinos, Produtos e Serviços Turísticos”, e possui como Meta para o PPA 2016-2019 – “04EP – Qualificar 24.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo”.

A execução da Meta, em 2016, envolveu as seguintes ações de qualificação:

- PRONATEC TURISMO, contemplando as quatro linhas de ação: PRONATEC Turismo da Empresa, PRONATEC Turismo da Cidadão, PRONATEC Turismo Social e PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local.
- Qualificação dos profissionais da Força de Segurança (Polícia Civil, Guarda Municipal, Segurança Pública, Polícia Federal e Militar), na cidade do Rio de Janeiro com a oferta de cursos em idiomas, ofertadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e o SENAC, para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, no âmbito do PRONATEC TURISMO
- Parceria firmada com o IFRJ, mediante Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 006/2015, que teve o objeto executar ações de qualificação profissional para o setor de turismo. Para tanto, foi desenvolvida a Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA) voltada para as ações de educação a distância do Ministério, como o Canal “Braços Abertos”, que serviu como piloto no Rio de Janeiro, com foco nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Assim, no decorrer de 2016 foram qualificadas 6.100 pessoas para a cadeia produtiva do turismo, superando a meta prevista para o exercício.

Em 2016, foram liberados recursos no montante de R\$ 5.278.291,89, da seguinte forma:

- TED nº 002/2015 – MTur x FUB/UnB - R\$ 254.146,89
- TED nº 006/2015 – MTur x IFRJ - R\$ 5.024.145,00

Com a edição do Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, as competências relacionadas à promoção e classificação dos meios de hospedagem, até então designadas à Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização, foram efetivamente migradas em março de 2016 para a Coordenação-Geral de Qualificação Turística (CGQT).

Cabe informar que essas ações foram transferidas à esta Coordenação- Geral de Turismo Responsável após a reformulação do regimento interno, em fevereiro de 2016, diante do exposto e devido ao contingenciamento dos recursos, no exercício, bem como o período de impedimento eleitoral. Esclarecemos que não houve execução.

Desse modo, do valor de crédito orçamentário disponível, R\$ 5.384.000,00, foi descentralizado o valor de R\$ 2.073.028,00 ao Departamento de *Marketing* e Apoio à Comercialização do Turismo (DEMAC).

6.2.2.1.3 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo

QUADRO 6.2.2.1.3 A - AÇÃO 14TJ - RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(☒) Integral (☐) Parcial					
Código	14TJ Tipo: Projeto					
Título	Participação da União na Implementação do Prodetur Nacional					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos Código: 1111					
Programa	Desenvolvimento e Promoção do Turismo Código: 2076 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta					
Ação Prioritária	(☐) Sim (☒) Não Caso positivo: (☐) PAC (☐) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.503.377	13.589.503	11.319.966	710.447	710.447	0	10.609.519
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Realizado			Unidade	12	12	7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1ºjaneiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
73.777.779	5.709.180	(-16.847.216)	Projeto Realizado		Unidade	1

Fonte: SIOP

A Ação Orçamentária 14TJ – tem três planos orçamentários vinculadas a ela, são eles:

P.O - 0002 – Implantação de Infraestrutura Turística de apoio ao Turismo no âmbito do Prodetur Nacional – (onde foram realizados os empenhos no valor total de R\$ 11.319.966,00).

P.O - 0003 - Fortalecimento e Implementação do Prodetur Nacional – (Não houve recursos empenhado nesse PO).

P.O - 0004 - Elaboração e Implementação de Planos e Estudos de Desenvolvimento Turístico, no âmbito do Prodetur Nacional – (não houve recursos empenhados nesse P.O).

Esclarece-se que a meta “projeto realizado” significa o total de empenhos realizados no exercício.

Com relação a Ação 14TJ - Participação da União na Implementação do Prodetur Nacional – no que concerne à implantação de infraestrutura, P.O 0002 - Implantação de Infraestrutura Turística de apoio ao Turismo no âmbito do Prodetur Nacional, a cargo da Coordenação Geral de Fiscalização e Controle, foram apoiados 5 novos projetos no valor de R\$ 7.380.405,00 e reforço de empenho de dois projetos de exercícios anteriores no valor de R\$ 3.072.905,85.

Neste exercício ocorreu o empenho de R\$ 601.560,00 (2016NE800011), para viabilizar a execução do objeto do Convênio Nº 740418 - Elaboração de estudos e projetos com vistas a reabilitação urbana do centro histórico de Natal – RN celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte na Ação 14TJ - PRODETUR

No âmbito do PPA 2016-2019 a atuação da **Coordenação Geral de Planejamento (CGPLA)**, restringe-se às iniciativas 05OC - Apoio aos entes públicos na contratação e na execução de projetos com recursos oriundos de financiamentos externos no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e 05OA - Apoio à elaboração, revisão e implementação de estudos e planos de desenvolvimento turístico de estados, municípios e regiões, as quais encontram-se vinculadas ao objetivo 1111 – Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos.

Está sob a responsabilidade desta CGPLA o Plano Orçamentário 004 – Elaboração e implementação de Planos e Estudos de Desenvolvimento do Turismo, no âmbito do Prodetur Nacional, Ação 14TJ – Participação da União na Implementação do Prodetur Nacional, no qual não houve empenho nem execução do orçamento em 2016 em função da necessidade de priorizações estratégicas considerando-se os limites autorizados para empenhos e pagamentos.

QUADRO 6.2.2.1.3 B - AÇÃO 20Y4 - RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20Y4			Tipo: Atividade		
Título	Articulação e Ordenamento Turístico					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos					Código: 1111
Programa	Desenvolvimento e Promoção do Turismo					Código: 2076
Unidade Orçamentária	Tipo: Temático					
	54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.789.325	1.757.095	105.725	7.000	7.000	0,00	98.725
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Apoio Realizado			Unidade	5	0	1*
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
573	0,00	(-573)	Apoio Realizado		Unidade	0

Fonte: SIOP

Na ação 20Y4, no PO: 0004 – Gestão e Monitoramento do Programa de Regionalização do Turismo, informamos que esse plano orçamentário foi atribuído a CGMT, a qual absorveu parte das ações anteriormente exercidas pela extinta Coordenação-Geral de Estruturação de Destinos – CGED/DEPROD, em especial aquelas relacionadas ao Programa de Regionalização do Turismo, em decorrência da publicação do Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015 e da Portaria nº. 86 de 05 de fevereiro de 2016, que aprova, respectivamente a nova Estrutura Regimental e o Regimento Interno do Ministério do Turismo.

Durante o exercício de 2016, (PO-0004), conforme aprovado na LOA a Dotação Inicial prevista era de R\$ 551.189,00 (quinhentos e cinquenta e um mil, cento e oitenta e nove reais), passando a ser R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) de Dotação Atual, executado da seguinte forma:

1. empenho de R\$ 7.000,00, conforme a Nota 2016NE800240 de 10/10/16, para contratação de profissional (facilitador) na realização do 26º Encontro dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo- PRT, realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2016, no estado de Belo Horizonte. A mesma foi liquidada em 16 de dezembro de 2016, pela Ordem bancária 2016OB800159.
2. anulação de créditos orçamentários da ação 20Y4, do PO 0004 – Gestão e Monitoramento do Programa de Regionalização do Turismo, e a respectiva

suplementação para ação 20Y3 - Promoção e *Marketing* do Turismo no Mercado Nacional no valor de R\$ 32.230,00 (trinta e dois mil, duzentos e trinta reais), em referência a produção e impressão do material promocional do Mapa do Turismo Brasileiro 2016, conforme publicação no D.O.U de 01/12/2016, fl. 166, Seção 1.

3. Termo de Execução Descentralizada com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, visando à realização de Projeto sobre Patrimônio e Turismo, no valor de R\$ 98.725,01 (noventa e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais e um centavo), para a realização da ação 1) Seminário Internacional Fortificações Brasileiras – Patrimônio Mundial.

*Execução Física: Na ação 20Y4, no PO: 0004 – Gestão e Monitoramento do Programa de Regionalização do Turismo, informamos que na execução física desse plano orçamentário, durante o exercício de 2016, foi executado a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro 2016, instituído pela Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 30 de 12/07/2016 e disponível no sítio www.mapa.turismo.gov.br. Destaca-se também o material impresso e disponibilizado as 27 UF'S. Essa atualização ocorreu através do <http://sistema.mapa.turismo.gov.br>, que foi respectivamente preenchido pelas 27 UF'S. Ainda no exercício foram realizados 03 Encontros Nacionais dos Interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo, nos seguintes Estados: Brasília (DF), no dia 03 de março de 2016; Foz do Iguaçu (PR), nos dias 15,16 e 17 de junho de 2016; e Belo Horizonte (MG), nos dias 9, 10 e 11 de novembro de 2016. Tais Encontros foram realizados buscando no âmbito da Rede de Regionalização, com resultados positivos no fortalecimento dos laços institucionais entre os Interlocutores das UFS e no fomento à cooperação entre os estados e os representantes do Ministério do Turismo, através do Programa de Regionalização do Turismo.

QUADRO 6.2.2.1.3 C - AÇÃO 2C01 - RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

RESPONSABILIDADE DA UPC - C133						
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral		() Parcial		
Código		2C01		Tipo: Atividade		
Título		Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos				Código: 1111
Programa		Desenvolvimento e Promoção do Turismo				Código: 2076
		Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não		Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.500.000	1.248.547	717.627	116.291	116.291	0	601.337
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Iniciativa Implementada			Unidade	2	2	6
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
465.007	376.067	(-104)	Iniciativa Implementada	Unidade	0

Fonte: SIOP

O DEOTur/CGINV assinou Termos de Execução Descentralizada com o Ministério das Relações Exteriores – MRE para realização de ações em eventos internacionais com foco em atração de investimentos e distribuição de materiais institucionais/promocionais com apoio das Embaixadas brasileiras. Vale ressaltar, que no exercício de 2016, foi assinado um Termo de Execução Descentralizada com o MRE que previa a participação/realização de três eventos internacionais para o exercício de 2017.

O valor de R\$ 601.337,00 (seiscentos e um mil e trezentos e trinta e sete reais) de restos a pagar não processados, refere-se as despesas não liquidadas por parte do MRE, uma vez que, conforme citado acima, os três eventos serão realizados no mês de março de 2017 e serão liquidados em sua totalidade.

QUADRO 6.2.2.1.3 D - AÇÃO 10V0 - RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

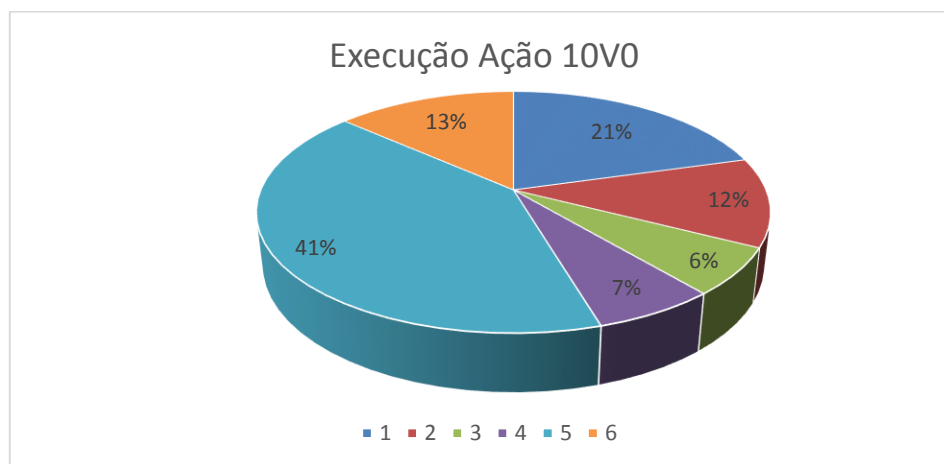
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC Na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		10V0		Tipo: Projeto		
Título		Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos				Código: 1111
Programa		Desenvolvimento e Promoção do Turismo				Código: 2076
		Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta				
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
509.385.583	683.832.008	546.856.984	3.499.797	3.207.297	292.500	543.357.187
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Realizado			Unidade	1204	400	853
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
294.949.154	476.004.996	(-221.668.705)	Projeto Realizado		Unidade	24

Fonte: Tesouro Gerencial

Como nos demais exercícios, houve a concentração de empenhos no último trimestre do exercício e tal fato se deve principalmente à liberação centralizada dos recursos neste período, o que também justifica a superação da meta estabelecida inicialmente de 400 projetos apoiados. No exercício de 2016, todas as Unidades de Federação foram contempladas com recursos para a implantação e melhoria da infraestrutura turística por meio da Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística. No total foram apoiados 849 novos projetos e o reforço de empenho de 1 projeto de exercícios anteriores, totalizando o valor de R\$ 538.014.192,05. 1) 41% dos projetos foram apoiados com recursos de emendas individuais, 2) 21% com recursos de PL (Lei nº 13.399 de 21/12/16, que suplementou os recursos da Ação 10V0), 3) 13% da MP nº 709 (MP – Medida Provisória MP 709 de 2015, que foi convertida na Lei nº 13.275, de 27 de abril de 2016), 4) 12% com recursos de programação, 5) 7% com recursos das Comissões e 6) 6% com recursos das emendas coletivas (Bancadas). Os principais objetos apoiados foram: centros de eventos, centros de convenções, centros culturais e centros de

atendimento ao turista, sinalização Turística, portais e pórticos, infraestrutura urbanística diretamente ligada ao turismo, orlas lacustres, fluviais e marítimas e construção/reforma de praças.

Esclarece-se que a meta “projeto realizado” significa o total de empenhos realizados no exercício.



Fonte: SIOP

6.2.2.2 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

As ações abaixo apresentadas, em sua maioria, são ações que foram desativadas a partir de 2012, e faziam parte do Programa Temático 1166 - Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, e não há registros ativos dessas ações, como meta ou realizado por ação, dado que o monitoramento era elaborado por meio do SIGPLAN, sistema esse que encontra-se hoje desativado.

6.2.2.2.1 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo

QUADRO 6.2.2.2.1 A: AÇÃO 2968 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNPTUR)

(SIM FOR)

Identificação da Ação					
Código	2968		Tipo:		
Título	Fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo				
Iniciativa	02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Pograma	Turismo Temático		Código: 2076		Tipo:
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
38.444	-	38.444			

Fonte: SIAFI

A Ação de Fiscalização dos prestadores de serviços turísticos tinha como finalidade desenvolver ações de verificação do cumprimento dos dispositivos da legislação brasileira de turismo. Em parceria com órgãos estaduais de turismo, realizava visitas sistemáticas aos prestadores de serviços para fiscalização do serviço prestado a população e orientava quanto ao mesmo. A Execução direta com deslocamento de equipe técnica e por meio de convênios de delegação de competência firmados com os Órgãos Oficiais de Turismo nos Estados e Distrito Federal. Realizavam análises situacionais voltadas ao aperfeiçoamento do Cadastur, SBClass, SNRHos e à implementação da fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Os valores de restos a pagar foram cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas.

QUADRO 6.2.2.2.1 B: AÇÃO 4038 -AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNPTUR)

(SIN FCK)

Identificação da Ação					
Código	4038		Tipo:		
Título	Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional				
Iniciativa	02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno				
Objetivo	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.		Código: 0739		
Pograma	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.781.440	-	1.487.040			

Fonte: SIAFI

Tratam-se de empenhos de 2011 e 2012, que foram reinscritos e cancelados automaticamente em 30/06/2016, das empresas elencadas abaixo: Agnelo, Grey, FSB e Bolsoni”

QUADRO 6.2.2.2.1 C: RESTOS A PAGAR - LISTA DE EMPENHOS CANCELADOS EM JUNHO DE 2016 UGR:540006

EMPENHO	FAVORECIDO	ND	SUBITEM		RAP REINSCRITOS	RAP CANCELADOS
540004000012 011NE800952	GREY Publicidade do Brasil Ltda.	339039	98	inscrição de restos a pagar - pessoa jurídica	459,04	459,04
540004000012 011NE800953	AGNELO PACHECO criação e propaganda Ltda.	339039	98	inscrição de restos a pagar - pessoa jurídica	127.298,26	127.298,26
540004000012 012NE800163	GREY Publicidade Do Brasil Ltda.	339039	92	serviços de publicidade institucional	149.634,83	149.634,83
540004000012 012NE800171	FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda.	339035	1	assessoria e consultoria técnica ou jurídica	201.301,46	201.301,46
540004000012 012NE800191	BOLSONI Tecnologia e Turismo Ltda.	339039	57	serviços técnicos profissionais de t.i.	10.628,36	10.628,36
540004000012 012NE800218	AGNELO PACHECO criação e propaganda Ltda.	339039	92	serviços de publicidade institucional	230.855,59	230.855,59
540004000012 012NE800774	AGNELO PACHECO criação e propaganda Ltda.	339039	92	serviços de publicidade institucional	681.900,40	681.900,40
540004000012 012NE800974	BOLSONI Tecnologia e Turismo Ltda.	339039	57	serviços técnicos profissionais de t.i.	5.232,16	5.232,16
540004000012 012NE801044	FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda.	339035	1	Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	79.729,65	79.729,65
					1.487.039,75	

QUADRO 6.2.2.2.1 D: AÇÃO 4048 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNPTUR)

Identificação da Ação					
Código	4048		Tipo:		
Título	Classificação das Empresas, Empreendimentos e Equipamentos Turísticos				
Iniciativa	02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos				
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737				
Pograma	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
21.138	-	21.138			

Fonte: SIAFI

Os valores de restos a pagar foram cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas.

QUADRO 6.2.2.2.1 E: AÇÃO 4092 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNPTUR)

Identificação da Ação					
Código	4092		Tipo:		
Título	Apoio ao Desenvolvimento das Regiões Turísticas Brasileiras				
Iniciativa	02W4 - Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Pograma	Turismo Temático		Código: 2076		Tipo:
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
871.715	-	-			

Fonte: SIAFI

Apoio ao Desenvolvimento das Regiões Turísticas Brasileira através do Planejamento e organização das Regiões Turísticas; apoio organização dos municípios com vistas à regionalização; mobilização das comunidades e apoio à capacitação da sociedade civil organizada nas regiões turísticas; apoio à capacitação de multiplicadores para o planejamento e a gestão da atividade nas regiões turísticas; realização de estudos, seminários, eventos e diagnósticos da atividade turística e seus segmentos; produção de material técnico, didático, institucional e promocional. Tinha como finalidade apoiar as Unidades da Federação no planejamento e gerenciamento da atividade nas Regiões Turísticas de forma descentralizada e integrada com as políticas de Turismo estaduais e nacional.

Os valores de restos a pagar serão cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas.

QUADRO 6.2.2.2.1 F: AÇÃO 4120 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNPTUR)

(SIM FOR)

Identificação da Ação					
Código	4120		Tipo:		
Título	Cooperação Técnica Internacional em Turismo				
Iniciativa	02W8 - Incorporação de melhores práticas internacionais no setor de turismo brasileiro				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Pograma	Turismo Temático		Código: 2076		Tipo:
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.570	-	6.570			

Fonte: SIAFI

Os trabalhos na área de cooperação técnica internacional foram realizadas diversas missões, no Brasil e no exterior, que consistiam na participação do Ministério do Turismo em fóruns de interesse para a cooperação técnica internacional, como Reuniões Especializadas em Turismo do Mercosul, Seminário Internacional de Fronteiras, Reuniões do Conselho de Mercado Comum do Mercosul, Seminário “Turismo e Perspectivas em um Mundo Competitivo”, Reuniões da Câmara das Américas da OMT, Reunião do Conselho Executivo da OMT, entre outros.

Trata-se de cancelamento do saldo da nota de empenho nº 2007NE001045 no valor de R\$ 166.666,67 - (Convênio SIAFI: 622667) CV 792/2007 – Prefeitura Municipal de Peruíbe/SP, tendo em vista a recomendação da CGU Nº 58647 (fls. 824 -826) e despacho da SNPTUR à folha 830 do referido processo.

QUADRO 6.2.2.3.1 G: AÇÃO 4620 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNPTUR)

Identificação da Ação					
Código	4620		Tipo: Atividade		
Título	Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno				
Iniciativa	02W1 - Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos				
Objetivo	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. Código: 0739				
Pograma	Turismo Temático		Código: 2076		Tipo:
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
166.667	-	166.667			

Fonte: SIAFI

6.2.2.2.2 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo

QUADRO 6.2.2.2.2 A: AÇÃO 10W8 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

Identificação da Ação					
Código	10W8		Tipo:		
Título	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR NE II				
Iniciativa	02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo				
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737				
Programa	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
449.637	-	449.637			

Fonte: SIAFI

Os valores de restos a pagar foram cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas.

QUADRO 6.2.2.2.2 B: AÇÃO 10WU - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

Identificação da Ação					
Código	10WU		Tipo:		
Título	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR Sul				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão		Código: 1166	Tipo:	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
351.000	-	-			

Fonte: SIAFI

Os valores de restos a pagar serão cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA.

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
345.906	-	-			

Fonte: SIAFI

Será solicitado o cancelamento total dos valores inscritos em restos a pagar não processados, uma vez que não há recursos financeiros a serem repassados, pois não a convênios em execução.

QUADRO 6.2.2.2.2 H: AÇÃO 4198 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

Identificação da Ação					
Código	4198		Tipo:		
Título	Certificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão		Código: 1166	Tipo:	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.085.826	0,00	0,00			

Fonte: SIAFI

Será solicitado o cancelamento total dos valores inscritos em restos a pagar não processados, uma vez que não há recursos financeiros a serem repassados, pois não a convênios em execução.

QUADRO 6.2.2.2.2 I: AÇÃO 5112 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

Identificação da Ação					
Código	5112		Tipo:		
Título	Adequação da Infraestrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão		Código: 1166	Tipo:	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.803.080	-	-			

Fonte: SIAFI

Esta ação orçamentária, refere-se um contrato de repasse com o Município de Rio Claro (SP), que está em execução. Trata-se de uma revitalização de museu no valor de R\$ 3.900.000,00.

As obras de infraestrutura turísticas tem em média a duração de 4 anos. No entanto, este tempo pode variar em função de algumas dificuldades, como o repasse de recursos financeiros para a execução do objeto, entre outros.

QUADRO 6.2.2.2.2 J: AÇÃO 5701 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

Identificação da Ação					
Código	5701		Tipo:		
Título	Implantação de Centros de Informações Turísticas				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão		Código: 1166	Tipo:	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
358.046	-	-			

Fonte: SIAFI

Os valores de restos a pagar serão cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA.

QUADRO 6.2.2.2.2 K: AÇÃO 14KP - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

Identificação da Ação					
Código	14KP		Tipo:		
Título	Adequação da infraestrutura turística pública para grandes eventos esportivos				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo		Código: 2076	Tipo: Tematico	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
73.162.094	-	24.576.000			

Fonte: SIAFI

Os valores de restos a pagar refere-se a execução de obras de anos anteriores, que estão em execução. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA. Os valores serão cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA.

QUADRO 6.2.2.2.2 L: AÇÃO 7H66 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

(SNEPEC)

Identificação da Ação					
Código	7H66		Tipo:		
Título	Revitalização da feira Central de Campina Grande-PB				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão		Código: 1166	Tipo:	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
17.771.017	-	-			

Fonte: SIAFI

Os valores de restos a pagar refere-se a execução de obras de anos anteriores, que estão em execução. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA. Os valores serão cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA.

QUADRO 6.2.2.2.2 M: AÇÃO 0173 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

Identificação da Ação					
Código	0173		Tipo:		
Título	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR NE II				
Iniciativa					
Objetivo					
Programa			Código:	Tipo:	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.300.000,00	-	300.000			

Fonte: SIAFI

Os valores de restos a pagar refere-se a execução de obras de anos anteriores, que estão em execução. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA. Os valores serão cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA.

QUADRO 6.2.2.2.2 N: AÇÃO 0316 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

(SNEFOP)

Identificação da Ação					
Código	0316		Tipo:		
Título	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR Sul				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão		Código: 1166	Tipo:	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
4.784.664	-	-			

Fonte: SIAFI

Os valores de restos a pagar refere-se a execução de obras de anos anteriores, que estão em execução. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA.

QUADRO 6.2.2.2.2 O: AÇÃO 0564 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (SNETUR)

Identificação da Ação					
Código	0564		Tipo:		
Título	Apoio a projetos de infraestrutura turística				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão		Código: 1166	Tipo:	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.870.844	-	2.363.254			

Fonte: SIAFI

Os valores de restos a pagar refere-se a execução de obras de anos anteriores, que estão em execução. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA. Os valores serão cancelados tendo em vista a não liquidação e o não pagamento das obrigações empenhadas. Ação não tem recursos orçamentários e não está prevista na LOA.

6.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Com relação ao desempenho orçamentário, insta esclarecer que no decorrer do ano, vários fatores inesperados aconteceram e que, somados ao costumeiro contingenciamento orçamentário, ocasionaram prejuízos a algumas atividades desenvolvidas. As mudanças ocorridas no Governo Federal, produziram uma diminuição no ritmo de atividades até a plena instalação do novo governo.

Está sob a responsabilidade da CGPLA o Plano Orçamentário 004 – Elaboração e implementação de Planos e Estudos de Desenvolvimento do Turismo, no âmbito do Prodetur Nacional, Ação 14TJ – Participação da União na Implementação do Prodetur

Nacional, no qual não houve empenho nem execução do orçamento em 2016 em função da necessidade de priorizações estratégicas considerando-se os limites autorizados para empenhos e pagamentos.

Foi elaborado e preparado um Edital de Chamada Pública para formalização de instrumentos de transferências voluntárias, com os entes federativos, contemplando a elaboração de planos de desenvolvimento do turismo. Este edital foi suspenso provisoriamente e foi lançado no início do exercício seguinte.

Sobre desempenho orçamentário no DIETU, deve-se esclarecer que no decorrer deste exercício, apesar dos fatores inesperados como o contingenciamento no segundo semestre das emendas parlamentares, que já haviam sido executadas ainda no primeiro semestre, o Departamento de Infraestrutura Turística não sofreu maiores prejuízos na execução das suas atividades conseguindo ultrapassar sua meta estabelecida no Plano de Ação que era de 400 propostas aprovadas, para 943 aprovações de proposta.

Para a CGPRO, dentre esses fatores, pode-se destacar no ano temos contingenciamento orçamentário e a suplementação ocorrida ao final do Ano. Ao longo do ano a área trabalhou com suas atividades resumidas e adaptadas para a realidade do corte orçamentário sofrido. A Suplementação ocorrida trouxe oportunidade para fazer uma grande campanha ao fim do ano, no entanto, a liberação do recurso aconteceu somente no último mês do ano o que fez com que a coordenação tivesse de se adaptar ao curto prazo para fechamento do ano com as ações pretendidas.

Ressalta-se que a alocação de recursos do órgão ocorreu quando da elaboração da peça orçamentária para o exercício de 2016, realizada em 2015. O contingenciamento, por sua vez, foi aplicado linearmente às ações orçamentárias do MTur.

6.2.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência de obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento durante o exercício de 2016.

6.2.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

6.2.5.1 Secretaria Executiva

Relativamente à política de gestão dos restos a pagar na Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo, observa-se a intenção em reduzir o saldo, priorizando a execução das despesas dentro do próprio exercício financeiro. Em 2016, houve uma reforma administrativa, onde a SE incorporou a Diretoria de Estudos e Pesquisas (DEPES). Diante do exposto, o montante de restos a pagar, não processados liquidados, que foram inscritos, advém dessa nova área incorporada pela SE, e pagos em sua totalidade no exercício de 2016. Os Restos a pagar não-processados não liquidados foram, em sua maioria, cancelados. Os valores que permaneceram inscritos em restos a pagar ao término do exercício financeiro de 2016 atendem aos requisitos da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 93.872/86. Não foi identificado no órgão nenhum evento significativo a ponto de interferir na gestão dos restos a pagar. Em relação a existência de restos a pagar com

origem em exercício anterior ao exercício de referência do relatório de gestão, trata-se de despesa de contratação de serviços de TI.

QUADRO 6.2.5 1: RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES – SE

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2015	5.235.543	5.235.543	-	-	
2014	10.145	10.145	-	-	
2013	-	-	-	-	
2012	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	4.493.853	-	-	3.997.507	496.356 ¹
2014	1.366.716	-	-	1.323.946	42.770 ²
2013	2.711.735	-	-	2.711.735	-
2012	200.361	-	-	168.481	31.880 ³

Fonte: TESOIRO GERENCIAL

¹no ano de 2015 pertence ao DEPES (Diretoria de Estudos e Pesquisas) – R\$ 496.356,00

²no ano de 2014 tratam-se de Despesas Administrativas pertencente a CGRL e os respectivos saldos já foram todos cancelados em 03.03.2017 – R\$ 42.770,00

³no ano de 2012 trata-se de despesa de Informática pertencente a CGTI e que ainda será paga – R\$ 31.880,00

6.2.5.2 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção de Turismo

QUADRO 6.2.5 2: RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES – SNPTUR
Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)
2015	21.434.517	21.434.517	-	-
2014	1.343.953	1.343.953	-	-
2013	689.236	689.236	-	-
2012	-	-	-	-
2011	294.400	294.400	-	-
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-

2008	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	6.287.779	-	-	2.930.305	3.357.474
2014	5.017.064	-	-	852.199	4.164.864
2013	18.295.793	-	-	16.186.750	2.109.043
2012	1.425.434	-	-	1.425.434	-
2011	3.742.076	-	-	127.757	3.614.319
2010	9.888.341	-	-	874.800	9.013.541
2009	1.874.750	-	-	-	1.874.750
2008	-	-	-	-	-
2007	1.537.815	-	-	1.137.815	400.000

Fonte: TESOURO GERENCIAL

Em relação aos Restos a Pagar de Exercícios anteriores, no âmbito da Ação Orçamentária 4590, a Coordenação-Geral de Qualificação Turística (CGQT) celebrou o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 006/2015, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), que teve o objeto de executar ações de qualificação profissional para o setor de turismo, no valor de R\$ 5.949.940,00 (Emitida Nota de Crédito em 2015).

Cabe destacar que em 2016 houve uma devolução de recursos no valor de R\$ 581.151,95, sendo necessário a emissão de uma nova Nota de Crédito do referido valor no mesmo exercício.

Em 2016, foi repassado o valor de R\$ 5.024.145,00, restando a liberação no valor de R\$ 925.795,00 no exercício de 2017.

Além disso, o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 002/2015, com a Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB), que teve como objetivo a concepção da Política Nacional de Qualificação em Turismo (PNQT), no valor de R\$ 1.394.906,10, tendo sido liberado no exercício de 2015, o montante de R\$ 1.381.719,21. Restou o saldo de R\$ 13.186,89 não utilizados no próprio exercício, portanto não foi inscrito em restos a pagar, assim, sendo necessário um novo empenho no exercício de 2016.

Nesse contexto, em 2016, para uma melhor execução do objeto pactuado foi necessário a suplementação de recursos no valor de R\$ 270.374,00, desse modo foi emitida Nota de Crédito no valor de R\$ 283.560,89.

No exercício de 2016, foi liberada programação financeira no valor de R\$ 254.146,89, restando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 44.131,42 a ser realocado em 2017.

Em relação ao Departamento de *Marketing* e Apoio à Comercialização do Turismo (DEMAC), em 2016, houve o cancelamento de quatro convênios:

Número do Convênio	Conveniente	Motivo do Cancelamento

Cv 821101/2015	Prefeitura Santa Fé do Sul/SP	Pedido de cancelamento em 25/02/2016 visto a desistência da Prefeitura em continuar com o convênio.
Cv 794983/2013	SETUR-PE	Pedido de cancelamento da nota de empenho em 29/06/2016, visto que, quando da celebração do convênio, foi empenhado parte dos recursos financeiros e, posteriormente, não houve recursos financeiros disponíveis para continuar o convênio.
Cv 791193/2013	Prefeitura Foz do Iguaçu/PR	Pedido de cancelamento em 05/07/2016 visto que a Conveniente não cumpriu os pré-requisitos para recebimento do repasse por parte do MTur.
Cv 794633/2013	SETUR-PE	Pedido de cancelamento da nota de empenho em 14/11/2016 visto que a Conveniente não cumpriu os pré-requisitos para recebimento do repasse por parte do MTur.

6.2.5.3 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo

QUADRO 6.2.5 2: RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES – SNETUR Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)		Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)
2015	30.998.602	26.923.140	-		4.075.462
2014	107.431.760	103.199.865	-		4.231.895
2013	332.762.893	324.882.526	-		7.880.367
2012	8.805.878	7.768.068	-		1.037.810
2011	1.390.270	1.001.099	-		389.171
2010	25.904.184	25.555.034	-		349.150
2009	29.832.568	29.609.406	-		223.162
2008	7.755.188	7.535.795	-		219.393
2007	361.949	361.949	-		-
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	336.710.814	-	-	10.451.630	326.259.184
2014	288.011.617	-	-	85.960.938	202.050.679
2013	1.043.083.701	-	-	162.085.743	880.997.958
2012	58.581.272	-	-	565.013	57.953.259
2011	17.017.383	-	-	1.856.682	15.160.701
2010	256.746.558	-	-	1.959.552	254.787.006
2009	219.419.352	-	-	495.701	218.923.651
2008	163.557.246	-	-	10.363.999	153.193.247
2007	10.933.865	-	-	1.003.560	9.930.305

Fonte: TESOURO GERENCIAL

O Ministério do Turismo, desde a sua criação é responsável por gerir ações orçamentárias voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura turística nacional e assim permitir a expansão da atividade turística e a melhoria da qualidade e oferta do produto para o turista nas diversas regiões do país.

Nesse sentido, a maior parte dos valores inscritos e reinscritos em restos a pagar, conforme quadro acima, referem-se a execução de obras de infraestrutura que geralmente duram em torno de quatro anos. Esse período varia muito entre o ano da contratação até a execução total do objeto, pois, geralmente os convênios sofrem com a falta de recursos financeiros para a execução das obras.

No âmbito da Coordenação-Geral de Planejamento Territorial do Turismo (CGPLA) existem 09 convênios de exercícios anteriores inscritos em restos a pagar que totalizam o montante de R\$ 2.080.151,06 (dois milhões, oitenta mil, cento e quinze reais

e seis centavos). Cabe registrar que os instrumentos se encontram em execução e ainda possuem parcelas pendentes de repasse.

6.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

Apresentam-se, a seguir, dados sobre a descentralização de recursos para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para a execução de ações ou atividades de responsabilidade da UPC. As informações foram organizadas em tópicos relativos a convênios, que abrange informações de toda a estrutura do Ministério do Turismo, e a outros instrumentos congêneres, onde as informações estão organizadas em itens relativos à Secretaria Executiva e as Secretarias Nacionais.

6.3.1 Convênios

QUADRO 6.3.1 A: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante									
Nome:	Ministério do Turismo								
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes celebrados no exercício (em 1,00 R\$)			Montantes repassados no exercício (em 1,00 R\$)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	61	59	35	17.607.184	16.615.794	12.530.024	28.381.431	18.096.828	38.866.076
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	61	59	35	17.607.184	16.615.794	12.530.024	28.381.431	18.096.828	38.866.076

Fonte: 1 – SICONV 2 – Painel SICONV 3 – SIAFI

QUADRO 6.3.1 B: RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO

Unidade Concedente				
Nome: Ministério do Turismo				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de repasse
2016	Contas Prestadas	Quantidade	52	-
		Montante Repassado	R\$ 20.392.623,49	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	27	-
		Montante Repassado	R\$ 7.810.530,00	-
2015	Contas Prestadas	Quantidade	17	-
		Montante Repassado	R\$3.073.070,00	-
		Quantidade	14	-

	Contas NÃO Prestadas	Montante Repassado	R\$3.316.445,00	-
2014	Contas Prestadas	Quantidade	76	-
		Montante Repassado	R\$29.619.839,32	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	77	-
		Montante Repassado	R\$ 32.228.380,56	-
Fonte: 1-SIAFI GERENCIAL 2-Relatório de Gestão/base2015 3 – Controle Interno CGCV/MTur				

QUADRO 6.3.1 C: SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Ministério do Turismo				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	285	-	
	Quantidade reprovada	511	-	
	Quantidade de TCE instauradas	104	-	
	Montante repassado em 2016 (R\$)	28.381.431	-	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	1.016	-	
	Montante repassado (R\$)	-	-	
Fonte: 1 – CTCE 2 – PGTur 3 – Controle Interno CGCV/MTur				

QUADRO 6.3.1 D: PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Turismo					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	11	4	2	1	1636
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-

FONTE: 1 – SICONV 2 – PAINEL SICONV 3 – Controle Interno CGCV/MTur

6.3.1.1 Análise Crítica

O Ministério do Turismo normatizou, por meio da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, em seu art. 92, o procedimento de Parcelamento de Débito, o que tem ocasionado

uma redução no número de convênios inadimplentes, pois possibilita ao Conveniente parcelar os valores glosados (não aprovados) na prestação de contas de uma forma menos onerosa.

Ademais, a Portaria nº 122, de 18 de abril de 2016, deu nova redação ao art. 92 da Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013, que concedia parcelamento apenas aos entes públicos, e passou a conceder o parcelamento de débito aos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público ou entidade privada, o que ocasionou uma redução no valor em inadimplência efetiva em comparação ao exercício de 2015, conforme quadro abaixo:

QUADRO 6.3.1.1 : VALORES DE INADIMPLÊNCIA EFETIVA, EXERCÍCIOS DE 2015 E 2016

Unidade Concedente	
Nome: Ministério do Turismo	
Convênios e instrumentos congêneres	
Exercício	Valores em inadimplência efetiva (em R\$ 1,00)
2015	714.092.349,49
2016	706.037.248,24
Fonte: SIAFI	

Quanto às razões para eventuais oscilações, não houve alterações significativas no volume de transferências de recursos nos últimos exercícios.

Não obstante aos esforços para análise da Prestação de contas no decorrer dos últimos exercícios, este Ministério tem gerado ações para a baixa da existência do passivo significativo, contudo somado ao baixo número de servidores alocados na área. Foi iniciado um mapeamento de processos pendentes de análise financeira a fim de subsidiar as estratégias e metas para redução do passivo.

Importante ressaltar que houve 796 análises conclusivas ao longo do exercício de 2016, porém o quantitativo de baixa de estoque foi de 348 convênios. Isso ocorreu pois nem toda análise conclusiva resulta em baixa de passivo de prestações de contas pendentes de análise financeira, uma vez que após a análise conclusiva pode ocorrer pedido de reconsideração, pedido de reanálise pelos órgãos de controle, entre outros. Ademais, a celebração de novos convênios também contribui para o aumento ou manutenção do passivo concomitantemente à baixa de estoque.

O Ministério teve um aumento na quantidade de análises realizadas, conclusivas ou não, comparando os exercícios de 2015 (588 análises) e de 2016 (824 análises), o que demonstra o esforço adotado no sentido de eliminar o passivo de prestações de contas pendentes de análise financeira.

A Coordenação Geral de Convênios (CGCV), durante o exercício de 2016, visando melhorar as rotinas dos processos realizou as seguintes ações:

- Implementou a Central de Atendimento ao Conveniente a fim de melhor orientá-los e oferecer um maior suporte aos parceiros;
- Atualizou o Manual Digital de Convênios conjuntamente e com a colaboração de diversas Coordenações com vistas à padronização, transparência e segurança em relação às ações e fluxos de trabalho dos processos internos. O manual está em processo de finalização e de atualização para disponibilidade na intranet;
- Elaborou Notas de Procedimentos visando instruir normas e diretrizes internas uniformizando o entendimento dos analistas de prestação de contas. Estão em processo de atualização e finalização;
- Realizou Benchmarking interno a fim de difundir o conhecimento, as informações e as rotinas de processos dentro da Coordenação e expôs ao Ministério; e
- Realizou diversos cursos de capacitação.

6.3.2 Outros Instrumentos Congêneres

Neste tópico, apresentam-se as descentralizações de execução dos instrumentos de transferência relacionados a acordos de cooperação técnica, contratos de repasse e Termos de Execução Descentralizada (TED) no âmbito da Secretaria Executiva e das Secretarias Nacionais.

6.3.2.1 Secretaria Executiva (SE)

QUADRO 6.3.2.1 A: TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA CELEBRADOS PELA SE NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério do Turismo					
UG/GESTÃO:	Secretaria Executiva					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Execução Descentralizada	7	3	1	3.091.066,08	36.656,92	311.770,53

QUADRO 6.3.2.1 B: TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM EXECUÇÃO NO ANO DE 2016

UG/Gestão Favoreci	Nome Gestora Favorecida	UG Resp	Data Emissão NC	Início da Vigênc	Fim da Vigênc	Processo	TED	Finalidade	VALOR TED a	NC Emitidas b	PF Emitidas c
403101/40401	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	540005	28/06/2013 24/11/2014	21/06/2013	02/06/2017	72031.00322 2/2013-51	TC 001/2013	RESTAURACAO E REQUALIFICACAO URBANISTICA DO COMPLEXO FERROVIARIO DE ROSARIO/MA.	7.720.213,44	4.908.674,33	3.348.853,11
423001/42207	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO INTERNA	540005	10/12/2013	06/12/2013	09/11/2017	72031.00879 1/2013-92	TC 004/2013	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTO E PROJETOS PARA A SEDE E ANEXO DO MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA/MA.	450.000,00	450.000,00	450.000,00
154054/15269	FUNDAÇÃO UNIVERS.FED. DE MATO GROSSO DO SUL	540005	12/12/2013	11/12/2013	27/07/2017	72031.00902 1/2013-67	TC SNPDTUR 006/2013	ELABORAÇÃO DE PROJETOS VISANDO A IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE DO BIOMA SAVANA NA UNIV. FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS.	743.392,00	743.392,00	281.941,88
443032/44207	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	540005	13/12/2013 05/05/2014 27/05/2014 20/11/2014	13/12/2013	09/11/2017	72031.00942 8/2013-9	TC SNPDTUR 007/2013	VIABILIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE USO PÚBLICO NOS PARQUES NACIONAIS SELECIONADOS PELOS PARTICIPES.	10.425.932,90	4.500.000,00	421.410,50
403101/40401	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	540005	30/12/2013	23/12/2013	09/11/2017	72031.00991 1/2013-79	TC SNPDTUR 008/2013	IMPLEMENTAÇÃO DA RESTAURAÇÃO DA COBERTURA, DA ESTRUTURA E DOS PISOS DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PATU DO ALFERES/RJ.	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00
154040/15257	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	540005	22/09/2015 07/10/2015 08/10/2015 26/10/2015 26/10/2015 04/11/2015 27/11/2015 30/11/2015 23/09/2016 26/09/2016 26/09/2016 31/12/2016	31/08/2015	28/02/2017	72031.00205 0/2015-60	TED SNPDTUR 002/2015	CONCEPÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL D QUALIFICAÇÃO EM TURISMO, A PARTIR DAS DIRETRIZES DE QUALIFICAÇÃO E DA PESQUISA AVALIATIVA DOS ARRANJOS TERRITORIAIS POSSIBILITADORES DA QUALIFICAÇÃO DO TURISMO NACIONAL, NAS 5 REGIÕES FEDERATIVAS DO PAÍS, TENDO COMO RECORTE OS MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS PELO PRONATEC/TURISMO E/OU QUE IMPLEMENTARAM PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO FINANCIADOS PELO MTUR, NO PERÍODO DE 2004/2014 À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB.	1.665.280,10	1.621.148,68	1.621.148,68

UG/Gestão Favoreci	Nome Gestora Favorecida	UG Res	Data Emissão NC	Início da Vigênc	Fim da Vigênc	Processo	TED	Finalidade	VALOR TED a	NC Emitidas b	PF Emitidas c
158157/26433	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	540005	27/11/2015 23/12/2016 29/12/2016	26/11/2015	31/01/2018	72031.003404/2015-93	TED SNPD TUR 006/2015	AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SETOR DE TURISMO COM FOCO NA OLIMPIADA E PARALIMPIADA RIO 2016.	5.949.940,00	5.944.950,00	5.024.145,00
200336/00001	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL	540006	03/12/2015 23/09/2016	29/10/2015	31/12/2016	72031.006839/2014-17	TED SNPTUR 001/2015	AMPLIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL NO AEROPORTO E NOS POSTOS MIGRATÓRIOS TERRESTRES NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU.	572.926,61	572.926,61	572.926,61
240005/00001	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS - MRE	540006	01/03/2016 10/05/2016 10/05/2016 11/05/2016 19/07/2016	29/02/2016	31/12/2016	72031.000545/2016-35	TED 002/2016	PROJETO ESPECIAL CASA BRASIL 2016 (ESPAÇO DE REFERÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO E DE PROMOÇÃO DA IMAGEM - PAÍS, DURANTE A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016)	5.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
114702/11401	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA - ENAP/MP	540003	20/04/2016 01/09/2016	19/04/2016	31/08/2016	72035.000399/2016-16	TED 004/2016	REALIZACAO DE CURSO DE LIDERANCA E INOVACAO EM CONTEXTOS DE MUDANCA ELABORADO E CONDUZIDO MEDIANTE PARCERIA E DEMANDA DE ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRACAO - ENAP, PELA HARVARD KENNEDY SCHOOL PARA DIRIGENTES DA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL	37.200,00	36.282,81	36.282,81
114601/11301	FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ	540003	02/05/2016 29/12/2016	31/03/2016	30/09/2017	72031.003684/2015-30	TED 03/2016	PESQUISA DE SERVICOS DE HOSPEDAGEM - PSH 2016, EM TODO TERRITORIO NACIONAL, COM O OBJETIVO DE ATUALIZAR OS DADOS CADASTRALIS, CARACTERIZAR O TIPO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO E COLETAR DADOS BASICOS QUE OS QUALIFIQUEM, SENDO A QUALIFICACAO MAIS DETALHADA PARA OS ESTABELECIMENTOS QUE POSSUAM CINCO OU MAIS PESSOAS OCUPADAS	831.533,00	828.549,43	828.549,43
114702/11401	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA - ENAP/MP	540003	05/05/2016 03/11/2016	19/04/2016	31/12/2016	72035.000400/2016-02	TED 54502/2016	CURSO DE EDUCACAO CONTINUADA PARA DESENVOLVIMENTO TECNICO E GERENCIAL DESTINADOS A SERVIDORES PUBLICOS VINCULADOS AO MINISTERIO DO TURISMO	11.793,60	9.700,00	9.700,00

UG/Gestão Favoreci	Nome Gestora Favorecida	UG Resj	Início da Vigênc	Fim da Vigênc	Processo	TED	Finalidade	VALOR TED a	NC Emitidas b	PF Emitidas c
170009/000 01	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA	540004	17/06/2016	31/12/2016	72035.00040 2/2016-93	TED COGEP 004/2016	O PROGRAMA DE CAPACITACAO DO MINISTERIO DO TURISMO 2016 VISA OFERECER TREINAMENTO AOS SEUS COLABORADORES NAS AREAS DE ELABORACAO E ANALISE DE CONVENIOS-SICONV, ELABORACAO E ANALISE DE PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIOS, LEI 8.112 E LEGISLACAO CORRELATA, REDACAO OFICIAL, SIAFI OPERACIOANAL NOVO PCASP, SISTEMA DE DIARIAS E PASSAGENS E TESOURO GERENCIAL	38.308,95	13.972,55	13.972,55
240005/000 01	COORDENACAO- GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS - MRE	540003	24/10/2016	11/12/2016	72031.00369 6/2016-45	TED 006/2016	MISSÃO OFICIAL DO MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO A LONDRES, NO PERÍODO DE 06 A 10/11/2016, FEIRA WORLD TRAVEL MARKET (WTM).	26.854,00	26.657,28	26.657,28
240005/000 01	COORDENACAO- GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS - MRE	540005	21/11/2016	30/04/2017	72031.00309 0/2016-18	TED SNETUR 002/2016	PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO NOS EVENTOS: 1) IHIF - "INTERNATIONAL HOTEL INVESTMENT FORUM", NO PERÍODO DE 06 A 08 DE MARÇO DE 2016 EM BERLIM/ALEMANHA, 2) SEMINARIO DE INVESTIMENTOS, NO PERÍODO DE 10 D MARÇO DE 2017 EM ROMA/ITÁLIA E 3) MIPIM - "MARCHÉ INTERNATIONAL DES PROFESSIONNELS D'IMMOBILIER", NO PERÍODO DE 14 A 17 DE MARÇO DE 2017 EM CANNES/FRANÇA.	638.871,82	619.014,00	619.014,00
403101/404 01	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	540005	26/12/2016	31/12/2018	72031.00379 8/2016-61	TED 003/2016	SEMINARIO INTERNACIONAL DE FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS E ATUALIZAÇÃO E IMPRESSÃO DO GUIA BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO TURISTICA.	370.507,81	370.507,81	-
240005/000 01	COORDENACAO- GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS - MRE	540006	29/02/2016	31/12/2016	72031.00054 5/2016-35	TED 002/2016	PROJETO ESPECIAL CASA BRASIL 2016 (ESPAÇO DE REFERÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO E DE PROMOÇÃO DA IMAGEM - PAÍS, DURANTE A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PAROLÍMPICOS DE 2016)	5.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
TOTAL								40.482.754,23	24.645.775,50	16.754.601,85

6.3.2.1.1 Análise Crítica

Em conformidade com o acompanhamento da celebração dos Termos de Execução Descentralizada de responsabilidade da Secretaria Executiva, observa-se uma melhora na eficiência das análises de prestações de contas dos Termos de Execução Descentralizada, devido a adoção de medidas gerenciais com a elaboração de um Manual Técnico de Termos de Execução Descentralizada, padronizando os procedimentos relacionados à celebração, execução e conclusão dos Termos de Execução Descentralizada no Ministério do Turismo. Tal iniciativa contribuiu para um melhor acompanhamento dos processos e a melhoria dos resultados já no exercício de 2016, tendo em vista que conforme apresentado no quadro, do universo de 10 Termos de Execução Descentralizada, apenas 04 ainda estão pendentes de finalização no sistema, sendo que os demais foram todos concluídos e finalizados em 2016.

6.3.2.2 Diretoria de Estudos e Pesquisas (DEPES)

No tocante a DEPES vale destacar que somente foram celebrados Termos de Execução Descentralizada com o escopo de subsidiar as pesquisas e estudos realizados estrategicamente para manutenção de dados estatísticos referentes ao Turismo.

QUADRO 6.3.2.2 A - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas - DEPES						
Nome:	Diretor Sr. José Francisco Salles Lopes					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Execução Descentralizada	1	1	1	1.219.015,29	359.324,32	130.000,00
Totais	1	1	1	1.219.015,29	359.324,32	130.000,00

Fonte: Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas – DEPES.

* Termo de Execução Descentralizada – instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

A) Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores

QUADRO 6.3.2.2 B - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ.

Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas - DEPES			
Nome: Diretor Sr. José Francisco Salles Lopes			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Termo de Execução Descentralizada
2016	Contas Prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1 (IBGE – Término da Vigência em Set/2017)
		Montante Repassado	R\$ 831.533,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2 (IPEA e DPF – Prestação de Contas em curso)
		Montante Repassado	R\$ 876.806,61
Fonte: Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas - DEPES			

B) Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

QUADRO 6.3.2.2 C - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas - DEPES		
Nome: Diretor Sr. José Francisco Salles Lopes		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de 2016		Instrumentos
		Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0
	Quantidade reprovada	0
	Quantidade de TCE instauradas	0
	Montante repassado (R\$)	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	3 *
	Montante repassado (R\$)	R\$ 1.708.339,61 (total repassado durante vigência)
Fonte: Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas		

*Obs: Ainda estão em prazo de prestação de contas.

6.3.2.2.1 Análise Crítica

Vale destacar a importância dos Termos de Execução Descentralizada nos três casos abaixo para a Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas pois auxiliam na

execução de projetos e obtenção de dados estatísticos que fomentam o objetivo estratégico da área ao setor do Turismo. Sem a descentralização dificilmente conseguiríamos a obtenção dos dados envolvidos.

As contas ainda não prestadas descritas acima se referem a Acordos que ainda possuem prazo para a sua referida prestação de contas, ou seja, estão em processo de prestação e não configuram atraso a ser contabilizado.

1. Departamento de Polícia Federal (DPF):

Descentralização de recursos para ampliação da contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços de recepção e apoio administrativo e operacional nos postos migratórios terrestres e no aeroporto na Cidade de Foz do Iguaçu/PR, nos exercícios de 2015 e 2016, visando à garantia da manutenção de geração de registros administrativos de migração referentes à entrada e à saída de turistas, a serem utilizados nas estatísticas de fluxos do Ministério do Turismo e pelo DPF/MJ no cumprimento de suas funções de controle migratório.

TED n.º 01/2015

Vigência: 29/10/2015 a 31/12/2016

Processo n.º 72031.006839/2014-17

Valor total envolvido (principal e aditivo): R\$ 572.926,61

QUADRO 6.3.2.1.2.1 A – REPASSES DPF

Parcela	Valor	Programação Financeira	Data Pagamento/ Transferência
1	R\$ 92.722,16	2015PF001492	28/12/2015
2	R\$ 92.722,16	2015PF001497	29/12/2015
3	R\$ 92.722,16	2016PF000350	02/03/2016
	R\$ 92.722,16		
4	R\$ 33.998,12	2016PF000423	18/03/2016
	R\$ 92.722,16	2016PF000663	03/06/2016
1 Aditivo	R\$ 75.317,69	2016PF001034	10/10/2016

2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Descentralização de recursos para realização da Pesquisa de Serviços de Hospedagem - PSH 2016, em todo território nacional, com o objetivo de atualizar os

dados cadastrais, caracterizar o tipo de estabelecimento hoteleiro e coletar dados básicos que os qualifiquem, sendo a qualificação mais detalhada para os estabelecimentos que possuam cinco ou mais pessoas ocupadas.

TED n.º 03/2016

Vigência: 31/03/2016 a 31/09/2017

Processo n.º 72031.003684/2015-30

Valor total envolvido: R\$ 831.533,00

QUADRO 6.3.2.1.2.1 B- REPASSES IBGE

Parcela	Valor	Programação Financeira	Data Pagamento/ Transferência
1	R\$ 389.500,00	2016NC000135	27/04/2016
2	R\$ 218.616,00	2016PF000566	06/05/2016
	R\$ 223.417,00		

3. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Desenvolvimento de ações de cooperação mútua, voltadas ao aprimoramento e atualização do Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho do Setor Turismo (SIMT), visando a subsidiar o MTur na formulação das políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo, bem como o IPEA no cumprimento de suas atribuições relacionadas à elaboração, formulação, avaliação e aprimoramento das políticas públicas.

TED n.º 01/2014

Vigência: 21/11/2014 a 20/05/2016 e 20/12/2016 (aditivo)

Processo n.º 72031.005426/2014-15

Valor total envolvido: R\$ 303.880,00

QUADRO 6.3.2.1.2.1 C- REPASSES IPEA

Parcela	Valor	Programação Financeira	Data Pagamento/ Transferência
1	R\$ 130.000,00	2014PF000926	05/12/2014
2	R\$ 173.880,00	2015PF000675	26/08/2015

6.3.2.3 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)

- 1. Curso de liderança e inovação em contextos de mudança elaborado e conduzido mediante parceria e demanda de Escola Nacional de Administração (Enap), pela Harvard Kennedy School para dirigentes da Administração Pública Federal.**

O curso oferecido pela Enap em parceria com a Harvard Kennedy School capacitou dois servidores de alto escalão do Ministério do Turismo e foi fundamental para ajuda-los a explorar novas ideias e métodos para lidar com o contexto de transformações e atuar de forma eficiente e efetiva na implementação e gestão das políticas públicas. O feedback recebido pelos servidores foi extremamente positivo, sendo uma experiência ímpar participar de evento de capacitação oferecido por uma escola de tão renomado reconhecimento internacional.

QUADRO 6.3.2.3 A: TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA CELEBRADOS PELA COGEP NO EXERCÍCIO DE 2016

UG/Gestão Favoreci	Nome Gestora Favorecida	UG Res	Data Emissão NC	Início da Vigência	Fim da Vigência	Processo	TED	Finalidade	VALOR TED a	NC Emitidas b	PF Emitidas c
114702/114 01	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA - ENAP/MP	540003	20/04/2016 01/09/2016	19/04/2016	31/08/2016	72035.00039 9/2016-16	TED 004/2016	REALIZAÇÃO DE CURSO DE LIDERANÇA E INOVAÇÃO EM CONTEXTOS DE MUDANÇA ELABORADO E CONDUZIDO MEDIANTE PARCERIA E DEMANDA DE ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - ENAP, PELA HARVARD KENNEDY SCHOOL PARA DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	37.200,00	36.282,81	36.282,81

- 2. Curso de Educação Continuada para Desenvolvimento Técnico e Gerencial destinados a servidores públicos vinculados ao Ministério do Turismo.**

A Escola Nacional de Administração Pública tem sido uma grande parceira deste Ministério quanto à disponibilização de eventos de capacitação de excelente qualidade e ótima relação entre custo e benefício. Nessa oportunidade, os servidores do órgão foram capacitados em “Gestão Orçamentária e Financeira”, “Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional” e “Gestão por Competências”. Todos os cursos realizados estavam de acordo com o Levantamento das Necessidades de Capacitação do ano anterior e foram fundamentais para o cumprimento da meta de capacitação estabelecida institucionalmente para a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e do Plano Anual de Capacitação do MTur. O impacto gerado pelas capacitações foi de ganho de eficiência nos serviços e de aumento da qualidade técnica do corpo de servidores do órgão.

QUADRO 6.3.2.3 B: TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA CELEBRADOS PELA COGEP NO EXERCÍCIO DE 2016

UG/Gestão Favoreci	Nome Gestora Favorecida	UG Res	Data Emissão NC	Início da Vigência	Fim da Vigência	Processo	TED	Finalidade	VALOR TED a	NC Emitidas b	PF Emitidas c
114702/114 01	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA - ENAP/MP	540003	05/05/2016 03/11/2016	19/04/2016	31/12/2016	72035.00040 0/2016-02	TED 54502/2016	CURSO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E GERENCIAL DESTINADOS A SERVIDORES PÚBLICOS VINCULADOS AO MINISTÉRIO DO TURISMO	11.793,60	9.700,00	9.700,00

- 3. O programa de capacitação do Ministério do Turismo 2016 visa oferecer treinamento aos seus colaboradores nas áreas de Elaboração e Análise de Convênios (SICONV), Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios, Leis 8.112 e legislação correlata, Redação Oficial, SIAFI**

Operacional novo PCASP, Sistema de Diárias e Passagens e Tesouro Gerencial.

Assim como a Enap, a Escola de Administração Fazendária (Esaf) tem sido uma grande parceira deste Ministério quanto à disponibilização de eventos de capacitação de excelente qualidade e ótima relação entre custo e benefício. Nessa oportunidade, os servidores do órgão foram capacitados em “Elaboração e Análise de Convênios”, “SICONV – Teoria e Prática” e “Elaboração e análise de prestação de contas de convênios”, “SIAFI operacional com o novo PCASP” e “Tesouro Gerencial”. Todos os cursos foram fundamentais para o aumento da qualidade técnica dos servidores da Coordenação-Geral de Convênios, principalmente. Outros cursos estavam planejados para serem executados, mas, por incompatibilidade de datas entre o MTur e a Esaf, tiveram de ser cancelados. Todos os cursos realizados estavam de acordo com o Levantamento das Necessidades de Capacitação do ano anterior e foram fundamentais para o cumprimento da meta de capacitação estabelecida institucionalmente para a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e do Plano Anual de Capacitação do MTur. O impacto gerado pelas capacitações foi de ganho de eficiência nos serviços, além do mencionado aumento da qualidade técnica do corpo de servidores do órgão.

Os Termos de Execução Descentralizada sob a responsabilidade desta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas já finalizados até 2016 estão em processo de prestação de contas e devem ser finalizados ao longo de 2017. Até o fim de 2016, esta Coordenação preocupou-se em lidar com a prestação de contas dos processos de anos anteriores.

QUADRO 6.3.2.3 C: TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA CELEBRADOS PELA COGEP NO EXERCÍCIO DE 2016

UG/Gestão Favoreci	Nome Gestora Favorecida	UG Res	Início da Vigênc	Fim da Vigênc	Processo	TED	Finalidade	VALOR TED a	NC Emitidas b	PF Emitidas c
170009/00001	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA	540004	17/06/2016	31/12/2016	72035.000402/2016-93	TED COGEP 004/2016	O PROGRAMA DE CAPACITACAO DO MINISTERIO DO TURISMO 2016 VISA OFERECER TREINAMENTO AOS SEUS COLABORADORES NAS AREAS DE ELABORACAO E ANALISE DE CONVENIOS-SICONV, ELABORACAO E ANALISE DE PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIOS, LEI 8.112 E LEGISLACAO CORRELATA, REDACAO OFICIAL, SIAFI OPERACIONAL, NOVO PCASP, SISTEMA DE DIARIAS E PASSAGENS E TESOURO GERENCIAL	38.308,95	13.972,55	13.972,55

6.3.2.4 Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur)

QUADRO 6.3.2.4 A– ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADOS PELA SNPTUR NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Acordo de Cooperação Técnica	01	05	20		Sem repasse de recursos	Sem repasse de recursos
Termo de Execução Descentralizada						
Contratos de Repasse						

QUADRO 6.3.2.4 B– TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) CELEBRADOS PELA SNPTUR NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

UG/Ges tão Favorec ida	Nome Gestora Favorecida	UG Executo ra	PT	Início da Vigência	Fim da Vigência	Processo	TED	SIAFI	Situação	Finalidade	VALOR TED R\$	NC Emitidas	PF Emitidas
											a	b	c
153163/ 15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	540006	2369520 7620Y40 001	20/04/2013	20/02/2014	72031.008011/2013- 23	TED MTUR 01/2013	674338	FASE: PRESTAÇÃO DE CONTAS	Consultoria especializada para apoio técnico ao Ministério do Turismo na formulação de políticas, programas e ações, voltadas à execução do Plano Nacional de Turismo, com visão prospectiva para 2022.	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
154003/ 15279	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - Capes	540006	2369520 7620Y40 001	11/11/2013	31/12/2014	72031.006872/2013- 58	TED 001/2013 - SNPTUR	676781	FASE: PRESTAÇÃO DE CONTAS	Conceder bolsas de estudos no exterior, na modalidade de capacitação, para estudantes brasileiro das áreas de turismo e/ou hotelaria.	939.628,36	939.628,36	918.409,16
154040/ 15257	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	540006	2312610 0111Y10 001	16/12/2011	15/06/2013	72031.007811/2011- 46	TED 014/2011		FASE: ARQUIVADO/ CONCLUÍDO	Descentralização para atender TED 014/2011, construção de um arcabouço teórico metodológico, 72031.007811/2011-46.	564.379,20	564.379,20	240.347,60
280101/ 00001	COORDENACAO- GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - MDIC	540006	2369520 7620Y30 001	29/02/2016	31/12/2016	72031.000545/2016- 35	TED 002/2016	685881	FASE: EM EXECUÇÃO	Projeto Especial Casa Brasil 2016 (espaço de referência do Governo Federal brasileiro e de promoção da imagem - país, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016)	5.000.000,00	5.000.000,00	500.000,00
158155/ 26435	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO -RN	540001	2369520 7645900 001	14/10/2015	11/01/2016	72031.003353/2015- 08	TED 003/2015	684730	FASE: EM PRESTAÇÃO DE CONTAS	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO VII CONTRARTE – CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES ARTESÃOS, NA CIDADE DE NATAL, EM CONSENTO COM O PRPGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO	193.895,54	193.895,54	193.895,54
158155/ 26435	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO -RN	540001	2369520 7645900 001	28/10/2015	25/01/2016	72031.003501/2015- 86	TED 004/2015	684889	FASE: EM PRESTAÇÃO DE CONTAS	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA 3ª MOSTRA DE CINEMA DE GOSTOSO/RN E DE CURSOS DE FORMAÇÃO TÉCNICA E AUDIOVISUAL	210.610,00	210.610,00	210.610,00
280109/ 00001	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMEN TO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR	540001	2369520 7645900 001	27/11/2015	25/02/2016	72031.003048/2015- 16	TED 005/2015	685216	FASE: EM PRESTAÇÃO DE CONTAS	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA 7ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	50.000,00	50.000,00	50.000,00
154040/ 15257	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB/UNB	154040	2369520 7614TJ0 003	29/08/2014	29/01/2015	72031.005042/2014- 94	TED MTUR 003/2014	680750	CONCLUÍDO	Elaboração de Diretrizes para a Concepção da Política Nacional de Qualificação em Turismo.	476.945,00	476.945,00	476.945,00

154040/ 15257	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB/UNB	154040	2369520 7614TJ0 003	31/08/15	30/03/2017	72031.002050/2015- 60	TED MTUR 002/2015	684492	FASE: EM EXECUÇÃO	Concepção da Política Nacional de Qualificação em Turismo - PNQT.	1.665.280,10	1.394.906,10	1.381.716,21
			2369520 7645900 002									R\$ 283.560,89	R\$ 254.146,89
158157/ 26433	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ	158157	2369520 7645900 001	27/11/2015	31/01/2018	72031.003404/2015- 93	TED MTUR 006/2015	685219	FASE: EM EXECUÇÃO	Celebração do Termo de Execução Descentralizada para Qualificação Profissional na cidade do Rio de Janeiro visando as Olimpíadas RIO 2016.	R\$ 5.949.940,00	R\$ 5.949.940,00	R\$ 5.024.145,00

Fonte: CGPOF

Observação1:

O Termo de Execução Descentralizada - TED nº 002/2015, com a Fundação Universidade de Brasília – FUB/Unb, que teve como objetivo a concepção da Política Nacional de Qualificação em Turismo – PNQT, no valor de R\$ 1.394.906,10 (23695207614TJ0003), liberou no exercício de 2015, o montante de R\$ 1.381.719,21. Restou o saldo de R\$ 13.186,89 não utilizados no próprio exercício, portanto não foi inscrito em restos a pagar, assim, sendo necessário um novo empenho no exercício de 2016.

Nesse contexto, em 2016, para uma melhor execução do objeto pactuado foi necessário a suplementação de recursos no valor de R\$ 270.374,00, desse modo foi emitida Nota de Crédito no valor de R\$ 283.560,89 (23695207645900002). No exercício de 2016, foi liberada programação financeira no valor de R\$ 254.146,89, restando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 44.131,42 a ser realocado em 2017.

Observação2:

O Termo de Execução Descentralizada - TED nº 006/2015, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, que teve o objeto de executar ações de qualificação profissional para o setor de turismo, no valor de R\$ 5.949.940,00 (Emitida Nota de Crédito em 2015).

Cabe destacar que em 2016 houve uma devolução de recursos no valor de R\$ 581.151,95, sendo necessário a emissão de uma nova Nota de Crédito do referido valor no mesmo exercício. Em 2016, foi repassado o valor de R\$ 5.024.145,00, restando a liberação no valor de R\$ 925.795,00 no exercício de 2017.

LEGENDAS	
UG	Unidade Gestora
TED	Termo de Execução Descentralizada
NC	Nota de Crédito
PF Emitidas	Programação Financeira/Valores pagos
PT	Plano de Trabalho

6.3.2.4.1 Análise Crítica

Conforme Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013 – que trata da alteração do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 – o Termo de Execução Descentralizada é o instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

Dessa forma, por serem de interesse recíproco e realizados em regime de mútua colaboração, os Termos de Execução Descentralizada celebrados pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo contribuíram nas diversas áreas a que se propuseram.

Assim sendo, os Termos de Execução Descentralizada colaboraram para:

- a formulação e diagnóstico do Plano Nacional de Turismo, por meio de consultoria especializada para apoio técnico ao Ministério do Turismo na elaboração de políticas, programas e ações, voltadas à execução do Plano Nacional de Turismo, com visão prospectiva para 2022;
- a capacitação de estudantes brasileiros, por meio da concessão de bolsas de estudos no exterior, nas áreas de turismo e/ou hotelaria;
- o desenvolvimento de ações de cooperação mútua, voltados ao aprimoramento e atualização do sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor de turismo, visando a subsidiar o Ministério do Turismo na formulação das políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo;
- a ampliação da contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de recepção, apoio administrativo e operacional no aeroporto e nos postos migratórios terrestres na cidade de Foz do Iguaçu, em colaboração com o Departamento da Polícia Federal;
- o projeto especial Casa Brasil 2016, espaço de referência do Governo Federal brasileiro e de promoção da imagem do país, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
- construção de um arcabouço teórico metodológico, firmado com a Fundação Universidade de Brasília – FUB.

Ressaltamos que desses 6 (seis) Termos de Execução Descentralizada, 03 (três) encontram-se em fase de Prestação de Contas e 03 (três) em execução, sendo que tais informações constam no Quadro 4.3.6 G com os demais dados referentes ao instrumento.

No tocante a análise qualitativa dos respectivos Termos de Execução Descentralizada, destacamos a importância apresentada por cada área finalística, conforme abaixo:

- Termo firmado com a Fundação Universidade de Brasília:

Ratifico as informações prestadas no Relatório de Gestão do exercício 2015 em relação ao TED nº 014/2011, em texto que informa sobre a Prestação de Contas conclusiva formalizada por meio da Nota Técnica Nº 002/2013/DEPAT/SNPTur/MTur

que reconhece a execução parcial do objeto contratado, ocasionando a liberação final de recursos financeiros no valor de R\$ 174.347,80, e procedida a devolução da dotação de saldo orçamentária excedente no valor de R\$ 390.031,40.

Consta na referida Nota Técnica que a decisão de cessar a continuação dos trabalhos do Termo de Cooperação ocorreu em virtude do comprometimento do cronograma de execução, decorrente na necessidade de realização de Termo Aditivo, ajustes ao Plano de Trabalho que resultaram em atrasos sistemáticos. Além disso, a aproximação do período eleitoral comprometeria sobremaneira a realização das jornadas de capacitação nas diferentes Unidades da Federação com o objetivo de promover o fortalecimento da Gestão Descentralizada do Turismo. Com isso, visualizando-se o comprometimento dos resultados a serem alcançados, optou-se pelo encerramento do projeto, decisão tomada em comum acordo entre o MTur / FUB.

Diante do encerramento do TED, o processo foi encaminhado à CGOF – Coordenação Geral de Orçamento e Finanças em 11/06/2013 que após verificação quanto aos aspectos financeiros e orçamentário, procedeu com a restituição dos autos a essa unidade técnica. Com isso, tendo em vista a conclusão e encerramento dos procedimentos legais, o processo foi encaminhado ao Arquivo Central do Ministério do Turismo em 08/04/2016.

- Termo firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina:

A partir da celebração do TED Nº 1/2013, cujo objeto foi “Consultoria especializada para apoio técnico ao Ministério do Turismo na formulação de políticas, programas e ações, voltadas à execução do Plano Nacional de Turismo, com visão prospectiva para 2022”, foi realizada a descentralização de crédito orçamentária em duas parcelas, a saber: R\$ 700.000,00 mediante 2013NC000048, em 22 de abril de 2013, e R\$ 700.000,00 mediante 2013NC000643, em 03 de dezembro de 2013. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentou documentos e produtos pertinentes à execução do TED e aos resultados esperados, que se encontram em análise técnica.

Página D.O.U:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=124&data=22/03/2013>

- Termo firmado com a Fund.Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior (Capes):

Informo que o referido TED referente a parceria com a CAPES teve seu processo concluído em maio de 2016.

O parecer técnico de análise de prestação de contas concluiu que, em relação ao objeto do TC nº 01/2013, entre o Ministério do Turismo e a CAPES, a meta definida no Plano de Trabalho foi realizada e, portanto, o objeto do referido Termo foi alcançado.

- Termo firmado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC):

O Termo de Execução Descentralizada nº02/2016 firmado com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) tem o objetivo de apoiar o Projeto Especial Casa Brasil 2016, espaço de referência do Governo Federal Brasileiro e de promoção da imagem -país, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada descentralização de crédito orçamentário no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) dos quais 3 milhões de reais compreendiam ao MTur e os outros 2 Milhões a Embratur. A execução do termo com MDIC foi feito mediante celebração de convênio entre MDIC e APEX, partes componentes do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 do qual este Ministério também faz parte. O recurso é proveniente da ação 23.695.2076.20Y3.0001, que compreende a Participação do Ministério do Turismo em eventos nacionais.

Conforme memorando nº 52/DEMAC, constante no processo SEI nº 72031.003352/2017-17, em relação ao Termo de Execução Descentralizada nº 2/2016 (fls. 29 a 33), efetuada pelo Ministério do Turismo e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (e posteriormente Ministério das Relações Exteriores) para realização do Projeto Especial Casa Brasil, esclarece-se que até o presente momento não foi encaminhada para análise desse Departamento a Prestação de Contas referente à sua execução.

Ressalta-se que o termo seria operacionalizado pela Apex-Brasil e que a prestação de contas será única para os Ministérios envolvidos no repasse dos recursos, conforme trecho retirado do referido Termo (grifos nossos):

O presente Termo será operacionalizado pela APEX/BRASIL com os recursos descentralizados voluntariamente pelo Ministério do Turismo, sendo que objeto será implementado a partir das contratações explicitadas abaixo. Destaca-se que, em conformidade com o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, este termo será celebrado para a execução de projeto de interesse comum aos vários Ministérios que compõem a Câmara Temática, em regime de mútua cooperação. O Plano de Trabalho, que inclui o desenvolvimento de projeto museológico, os serviços de montagem, operação e desmontagem da Casa Brasil 2016, terá valor superior aos R\$ 5.000.000,001 (três milhões de reais) objeto deste TED. Assim, esses serviços deverão ser custeados com recursos adicionais oriundos de Termos firmados com outros Ministérios. forma, **a prestação de contas será única para os Ministérios envolvidos.**

Sobre a Prestação de Contas, o referido Termo define ainda (grifos nossos):

A Prestação de Contas dos serviços alocados será formalizada aos Órgãos de Controle Interno e Externo, ao final do exercício pela Unidade Gestora do Órgão Executor junto com a sua Prestação de Contas Anual.

A título informativo encaminhará ao Ministério do Turismo relatório físico-financeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência deste acordo, informando os resultados alcançados acerca das metas físicas previstas no Plano de Trabalho pactuado e da execução orçamentária e financeira resumida dos recursos na forma da descentralização, indicando, se for o caso, a restituição de possível saldo apurado.

Ressalta-se ainda que o referido TED foi assinado anteriormente ao “Manual de Procedimentos de Termos de Execução Descentralizada (TED) do Ministério do Turismo”, o qual é datado de novembro de 2016. Sendo assim, restam incertos os procedimentos a serem adotados para prestação de contas, uma vez que o próprio termo assinado previa a prestação direta do Órgão Executor aos Órgãos de Controles Interno e Externo.

Considerando que o Órgão Executor encaminharia ao Ministério de Turismo, no prazo de **60 dias** após o encerramento da vigência do acordo, um relatório físico-financeiro informando os resultados alcançados e a execução orçamentária e que a vigência do Termo foi até 31 de dezembro de 2016, vê-se que o prazo para encaminhamento do relatório encerrou-se no dia 01 de março de 2017, porém o Ministério ainda não recebeu a referida documentação. O que, por si só, já justifica a pendência de análise.

Página D.O.U:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=126&data=01/03/2016>

- Termo firmado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN:

O Termo de Execução Descentralizada **TED nº03/2015** firmado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN, com a vigência de 14/10/2015 à 11/01/2016, publicado no D.O.U em 15/10/2015 na página 137 da seção 3. Teve como objetivo o de apoiar a realização do VII CONTRATE – Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos, na cidade de Nata/RN, no período de 19 à 21 de outubro de 2015, em consenso com o Programa de Integração da Produção Associada ao Turismo. Foi realizada a descentralização de crédito orçamentário no montante de **R\$ 193.895,54** (cento e noventa e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), em parcela única, conforme Nota de Credito emitida 2015NC000210 e pela 2015PF000868, o recurso foi proveniente da ação 23.695.2076.4590.0001, que compreende a ação de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo, da dotação consignada ao Ministério do Turismo, cuja na finalidade é a de promover a qualidade dos serviços turísticos no Brasil, bem como o aperfeiçoamento dos agentes da cadeia produtiva do turismo.

- Termo firmado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN:

O Termo de Execução Descentralizada **TED nº04/2015** firmado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN, com a vigência de 30/10/2015 à 30/12/2015, publicado no D.O.U em 29/10/2015 na página 174 da seção 3. Teve como objetivo o de apoiar a realização da 3ª Mostra de Cinema de Gostoso, na cidade de São Miguel do Gostoso/RN, no período de 13 a 17 de novembro de 2015, que teve a execução de cursos de formação audiovisual e cinematográfico para alunos da Cidade e dos Municípios próximos. Foi realizada a descentralização de crédito orçamentário no

montante de **R\$ 210.610,00** (duzentos e dez mil, seiscentos e dez reais), em parcela única, conforme Nota de credito emitida 2015NC000275 e pela 2015PF000996, o recurso foi proveniente da ação 23.695.2076.4590.0001, que compreende a ação de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo, da dotação consignada ao Ministério do Turismo, cuja finalidade é a de promover a qualidade dos serviços turísticos no Brasil, bem como o aperfeiçoamento dos agentes da cadeia produtiva do turismo.

- Termo firmado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC):

O Termo de Execução Descentralizada **TED nº 05/2015** firmado com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com a vigência de 27/11/2015 à 25/02/2016, publicado no D.O.U em 27/11/2015 na página 177 da seção 3. Teve como objetivo o de apoiar a realização da 7ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, em Brasília/DF, no período de 9 a 10 de dezembro de 2015, e teve como tema a “Inclusão Social e a Dinamização das Cadeias Produtivas” com o intuito de reunir e mobilizar os segmentos produtivos e as principais instituições governamentais e não-governamentais de apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Brasil, é uma ação Interministerial que conta com o apoio de outros Ministérios, o que justificou a referida ação . Foi realizada a descentralização de crédito orçamentário no montante de **R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), em parcela única, conforme Nota de credito emitida 2015NC000388 e pela 2015PF001282, o recurso foi proveniente da ação 23.695.2076.4590.0001, que compreende a ação de Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo, da dotação consignada ao Ministério do Turismo, cuja finalidade é a de promover a qualidade dos serviços turísticos no Brasil, bem como o aperfeiçoamento dos agentes da cadeia produtiva do turismo.

- Termo firmado com a Fundação Universidade de Brasília (FUB/UNB):

O Termo de Execução Descentralizada nº 003/2014, firmado com a Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB) teve por objetivo a elaboração de diretrizes para nortear a Concepção da Política Nacional de Qualificação em Turismo (PNQT).

A execução deste TED resultou na entrega de um documento elaborado pela Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB) denominado “Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo”.

O foco principal deste trabalho era oferecer subsídios para repensar a qualificação do setor de turismo, propondo novas concepções, tecnologia e modernas ferramentas de gestão dos serviços turísticos.

Neste contexto, o TED contribuiu para orientar as ações no campo da:

- Formação Profissional, estabelecendo o norte para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações direcionadas ao desenvolvimento de competências de trabalhadores, gestores, empresários, empreendedores que atuam no segmento do turismo; e

- Certificação de Pessoas, orientando e atualizando os perfis profissionais esperados, bem como definindo normas, procedimentos para ampliar a certificação de pessoas do público-alvo da PNQT.

Além disso, apontou às estratégias iniciais para a formulação e operacionalização da Política, que, deve ser empreendida pelo Ministério do Turismo, em diálogo com os atores do setor, em consulta à sociedade e em parceria com outros órgãos.

O referido Termo de Execução Descentralizada foi concluído em 29 de janeiro de 2015.

- Termo firmado com a Fundação Universidade de Brasília (FUB/UNB):

O Termo de Execução Descentralizada nº 002/2015, firmado com a Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB) teve por objetivo a Concepção da Política Nacional de Qualificação em Turismo (PNQT), a partir das Diretrizes de Qualificação e da Pesquisa avaliativa dos arranjos territoriais possibilitadores da qualificação do turismo nacional, nas 5 (cinco) regiões federativas do país, tendo como recorte os municípios classificados nos clusters A, B e C, da metodologia da categorização, contemplados pelo PRONATEC TURISMO e/ou que implementaram projetos de qualificação financiados pelo Ministério do Turismo, no período de 2004 a 2014.

A Concepção da Política Nacional de Qualificação em Turismo (PNQT) deve se desdobrar em um plano com programas, projetos e ações de formação, em conformidade com as demandas identificadas.

Ademais, o documento considerou as diversidades geográficas e visando assegurar, entre outros, a imparcialidade na formatação da PNQT, bem assim, objetivando uma política equitativa e de inclusão social, sobretudo que induza à competitividade dos destinos turísticos.

O projeto encontra-se em execução. Os produtos 1 e 2 estão em fase de atesto pela Comissão Técnica deste MTur e o produto 3 (PNQT) está sendo enviado para complementação. Após as adequações, o produto 3 será submetido para consulta pública para contribuições e depois será posto para validação do Conselho Nacional do Turismo.

- Termo firmado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ):

O Termo de Execução Descentralizada nº 006/2015, firmado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) teve por objetivo executar ações de qualificação profissional para o setor de turismo.

Para tanto, foi desenvolvida a Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA) voltada para as ações de educação a distância do Ministério, como o Canal “Braços Abertos”, que serviu como piloto no Rio de Janeiro, com foco nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Somado a isso, o grande diferencial deste projeto é que a Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA) é de domínio do Ministério do Turismo. Dessa forma, esta ferramenta tecnológica permite a formatação e inclusão de novos públicos e

ações de qualificação profissional no âmbito das políticas e programas públicos deste Ministério.

Ressalta que a execução do Projeto Piloto realizado na cidade do Rio de Janeiro foi finalizada em dezembro de 2016.

O Termo de Execução Descentralizada encontra-se em execução, uma vez que o Canal “Braços Abertos” será nacionalizado, tornando uma ação de qualificação profissional continuada do Ministério do Turismo para todo o território brasileiro.

Além disso, será desenvolvido um canal de qualificação específico para gestores públicos na Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA, alinhado ao Design do curso de capacitação de gestores elaborado pela Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB).

QUADRO 6.3.2.4.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELO DEPEP NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

UG/Gestão Favorecida	Nome Gestora Favorecida	UG Executora	PT	Início da Vigência	Fim da Vigência	Processo	TED	SIAF I	Situação	Finalidade	VALOR TED	NC Emitidas	PF Emitidas
											a	b	c
113601/1130 2	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	540006	23695207620Y4000 1	21/11/2014		72031005426/2014-15	TED 001/2014 - SNPTUR	68218 2	FASE: EM EXECUÇÃO	Desenvolvimento de ações de cooperação mútua, voltados ao aprimoramento e atualização do Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho do Setor Turismo-SIMT, visando a subsidiar o MTur na formulação das políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo, bem como o IPEA no cumprimento de suas atribuições relacionadas à elaboração, formulação, avaliação e aprimoramento das políticas públicas.	303.880,00	303.880,00	303.880,00
200336/0000 1	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	540006	23695207620Y4000 1	29/10/2015	31/12/2016	72031.006839/2014-17	TED SNPTUR 001/2015	68526 3	FASE: EM EXECUÇÃO	Ampliação da contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de recepção, apoio administrativo e operacional no aeroporto e nos postos migratórios terrestres na cidade de Foz do Iguaçu.	303.880,00	303.880,00	303.880,00

6.3.2.5 Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur)

QUADRO 6.3.2.5 A – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SNETUR NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério do Turismo					
UG/GESTÃO:	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	1	5	-	1.064.427,00	1.759.980,50	5.883.963,57
Contrato de Repasse	757	501	849	548.467.503,32	579.091.438,39	356.874.927,66
Termo de Execução Descentralizada	4	2	3	2.635.081,69	4.098.160,31	11.103.526,10

Fonte: SIAFI

Quadro 6.3.2.5 B – CONVÊNIOS CELEBRADOS PELA CGPLA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Departamento de Ordenamento do Turismo/CGPLA – Ação 14TJ					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	5	0	R\$ 462.867,00	R\$ 1.759.980,50	R\$ 5.883.963,57
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-	-
Totais	0	5	0	R\$ 462.867,00	R\$ 1.759.980,50	R\$ 5.883.963,57

Fonte: CGPLA/SIAFI/SICONV

A CGPLA participa da implantação do Prodetur Nacional, por meio do aporte de recursos para o apoio aos entes públicos na preparação de suas propostas para obtenção de financiamento externo.

Neste contexto, apoiam-se por meio da descentralização de recursos, ações relacionadas à elaboração de planos e estudos nas áreas de planejamento turístico, gestão ambiental, fortalecimento institucional e comercialização, destacando-se que os planejamentos turísticos, indicam e orientam ações de infraestrutura para investimento nas regiões turísticas no âmbito do Programa.

No exercício de 2016, diante da quantidade de instrumentos celebrados, para cumprir os objetivos da Ação 14TJ, foram repassados o montante de R\$ 462.867,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais) referente a 03 (três) Convênios celebrados em anos anteriores, para o desenvolvimento das ações do Prodetur Nacional, conforme demonstrado no quadro acima.

QUADRO 6.3.2.5 C – TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA CELEBRADOS PELA CGINV NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Departamento de Ordenamento do Turismo/CGINV – Ação 2C01					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	2	2	2	R\$ 631.346,65	R\$ 577.925,67	R\$ 44.461,39
Totais	2	2	2	R\$ 631.346,65	R\$ 577.925,67	R\$ 44.461,39

Fonte: SIAFI

QUADRO 6.3.2.5 D – TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA CELEBRADOS PELA CGMT NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Departamento de Ordenamento do Turismo/CGMT – Ação 20Y4 – PO: 0004					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	1	-	-	R\$ 98.725,01	-	-
Totais	1	-	-	R\$ 98.725,01	-	-

Fonte: SIAFI

QUADRO 6.3.2.5 E – TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA CELEBRADOS PELO DIETU NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Departamento de Infraestrutura Turística – Ação 10V0					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	1	-	-	601.560,00	-	-
Contrato de repasse	757	501	849	548.467.503,32	579.091.438,39	356.874.927,66
Termo de Execução Descentralizada	1	-	1	1.905.010,03	3.520.234,64	11.059.064,71
Totais	758	501	849	549.069.063,32	579.091.438,39	356.874.927,66

6.3.2.5.1 Análise Crítica

A participação da implantação do Prodetur Nacional, por meio do aporte de recursos para o apoio aos entes públicos na preparação de suas propostas para obtenção de financiamento externo.

Neste contexto, apoiam-se por meio da descentralização de recursos, ações relacionadas à elaboração de planos e estudos nas áreas de planejamento turístico, gestão ambiental, fortalecimento institucional e comercialização, destacando-se que os

planejamentos turísticos, indicam e orientam ações de infraestrutura para investimento nas regiões turísticas no âmbito do Programa.

No exercício de 2016, diante da quantidade de instrumentos celebrados, para cumprir os objetivos da Ação 14TJ, foram repassados o montante de R\$ 462.867,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais) referente a 03 (três) Convênios celebrados em anos anteriores, para o desenvolvimento das ações do Prodetur Nacional, conforme demonstrado no quadro acima.

Na Secretaria Nacional de estruturação do Turismo, no exercício de 2016, não houve a celebração de novos convênios, restando apenas a administração do passivo existente.

O Ministério do Turismo executa diversas ações, dentre as quais destaca-se a Ação 10V0, que apresenta o maior número de repasses. Os repasses são realizados, basicamente, com a Caixa Econômica Federal, mandatária em todo o território nacional e que possui a expertise na instrumentação, acompanhamento e execução da infraestrutura. A prestação de contas relacionada aos repasses junto à Caixa está apresentada a seguir. Ressalta-se que a elaboração da prestação de contas, bem como a instauração da Tomada de Contas Especial é feita pela Caixa Econômica Federal, cabendo ao MTur o acompanhamento das informações.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA/MTUR – UG 540007

1 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - 540007				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	357.451.743,44	26.444.364,53	10.451.629,93	320.555.748,98
2014	465.674.569,22	99.195.116,27	85.922.476,92	280.556.976,03
2013	1.361.266.386,36	325.246.738,70	162.085.743,22	873.933.904,44
2012	53.551.703,45	7.755.612,15	388.537,50	45.407.553,80
2011	2.382.753,75	203.872,50	0,00	2.178.881,25
2010	168.539.598,95	23.161.961,30	780.000,00	144.597.637,65
2009	223.003.914,27	26.609.405,79	170.018,55	196.224.489,93
2008	148.269.974,42	7.535.794,88	9.914.361,57	130.819.817,97
2007	5.211.150,34	361.949,11	703.560,50	4.145.640,73
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2014	9.721.543,49	6.993.937,28	1.500,00	2.922.106,21
2013	37.591.598,56	26.401.997,24	0,00	10.993.601,32
2012	309.117.396,53	57.177.226,81	13.473.590,45	238.466.579,27
2011	159.255.176,78	23.271.444,96	13.544.700,00	122.439.031,82
2010	30.053.964,76	6.221.265,95	0,00	23.832.698,81
2009	4.986.305,09	977.644,29	0,00	4.095.601,30
2008	1.965.153,36	319.897,65	859.411,75	698.903,46
2007	390,00	0,00	0,00	390,00

2 Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

2.1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	540007 - MTUR					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse	814	501	848	463.578.593,85	581.663.568,41	360.195.312,41
Termo de Compromisso	0	0	0	178.407.941,44	44.259.405,36	42.088.455,55
Totais	814	501	848	641.986.535,29	625.922.973,77	402.283.767,96

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

2.2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: 540007 - MTUR					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Compromisso
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade		197	0
		Montante Repassado		109.746.366,30	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		263	0
		Montante Repassado		105.395.110,47	0,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		289	0
		Montante Repassado		87.408.276,72	0,00

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

2.3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante
Nome: 540007 - MTUR

Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada		675	1
	Quantidade reprovada		2	0
	Quantidade de TCE instauradas		0	0
	Montante repassado (R\$)		309.567.957,82	244.767,35
Contas NÃO analisadas	Quantidade		252	0
	Montante repassado (R\$)		141.122.126,41	0,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF				

2.4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse	7	5	2	2	8
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0

3 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos de repasse firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SICONV.

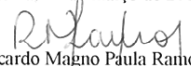
Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ricardo Magno Paula Ramos, CPF nº 484.418.301-00, Gerente Nacional (Ordenador de Despesas), exercido na UG 540007 - MIN TURISMO, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos de repasse, firmados até o exercício de 2015 na citada Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ressalvo que esta Caixa Econômica Federal não é órgão integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG, da Administração Pública Federal, e, conforme arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.094/94, está dispensada da alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Brasília, 09 de março de 2016.


Ricardo Magno Paula Ramos
CPF nº 484.418.301-00
Ordenador de Despesas
UG 540007

4 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU.

4.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Origem / resumo apontamento	Órgão origem	Recomendação / determinação	Inclusão plano	Situação	Gestor
ACÓRDÃO Nº 7648/2015 – TCU – 1ª CÂMARA, ATA Nº 42, SESSÃO DE 01/12/2015-TC 016.566/2015-7		“1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, no prazo improrrogável de até 180 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, conclua a análise da prestação de contas final do Contrato de Repasse 0213911#30;15/2006 (SIAFI 589145), firmado entre o Ministério do Turismo, representado pela Caixa, e o município de São Sebastião do Rio Verde/MG, informando ao Tribunal sobre as providências adotadas, inclusive no que diz respeito à instauração e à conclusão da competente tomada de contas especial, se for o caso;”	15/12/2015	Determinação atendida	MTur
Trata-se de Termo de Denúncia sobre o Contrato de Repasse 213.911-15/2006, firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de São Sebastião do Rio Verde-MG.	TCU	Data da ciência pela CAIXA: 15/12/2015			

4.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Não há.

5 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU.

5.1 Relatório de cumprimento das recomendações da CGU:

Não há.

5.2 Situação das recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício:

Não há.

6 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016

Medidas administrativas para apuração e ressarcimento ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
53	0	0	3	0	0	15	0	38

*Outros casos de TCE não instauradas: refere-se aos contratos em que houve cancelamento ou suspensão do procedimento após a instauração do processo, seja pela retomada da execução do objeto, seja pela apresentação/aprovação da prestação de contas final.

Observação: Esclarecemos que compete à Caixa Econômica Federal, enquanto mandatária da UJ, a instauração e envio dos autos dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União. Após esse envio, não dispomos de informações da tramitação dos processos.

7 Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento e Turismo, agregando as informações sobre a gestão da CEF/EMBRATUR, da CEF/Mtur e do PRODETUR/NE II.			187003 540007
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Restrição 674, saldos alongados ou indevidos no passivo circulante, na ug. 540007. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	10 FEV 2017
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF

WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
Gerente Executivo
Patrimônio Público - Patrimônio
Financeiro - GDF - Secretaria de Turismo
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA/EMBRATUR – UG 187003

1 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante inscrito	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2016	
2015	-	-	-	0,00	
2014	-	-	-	0,00	
...	-	-	-	0,00	
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante inscrito	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2016	
2015	-	-	-	0,00	
2014	-	-	-	0,00	
...	-	-	-	0,00	

2 Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres.

2.1 Resumo dos instrumentos celebrados e montantes transferidos nos três últimos exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
...						
Totais						

Fonte: Sistemas corporativos SIAPF e SIIGF

2.2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: 187003 - MTUR - EMBRATUR					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos repasse de	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado		0,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		4.785.000,00	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		282.000,00	
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF					

2.3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: 187003 - MTUR - EMBRATUR				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada		0	
	Quantidade reprovada		0	
	Quantidade de TCE instauradas		0	
	Montante repassado (R\$)		0,00	
Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	
	Montante repassado (R\$)		250.000,00	
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF				

2.4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
...					
...					

3 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos de repasse firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SICONV.

Não há operações celebradas no SICONV.

4 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU.

4.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Não houve deliberações do TCU.

4.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Não houve deliberações do TCU.

5 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU.

5.1 Relatório de cumprimento das recomendações da CGU:

Não houve recomendações do TCU.

5.2 Situação das recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício:

Não houve recomendações do TCU.

6 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016

Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Observação: Esclarecemos que compete à Caixa Econômica Federal, enquanto mandatária da UJ, a instauração e envio dos autos dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União. Após esse envio, não dispomos de informações da tramitação dos processos.

7 Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento e Turismo, agregando as informações sobre a gestão da CEF/EMBRATUR, da CEF/Mtur e do PRODETUR/NE IL.			187003 540007
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Restrição 674, saldos alongados ou indevidos no passivo circulante, na ug. 540007. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	10 FEV 2017
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF

WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
Gerente Executivo
Plano 0227038 0001-00-0125020-3
CFC/CE-ORÇ/CONTÁBEIS DE FISCAL
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

6.3.3 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

QUADRO 6.3.3 A – QUANTIDADE DE SERVIDORES DESIGNADOS PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO DE CONVÊNIOS - CGCV

Ano	Coordenação-Geral	Quantitativo de Pessoal*	Quantidade Convênios Analisados
2016	Coord. Geral de Convênios (CGCV)	6	824

Fonte: CGCV

*O quantitativo de servidores é uma média, visto que a quantidade de pessoal apresentou variações ao longo do exercício, conforme apresentado no item 6.1.5.5.1.

É importante ressaltar que a Coordenação Geral de Convênios – CGCV, em 2016, adotou, entre outros, os seguintes procedimentos para reduzir o passivo de análise de prestação de contas:

- Reorganizou a força de trabalho a fim de aumentar o quantitativo de técnicos;
- Realizou cursos de capacitação;
- Estipulou metas de análises (inclusive a meta estipulada no plano de ação para o exercício de 2016 foi de reduzir o estoque de 2.000 convênios do passivo para 1.500);
- Iniciou um mapeamento de processos pendentes de análise de prestação de contas a fim de melhor subsidiar as ações de eliminação do passivo.

A CGCV, durante o exercício de 2016, realizou diversas ações no intuito de recrutar servidores para área de convênios, no entanto houve pouca adesão. A CGVV, então, remanejou servidores da própria Coordenação para a função de análise de prestação de contas, o que gerou um déficit de pessoal em outras funções também importantes.

A seguir, apresentam-se informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestação de contas – Convênios no âmbito da **Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo**:

QUADRO 6.3.3 B – QUANTIDADE DE SERVIDORES DESIGNADOS PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO DE CONVÊNIOS - SNPTUR

Ano	Coordenação-Geral	Quantitativo de Pessoal	Quantidade Convênios Analisados
2016	Coord. Geral de Promoção e Incentivo a Viagens (CGPIV)	11	17
	Coordenação de Eventos Institucionais	2	17
	Coordenação de Eventos Geradores de Fluxos Turísticos (CEGFT)	05	267
	Coordenação-Geral de Produtos Turísticos (CGPRO) (*)	00	13
	Coordenação-Geral de Serviços Turísticos (CGST) (*)	00	09
	Coordenação Geral de Qualificação do Turismo (CGQT)	02	05
	Coordenação-Geral de Turismo Responsável (CGTR)	05	05

Fonte: Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo

(*) No que concerne à prestação de contas, apesar dos servidores não atuarem exclusivamente com prestações de contas, as Coordenações-Gerais de Produtos Turísticos e Coordenação-Geral de Sustentabilidade no turismo, contaram, em 2016, com 7 e 5 servidores, respectivamente, analisando os processos.

I) Coord. Geral de Promoção e Incentivo a Viagens (CGPIV):

11 servidores. De uma forma geral, a CGPIV carece de servidores para atuar em sua área, seja para gestão de contratos ou convênios.

II) Coord. de Eventos Institucionais (CETIN):

A área técnica não dispõe de servidores que desempenhem, exclusivamente a função de análise de prestação de contas. O corpo técnico da CETIN no ano de 2016 foi composto por 2 funcionários, sendo 1 coordenadora e 1 servidor, porém em dezembro de 2016 passou a ser apenas o coordenador.

III) Coordenação de Eventos Geradores de Fluxos Turísticos (CEGFT):

A área dispõe de 05 (cinco) servidores que desempenham a função de análise de prestação de contas física dos convênios de “Eventos Geradores de Fluxo Turístico” interno. Ressaltamos que a análise financeira é realizada por outro departamento.

IV) Coordenação-Geral de Produtos Turísticos (CGPRO):

A área técnica não dispõe de servidores que desempenhem, exclusivamente a função de análise de prestação de contas. No entanto, visando eliminação do passivo de processos com prestação de contas pendente, foi instituída força-tarefa, no âmbito do Departamento, para eliminação desse passivo.

V) Coordenação-Geral de Serviços Turísticos (CGST):

A área técnica não dispõe de servidores que desempenhem, exclusivamente a função de análise de prestação de contas e seus referidos passivos, tendo, assim, que contar com os técnicos que já desempenham outras funções de competência desta Coordenação.

VI) Coordenação Geral de Qualificação do Turismo (CGQT):

Em 2014, o antigo DCPAT contava com o apoio de 8 técnicos que estavam aptos a analisarem os processos em Prestação de Contas. Em 2015, o Departamento sofreu um déficit desses técnicos passando a ter 7 pessoas aptas para as devidas análise.

Com a reestruturação feita pelo Decreto nº 8.627/2015, a CGQT passou a ter apenas 1 técnico para analisar prestações de contas de instrumentos celebrados em exercícios anteriores.

VII) Coordenação-Geral de Turismo Responsável (CGTR):

Cabe explanar, que com a reestruturação feita pelo Decreto nº 8.627/2015, a CGTR teve incorporada à sua nova estrutura, ações oriundas de outras Coordenações, como o Turismo Sustentável e Infância e a Produção Associada ao turismo, cada uma ação com um montante considerável de passivos, mas acompanhado a esse montante de processos, não foram transferidos técnicos suficientes para analisar prestações de contas de instrumentos celebrados em exercícios anteriores.

No âmbito da **Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo**, em decorrência da publicação do Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015 e da Portaria nº. 86 de 05 de fevereiro de 2016, que aprova, respectivamente a nova Estrutura Regimental e o Regimento Interno do MTur, criou-se a Coordenação Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo (CGMT), a qual absorveu parte das ações anteriormente exercidas pela extinta Coordenação-Geral de Estruturação de Destinos

(CGED/DEPROD), em especial aquelas relacionadas ao Programa de Regionalização do Turismo. Diante do exposto, foram atribuídos a CGMT 04 (quatro) processos de prestação de contas para análise técnica. Cabe registrar que a Coordenação disponibiliza apenas de 03 (três) servidores para análise.

Informamos que não há processos para análise de prestação de contas na CGINV.

Durante o exercício de 2016, a CGPLA possuía alocado em seu quadro 07 (sete) servidores. Desse número, 04 (quatro) servidores estavam habilitados a realizar análise técnica da execução de convênios, e dentre esses, 02 (dois) servidores estavam habilitados a realizar a análise da prestação de contas da execução física dos convênios anteriormente celebrados.

A estrutura física do Departamento acolheu às necessidades do setor, devido ao espaço satisfatório para o pessoal, com estações de trabalho individuais para todos os servidores, equipadas com computadores e telefone, impressoras, copiadora, scanner, de uso compartilhado.

Com relação ao DIETU, o Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, define a reestruturação do Ministério do Turismo, extinguindo Secretarias, Departamentos e Coordenações-Gerais. Neste contexto, no Departamento de Infraestrutura Turística foi criada a Coordenação-Geral de Acompanhamento e Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística (CGAS), que na realidade manteve as atividades da antiga Coordenação-Geral de Monitoramento e Fiscalização (CGMF/DIETU) e incorporou do extinto Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT a parte de obras, ou seja, os convênios vigentes e as prestações de contas por analisar. A nova estrutura de pessoal com a unificação dos setores de engenharia, passou a ser de 5 engenheiros (2 vindos do DPRDT) para condução dos trabalhos da coordenação, assim como, da análise de Prestação de Contas. Na oportunidade da reestruturação foram recebidos 50 (cinquenta) convênios do antigo DPRDT com prestação de contas em análise, além de 7 (sete) convênios em execução. Por outro lado, a CGAS/ DIETU já acompanhava 10 (dez) convênios em execução, 7 (sete) Termos de Cooperação, 1 (um) Termo de Execução descentralizada e 6 (seis) prestações de contas em análise.

Devido ao número reduzido de servidores para análise das prestações de contas, mesmo após a reestruturação, foi providenciada a Portaria nº14, de 30 de setembro de 2016, que estabeleceu critérios e prazos para análise das prestações advindas do extinto DPRDT.

QUADRO 6.3.3 C – QUANTIDADE DE SERVIDORES DESIGNADOS PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO DE CONVÊNIOS - SNETUR

Ano	Coordenação-Geral	Quantitativo de Pessoal	Quantidade Convênios Analisados
2016	Coordenação Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo (CGMT)	03	01
	Coordenação-Geral Planejamento Territorial do Turismo (CGPLA)	02	13

	Coordenação-Geral de Acompanhamento e Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística (CGAS)	05	24

6.3.4 Informações sobre a descentralização de recursos para o atendimento das ações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016

Projetos e investimentos estratégicos do Ministério do Turismo em apoio à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016:

- a) **Sinalização Turística:** O Projeto de sinalização turística na cidade do Rio de Janeiro voltado para pedestres, buscou atender as necessidades desse público. Para isso, o sistema de instalação das peças foi pensado para que o pedestre pudesse percorrer o caminho de forma segura, sempre atravessando as ruas pelas faixas ou passarelas, sem que houvesse obstruções. A localização das peças na calçada também visou possibilitar boa visualização e legibilidade, atendendo diferentes usos e estratégias de leitura e distância física do usuário. Além disso, o sistema foi desenvolvido para o uso de todo tipo de público, independentemente do nível de conhecimento da cidade. Houve quatro diferentes tipos de peças, que ofereceram todas as informações necessárias ao pedestre em pontos turísticos da cidade e conectou o usuário a outros atrativos.
 - Resultado: Instalação de 500 peças de sinalização turística (*totens*, *Finger Sign*, *Overview* e Identificadores de modal de transporte público);
 - Celebração de contrato do repasse n.º 0385247-02;
 - Empenho de R\$14.525.372,43.
 - Valor liberado: 10.432.419,00
- b) **Casa Brasil:** Espaço de promoção do país, referência do Governo Federal durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.
 - Ação contou com a participação de 22 órgãos do Governo Federal;
 - Localização: Píer Mauá, local onde foi ativado o *Boulevard* Olímpico;
 - Papel do Ministério do Turismo: teve como objetivo promover o turismo nacional, proporcionando vivências dos destinos turísticos brasileiros, apresentando toda sua diversidade e fortalecendo a marca Brasil;
 - Período de realização da ação: durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016.
 - Valor liberado pelo MTur : R\$1.000.000,00
- c) **Qualificação:** No decorrer do desenvolvimento da Plataforma “Canal Braços Abertos” foram necessários ajustes e realinhamento de algumas ações, em razão da entrega tardia dos cadastros dos alunos pela Riotur. Dessa forma, o MTur e os demais parceiros envolvidos Riotur, IFRJ e a PUC envolveram esforços no sentido de viabilizar as ações de qualificação profissional para o setor turístico com propósito de prestar um atendimento com qualidade aos turistas que visitaram o país durante as Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, tais como: contemplou outras categorias de

profissionais; disparou convites via SMS, estimulando os alunos a concluírem os módulos dos cursos; impressão de folders de divulgação do “Canal Braços Abertos”; mobilização da equipe da CGQT junto aos alunos incentivando a dar continuidade no curso e promoveu reuniões de trabalho visando minimizar os entraves ocasionados durante o desenvolvimento do Projeto. A Plataforma Canal “Braços Abertos” recebeu o cadastro de 8.756 pessoas, no entanto, 522 pessoas concluíram os 81 módulos. Tal resultado, deve-se a mobilização tardia do público-alvo por parte da Riotur, empresa responsável pelo mapeamento da demanda identificada, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 054/2015, uma vez que alguns alunos exerceram a função de voluntários e tiveram que paralisar o curso para atuarem nas Olimpíadas. Outro fato que prejudicou a ação foram os atrasos no repasse de recursos pelo MTur, impactando no cronograma de execução. Até dezembro de 2016 foram repassados recursos no valor de R\$ 5.024.145,00 (cinco milhões, vinte e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais). Cabe ressaltar que, a parceria firmada entre o MTur e o IFRJ teve por objeto a oferta de ações de qualificação profissional para o setor de turismo, via ferramenta tecnológica denominada Plataforma Engajamento e Aprendizagem – PEA. A PEA foi desenvolvida com o conceito de multicanais independentes, podendo em cada canal desenvolver uma solução educacional diferente, permitindo a criação de módulos, ou módulo único, uso opcional de ferramentas de gamificação e materiais de diferentes formatos como vídeos, textos e conteúdos interativos. Assim, o grande legado desta parceria é que a PEA é de domínio do MTur e suportará outras ações de educação a distância, podendo realizar parcerias junto aos órgãos de turismo, Secretarias de Estados e Municipais, visando a qualificar os atores institucionais envolvidos nos Programas de Turismo. Destarte, em 26 de maio de 2016, foi lançado o Canal “Braços Abertos, que serviu como piloto no Rio de Janeiro.

- d) **Estudos e Pesquisas:** realizar as Pesquisas de Demanda Internacional, Demanda Doméstica e Jornalistas Estrangeiros para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016.
- Trata-se do mesmo conjunto de pesquisas realizado durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014;
 - Levantamento e divulgação da movimentação de turistas estrangeiros e domésticos e de jornalistas estrangeiros durante os eventos;
 - A pesquisa de Demanda Doméstica no período dos Jogos Rio 2016 foi estimado em R\$ 909.480,00 e o contrato foi fechado em R\$ 894.000,00 pela empresa GMR;
 - A Demanda Internacional do ano de 2016 estava incluso :
 - 4 etapas normais
 - 1 etapa especial que inclui:
 - Pesquisa de Demanda Internacional nas Olimpíadas e Paralimpíadas 2016;
 - Pesquisa com Jornalistas nas Olimpíadas e Paralimpíadas 2016;
 - Não é possível desmembrar para sabermos o valor de cada etapa da pesquisa. O valor previsto no Projeto Básico foi de R\$ R\$ 4.306.850, e o contrato foi fechado em R\$ 4.187.451,00 pela empresa FIPE.

- No mais o valor da pesquisa de Demanda Internacional no ano de 2015 foi de R\$ 3.828.784,00.

- e) **Turismo Responsável:** O objetivo das ações de Turismo Responsável para os Jogos Olímpicos foi sensibilizar o trade turístico quanto à importância da adoção de práticas de sustentabilidade no setor, orientar como melhor atender os turistas com deficiência ou mobilidade reduzida e transmitir orientações quanto ao enfrentamento e prevenção da exploração de crianças e adolescentes no setor de turismo, incentivando a denúncia pelo “Disque 100”.
- Os valores das ações para os Jogos Olímpicos para o Turismo responsável estão descritos no quadro abaixo:

QUADRO 6.3.4 – DESEMBOLSOS TURISMO RESPONSÁVEL

Diárias e passagens - Reuniões, encontros de sensibilização e participação nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro.	R\$ 22.449,48
Produção de adesivos e <i>displays</i> (material promocional da Campanha Passaporte Verde).	R\$ 11.445,00
Produção, impressão e envio do Guia “Dicas para Atender Bem Turistas com Deficiência”, lançado no período dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.	R\$ 80.200,00.
Produção do Mapa de Iniciativas Sustentáveis, em parceria com o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade. www.iniciativassustentaveis.turismo.gov.br	R\$ 31.374,88
Valor Total	R\$ 145.469,36

- f) **Promoção Turística Nacional: Tendo como plataforma os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, o objetivo foi realizar campanha para fortalecer o turismo doméstico, antes, durante e depois do período dos Jogos.**

- Das três campanhas planejadas para as Olimpíadas, só foram realizadas duas, uma antes e outra depois do período dos Jogos. Não foram realizadas campanhas publicitárias durante os jogos, pois a SECOM orientou que fosse realizado, dado que muitos esforços de propaganda já estavam sendo realizados nesse período.

Segue os valores das campanhas realizadas:

- Viva de Perto (antes Olimpíadas): R\$ 2.066.745,70
- Viva de Perto (Pós-Olimpíadas): R\$ 11.980.281,38
- Realização de cinco *press trips* (viagem técnica com jornalistas especializados) durante o tour da tocha. Os destinos pré-selecionados por chamada pública foram Porto Seguro (BA), Joinville (SC), Santarém (PA), Cabo Frio (RJ) e Dourados (MS).

O investimento total foi de R\$ 210 mil, incluindo o custo operacional com as passagens e diárias dos técnicos do MTur. O retorno estimado com a equivalência publicitária do espaço conquistado pelas reportagens foi de R\$ 3,3 milhões, ou 15,7 vezes mais que o investido.

6.3.5 Informações sobre a execução das despesas

QUADRO 6.3.5 A: DESPESAS CORRENTES – SE

DESPESAS CORRENTES - UG 540004 (GM - SE - CGRL)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	23.244.767,65	23.930.860,94	23.244.767,65	23.930.860,94	0,00	0,00	23.244.767,65	23.930.860,94
Obrigações Patronais	3.913.362,18	4.242.965,99	3.913.362,18	4.242.965,99	0,00	0,00	3.913.362,18	4.242.965,99
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	360.952,18	1.857.765,81	300.258,68	1.299.550,03	60.693,50	558.215,78	300.258,68	1.299.550,03
Demais Elementos do Grupo	604.642,11	589.009,48	604.642,11	589.009,48	0,00	0,00	604.642,11	589.009,48
3. Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de Terceiros - PJ	29.490.427,05	21.930.831,69	23.969.293,39	15.511.986,37	5.521.133,66	6.418.845,32	23.969.293,39	15.511.986,37
Serviços de Consultoria	8.806.893,94	8.892.186,44	7.997.979,40	7.855.601,34	808.914,64	1.036.585,10	7.997.979,40	7.855.601,34
Indenizações e Restituições	633.461,43	1.457.825,14	621.971,82	1.288.568,86	11.489,61	169.256,28	621.971,82	1.288.568,86
Demais Elementos do Grupo	1.429.081,56	3.152.455,09	1.056.645,97	2.895.813,53	372.435,59	256.641,56	1.056.645,97	2.895.813,53
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Outros serviços de Terceiros - PJ	0,00	1.222.300,00	0,00	1.220.500,00	0,00	1.800,00	0,00	1.220.500,00
Equipamentos e Materiais de Terceiros - PJ	51.791,75	133.806,91	43.500,00	126.581,91	8.291,75	7.225,00	43.500,00	126.581,91
Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 6.3.5 B: DESPESAS CORRENTES – SNETUR

DESPESAS CORRENTES - UG 540005 (SNETUR - ANTIGA SNPDTUR)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
2. Juros e Encargos da Dívida	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Juros sobre Dívida por Contrato		R\$ 39.285,78		R\$ 39.385,78		R\$ -		R\$ 39.385,78

Outros Encargos sobre Dívida por Contrato		R\$ 24.325,07		R\$ 24.325,07		R\$ -		R\$ 24.325,07
3. Outras Despesas Correntes								
Passagens e Despesas Locomoção	R\$ 167.083,20	R\$ 154.213,52	R\$ 127.959,68	R\$ 154.213,52	R\$ 39.123,52	R\$ -	R\$ 127.959,68	R\$ 154.213,52
Diárias de Pessoal Civil	R\$ 111.836,78	R\$ 117.974,03	R\$ 111.836,78	R\$ 117.974,03	R\$ -	R\$ -	R\$ 111.836,78	R\$ 117.974,03
Indenizações	R\$ 1.703,67	R\$ 160,00	R\$ 1.703,67	R\$ 160,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.703,67	R\$ 160,00
Demais Elementos do Grupo	R\$ 86.136,49	R\$ 128,00	R\$ 7.090,72	R\$ 128,00	R\$ 79.045,77	R\$ -	R\$ 7.090,72	R\$ 128,80
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contribuições Fundo a Fundo		R\$ 362.688.726,74		R\$ 292.500,00		R\$ 362.396.226,74		R\$ 292.500,00
Outros Serviços de Terceiros PJ	R\$ 8.596.693,99	R\$ 7.875.410,30	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.596.693,99	R\$ 7.875.410,30	R\$ -	R\$ -
6. Amortização da Dívida								
Principal Corrigido Dívida Contratual		R\$ 221.171,20		R\$ 221.171,20		R\$ -		R\$ 221.171,20

QUADRO 6.3.5 C: DESPESAS CORRENTES – SNPTUR

DESPESAS CORRENTES - UG 540006 (SNPTUR)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Outros Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 66.629.826,76	R\$ 43.235.503,46	R\$ 20.056.484,99	R\$ 25.047.022,42	R\$ 46.573.341,77	R\$ 18.188.481,04	R\$ 20.056.484,99	R\$ 25.047.022,42
Contribuições - Fundo a Fundo		R\$ 13.257.681,94		R\$ 4.989.515,00		R\$ 8.268.166,94		R\$ 4.989.515,00
Passagens e Despesas de Locomoção	R\$ 274.680,69	R\$ 277.412,71	R\$ 150.514,68	R\$ 255.542,07	R\$ 124.166,01	R\$ 21.870,64	R\$ 150.514,68	R\$ 255.542,07
Demais Elementos do Grupo	R\$ 107.680,55	R\$ 212.023,14	R\$ 107.680,55	R\$ 206.245,14	R\$ 107.680,55	R\$ 5.778,00	R\$ 107.680,55	R\$ 206.245,14

QUADRO 6.3.5. D: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO –SE

UG 540004 (GM - SE - CGRL)								
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 28.407.848,78	41,48125057	R\$ 25.934.456,09	41,30478488	R\$ 24.220.394,93	39,24942206	R\$ 25.934.456,09	41,30478488
a) Convite	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
b) Tomada de Preços	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
c) Concorrência	R\$ 8.126.393,94	11,86619184	R\$ 7.479.035,52	11,91156476	R\$ 7.449.299,25	12,07167311	R\$ 7.479.035,52	11,91156476
d) Pregão	R\$ 20.281.454,84	29,61505874	R\$ 18.455.420,57	29,39322012	R\$ 16.771.095,68	27,17774894	R\$ 18.455.420,57	29,39322012
e) Concurso	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
f) Consulta	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0

2. Contratações Diretas (h+i)	R\$ 11.727.424,90	17,12443116	R\$ 6.543.639,96	10,42179716	R\$ 9.200.905,35	14,91017048	R\$ 6.543.639,96	10,42179716
h) Dispensa	R\$ 10.759.250,70	15,71069945	R\$ 6.099.007,33	9,713648316	R\$ 8.615.960,57	13,96226089	R\$ 6.099.007,33	9,713648316
i) Inexigibilidade	R\$ 968.174,20	1,413731708	R\$ 444.632,63	0,708148845	R\$ 584.944,78	0,947909587	R\$ 444.632,63	0,708148845
3. Regime de Execução Especial	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R\$ 28.348.314,42	41,39431827	R\$ 30.309.922,74	48,27341796	R\$ 28.287.620,92	45,84040746	R\$ 30.309.922,74	48,27341796
k) Pagamento em Folha	R\$ 28.123.724,12	41,06637064	R\$ 30.062.386,44	47,87917666	R\$ 28.063.030,62	45,47645636	R\$ 30.062.386,44	47,87917666
l) Diárias	R\$ 224.590,30	0,327947624	R\$ 247.536,30	0,394241298	R\$ 224.590,30	0,363951104	R\$ 247.536,30	0,394241298
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	R\$ 68.483.588,10	100,00	R\$ 62.788.018,79	100,00	R\$ 61.708.921,20	100,00	R\$ 62.788.018,79	100,00

QUADRO 6.3.5. E: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO –SNETUR

UG 540005 (SNETUR - ANTIGA SNPDTUR)								
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 49.651,44	0,554037297	R\$ 168.183,23	58,77300824	R\$ 35.837,35	14,5156788	R\$ 168.183,23	58,77301
a) Convite	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
b) Tomada de Preços	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
c) Concorrência	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
d) Pregão	R\$ 49.651,44	0,554037297	R\$ 168.183,23	58,77300824	R\$ 35.837,35	14,5156788	R\$ 168.183,23	58,77301
e) Concurso	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
f) Consulta	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0

2. Contratações Diretas (h+i)	R\$ 8.800.262,24	98,19802816	R\$ 0,00	0	R\$ 99.213,05	40,1855819	R\$ 0,00	0
h) Dispensa	R\$ 7.000,00	0,07810974	R\$ 0,00	0	R\$ 7.000,00	2,83530315	R\$ 0,00	0
i) Inexigibilidade	R\$ 8.793.262,24	98,11991842	R\$ 0,00	0	R\$ 92.213,05	37,3502788	R\$ 0,00	0
3. Regime de Execução Especial	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
j) Suprimento de Fundos	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R\$ 111.836,78	1,247934547	R\$ 117.974,03	41,22699176	R\$ 111.836,78	45,2987393	R\$ 117.974,03	41,22699
k) Pagamento em Folha	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0
l) Diárias	R\$ 111.836,78	1,247934547	R\$ 117.974,03	41,22699176	R\$ 111.836,78	45,2987393	R\$ 117.974,03	41,22699
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	R\$ 8.961.750,46	100,00	R\$ 286.157,26	100,00	R\$ 246.887,18	100,00	R\$ 286.157,26	100,00

QUADRO 6.3.5. F: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO –SNPTUR

UG 540006 (SNPTUR)								
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	62.153.932,26	92,75685009	13.615.741,74	53,83318259	15.630.426,20	76,95975409	13.615.741,74	53,83318259
a) Convite	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
b) Tomada de Preços	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
c) Concorrência	62.121.276,26	92,70811516	13.290.721,45	52,54813496	15.603.668,52	76,82800691	13.290.721,45	52,54813496
d) Pregão	32.656,00	0,048734933	325.020,29	1,285047627	26.757,68	0,131747174	325.020,29	1,285047627
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0

2. Contratações Diretas (h+i)	4.750.544,19	7,089583865	11.578.822,75	45,77972256	4.576.543,47	22,53359285	11.578.822,75	45,77972256
h) Dispensa	19.194,50	0,028645353	4.369.737,30	17,27683078	16.794,00	0,082688859	4.369.737,30	17,27683078
i) Inexigibilidade	4.731.349,69	7,060938511	7.209.085,45	28,50289178	4.559.749,47	22,45090399	7.209.085,45	28,50289178
3. Regime de Execução Especial	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
j) Suprimento de Fundos	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	102.900,58	0,153566047	97.905,85	0,38709485	102.900,58	0,506653064	97.905,85	0,38709485
k) Pagamento em Folha	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
l) Diárias	102.900,58	0,153566047	97.905,85	0,38709485	102.900,58	0,506653064	97.905,85	0,38709485
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	67.007.377,03	100,00	25.292.470,34	100,00	20.309.870,25	100,00	25.292.470,34	100,00

QUADRO 6.3.5. F: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – TOTAL MTUR

UG 540004 (GM - SE - CGRL)								
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	68.483.588,10	47,409	62.788.018,79	71,05398	61.708.921,20	75,01175	62.788.018,79	71,05398
UG 540005 (SNETUR - ANTIGA SNPDTUR)								
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	8.961.750,46	6,203934	286.157,26	0,323829	246.887,18	0,30011	286.157,26	0,323829
UG 540006 (SNPTUR - ANTIGA SNPTUR)								
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	67.007.377,03	46,38707	25.292.470,34	28,62219	20.309.870,25	24,68815	25.292.470,34	28,62219
6. Total das Despesas da UPC	144.452.715,59	100,00	88.366.646,39	100,00	82.265.678,63	100,00	88.366.646,39	100,00

6.3.5.1 Análise crítica da realização da despesa

6.3.5.1.1 Contratos celebrados em 2016

No exercício de 2016, foram formalizados 27 (vinte e sete) Contratos Administrativos e 01 (um) Termo de Compromisso, sendo: 10 (dez) oriundos de pregões eletrônicos realizados pelo órgão, 03 (três) oriundos de Dispensa de Licitação, 12 (doze) provenientes de Inexigibilidade de Licitação e 02 (dois) originados de adesões a atas de registro de preços, conforme demonstrado no quadro “Contratos Celebrados em 2016”, no [Anexo I](#)

A) Aquisições/Serviços formalizadas por Dispensa de Licitação

Em 2016, foram realizadas 79 aquisições/serviços por meio de Dispensa de Licitação. Desse total, 1 foi realizada com fulcro no art. 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93, 75 com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 bem como foram celebrados diretamente 02 (dois) contratos administrativos fundamentados no inciso XIII e 01 (um) com fundamento no inciso XXII do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

QUADRO 6.3.5.1.1 A – AQUISIÇÕES/SERVIÇOS FORMALIZADAS POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contrato	Fundamento Legal	Contratada	Valor Total
023/2016	Art.24, inciso XIII	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE)	R\$ 4.192.751,76
027/2016	Art. 24, inciso XIII	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV)	R\$ 1.190.800,00
016/2016	Art. 24, inciso XXII	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	R\$ 192.000,00

Fonte: CGRL/DIRAD

B) Aquisições/Serviços formalizadas por Inexigibilidade de Licitação

No exercício, foram realizadas 14 aquisições/serviços por Inexigibilidade de Licitação com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93. Desse total, foram gerados 01 (um) Termo de Compromisso, firmado com a Imprensa Nacional, 01 (um) contrato firmado com a *Havard Kennedy School*, e 12 (doze) contratos destinados ao estande institucional do MTur em eventos turísticos atrelados à finalidade institucional do órgão, em atendimento às solicitações da Coordenação-Geral de Eventos, conforme quadro “Inexigibilidades de Licitação 2016”, [Anexo II](#).

C) Contratos Vigentes no exercício

Além das contratações firmadas no exercício de 2016 ([Anexo III](#)), no total de 27 (vinte e sete) contratos e 01 (um) Termo de Compromisso, houve prorrogação de vigência dos Contratos

celebrados em exercícios anteriores, totalizando 24 (vinte e quatro) contratos, conforme demonstrado no Quadro “Contratos Prorrogados/Vigentes Em 2016”, no [Anexo IV](#).

D) Controle de Compras

É responsabilidade da Área de Compras as Dispensas e as Inexigibilidades de Licitação.

As Dispensas de Licitação com valor igual ou menor a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e que não gerarem contrato, dispensam prévia manifestação jurídica conforme PARECER/CONJUR/MTUR/Nº 001/2003, segundo o qual “é dispensado prévia manifestação jurídica nas contratações diretas, de valor restrito, fundamentadas nos incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93”. As demais Dispensas e as Inexigibilidades terão que ser instruídas e encaminhadas à Consultoria Jurídica, para manifestação quanto aos aspectos legais da contratação, juntamente com a minuta de contrato.

QUADRO 6.3.5.1.1 D: DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES FIRMADAS EM 2016

Modalidade	Quantidade	Valor (R\$)
Dispensa de Licitação	79	5.821.297,27
Inexigibilidade	14	4.749.155,19
Total		10.570.452,46

Fonte: CMAP/CGRL/DIRAD

E) Almoxarifado – Material de Expediente

Ao comparar o ano de 2015 com o ano de 2016, houve um crescimento de 8 novos itens de material de consumo ao portfólio de produtos estocados em nosso almoxarifado, objetivando proporcionar um melhor atendimento e variedade aos nossos usuários. Esse crescimento representou um aumento de 1,3% no número de itens disponíveis.

Total de itens em 2004: 108 itens diferentes

Total de itens em 2005: 139 itens diferentes

Total de itens em 2006: 172 itens diferentes

Total de itens em 2007: 177 itens diferentes

Total de itens em 2008: 251 itens diferentes

Total de itens em 2009: 326 itens diferentes

Total de itens em 2010: 456 itens diferentes

Total de itens em 2011: 469 itens diferentes

Total de itens em 2012: 524 itens diferentes

Total de itens em 2013: 543 itens diferentes

Total de itens em 2014: 597 itens diferentes

Total de itens em 2015: 612 itens diferentes

Total de itens em 2015: 620 itens diferentes

Até o final de dezembro de 2016, o almoxarifado contava com o valor absoluto de R\$ 267.739,49 em itens de material de consumo. Esse valor encontra-se distribuído da seguinte maneira:

QUADRO 6.3.5.1.1 F: DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ABSOLUTO EM MATERIAIS EM DEZEMBRO/2016

GRUPO	SALDO FINANCEIRO ATUAL
33.390.30.11 - MATERIAL QUIMICO	350,00
33.390.30.16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	171.223,13
33.390.30.17 - MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	63.091,48
33.390.30.19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	8.083,48
33.390.30.21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	7.439,42
33.390.30.22 - MATERIAL DE LIMP. E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	1.597,68
33.390.30.24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00
33.390.30.25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00
33.390.30.26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRÔNICO	11.644,62
33.390.30.28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	0,00
33.390.30.29 - MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.016,60
33.390.30.35 - MATERIAL LABORATORIAL	0,00
33.390.30.39 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEICULOS	841,76
33.390.30.42 – FERRAMENTAS	0,00
33.390.30.43 - MATERIAL PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	0,00
33.390.30.44 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	2.450,97
33.390.30.46 - MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	0,00
TOTAL	267.739,49

Fonte: CGRL/DIRAD

No ano de 2016 foram atendidas um total de 1.413 requisições. Sendo assim, foi mantida uma média aproximada de 117 requisições por mês.

6.3.6 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não houve do Suprimento de fundos no exercício de 2016.

6.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Plano de Ação 2016, publicado pela Portaria nº 177, de 13 de julho de 2016, foi composto por 40 iniciativas e 44 indicadores de desempenho. As iniciativas e indicadores estavam ligadas a 4 focos e 13 objetivos, conforme apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 6.4 A: FOCOS E OBJETIVOS DO PLANO DE AÇÃO 2016

Focos	Objetivos
Gestão estratégica de pessoas	Desenvolver competências técnicas e gerenciais
	Cuidar da qualidade de vida dos servidores
Efetividade na aplicação de recursos	Garantir a eficiência, efetividade e transparência na aplicação dos recursos
	Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação seguras e de alto desempenho
Excelência Administrativa	Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada
	Simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos
	Aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional
Estruturação, fomento e promoção	Conhecer o turista, o mercado, e o território
	Estruturar os destinos turísticos
	Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos
	Promover os produtos turísticos
	Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística
	Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social

Existe um grau de satisfação pré-definido no Sistema de Monitoramento utilizado pelo MTur (Quadro 6.5.2), que indica os resultados de desempenho das iniciativas. Ressalta-se que, caso seja observada execução insatisfatória, no mês de referência, o responsável expõe os motivos, bem como as ações corretivas a serem implementadas para que não haja comprometimento da execução da meta.

QUADRO 6.4 B: GRAU DE SATISFAÇÃO PRÉ-DEFINIDO NO SISTEMA DE MONITORAMENTO

Grau de Satisfação	Avaliação do Resultado	Cor de identificação
Abaixo de 65%	Insatisfatório	 Vermelho
De 65% a 90%	Merece atenção	 Amarelo
Acima de 91%	Satisfatório	 Verde
-	Sem meta prevista para o período	 Cinza

A seguir apresenta-se o resultado dos objetivos fixados para o exercício:

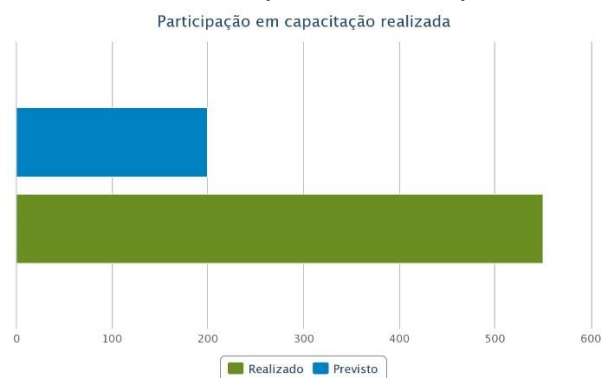
6.4.1 Executar o programa de Desenvolvimento de Competências

Foco: Gestão estratégica de pessoas

Objetivo: Desenvolver competências técnicas e gerenciais

Indicador: Participação em capacitação realizada

GRÁFICO 6.4.1: PARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÃO REALIZADA



Ao longo do exercício de 2016, foram realizados treinamentos em turmas fechadas na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e na Escola de Administração Fazendária (ESAF). Além disso foram realizadas capacitações relacionadas ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que beneficiaram grande número de servidores. Ressalta-se, contudo que, a realização de alguns cursos na ESAF foi prejudicada por dificuldades relacionadas ao Termo de Execução Descentralizada (TED).

6.4.2 Elaborar plano de qualidade de vida dos servidores

Foco: Gestão estratégica de pessoas

Objetivo: Cuidar da qualidade de vida dos servidores

Indicador: Plano elaborado

GRÁFICO 6.4.2: PLANO ELABORADO



O Plano Inovador de Qualidade de Vida no Trabalho foi elaborado, aprovado e publicado. Destacam-se avanços nas seguintes ações: Ação 13 - que diz respeito à disponibilização da sala de capacitação, em horários ociosos, para estudos - e na Ação 5 – que trata da promoção da primeira Ação Social na época do Natal, para presentear filhos do pessoal de apoio.

As dificuldades encontradas foram, na maioria dos casos, relacionadas à capacidade de mobilização, devido à priorização de Planos ou Programas de outras áreas, ou pelo fato de o plano ter sido lançado na segunda metade do ano, o que inviabilizou certas ações, como as que envolvem contratações.

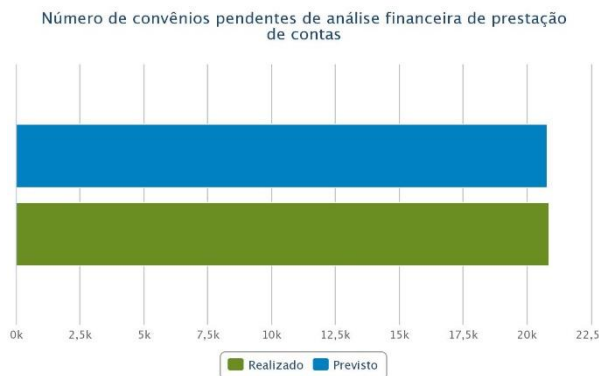
6.4.3 Eliminar o passivo de prestações de contas pendentes de análise financeira

Foco: Efetividade na aplicação de recursos

Objetivo: Garantir a eficiência, efetividade e transparência na aplicação dos recursos

Indicador: Número de convênios pendentes de análise financeira de prestação de contas

GRÁFICO 6.4.3: NÚMERO DE CONVÊNIOS PENDENTES DE ANÁLISE FINANCEIRA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



Cabe notar que o número de análises não é o mesmo que o número de convênios analisados. Um mesmo convênio pode ter em torno de 5 ou 6 notas de análises, reanálises, pedidos de reconsideração e parcelamentos. Assim sendo, a baixa no estoque só é dada quando o convênio é concluído ou arquivado por ter sido instaurado Tomada de Contas Especial (TCE) e encaminhado ao TCU, que julga o mérito. Ressalta-se que o número de "passivo de análise prestação de contas" diminuiu para 1.652.

6.4.4 Atualizar o sistema de avaliação da GDPGPE

Foco: Efetividade na aplicação de recursos

Objetivo: Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação seguras e de alto desempenho

Indicador: Sistema atualizado

GRÁFICO 6.4.4: SISTEMA ATUALIZADO



O Sistema GDPGPE/GDACE é composto pelos módulos de Gestão da Equipe, Meta Intermediária, Atividade Individual e Avaliação 360°. Todos os módulos se encontram finalizados. O sistema está em uso e passando por manutenções evolutivas e periódicas.

6.4.5 Desenvolver ferramenta de monitoramento integrado de gestão

Foco: Efetividade na aplicação de recursos

Objetivo: Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação seguras e de alto desempenho

Indicador: Sistema desenvolvido

GRÁFICO 6.4.5: SISTEMA DESENVOLVIDO



A base do sistema foi finalizada e está passando por reformulação. Além disso, estão sendo feitas a revisão do código e algumas atualizações no design dos componentes. O módulo de planejamento estratégico ainda necessita de algumas funcionalidades para administradores do sistema.

6.4.6 Elaborar o Planejamento Estratégico 2016/2019 do Ministério do Turismo

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada

Indicador: Portaria Publicada

GRÁFICO 6.4.6: PORTARIA PUBLICADA



O Plano Estratégico 2017/2020 do Ministério do Turismo está diretamente relacionado à atualização do Plano Nacional de Turismo 2017/2020. Este, tem como prazo o primeiro quadrimestre de 2017. Assim, a atualização do Plano Estratégico correrá junto à atualização do Plano Nacional de Turismo. Cabe registrar que o Plano de Ação 2017, assim como o Plano Plurianual 2016/2019 serão atualizados a partir da publicação do Plano Nacional de Turismo e do Planejamento Estratégico.

6.4.7 Elaborar *Press Release* de ações e resultados relevantes

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada

Indicador: Matéria elaborada

GRÁFICO 6.4.7: MATÉRIA ELABORADA



Foram produzidos, em 2016, 948 *press releases*, que foram publicados no portal www.turismo.gov.br e distribuídos para um *mailing* com cerca de 30 mil veículos. O portal do MTur teve 2,3 milhões de visualizações no ano. As matérias mais acessadas foram: 1.Novas regras autorizam viagens turísticas curtas de van e micro-ônibus - 33.695 acessos - 2.Conheça 12 destinos que valem a pena visitar na baixa temporadas - 13.567 acessos - 3.Fazenda e Turismo firmam acordo para preservar empregos - 11.540 acessos.

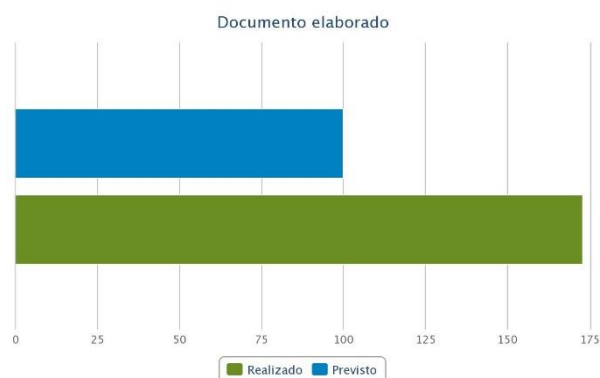
6.4.8 Produzir conteúdos especiais (briefings, pontos de fala e artigos)

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada

Indicador: Documento elaborado

GRÁFICO 6.4.8: DOCUMENTO ELABORADO



Em 2016, foram produzidos 173 *briefings*, discursos/pontos de fala e artigos. Os *briefings* têm o objetivo fornecer subsídios sobre compromissos das agendas dos gestores. Já os pontos de fala são sugestões de pronunciamentos para eventos em geral. Por sua vez, os artigos têm o objetivo de reforçar as mensagens, bem como a imagem, do Ministério do Turismo junto à opinião pública. Em 2016, foram publicados

artigos do ministro em veículos internacionais e nos principais jornais nacionais. Foi adotada a estratégia de regionalizar os artigos, o que resultou na ampliação dos públicos atingidos e propiciou a divulgação das ações do MTur nas regiões onde elas são implementadas.

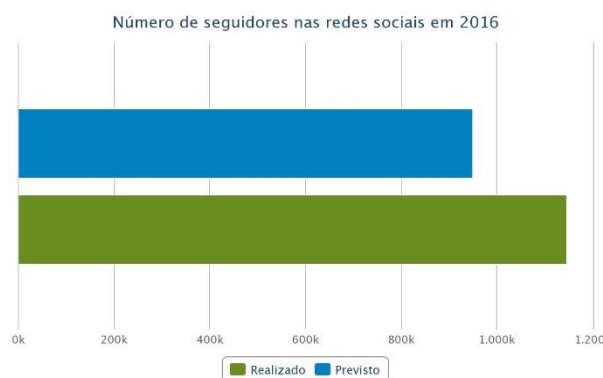
6.4.9 Utilizar a mídia digital para divulgação de informações relevantes do setor

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada

Indicador: Número de seguidores nas redes sociais

GRÁFICO 6.4.9: NÚMERO DE SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS



Em 2016, as redes sociais do Ministério do Turismo produziram conteúdo principalmente para o Twitter, Facebook e Instagram. Os destaques, em quantidade de seguidores, se deram, especialmente, por conta do Tour da Tocha e da Casa Brasil, durante a Olimpíada. Entre as principais dificuldades estão a produção do conteúdo *in loco*, uma vez que há pouco tempo e/ou poucas oportunidades de viajar pelo Brasil para produzir conteúdos diferenciados.

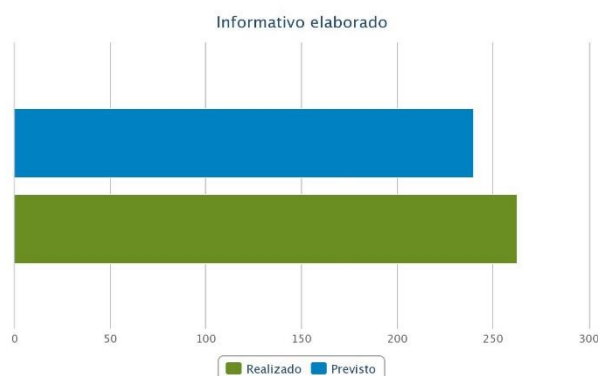
6.4.10 Produzir informativo diário interno (newsletter)

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada

Indicador: Informativo elaborado

GRÁFICO 6.4.10: INFORMATIVO ELABORADO



A *newsletter* é um informativo diário que apresenta um resumo das principais notícias relacionadas ao Ministério do Turismo e aos servidores e colaboradores da Pasta. O boletim eletrônico é enviado por e-

mail para cerca de 660 destinatários. Lançada em agosto de 2014, a *News* passou por uma reformulação de *layout*, em outubro de 2015, acompanhando a atualização da intranet do órgão. O principal objetivo da *News* é levar as informações instantâneas publicadas no portal do MTur e na intranet ao público interno em primeira mão. Entre elas, estão avisos diversos, como: orientações e informes da COGEP, cursos para servidores, programação cultural da cidade, palestras das áreas do ministério e vídeos relacionados ao setor. Este é um meio ágil e prático de apresentar as notícias para todos. No fim de 2015, um problema técnico alterou a forma de envio da *News*, que antes era feito por um programa de disparo automático, o sistema Mensagens. Com a alteração, o boletim eletrônico passou a ser enviado a todos como um e-mail pelo próprio *Outlook*. Desde então, não é possível mensurar o número de pessoas que, de fato, o recebem e/ou acompanham a sua leitura (visualizações). Um dos pontos a serem melhorados relaciona-se ao aperfeiçoamento das métricas que permitem avaliar o real alcance da *newsletter* do ministério.

6.4.11 Promover a abertura dos dados do MTur (Plano de Dados Abertos)

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Fortalecer os processos de gestão estratégica e comunicação integrada

Indicador: Plano de Dados Abertos publicado

GRÁFICO 6.4.11: PLANO DE DADOS ABERTOS PUBLICADO



O Plano de Dados Abertos do Ministério do Turismo foi finalizado no dia 12/07/2016, e publicado no dia 28/07/2016, estando disponível para consulta no endereço: dados.turismo.gov.br. No dia 29/07 foi publicada a Portaria MTur nº 181/2016, que aprovou o Plano de Dados Abertos. O Plano possui periodicidade bienal, com revisões semestrais.

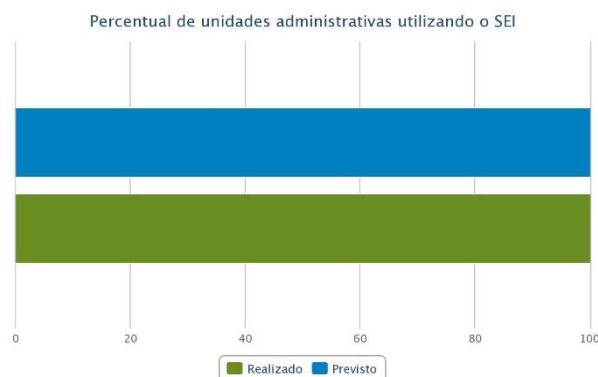
6.4.12 Implementar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos

Indicador: Percentual de unidades administrativas utilizando o SEI

GRÁFICO 6.4.12: PERCENTUAL DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS UTILIZANDO O SEI



O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Trata-se também de um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características a dispensa do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real. Em 2016, os servidores e colaboradores do MTur foram capacitados para o uso do Sistema, bem como foi realizada a adesão ao Projeto Piloto por diversos setores do MTur.

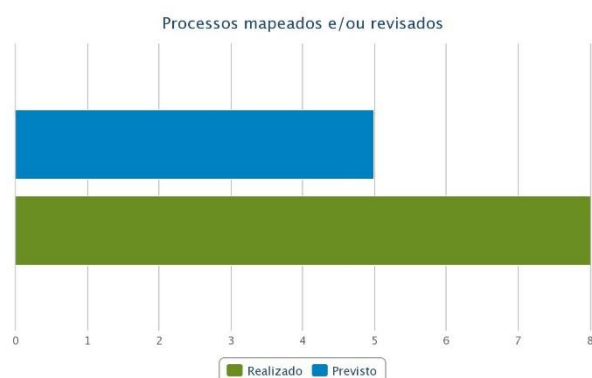
6.4.13 Realizar o mapeamento e/ou revisão de macroprocessos

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos

Indicador: Processos mapeados e/ou revisados

GRÁFICO 6.4.13: PROCESSOS MAPEADOS E/OU REVISADOS



Em 2016, foram mapeados os seguintes macroprocessos: Gestão das Ações de Publicidade, Gestão da Execução Descentralizada, Gestão de Soluções de TI, Gestão de Pessoas, Acompanhamento de Pagamento de Tarifas - DIETU/SNETur, Gestão de Prestação de Contas, macroprocesso de "Férias" da COGEP, Gestão do Plano de Ação.

Cabe destacar que, apesar de a meta ter sido superada, fatores como a redução da equipe de trabalho, impactaram enormemente o andamento das atividades, em decorrência disto, alguns projetos estão inacabados.

6.4.14 Elaboração do Plano de Gestão de Riscos do MTur

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional

Indicador: Plano publicado

GRÁFICO 6.4.14: PLANO PUBLICADO



A meta não foi alcançada, embora diversos esforços tenham sido realizados, tais como: agendamento da reunião de instalação do Comitê de Riscos e Controles Internos; proposição das minutas da Política de Gestão de Riscos, do Regimento Interno do Comitê e da Resolução que institui o Grupo de Trabalho de Governança, Riscos e Controles. Tais minutas aguardam a aprovação superior e o agendamento da reunião que deliberará a respeito delas com os membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos. Observa-se que dado o contexto político, em que ocorreu várias trocas de Ministros, tanto o Plano Nacional do Turismo, quanto o Planejamento Estratégico não foram elaborados. Espera-se que com esses documentos elaborados facilite o trabalho de Elaboração do Plano de Riscos.

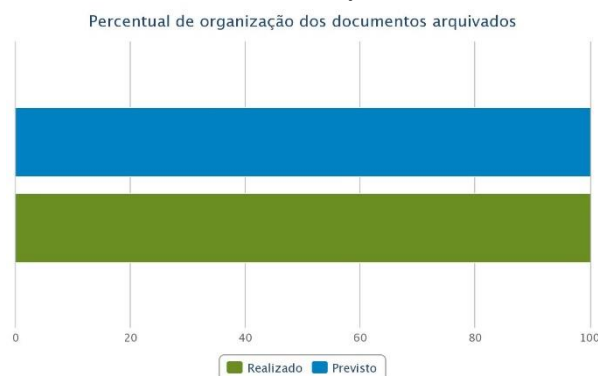
6.4.15 Reorganizar o arquivo central do MTur (Projeto Arquivo 100%)

Foco: Excelência administrativa

Objetivo: Aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional

Indicador: Percentual de organização dos documentos arquivados

GRÁFICO 6.4.15: PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS



Foi elaborado um plano de ação para reorganização do Arquivo e foi firmada parceria com o Arquivo Nacional, de modo que foi possível a recomposição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e da comissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA). Realizou-se a seleção e a aprovação da primeira listagem de eliminação dos documentos com prazos de temporalidade expirados.

6.4.16 Realizar o estudo de demanda turística internacional receptiva para o Brasil

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Conhecer o turista, o mercado, e o território

Indicador: Estudo realizado

GRÁFICO 6.4.16: ESTUDO REALIZADO



No ano de 2016, a coleta dos dados para a pesquisa de Demanda Turística Internacional Receptiva para o Brasil transcorreu de acordo com o planejamento inicial, sendo que para isso foi necessário a manutenção dos contatos com os Órgãos de Turismo Estaduais; as entidades parceiras, em especial com a Polícia e Receita Federal; além da Infraero e Concessionárias Aeroportuárias, para que os trabalhos fossem realizados sem interrupções. O bom desempenho dos trabalhos mantém a construção da série histórica das informações sobre o mercado de turismo receptivo no Brasil, e, o conhecimento da opinião dos visitantes ao Brasil. Além do dimensionamento do turismo internacional receptivo no Brasil. Portanto, o trabalho da pesquisa ocorreu de forma satisfatória. As atividades, previstas para serem realizadas no ano de 2016, foram efetivadas de forma satisfatória e os relatórios entregues conforme cronograma estabelecido em contrato, com a entrega de 3 relatórios parciais. O último relatório parcial será entregue

em fevereiro/2017, além do Relatório final descritivo com o resultado final e os dados expandidos será entregue em julho/2017.

6.4.17 Concluir a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro 2016

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Conhecer o turista, o mercado, e o território

Indicador: Mapa atualizado

GRÁFICO 6.4.17: MAPA ATUALIZADO



O Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento de orientação para atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento de políticas públicas, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada. A atualização do Mapa, é feita de forma conjunta aos órgãos de turismo dos estados brasileiros e atualizada periodicamente. A atualização foi realizada por meio do <http://sistema.mapa.turismo.gov.br>, e, instruída por meio da Portaria nº 205, de 09 de dezembro de 2015, que estabelece os critérios para atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. Em 12 de julho de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 30, por meio da Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016, o Mapa do Turismo Brasileiro 2016 e dá outras providências. O Mapa interativo está disponibilizado no sítio www.mapa.turismo.gov.br. Ressalta-se que é necessário definir de forma clara a periodicidade de atualização do Mapa do Turismo Brasileiro de modo a permitir que tanto os gestores estaduais, responsáveis diretos pela condução desse processo em seus estados, como os gestores municipais possam se organizar para o cumprimento dos critérios estabelecidos.

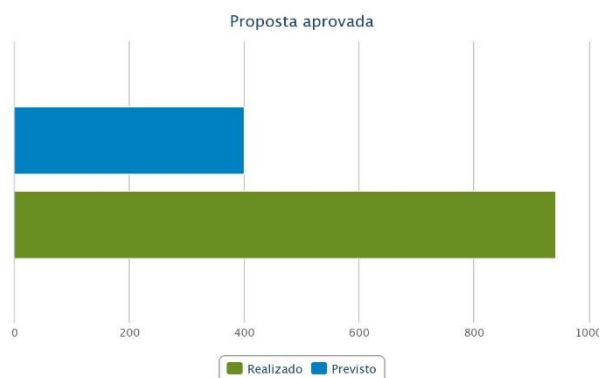
6.4.18 Melhorar a infraestrutura nas regiões turísticas

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Estruturar os destinos turísticos

Indicador: Proposta aprovada

GRÁFICO 6.4.18: PROPOSTA APROVADA



Em consonância com o Mapa do Turismo Brasileiro, foram apoiados diversos novos projetos de apoio à infraestrutura turística. No ano de 2016, foram aprovadas 943 novas propostas de infraestrutura turística. Neste exercício foram atendidos mais de 660 municípios em todas as unidades da Federação.

6.4.19 Melhorar a infraestrutura nas regiões turísticas

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Estruturar os destinos turísticos

Indicador: Obra concluída

GRÁFICO 6.4.19: OBRA CONCLUÍDA



Ao longo de 2016, foram concluídas 1.215 obras de infraestrutura turística, o que contribuiu diretamente para o aumento da competitividade e estruturação dos destinos turísticos. Em que pese a irregularidade das liberações de recursos financeiros para o pagamento de contratos de repasse durante o exercício, o MTur conseguiu superar a meta estabelecida para o período.

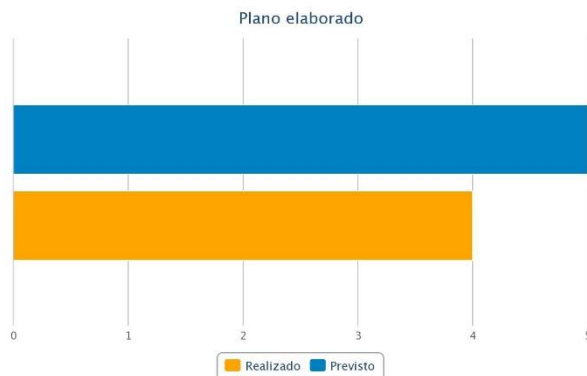
6.4.20 Elaborar Planos de Desenvolvimento do Turismo

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Estruturar os destinos turísticos

Indicador: Plano elaborado

GRÁFICO 6.4.20: PLANO ELABORADO



Foram concluídos os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Palma, Polo Jalapão e Polo Cantão, no estado do Tocantins, além do Plano de *Marketing* Turístico do Município de Natal. Estava prevista a conclusão do PDITS do Rio Grande do Sul, no entanto, o Convênio nº 774762/2012 não teve sua execução concluída conforme o programado, em virtude de dificuldades orçamentárias no âmbito do estado, o que impossibilitou o atingimento da meta prevista inicialmente. A elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional e Territorial do Turismo é de fundamental importância para orientar o planejamento e a definição de prioridades e investimentos.

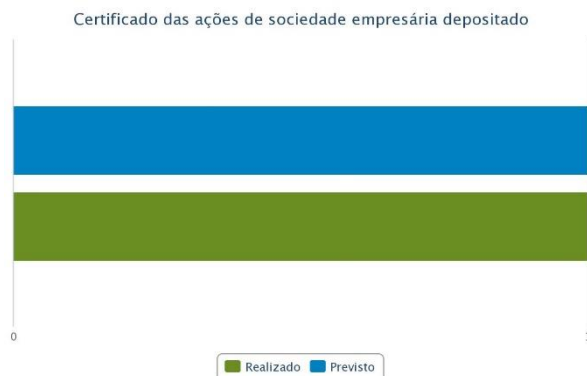
6.4.21 Depositar certificado das ações de sociedade empresária no Fundo Nacional de Desestatização – FND

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos

Indicador: Certificado das ações de sociedade empresária depositado

GRÁFICO 6.4.21: CERTIFICADO DAS AÇÕES DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA DEPOSITADO



A Meta foi cumprida, tendo em vista o depósito do certificado das ações minoritárias da companhia FENAC S/A, pertencentes ao Fungetur, no Fundo Nacional de Desestatização (FND). As principais dificuldades decorrem pelo fato da morosidade das empresas, que o Fungetur possui participação societária, fornecerem a documentação exigida pelo BNDES para realizar o depósito no FND. Além disso, algumas companhias, elencadas na Portaria MTur nº 114, de 23 de março de 2016, encontram-se em processo de liquidação, o que impede o depósito de suas ações no FND.

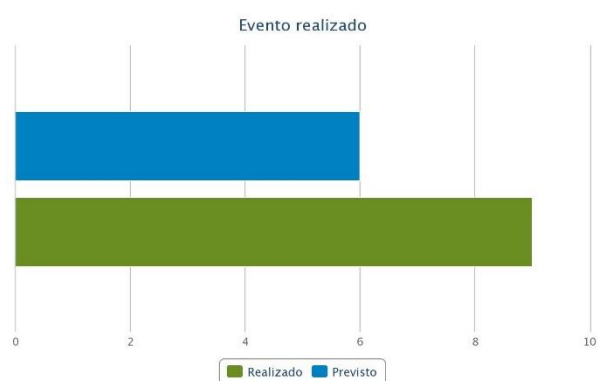
6.4.22 Realizar e/ou promover eventos de atração de investimentos no setor de turismo

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos

Indicador: Evento realizado

GRÁFICO 6.4.22: EVENTO REALIZADO



A participação e realização de eventos para atração de investimentos privados em turismo propicia a realização de negócios, fortalecendo o processo de desenvolvimento econômico das regiões por meio de aquisição de novas tecnologias pelo mercado nacional, inovação em modelos de gestão, geração de empregos, renda e divisas e ampliação do número de turistas internacionais em nosso país. Em 2016, foram realizados 9 eventos.

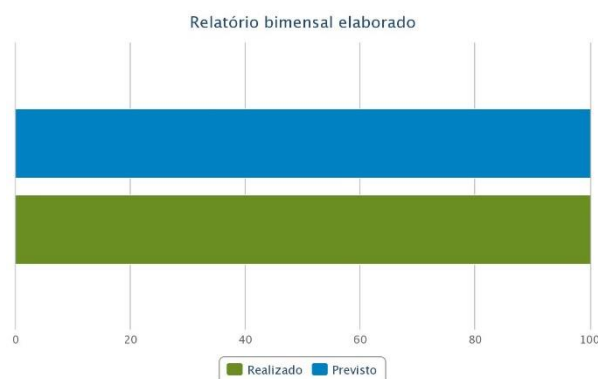
6.4.23 Monitorar a execução dos instrumentos de convênios celebrados no âmbito do Prodetur Nacional

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos

Indicador: Relatório bimensal elaborado

GRÁFICO 6.4.23: RELATÓRIO BIMENSAL ELABORADO



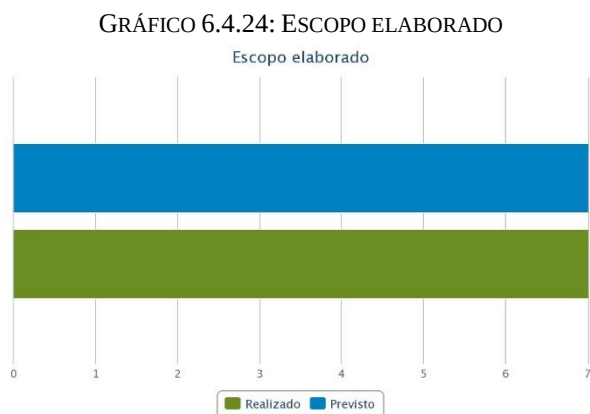
As ações de monitoramento são de fundamental importância para se garantir o atingimento de metas e objetivos em instrumentos de planejamento. No caso específico dos instrumentos de convênios, o monitoramento bimestral se mostrou suficiente para garantir a elaboração de um relatório gerencial demonstrando a situação de cada um, os avanços alcançados e as dificuldades encontradas. Os relatórios foram produzidos em tempo hábil, ressaltando-se que o acompanhamento se fez de forma mensal, com tomadas de decisões para ajustar andamentos e encaminhamentos que se fizeram necessários, com produção de documentação reflexa, todas anexas aos processos de convênios.

6.4.24 Elaborar proposta de reestruturação do sistema operacional Cadastur

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos

Indicador: Escopo elaborado



A ação de elaborar proposta de reestruturação do sistema operacional Cadastur, por parte da área técnica, foi concluída com êxito por meio da entrega de 07 escopos, relativos às 07 atividades turísticas de cadastro obrigatório. Entretanto, o desenvolvimento da proposta tem sido prejudicado pela descontinuidade dos contratos de empresa para o desenvolvimento de sistemas.

6.4.25 Avaliar a viabilidade da implementação da fiscalização de prestadores de serviços turísticos por meio da elaboração de um relatório conclusivo acerca da possibilidade de parceria com órgãos de natureza fiscalizatória no âmbito do transporte turístico

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos

Indicador: Relatório desenvolvido

GRÁFICO 6.4.25: RELATÓRIO DESENVOLVIDO



A ação foi concluída com êxito pela área técnica, formalizada por meio do Relatório de Conclusão do Grupo de Trabalho. Quanto à formalização da parceria, ressaltamos que o MTur ainda aguarda o posicionamento formal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) quanto ao acordo de cooperação técnica proposto no mês de novembro de 2016.

6.4.26 Qualificação de Profissionais visando a melhoria da prestação de serviços no setor de turismo

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos

Indicador: Profissional qualificado

GRÁFICO 6.4.26: PROFISSIONAL QUALIFICADO



A oferta de cursos de educação profissional teve o objetivo de ampliar o conhecimento, contribuindo dessa forma para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos turistas, bem como para a elevação das oportunidades de empregabilidade. Embora a meta preestabelecida para a ação de qualificação profissional tenha sido alcançada, a expectativa de superação restou prejudicada.

Destaca-se a dificuldade na contratação de professores, no tocante ao PRONATEC TURISMO. Foram publicados 05 Editais pelo Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro a fim de selecionar 33 docentes para os cursos de idioma de inglês, entretanto sem sucesso. Destaca-se que tratava-se de uma seleção específica que requeria a avaliação da fluência do profissional na língua estrangeira, fato este que com a proximidade dos Jogos Olímpicos que iriam ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, impossibilitou a oferta dos cursos.

Quanto à Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA), a mobilização tardia do público alvo por parte da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur), empresa responsável pela demanda identificada, dificultou adesão dos alunos, portanto houve descontinuidade nos cursos, resultando no baixo número de qualificados.

6.4.27 Elaborar e aprovar proposta de reformulação das matrizes de classificação dos meios de hospedagem

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos

Indicador: Proposta elaborada

GRÁFICO 6.4.27: PROPOSTA ELABORADA



Importa registrar que proposta de reformulação se deu a partir de uma análise e avaliação do processo de construção e estruturação do Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass), envolvendo levantamento e compilação de dados relacionados aos marcos legais e infra legais, bem como quanto à efetividade dos resultados alcançados, considerando, inclusive, os resultados de pesquisa contratada em exercícios anteriores.

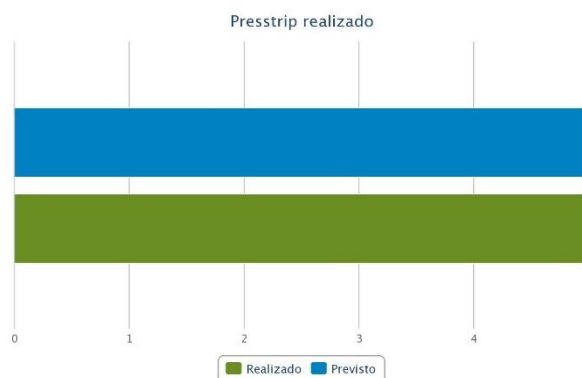
6.4.28 Realizar *press trips* em destinos pré-selecionados durante a passagem da Tocha Olímpica Rio 2016

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: *Press trip* realizado

GRÁFICO 6.4.28: *PRESS TRIP* REALIZADO



Os jornais e blogs convidados produziram cerca de 50 reportagens, notas e *posts* positivos sobre os destinos visitados. A ação também foi objeto de outras 113 matérias de veículos nacionais. O MTur investiu cerca de 210 mil reais na ação e obteve retorno publicitário equivalente a mais de 3,3 milhões de reais. A ação fortaleceu o posicionamento dos destinos turísticos selecionados, auxiliando em sua competitividade.

6.4.29 Implementar estratégia para divulgação dos festejos juninos

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Oficina de definição do conceito de produto turístico relacionado aos festejos juninos realizada

GRÁFICO 6.4.29: OFICINA DE DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE PRODUTO TURÍSTICO RELACIONADO AOS FESTEJOS JUNINOS REALIZADA



A oficina foi devidamente realizada e o relatório produzido serviu de apoio para todas as ações de promoção dos festejos juninos realizadas em 2016, sendo perfeitamente passível de permanecer sendo utilizado nos próximos anos.

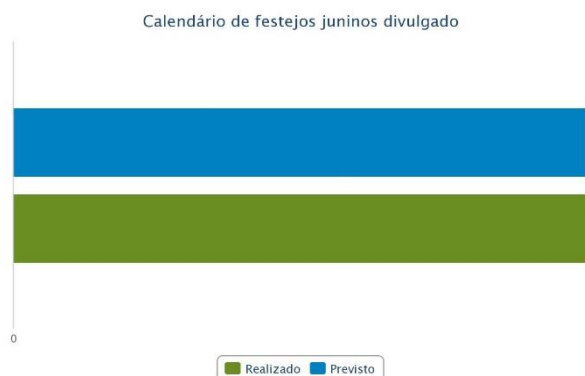
6.4.30 Implementar estratégia para divulgação dos festejos juninos

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Calendário de festejos juninos divulgado

GRÁFICO 6.4.30: CALENDÁRIO DE FESTEJOS JUNINOS DIVULGADO



A ferramenta depende da colaboração dos destinos para inserção de seus eventos. Em 2016, 48 eventos foram recebidos pelo MTur e divulgados pelo calendário ou por matérias produzidas a partir dos dados nele contidos. A ferramenta, contudo, depende de estímulo constante para que seja utilizada - para que os eventos sejam cadastrados - e realmente sirva de fonte de consulta para qualquer usuário.

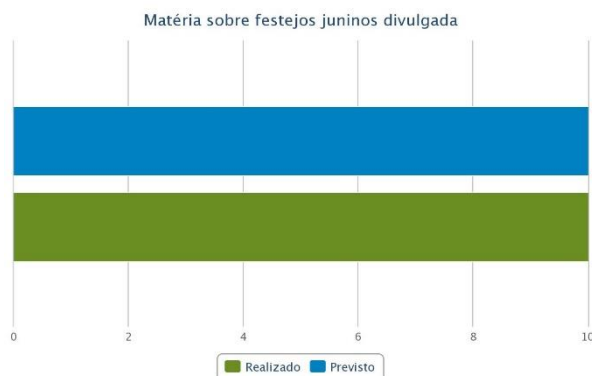
6.4.31 Implementar estratégia para divulgação dos festejos juninos

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Matéria sobre festejos juninos divulgada

GRÁFICO 6.4.31: MATÉRIA SOBRE FESTEJOS JUNINOS DIVULGADA



Entre junho e agosto, o MTur produziu matérias jornalísticas promovendo os festejos juninos e seus destinos turísticos associados. Essas matérias foram republicadas por outros veículos ou serviram para estimulá-los a redigirem suas próprias reportagens. Trata-se de uma ação que auxilia a promoção dos eventos e, sobretudo, dos destinos, porém o alcance é reduzido. Para realmente alcançarem o público consumidor, as ações de promoção dos festejos juninos precisam ser constantes e devem se utilizar de vários canais/veículos.

6.4.32 Promoção, *marketing* e apoio à comercialização voltada para o incentivo a viagem no mercado doméstico

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Campanha promocional realizada

GRÁFICO 6.4.32: CAMPANHA PROMOCIONAL REALIZADA



Ao longo do ano de 2016, foram realizadas campanhas e em alguns casos mais de um *flight*, de 5 grandes grupos: Sustentabilidade, Viaje Legal, Campanha Pós Olimpíada, Campanha Verão Nordeste e ainda uma execução de TED com campanha da Previdência. Como ponto forte pode ser destacada a liberação de verba no fim do ano para realização de uma campanha forte de incentivo ao verão do nordeste.

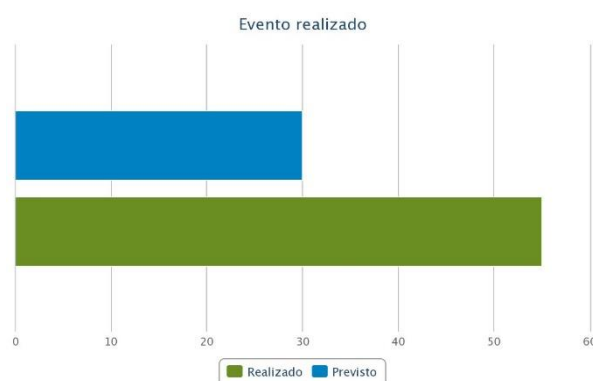
6.4.33 Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Evento realizado

GRÁFICO 6.4.33: EVENTO REALIZADO



A meta estabelecida foi superada, restando aprovadas 55 (cinquenta e cinco) propostas. As principais dificuldades encontradas foram as seguintes: exiguidade de prazos associada à dificuldade dos proponentes em cumprir os critérios e requisitos manifestados por meio de diligência; número insuficiente de servidores para analisarem as propostas demandadas a esta área.

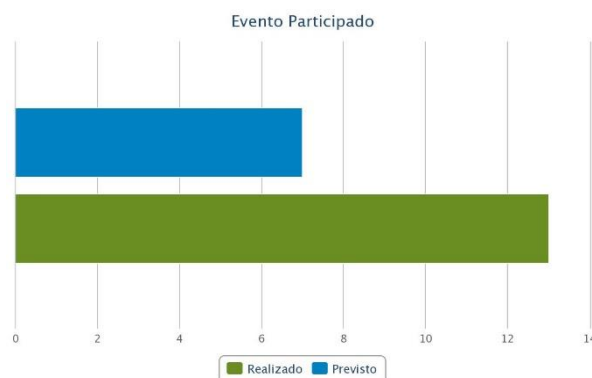
6.4.34 Participação em eventos institucionais do setor turístico

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Evento participado

GRÁFICO 6.4.34: EVENTO PARTICIPADO



A meta prevista foi superada, já que houve recursos suficientes para viabilizar a participação do MTur nos eventos institucionais. Contudo houve restrição de pessoal na área responsável, não confirmação antecipada do calendário de eventos institucionais, o que gerou atraso em determinados processos.

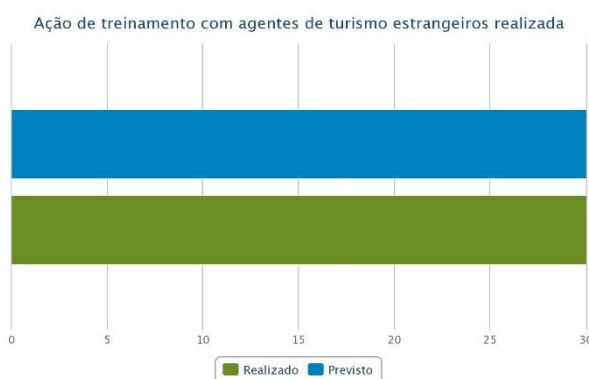
6.4.35 Realizar ações de treinamento com agentes de turismo estrangeiros

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Ação de treinamento com agentes de turismo estrangeiros realizada

GRÁFICO 6.4.35: AÇÃO DE TREINAMENTO COM AGENTES DE TURISMO ESTRANGEIROS REALIZADA



No tocante ao quantitativo previsto, foi possível cumprir em 100% a meta, fortalecendo a imagem do Brasil no exterior e assim fomentando a promoção e comercialização dos destinos turísticos brasileiros. Apesar de ter enfrentado um período de contingenciamento do Governo Federal com a redução orçamentária e financeira, os eventos foram realizados em sua totalidade, superando, em alguns meses (maio, junho e novembro), o número previsto de eventos.

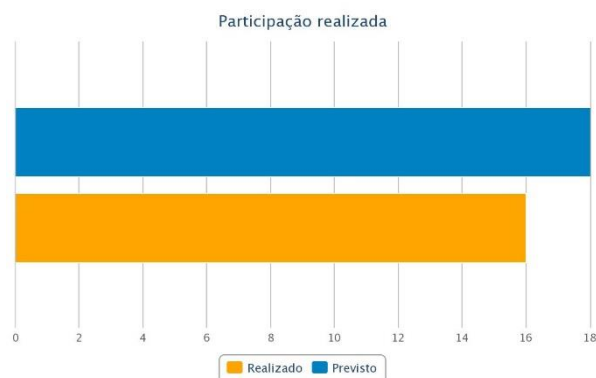
6.4.36 Participação em feiras internacionais de turismo

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Participação realizada

GRÁFICO 6.4.36: PARTICIPAÇÃO REALIZADA



Apesar de não terem atingido a totalidade da meta proposta (desempenho acima dos 90%) considera-se positivo o resultado aferido ao longo do exercício, pois, devido ao contingenciamento orçamentário houve o cancelamento da participação da Embratur em duas feiras: *World Travel Fair* (WTF), ocorrida no período 16 a 19 de maio, em Xangai/China, e *IBTM World*, ocorrida no período de 29 de novembro a 01 de dezembro, em Barcelona/Espanha.

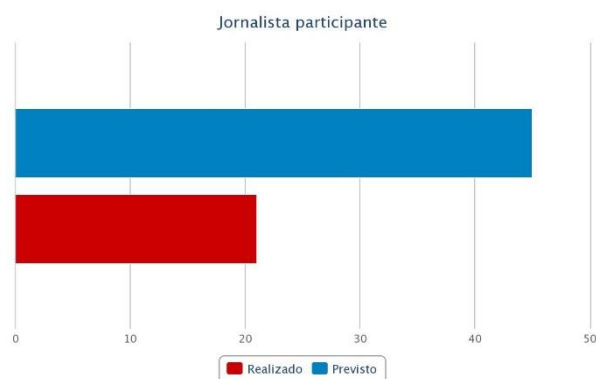
6.4.37 Realização de press trips

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Jornalista participante

GRÁFICO 6.4.37: JORNALISTA PARTICIPANTE



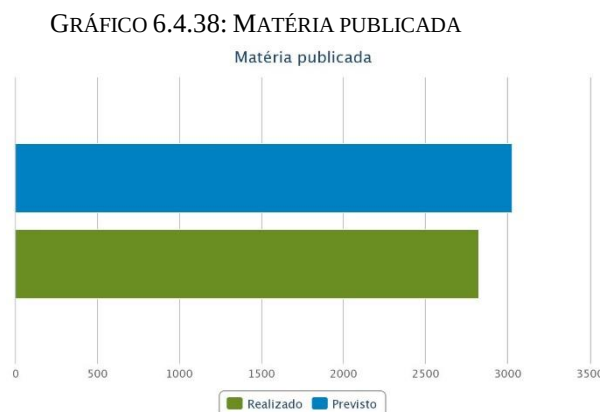
O cenário de contingenciamento orçamentário de 2016 ocasionou a revisão do planejamento proposto, impactando diretamente na redução de tamanho e aporte de diversas ações planejadas ou mesmo ocasionando cancelamento, refletindo, assim, no resultado deste indicador, ficando abaixo do planejado (desempenho 46,67%).

6.4.38 Influenciar a publicação de matérias jornalísticas positivas por meio do programa de Relações Públicas

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: Matéria publicada



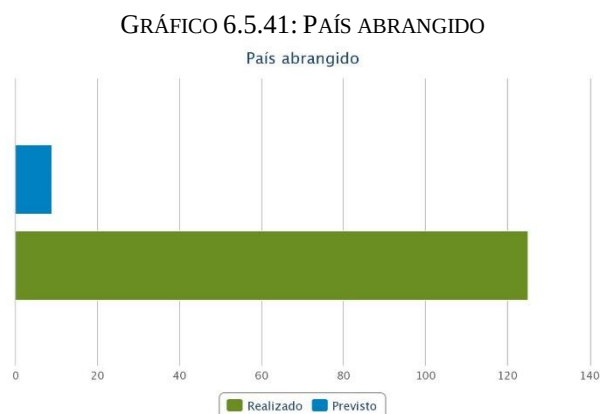
A restrição orçamentária prejudicou diretamente no resultado anual desse indicador, ficando abaixo do planejado, apesar de não terem atingido a totalidade da meta proposta, (desempenho 93,16%) considera-se positivo o resultado aferido ao longo do exercício.

6.4.39 Realizar campanhas publicitárias em países prioritários

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Promover os produtos turísticos

Indicador: País abrangido



Nesta iniciativa a meta prevista foi superada, (desempenho 1.388,89 %) devido ao esforço com a campanha ‘Get Closer’ que estava prevista para os primeiros meses do ano, mas, foi adiada para o segundo semestre. A Ação de mídia foi lançada em agosto/16 com período prolongado e alcance mais amplo (número de países), por meio da CNN. Foram contemplados um total de 121 países, localizados na América Latina, Europa, Oriente Médio, África, Ásia e Oceania. A campanha foi estendida para os meses de agosto a dezembro de 2016. O meio contemplado (TV fechada) atende às necessidades de alto

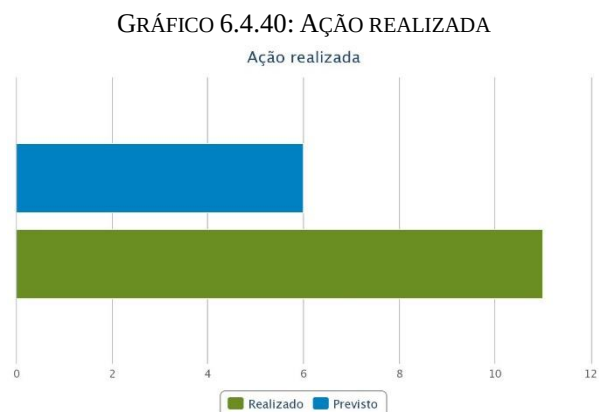
alcance, cobertura mundial, frequência durante todo período e impacto da mensagem pelas características visuais.

6.4.40 Realização de ações de sensibilização sobre o Turismo Responsável

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística

Indicador: Ação realizada



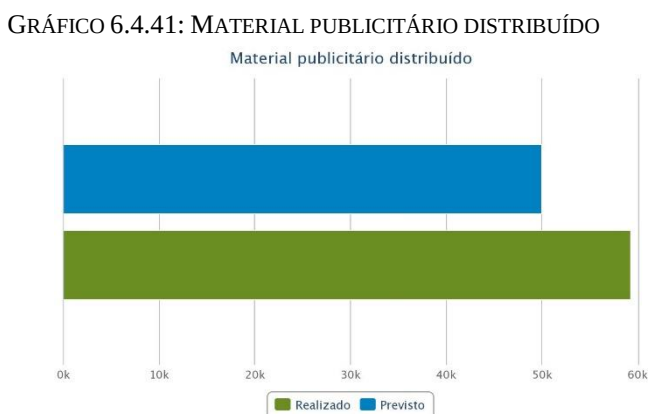
As ações de sensibilização sobre o Turismo responsável, apresentaram um resultado positivo e superior daquele previsto, tendo em vista os dois grandes eventos no ano de 2016, a Olimpíada e a Paraolimpíada.

6.4.41 Distribuição de material publicitário sobre a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística

Indicador: Material publicitário distribuído



As ações de distribuição de material publicitário sobre a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo apresentaram resultado positivo e superior daquele previsto, em parte pela realização das Olimpíadas em 2016.

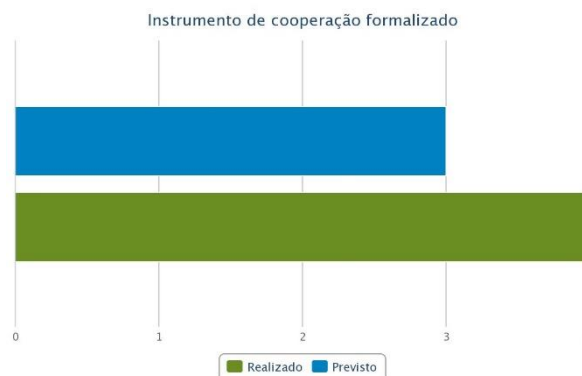
6.4.42 Fortalecer e ampliar a cooperação internacional

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social

Indicador: Instrumento de cooperação formalizado

GRÁFICO 6.4.42: INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO FORMALIZADO



Foram celebrados 4 instrumentos de cooperação internacional, sendo que 3 estavam previstos para serem assinados (Tailândia, Tunísia e Vietnã) e 1 resulta de negociações iniciadas em 2016, portanto, não previstas anteriormente (Argentina).

6.4.43 Fortalecer e ampliar a cooperação internacional

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social

Indicador: Missão internacional realizada

GRÁFICO 6.4.43: MISSÃO INTERNACIONAL REALIZADA



Houve relativa dificuldade para cumprir o calendário de missões internacionais tendo em vista às trocas de Ministros ocorridas no ano. Contudo, com as alterações de Ministros, novas missões foram demandadas por parte do Gabinete do Ministro com vistas a cumprir agenda adequada às novas políticas adotadas.

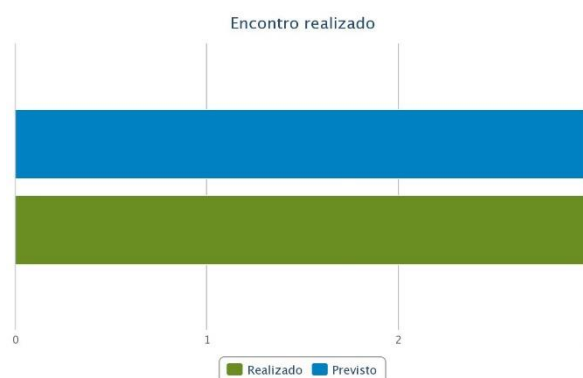
6.4.44 Realizar encontros com os entes federados a fim de fortalecer a Rede de Regionalização

Foco: Estruturação, fomento e promoção

Objetivo: Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social

Indicador: Encontro realizado

GRÁFICO 6.4.44: MISSÃO INTERNACIONAL REALIZADA



Os encontros acontecem periodicamente durante o ano, no intuito de fortalecer os laços institucionais entre os Interlocutores das UFS e os representantes do Ministério do Turismo, através do Programa de Regionalização do Turismo. Destaca-se que os recursos financeiros escassos impossibilitaram a participação de todas as UFs, em especial a Região Norte do País.

Resumo das Iniciativas:

São 40 iniciativas/Ações do Plano de Ação com um total de 44 Indicadores, desses: 39 estão com execução satisfatória; 2 estão com execução mediana; 3 estão com execução insatisfatória;

Riscos e Entraves: 6,8% estão com o desempenho aquém do previsto; 93,2% do plano está com execução acima de 55%.

6.5 Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Programa de Qualificação Profissional

Em 2016, as ações de capacitação para desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores foram desenvolvidas seguindo o Plano Anual de Capacitação, alinhado com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do MTur, elaborado por meio de Levantamento de Necessidade de Capacitação realizado com as chefias das áreas, que identificaram os servidores a serem capacitados e a área temática a ser oferecida em cursos diversos.

No quadro a seguir é possível identificar todos os cursos e treinamentos ofertados à força de trabalho no decorrer do exercício de 2016, com dados do nível de escolaridade dos contemplados.

QUADRO 6.5.A: TREINAMENTOS OFERTADOS À FORÇA DE TRABALHO DO MTUR NO EXERCÍCIO DE 2016

CURSO	QT DE PARTICIPANTES POR UNIDADE				NÍVEL DE ESCOLARIDADE		QT TOTAL DE PARTICIPANTES	VALOR
	GM	SE	SNETur	SNPTur	Médio	Superior		
MARÇO		27		7	13	21	34	
Curso Básico de Gestão de Convênios		25		6	13	18	31	
Gestão por Competências				1		1	1	
II Simpósio de Boas Práticas de Governança e Gestão de Pessoas		2				2	2	
ABRIL	12	36	19	11	19	59	78	
Encontro com as Setoriais de Contabilidade sobre a Elaboração do BGU		1				1	1	
Entendendo e Utilizando os SIC (Sistema de Informação de Custos)		1				1	1	
Gerenciamento de Projetos		1				1	1	
Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Adm. Púb Federal	1					1	1	R\$ 30.730,93
Promoção de Investimentos Estrangeiros			1			1	1	
Seminário de Gestão de Pessoas: Experiências Práticas na Implementação da Gestão por Competências no Setor Público		7				7	7	
Transferências Voluntárias - Visão da CGU	6	18	13	7	10	34	44	
Treinamento do Sistema Monitor da CGU	5	8	5	4	9	13	22	
MAIO	3	13	1	1		18	18	
1º Fórum Aprimore STJ: Competências, Resultados e Inovação		2				2	2	
4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres		1				1	1	
Análise e Melhoria de Processos		1				1	1	
Diálogo internacional - Análise de Deliberações em Políticas Públicas		1				1	1	
Gerenciamento de Projetos		1				1	1	
Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental			1			1	1	
Gestão por Competências		1				1	1	
Inglês	1					1	1	
Inmersión em Español C2 Avanzado Superior	1					1	1	
Introdução à Gestão de Processos		1				1	1	
Introdução à Gestão de Projetos		2				2	2	
Introdução ao Assentamento Funcional Digital - AFD		1				1	1	
Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios		1				1	1	
Orçamento Público: conceitos básicos		1				1	1	
Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais (PDGO)	1			1		2	2	
JUNHO		3				3	3	
Gerenciamento de Licitações e Contratos		1				1	1	
Gestão Integrada na Administração Pública		1				1	1	
Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira		1				1	1	
JULHO	10	9	7	11	5	32	37	
Encontro com as Setoriais de Contabilidade sobre a Elaboração do BGU 2		2				2	2	
Fundamentos da Gestão da Logística Pública e Teoria Geral da Licitação				1		1	1	
Gestão do Orçamento Público				1		1	1	
Gestão e Apuração da Ética Pública	2	3		2	2	5	7	
Processo Administrativo Disciplinar para a Formação de Membros de Comissões				1		1	1	
Elaboração de Projetos			1		3	1	1	
Termo de Execução Descentralizada	8	4	6	6		21	24	R\$ 7.980,00

AGOSTO	7	109	10	8	41	93	134	
Ferramentas Conversacionais		1				1	1	
Agile Trends GOV 2016		2				2	2	R\$ 1.500,00
Capacitação do SEI		18			8	10	18	
Comunicação Colaborativa e Facilitação de Diálogos	3	45	2	3	14	39	53	
Contratação de Bens e Serviços de TI		3			1	2	3	R\$ 6.600,00
Ferramentas Conversacionais		21		1	8	14	22	
Gestão de Documentos		1			1		1	
Gestão de Riscos e Controles Internos	1					1	1	
Gestão Orçamentária e Financeira	2	18	8	3	8	23	31	R\$ 4.536,00
Leadership and Innovation in Contexts of Change				1		1	1	R\$ 38.117,19
Processo Administrativo Disciplinar para a Formação de Membros de Comissões	1				1		1	
SETEMBRO	27	98	12	4	34	107	141	
Capacitação do SEI	24	66	3		28	65	93	
Como Responder Diligências e Notificações dos Órgãos de Control		1				1	1	R\$ 2.480,00
Diálogo Internacional - Brasil e Reino Unido: novos caminhos para as Políticas Públicas		1				1	1	
Dirigentes de Recursos Humanos		2				2	2	
Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	1	6	5	1	1	12	13	R\$ 4.536,00
Fundamentos da Gestão da Logística Pública e Teoria Geral da Licitação		1				1	1	
Gerenciamento de Projetos			1			1	1	
Gestão por Competências	2	10	3	2	3	14	17	R\$ 2.721,60
Seminário de Gestão de Pessoas: a arte de liderar e coordenar grupos e equipes		2				2	2	
SICONV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV)		1		1		2	2	
SICONV - Teoria e Prática		8			2	6	8	R\$ 7.037,00
OUTUBRO	1	6		8	6	9	15	
Capacitação do SEI	1			7	4	4	8	
Gestão do Orçamento Público		1				1	1	
Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos		1				1	1	
Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Adm. Púb Federal		1				1	1	R\$ 7.900,00
Rede Nacional de Certificadores		2			2		2	
SEII USAR		1				1	1	
TCU e o Sistema S				1		1	1	R\$ 1.690,00
NOVEMBRO	2	8		31	8	33	41	
Capacitação do SEI	2	6		30	8	30	38	
Normas de Encerramento do Exercício de 2016 e Abertura de Exercício 2017		1				1	1	
Seminário - Gestão por Resultados		1				1	1	
Tourismtrade Show				1		1	1	
DEZEMBRO	14	30	14	19	39	58		
Capacitação do SEI			29	14	7	36	43	
Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios		12			11	1	12	R\$ 3.581,00
Gestão de Documentos			1			1	1	
Gestão de Riscos e Integridade Pública		1				1	1	
Regras e Fundamentos do SCDP		1			1		1	
Total Geral	62	323	79	95	145	414	559	R\$ 119.409,72

Fonte: COGEP/MTur

Além disso, foi disponibilizado para os servidores o Programa de Incentivo Educacional em Língua Estrangeira (PIELE), instituído pela Portaria GM/MTur nº 52, de 7 de abril de 2015, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço de 15 de abril de 2016. Trata-se concessão de incentivo a estudo, por meio de reembolso de mensalidade de cursos de línguas estrangeiras, com o intuito de estimular e ampliar a capacidade de atuação profissional dos servidores do MTur, visando ao fortalecimento do índice de proficiência, qualificação e o comprometimento dos integrantes do quadro de pessoal. Para a concessão do benefício, foi lançado o Edital COGEP MTur nº 1, de 16 de junho de 2016, que aprovou 32 servidores aptos a receberem o reembolso.

QUADRO 6.5 B: GASTOS TOTAIS COM O PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESTUDO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS (PIELE) EM 2016:

Janeiro	4.400,00
Fevereiro	4.800,00
Março	5.800,00
Abril	7.400,00
Mai	4.554,50
Junho	4.400,00
Julho	1.600,00
Agosto	7.306,00
Setembro	6.338,00
Outubro	5.938,00
Novembro	4.538,00
Dezembro	6.538,00
Total	63.612,50

Fonte: COGEP

As atividades do Plano Anual de Capacitação do Ministério do Turismo objetivam promover a qualificação dos servidores, por meio da participação em cursos abertos (cursos diversos, seminários, congressos, simpósios promovidos e realizados por instituições privadas ou públicas de ensino abertos ao público em geral) e cursos fechados (cursos realizados por instituições de ensino público ou privadas com turmas exclusivas para servidores do MTur).

QUADRO 6.5.C: CURSOS OFERECIDOS EM TURMAS FECHADAS NO ANO DE 2016

nº	Cursos e Palestras Fechados	Qtd serv.
1	Capacitação do SEI	200
2	Comunicação Colaborativa e Facilitação de Diálogos	53
3	Curso Básico de Gestão de Convênios	31
4	Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	12
5	Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios	12
6	Ferramentas Conversacionais	23
7	Gestão Orçamentária e Financeira	31
8	Gestão por Competências	17
9	SICONV - Teoria e Prática	8
10	Termo de Execução Descentralizada	24
11	Transferências Voluntárias - Visão da CGU	44
12	Treinamento do Sistema Monitor da CGU	22
Total		477

Fonte: Controle Interno COGEP

QUADRO 6.5.D: PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM 2016

n.º	Cursos Abertos	Qtd Serv.
1	1º Fórum Aprimore STJ: Competências, Resultados e Inovação	2
2	4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	1
3	<i>Agile Trends GOV 2016</i>	2
4	Análise e Melhoria de Processos	1
5	Como Responder Diligências e Notificações dos Órgãos de Controle	1
6	Contratação de Bens e Serviços de TI	3
7	Diálogo internacional - Análise de Deliberações em Políticas Públicas	1
8	Diálogo Internacional - Brasil e Reino Unido: novos caminhos para as Políticas Públicas	1
9	Dirigentes de Recursos Humanos	2
10	Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	1
11	Elaboração de Projetos	1
12	Encontro com as Setoriais de Contabilidade sobre a Elaboração do BGU	1
13	Encontro com as Setoriais de Contabilidade sobre a Elaboração do BGU 2	2
14	Entendendo e Utilizando os SIC (Sistema de Informação de Custos)	1
15	Fundamentos da Gestão da Logística Pública e Teoria Geral da Licitação	2
16	Gerenciamento de Licitações e Contratos	1
17	Gerenciamento de Projetos	3
18	Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental	1
19	Gestão de Documentos	1
20	Gestão de Documentos	1
21	Gestão de Riscos e Controles Internos	1
22	Gestão de Riscos e Integridade Pública	1
23	Gestão do Orçamento Público	2
24	Gestão e Apuração da Ética Pública	7
25	Gestão Integrada na Administração Pública	1
26	Gestão por Competências	2
27	II Simpósio de Boas Práticas de Governança e Gestão de Pessoas	2
28	Inglês	1
29	<i>Inmersión en Español C2 Avanzado Superior</i>	1
30	Introdução à Gestão de Processos	1
31	Introdução à Gestão de Projetos	2
32	Introdução ao Assentamento Funcional Digital - AFD	1
33	<i>Leadership and Innovation in Contexts of Change</i>	1
34	Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos	1
35	Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios	1
36	Normas de Encerramento do Exercício de 2016 e Abertura de Exercício 2017	1

37	Orçamento Público: conceitos básicos	1
38	Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira	1
39	Processo Administrativo Disciplinar para a Formação de Membros de Comissões	2
40	Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais (PDGO)	2
41	Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Adm. Púb. Federal	2
42	Promoção de Investimentos Estrangeiros	1
43	Rede Nacional de Certificadores	2
44	Regras e Fundamentos do SCDP	1
45	SEI! USAR	1
46	Seminário - Gestão por Resultados	1
47	Seminário de Gestão de Pessoas: a arte de liderar e coordenar grupos e equipes	2
48	Seminário de Gestão de Pessoas: Experiências Práticas na Implementação da Gestão por Competências no Setor Público	7
49	SICONV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV)	2
50	TCU e o Sistema S	1
51	Tourism trade Show	1
TOTAL		82

Fonte: Controle Interno COGEP

QUADRO 6.5.E: TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS EM 2016

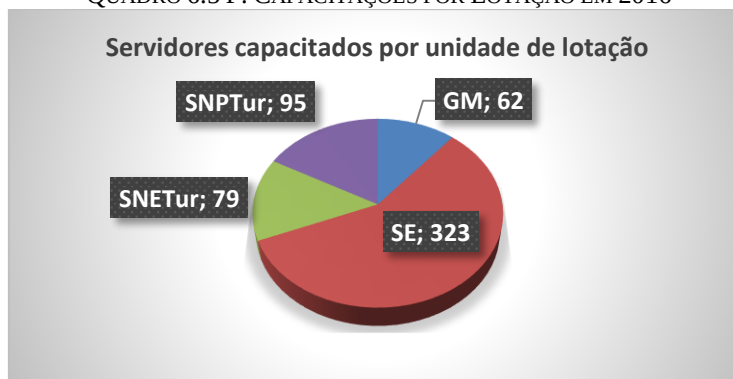
Total de servidores do MTur em 2016	308
Servidores capacitados	236 (76% do total)

Fonte: Controle Interno COGEP

Observações:

1. Nesse quantitativo deve-se considerar que os servidores participam em mais de um evento de capacitação, por isso o número de pessoas capacitadas ultrapassa o número de servidores do MTur.
2. O alto percentual justifica-se pela capacitação amplamente realizada no novo Serviço Eletrônico de Informação - SEI, recentemente implementado no âmbito do Ministério

QUADRO 6.5 F: CAPACITAÇÕES POR LOTAÇÃO EM 2016



Fonte: Controle Interno COGEP

6.7 Renúncia de receitas

Não houve ocorrência de renúncias de receitas durante o exercício de 2016.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

O Ministério do Turismo possui estrutura de governança típica da administração direta, ou seja, a fiscalização de seus atos administrativos está sujeita aos órgãos de auditoria interna – Controladoria Geral da União/CGU – e externa – Tribunal de Contas da União/TCU. Já o desenvolvimento de políticas públicas segue as diretrizes dos órgãos planejadores e normatizadores de governo, como o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda e a Casa Civil. Já a sociedade civil e o setor produtivo são representados pelo Conselho Nacional de Turismo.

Vale ressaltar que, com o desenvolvimento dos instrumentos de planejamento, como o planejamento estratégico, o plano de ação e outros esforços, amplia-se a base interna de participação nas instâncias da estrutura de governança, a saber:

- 1) Assessoria Especial de Controle Interno (AECI): unidade de controle interno que compõe a estrutura do Gabinete do Ministro do MTur. Tem como principais atribuições: assessorar o Ministro de Estado do Turismo nos assuntos de competência do controle interno; orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; submeter à apreciação do Ministro de Estado os processos de tomada e prestação de contas, para o fim previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; auxiliar os trabalhos de elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República; acompanhar a implementação, pelos órgãos e pelas unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União; e, coletar informações dos órgãos da jurisdição, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão central do Sistema, com vistas a atender às necessidades do Ministério. Tais atribuições estão previstas no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, bem como na Portaria GM/MTur nº 86, de 5 de fevereiro de 2016, que aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo.
- 2) Correição: instituída pelo Decreto nº 8.627, de 30/12/2015, que aprovou a nova estrutura regimental do Ministério do Turismo, entre outros atos, criou a Unidade de Corregedoria, vinculada à Secretaria-Executiva, em cumprimento as diretrizes emanadas pela Controladoria-Geral da União. Essa Unidade tem suas competências previstas no art. 22 do Regimento do Ministério do Turismo, aprovado pela Portaria Portaria-GM nº 86, de 05/02/2016. Tem como finalidade a apuração de responsabilidade disciplinar de servidor público do Ministério do Turismo ou a ele cedido, por prática de infração funcional. A área foi criada a fim de cumprir o que estabelece o Decreto nº 5.480, de 30/06/2006, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

- 3) Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação: instituído pela Portaria GM/MTur nº 343, de 26 de outubro de 2012, apresenta as seguintes competências: promover o alinhamento entre as ações de TI e as iniciativas estratégicas do Ministério do Turismo; determinar as prioridades de investimento e alocação de recursos nos projetos e ações de TI ; aprovar e publicar o Plano Estratégico de TI ; aprovar e publicar o Plano Diretor de TI ; autorizar ações estratégicas não previstas no Plano Diretor de TI ; instituir Grupos de Trabalho visando à elaboração de Políticas e Planos, bem como designar gerentes de projeto ou gestores para as operações decorrentes de suas atividades; monitorar os projetos relacionados à TI ; e monitorar níveis de serviço prestados e suas melhorias.
- 4) Comitê de Segurança da Informação e Comunicações: instituído pela Portaria GM/MTur nº 344, de 26 de outubro de 2012, o comitê possui as seguintes competências: deliberar sobre a implementação das ações de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério do Turismo; constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre Segurança da Informação e Comunicações; elaborar e propor alterações na Política de Segurança da Informação e Comunicações; submeter, para aprovação do Ministro de Estado do Turismo, a Política de Segurança da Informação e Comunicações; propor normas relativas à Segurança da Informação e Comunicações; designar o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações; e solicitar apurações quando da suspeita de ocorrências de quebras de Segurança da Informação e Comunicações.
- 5) Comitê de Capacitação: instituído pela Portaria SE/MTur nº 28, de 3 de maio de 2013, possui as seguintes competências: analisar, discutir e propor os procedimentos e normas complementares referentes às atividades de formação e capacitação dos servidores do MTur; aprovar o Plano Anual de Capacitação dos servidores do MTur e acompanhar a sua execução; propor, anualmente, o quantitativo de servidores, por Unidade, que poderão afastar-se para participar de programas de formação e capacitação, nas modalidades de Pós-Graduação *Lato Sensu*/Especialização ou Pós-Graduação *Strito Sensu*; analisar os pedidos de participação em programas de formação nas modalidades de Pós-Graduação *Lato Sensu*/Especialização ou Pós-Graduação *Strito Sensu* e instituição de ensino no país ou no exterior, com ou sem afastamento do servidor; analisar os pedidos de renovação ou prorrogação de participação em programas, nas modalidades de Pós-Graduação *Lato Sensu*/Especialização ou Pós-Graduação *Strito Sensu* em instituição de ensino no país ou no exterior, com ou sem afastamento do servidor; analisar os pedidos de licença para capacitação dos servidores do MTur; proceder à seleção de candidatos para realizar a indicação de servidor que poderá participar de programas de capacitação e/ou formação oferecidos por Organismos Internacionais, com ou sem bolsa de estudo; e apreciar os pedidos de desistência, interrupção ou cancelamento

de inscrição de servidores em cursos de Pós-Graduação na modalidade *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*.

- 6) Comitê de Governança, Riscos e Controles – instituído pela Portaria nº 01 de 29 de julho de 2016, tem a competência de institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos. Além disso, é sua função garantir a aderência aos regulamentos com vistas à prestação de serviços de interesse público. É composto pela alta liderança do Ministério do Turismo, sendo presidido pelo Ministro.

4.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O Ministério do Turismo, no exercício de 2016, implantou uma unidade de correição em sua estrutura orgânica, passando a cumprir os preceitos estabelecidos pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Além desse fato, releva mencionar outras ações de grande importância para adequar as atividades de correição às normas vigentes: definição das competências da Corregedoria no Regimento Interno do MTur; designação de servidor responsável por conduzir as atividades correcionais que atenda às condições definidas no art. 8º do citado Decreto; e alocação de servidores na Corregedoria para a gestão das atividades disciplinares.

Com essa estrutura, o MTur instaurou, no exercício de 2016, todos os processos que se encontravam pendentes de instauração mediante a designação de comissões processantes, além de proceder à apuração de todas as denúncias e representações recebidas pela Corregedoria.

O quadro a seguir retrata, quanto aos aspectos quantitativos, os processos disciplinares tratados no período de 1º/01/2016 a 31/12/2016:

QUADRO 4.2: PROCESSOS DISCIPLINARES EM APURAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2016 (EM Nº DE PROCESSOS)

Tipo de Processo	Situação em 1º/01/2016	Instaurados em 2016	Concluídos em 2016	Situação em 31/12/2016
Processo Disciplinar Administrativo	07	16	04	19
Sindicância	27	0	26	1
Total	34	16	30	20

Fonte: Sistema CGU-PAD, para 31/12/2016

Importante ressaltar que, apesar de haver um quantitativo elevado de processos disciplinares instaurados no exercício de 2016, 16 processos no total, apenas 01 se refere a fatos ocorridos no período em comento, sendo os demais relacionados a situações ocorridas no período compreendido entre os exercícios de 2011 a 2015.

Além da apuração de responsabilidades administrativas de servidores, o MTur incorporou às atividades correcionais ações preventivas, fazendo com que os resultados consolidados das

irregularidades apuradas nos processos disciplinares ou as denúncias recebidas sejam levados ao conhecimento dos setores responsáveis pela gestão dos macroprocessos finalísticos envolvidos, com o objetivo de propiciar a adoção de medidas necessárias para evitar novas ocorrências ou para mitigar os efeitos.

No exercício de 2016, o Ministério do Turismo cumpriu a obrigação de registrar as informações relativas a processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD) no prazo de 30 dias, em atendimento aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

4.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

A seguir, apresenta-se a consolidação da análise do funcionamento dos controles internos administrativos:

QUADRO 4.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					
Análise crítica e comentários relevantes: A alta administração do Ministério do Turismo tem constatado a relevância do aprimoramento em sua gestão dos controles internos, da gestão de riscos e da segurança institucional na consecução dos objetivos da Pasta. Sendo assim, a Secretaria-Executiva em conjunto com outras Unidades do Ministério tem desenvolvido Sistemas informatizados, elaborado documentos oficiais e adotado outras medidas gerenciais, para auxiliar os servidores, colaboradores e parceiros externos do MTur na realização dos distintos procedimentos que impactam o alcance das metas estratégicas desta Pasta.					

Frequentemente, encaminham-se informativos e boletins aos servidores e funcionários dos diversos níveis hierárquicos deste Ministério via e-mail institucional, publicam-se notícias na intranet, e, anexam-se cartazes nos murais de avisos visivelmente localizados nos corredores dos prédios sede e anexo. Pretende-se, principalmente, comunicar sobre os ambientes e procedimentos de controle disponíveis, e, por vezes, requisitar a colaboração deles para contribuir na construção de padrões adequados à realidade dos setores.

Existem atualmente diversos Sistemas de Monitoramento e Gestão, desenvolvidos e monitorados pela Secretaria-Executiva que auxiliam a aprimorar o controle interno dessa e de outras Unidades do Ministério, tais como: Sistema de monitoramento do Plano Plurianual, Sistema de apresentação e suporte do Planejamento Estratégico 2012-2015 do Ministério do Turismo, Sistema de monitoramento da execução orçamentária do Ministério do Turismo, Sistema de monitoramento do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, Sistema de monitoramento do Plano de Ação anual e o Sistema de monitoramento e avaliação da GDPGPE/GDACE – Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo. Adicionalmente, ainda trabalha com o Sistema de Monitoramento das Ações em Turismo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, cujo propósito é monitorar internamente as atividades relacionadas a esses megaeventos.

Da mesma forma, quando se identificam lacunas nas instruções de procedimentos para executar atividades operacionais e ausência de padronização desses, os gestores buscam mitigá-los com a elaboração de documentos oficiais, como, por exemplo, o Manual Digital de Convênios, repositório de informações que os servidores podem consultar sobre a melhor maneira de realizar procedimentos relacionados a convênios no âmbito do MTur; e, o Manual de Instruções para Contratação e Execução de Contratos de Repasse, que regula a operacionalização dos Contratos de Repasse celebrados entre a União e os entes federados para a implementação de infraestrutura turística.

Outro exemplo, refere-se aos procedimentos executados pela CGTI/MTur para aprimorar os controles internos administrativos, principalmente, dos processos de planejamento e de gestão de contrato. Para isso, tem-se realizado reuniões de pontos de controle do Núcleo de Contratações de TI e, com a finalidade de padronizar as contratações de TI no MTur, criaram-se fluxos dos processos de planejamento da contratação e de gestão do contrato, baseados no “Guia Prático para Contratação de Soluções de TI” da SLTI/MP.

Em 2015, iniciou-se o processo de mudanças na Coordenação-Geral de Convênios (CGCV), devido ao diagnóstico de entraves que influenciavam na produção e resultados do setor. Um dos principais gargalos era a demora na análise de prestações de contas e a quantidade de técnicos capacitados para essa atividade. No que pese esse contexto, percebeu-se que, no levantamento situacional em busca de fatores que poderiam atenuar e até extinguir as problemáticas, era preciso remodelar a gestão e reestruturar o setor, recrutando novos servidores, bem como capacitando antiga e nova força de trabalho lotada nessa Coordenação.

Entre outras iniciativas, a nova gestão da CGCV instigou a discussão para agilizar a análise dos processos, categorizando-os por tipologia conforme as principais irregularidades e falhas, sem perder as especificidades e as peculiaridades de cada caso. Para isso, a CGCV e a CTCE, com apoio da AECI e da Consultoria Jurídica, têm se reunido com a proposta de elaborar Notas de Procedimentos de Análise Financeira, que possam auxiliar os técnicos nas ponderações mais corriqueiras nos documentos de transferências voluntárias, principalmente, na modalidade convênio. Todavia, ainda há a ausência de uma sistematização das informações sobre transferências voluntárias que seja continuamente atualizado e, portanto, apresentem dados fidedignos aos documentos físicos dos respectivos processos.

No que concerne à área de Correição, apesar da prática de instaurar procedimentos disciplinares nos processos internos ao identificar a ocorrência de fraudes e perdas ao Erário, verifica-se a presença de falhas no seguimento das apurações que se delongam por períodos extensos. Por outro lado, como atuação preventiva às ocorrências de irregularidades resultantes da conduta dos agentes, foi instaurada uma nova gestão da Comissão de Ética do MTur que se propôs a reunir esforços para disseminar os cumprimentos das normas éticas e representar o Ministério na Rede de Ética do Poder Executivo, bem como funcionar como canal de informações e de denúncias ou representações contra o servidor que descumprir as normas de Ética da Administração Pública. Até o momento, não há código ético ou de conduta publicado pelo Ministério, porém, ressalta-se que o Ministério segue o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Os objetivos e metas, após publicados no Diário Oficial da União, são inseridos no Sistema de Monitoramento do Plano de Ação Estratégico para formalizar e facilitar a avaliação contínua da

execução desses. Observa-se que o aperfeiçoamento das ferramentas de controle interno, de gestão de riscos e de segurança institucional mencionados otimizam o cumprimento das atividades operacionais, contribuindo para melhoria do desempenho operacional, tático e estratégico, de forma tempestiva e mais precisa.

O quadro foi respondido a partir da consolidação das respostas do Diretor de Programa; do Diretor de Administração; do Coordenador-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Turismo e do Assessor Especial de Controle Interno. Destaca-se que os cargos mencionados fazem parte da estrutura do MTur publicada por meio do Decreto nº 8.627, de 31 de dezembro de 2015.

9. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

9.1 Gestão de Pessoas

9.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO 9.1.1 A: FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício**	Egressos no Exercício **
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	226	16	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	1	4	4
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	225	12	25
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	201	2 ***	12 ****
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	9	4	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	15	6	12
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública ****	90	82*	17 *****	35 *****
4. Total de Servidores (1+2+3)	90	308	33 *****	64 *****

Fonte: SIAPE e planilhas de controle interno COGEP

(*) As vagas para provimento dos cargos em comissão de servidores sem Vínculo com a Administração Pública são autorizadas pelo Decreto nº 8.836 de 15/8/2016 D.O.U 16/8/2016. Foi considerado o cargo de Secretário-Executivo, o qual é cargo de Natureza Especial sem vínculo com a Administração Pública.

(**) Para fins de Ingressos e Egressos no exercício não estão sendo considerados os servidores efetivos que porventura tenham sido nomeados e/ou exonerados dos cargos em comissão na UPC.

(***) Para fins de Ingresso, foram considerados também os retornos de cessão; e para fins de Egressos, foram considerados também os casos de cessão de servidores e fixação de exercício de provisório do Mtur para outros órgãos.

(****) O Secretário-Executivo é cargo de Natureza Especial sem vínculo com a Administração Pública e, portanto, também, foi aqui inserido. Para fins de Ingresso e Egresso, também foram consideradas aqui eventuais alterações (entradas e desligamentos) nos cargos de natureza especial sem vínculo com a administração pública.

(*****) Não estão sendo consideradas as trocas de DAS decorrentes de reestruturações do Órgão por força de Decretos.

QUADRO 9.1.1 B: DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio ****	Área Fim *****
1. Servidores de Carreira (1.1)	122	76
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	122	76
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão ***	103	71
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	5
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública*	39	43
4. Total de Servidores (1+2+3)	161 **	119

(*) O Secretário-Executivo é cargo de Natureza Especial sem vínculo com a Administração Pública e, portanto, também, foi aqui inserido.

(**) O Quadro não considera os membros de poder e agentes políticos, isto é, o Ministro de Estado

(***) Não foram considerados os servidores cedidos e nem os servidores em licenças diversas.

(****) Foram consideradas as seguintes unidades organizacionais: GM, CONJUR, AERI, AECI e SE

(*****) Foram consideradas as seguintes unidades organizacionais: SNPTur e SNETur

QUADRO 9.1.1 C: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício*	Egressos no Exercício*
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	90	87	124	146
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	89	86	124	146
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	3	41	39
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	4	4
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	2	13	21
1.2.4. Sem Vínculo	89	81	66	82
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE ***	45	45	4	3
2.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	29	4	3
2.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	4	0	0
2.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	12	0	0
2.2.4. Aposentados	Não há	0	0	0
3. Funções Gratificadas*	12	12	8	5
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	11	8	5
3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	1	0	0
3.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)	147	144	136	154

Fonte: SIAPE e planilhas de controles internos COGEP

(*) Não foram consideradas as funções comissionadas técnicas.

(**) Para fins de Ingressos e Egressos, foram computadas as trocas de função sem perda do vínculo, isto é, o servidor foi exonerado de uma função e imediatamente nomeado para outra função.

(***) As FCPE foram criadas pelo Decreto nº 8.83, de 15 de agosto de 2016, D.O.U 16 de agosto de 2016, com vigência a contar de 13 de setembro de 2016, data esta em que 45 DAS foram extintos, transformados em FCPE e apostilados.- Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UPC mediante exercício descentralizado de atividade;

- Servidor de Outros Órgãos e Esferas: Servidores que exercem atividades na UPC em razão de haverem sido requisitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na UPC, tomando-se por referência o disposto no art. 93, inciso I, da Lei n.º 8.112/90.

Análise Crítica

Em 30/12/2015 foi publicado o Decreto nº 8.627 que aprovou nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Turismo (MTur), a partir de 14/01/2016. Neste o Ministério do Turismo ficou mais enxuto. O novo organograma atendeu à determinação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

e fez parte de um movimento maior de redução de custos com a participação de todas as unidades do governo federal. A reorganização do MTur levou em consideração os princípios da eficácia e eficiência da administração pública, diretrizes e normas que orientam o setor como a Lei do Turismo, o Plano Nacional de Turismo e o Plano Plurianual.

No início das discussões com o MPOG a determinação era reduzir 29 dos 164 cargos comissionados na estrutura do MTur. Após diversas ponderações do MTur, os representantes do Turismo e do Planejamento acordaram extinguir 24 DAS, o equivalente a 0,8% dos 3 mil cargos de confiança a serem cortados no governo federal como um todo. No total, a nova estrutura ficou com 140 cargos em comissão.

Em 15 de agosto de 2016, novo Decreto, nº 8.836, foi publicado no Diário Oficial da União. Nele 45 cargos do grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) foram transformados em Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), destinadas exclusivamente para servidores de carreira. Isso corresponde a 37,19% dos cargos em comissão de nível 1 a 4 e 33,33% do número total de cargos comissionados do MTur.

A medida beneficiou o servidor de carreira, além de garantir a continuidade das ações e programas da Pasta, uma vez que os cargos de DAS são de livre provimento, enquanto as FCPE são para exercício exclusivo dos servidores concursados. A expectativa é de que as mudanças aprofundem o processo de profissionalização administrativa nos quadros do governo, tendo em vista que as funções deverão ser ocupadas por servidores qualificados para exercer as atividades de direção e assessoramento em alto nível. Os cargos transformados em FCPE foram aqueles já ocupados por servidores efetivos. Essa medida foi adotada para não prejudicar, ainda mais, a escassa força de trabalho do Ministério do Turismo.

Dentro deste cenário, o Decreto nº 8.836, além das transformações em FCPE, extinguiu cinco cargos DAS. Hoje a nova estrutura do MTur está com 135 cargos em comissão. Este cenário é de risco na área de gestão de pessoas conforme relatado no item “Gestão de riscos relacionados ao pessoal”.

No ano de 2016, foram distribuídas 3 (três) gratificações GSISTE para os Órgãos do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), conforme a Portaria do Ministério da Justiça e Cidadania nº 910, de 14/10/2016, publicada no D.O.U de 17/10/2016, retificada em 21/11/2016. Tal quantitativo soma-se às 41 (quarenta e um) dos Sistemas SISG, SIPEC e SPO; às 9 (nove) do Sistema de Administração Federal; e às 4 (quatro) do Sistema de Contabilidade Federal; totalizando assim 57 gratificações GSISTE para o Ministério do Turismo.

Além disso, em 2016, foram solicitadas ao MP, 20 FCT's - Funções Comissionadas Técnicas a ser destinada aos servidores com vínculo efetivo do quadro de pessoal deste Ministério, no exercício da função específica de agente fiscal de turismo, no âmbito da Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos. Após estudos, o MP concordou em disponibilizar 5 Funções Comissionadas Técnicas (FCT) do nível 5 para o MTur. No aguardo da publicação do Decreto que efetivará o remanejamento. Entende-se que esta providência ajudará na seleção de servidores para atuar na atividade de agente fiscal de turismo e ajudará a área técnica a sanar as diversas pendências com o setor e com órgãos de controle.

Como a faixa etária dos servidores em média está entre 25 a 35 anos de idade, e muitos ingressaram no MTur como primeiro emprego, não haverá a longo prazo expectativa de aposentadoria de servidores que venha a trazer um impacto significativo na força de trabalho. Esclarece-se que até 31/12/2016 foi verificada a existência de somente um servidor com idade e tempo de serviço para aposentadoria, que está recebendo abono de permanência.

Em 31/12/2016, 22 (vinte e dois) servidores encontravam-se cedidos, dos quais 9 (nove) de nível médio e 13 (treze) de nível superior, além de 3 (três) servidores afastados por licença não remunerada e 1 (um) servidor afastado para concluir Doutorado.

9.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

QUADRO 9.1.2: DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	394.742,83		15.075,79	5.025,26	38.932,04	-	-	-	-	453.775,92
	2015	558.784,62	-	37.490,88	-	52.500,00	9.511,49	-	-	-	658.286,99
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	4.205.543,05	1.448.472,01	8.093.094,35	322.829,03	1.418.679,48	592.613,06	-	4.900,76		16.086.131,74
	2015	4.328.170,27	1.372.352,87	7.817.201,97	354.056,45	1.108.753,82	505.099,93		-	-	15.485.635,31
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016		808.526,80	104.136,39	15.741,75	92.016,65	1.104,95				1.021.526,54
	2015		1.021.238,66	203.432,98	25.868,25	118.514,06	5.306,80		-	-	1.374.360,75
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	5.814.109,75	322.516,09	462.038,84	125.408,86	1.067.608,55	214.021,07		7.918,05	-	8.013.621,21
	2015	6.567.839,63	174.206,95	497.640,66	154.331,50	982.866,17	260.225,19		-	-	8.637.110,10
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	470.484,45		717.280,26	41.692,80	127.861,04	70.062,47				1.427.381,02
	2015	274.765,35	178,22	432.862,96	13.574,15	65.463,32	38.388,40	-	-	-	825.232,40
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	99.664,33	-	4.291,00	1.266,66	26.302,82		-	-	-	131.524,81

Fonte: SIAPE

9.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

No exercício de 2016, apesar da política de gestão de pessoas estar alinhada com a gestão estratégica do MTur e em conformidade com os normativos emitidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os riscos identificados referem-se principalmente à redução da força de trabalho.

A carreira dos servidores efetivos do MTur, GDPGPE (Gratificação de Desempenho do Plano Geral De Cargos do Poder Executivo) e GDACE (Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos), tem se demonstrado frágil em relação as carreiras de outros poderes. Em que pese a entrada de servidores, os últimos em 2014, de Concurso realizado em 2013, estes não foram suficientes para suprir a necessidade de pessoal, principalmente nas unidades que tem por responsabilidade a análise de convênios e de prestação de contas de convênios, e de pesquisa em turismo, fiscalização de obras, entre outras áreas que desenvolvem atividades finalísticas do Ministério. Esta COGEP recebeu formalmente pedidos de 8 setores, solicitando 28 servidores.

Além disso 29 cargos foram extintos, por dois Decretos Presidenciais nº 8.627 e nº 8.836, conforme relatado no item Estrutura de Pessoal da Unidade. Não há solicitação de novo concurso porque não houve previsão nas Leis Orçamentárias Anuais de 2016 e de 2017 para realização de concursos públicos.

Como a faixa etária da maioria dos servidores está entre 25 a 35 anos de idade, e muitos ingressaram no MTur como primeiro emprego, este público está à procura de melhores salários, por isso as vacâncias e exonerações de servidores são motivadas em 100% dos casos por aprovação em concurso público de cargo com vencimento superior ao do MTur. É importante registrar que a grande maioria dos servidores desligados em 2016 possuía mais de 5 anos de experiência no Ministério.

A redução da força de trabalho pode gerar uma descontinuidade na gestão, diante da dificuldade em reter os talentos necessários para o cumprimento das metas estabelecidas, assim como de promover cultura orientada a resultados. Ações estão sendo envidadas no sentido de diminuir esse impacto conforme relatado nos diversos itens de Gestão de Pessoas deste Relatório.

9.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

QUADRO 9.1.4 A: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, sendo Motorista Executivo e Motorista de Carro Leve, objetivando suprir as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.	10.660.342/001-91	22/05/2012	21/05/2017	Médio completo	P
2014	Prestação de serviços de apoio as atividades administrativas de vigilância armada e desarmada, por demanda, a serem executados de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	08.875.253/001-10	01/10/2014	30/09/2017	Médio Completo	P
2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio, incluindo-se o fornecimento de todo o material de consumo e demais equipamentos necessários, por demanda, à execução adequada dos serviços no âmbito do Ministério do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	00.087.163/001-53	17/11/2014	17/11/2017	Fundamental	P
2015	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de ar condicionado nas dependências do Ministério do Turismo, com fornecimento de todos os materiais de consumo, peças de reposição e mão-de-obra, com utilização de peças, insumos e componentes genuínos dos respectivos fabricantes, consoante condições, especificações e exigências descritas no Pregão Eletrônico nº 001/ANA/2015 e respectivos anexos.	26.972.885/001-84	02/09/2015	01/09/2016	Médio	E
2015	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de copeiras, garçons e encarregado geral , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	02.961.711/001-58	02/12/2012	31/03/2017	Fundamental	P
2015	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de receptionistas, Office Boy/Contínuo e encarregado geral conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	01.708.458/001-62	02/12/2012	31/03/2017	Fundamental	P
2016	Prestação de serviços de secretariado para atender as necessidades das unidades do MTur, de forma continuada, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	06.350.074/001-34	13/07/2016	12/07/2017	Médio	A
2016	Prestação de serviço de Atividade Complementares, por demanda, de forma contínua, de Carregador de móveis e assemelhados, conforme quantidades e especificações descritas no Termo de Referência Anexo I do Edital.	06.091.637/001-17	10/06/2016	09/06/2017	Fundamental	A

Fonte: CGRL/DIRAD

QUADRO 9.1.4 B: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Contratação de “Agente de Integração”, para fins de execução do estágio no âmbito do MTur.	07.787.415/0001-04	01/08/2012	02/08/2017	Nível Fundamental	(A)

Fonte: Processo: 72035.000365/2012-90 - SEI: 72031.000438/2017-98

Fonte: COGEP/MTur

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

9.1.4.1 Contratação de Estagiários

O MTur mantém contrato administrativo com o Instituto Blaise Pascal como Agente de Integração para viabilizar, por intermédio da realização de estágios, oportunidades de aperfeiçoamento profissional a alunos de instituições de ensino médio e superior públicas ou privadas.

A normatização utilizada pelo Ministério do Turismo nas contratações de estágio são as Orientações Normativas nº 07, de 30 de outubro de 2008 e nº 02, de 24 de junho de 2016, ambas emanadas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Não existem exigências especiais para contratação de estagiários, salvo as referentes ao nível de escolaridade da vaga, já que o objetivo é também o desenvolvimento de competências em estudantes que nunca tiveram experiências profissionais. A escolha de estagiários leva em conta o curso realizado pelo aluno com as atividades realizadas nos diversos setores do MTur, já que ao solicitar currículos, os gestores indicam quais cursos são os mais adequados ao preenchimento da vaga.

O número de vagas de estágio é pré-estabelecido por Secretárias/Gabinete do Ministro, sendo permitida a permuta entre os setores de cada Secretária de modo a manter equilibrada a proporção de estagiários nas atividades de apoio e das áreas finalísticas, desde que previamente solicitado a área de gestão de pessoas.

A distribuição de estagiários entre a área meio e a área fim segue a mesma correlação prevista para a distribuição de servidores. A última atualização de quantitativos utilizando esse método se deu na realização do último concurso do MTUR em 2013, porém, ocorrendo sobrecarga e trabalho em algum setor e/ou situações transitórias e urgentes é possível a redistribuição deste quantitativo a qualquer tempo por determinação da Secretaria-Executiva.

A partir da publicação da Orientação Normativa nº 07, de 30 de outubro de 2008 e atualização com a Orientação Normativa nº 02, de 24 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que fixou em R\$ 6,00 por dia efetivamente estagiado o valor do auxílio-transporte a ser concedido

em pecúnia aos estagiários, conforme estabelecido na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o MTur começou a pagar os valores devidos de auxílio-transporte aos estagiários. São pagos ainda, a título de bolsa estágio os valores de R\$ 290,00 e R\$ 520,00 para nível médio e Superior, respectivamente, para uma carga horária de 30 horas semanais.

QUADRO 9.1.4.1 A: QUANTITATIVO AUTORIZADO DE ESTAGIÁRIOS POR LOTAÇÃO

Unidade	Nível Médio	Nível Superior	Total
Gabinete Do Ministro	03	11	14
Secretaria Executiva	06	17	23
SNETur	06	07	13
SNPTur	11	11	22
TOTAL	26	46	72

Fonte: COGEP/MTur Referência – Dezembro /2016.

QUADRO 9.1.4.1 B: BOLSA AUXÍLIO DE ESTÁGIO – VALORES PAGOS EM 2016

MÊS	QTD. NM/NS	Bolsa Auxílio	Auxílio Transporte	Recesso Remunerado	Empresa	Total Geral
Janeiro	49	R\$ 20.596,06	R\$ 5.760,00	R\$ 1.495,87	R\$ 395,25	R\$ 28.247,18
Fevereiro	50	R\$ 20.929,32	R\$ 6.786,00	R\$ 1.331,27	R\$ 387,50	R\$ 29.434,09
Março	54	R\$ 24.294,67	R\$ 7.650,00	R\$ 54,77	R\$ 441,75	R\$ 32.441,19
Abril	54	R\$ 23.877,01	R\$ 6.912,00	R\$ 507,66	R\$ 418,50	R\$ 31.715,17
Maior	53	R\$ 23.548,67	R\$ 6.996,00	R\$ 896,05	R\$ 434,00	R\$ 31.874,72
Junho	57	R\$ 25.005,00	R\$ 7.638,00	R\$ 378,00	R\$ 465,00	R\$ 33.486,00
Julho	56	R\$ 23.875,00	R\$ 7.368,00	R\$ 1.277,55	R\$ 449,50	R\$ 32.970,05
Agosto	55	R\$ 23.390,01	R\$ 7.224,00	R\$ 694,55	R\$ 441,75	R\$ 31.750,31
Setembro	58	R\$ 26.227,99	R\$ 7.584,00	R\$ 0,00	R\$ 449,50	R\$ 34.261,49
Outubro	58	R\$ 26.020,00	R\$ 6.960,00	R\$ 0,00	R\$ 449,50	R\$ 33.429,50
Novembro	59	R\$ 26.540,00	R\$ 7.596,00	R\$ 0,00	R\$ 465,00	R\$ 34.601,00
Dezembro	58	R\$ 24.729,34	R\$ 5.448,00	R\$ 2.297,08	R\$ 434,00	R\$ 32.908,42
TOTAL DE GRU EMITIDAS						R\$ 1.749,65
TOTAL						R\$ 388.868,77

Fonte: COGEP/MTur

QUADRO 9.1.3.1 C: BOLSA AUXÍLIO DE ESTÁGIO – VALORES PAGOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Ano	Valor (R\$)
2015	380.415,93
2014	377.735,05

Fonte: COGEP/MTur

A análise da evolução das despesas com estagiários mostra que os valores se mantiveram estáveis nos últimos 3 anos, porém, nos últimos meses (jan e fev de 2017) essa coordenação percebeu um aumento na saída de estagiários do MTur acima da média, seguido de grande dificuldade em conseguirmos preencher as vagas criadas. Acreditamos que esse aumento deve se manifestar no Relatório de gestão de 2017. Apuramos que a principal causa do aumento nos desligamentos e na dificuldade de contratação de novos estagiários é a enorme disparidade entre o valor que o serviço público federal paga de auxílio transporte e o valor efetivamente gasto pelos estudantes de Brasília ao sistema de transporte público desta região. O valor de auxílio transporte é de R\$ 6,00 por dia trabalhado, enquanto que a maioria dos estudantes, desde o dia 02/01/2017, precisa

desembolsar R\$ 10,00 diariamente no deslocamento para o MTur.

9.1.4 Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Não houve contratação de consultores para o exercício de 2016.

9.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

9.2.1 Gestão de Frota de Veículos

No que concerne à gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros, a legislação que regula o assunto no âmbito do Ministério do Turismo é a Instrução Normativa SE nº 01/2013, a qual encontra-se em revisão tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

O quadro apresentado abaixo, informa a quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do MTur, conforme segue:

QUADRO 9.2.1: QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DO MTUR

Tipo	Veículo	Marca	Placa	
Veículos de Representação	Ômega CD (inativo)	General Motors	JFP6545	
	Fusion V6	Ford	JJL 1450	
<i>Subtotal</i>				02
Veículos de Transporte Institucional	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE 4887	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE 4987	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE 4897	
	Vectra	General Motors	JFO 2829	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1440	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1460	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1470	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1480	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL 1490	
<i>Subtotal</i>				09
Veículos de Serviços Comuns	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL 1629	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL 1639	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL 1649	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU 6488	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU 6498	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU 6508	
	Sprinter 313 CDI	Mercedes Benz	JJU 3231	
<i>Subtotal</i>				07
Total de veículos MTur				18

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/DIRAD

Segundo a classificação contida no quadro anterior, por grupo de veículos, segue a média anual de quilômetros rodados:

Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos

Tipo	Quilometragem somatória
Veículos de Representação	15.480
Veículos de Transporte Institucional	133.300
Veículos de Serviços Comuns	88.000
Total de quilometragem	236.780
Média de quilometragem	78.926,66

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/DIRAD

Metas e Necessidades para 2017:

Adesão ao sistema de compartilhamento de veículos, coordenado pelo Ministério do Planejamento, o “Uber Federal”.

9.2.1.1 Plano de substituição da frota

Não há qualquer plano, no momento, para a substituição de frota.

9.2.1.2 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A razão que motivou a aquisição em detrimento da locação foi a redução de custos.

9.2.1.3 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O MTur utiliza do Sistema PGTUR (Plataforma de Gestão do Turismo) para realizar o controle de solicitações, quilometragem, combustível e manutenção da frota de veículos.

9.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A destinação de veículos inservíveis ou fora de uso é feita por meio de doação. Desse modo, será realizada a doação do veículo oficial Ômega CD (Placa JFP 6545), considerado inservíveis para a Administração, e o Vectra (Placa JFO 2829), foi doado para a Associação Pestalozzi de Brasília.

9.2.3 Gestão do Patrimônio imobiliário da União

O Ministério do Turismo está localizado no Bloco U da Esplanada dos Ministérios.

9.2.3.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O MTur ocupa 2 andares do edifício, em condomínio com o Ministério de Minas e Energia.

QUADRO .9.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	01	01
	BRASÍLIA	01	01
	Obs.: O MTur utiliza 2 andares (2º e 3º) localizados na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR		NÃO SE APLICA	
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

Fonte: CSG/CGRL/DIRAD

O Ministério do Turismo não possui bens móveis de Uso Especial no Exterior.

9.2.3.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Por se tratar de imóvel funcional sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, as informações do SPIUNET referentes ao imóvel de RIP 9701.16936-500-1 foram alimentadas por aquela UJ. Os valores das despesas com manutenção do imóvel foram apurados tendo por base os contratos de manutenção predial celebrados pelo Ministério de Minas e Energia.

O MME fez investimentos relevantes em obras no edifício sede objetivando a melhoria das instalações, a segurança de seus ocupantes e visitantes, a otimização do uso do espaço e a redução de gastos com despesas de reparação.

Neste escopo pode-se destacar a substituição das instalações elétricas e hidráulicas; reforma dos banheiros; revitalização de áreas anteriormente ocupadas pelas prumadas verticais dos dutos de ar condicionado; adaptação de área localizada na garagem para instalação do centro de treinamento; gestão da massa documental proporcionando maior aproveitamento do espaço ocupado pelo arquivo, etc.

Importante também ressaltar a inauguração de uma mini usina solar na cobertura do edifício-sede do órgão no dia 17 de novembro de 2016. O projeto é fruto de um acordo de cooperação técnica entre o MME e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR). A potência de geração da mini usina é de 50 kWp (quilowatts pico), que representa até 7% do consumo do edifício. A energia elétrica gerada pelo sistema solar fotovoltaico no prédio do MME evitará a emissão de 6,4 toneladas de CO2 por ano na atmosfera.

A gestão patrimonial, desde então, é direcionada para a conservação do imóvel.

QUADRO 9.2.3.2: DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO IMÓVEL

Serviços	Empresa	CNPJ	Valor (R\$)
Serviço de Manutenção Predial	Engemil - Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda.	04768702/0001-70	291.000,81
Serviço de Manutenção dos Elevadores	Modulo Engenharia, Consultoria e Gerencia Predial	05926726/0001-73	87.127,04
Serviço de Manutenção das Instalações Elétricas e Hidráulicas	Engemil - Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda.	04768702/0001-70	847.180,45
TOTAL			1.225.308,30

Fonte: MME

9.2.3.3 Análise Crítica

A Secretaria Executiva/ Ministério do Turismo não possui Imóveis Funcionais da União sob sua responsabilidade.

9.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

O Ministério do Turismo não cede espaços físicos e/ou imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas.

9.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

QUADRO 9.2.5: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	01	01
	BRASÍLIA	01	01
	Obs.: O MTur utiliza 2 andares (10º e 11º) localizados na Torre A, no Shopping ID, Anexo ID, SCN Quadra 6, Bloco A.		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR		NÃO SE APLICA	
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

Fonte: CSG/CGRL/DIRAD

Análise Crítica:

Há necessidade de locação de imóveis de terceiros já que o espaço da União cedido (2 andares no Edifício Sede do Bloco U) não comporta a estrutura atual do Ministério. Não houve gastos significativos com reformas no ano de 2016.

9.3 Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo possuía ambos os planos, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação. O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) fazia referência ao Plano Estratégico Institucional (PEI), detalhando o objetivo estratégico institucional de referência “Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho”. Dessa forma, o PEI apresentava um objetivo abrangente que servia como diretriz para o desdobramento e elaboração do PETI.

O PETI foi elaborado em 2012 com vigência até o final de 2015. Em linhas gerais, o plano apresentava o contexto da CGTI e o seu referencial estratégico, ou seja, definição de missão, visão e os valores da Coordenação-Geral. Além disso, apresentava também a análise SWOT, o mapa estratégico, os principais objetivos estratégicos definidos para a Coordenação, os indicadores e as metas estabelecidas para a concretização do Plano Estratégico.

Enquanto o PETI possuía uma característica mais estratégica e abrangente, o PDTI possuía uma visão tática-operacional, analisando as questões de TI de forma mais específica. O PDTI possuía uma vigência menor, 2015 a 2016, e detalhava minuciosamente diversos aspectos da CGTI do Ministério do Turismo.

A operacionalização dos objetivos descritos no PETI estava planejada o PDTI, assim como, a consolidação de diversos planos operacionais da área de TI como, por exemplo, o plano orçamentário de TI, o levantamento de necessidades de TI, o plano de capacitação de TI, a proposta orçamentária de TI, o planejamento de contratações futuras e o plano de metas e ações. Dessa forma, enquanto o Plano Estratégico Institucional e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação forneciam um direcionamento a ser seguido pela área de TI, o PDTI, por outro lado, demonstrava como os objetivos estratégicos apresentados nestes planos seriam alcançados.

Por sua vez, o alinhamento do PDTI com o PEI estava demonstrado no levantamento das necessidades de tecnologia da informação realizado pela Coordenação-Geral junto às áreas do Ministério do Turismo, no qual foi identificado o alinhamento estratégico entre a necessidade levantada e o Plano Estratégico Institucional. Este alinhamento estava registrado no PDTI no item referente ao Inventário de Necessidades.

Embora a vigência de ambos os planos esteja expirada, a CGTI adotou as seguintes providências no sentido de suprir a necessidade destes planos: a deliberação pela prorrogação do PDTI 2015-2016 foi submetida ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), de forma que o referido plano seja prorrogado e permaneça vigente até o término do projeto de elaboração do PDTIC 2017-2018. A referida deliberação será avaliada pelo CETI na próxima Reunião Ordinária do colegiado, programada para ocorrer entre os dias 06 e 10 de março de 2017, consideradas as devidas

atualizações incluídas no Plano. Adicionalmente, a CGTI iniciou em 30/01/2017 o projeto de elaboração do PDTIC 2017-2018, o qual já se encontra em andamento, com 35% de execução até o presente momento, estando atualmente na fase de levantamento das necessidades de TI em todo o MTur, e tendo previsão de término estimada para 30/05/2017. O alinhamento do novo PDTIC 2017-2018 está sendo realizado com o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e o PEI MTur 2012-2016 (no que couber), conforme descrição feita acima.

O planejamento da área de TI é feito por meio do PDTI. O último plano diretor do MTur contemplou um total de 48 necessidades de tecnologia da informação identificadas em todo o órgão, as quais se refletiram em 52 metas e 139 ações. O Escritório de Projetos da CGTI acompanha a execução do PDTI, monitorando as diversas ações executadas e metas realizadas para o atendimento das necessidades. Em reuniões mensais, os membros do escritório, em conjunto com os gerentes responsáveis, avaliam o progresso dos projetos relacionados ao PDTI. Na última avaliação, constatou-se que cerca de 57% das ações previstas no PDTI foram executadas. Esta porcentagem reflete algumas interferências externas à CGTI e inerentes ao serviço público. Em apenas um ano (2016) houve troca de chefia ministerial por 4 vezes. Desse modo, ações não foram priorizadas, não sendo executadas (24%) ou descontinuadas (11%). Ações classificadas como “suspensas” (5%) e “canceladas” (3%) mantiveram patamar aceitável, não sendo de grande impacto. Em uma análise do quanto as ações executadas de fato agregaram valor ao negócio, foram verificadas as ações realizadas cujos serviços ou produtos entregues pela CGTI estão sendo utilizados pelas áreas. Das 80 ações classificadas como executadas, observa-se um alto nível de usabilidade por parte das áreas demandantes. 80% das ações executadas estão sendo utilizadas plenamente pelas áreas demandantes, o que representa um bom aproveitamento, agregando alguma facilidade de TI para área e o cidadão, uma vez que diversos serviços são portais de acesso externo.

O PDTI 2015-2016 encontra-se publicado no Portal Institucional do Ministério do Turismo, no endereço: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/657-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-do-ministerio-do-turismo-2015-2016.html>.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) do Ministério do Turismo foi instituído por meio da Portaria GM/MTur nº 343, de 26 de outubro de 2012. Posteriormente, a Portaria nº 181, de 28 de julho de 2016, alterou a composição e algumas das atribuições do referido Comitê com o objetivo de adequá-lo à nova estrutura regimental do Ministério do Turismo.

Desta forma, conforme Art. 2º da Portaria nº 181, o Comitê Estratégico de TI é composto pelos seguintes membros:

- I - Secretário-Executivo, que o presidirá;
- II - Chefe de Gabinete do Ministro;
- III - Secretário Nacional de Estruturação do Turismo;
- IV - Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo;
- V - Diretor de Administração;
- VI - Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica; e
- VII - Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.

Ainda, consoante Art. 3º da mesma Portaria, compete ao CETI:

I - promover o alinhamento entre as ações de TI e as iniciativas estratégicas do Ministério do Turismo;

II - determinar as prioridades de investimento e alocação de recursos nos projetos e ações de TI;

III - aprovar e publicar o Plano Estratégico de TI;

IV - aprovar e publicar o Plano Diretor de TI;

V - autorizar ações estratégicas não previstas no Plano Diretor de TI;

VI - instituir Grupos de Trabalho visando à elaboração de Políticas e Planos, bem como designar gerentes de projeto ou gestores para as operações decorrentes de suas atividades;

VII - monitorar os projetos relacionados à TI;

VIII - monitorar níveis de serviço prestados e suas melhorias; e

IX - deliberar sobre assuntos relativos à Governança Digital.

O conteúdo completo da portaria que institui o CETI do Ministério do Turismo está disponível em: <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=157>. e da portaria que atualiza sua composição, em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=107&data=29/07/2016>.

A Resolução nº 01, do CETI, de 13 de novembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo, também dispõe sobre diversas outras atribuições do Comitê de TI.

Ao longo do exercício de 2016, foi realizada uma reunião do Comitê Estratégico de TI, no dia 22 de agosto de 2016. Dentre os principais assuntos tratados estavam a apresentação do Plano de Trabalho pactuado com Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; informes sobre as contratações de TI; reporte das iniciativas

e projetos em andamento na CGTI e deliberação pela aprovação da contratação do serviço de *outsourcing* de impressão no MTur.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

As informações referentes aos principais sistemas de informação do Ministério do Turismo, seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade estão dispostas no quadro abaixo.

A manutenção dos sistemas do Ministério é terceirizada, realizada por meio do Contrato Administrativo nº 20/2016. As despesas com manutenção e sustentação de sistemas no exercício de 2016 totalizaram R\$ 3.975.082,75, sendo R\$ 3.496.679,19 na vigência do contrato anterior (Contrato nº 22/2010), entre os meses de janeiro e outubro; e R\$ 478.403,56, na vigência do atual contrato 20/2016, nos meses de novembro a dezembro).

No momento, o MTur possui apenas um sistema em fase de desenvolvimento, o CADASTUR versão 3.0, sendo esse desenvolvimento uma reformulação de todo o sistema já existente, o qual se encontra na versão 2.5, incluindo sua integração com a rede de sistemas REDESIMPLES do Governo Federal.

O custo orçado na fase de planejamento desse projeto está em torno de R\$ 625.267,55 para a implementação de 863,20 Pontos de Função (estimados).

Os prazos de entrega vêm sendo estimados por módulos do sistema, haja vista que o órgão trabalha com a metodologia ágil e as *sprints* estão sendo entregues a cada final de mês. A entrega do primeiro módulo, o Cadastro de Guias de Turismo, está prevista para o dia 28 de abril de 2017. Cabe mencionar que o prazo depende da disponibilidade e do conhecimento dos requisitos de negócio por parte da área negocial. Dentre os riscos associados a esse projeto pode-se mencionar a falta de conhecimento aprofundado do requisito por parte da área negocial e solicitante do sistema e a alteração das prioridades de desenvolvimento por parte da alta direção do órgão.

Por fim, os procedimentos de avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas de informação do MTur têm seus processos estratégicos ponderados e dispostos de acordo com os possíveis riscos identificados e os seus respectivos e prováveis impactos, para o caso de uma possível interrupção. A categorização dos recursos e processos de TI está vinculada àqueles processos de negócio atendidos pela infraestrutura de TI. Desse modo, tem se adotado as seguintes estratégias de continuidade para os possíveis cenários de interrupção aos quais os sistemas de informação do MTur possam se submeter:

Risco 1: Incapacidade das contratadas na execução dos serviços.

Mitigação: Definição de níveis de serviços contratuais baseados nas prospecções feitas no mercado e em projetos similares de outros órgãos da Administração; Acompanhamento periódico das atividades contratadas com verificação do cumprimento dos requisitos e da qualidade especificada.

Ação de Contingência: Aplicação das sanções previstas em contrato.

Risco 2: Atrasos na execução dos serviços contratados.

Mitigação: Informar nas ordens de serviço quais são os prazos de execução a serem cumpridos, bem como os pontos de controle e aferição.

Ação de Contingência: Aplicação das sanções administrativas advertindo e/ou multando a empresa contratada até que a execução dos serviços seja realizada de acordo com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Risco 3: Baixa qualidade na prestação dos serviços contratados.

Mitigação: Solicitar à empresa contratada que disponibilize solução automatizada para o registro e controle das Solicitações de Serviço / Ordens de Serviço possibilitando a análise da situação e a comparação dos serviços realizados, com relação ao previsto e a eventual atraso na execução dos serviços, bem como que disponibilize relatórios gerenciais com informações de ocorrências de atendimento das demandas, controle de prazo, custo e níveis mínimos de serviço.

Ação de Contingência: Ocorrendo entregas com baixa qualidade o MTur fará uso das sanções administrativas advertindo e/ou multando a empresa contratada até que os serviços sejam entregues de acordo com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e Ordens de Serviço.

Risco 4: Indisponibilidade da infraestrutura necessária para o funcionamento dos sistemas.

Mitigação: Monitoramento dos serviços e servidores; Monitoramento dos ativos de rede, dos bancos de dados e dos links de comunicação; Redundância e resiliência dos serviços e ativos de rede.

QUADRO 9.3 A: PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DO TURISMO

PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO								
ID	Aplicação	Descrição/Objetivo	Principais funcionalidades	Endereço	Tipo	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade para Unidade
1	Turismo Acessível	Sistema para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia, possibilitando a avaliação da Acessibilidade dos empreendimentos e atrativos turísticos.	Classificar e avaliar os empreendimentos turísticos conforme sua acessibilidade.	http://www.turismoacessivel.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Turismo Responsável - CGTR	Alta
2	SIACOR - Sistema de Acompanhamento de Repasse	O SIACOR proporciona uma visão gerencial detalhada de todos os contratos de repasse firmados entre a Caixa Econômica Federal e demais ministérios incluindo o MTUR. Disponibilizado para a Casa Civil.	Controle dos contratos de repasse.	http://siacor.turismo.gov.br	Sistema	Leonardo de Sena Marquine (Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica)	Secretaria Executiva - SE	Alta
3	SCIEST – Sistema de cadastro de Instituições de Ensino Superior em Turismo.	Sistema criado para facilitar e tornar mais idôneo o processo seletivo dos alunos candidatos ao Programa de Qualificação Internacional. Este sistema serve, ainda, para facilitar a comunicação entre o MTur e as Instituições de Ensino Superior – IES que possuem cursos nas áreas de Turismo e Hospitalidade. Além disso, o SCIEST é um ambiente no qual as IES inserem dados relevantes sobre seus cursos de Turismo e Hospitalidade, possibilitando ao MTur um diagnóstico do Ensino Superior em Turismo no País, com vistas a contribuir de forma mais eficaz para melhorias na formação dos futuros profissionais da área, em parceria com as IES.	Inserção de dados sobre cursos de Turismo no Brasil e dos candidatos ao processo seletivo para o Programa de Qualificação Internacional. Sistema ainda em Hlog – fase de testes.	http://stuhlogiboss01:8080/sciest/index.mtur	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Assessoria Especial de Relações Internacionais - AERI	Média
4	Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo	Objetiva coletar informações de modo a facilitar a composição do Mapa do Turismo Brasileiro e a auxiliar na formação de uma Rede Nacional de Regionalização do Turismo, que englobe interlocutores estaduais, regionais e municipais do Programa.	Cadastro dos interlocutores nos estados do programa de regionalização e coleta de informações para compor o Mapa do Turismo.	http://sistema.mapa.turismo.gov.br/	Sistema	Leonardo de Sena Marquine (Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica)	Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo - CGMT	Alta
5	PGTur (Turismo) – Plataforma de Gestão Integrada do Turismo	PGTur (Plataforma de Gestão do Turismo) tem como função realizar a gestão integrada e informatizada para apoio a administração, integrando o controle de informações de logística de operações, funções e programas, projetos, serviços e demandas em um único sistema, no âmbito do Ministério do Turismo.	Principal sistema meio do Ministério que controla almoxarifado, informações de convênios, solicitações de veículos, arquivo e etc.	http://pgtur.turismo.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	Média

6	Cadastur	Cadastro de prestadores de Serviços Turísticos e Guias em Turismo. Sistema de cadastro via internet das empresas prestadoras de serviços turísticos.	Cadastro das empresas que prestam serviços turísticos. Emissão de Certificado de Cadastro no MTur.	http://www.cadastur.turismo.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Cadastro e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos - CGST	Alta
7	SCDE - Sistema de Controle das Demandas Externas	O SCDE foi concebido com a intenção de prover a rastreabilidade das demandas oriundas de órgãos externos.	Controle das demandas oriundas do TCU e CGU principalmente.	http://cde.mtur.gov.br/	Sistema	Leonardo de Sena Marquine (Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica)	Assessoria Especial de Controle Interno - AECI	Alta
8	Monitoramento de desempenho	Portal de monitoramento de desempenho do MTur. O sistema é composto por seis módulos: Plano Plurianual, Plano Nacional de Turismo, Planejamento Estratégico, Plano de Ação Estratégico, Orçamento e GDPGPE/GDACE.	Cadastro e acompanhamento das principais metas e ações que devem ser cumpridas.	http://monitoramento.mtur.gov.br	Sistema	Leonardo de Sena Marquine (Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica)	Secretaria Executiva - SE	Alta
9	Georeferenciamento Inteligente do Turismo - GIT	Monitora a execução de obras de infraestrutura plotadas no mapa do Brasil.	Controle das obras de infraestrutura realizada pelo Ministério do Turismo.	git.turismo.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Gabinete do Ministro - GM	Alta
10	Sistema de Acompanhamento de Colegiados (SAC)	O Sistema de Acompanhamento de Colegiados (SAC) é uma ferramenta desenvolvida no Ministério do Turismo com o objetivo de facilitar o acesso e controle das informações sobre a participação dos servidores nos diversos colegiados. A ferramenta foi instituída pela Portaria nº 40 e é de uso e preenchimento obrigatórios pelos servidores do MTur nomeados como titulares e suplentes nos referidos colegiados.	Cadastra servidores, áreas e colegiados que o Ministério participa e cadastra os compromissos assumidos em cada reunião com os colegiados.	http://sac.turismo.gov.br/	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Gabinete do Ministro - GM	Baixa
11	Sistema Nacional de Registros de Hóspedes (SNRHos)	O Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos é o sistema criado pelo Ministério do Turismo – MTur, para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, permitindo que o Governo Federal realize o tratamento dessas informações identificando o perfil do turista e as taxas de ocupação hoteleira de cada região.	Preenchimento eletrônico da Ficha de Hóspedes.	www.hospedagem.turismo.gov.br	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas - CGEP	Média
12	Artistas do Turismo	Sistema que garante transparência à contratação de artistas e bandas musicais por gestores públicos. O Ministério do Turismo investe em eventos como forma de estimular a movimentação turística.	Cadastro das bandas que podem participar dos eventos patrocinados pelo MTur.	http://artistas.turismo.gov.br/	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Eventos Turísticos - CGEV	Média

13	Mapa do Turismo (Mapa da Categorização)	É um instrumento elaborado pelo MTur para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no mapa do turismo brasileiro. Esse instrumento previsto como estratégia de implementação do programa de regionalização do turismo, fornece subsídios para a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orienta a elaboração e implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios.	Categorização dos municípios com o intuito de verificar qual tipo de investimento aquele município necessita. Possui dados estatísticos de municípios do Brasil, referente a quantidade de turistas domésticos, estrangeiros, estabelecimentos e empregos.	http://mapa.turismo.gov.br/	Sistema	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo - CGMT	Alta
14	Dados e Fatos	Site que apresenta os estudos, pesquisas, dados estatísticos e análises sobre o desempenho da atividade turística no país.	Inserção de dados estatísticos elaborados pelo MTur.	www.dadosefatos.turismo.gov.br	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas - CGEP	Alta
15	Portal Institucional do Ministério do Turismo	Portal oficial de divulgação das ações, programas, notícias, legislação, estrutura administrativa do MTur.	Portal de inserção de informações Institucionais.	www.turismo.gov.br	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Assessoria de Comunicação - ASCOM	Alta
16	Hotsite #Partiu Brasil	Hotsite da campanha #PartiuBrasil, de incentivo às viagens nacionais.	Portal de inserção de informações sobre atrativos turísticos brasileiros: Aventura, Esportes, Culinária, Cultura e Praia.	www.turismobrasil.gov.br	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Departamento de Marketing e Apoio à Comercialização do Turismo -DEMAC	Média
17	Manual Digital de Convênios	O manual digital de convênios elaborado pelo MTur, encontra-se disponível para acesso na intranet. Por meio deste, é possível identificar os fluxos de convênios que permeiam todas as áreas do Ministério.	Identificação dos fluxos de convênios que permeiam todas as áreas do Ministério.	http://intranet.mtur.gov.br/index.php/13-ministerio/secretaria-executiva/16-manual-de-convenios	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica - DPGE	Média
18	Portal de Investimento	Portal destinado à propagação das ações de investimento para o Turismo.	Propagação das ações de investimento para o Turismo.	http://investimento.turismo.gov.br/	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Atração de Investimentos - CGINV	Alta
19	Portal do Programa de Qualificação Internacional	Portal do Programa de Qualificação Internacional em Turismo e Hospitalidade do Ministério do Turismo surgiu com o intuito de promover a excelência dos serviços turísticos no Brasil, por meio da qualificação de estudantes de turismo em universidades internacionais de excelência.	Portal para divulgação do Programa e link de acesso ao sistema SCIENT. Site ainda em Hlog – fase de testes.	http://sturhlogiboss01:8080/scient/	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Assessoria Especial de Relações Internacionais - AERI	Alta
20	Viaje legal	Hotsite com dicas e informações sobre cuidados que turista deve tomar com a bagagem, com a saúde, locação de veículos, compras de pacotes, hospedagem, dentre outros.	Divulgação de informações sobre os cuidados que o turista deve tomar ao viajar.	www.viajelegal.turismo.gov.br	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Turismo Responsável - CGTR	Média
21	Portal do SNRHos - Sistema Nacional de Registros de Hóspedes	Portal com informações sobre o Programa de Registro de Hóspedes e informações sobre o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes, por meio do Portal é possível acessar o sistema.	Portal para divulgação do Programa de Registro de Hóspedes e acesso ao link do sistema SNRHos para preenchimento das fichas.	www.hospedagem.turismo.gov.br	Site	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas - CGEP	Média

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo realizou em 2013 o projeto de Mapeamento de Competências de TI e Proposição do Cargo de Analista de Tecnologia da Informação para o MTur. O projeto resultou na elaboração do mapa de competências de TI a serem desenvolvidas na Coordenação e numa proposta de cursos e ações para o desenvolvimento dessas competências mapeadas.

Adicionalmente, com base nos resultados do referido projeto foi elaborado o Plano de Capacitação como parte integrante do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o período de 2015 a 2016. Nele estão elencadas as principais capacitações necessárias para elevar o nível de maturidade dos servidores desta Coordenação no período, bem como para desenvolver as competências mapeadas. Os quadros abaixo demonstram resumidamente os cursos constantes do Plano de Capacitação do PDTI 2015-2016 do MTur e os cursos realizados pelos servidores da CGTI no ano de 2016, respectivamente.

QUADRO 9.3 B: PLANO DE CAPACITAÇÃO PREVISTO NO PDTI MTUR 2015-2016

Plano de Capacitação previsto no PDTI MTur 2015- 2016		
Área de Capacitação / Curso	Competências Relacionadas	Quantidade de Servidores
Gerenciamento de portfólio de projetos	Gerenciar portfólio de projetos de TI	06
Gerenciamento de Projetos - PMBok	Gerenciar projetos de TI, aplicando a metodologia previamente definida, conforme as melhores práticas de gerenciamento de projetos; Coordenar equipes, de maneira a influenciar de forma positiva mentalidades e comportamentos, proporcionando a coesão necessária para realizar os objetivos do grupo;	11
Capacitação em desenvolvimento e gestão de projetos usando metodologia Ágil	Gerenciar projetos de desenvolvimento de sistemas, utilizando metodologias adotadas pelo MTur.	05
Capacitação em métricas de <i>software</i>	Gerenciar projetos de desenvolvimento de sistemas, utilizando metodologias adotadas pelo MTur.	05
Definição e monitoramento dos níveis de serviços em TI	Definir níveis de serviço para cada contrato, de forma que não haja perda de eficiência nos serviços; Estabelecer parâmetros para definição e monitoramento dos níveis de serviço junto à área usuária; Gerenciar os níveis de serviço, garantindo que o processo de avaliação da qualidade seja documentado e executado periodicamente; Acompanhar e controlar os níveis de serviços de TI em sua área de atuação, quando houver; Estabelecer processo de acompanhamento dos serviços prestados para verificação do atingimento dos níveis contratados; Elaborar relatórios contendo indicadores claros e objetivos para acompanhar os níveis de serviços.	13
Indicadores e Métricas em TI	Definir indicadores claros, objetivos e que permitam ao receptor fazer uma leitura conclusiva das informações apresentadas;	13

	Elaborar relatórios contendo indicadores claros e objetivos para acompanhar os níveis de serviços; Estabelecer parâmetros para definição e monitoramento dos níveis de serviço junto à área usuária; Definir níveis de serviço para cada contrato, de forma que não haja perda de eficiência nos serviços; Criar indicadores para subsidiar a avaliação das políticas, planos e desempenho de TI; Monitorar o andamento e os resultados dos projetos por meio de indicadores, mensurando-os periodicamente; Propor estratégia de monitoramento, acompanhando os resultados e benefícios por meio de metas e de indicadores claros e objetivos; Analisar relatórios e indicadores implantados, verificando se estes são eficazes para o monitoramento do desempenho da TI.	
Ferramenta de gerenciamento de projetos - MS Project	Operar ferramentas de gerenciamento de projetos, adotando as melhores práticas utilizadas pela CGTI.	13
Gestão de TI - ITIL	Identificar as melhores práticas de governança e de gestão aplicáveis a CGTI, de forma a possibilitar a escolha e a utilização de ferramenta ou de processo mais adequado; Estabelecer parâmetros para definição e monitoramento dos níveis de serviço junto à área usuária; Gerenciar os níveis de serviço, garantindo que o processo de avaliação da qualidade seja documentado e executado periodicamente; Elaborar relatórios contendo indicadores claros e objetivos para acompanhar os níveis de serviços; Acompanhar e controlar os níveis de serviços de TI em sua área de atuação, quando houver; Estabelecer processo de acompanhamento dos serviços prestados para verificação do atingimento dos níveis contratados; Definir níveis de serviço para cada contrato, de forma que não haja perda de eficiência nos serviços; Gerenciar incidentes e problemas, buscando soluções em tempo hábil.	13
Gestão de Segurança da Informação	Descartar os dados de forma segura, considerando os requisitos das áreas usuárias do órgão e os requisitos legais; Controlar e mensurar a segurança durante a configuração, integração e manutenção de <i>hardware</i> e <i>software</i> da infraestrutura; Operar ferramentas de gestão de riscos e de monitoramento da rede do Ministério do Turismo; Gerenciar a implementação e execução das políticas e diretrizes de SIC em nível estratégico, tático e operacional; Gerenciar ações de SIC com base na identificação e acompanhamento dos riscos, considerando normas de gestão da segurança da informação; Estabelecer processo para a classificação de dados, considerando níveis de acesso, garantia da segurança da informação, comunicação e metodologia definida; Planejar ações de SIC considerando as normas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, legislação correlata e melhores práticas; Controlar e mensurar a segurança durante a configuração, integração e manutenção de <i>hardware</i> e <i>software</i> da infraestrutura.	05

Requisitos de Software – Levantamento, Análise e Gestão	Gerenciar bancos de dados, aplicando os conhecimentos de sistema gerenciador de banco de dados, estrutura de dados, modelagem de dados e performance.	04
Governança de TI - COBIT	Identificar as melhores práticas de governança e de gestão aplicáveis a CGTI, de forma a possibilitar a escolha e a utilização de ferramenta ou de processo mais adequado; Aplicar as políticas e diretrizes de TI do Governo Federal no âmbito do MTur.	13
Gestão de Processos	Operar ferramentas de gestão de processos, adotando as melhores práticas utilizadas pela CGTI; Compreender os processos de negócios para auxiliar o mapeamento, propondo ideias para estruturar, desenhar e realizar a integração de processos; Realizar modelagem, análise, avaliação de processos, propondo melhorias, conforme notações adotadas na CGTI; Analisar periodicamente os processos de TI em sua área de atuação, de forma a verificar a conformidade legal, propondo melhorias e ações corretivas.	06
Contratações de TI – Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014	Elaborar documentação para processos de contratação de serviços ou aquisição de produtos de TI considerando a legislação vigente; Gerenciar os contratos relativos aos bens e serviços de TI de acordo com a legislação vigente; Manter-se atualizado acerca da legislação vigente e melhores práticas aplicáveis a TI.	13

Fonte: CGTI/MTur – Março/2017

QUADRO 9.3 C: CURSOS REALIZADOS EM 2016, POR ÁREA DE CAPACITAÇÃO

Cursos efetivamente realizados em 2016, por área de capacitação	
Área de Capacitação	Cursos realizados
Gerenciamento de portfólio de projetos	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2016.
Gerenciamento de Projetos – PMBok	- Curso de Gerenciamento de projetos; - Introdução à gestão de projetos.
Capacitação em desenvolvimento e gestão de projetos usando metodologia Ágil	- Agile Trends GOV 2016.
Capacitação em métricas de <i>software</i>	- Curso de Métricas alinhado aos normativos do SISP.
Definição e monitoramento dos níveis de serviços em TI	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2016.
Indicadores e Métricas em TI	- Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional.
Ferramenta de gerenciamento de projetos - MS Project	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2016.
Gestão de TI – ITIL	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2016.
Gestão de Segurança da Informação	- 3ª Oficina de SIC de 2016 para APF - Informação Sigilosa e Informação Classificada, com ênfase em Habilitação de Órgãos de Registro; - 2ª Oficina - Equipes de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – ETIR.
Requisitos de <i>Software</i> – Levantamento, Análise e Gestão	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2016.
Governança de TI – COBIT	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2016.
Gestão de Processos	Nenhum curso relacionado a essa área de conhecimento foi realizado no exercício de 2016.

Contratações de TI – Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014	- Curso de Contratação de Bens e Serviços de TI alinhado à IN 04/2014/SLTI/MPOG.
Cursos realizados que não se relacionam diretamente com as áreas levantadas no PDTI:	- Curso IPv6 Básico com Ênfase em Serviços; - Atualização tecnológica na solução de segurança da Fortinet; - Seminário de Gestão de Pessoas: Experiências práticas na implantação da Gestão por Competências no Setor Público; - Treinamento do Sistema Monitor da CGU; - Orçamento Público: Conceitos Básicos.

Fonte: CGTI/MTur – Março/2017

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

O Ministério do Turismo não possui servidores/empregados efetivos da carreira de TI por não possuir carreira própria de TI, dessa forma, todos os servidores que estão alocados na Coordenação estão enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

No que se refere aos servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade e aos servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, o quadro abaixo apresenta as informações solicitadas:

QUADRO 9.3 D: FORÇA DE TRABALHO DE TI

Tipo	Quantidade
Servidor do órgão (outras carreiras da unidade)	8
Servidor de carreira cedido de outros órgãos (Analista de Tecnologia da Informação - ATI do Ministério do Planejamento)	3
Quantitativo total em dezembro/2016 (servidores do órgão e servidores de carreira cedido de outros órgãos)	11

Fonte: CGTI/MTur – Março/2017

Com relação ao número de estagiários e terceirizados, o quadro abaixo demonstra o quantitativo de pessoal terceirizado que auxiliou a força de trabalho, atuando presencialmente nas dependências do Ministério ao final do exercício de 2016:

QUADRO 9.3 E: FORÇA DE TRABALHO TERCEIRIZADA DE TI

Tipo	Quantidade
Estagiários	0
Profissionais do Contrato Administrativo nº 20/2016 – Fábrica de <i>Software</i>	11
Profissionais do Contrato Administrativo nº 04/2016 – HEPTA – Sustentação da Infraestrutura de TI	7
Profissionais do Contrato Administrativo nº 35/2014 – Tellus – Central de Atendimento/HelpDesk	9
Quantitativo total de profissionais terceirizados em Dezembro/2016	27

Fonte: CGTI/MTur – Março/2017

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Os processos de gerenciamento de serviços de TI do Ministério do Turismo são baseados na Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (ITIL). Esta possui um conjunto de diretrizes e boas práticas que define uma abordagem integrada baseada no processo de gerenciamento de serviços de TI.

Em agosto de 2014, iniciou-se o programa “Implantação dos processos de gerenciamento de TI – ITIL”, o qual tinha por objetivo implementar os processos da biblioteca ITIL na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério do Turismo, em conformidade com as melhores práticas, contribuindo para o aumento do nível de maturidade dos processos de TI no órgão e permitindo a entrega de melhores resultados pela CGTI.

Até o momento, foram efetivamente concluídos os projetos de implantação do Processo de Gerenciamento do Catálogo de Serviços de TI, do Processo de Gerenciamento da Segurança da Informação e do Processo de Gerenciamento de Incidentes. A adoção desses processos permitiu melhora significativa da CGTI na prestação de seus serviços. Dentre os principais serviços, estão:

Atendimento ao usuário (*help desk*): Serviços de suporte ao usuário para problemas de microinformática em geral. Como exemplo dos serviços contidos nessa categoria, há serviços de suporte aos usuários, suporte a impressoras, configuração de equipamentos, tablets e telefones corporativos.

Serviços de Infraestrutura: Serviços prestados aos usuários do MTur que envolvam o uso da infraestrutura tecnológica ou a intervenção de analistas de TI. Enquanto os serviços de *help desk* atuam com a microinformática, fazendo intervenções locais nos equipamentos dos usuários, os serviços de infraestrutura atuam na rede do Ministério ou em configurações de equipamentos alocados no datacenter do órgão. Como exemplo de serviços de infraestrutura cita-se o fornecimento de internet, criação de contas de usuário, acesso ao e-mail, backup corporativo, instalação de pontos de rede, entre outros.

PGTUR (Plataforma de Gestão de Turismo): A plataforma é composta por vários módulos que tem por finalidade apoiar as ações internas do Ministério do Turismo. A PGTUR é a plataforma de ERP (*enterprise resource planning*) utilizada pelo MTur, de forma que as atividades-meio realizadas pelo órgão são automatizadas por módulos da PGTUR. São exemplos de atividades geridas por meio da PGTur aquelas relacionadas ao

almoxarifado, transporte, convênios, arquivo, protocolo, tomada de contas especiais, contratos e etc.

Sistemas em outras plataformas: Enquanto a PGTur sustenta os sistemas das áreas meio do MTur, sistemas em outras plataformas como, por exemplo, Java e PHP, sustentam as atividades finalísticas do órgão. Dessa forma, o catálogo de serviços contempla os sistemas ativos e o suporte fornecido para cada um desses. Como exemplo de sistemas em outras plataformas cita-se o Cadastur, o SNHRos, o Turismo Acessível.

Sites e portais: Além dos sistemas de informação, o catálogo de serviços possui o registro dos sites e portais que o Ministério do Turismo mantém disponíveis.

Telefonia: Contempla os serviços relacionados à utilização e configuração dos aparelhos telefônicos do órgão. Como exemplo de serviços de telefonia cita-se a solicitação e alteração de ramal, a programação do aparelho telefônico, e demais serviços de suporte ao usuário.

O serviço de atendimento ao usuário (*help desk*) passou a ser mais ágil e preciso após a unificação do primeiro e o segundo nível de atendimento. Optou-se por esse formato ao observar-se que na estrutura do MTur não havia necessidade da divisão em dois níveis, visto que ela aumentava, desnecessariamente, a burocracia no atendimento. O Ministério deixou de ter a clássica divisão de primeiro e segundo nível preconizada pelo ITIL, tendo apenas um grupo de atendentes para cada localidade física, Shopping ID e Esplanada. Tal medida aproximou o usuário da CGTI, aumentando a percepção de pronto atendimento e resolução de incidentes ou requisição de serviços. Os índices de satisfação do usuário atingiram bons níveis e a Coordenação ganhou mais de visibilidade na organização. A percepção de melhora foi feita por meio de pesquisa direta junto ao usuário.

A melhoria no atendimento do *help desk* refletiu-se ainda no atendimento de terceiro nível ao aumentar sua agilidade. Os serviços de infraestrutura passaram a ser melhor classificados, auxiliando na análise do chamado, identificação das ações necessárias e distribuição das tarefas aos técnicos especialistas.

Além da percepção do usuário, os processos de gerenciamento de serviços de TI passaram a ser acompanhados de forma informatizada, por meio da adoção da ferramenta de ITSM System Center (*Information Technology Service Management*). Atualmente, tanto o *Help Desk* quanto o terceiro nível, utilizam ferramenta única para registros dos chamados, padronizando os atendimentos e centralizando as informações. Além disso, os dados gerados contribuíram na gestão dos respectivos contratos, uma vez que é possível visualizar o que ocorreu em cada chamado (tempo de resolução do chamado, item de configuração afetado, incidente ocorrido, solução apresentada, etc).

Como parte da melhoria contínua de processos, os chamados relacionados a demandas de sistemas de informação também irão integrar a plataforma única de ITSM. Atualmente o controle é feito com o uso de outro sistema (Stella) e a adesão ao *System Center* está em fase de estudo para que não haja perda de informações durante a transição.

Após essa etapa, todo o fluxo de atendimento aos serviços de tecnologia da informação estará definido e automatizado, propiciando análises mais precisas quanto ao gerenciamento de serviços de TI, auxiliando na gestão, fiscalização e controle de contratos.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

O quadro abaixo consolida os principais projetos executados na Coordenação-Geral de TI no exercício de 2016. Estão sendo considerados projetos iniciados em 2015 e prorrogados até 2016, bem como projetos iniciados em 2016, com conclusão prevista para os exercícios futuros.

QUADRO 9.3 F: PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO EXERCÍCIO DE 2016

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período						
ID	Descrição do Projeto	Resultados esperados	Alinhamento com Planejamento Estratégico e com o PDTI	Valores orçados (previstos)	Valores despendidos	Prazos de conclusão
01	Internacionalização Turismo Acessível	Disponibilizar as informações do site no idioma inglês e espanhol	PEI: Objetivo 4.4.5. Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados. 4.4.1. Realizar campanhas de incentivo ao turismo doméstico priorizados. PDTI: Necessidade N12. Turismo Acessível - A manutenção visa uma constante atualização da base de dados, a integração com mídias sociais, a correção de erros e falhas no sistema de cadastro, inserção de novas funcionalidades, etc.	R\$ 41.601,80	R\$ 36.590,98	29/01/2016 Status: Concluído
02	Calendário de Eventos	Possibilitar a centralização dos eventos no Brasil. Por meio deste sistema, será possível pesquisar os eventos realizados no Brasil em determinado período ou por tipo de evento	PEI: Objetivo 4.4. Promover os produtos turísticos. 4.4.5. Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados. PDTI: Necessidade N16. Portal Promocional - Sistema web para disseminação e consulta a eventos turísticos.	R\$ 34.921,52	R\$ 40.220,44	22/02/2016 Status: Concluído
03	Calendário de Eventos - Etapa 3	Possibilitar a centralização dos eventos no Brasil. Por meio deste sistema, será possível pesquisar os eventos realizados no Brasil em determinado período ou por tipo de evento	PEI: Objetivo 4.4. Promover os produtos turísticos. 4.4.5. Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados. PDTI: Necessidade N16. Portal Promocional - Sistema web para disseminação e consulta a eventos turísticos.	R\$ 11.175,88	R\$ 7.164,70	13/06/2016 Status: Concluído
04	Calendário de Eventos - Etapa 4 DEMAC	Possibilitar a centralização dos eventos no Brasil. Por meio deste sistema, será possível pesquisar os eventos realizados no Brasil em determinado período ou por tipo de evento	PEI: Objetivo 4.4. Promover os produtos turísticos. 4.4.5. Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados. PDTI: Necessidade N16. Portal Promocional - Sistema web para disseminação e consulta a eventos turísticos.	R\$ 4.721,74	R\$ 19.313,61	08/07/2016 Status: Concluído

05	Scanners	Aquisição de scanners para prover os departamentos do Ministério do Turismo com equipamentos necessários para digitalização de documento	PEI - Objetivo 2.2. Prover soluções integradas de tecnologia e comunicações seguras e de alto desempenho. PDTI Necessidade N5. Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização de atividades do Ambiente Central.	R\$45.545,33	R\$ 30.180,00	15/07/2016 Status: Concluído
06	Contratação WiFi	Aquisição de solução de comunicações sem fio para transmissão de dados e informações (rede sem fio wireless).	PEI - Objetivo 2.2. Prover soluções integradas de tecnologia e comunicações seguras e de alto desempenho. PDTI Necessidade N5. Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização de atividades do Ambiente Central.	R\$ 1.167.942,93	N/D	13/01/2017 Status: em andamento (atrasado)
07	Balanceador de cargas	Aquisição de solução de balanceador de carga capaz de equilibrar e distribuir uniformemente as demandas externas e internas do MTur (carga de trabalho) para as aplicações, serviços, portais e equipamentos deste Ministério.	PEI - Objetivo 2.2. Prover soluções integradas de tecnologia e comunicações seguras e de alto desempenho. PDTI Necessidade N5. Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização de atividades do Ambiente Central.	R\$ 600.000,00	N/D	12/12/2016 Status: em andamento (atrasado)
08	Manutenção Sala Cofre	Contratação de serviços técnicos de manutenção preventiva programada e corretiva, incluindo a troca e reposição de peças da Sala Cofre do Ministério do Turismo, monitoramento ativo do ambiente e substituição de componentes específicos sob demanda.	PEI - Objetivo 2.2. Prover soluções integradas de tecnologia e comunicações seguras e de alto desempenho. PDTI Necessidade N5. Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização de atividades do Ambiente Central.	R\$ 617.000,00	N/D	25/11/2016 Status: Concluído na CGTI. Ainda não contratado.
09	Outsourcing de impressão	Contratação de empresa para a prestação de serviços de outsourcing de impressão, através de locação de equipamentos, incluindo o fornecimento contínuo de suprimentos e consumíveis de impressão, solução completa de gerenciamento por <i>software</i> e suporte técnico preventivo e corretivo no local.	PEI - Objetivo 2.2. Prover soluções integradas de tecnologia e comunicações seguras e de alto desempenho.	R\$ 742.851,52	N/D	18/11/2016 Status: Concluído na CGTI. Ainda não contratado.
10	Carta Eletrônica de Serviços	Elaborar, cadastrar e publicar a Carta Eletrônica de Serviços do Ministério do Turismo no Portal de Serviços Públicos Federal.	PETI: Objetivo: 3.3. Assegurar o alinhamento do MTur à Estratégia Geral de TI do Governo Federal.	Não se aplica - feito exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	30/06/2016 Status: Concluído

11	Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC	Atualizar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério do Turismo, visando à atualização das diretrizes.	PETI: Objetivo: 2.6 Implantar sistema de gestão da segurança da informação. 3.3. Assegurar o alinhamento do MTur à Estratégia Geral de TI do Governo Federal.	Não se aplica - feito exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	12/09/2016 Status: Concluído
12	SEI	Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - com objetivo de melhorar o desempenho dos processos, oferecer maior agilidade, produtividade, redução de custos e aumento da transparência.	PEI: Objetivo 2.2. Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação seguras e de alto desempenho. PDTI: Necessidade N9 - Implantação de Sistema de Processo Eletrônico - Sistema que proporciona a tramitação e controle de processos e documentos de forma eletrônica.	Não se aplica - feito exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	20/01/2017 Status: Concluído
13	Plano de Dados Abertos -PDA	Elaborar o Plano de Dados Abertos do Ministério do Turismo.	PETI: Objetivo: 2.6 Implantar sistema de gestão da segurança da informação. 3.3. Assegurar o alinhamento do MTur à Estratégia Geral de TI do Governo Federal.	Não se aplica - feito exclusivamente por servidores da casa	Não se aplica	16/12/2016 Status: Concluído
14	Novo Portal Dados e Fatos – Etapa 1	Disponibilizar informações de pesquisas e anuários turísticos para o público geral.	PEI: Objetivo 4.1.1. Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo. PDTI: Necessidade N34. Portal - a manutenção visa a modernização da área Dados e fatos para disponibilização de dados dinâmicos para usuários internos e externos.	R\$ 48.564,73	R\$ 13.948,00	11/05/2016 Status: Concluído
15	Novo Portal Dados e Fatos - Etapa2	Disponibilizar informações de pesquisas e anuários turísticos para o público geral.	PEI: Objetivo 4.1.1. Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo. PDTI: Necessidade N34. Portal - a manutenção visa a modernização da área Dados e fatos para disponibilização de dados dinâmicos para usuários internos e externos.	R\$ 32.987,52	R\$ 60.501,96	08/09/2016 Status: Concluído
16	Portal Dados e Fatos – Etapa 3 – DEPES	Disponibilizar informações de pesquisas e anuários turísticos para o público geral.	PEI: Objetivo 4.1.1. Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a	R\$ 2.782,40	R\$ 3.273,68	01/06/2016

			estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo. PDTI: Necessidade N34. Portal - a manutenção visa a modernização da área Dados e fatos para disponibilização de dados dinâmicos para usuários internos e externos.			Status: Concluído
17	Novo Portal Dados e Fatos – Etapa 4	Disponibilizar informações de pesquisas e anuários turísticos para o público geral.	PEI: Objetivo 4.1.1. Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo. PDTI: Necessidade N34. Portal - a manutenção visa a modernização da área Dados e fatos para disponibilização de dados dinâmicos para usuários internos e externos.	R\$ 2.373,76	R\$ 11.118,49	13/07/2016 Status: Concluído
18	Dados e Fatos - Evolução Etapa 4 - Extrator	Disponibilizar informações de pesquisas e anuários turísticos para o público geral.	PEI: Objetivo 4.1.1. Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo. PDTI: Necessidade N34. Portal - a manutenção visa a modernização da área Dados e fatos para disponibilização de dados dinâmicos para usuários internos e externos.	R\$ 15.895,46	R\$ 36.988,31	08/09/2016 Status: Concluído
19	Mapa da Qualificação	Possibilitar o gerenciamento de cursos do PRONATEC, turmas e recursos financeiros.	PEI 4.3.4. Promover ações de qualificação profissional para o setor de turismo. 4.2.8. Apoiar ações de promoção e incentivo a comercialização de produtos associados ao turismo.	R\$ 16.344,98	R\$ 11.243,35	18/04/2016 Status: Concluído
20	Módulo Patrimônio - Etapa 1	Ajustar o sistema de forma que faça o controle de patrimônios adquiridos por múltiplas UG's.	PEI 3.2. Simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos.	R\$ 23.597,64	R\$ 32.886,46	29/07/2016 Status: Concluído

21	Artistas do Turismo - Controle de propostas	Permitir o controle das propostas dos eventos/artistas cadastros no sistema.	PEI: Objetivo 4.3.1. Cadastrar os prestadores de serviços turísticos. 2.1. Garantir a eficiência, efetividade e transparência na aplicação dos recursos. Não está expressamente alinhado ao PDTI 2015-2016	R\$ 23.735,36	R\$ 29.324,93	26/04/2016 Status: Concluído
22	Mapa Prêmio Braztoa	Disponibilizar para o cidadão as iniciativas sustentáveis premiadas ao longo dos anos.	PEI: Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro	R\$ 20.466,68	R\$ 25.886,96	16/082016 Status: Concluído
23	Mapa do Turismo	Evoluir o sistema de categorização dos municípios turísticos, permitindo consulta por meio de regiões turísticas e municípios categorizados.	PEI: Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro	R\$ 34.700,88	R\$ 39.749,30	18/11/2016 Status: Concluído

Fonte: CGTI/MTur – Março/2017 * N/D – Não definido (será medido oportunamente).

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

O Ministério do Turismo tem adotado diferentes estratégias no intuito de evitar a dependência tecnológica de empresas terceirizadas prestadoras de serviços de TI.

Dentre essas estratégias, pode-se mencionar a estruturação do Escritório de Planejamento e Gestão de TI (E-PGTI), que possui como membros todos os servidores da Coordenação. Com o Escritório de Planejamento e Gestão foi estabelecido o acompanhamento por parte dos servidores para cada uma das áreas de atuação da CGTI. Atualmente, a CGTI possui cinco áreas que, embora informais na estrutura da Coordenação, agrupam os principais eixos de atuação. São elas: Coordenação de Administração de Recursos de TI, Coordenação de Planejamento e Gestão de TI, Coordenação de Segurança da Informação e Comunicações, Coordenação de Sistemas e Coordenação de Infraestrutura de TI. Cada uma dessas áreas possui servidores responsáveis pela gestão das atividades, de forma que os serviços terceirizados eventualmente prestados em cada área sejam acompanhados.

Adicionalmente, a Coordenação-Geral de TI estabeleceu também em sua estrutura o Núcleo de Contratações de TI (NCTI). Dentre diversas outras atribuições, o NCTI realiza o acompanhamento, monitoramento e fiscalização das contratações tanto na fase de planejamento quanto de gestão, consolidando um ambiente quem que todas as iniciativas possam ser amplamente difundidas e conhecidas por todos os servidores, permitindo um acompanhamento mais preventivo das contratações vigentes e futuras da CGTI, buscando maior aderência às boas práticas e à legislação e evitando-se aspectos negativos, a exemplo do estabelecimento de dependências entre o órgão e as empresas contratadas.

Além disso, ao contratar soluções de TI, a CGTI tem buscado utilizar tecnologias amplamente aceitas no mercado, de modo que não seja necessária a criação de um vínculo de dependência exclusiva com os serviços de um terceiro. Em conformidade com a IN nº 04/2014/STI/MPDG, sempre que possível é avaliada a preferência por soluções não proprietárias e mais amplamente utilizadas no mercado. De modo geral, as soluções adotadas possuem boa aceitação de mercado e os atuais prestadores de serviço podem ser substituídos por outros sem maiores dificuldades.

Ainda com relação aos contratos administrativos, no exercício de 2016, foram efetivadas as contratações dos serviços de sustentação da infraestrutura de TI, de desenvolvimento e manutenção de sistemas e de medição de *software* - Contratos Administrativos nº 04/2016, 20/2016 e 19/2016, respectivamente. Até então, uma única empresa era responsável pela sustentação da infraestrutura e, também, por toda as atividades de manutenção de sistemas. Com os novos contratos em vigor, foi possível fragmentar um único contrato em três contratos menores. Dessa forma, reduziu-se a dependência de um fornecedor exclusivo para sustentação dos produtos e serviços de TI.

Na fase de transição contratual ocorrida, a Coordenação realizou o repasse de conhecimentos para os servidores da casa, consolidando documentos formais contendo os procedimentos utilizados pela equipe terceirizada da época, a disposição dos equipamentos no datacenter do MTur, a atualização de informações dos inventários de aplicações e ativos de tecnologia da informação, o detalhamento do ambiente virtualizado, as senhas para acesso, e os históricos de negociações e diversas outras informações.

Por fim, as estruturas de gestão mencionadas, com a participação de servidores, as mudanças contratuais referidas e uma série de outras medidas pontuais, a exemplo de capacitações, conscientizações, busca de utilização das melhores práticas, tanto em

contratações quanto em atividades de gestão, são medidas que permitem mitigar e evitar o surgimento de dependências tecnológicas de empresas prestadoras de serviços.

9.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

9.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Ministério do Turismo, nas aquisições de bens e serviços, no que couber, inclui nos seus Editais itens de sustentabilidade a serem observados, sendo que a unidade não participa da Agenda Ambiental Pública.

Em relação aos resíduos reciclados descartados, o ministério mantém parceria com o Ministério de Minas e Energia num acordo de partilha, tendo sido selecionadas as seguintes cooperativas/associações: Associação de Catadores de Papéis do Plano Piloto (ACOPLANO), Associação dos Catadores de Recicláveis do Distrito Federal (RECICLABRASÍLIA), Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos (RECICLO) e Associação Recicle a Vida (RECICLE A VIDA).

9.5 Gestão de Fundos e de Programas

a) identificação, natureza, legislação aplicável ao fundo (criação, objetivos e finalidades)

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 72084
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo Geral de Turismo			
Denominação abreviada: FUNGETUR			
Código SIORG: 79237	Código LOA: 74908		Código SIAFI: 187002
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundo especial de financiamento			
Principal Atividade: Fomento			Código CNAE: 8412-4/0
Telefones/Fax de contato:	(61) 2023-8010	(61) 2023-8020	(61) 2023-7698
Endereço eletrônico: fungetur@turismo.gov.br			
Página da Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: SCN Quadra 06, Conjunto “A”, Bloco “A”, Sala 1105 – 11º Andar – Edif. Venâncio 3000 – Shopping Id CEP: 70.716-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei nº 1.191, de 27/10/1971 / Decreto-Lei nº 1.439, de 30/12/1975 / Lei nº 8.181, de 28/03/1991 / Lei nº 10.683, de 28/05/2003 / Lei nº 11.771, de 17/09/2008			

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Portaria MTur nº 75, de 20/05/2015

O Fundo Geral de Turismo (Fungetur), criado pelo Decreto-Lei n. 1.191, de 27 de outubro de 1971, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, e ratificado pela Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, tem a finalidade de prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional, de acordo com o parágrafo único do art. 19 do Decreto-Lei n. 55, de 18 de novembro de 1966.

O Fungetur foi o responsável pelo financiamento de boa parte da atual infraestrutura turística existente no País. Esse fundo público de financiamento teve sua gestão, durante alguns anos, a cargo do Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), tendo sua operação regulamentada pela Resolução do Banco Central do Brasil nº 365, de 07 de abril de 1976, consideradas as linhas gerais e o plano de ação aprovado pelo Conselho Nacional do Turismo (CNTur).

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criou o Ministério do Turismo (MTur) e transferiu para esta Pasta, nos termos da alínea “e” do inciso XXIII do art. 27, dessa lei, a gestão do Fundo Geral de Turismo.

Sob a égide deste Ministério, houve a necessidade da retomada das operações de financiamento mediante a linha de crédito estruturada com recursos do Fundo Geral de Turismo, no intuito de propiciar a expansão do crédito de longo prazo, concernentes aos investimentos em infraestrutura turística.

Nesse sentido, o MTur regulamentou a forma de operação e funcionamento desse fundo federal, ratificando o processo de construção e regulamentação das atividades específicas do fundo no âmbito do fomento às atividades turísticas, para a consecução efetiva das operações de crédito.

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, denominada Lei Geral do Turismo, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, notadamente, o segmento do fomento à atividade turística, em seus artigos 18, 19 e 20, que cuida do Fundo Geral de Turismo.

A Lei Geral do Turismo amplia o objeto desse fundo público quando, além das operações de crédito mediante a concessão de financiamento, acrescenta o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, os quais deverão estar abrangidos nos objetivos e metas traçados no Plano Nacional de Turismo (PNT).

O Ministério do Turismo, mediante atuação da Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo, exerce a coordenação e supervisão dos recursos próprios provenientes das operações de financiamento, e busca a consolidação dos processos de reestruturação desse fundo público. O Fungetur consiste em mecanismo de crédito essencial ao fomento do turismo como negócio e estratégia para o desenvolvimento social

e econômico – geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

As normas gerais e critérios de aplicação em linha de crédito dos recursos desse fundo público estão disciplinados na Portaria GM nº 75, de 20 de maio de 2015, do Ministro do Turismo. Essa portaria enumera as condições gerais de financiamento, junto às pessoas jurídicas de direito privado, norteadas pelos pressupostos da atratividade e da competitividade, concorrendo com as demais linhas de créditos colocadas à disposição do setor.

b) objetivos e desempenho do fundo (se atingiu os objetivos total ou parcialmente)

O Fundo Geral de Turismo (Fungetur), por definição legal, tem por objeto o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, os quais deverão estar abrangidos nos objetivos e metas traçados no Plano Nacional de Turismo (PNT) (arts. 18 e 19, da Lei nº 11.771, de 17 de outubro de 2008).

Suas atividades específicas, concentradas no fomento e provisão de recursos para financiamento de empreendimentos turísticos, estão circunscritas à Ação Orçamentária 0454 – Financiamento da Infraestrutura Nacional. Os recursos desse fundo representam ingressos adicionais ao fluxo financeiro do poder público.

No Plano de Ação 2016, a iniciativa 4.3.1 Depositar certificado das ações de sociedade empresária no Fundo Nacional de Desestatização – FND, alinhada ao Objetivo Estratégico – 4.3. Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos, contém a meta do Ministério do Turismo para as atividades relacionadas ao Fungetur.

O Fungetur está desprovido de um plano estratégico próprio, mas faz parte do planejamento mais abrangente do Ministério do Turismo, exercendo um papel relevante no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao turismo.

Os recursos oriundos do Fungetur são alocados às atividades produtivas por meio de linhas de crédito operadas pelas instituições financeiras federais.

A Ação Orçamentária 0454 apoia projetos ou programas considerados de elevado interesse para o desenvolvimento do turismo no País. Os recursos alocados a essa ação destinam-se a implantação, expansão e modernização de empreendimentos com fins turísticos, abrangendo todos os segmentos envolvidos no setor, tais como: hotéis e outros meios de hospedagem, centro de convenções, empreendimentos de entretenimento e lazer, transportadoras turísticas, agências de turismo e terminais de turismo e lazer.

A ilustração a seguir resume a vinculação existente entre o Plano de Ação 2016, o Plano Plurianual da União e a Lei de Orçamento Anual.

QUADRO 9.5 A: PLANO DE AÇÃO 2016 E AS ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO FUNGETUR

ESTRUTURAÇÃO, FOMENTO E PROMOÇÃO					
Objetivo estratégico: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos					
Ação/Iniciativa/Projeto	Indicador	Meta	Unidade	PPA	PLOA
Depositar certificado das ações de sociedade empresária no Fundo Nacional de Desestatização - FND	Certificado das ações de sociedade empresária depositado	1	CGACF/DEOTur/SNETur	05OG	0454

Fonte: Portaria GM nº 177, de 13 de julho de 2016

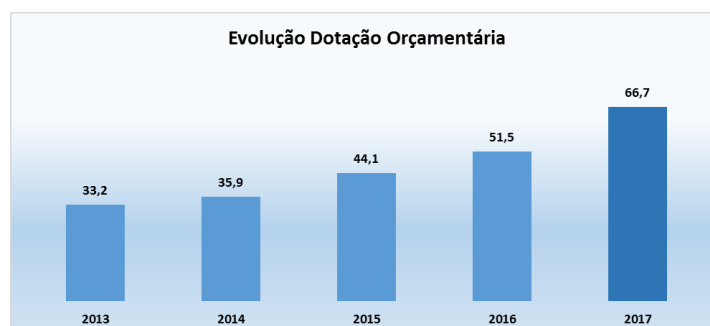
A Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito e ao Fundo Geral de Turismo é competente para preparar e submeter, anualmente, à Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo a proposta orçamentária do Fungetur, para inclusão no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), a que se refere o § 5º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988, observados os objetivos definidos nas políticas de desenvolvimento turístico fixadas pelo Plano Nacional de Turismo.

Essa Unidade Administrativa atenta às metas e diretrizes, definidas no Plano Nacional de Turismo e no Plano de Ações, instrumentos de planejamento do Ministério do Turismo, e vinculadas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), realiza o monitoramento da execução orçamentária do Fungetur, em especial quanto aos aspectos da receita e despesa.

Em razão dessa atribuição, a Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito e ao Fundo Geral de Turismo, Unidade Administrativa, integrante da Estrutura Organizacional do Ministério do Turismo, acompanha a evolução da receita auferida pelo Fundo Geral de Turismo, a qual é utilizada como parâmetro na determinação da estimativa da receita financeira desse fundo especial, após análise e avaliação do comportamento dos ingressos financeiros deste fundo.

O gráfico a seguir retrata as dotações orçamentárias do Fungetur 2013-2017.

QUADRO 9.5 B: DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNGETUR (2013-2017)



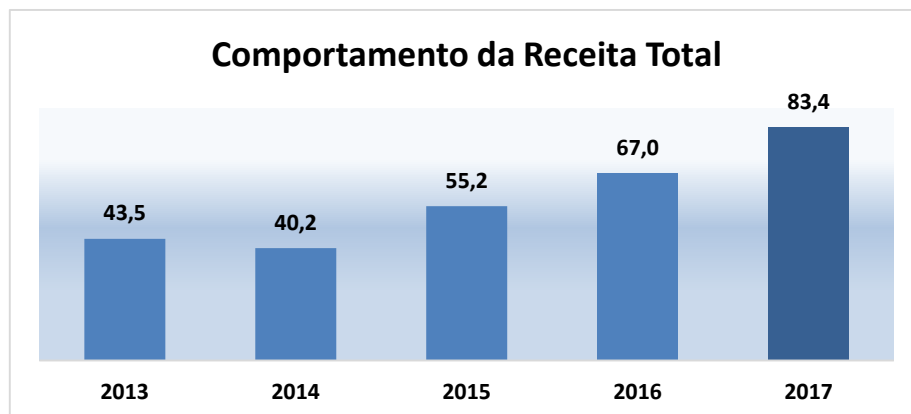
Fonte: Lei Orçamentária Anual (unidade: R\$ milhões)

As dotações orçamentárias são definidas tendo como parâmetro o comportamento das receitas pertencentes a esse fundo especial, que decorrem preferencialmente das operações de financiamento. Examinado o conjunto de ingressos financeiros, o Ministério

do Turismo e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) avaliam as perspectivas de arrecadação do exercício que sofrerá procedimentos de reestimativa de valores, com vistas a projetar a dotação orçamentária que será autorizada em lei.

A seguir, apresenta-se gráfico demonstrativo da evolução da receita total.

QUADRO 9.5 C: DEMONSTRATIVO DA RECEITA TOTAL (2013-2017)



Fonte: Fungetur (unidade: R\$ milhões) (*) Previsão receita 2017

O Fungetur patrocina, com recursos financeiros próprios, operações de financiamento mediante a intermediação de agente financeiro, com base nas previsões normativas da Portaria GM nº 75, de 20 de maio de 2015, que estabelece atualmente as condições de operacionalização dos recursos desse fundo.

Esse fundo de financiamento, em relação às fontes de recursos, é suprido essencialmente pelo reembolso das operações de crédito realizadas a título de financiamento reembolsável e pelo resultado das aplicações em títulos públicos federais.

Os financiamentos concebidos, sob a regência das normas constantes da citada portaria, vêm se mostrando fonte primordial de receita financeira. Esse normativo representa as premissas básicas voltadas à definição das condições de operação e funcionamento deste fundo especial, vindo a propiciar ao Fungetur as condições mínimas de ingressos financeiros.

A carteira de financiamentos está avaliada em R\$ 86.153.630,27 (oitenta e seis milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta reais e vinte e sete centavos), atualizada em dezembro de 2016. Ela cresceu 2,9% (dois vírgula nove por cento) com relação ao ano anterior.

No tocante à arrecadação, a receita total alcançada foi da ordem de R\$ 67,0 milhões, conforme dados extraídos do SIAFI.

O total compreende as parcelas de amortização e juros, oriundas de financiamentos concedidos, somadas aos rendimentos da aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional, acrescidas das parcelas de dividendos, decorrentes da participação acionária do fundo em diversas empresas.

Outro aspecto relevante da gestão desse fundo se refere à participação acionária.

Numa visão analítica dessas participações acionárias, a situação atual está destacada, segundo informações disponíveis em 31.12.2016, nos quadros a seguir, os quais identificam as diversas participações por nome, tipo de empresa, tipo de ações integralizadas (representadas por ON – ações ordinárias nominativas e PN – ações

preferenciais nominativas), quantidade de ações, recursos (liberados e atualizados) e percentual da participação do fundo em cada um dos empreendimentos.

QUADRO 9.5 D: PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DO FUNGETUR – CONTROLE PÚBLICO

Referência: data do balanço patrimonial disponível												
EMPRESA	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES DA SOCIEDADE			QUANTIDADE DE AÇÕES DO FUNGETUR			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RECURSOS LIBERADOS		POSIÇÃO DO INVESTIMENTO	
		ON	PN	TOTAL SOCIEDADE	ON	PN	TOTAL FUNGETUR		EM BTN's	VALOR INVESTIDO ATUALIZADO	VALOR ATUAL	LUCRO OU PREJUÍZO
				(A)			(B)				(E) = (B:A) X (C)	(E) - (D)
ANHEMBI	31/12/14	5.064.624	114.095	5.178.719	22.588	0	22.588	R\$ 88.459.000,00	274.098,1687	450.809,26	385.831,30	(R\$ 64.977,96)
BAHIATURSA	31/12/14	76.286.104	961.431	77.247.535	1.274.645	276.725	1.551.370	(R\$ 43.420.262,00)	9.663.787,4959	15.894.031,29	-	(R\$ 15.894.031,29)
CODECE	31/12/16	15.203.295	286.133	15.489.428	29.151	0	29.151	R\$ 20.848.000,00	86.775,7438	142.720,07	39.235,80	(R\$ 103.484,27)
CURITIBA	31/12/14	10.149.927	0	10.149.927	1.710.259	0	1.710.259	R\$ 4.668.000,00	1.500.813,6301	2.468.388,18	786.556,30	(R\$ 1.681.831,88)
DATANORTE	31/12/08	1.954.853	0	1.954.853	327	0	327	(R\$ 24.658.739,00)	215.838,1847	354.989,06	-	(R\$ 354.989,06)
EMPETUR	31/12/14	32.382.637.267	15.227.278.478	47.609.915.745	0	15.227.278.262	15.227.278.262	R\$ 41.259.156,00	7.741.227,3189	12.731.996,57	13.196.088,24	R\$ 464.091,67
EMSETUR	31/12/14	3.077.556	0	3.077.556	47.719	0	47.719	R\$ 12.109.013,77	309.468,0039	508.982,03	187.756,14	(R\$ 321.225,89)
FENAC	31/12/14	2.781	671	3.452	0	131	131	R\$ 31.361.628,60	73.202,3902	120.395,97	1.190.142,92	R\$ 1.069.746,95
FESTA DA UVA	31/12/16	11.306.083	0	11.306.083	81.790	0	81.790	R\$ 11.671.858,80	65.127,7283	107.115,57	84.436,08	(R\$ 22.679,49)
FOZ DO IGUAÇU	31/12/14	32.725.126	0	32.725.126	2.241.798	0	2.241.798	R\$ 14.221.808,37	3.198.131,3925	5.259.966,70	974.249,01	(R\$ 4.285.717,69)
PROMINAS	31/12/14	47.062.283	0	47.062.283	2.847.072	0	2.847.072	R\$ 76.416.268,00	3.241.370,0429	5.331.081,31	4.622.865,77	(R\$ 708.215,54)
RIOCENTRO	31/12/14	61.660.357	17.635.487	79.295.844	0	7.329.208	7.329.208	(R\$ 3.046.741,38)	3.989.346,0316	6.561.277,42	-	(R\$ 6.561.277,42)
SANTUR	31/12/15	3.391.511	137.160	3.528.671	103.777	0	103.777	R\$ 2.282.473,23	84.871,6818	139.588,46	67.126,75	(R\$ 72.461,70)
SELTUR	31/12/14	57.175.369	0	57.175.369	737.621	0	737.621	R\$ 6.481.090,99	1.076.898,3448	1.771.174,71	83.612,73	(R\$ 1.687.561,98)
SENETUR	31/12/13	65.444.816	0	65.444.816	15.166.205	0	15.166.205	R\$ 7.246.181,78	1.147.617,3895	1.887.486,32	1.679.232,75	(R\$ 208.253,57)
RIMO	31/12/99	7.356.704	0	7.356.704	318.561	0	318.561	R\$ 9.115.027,00	246.182,2571	404.895,96	-	(R\$ 404.895,96)
CAIOBÁ	31/12/94	11.459.156	0	11.459.156	3.729.699	0	3.729.699	R\$ 1.045.947,00	422.145,3340	694.302,43	-	(R\$ 694.302,43)
CONCLAVE	31/12/90	759.333	0	759.333	36.045	0	36.045	R\$ 34.168.764,73	254.102,6584	417.922,64	-	(R\$ 417.922,64)
TOTAIS									33.591.003,7971	55.247.123,95	23.297.133,78	(R\$ 31.949.990,16)

Nota 1: Valor do Investimento atualizado pela BTNF de 1,6447, de 31/12/2016.

QUADRO 9.5 E: PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DO FUNGETUR – CONTROLE PRIVADO

Referência: data do balanço patrimonial disponível												
EMPRESA	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES DA SOCIEDADE			QUANTIDADE DE AÇÕES DO FUNGETUR			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RECURSOS LIBERADOS		POSIÇÃO DO INVESTIMENTO	
		ON	PN	TOTAL SOCIEDADE (A)	ON	PN	TOTAL FUNGETUR (B)		EM BTN\$	VALOR INVESTIDO ATUALIZADO (D)	VALOR ATUAL (E)=(B/A) X (C)	LUCRO OU PREJUÍZO (E)-(D)
CIA PERNAMBUCANA	31/12/14	3.520.754	1.565.027	5.085.781	274.935	0	274.935	R\$ 353.723,63	148.098,8802	243.578,23	19.122,14	(R\$ 224.456,09)
COPACABANA RIO	31/12/09	9.775.006	0	9.775.006	2.010.410	0	2.010.410	R\$ 2.685.326,37	852.338,9874	1.401.841,93	552.286,82	(R\$ 849.555,11)
LAJE DE PEDRA	31/12/14	6.949.961	3.603.887	10.553.848	63.465	0	63.465	R\$ 19.040.900,00	1.027.596,4905	1.690.087,95	114.501,43	(R\$ 1.575.586,52)
SANTAMARIENSE	31/12/14	3.528.606	24.272	3.552.878	640.073	0	640.073	R\$ 4.370.882,32	280.870,4445	461.947,62	787.441,55	R\$ 325.493,93
HOTELEIRA	31/12/13	1.982.371.912	6.700.320	1.989.072.232	45.948.473	0	45.948.473	R\$ 149.284,85	173.408,2221	285.204,50	3.448,55	(R\$ 281.755,95)
SISAL BAHIA	31/12/05	420.699	514.072	934.771	0	89.339	89.339	(R\$ 6.030.407,97)	1.632.582,0000	2.685.107,62	-	(R\$ 2.685.107,62)
SISAL RIO	31/12/05	625.447.115	508.024.481	1.133.471.596	0	48.450.133	48.450.133	R\$ 22.038.854,46	252.069,9926	414.579,52	942.048,69	R\$ 527.469,17
PORTOBELLO	31/12/11	7.160	399	7.559	375	0	375	R\$ 62.087.067,93	2.828.149,7990	4.651.457,97	3.080.123,09	(R\$ 1.571.334,88)
GAMASA	31/12/06	234.779	33.327	268.106	20.633	0	20.633	R\$ 3.053.852,00	86.673,4200	142.551,77	235.019,46	R\$ 92.467,69
NOVA LINDÓIA	31/12/11	2.658.124	1.170.195	3.828.319	0	652.589	652.589	(R\$ 6.183.191,00)	908.903,2559	1.494.873,18	-	(R\$ 1.494.873,18)
SALVADOR PRAIA	31/12/00	111.336.198	33.248.560	144.584.758	0	17.857.142	17.857.142	R\$ 4.825.253,00	484.392,6639	796.680,61	595.949,60	(R\$ 200.731,02)
MARINA PORTO BÚZIOS	31/12/09	219.831.085	0	219.831.085	48.744.971	0	48.744.971	R\$ 140.000,00	1.084.961,9631	1.784.436,94	31.043,36	(R\$ 1.753.393,58)
BAPA	31/12/98	6.461.908	1.769.113	8.231.021	1.521.059	0	1.521.059	R\$ 19.404.924,83	3.167.394,5163	5.209.413,76	3.585.950,70	(R\$ 1.623.463,06)
TAMENGO	31/12/94	2.610.293	96.066	2.706.359	1.035.753	0	1.035.753	R\$ 3.547.000,00	1.369.715,8256	2.252.771,62	1.357.475,45	(R\$ 895.296,17)
TROPICANA	31/12/92	5.399.056	4.064.764	9.463.820	0	1.334.680	1.334.680	Cr\$ 12.669.096.464,00	89.606,5398	147.375,88	-	R\$ 0,00
ENTRE RIOS	31/12/91	2.305.134	113.995.775	116.300.909	378.512	0	378.512	Cr\$ 7.112.000.657,44	808.857,5400	1.330.328,00	-	R\$ 0,00
IRSA	31/12/91	70.948.698	37.048.666	107.997.364	11.146.092	0	11.146.092	Cr\$ 619.017.238,00	202.716,4692	333.407,78	-	R\$ 0,00
NOVOS HOTÉIS DE BRASÍLIA	31/12/87	2.496.151.627	2.804.564.250	5.300.715.877	0	845.363.631	845.363.631	Cz\$ 212.306.000,00	277.945,0735	457.136,26	-	R\$ 0,00
TOTAIS									15.676.282,0836	25.782.781,14	11.304.410,84	(R\$ 12.210.122,39)

Nota 1: Valor do Investimento atualizado pela BTNF de 1,6447, de 31/12/2016.

Nota 2: No relatório de gestão de 2014, o patrimônio líquido das empresas Tropicana, Entre Rios, Irsa e Novo hotéis estava expresso em cruzeiro (CR\$). Foi realizada conversão de moeda, utilizando o site: <http://www.igf.com.br/calculadoras/conversor/conversor.htm>.

Essas participações representaram meio de descentralização de recursos com o objetivo de ampliar a oferta turística nacional, mediante a implementação de empreendimentos hoteleiros, terminais turísticos e centros de convenções, assim como o saneamento financeiro. As participações acionárias do FUNGETUR foram aplicadas nos empreendimentos a seguir discriminados.

Quadro 9.5 F: Relação dos empreendimentos concebidos com recursos do Fungetur

CENTRO DE CONVENÇÕES	EMPREENDIMENTOS
ANHEMBI - TUR. E EV. DA CIDADE DE SÃO PAULO S/A	PARQUE DE EXPOSIÇÕES ANHEMBI - SP
BAHIATURSA - EMP. DE TUR. DA BAHIA S/A	CENTRO DE CONV. DE SALVADOR - BA
CENTRO DE CONVENÇÕES DE CURITIBA S/A	CENTRO DE CONV. DE CURITIBA - PR
CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU S/A	CENTRO DE CONV. DE FOZ DO IGUAÇU - PR
CENTRO DE CONVENÇÕES DE CAIOBÁ S/A	CENTRO DE CONV. DE CAIOBÁ - PR
CENTRO INTERNACIONAL RIOTUR S/A - RIOCENTRO	RIOCENTRO
CIA. DE DESENV. DO CEARÁ S/A - CODECE	CENTRO DE CONV. DO CEARÁ - CE
EMP. DE TUR. DE PERNAMBUCO S/A - EMPETUR	CENTRO DE CONV. DE PERNAMBUCO - PE
CIA. MINEIRA DE PROMOÇÕES S/A - PROMINAS	CENTRO DE CONV. ISRAEL PINHEIRO; MUSEU DE MINERALOGIA; E CENTRO DE APOIO TURÍSTICO TANCREDO NEVES - MG
FENUVA - FESTA NAC. DA UVA TUR. E EMPREEN. S/A	PARQUE DE EXPOSIÇÕES FENUVA - RS
FENAC – FEIRAS E EMPREEN. TURÍSTICOS S/A	PARQUE DE EXPOSIÇÕES FENAC
CONCLAVE - EMPREEN. TURÍSTICOS E CULTURAIS S/A	CENTRO DE CONV. DE TERESINA - PI
TERMINAIS TURÍSTICOS	EMPREENDIMENTOS
CIA PRAIAGRANDESE DE TURISMO - CIPRATUR	TERMINAL TURÍSTICO DE PRAIA GRANDE
EMSETUR - EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO S/A	COMPLEXO BALNEÁRIO DE SALGADO - SE
SANTUR – SANTA CATARINA TURISMO S/A	PARQUE BALNEÁRIO CAMBURIÚ - SC
SELTUR - SETE LAGOAS, TURISMO, LAZER E CULTURA S/A	ANFITEATRO PARQUE DA CASCATA; GRUTA DO REI DO MATO; E CENTRO DE APOIO TURÍSTICO
REDES ESTATAIS DE HOTÉIS	EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS
EMPROTURN - EMPRESA DE PROM. E DESEN. TUR. RN	HOTEL BARREIRA ROXA - RN
RIMO - REDE INTEGR. DE HOTÉIS E POUSADAS DO PIAUÍ	REDE DE HOTÉIS - PI
SENETUR - SERRA NEGRA EMPRESA DE TURISMO S/A	GRANDE HOTEL SERRA NEGRA - SP
EMPRESAS HOTELEIRAS	EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS
BÚZIOS PALACE HOTEL S/A	BÚZIOS PALACE HOTEL - RJ
CAETÉS HOTÉIS E TUR. S/A	HOTEL PORTO DE BOCAÍNA - SP
CAPITAL CENTER HOTÉIS S/A	HOLIDAY INN CROWNE PLAZA - SP
CIA. PERNAMBUCANA DE HOTÉIS E TURISMO	HOTEL JANGADEIRO - PE
COPACABANA RIO S/A	HOTEL COPACABANA - RJ
EMPREEN. HOTELEIROS, PARTICIPAÇÕES BAPA S/A	COMPLEXO PORTO BRACUHÍ - RJ
EMPREEN. HOTELEIROS ENTRE RIOS S/A	HOTEL COXIM - MS
GAMASA HOTÉIS E TURISMO S/A	MARINA SUL HOTEL - SC
HOTEL LAJE DE PEDRA S/A	HOTEL LAGE DE PEDRA - RS
HOTEL PORTOBELLO S/A	HOTEL PORTOBELLO - RJ
HOTEL TROPICANA S/A	HOTEL TROPICANA - PB
IRSA - HOTÉIS E TURISMO S/A	DUCAL PALACE HOTEL - RJ
MARINA PORTO BÚZIOS HOTÉIS E TURISMO S/A	MARINA PORTO BÚZIOS HOTEL - RJ
NOVA LINDÓIA HOTÉIS E TURISMO S/A	VACANCE HOTEL - SP
NOVOS HOTÉIS DE BRASÍLIA S/A	PARANOÁ PARK HOTEL - DF
ORGANIZAÇÃO SANTAMARIENSE DE HOTÉIS S/A	ITAMBÉ PALACE HOTEL - RS
SALVADOR PRAIA HOTEL S/A	SALVADOR PRAIA HOTEL - BA
SISAL BAHIA HOTÉIS E TURISMO S/A	HOTEL MERIDIEN BAHIA - BA
SISAL RIO HOTÉIS E TURISMO S/A	HOTEL MERIDIEN RIO - RJ
SOPRAC HOTÉIS S/A	SÃO LOURENÇO PARK HOTEL - SP
TAMENGO EMPREEN. HOTELEIROS S/A	SOLAR DO PANTANAL HOTEL DE LAZER - MS
HOTELEIRA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	HOTEL SOLAR DA BARRA - RS

Fontes: 1) Fungetur – Embratur: Relatório GT-96, de 20 de dezembro de 2004, pp. 8 e 9.

2) Documentos diversos.

As informações a seguir discriminam o montante de recursos liberados pelo Fungetur, atualizados em 31.12.2016, de acordo com o valor da BTN de R\$ 1,6447, extraído do site da Secretaria Nacional do Tesouro (STN).

QUADRO 9.5 G: DEMONSTRATIVO DOS VALORES LIBERADOS PELO FUNGETUR – EMP.PÚBLICAS

SOCIEDADE SOB CONTROLE PÚBLICO	EM BTN\$	VALOR ATUALIZADO	VALOR ATUALIZADO
		31/12/2016	31/12/2015
		BTN 1,6447	BTN 1,6116
São Paulo Turismo S/A - ANHEMBI	274.098,1687	450.809,26	441.736,61
BAHIATURSA - Empresa de Turismo da Bahia S/A	9.663.787,4959	15.894.031,29	15.574.159,93
CONCLAVE – Empreendimentos Turísticos e Culturais S/A/Piauí Turismo	254.102,6584	417.922,64	409.511,84
Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE	86.775,7438	142.720,07	139.847,79
Centro de Convenções de Curitiba S/A - CURITIBA	1.500.813,6301	2.468.388,18	2.418.711,25
DATANORTE – Cia. De Processamento de Dados do Rio Grande do Norte	215.838,1847	354.989,06	347.844,82
EMPETUR - Empresa de Turismo de Pernambuco S/A	7.741.227,3189	12.731.996,57	12.475.761,95
EMSETUR - Empresa Sergipana de Turismo S/A	309.468,0039	508.982,03	498.738,64
FENAC – Feiras e Empreendimentos Turísticos	73.202,3902	120.395,97	117.972,97
Festa Nacional da Uva Turismo e Empreendimentos S/A - FESTA DA UVA	65.127,7283	107.115,57	104.959,85
Centro de Convenções de Foz do Iguaçu S/A - FOZ DO IGUAÇU	3.198.131,3925	5.259.966,70	5.154.108,55
Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS	3.241.370,0429	5.331.081,31	5.223.791,96
RIOCENTRO – Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro	3.989.346,0316	6.561.277,42	6.429.230,06
SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A	84.871,6818	139.588,46	136.779,20
SELTUR – Sete Lagoas Turismo, Lazer e Cultura S/A	1.076.898,3448	1.771.174,71	1.735.529,37
SENATUR – Serra Negra Empresa de Turismo S/A	1.147.617,3895	1.887.486,32	1.849.500,18
RIMO – Rede Integrada de Hotéis e Pousadas do Piauí S/A Piauí Turismo	246.182,2571	404.895,96	396.747,33
Centro de Convenções de Caiobá S/A	422.145,3340	694.302,43	680.329,42
Total	33.591.003,7971	55.247.123,95	54.135.261,72

Fonte: Fungetur

QUADRO 9.5 H: DEMONSTRATIVO DOS VALORES LIBERADOS PELO FUNGETUR – EMP.PRIVADAS

SOCIEDADE SOB CONTROLE PRIVADO	EM BTN\$	VALOR ATUALIZADO	VALOR ATUALIZADO
		31/12/2016	31/12/2015
		BTN 1,6447	BTN 1,6116
Cia. Pernambucana de Hotéis e Turismo	148.098,8802	243.578,23	238.676,16
Copacabana Rio Hotel S/A	852.338,9874	1.401.841,93	1.373.629,51
Hotel Laje de Pedra S/A	1.027.596,4905	1.690.087,95	1.656.074,50
Organização Santamariense de Hotéis S/A	280.870,4445	461.947,62	452.650,81
Hoteleira – Investimentos e Participações S/A	173.408,2221	285.204,50	279.464,69
Sisal Bahia Hotéis e Turismo S/A	1.632.582,0000	2.685.107,62	2.631.069,15
Sisal Rio Hotéis e Turismo S/A	252.069,9926	414.579,52	406.236,00
Hotel Portobello S/A	2.828.149,7990	4.651.457,97	4.557.846,22
Gamasa Hotéis Reunidos S/A	86.673,4200	142.551,77	139.682,88
Nova Lindóia Hotéis e Turismo S/A	908.903,2559	1.494.873,18	1.464.788,49
Salvador Praia Hotel S/A	484.392,6639	796.680,61	780.647,22
Marina Porto Búzios Hotéis e Turismo S/A	1.084.961,9631	1.784.436,94	1.748.524,70
Empreendimentos Hoteleiros e Participações BAPA S/A	3.167.394,5163	5.209.413,76	5.104.573,00
Tamengo Empreendimentos Hoteleiros S/A	1.369.715,8256	2.252.771,62	2.207.434,02
Hotel Tropicana S/A	89.606,5398	147.375,88	144.409,90
Empreendimentos Hoteleiros Entre Rios S/A	808.857,5400	1.330.328,00	1.303.554,81
IRSA Hotéis e Turismo S.A	202.716,4692	333.407,78	326.697,86
Novos Hotéis de Brasília S/A - EBEG Engenharia	277.945,0735	457.136,26	447.936,28
Total	15.676.282,0836	25.782.781,14	25.263.896,21

Fonte: Fungetur

O montante liberado de recursos pelo Fungetur foi de R\$ 81.029.905,09 (oitenta e um milhões, vinte e nove mil, novecentos e cinco reais e nove centavos), atualizados em 31.12.2016, cuja aplicação se deu sob a forma de participação acionária em empresas do setor público e privado.

As participações acionárias do Fungetur totalizam R\$ 34.601.544,62 (trinta e quatro milhões, seiscentos e um mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos); distribuídas em R\$ 23.297.133,78 (vinte e três milhões, duzentos e noventa e sete mil, cento e trinta e três reais e setenta e oito centavos), provenientes de empresas públicas; e R\$ 11.304.410,84 (onze milhões, trezentos e quatro mil, quatrocentos e dez reais e oitenta e quatro centavos), de empresas privadas, representando um deságio de R\$ 44.160.112,55 (quarenta e quatro milhões, cento e sessenta mil, cento e doze reais e cinquenta e cinco centavos). Ou seja, de cada R\$ 1,00 (um real) investido em ações de empresas públicas e privadas, há uma perspectiva de retorno desse investimento da ordem de R\$ 0,43 (quarenta e três centavos).

d) relacionamento dos recursos do fundo com a atuação da unidade no desempenho de suas funções

Os esclarecimentos e justificativas relacionadas a este item estão contemplados no item “b” deste documento.

c) informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados

e) demonstrações contábeis do fundo

Dada a similaridade dos dados e informações, alusivas aos itens “c” e “e”, apresentamos no [Anexo VI](#) as Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

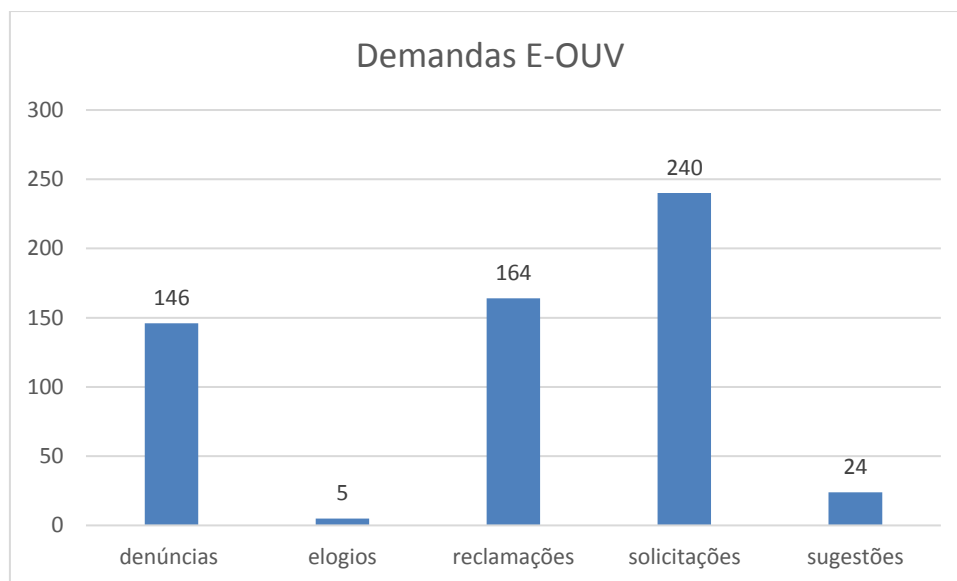
5.1 Canais de Acesso do Cidadão

A Ouvidoria do Ministério do Turismo recebeu, de janeiro a dezembro de 2016, 579 demandas de cidadãos, todas encaminhadas por meio do sistema e-ouv. Desse total, 255 foram respondidas diretamente pela equipe, visto que os assuntos constavam em banco de dados da área, e 324 e-mails foram encaminhados às áreas responsáveis do Ministério do Turismo (GM, SE, SNETtur, SNPTur), para que fossem dados os esclarecimentos específicos. Assim, diretamente respondidas pela equipe ou descentralizadas para as áreas técnicas, a Ouvidoria deu o devido tratamento a todas as solicitações.

Vale ressaltar que, em 2015, com a implementação do sistema e-ouv pela CGU, os e-mails dos cidadãos recebidos pelo e-mail institucional foram respondidos e os mesmos foram orientados a utilizarem o novo sistema. Sendo assim, desde janeiro de 2016, as demandas foram todas encaminhadas através do e-ouv. Devido a facilidade de controle tanto por parte dos cidadãos, quanto por parte da ouvidoria em termos de tempo de resposta, bem como classificação de assuntos, o e-mail institucional foi dando lugar ao e-ouv como sugeriu a própria Ouvidoria da CGU.

A seguir o quadro que está ordenado por quantidade de demandas e classificado segundo o sistema, representa os assuntos referentes ao ano de 2016.

QUADRO 5.1 A : DEMANDAS E-OUV/MTUR 2016



Em relação ao ano de 2015, no qual a ouvidoria recebeu 1.307 demandas via e-mail e 357 demandas via e-ouv, destaca-se a diminuição nos números dada a melhoria na transparência ativa do Ministério do Turismo.

Em 2016, a Coordenação Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo (CGMT), disponibilizou canais secundários de acesso ao cidadão e aos clientes internos do MTur, dentre os quais, pode-se citar os endereços: mapa.turismo.gov.br e o e-mail regionalizacao@turismo.gov.br.

O portal www.mapa.turismo.gov.br propicia ao cidadão acesso às informações relacionadas ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT), bem como a consulta ao Mapa

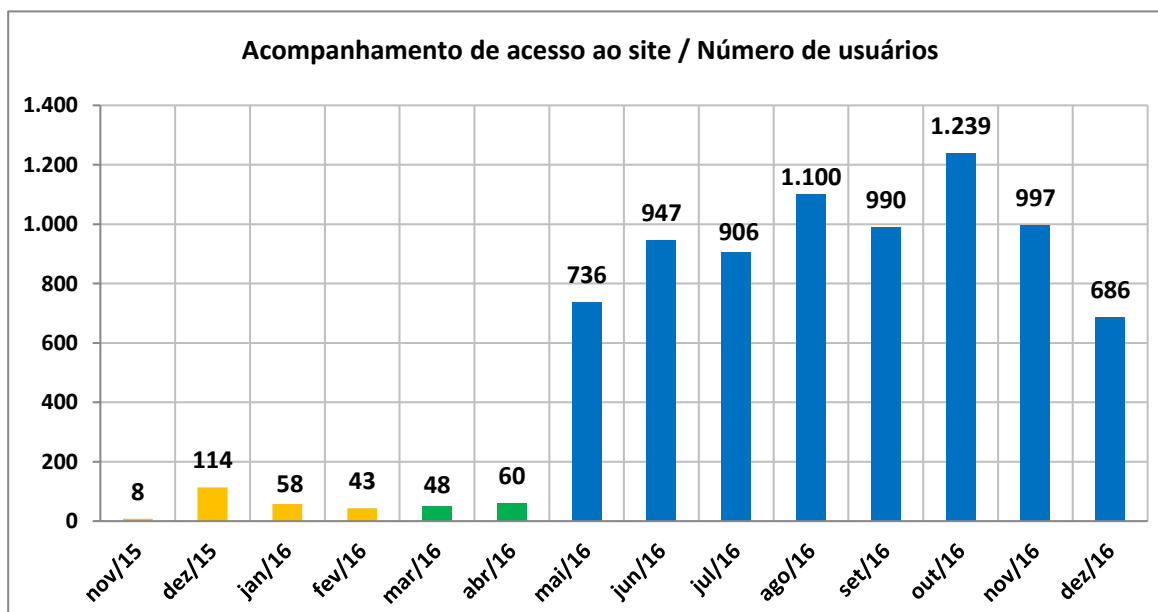
Interativo que apresenta a composição das regiões turísticas brasileiras. O portal expõe, ainda, a classificação, por categoria, de cada município, segundo metodologia adotada pelo MTur (Categorização dos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro). Além disso o usuário pode gerar uma série de relatórios gerenciais, por categoria, e comparativos entre municípios.

O e-mail regionalizacao@turismo.gov.br é uma ferramenta que permite a solução de dúvidas e esclarecimentos relacionados ao Programa de Regionalização do Turismo. O endereço está disponível no portal do Ministério do Turismo e é indicado em todas as apresentações proferidas no âmbito (PRT).

Outro canal de acesso ao cidadão é o site www.investimento.turismo.gov.br, que foi idealizado pela Coordenação-Geral de Atração de Investimentos (CGINV) e desenvolvido pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), com o apoio da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) e do Departamento de *Marketing* e Apoio à Comercialização do Turismo (DEMAC). Lançado nas versões português e inglês, o portal foi criado com o objetivo de estimular o setor privado, os estados, municípios e o Distrito Federal a divulgarem projetos em segmentos turísticos para incremento da economia do setor, disponibilizando informações sobre a economia do turismo, as vantagens do investimento no setor no Brasil, ambiente legal e linhas de financiamentos disponíveis. Informações sobre a agenda do MTur em eventos nacionais e internacionais de atração de investimentos, inclusive com realização de inscrições online em ações promovidas pelo Departamento de Ordenamento do Turismo (DEOTur), especialmente por sua CGINV, são algumas das opções do site.

A partir do seu lançamento, em março de 2016, o site apresentou, de maio a dezembro, uma visitação média de 956 usuários/mês, com destaque de acesso para os meses em que ocorreram eventos para atração de investimentos organizados pelo MTur, chegando a um pico de 1.289 usuários no mês de novembro. Faz-se necessário destacar o relevante crescimento de acessos ao portal, visto que entre março e abril apresentava uma média de 54 usuários.

QUADRO 5.1 B : ACOMPANHAMENTO DE ACESSO AO PORTAL DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

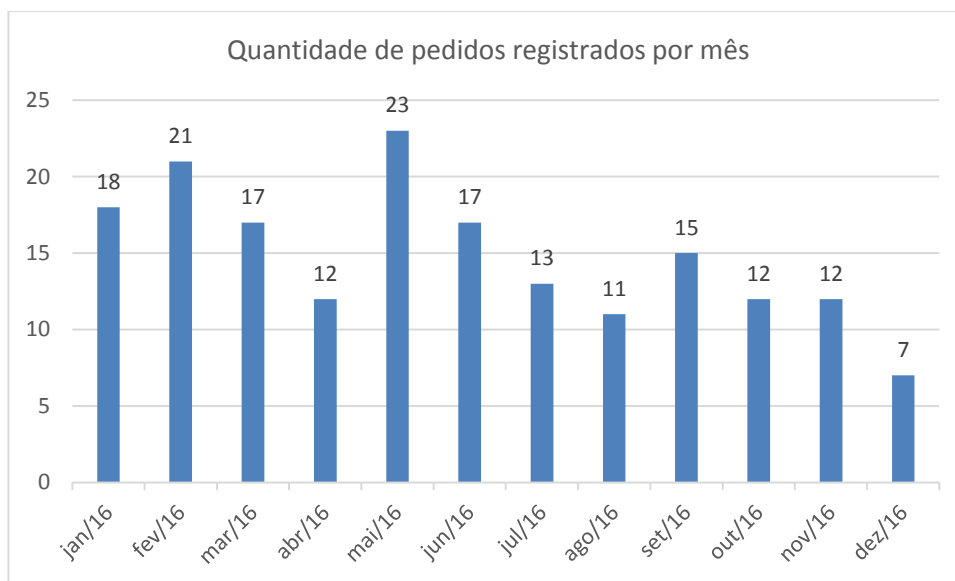


- **Novembro/2015 a Fevereiro/2016:** Fase de teste
- **Março a Abril de 2016:** Lançamento do website pelo Ministro do Turismo/ divulgação.
- **Agosto, Setembro de 2016:** Divulgação e inscrição dos seminários de Atração de Investimentos realizados na Casa Brasil, no Rio de Janeiro.
- **Outubro, Novembro de 2016:** Divulgação e inscrição no Seminário de Enoturismo, realizado na Festuris Gramado.

5.1.1 e-SIC

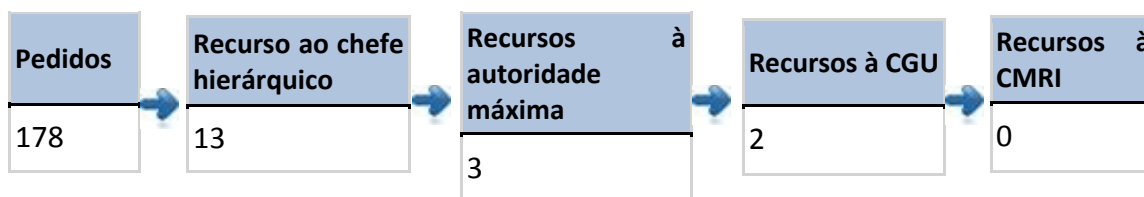
Com a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação pública, o Ministério do Turismo registrou, por meio do Sistema e-SIC, 178 pedidos de informações de janeiro a dezembro de 2016. Desse total, houveram 13 recursos em primeira instância. As áreas técnicas do Ministério indeferiram 01 pedido e deferiram 12. Houveram 3 recursos em segunda instância; 2 recursos foram direcionados à CGU e, nenhum foi encaminhado à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

QUADRO 5.1.1 A: QUANTIDADE DE PEDIDOS REGISTRADOS POR MÊS



QUADRO 5.1.1 B: QUADRO GERAL DOS RECURSOS

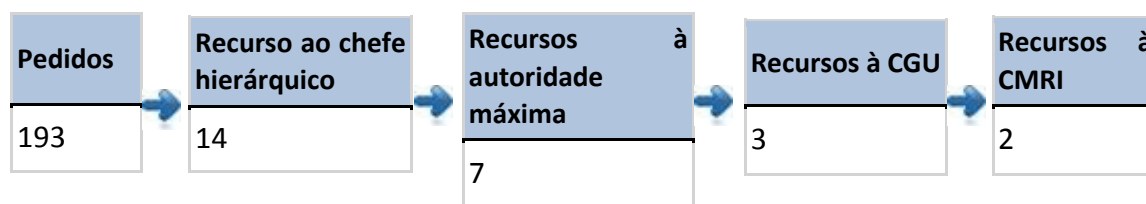
Quadro geral dos recursos



Quanto ao SIC, também houve uma diminuição no número de pedidos de acesso à informação, o que evidencia uma melhora efetiva na transparência do Ministério do Turismo.

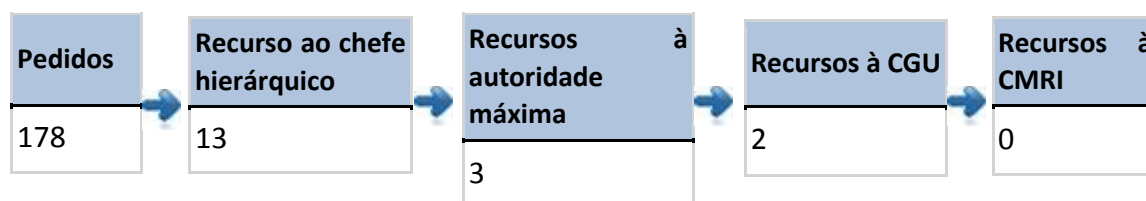
QUADRO 5.1.1 C: QUADRO GERAL DOS RECURSOS EM 2015

Quadro geral dos Pedidos de Acesso à Informação em 2015



QUADRO 5.1.1 D: QUADRO GERAL DOS RECURSOS EM 2016

Quadro geral dos Pedidos de Acesso à Informação em 2016



5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O Ministério do Turismo executou no primeiro semestre de 2016, o projeto para elaboração da Carta Eletrônica de Serviço em conformidade com a Estratégia de Governança Digital- EGD (2016-2019) do SISP e com o Plano de Trabalho firmado entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Planejamento para alocação de Analista de Tecnologia da Informação neste Órgão (assinado em 08/01/2016), e teve como principal meta cadastrar 100% dos serviços prestados à sociedade no Portal de Serviços (www.servicos.gov.br) até junho de 2016.

O projeto gerenciado pelo Escritório de Projetos da CGTI teve como objetivo a elaboração, cadastramento e publicação da Carta Eletrônica de Serviços do Ministério do Turismo no Portal de Serviços Públicos Federal, em conformidade com as recomendações da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (STI/MP), Decreto nº 8.638/2016 que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e demais normas correlatas.

Aderente ao Decreto nº 8.638/2016, ao divulgar a Carta Eletrônica de Serviços o Ministério do Turismo facilitou e ampliou o acesso do cidadão aos seus serviços, informando os serviços prestados pelo Órgão, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

O projeto foi executado conforme planejado, os serviços foram cadastrados/publicados no Portal de Serviço Público conforme diretrizes e orientações estabelecidas e permitiu ao MTur melhor visibilidade quanto aos serviços do órgão prestados ao cidadão.

Para ter acesso direto a página principal dos serviços cadastrados pelo MTur no Portal de Serviços do Governo Federal basta acessar o link http://servicos.gov.br/orgao/http-estruturaorganizacional-dados-gov-br-id-unidade-organizacional-72084?pk_campaign=busca; ou acessar <http://servicos.gov.br> para pesquisar por conteúdo. Basta procurar pela palavra-chave “turismo”, por exemplo, e o internauta encontrará uma lista de serviços relacionados ao tema procurado. A ferramenta auxiliará tanto o cidadão, que encontrará as informações de acordo com a sua necessidade, quanto o servidor público, que se beneficiará de uma interação entre os órgãos públicos e a sociedade.

Entre os assuntos encontrados na página está o Cadastur, com informações passo-a-passo sobre como efetivar o cadastramento de serviços e profissionais que trabalham com Turismo no Brasil. Por exemplo, ao acessar o serviço “Cadastrar Prestadores de Serviços Turísticos - Pessoa Física/Guia de Turismo” é possível aprender a cadastrar prestadores de serviços turísticos de pessoas físicas que atuam como Guia de Turismo. O cadastro permite o exercício legal da profissão por meio da emissão do Certificado Cadastur e crachá de Guia de Turismo.

A ferramenta permite ainda a consulta de eventos turísticos no Brasil. A Agenda de Eventos, que tem como objetivo divulgar os eventos turísticos brasileiros e agregar valor à imagem dos destinos com geração de emprego e renda, fornece informações úteis ao turista no momento de planejar suas viagens. As informações contidas nesse banco de dados são coletadas de forma colaborativa, em sua maioria fornecidas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo.

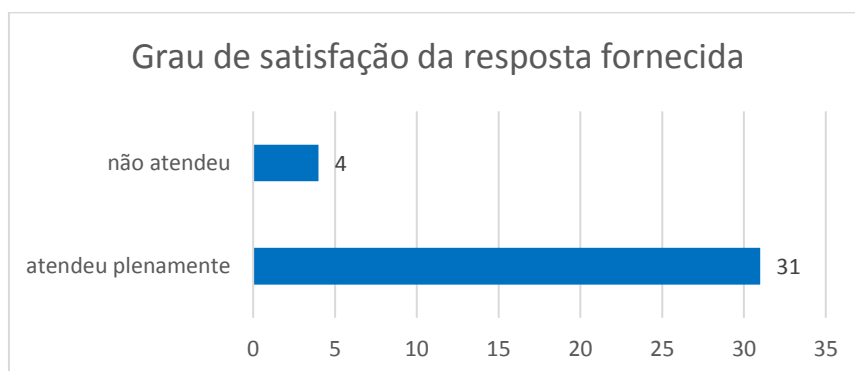
Lista completa de serviços do MTur disponíveis no Portal de Serviços:
Avaliar estabelecimentos/serviços acessíveis;
Cadastrar estabelecimentos/serviços acessíveis;
Cadastrar Prestadores de Serviços Turísticos - Pessoa Física/Guia de Turismo;
Cadastrar Prestadores de Serviços Turísticos - Pessoa Jurídica;
Consultar eventos Turísticos no Brasil;
Consultar Prestadores de Serviços Turísticos Regulares; e
Consultar serviços/estabelecimentos disponíveis.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O sistema e-ouv, não possibilita o grau de aferição dos cidadãos-usuários, já o e-Sic disponibiliza ao final do tratamento da demanda, um questionário de avaliação e satisfação. Ressalta-se, porém, que nem todos os usuários respondem tal questionário, o que impossibilita uma avaliação geral de satisfação.

O quadro a seguir, mostra o resultado dos questionários respondidos, referentes ao ano de 2016.

QUADRO 5.3: GRAU DE SATISFAÇÃO DA RESPOSTA FORNECIDA



5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O MTur adotou diversos mecanismos de transparência. Dentre eles, podemos destacar a divulgação das principais ações e atividades por meio de mídia impressa e mídias sociais (interna e externa) e portal do Ministério; divulgação de pagamentos das agências de publicidade no site conforme Lei nº 12.232/10, além de prestação de contas mensal à SECOM; divulgação dos relatórios de pesquisa pelo portal do Turismo - Canal Dados e Fatos e mídias impressas sociais (interna e externa), por meio de *releases* elaborados e distribuídos pela ASCOM; divulgação ativa dos Relatórios de Gestão das Unidades componentes do Ministério do Turismo, bem como dos resultados de auditoria anual de contas provenientes da CGU, efetuados por meio de Relatórios, Certificados e Pareceres Anuais de Contas; adicionalmente, o site do Turismo apresenta a situação do julgamento de cada uma das contas anuais analisadas, inclusive evidenciam os Acórdãos do TCU concernentes; divulgação dos principais normativos que regulam o funcionamento do MTur.

A divulgação das ações apoiadas pelo Departamento de Infraestrutura Turística - DIETU é apresentada no portal do Ministério do Turismo pelo seguinte endereço www.siacor.turismo.gov.br.

Ainda, as informações sobre o andamento da execução das transferências voluntárias podem ser extraídas do SICONV no endereço www.convenios.gov.br.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em 2016, ano marcado pelo tema da acessibilidade, o MTur comemorou o Dia Mundial do Turismo com uma grande ação de mobilização sobre o tema. A Pasta levou três pessoas com deficiência para conhecer destinos inesquecíveis pelo país. A viagem terminou em um encontro no Rio de Janeiro, sede dos Jogos Paralímpicos.

No que tange à acessibilidade aos produtos e serviços, destaca-se, em 2016, o lançamento da publicação: Guia para Atender Bem Turistas com Deficiência. Este trabalho é fruto de uma parceria entre o Ministério do Turismo, o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência e

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos, com conceitos e dicas de bem atender as pessoas com deficiência, a fim de facilitar a relação com este importante público consumidor, que são pessoas detentoras de direitos. . O guia foram foi mais um passo importante em direção ao turismo acessível para todos, afinal, atender bem é uma premissa universal do turismo.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Tratamento Contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Ministério do Turismo, desde 2011, adota os critérios e os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo segue a tabela padrão definida pela macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que padroniza os critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para a geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabiliza a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Do mesmo modo, as taxas utilizadas para os cálculos dos valores residuais também é padronizada e segue o estabelecido nesta mesma norma da STN.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes (ou seja, método linear), conforme definido na macrofunção 020330, e são compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente. As variações dos valores dos bens e da depreciação encontradas no SIAFI são referentes às doações que aconteceram durante o exercício financeiro.

O cálculo da depreciação no Ministério do Turismo é realizado pela Plataforma de Gestão do Turismo (PGTUR), sistema desenvolvido para o Órgão que contém entre outros um módulo de controle patrimonial.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais segue o estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O valor total dos bens móveis do Ministério do Turismo, em 2016, somava R\$ 17.836.926,77. A depreciação acumulada, conforme os critérios adotados, teve um impacto na ordem de R\$ 9.236.336,83. A despesa de depreciação do exercício foi de R\$ 1.948.640,88.

QUADRO 8.1 SITUAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS E DESPESA DE DEPRECIAÇÃO DE 2016

Conta Contábil	Termo do Título	Valor (R\$)	Depreciação Acumulada (R\$) 12.381.01,00	Depreciação do Exercício (R\$) 33.311.01,00
12.311.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	3.274,21	1.142,61	254,52
12.311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	702.915,58	332.568,04	66.494,10
12.311.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ ESPORTES E DIVERSOES	199,92	0,00	0,00
12.311.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	4.903,12	4.272,58	271,67
12.311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	111.992,73	67.552,33	10.138,54
12.311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	11.471,64	6.162,16	1.214,40
12.311.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	1.310,19	815,12	101,76
12.311.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	3.057,00	2.247,57	550,44
12.311.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	33.540,69	11.915,67	2.973,54
12.311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10.641.047,80	6.407.967,84	1.469.620,00
12.311.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	154.004,14	90.102,86	15.169,81
12.311.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	17.603,43	11.197,98	1.534,80
12.311.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	3.160.507,68	1.914.158,56	303.070,00
12.311.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	12.538,72	8.701,74	1.201,14
12.311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	120.903,49	56.710,80	10.750,44
12.311.05.01	VEICULOS EM GERAL	9.534,42	3.434,42	679,92
12.311.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	904.145,81	317.386,55	64.615,80
12.311.99.02	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS	1.931.019,20	0,00	0,00
12.311.99.07	BENS NAO LOCALIZADOS	12.536,00	0,00	0,00
12.311.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO	421,00	0,00	0,00
	Total	17.836.926,77	9.236.336,83	1.948.640,88

Fonte: SIAFI

Bens não localizados – conta contábil 12.311.99.07:

O Manual SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão estabelece que os bens não localizados no processo de inventário serão reclassificados para a conta 12.311.99.07 (Bens Não Localizados) pelo valor líquido contábil, utilizando-se a situação IMB149 - TRANSFERÊNCIA DE BENS EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO C/C 002.

Caso o bem móvel seja localizado, o respectivo saldo na conta 12311.99.07 (Bens Não Localizados) deverá ser reclassificado para a conta de origem, utilizando-se a situação IMB150

- TRANSFERÊNCIA DE BENS LOCALIZADOS APÓS O PROCESSO DE INVENTÁRIO
- C/C 002, devendo a Unidade realizar o lançamento da depreciação retroativa.

O registro dos bens não localizados foi realizado no exercício de 2011 conforme levantamento patrimonial apurado no processo nº 72.031.008657/2011-20, segundo consta nas telas, abaixo, do SIAFI2011.

```

Terminal 3270 - A - AWWAB1GU

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)
31/03/17 10:14                                USUARIO : CLAUDIA
                                                PAGINA : 1
UG EMITENTE : 540004 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS-CGRL
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
POSICAO : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO
CONTA CONTABIL : 142129000 - BENS EM PROCESSO DE LOCALIZACAO

CONTA CORRENTE                                SALDO EM R$
_ 540004 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS-C 14.951,00 D

TOTAL ==>                                14.951,00 D

PF1=AJUDA PF2=RAZAO PF3=SAI PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

MA + a                                10/003

```

```

Terminal 3270 - A - AWWAB1GU

___ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)
31/03/17 10:15                                USUARIO : CLAUDIA
                                                PAGINA : 1
UG EMITENTE : 540004 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS-CGRL
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
CONTA CONTABIL : 142129000 - BENS EM PROCESSO DE LOCALIZACAO
CONTA CORRENTE : 540004 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS-CGRL
SALDO ANTERIOR A 01DEZ                                0,00

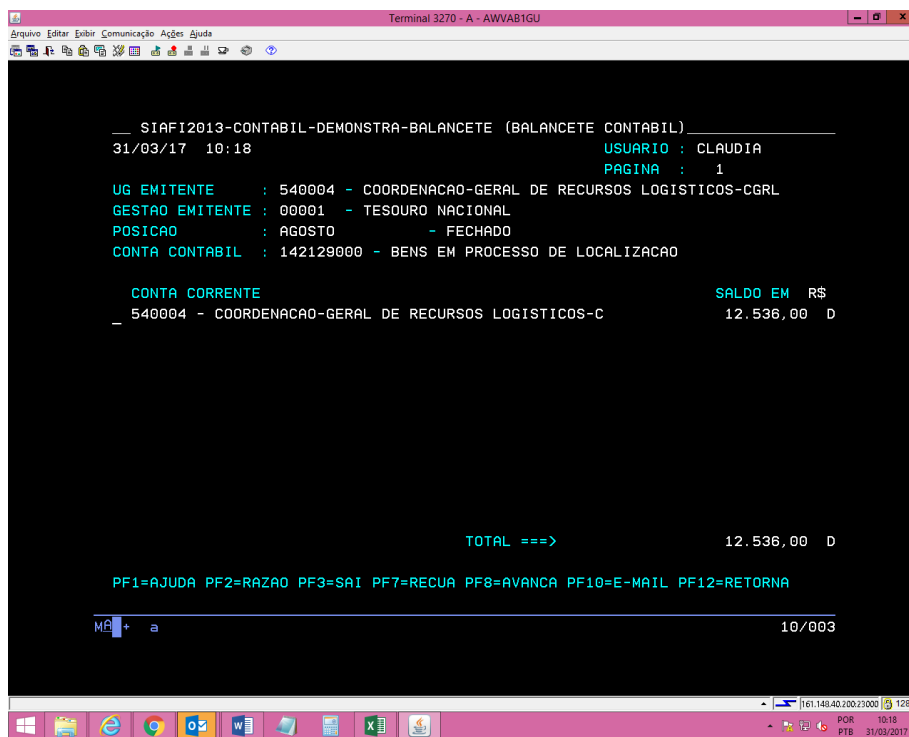
DATA  UG  GESTAO  NUMERO  EVENTO  MOVIMENTO  SALDO
- 31Dez 540004 00001 NL000192 540267 530,000
  31Dez 540004 00001 NL000193 540267 1.045,000
  31Dez 540004 00001 NL000194 540267 2.577,600
  31Dez 540004 00001 NL000195 540267 333,000
  31Dez 540004 00001 NL000196 540267 10.465,400 14.951,000

PF1=AJUDA PF2=DET PF3=SAI PF4=ESP PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=PERIODO PF12=RETORNA

MA + a                                11/003

```


No ano de 2013 houve reclassificação de alguns bens da conta “bens em processo de localização” para suas respectivas contas contábeis em razão dos mesmos terem sido encontrados, segundo consta no SIAFI de 2013.



No ano 2015, a conta 14.212.90.00 – Bens em Processo de localização – foi alterada para a conta 12.311.99.07 - Bens Não Localizados – apresentando o saldo, a dezembro de 2016, de R\$12.536,00.

8.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Ministério do Turismo instituiu Comitê Setorial de Análise e Avaliação das Informações de Custos no ano de 2011 para validação das informações de custos contidas no Sistema de Informações de Custos (SIC), objetivando contribuir para a melhoria da gestão de custos do órgão. Contudo, em razão do afastamento de vários dos membros do Comitê não foi possível evoluir com os trabalhos concernentes à avaliação de custos do MTur.

Dessa forma, no exercício de 2016 não houve no Ministério do Turismo apuração dos custos dos programas e unidades administrativas em razão da ausência de unidade responsável pelo gerenciamento de informações de custos.

O órgão pretende designar novos servidores para participarem do Comitê de Custos e assim retomar a apuração e análise dos custos dos programas e dos serviços prestados pelo Ministério do Turismo no exercício de 2017.

8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Conforme orientações constantes no e-Contas relativas às Demonstrações Contábeis e às notas explicativas do Ministério do Turismo (MTur) são apresentadas no [Anexo V](#) deste Relatório.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃO DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Turismo é o setor responsável pelo tratamento e gerenciamento do atendimento às deliberações advindas do Tribunal de Contas da União relativas a esta Pasta. Após o recebimento da comunicação oficial sobre a deliberação, esta é encaminhada ao setor do Ministério responsável pela sua implementação e/ou atendimento. Na etapa final do trâmite, cabe à AECI intermediar a entrega da documentação ao Órgão de Controle com posicionamento do setor, realizando antes a verificação da completude dos itens solicitados.

O Ministério possui um sistema informatizado próprio de controle e monitoramento das demandas oriundas dos diversos órgãos de controle (SCDE), além de estar em fase de implantação um sistema próprio para monitoramento específico das deliberações e recomendações oriundas do TCU.

Ainda sobre o controle e o monitoramento das aludidas deliberações e recomendações, existe no âmbito da Assessoria Especial de Controle Interno, rotinas de acompanhamento diário das publicações do TCU sobre o MTur no Diário Oficial da União (D.O.U). Essa estratégia visa a garantir maior eficácia ao monitoramento das deliberações relativas ao MTur nas sessões de julgamento do TCU, além de propiciar a esta Pasta o conhecimento prévio das matérias que serão objeto de julgamento nas sessões vindouras publicadas na pauta do TCU no D.O.U.

No exercício de 2016, o Ministério do Turismo identificou 24 recomendações e determinações, relacionadas a diversos acórdãos, encaminhadas pelo TCU a este Ministério. Sendo que desse total, 19 foram atendidas e 5 não atendidas, conforme os quadros apresentados a seguir, com as devidas justificativas das áreas técnicas destinatárias das deliberações do Órgão de Controle Externo. Ressalta-se, que não foram contabilizados nesses registros aqueles acórdãos que não constavam recomendações e/ou determinações específicas ao Ministério, como aqueles acórdãos para conhecimento.

Apresentam-se, a seguir, quadros pontuais que evidenciam a situação atual de pendência das recomendações e das determinações proferidas pelo TCU ao MTur, proferidas em 2016, bem como aquelas que estão pendentes no final desse exercício, que foram apontadas no Relatório de Gestão das Unidades deste Ministério.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
008.475/2015-6	Acórdão nº 3518/2015-TCU- 1ª Câmara	1.7	Ofício nº 1594/2015-TCU/SECEX-SP; Ofício nº 1412/2016/TCU/SECEX-SP (Reiterando); e Ofício nº 2989/2016-TCU/SECEX-SP	01/07/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SE/DIRAD/CGCV e CTCE, SNPTur				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. determinar ao Ministério do Turismo que, além das tomadas de contas especiais, deverá ser remetido a este Tribunal o resultado da análise das eventuais prestações de contas, acompanhado da necessária documentação;				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
☐ Atendida ☒ Parcialmente atendida ☐ Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento, do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Coordenação-Geral de Convênios - CGCV/DIRAD/GSE 732394/2010 – TCE enviada ao TCU 700434/2008 (635898/2008) – TCE enviada ao TCU 703572/2009 – TCE enviada ao TCU 749123/2010 – TCE enviada ao TCU 629187/2008 – TCE enviada ao TCU 623731/2008 – TCE enviada ao TCU 700050/2008 (636667/2008) – Rejeitada - SEI Nº 72031.000371/2017-91 597112/2007 – Rejeitada - SEI Nº 72031.000351/2017-11 592387/2007 – Rejeitada - SEI Nº 72031.000143/2017-11 619353/2007 – Rejeitada - SEI Nº 72031.000141/2017-22 571490/2006 – Rejeitada - SEI Nº 72031.000358/2017-32 728599/2009 – Rejeitada - SEI Nº 72031.000401/2017-60 571464/2006 – Rejeitada - SEI Nº 72031.000365/2017-34 Comissão de Tomada de Contas Especial - CTCE/DIRAD/GSE Os convênios da ABETAR que vieram para a instauração de TCE já foram concluídos e enviados ao órgão de Controle Externo.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
014.148/2016-1	Acórdão nº 936/2016-TCU- Plenário	9.4.3	Ofício nº 1486/2016-TCU/SECEX-MA	10/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SE/DIRAD/CTCE e SNETur/DIETU				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4. determinar aos ministérios a seguir que, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, instaure e instrua os processos de tomada de contas especial (TCE) relativamente aos contratos de repasse a seguir, celebrados com a Prefeitura Municipal de Barra do Corda/MA, na integralidade dos valores descentralizados, em razão da ausência de nexo de causalidade entre a parcela executada do objeto e os recursos federais descentralizados, ensejando inexecução contratual, com imediato encaminhamento dos feitos à Controladoria Geral da União, para as providências de sua alçada; [...] 9.4.3. Ministério do Turismo: CR 267.504-29 (CC 1/2009), CR 281.550-87 (CC 3/2009) e CR 333.215-26 (TP 7/2011);				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida () Parcialmente atendida (x) Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento, do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Comissão de Tomada de Contas Especial - CTCE/DIRAD/GSE Para melhor instruir à Tomada de Contas Especial foi acordado com a SNETur o envio do processo físico à Diretoria de Administração da Secretaria Executiva. Foi solicitado dilação de prazo para atendimento da determinação que consta no respectivo Acórdão. Departamento de Infraestrutura Turística – DIETU/SNETur Assim como já disposto no quadro referente ao item 9.9, por ocasião da conclusão dos processos de Tomada de Contas Especial dos contratos de repasse referidos no citado acórdão, restará cumprida a presente determinação.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
014.148/2016-1	Acórdão nº 936/2016-TCU- Plenário	9.9	Ofício nº 1486/2016-TCU/SECEX-MA	10/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SE/DIRAD/CTCE e SNETur/DIETU				
Descrição da determinação/recomendação				
9.9. determinar ao FNS, à Funasa, ao Incra SR 12/MA e ao ministérios relacionados no item 9.4 que, em cada caso, sob pena de responsabilidade solidária, quando da instrução das tomadas de contas especiais referidas nos itens anteriores, incluam no polo passivo de cada demanda, na condição de responsáveis solidários, as pessoas físicas e jurídicas que tenham concorrido para o débito, em especial aquelas que constam da Tabela Geral de Responsabilização por Danos ao Erário (peça 355, p. 195-198);				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
☐ Atendida ☐ Parcialmente atendida ☒ Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento, do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Comissão de Tomada de Contas Especial - CTCE/DIRAD/GSE Em 10.02.2017 a Diretoria de Administração da Secretaria Executiva junto com a Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo acordaram com os trâmites a serem realizados no que tange a instauração de Tomada de Contas Especial de que trata o referido acórdão. No primeiro momento, a SNETur ficou comprometida em solicitar o processo físico à Caixa Econômica Federal, com posterior análise da Coordenação-Geral de Convênios e envio à CTCE.				
Departamento de Infraestrutura Turística – DIETU/SNETur Diante do recebimento do presente Acórdão, foi dado início às tratativas para a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sendo encaminhado à mandatária da União, Caixa Econômica Federal, o Ofício nº 399/2016-DIETU/SNETur/MTur solicitando a abertura do processo de TCE para os contratos constantes do acórdão. A Caixa então encaminhou resposta através do Ofício nº 692/2016/Copac/Geato versando sobre a impossibilidade de proceder à instauração das TCE's alegando questões contratuais. Diante da negativa da mandatária, e da necessidade de se discutir tais termos, mas cientes de que o MTur deveria dar os encaminhamentos para o cumprimento do acórdão, foi solicitado através do Ofício nº 507/2016 a documentação referente aos contratos de repasse para a abertura das TCE's pelo próprio MTur. Assim, diante dos trâmites necessários à abertura de TCE, bem como, pelo fato de não haver expertise do MTur em proceder com tais procedimentos, no que tange à contratos de repasse, foi encaminhado solicitação à Secretaria Nacional de Estruturação-SNETur que solicitasse ao Tribunal de Contas da União-TCU, dilação de prazo até 30/06/2017 para o cumprimento do disposto no acórdão.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
011.267/2015-1	Acórdão nº 2375/2016-TCU- 1ª Câmara	1.7.1	Ofício nº 0203/2016-TCU/SecexDesen	06/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SE/DIRAD/CGCV e SNPTur/DEMAC				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.7.1. determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo que conclua e indique o resultado das análises das prestações de contas referentes aos Convênios Siafi 702717, 730607, 728641, 747795, 702736, 569107 e 702284, ainda pendentes, em seu próximo relatório de gestão;				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida (x) Parcialmente atendida () Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento, do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Atendida - Coordenação de Eventos Turísticos Institucionais - CETIN/CGEV/DEMAC/SNPTur Em resposta ao memorando supracitado, no que compete a esta área técnica, tem-se o Convênio nº 702736/2008, firmado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Cia de Turismo e o Convênio nº 747795/2010, firmado entre Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH. Esclarece-se que a situação dos referidos Convênios já havia sido exposta pela Coordenação-Geral de Convênios por meio do Memorando nº 163 (0025204), com a seguinte explanação: "702736/2008 (SIAFI 649761) – Instituto Cia de Turismo/DF (SEI nº 72031.002109/2017-81): a) Quanto à realização do objeto (execução física): APROVADA, conforme Parecer Técnico Complementar de Análise de Prestação de Contas nº 0117/2010 (fls. 438 a 440); b) Quanto à regularidade da aplicação financeira: APROVADA COM RESSALVAS, conforme Nota Técnica de Análise Complementar Financeira nº 578/2016 (fls. 934 a 964). O Responsável foi notificado acerca do resultado da análise por meio do Ofício nº 2609/2016/CGCV/SPOA/SE/MTur (fl. 970). Dessa forma o convênio encontra-se concluso e arquivado, conforme Despacho (fl. 971) e espelho SICONV (SEI doc. nº 0024946 e 0024948)." 747795/2010 – Instituto Brasileiro de Hospedagem/IBH- DF (SEI nº 72031.000436/2017-07): Informamos que o referido convênio encontra-se em análise técnica, conforme Emails (SEI doc. nº 0015188), ressaltamos a necessidade de aguardar a conclusão de tal procedimento para posterior realizar a análise financeira conclusiva por esta Coordenação-Geral. Porém, em relação ao Convênio nº 747795/2010, esclareço que na data de hoje esta área técnica providenciou a conclusão da análise no que lhe competia, por meio da Nota Técnica nº 13/2017/CETIN/CGEV/DEMAC/SNPTur (0028691), constante no processo SEI nº 72031.000436/2017-07, e ainda encaminhou para assinatura da SNPTur para posterior encaminhamento à Coordenação-Geral de Convênios para análise financeira. Atendida - Coordenação-Geral de Qualificação Turística - CGQT/DEQUA/SNPTur Especificamente quanto aos instrumentos 702717, 730607 e 702284, celebrados no âmbito das ações da Coordenação-Geral de Qualificação Turística, informamos: Convênio nº 702717 – Análise Técnica Concluída em 3/5/2016, por intermédio do Parecer Técnico Conclusivo nº 002/2016 e enviado à Coordenação-Geral de Convênios para análise financeira; Convênio nº 730607 - Análise Técnica Concluída em 12/07/2016, por intermédio do Parecer Técnico Conclusivo nº 006/2016 e enviado à CGCV para análise financeira; e				

Convênio nº 702284 - Análise Técnica Concluída em 16/03/2015, por intermédio do Parecer Técnico Conclusivo nº 005/2016 e enviado à CGCV para análise financeira.

Registra-se que as medidas adotadas para a conclusão das análises de prestações de contas, dos referidos instrumentos foram baseadas na legislação pertinente a transferência voluntária de recursos tais como: Decreto nº 6.170/2007, Decreto-Lei nº 200/67, Portaria Interministerial nº 127/2008, revogada pela Portaria Interministerial nº 507/2011, revogada pela Portaria Interministerial nº 424/2016 e a Portaria MTur nº 112, de 9 de março de 2012, revogada pela Portaria MTur nº 112, de 24 de maio de 2013, revogada pela Portaria MTur nº 182, de 28 de julho de 2016.

Ademais, os servidores seguem as orientações e procedimentos de monitoramento e acompanhamento formalizados no “Manual de Orientações, Procedimentos e Rotinas de Execução das Transferências Voluntárias”, aprovado pela Portaria nº 03, 11 de julho de 2013, bem como os princípios emanados pela Administração Pública, tais como: eficiência, economicidade, razoabilidade e proporcionalidade devidamente consignado em Pareceres Técnicos.

Ressalta-se que os servidores foram devidamente qualificados, realizando capacitações e treinamentos relacionado às Transferências Voluntárias, tais como os cursos de Elaboração de Termo de Referência, Jurisprudências do Tribunal de Contas da União – TCU, Análise de Prestação de Contas, Termo de Execução Descentralizada, Como responder às Demandas dos Órgãos de Controle Interno e Externo; e Execução de Convênio – SICONV etc.

Coordenação-Geral de Convênios - CGCV/DIRAD/GSE

702717 – SEI Nº 72031.001474/2017-79 – Rejeitada

730607 – SEI Nº 72031.000307/2017-19 – Em processo de instauração de TCE

728641 – Este convênio não foi celebrado com o Ministério do Turismo e sim com o Ministério da Integração Nacional, conforme consulta no Portal da Transparência (SEI Nº 72031.001228/2016-36 doc. nº 0025180).

747795 – SEI Nº 72031.000436/2017-07 – Análise técnica finalizada em 15/02/2017. Pendente de análise financeira.

702736 – SEI Nº 72031.002109/2017-81 – Aprovada com ressalvas

569107 - SEI Nº 72031.001912/2017-07 – Aprovada com ressalvas

702284 – SEI Nº 72031.002027/2017-37 – Aprovada em parte

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
030.814/2015-4	Acórdão nº 3155/2016-TCU-Plenário	9.1	Ofício nº 0006/2017-TCU/SecexDesen	18/01/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SE/ DPGE, SNPTur/ DEQUA e SNETur/ DEOTur/ CGMT				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Casa Civil da Presidência da República que elabore, em conjunto com os Ministérios do Turismo, do Meio Ambiente e da Cultura, além de outros órgãos cujas atribuições se vinculem ao tema, uma política nacional de gestão do patrimônio mundial da humanidade, que contemple, entre seus objetivos, a exploração turística adequada e a definição das responsabilidades das instituições em todas as instâncias federativas, na iniciativa privada e na sociedade, com vistas à estruturação do destino, de forma a torná-lo autossustentável, priorizando questões relevantes, como: padronização da sinalização, comunicação visual e atendimento ao turista; adequação da infraestrutura de transporte, hospedagem e acesso; estratégia de divulgação e promoção; formação de mão de obra especializada; e outras que eventualmente sejam necessárias;				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
☐ Atendida ☐ Parcialmente atendida ☐ Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento, do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Departamento de Infraestrutura Turística – DIETU/SNETur Informamos que o presente acórdão foi substituído pelo Acórdão nº 311/2017-TCU-Plenário que determinou novo prazo de 60 (sessenta) dias para que o Ministério do Turismo cumpra a recomendação constante do novo acórdão, como se verifica dos itens do acórdão ora transcritos: “ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em 9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, da Lei nº 8.443/1992, dos embargos de declaração opostos pela Casa Civil da Presidência da República para, no mérito, dar-lhe provimento para modificar os subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 3155/2016-TCU-Plenário, que passam a ter a seguinte redação: 9.1. recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério do Turismo que: 9.1.1. elabore, em conjunto com os Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura, além de outros cujas atribuições se vinculem ao tema, uma política nacional de gestão do patrimônio mundial da humanidade, que contemple, entre seus objetivos, a exploração turística adequada e a definição das responsabilidades das instituições em todas as instâncias federativas, na iniciativa privada e na sociedade, com vistas à estruturação do destino, de forma a torná-lo autossustentável, priorizando questões relevantes, como: padronização da sinalização, comunicação visual e atendimento ao turista; adequação da infraestrutura de transporte, hospedagem e acesso; estratégia de divulgação e promoção; formação de mão de obra especializada; e outras que eventualmente sejam necessárias; 9.1.2. apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de ação para elaboração e implantação da política a que se refere o subitem anterior ou, alternativamente, justificativa para não acolher a recomendação.”				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data de Ciência
034.526/2016-1	Acórdão nº 7054/2016-TCU- 1ª Câmara	1.7.1	Ofício nº 1305/2016-TCU/SECEX-SE	21/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SE/DIRAD/CGCV e CTCE				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. Determinações/Recomendações/Ciências: 1.7.1. determinar ao Ministério do Turismo para que, no prazo de sessenta dias, contados da notificação da decisão, ultime as providências, caso ainda não as tenha feito, para conclusão dos exames nos convênios 735866/2010, 736831/2010, 737602/2010 e 739373/2010, e para o envio das tomadas de contas especiais, se for o caso; informando a este Tribunal os resultados, no mesmo prazo;				
Situação atualizada da determinação/recomendação				
() Atendida (x) Parcialmente atendida () Não atendida				
Justificativas e medidas adotadas no caso do cumprimento, do cumprimento parcial ou do não cumprimento da determinação/recomendação do TCU.				
Coordenação-Geral de Convênios - CGCV/DIRAD/GSE 735866/2010 – Rejeitada (SEI nº 72031.002350/2017-19) 736831/2010 – Rejeitada (SEI nº 72031.002262/2017-17) 737602/2010 – Rejeitada (SEI nº 72031.002257/2017-04) 739373/2010 – Rejeitada (SEI nº 72031.002238/2017-70)				
Comissão de Tomada de Contas Especial - CTCE/DIRAD/GSE Informamos que até a presente data, 15.02.2017, esta Comissão de Tomada de Contas Especial não recebeu nenhum dos convênios acima citados para a instauração de TCE.				

Por fim, ressalta-se que os memorandos encaminhados pelas áreas técnicas do MTur à AECI foram as fontes de informações para preenchimento dos quadros de tratamento de determinações e recomendações do TCU. Assim, a classificação de atendimento (atendida ou não atendida) dessas recomendações e/ou determinações foi realizada pelas próprias áreas técnicas responsáveis desta Pasta. No entanto, informa-se que foram efetuadas algumas atualizações esparsas pela AECI, com a finalidade de apresentar dados mais fidedignos e completos.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Os documentos e as demandas que são encaminhados ao Ministério do Turismo, originários de Órgãos de Controle, como CGU e TCU, devem ser direcionados à AECI, para consolidação, conhecimento e adoção das medidas cabíveis, como previsto na Portaria GM/MTur nº 211, de 14 agosto de 2013, que estabelece, dentre outros procedimentos, a tramitação de documentos originários dos Órgãos de Controle, Ministério Público e órgãos assemelhados.

O Sistema de Controle de Demandas Externas (SCDE) foi implementado em 2013, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de controle interno, por meio da celeridade e da precisão

na execução dos processos de trabalho da AECI. Por exemplo, para agilizar o trâmite das demandas, diferentes setores do Ministério podem cadastrar os documentos originários dos Órgãos de Controle no SCDE. No entanto, de modo a concentrar a responsabilidade na AECI em acompanhar e monitorar as respostas advindas das áreas técnicas do MTur, assim como controlar os prazos para atendimento, essa Assessoria inclui as unidades técnicas responsáveis pelo atendimento da demanda e conclui essas demandas no Sistema.

Nesse contexto, a AECI expede as recomendações advindas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) às unidades do MTur responsáveis por intermédio do SCDE, monitorando o seu prazo de atendimento, bem como a pertinência e a completude das respostas apresentadas pelas áreas técnicas responsáveis do MTur. Contudo, ressalta-se que a responsabilidade pelo conteúdo final das respostas apresentadas é das áreas técnicas responsáveis, uma vez que o controle interno primário pela verificação de atendimento das recomendações é dessas áreas.

Quanto ao monitoramento das recomendações expedidas, verifica-se que esse é realizado pela AECI por meio de contatos e reuniões com as unidades responsáveis do Ministério do Turismo, ou seja, com a Secretaria-Executiva, a Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo e a Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo.

As recomendações advindas da CGU, normalmente, constam dos seguintes tipos de instrumentos: Relatórios de Auditoria Anual de Contas, Relatório de Recursos Externos, Notas de Auditoria, Relatórios de Sorteio e Relatórios de Demandas Externas (RDE).

Até 2016, o MTur utilizava o Sistema de Monitoramento do Plano de Providências Permanente (SMPPP), desenvolvido pela equipe do MTur, como ferramenta de acompanhamento e de monitoramento das recomendações exaradas pela CGU. Todavia, nesse mesmo ano, tornou-se obrigatório o uso do Sistema Monitor da CGU.

Com a implementação do Sistema Monitor, adotou-se um novo procedimento no qual cabe a cada setor do MTur inserir as informações e atualizações acerca das providências adotadas no Sistema Monitor, de modo a garantir o controle contínuo das recomendações expedidas, com vistas a apresentar à CGU o Plano de Providências Permanente dessas consignações emanadas, de cada relatório, de forma completa e atualizada, por meio de troca de informações atualizadas e sinérgicas entre a CGU e o MTur.

7.2.1 Tratamento das recomendações expedidas pela CGU, durante o exercício de 2016, no que tange à gestão de 2015 das unidades do MTur

Com o objetivo de avaliar se as unidades do MTur mantêm rotinas de acompanhamento e de atendimento das recomendações expedidas pela CGU, os gestores das unidades devem inserir, como já informado neste Relatório de Gestão, informações e dados sobre as providências adotadas no Sistema Monitor da CGU.

No Processo de Contas Anual das unidades integrantes do Ministério do Turismo, referentes à análise da gestão do exercício de 2015, o Ministério da Transparência, Fiscalização

e Controladoria-Geral da União (CGU) expediu 8 recomendações¹, por intermédio do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201601010², resultante da auditoria das contas da Secretaria-Executiva (SE), contemplando inclusive a análise de outras Secretarias desta Pasta.

A equipe de auditoria da CGU analisou os atos de gestão do período de 2015, e, como resultado, apresentou o Certificado de Auditoria, contendo as constatações com ressalvas, decorrentes de falhas, insuficiência ou deficiência na gestão que, segundo essa Controladoria, provocaram maior impacto na atuação do Ministério do Turismo.

Como a Secretaria-Executiva do MTur não possui ações programa finalísticos sob sua responsabilidade, sendo de sua responsabilidade direta os Programas de Gestão, a CGU auditou as contas referentes às ações finalísticas que compõem o Programa 2076 – Turismo, Programa finalístico do Ministério do Turismo, cuja execução é da Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur) e da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNPTur). Entre as recomendações relacionadas a essas constatações, destacam-se aquelas relacionadas ao aprimoramento das rotinas e dos controles internos administrativos no âmbito da SNETur.

Desse modo, no Relatório de Auditoria Anual de Contas 2015 da SE/MTur, averiguou-se a gestão das unidades do MTur no tocante à Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística e à Ação 14KP – Adequação da Infraestrutura Turística Pública para os Grandes Eventos Esportivos.

As principais constatações “*referem-se a deficiências relacionadas à gestão e à execução dos Contratos de Prestação de Serviços celebrados entre o Ministério do Turismo e a Caixa Econômica Federal visando à operacionalização de transferências voluntárias ou obrigatórias em infraestrutura turística, bem como a deficiências nos mecanismos de controle interno*” e são provocadas pela insuficiência de monitoramento e de controle na execução desses contratos de prestação de serviços, conforme o Certificado de Auditoria Anual de Contas da CGU. Além disso, a equipe de auditoria destacou que “*se verificou atuação deficiente e intempestiva na condução de providências relativas à consecução dos objetivos das ações governamentais*”.

Apesar das fragilidades elencadas no documento de auditoria, a CGU evidenciou, como ponto positivo da gestão da unidade prestadora de contas em 2015, o “Manual de Instruções para Contratação e Execução de Contratos de Repasse”³, que tratou sobre a “*modalidade de transferência de recursos para viabilizar principalmente as obras de infraestrutura turística executadas com recursos da Ação 10V0, ação finalística com maior materialidade executada no âmbito do Ministério do Turismo*”, de acordo com o Certificado de Auditoria Anual de Contas da CGU.

¹ Segundo a consulta realizada ao Sistema Monitor da CGU, no dia 21 de fevereiro de 2017, todas as recomendações em epígrafe encontravam-se na situação de monitoramento, aguardando a análise das providências adotadas pelos gestores do MTur e inseridas no referido Sistema.

² Disponível para acesso no link:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/relatorios/Auditoria_2016/RA201601010_link_disponibilizado_site_CGU.pdf

³ Disponível para acesso no link:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MANUAL_CONTRATOS_REPASSE_INSTRUcoes_CONTRATAcao_EXECUCAO_28_12_2016_versao_final.pdf

Diante do exposto no Relatório de Auditoria Anual 2015, o MTur criou três comissões técnicas, por meio das Portarias SNETur/MTur nº 10, nº 11 e nº 12, de 03 de agosto de 2016, compostas por três servidores cada, com o objetivo de analisar as constatações exaradas nesse documento e de propor a execução das medidas necessárias para dar cumprimento às recomendações delas decorrentes.

Entre as providências propostas pela comissão técnica da SNETur, destacou-se a criação do "Manual de Procedimentos de Acompanhamento de Tarifas – CPC – MTur/CEF"⁴, que tem como finalidade aprimorar, consolidar e formalizar a sistemática pré-existente. Ressalta-se que, até o dia 21 de fevereiro de 2017, a CGU não havia analisado as providências registradas no Sistema Monitor pelas comissões técnicas mencionadas.

Inobstante, considerando a relevância do impacto das medidas adotadas pelas unidades desta Pasta, como o aprimoramento dos controles internos, percebe-se que, juntamente com os Órgãos de Controle, o Ministério tem se empenhado na tentativa de alinhar as suas práticas e rotinas com vista a cumprir a sua missão da melhor forma possível, prestar serviços e entregar produtos adequados e com qualidade aos cidadãos.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário Exercício 2016

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
	70	----- -	----- --	-----	-----	8	95	48

Fonte: CTCE/SE

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Em relação aos pagamentos das obrigações contraídas (contratos administrativos), o MTur estabeleceu um cronograma que contempla a efetivação dos pagamentos, que tem os seus vencimentos em datas distintas e de acordo com a realização dos serviços em cada período (mês), em até 03 (três) dias úteis após o cumprimento de todos os procedimentos necessários, quais sejam: apresentação da nota fiscal; liquidação da despesa; disponibilização dos recursos financeiros correspondentes e liquidação da despesa.

⁴ Disponível para acesso no link:

http://www.turismo.gov.br/images/Manual_de_Acompanhamento_de_Pagamento_de_Tarifas_MTur_CEF.pdf

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A desoneração da folha de pagamento, promovida pela Lei nº 12.546/2011, estabeleceu a alteração da forma de apuração da contribuição previdenciária devida pelas empresas classificadas nos arts. 7º e 8º da referida Lei, pela qual essas empresas deixaram de contribuir sobre a folha de pagamento e passaram a contribuir sobre o valor da receita bruta em alíquotas fixadas conforme o setor de atuação.

Em 31 de agosto de 2015, foi publicada a Lei nº 13.161, que estabeleceu novas regras relativas à desoneração da folha de pagamento, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2015. Assim, as alíquotas da contribuição à Previdência Social passaram de 2% sobre a receita bruta para 4,5% respectivamente. Ainda, por força da referida Lei, a aplicação da desoneração tornou-se facultativa, ou seja, o contribuinte pode optar pelo modo de contribuição.

Dentre os contratos firmados com o MTur, cujas empresas são alcançadas pela desoneração da folha de pagamento, estão os Contratos Administrativos nº 020/2010, firmado com a empresa CTIS TECNOLOGIA S/A, não optante pela desoneração da folha. Ainda, o Contrato Administrativo nº 034/2015, celebrado com a empresa TELLUS S/A INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, optante pela nova regra, porém a desoneração foi considerada no momento da elaboração da proposta apresentada à época da licitação da qual a empresa restou vencedora, não havendo necessidade de revisão do contrato.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

O Plano Orçamentário 0002, vinculado à Ação Orçamentária 20Y3, é destinado principalmente à realização de campanhas para promoção do turismo no mercado nacional. São campanhas que têm como objeto as ações de Publicidade e *Marketing* relacionadas à promoção, articulação ou ainda à comercialização de destinos e roteiros turísticos, de maneira a motivar a população brasileira a viajar pelo Brasil, aumentando o fluxo do turismo doméstico.

Quanto às tipologias de ações de publicidade, informa-se que o Ministério do Turismo realiza unicamente campanhas de utilidade pública que buscam promover os destinos e roteiros turísticos, além de informar, alertar ou ainda prevenir a população quanto às normas, informações ou leis específicas do setor turístico. Em 2016, este Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, contava, inicialmente, com uma disponibilidade de verba destinada a contratos de publicidade no valor total de R\$ 17.250.000,00 milhões, divididos entre duas agências: Artplan Comunicação e Bees Publicidade. Além disso, no ano de 2016, foram empenhados para as ações de publicidade o montante de R\$ 12.371.276,26 de resultado de recursos orçamentários da própria área e de recursos sublocados para o atendimento de demandas provenientes de outros Departamentos. Em função do contingenciamento realizado, a área teve seu orçamento anual reduzido, tendo que acomodar todo seu planejamento para a nova realidade orçamentária e financeira. Ao final do ano, o Departamento recebeu um aporte de R\$ 26.500.000,00, utilizado para campanhas e

ações de incentivo ao Verão Nordeste. Há de se destacar que, ainda no mesmo ano, atendendo a uma solicitação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM-PR, o Ministério realizou uma ação publicitária de Utilidade Pública sobre a Previdência Social, no valor de R\$ 6.000.000,00.

Para o ano de 2016, estavam previstas a produção e veiculação de três campanhas publicitárias visando o incentivo ao turismo interno.

No entanto, foram realizadas 4 campanhas: Campanha Pós Olimpíada - Turismo Interno, para aproveitar o momento de orgulho nacional motivado pelo sucesso da realização dos Jogos Olímpicos; Campanha do programa Viaje Legal - demonstrando dicas de viagem inclusive direitos do consumidor; Campanha do programa Turismo acessível - com foco no *trade* acerca da importância da Acessibilidade no setor; e finalmente, uma campanha de turismo interno de incentivo a Viagens de férias para o Nordeste: Campanha Verão Nordeste, concomitante à ação publicitária da Previdência social, fruto de Termo de Execução Descentralizada, assinado entre o Ministério e a SECOM-PR.

QUADRO 7.6 – DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

(Em R\$)

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2015 / 23.695.2076.20Y3.0001	0,00	0,00
Legal	-	0,00	0,00
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	23.131.2062.4641.0001	56.121.276,26	R\$ 15.138.070,92

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP – apuração de pagamento em 31.12.2016

10. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
001/2016	Adesão Ata de Registro de Preços nº 03/2015/MP	TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA-EPP	00.013.698/0001-80	07/03/2016	06/03/2017	R\$ 225.197,70	Agenciamento de viagens para voos não atendidos pelas empresas aéreas credenciadas, domésticos e internacionais, destinados aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.	VIGENTE
002/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 002/2016	PANROTAS EDITORA LTDA	46.375.531/0001-60	14/03/2016	11/06/2016	R\$ 200.000,00	Locação de espaço e montagem especial de um lounge de 120m² e um painel na área de alimentação no Fórum PANROTAS – que será realizado no WTC Events Center, em São Paulo – SP, durante os dias 15 e 16 de março de 2016.	ENCERADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
003/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016	REED EXHIBITIONS ALCANTARA MACHADO LTDA - WTM	02.162.646/0001-09	29/03/2016	29/06/2016	R\$ 1.050.000,00	Locação de um estande institucional, piso e montagem dos 27 Estados participantes, piso e montagem Café Braztoa na <i>World Travel Market Latin America</i> que será realizado na cidade de São Paulo - SP, durante os dias 29 a 31 de março de 2016.	ENCERRADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
004/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016	HEPTA TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA	37.057.387/ 0001-22	01/06/2016	31/05/2017	R\$ 1.776.122,14	Contratação de prestação de serviços de sustentação da infraestrutura de TI do Ministério do Turismo englobando: manter a disponibilidade do ambiente de infraestrutura tecnológico do Ministério do Turismo por meio das seguintes atividades: otimizar e garantir alto desempenho do ambiente de rede, criar e manter o ambiente de virtualização, montar e configurar clusters, garantir a segurança da informação, realizar instalação de servidor Linux/Windows, criar imagens de sistemas operacionais para desktops, instalar/atualizar/remover softwares corporativos, apoiar na criação de normas e padrões relacionados a redes, realizar backups e restores, manter a disponibilidade, segurança e integridade e funcionamento do banco de dados, gerenciar, instalar e remover fisicamente ativos dentro do datacenter do Ministério do Turismo e desempenhar outras atividades, conforme o quadro de tarefas contido no anexo I do Termo de Referência e condições expressas neste Edital e em seus anexos, visando atender as demandas do MTur.	VIGENTE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
005/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 004/2016	ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS INDEPENDENTES DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – AVIESP	47.745.351/0001-95	06/04/2016	05/07/2016	R\$ 120.000,00	Locação de espaço de 104 m² e a prestação de serviço de montagem e desmontagem do estande institucional do Ministério do Turismo na 39ª AVIESP - Expo de Negócios em Turismo 2016, que será realizado na cidade de Campinas - SP, entre os dias 08 a 09 de abril de 2016	ENCER RADO
006/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 005/2016	MORETTI & COELHO LTDA - EPP	06.249.103/0001-76	20/04/2016	21/07/2016	R\$ 50.000,00	Montagem especial de um estande de 30 m2 na Feira Internacional de Turismo do Pantanal - FIT PANTANAL, que acontecerá entre os dias 20 e 24 de abril de 2016 no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá/MT.	ENCER RADO
007/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 006/2016	SINDICATO DOS GUIAS DE TURISMO DO MARANHÃO	06.697.965/0001-61	06/05/2016	05/08/2016	R\$ 60.000,00	Locação de um estande institucional de 40 m², incluindo piso e montagem, no XXXVI Congresso Brasileiro de Guias de Turismo que será realizado na cidade do Maranhão- MA, durante os dias 25 a 29 de maio de 2016	ENCER RADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
008/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 009/2016	ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS DE PORTO DE GALINHAS - AHPG	08.921.348/0001-23	18/05/2016	17/08/2016	R\$ 350.000,00	Locação de um estande institucional de 52 m², incluindo piso e montagem e um auditório de 98m² na Destination Brazil Travel Mart, que será realizado em Porto de Galinhas, entre os dias 18 a 19 de maio de 2016.	ENCER RADO
009/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 007/2016	DE ANGELI FEIRAS E EVENTOS LTDA-ME.	10.231.492/0001-80	07/06/2016	06/09/2016	R\$ 120.000,00	Locação de um estande institucional de 48 m², incluindo piso e montagem, no Festival de Turismo das Cataratas que será realizado na cidade de Foz do Iguaçu-PR, entre os dias 15 e 17 de junho de 2016.	ENCER RADO
010/2016	Pregão Eletrônico nº 03/2016	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	06.091.637/0001-17	10/06/2016	09/06/2017	R\$ 204.999,60	Prestação de serviço de Atividade Complementares, por demanda, de forma contínua, de Carregador de móveis e assemelhados, conforme quantidades e especificações descritas no Termo de Referência Anexo I do Edital.	VIGEN TE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
011/2016	Pregão Eletrônico nº 02/2016	RDJ Assessoria e Gestão Empresarial LTDA.	06.350.074/0001-34	13/07/2016	12/07/2017	R\$ 4.432.249,81	Prestação de serviços de secretariado para atender as necessidades das unidades do Mtur, de forma continuada, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	VIGENTE
012/2016	Pregão Eletrônico nº 04/2016	GMR - INTELIGÊNCIA DE MERCADO	16.832.830/0002-04	20/07/2016	06/01/2017	R\$ 894.000,00	Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa de Caracterização e dimensionamento de viagens realizadas por residentes no Brasil para acompanhamento in loco dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro, a serem realizados em agosto e setembro de 2016.	ENCERADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
013/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 011/2016	ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM DE RIBEIRÃO PRETO	01.868.035/0001-00	04/08/2016	03/11/2016	R\$ 120.000,00	Locação de espaço de um estande institucional de 128 m2, incluindo piso e montagem, na 20ª AVIRRP 2016 – que será realizada na cidade de Ribeirão Preto/SP, durante os dias 5 e 6 de agosto de 2016.	ENCER RADO
014/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 012.2016	FTN – FÓRUM DE TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS LTDA	13.346.987/00001-42	19/09/2016	18/12/2016	R\$ 50.000,00	Locação de espaço na feira de exposição com montagem de 3 (três) mesas e 9 (nove) cadeiras (3,66 m² x 3 = montagem e móveis) – horário para capacitação dos destinos e 8 (oito) credenciais – que será realizada na cidade de Florianópolis/SC, durante os dias 25 e 26 de setembro de 2016.	ENCER RADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
015/2016	Adesão à Ata de Registro de Preço nº 0001/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 0094/2015	APP SERVICE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18.775.558/0001-04	20/09/2016	19/09/2017	R\$ 30.180,00	Aquisição de 12 (doze) Scanners Grupo de Trabalho e 04 (quatro) Scanners Departamental, incluindo instalação e serviço de assistência técnica da garantia, de acordo com especificações constantes deste contrato.	VIGENTE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
016/2016	Dispensa de Licitação nº 078/2016	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	07.522.669/0001-92	09/09/2016	Indeterminado	R\$ 192.000,00	Prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a distribuidora e o consumidor, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob as identificações CEB constantes no anexo I deste contrato.	VIGENTE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
017/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 015/2016	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS - ABAV	27.287.283/0001-50	27/09/2016	27/12/2016	R\$ 2.053.503,89	Locação de espaço, montagem e desmontagem de 675 m² destinados aos Estados, 300 m² destinados ao estande do MTur, um auditório de 70 m², um lounge de negócios de 58 m², um Café Brasil de 64 m² na área da Braztoa e dois painéis na 44ª edição da ABAV – Expo Internacional de Turismo, a realizar-se entre os dias 28 a 30 de setembro de 2016, no Expo Center Norte, São Paulo/SP.	ENCER RADO
018/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 014.2016	CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA JUNIOR - ME	13.916.553/0001-30	13/10/2016	10/01/2017	R\$ 100.000,00	Locação de 70m² de piso, para montagem de <i>lounge</i> institucional, composto por 2 balcões de atendimento, 3 conjuntos de mesas bistrô e 1 jogo de sofá de 2 lugares, e 49m² de piso, para montagem de sala de capacitação, composta por 50 cadeiras, 1 balcão de atendimento, equipamento de projeção e notebook, além dos serviços de montagem e	ENCER RADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
							desmontagem desses espaços no 6º Festival de Turismo de João Pessoa	
019/2016	Pregão Eletrônico nº 01/2016	ABRANTES SOLUÇÕES LTDA	00.928.375/0001-16	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 164.935,08	Serviços técnicos de medição de sistemas – na modalidade de Fábrica de Métricas – dimensionados segundo a métrica de Ponto de Função de Contagem com base no Roteiro de Métricas de <i>Software</i> do SISP, limitado ao quantitativo máximo estimado e sem garantia de consumo mínimo.	VIGENTE

020/2016	Pregão Eletrônico nº 01/2016	CTIS TECNOLOGIA S.A	01.644.731/ 0001-32	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 4.619.968,08	Serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, compreendendo sistemas de <i>software</i> , sítios portais web, aplicações GIS (<i>Geographic Information Systems</i>), Intranet e Internet, dimensionados segundo a métrica de Análise de Pontos de Função com base no Roteiro de Métricas de <i>Software</i> do SISP, limitado ao quantitativo máximo estimado e sem garantia de consumo mínimo.	VIGEN TE

021/2016	Pregão Eletrônico nº 05/2016	PICK UP CENTER TECNOLOGIA EM PICK-UP'S E CAMINHÕES LTDA	04.339.617/ 0001-97	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 103.549,20	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de manutenção de veículos automotores, por demanda, reboque (guincho), com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, compreendendo mecânica e elétrica, lanternagem e pintura, balanceamento de roda e alinhamento de direção, assistência de socorro mecânico, capotaria e tapeçaria, troca de óleo e lubrificante, reparo e troca de pneu/roda (borracharia), ar condicionado, substituição de vidro e película de controle solar, serviço acessório de som veicular, e serviços de manutenção/revisão de veículos cobertos pela garantia de fábrica nas oficinas das empresas concessionárias do (s) fabricante (s) dos veículos, nas viaturas de propriedade do Ministério do Turismo, conforme especificações descritas no Termo de Referência.	VIGEN TE
022/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 018/2016	ROSSI E ZORZANELLO LTDA - EPP	92.081.926/ 0001-77	03/11/2016	02/02/2017	R\$ 200.000,00	Locação de espaço e montagem de 100m² destinados ao estande institucional do Ministério do	ENCER RADO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
							Turismo e a locação de salas com equipamento audiovisual no 28º Festival de Turismo de Gramado, a realizar-se de 03 a 06 de novembro de 2016, nas dependências do Centro de Eventos Serra Park, na cidade de Gramado/RS	
023/2016	Dispensa de Licitação nº 108/2016	FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	43.942.358/0001-46	07/12/2016	06/06/2018	R\$ 4.192.751,76	Realização de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil – receptivo e emissivo e contagem do fluxo turístico receptivo e emissivo aéreo no Brasil, em 2017.	VIGENTE
024/2016	Pregão Eletrônico nº 07/2016	PETRONORTE COMBUSTÍVEIS LTDA.	06.071.706/0001-20	02/01/2017	01/01/2018	R\$ 111.031,00	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, por demanda, para abastecimento dos veículos oficiais e do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Ministério do Turismo, em Brasília/DF, conforme especificações, quantitativos e condições gerais constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.	VIGENTE
025/2016	Pregão Eletrônico nº 06/2016	DANDY LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	07.446.868/0001-69	16/12/2016	15/12/2017	R\$ 335.399,95	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada,	VIGENTE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
							por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Nordeste, ITEM I, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.	
026/2016	Pregão Eletrônico nº 06/2016	FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA	04.201.934/0001-42	16/12/2016	15/12/2017	R\$ 994.530,00	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE em regiões brasileiras, sendo para seguintes itens: ITEM II – Região Sul; ITEM III – Região Norte e ITEM IV Região Sudeste, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.	VIGENTE
027/2016	Dispensa de Licitação nº 115/2016	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV	33.641.663/0001-44	27/12/2016	26/12/2017	R\$ 1.190.800,00	Contratação de serviços técnicos especializados para a realização de Sondagens de Expectativas do Consumidor – Intenção de Viagem, bem como as Sondagens Empresariais Boletim de Desempenho Econômico do	VIGENTE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016								
CT	Modalidade de Contratação	Favorecido	CNPJ	Data da Assinatura	Vigência	Valor Contratado	Objeto	Status
							Turismo – BDET e Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo - PACET	
TC nº 001/2016	Inexigibilidade de Licitação nº 008/2016	IMPrensa NACIONAL	04.196.645/0001-00	25/08/2016	24/08/2016	R\$ 250.000,00	Prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União.	VIGENTE

ANEXO II – INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade	Favorecido	CNPJ	Valor Contratado	CONTRATO	Objeto
002/2016	PANROTAS EDITORA LTDA	46.375.531/0001-60	R\$ 200.000,00	002/2016	Locação de espaço e montagem especial de um <i>lounge</i> de 120m² e um painel na área de alimentação no Fórum PANROTAS – que será realizado no WTC Events Center, em São Paulo – SP, durante os dias 15 e 16 de março de 2016.
003/2016	REED EXHIBITIONS ALCANTARA MACHADO LTDA.	02.162.646/0001-09	R\$ 1.050.000,00	003/2016	Locação de um estande institucional, piso e montagem dos 27 Estados participantes, piso e montagem Café Braztoa na <i>World Travel Market Latin America</i> que será realizado na cidade de São Paulo - SP, durante os dias 29 a 31 de março de 2016.

004/2016	ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS INDEPENDENTES DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – AVIESP	47.745.351/0001-95	R\$ 120.000,00	005/2016	Locação de espaço de 104 m² e a prestação de serviço de montagem e desmontagem do estande institucional do Ministério do Turismo na 39ª AVIESP - <i>Expo de Negócios em Turismo 2016</i> , que será realizado na cidade de Campinas - SP, entre os dias 08 a 09 de abril de 2016
005/2016	MORETTI & COELHO LTDA - EPP	06.249.103/0001-76	R\$ 50.000,00	006/2016	Montagem especial de um estande de 30 m² na Feira Internacional de Turismo do Pantanal - FIT PANTANAL, que acontecerá entre os dias 20 e 24 de abril de 2016 no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá/MT.
006/2016	SINDICATO DOS GUIAS DE TURISMO DO MARANHÃO	06.697.965/0001-61	R\$ 60.000,00	007/2016	Locação de um estande institucional de 40 m², incluindo piso e montagem, no XXXVI Congresso Brasileiro de Guias de Turismo que será realizado na cidade do Maranhão-MA, durante os dias 25 a 29 de maio de 2016
007/2016	DE ANGELI FEIRAS E EVENTOS LTDA-ME	10.231.492/0001-80	R\$ 120.000,00	009/2016	Locação de um estande institucional de 48 m², incluindo piso e montagem, no Festival de Turismo das Cataratas que será realizado

					na cidade de Foz do Iguaçu-PR, entre os dias 15 e 17 de junho de 2016.
008/2016	IMPrensa NACIONAL	04.196.645/0001-00	R\$ 250.000,00	TC 001/2016	Prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União.
009/2016	ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS DE PORTO DE GALINHAS - AHPG	08.921.348/0001-23	R\$ 350.000,00	008/2016	Locação de um estande institucional de 52 m², incluindo piso e montagem e um auditório de 98m² na <i>Destination Brazil Travel Mart</i> , que será realizado em Porto de Galinhas, entre os dias 18 a 19 de maio de 2016.
011/2016	ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM DE RIBEIRÃO PRETO	01.868.035/0001-00	R\$ 120.000,00	013/2016	Locação de espaço de um estande institucional de 128 m², incluindo piso e montagem, na 20ª AVIRRP 2016 – que será realizada na cidade de Ribeirão Preto/SP, durante os dias 5 e 6 de agosto de 2016.

012/2016	FTN – FÓRUM DE TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS LTDA	13.346.987/00001-42	R\$ 50.000,00	014/2016	Locação de espaço na feira de exposição com montagem de 3 (três) mesas e 9 (nove) cadeiras (3,66 m² x 3 = montagem e móveis) – horário para capacitação dos destinos e 8 (oito) credenciais – que será realizada na cidade de Florianópolis/SC, durante os dias 25 e 26 de setembro de 2016.
014/2016	CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA JUNIOR - ME	13.916.553/0001-30	R\$ 100.000,00	018/2016	Locação de 70m² de piso, para montagem de <i>lounge</i> institucional, composto por 2 balcões de atendimento, 3 conjuntos de mesas bistrô e 1 jogo de sofá de 2 lugares, e 49m² de piso, para montagem de sala de capacitação, composta por 50 cadeiras, 1 balcão de atendimento, equipamento de projeção e notebook, além dos serviços de montagem e desmontagem desses espaços no 6º Festival de Turismo de João Pessoa

015/2016	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS - ABAV	27.287.283/0001-50	R\$ 2.053.503,89	017/2016	Locação de espaço, montagem e desmontagem de 675 m² destinados aos Estados, 300 m² destinados ao estande do MTur, um auditório de 70 m², um <i>lounge</i> de negócios de 58 m², um Café Brasil de 64 m² na área da Braztoa e dois painéis na 44ª edição da ABAV – Expo Internacional de Turismo, a realizar-se entre os dias 28 a 30 de setembro de 2016, no Expo Center Norte, São Paulo/SP.
016/2016	HARVARD KENNEDY SCHOOL	-	R\$ 25.651,30	Nota de empenho	Contratação do Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública - Enap, em parceria com a <i>Harvard Kennedy School</i> - HKS, no período de 23/09/2016 a 17/03/2017, para o servidor Italo Oliveira Mendes.

018/2016	ROSSI E ZORZANELLO LTDA - EPP	92.081.926/0001-77	R\$ 200.000,00	022/2016	Locação de espaço e montagem de 100m² destinados ao estande institucional do Ministério do Turismo e a locação de salas com equipamento audiovisual no 28º Festival de Turismo de Gramado, a realizar-se de 03 a 06 de novembro de 2016, nas dependências do Centro de Eventos Serra Park, na cidade de Gramado/RS

ANEXO III – CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2016

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2016				
Além dos Contratos que foram celebrados em 2016, vigeram, nesse período, os seguintes:				
FAVORECIDO	CNPJ	VIGÊNCIA	VALOR (R\$)	OBJETO
PANACOPY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA	37.165.529/0001-75	07/05/2017	679.500,00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cópias e impressão monocromáticas e policromáticas, plastificação, encadernação e acabamento, incluindo fornecimento de mão de obra, para operação dos equipamentos, e de todos os insumos necessários à execução dos serviços, inclusive papel e transparências, mediante a instalação de Centrais Reprográficas.
FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA	03.585.183/0004-95	07/12/2017	8.125.000,00	Prestação dos serviços de Comunicação Institucional e de Relações Públicas, para prestar serviços de consultoria, análise, planejamento estratégico, assessoria de comunicações e relações públicas de acordo com as condições e especificações constantes deste Instrumento e do Projeto Básico - Anexo I, do Edital de Concorrência nº 01/2011
3R LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TURISMO LTDA -ME	10.660.342/0001-91	21/05/2017	789.109,20	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, sendo Motorista Executivo e Motorista de Carro Leve, objetivando suprir as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
INSTITUTO BLAISE PASCAL	07.787.415/0001-04	31/07/2017	6.698,00	Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços, por Agente de Integração, para fins de execução do estágio no âmbito do CONTRATANTE, com a atribuição de intermediar, junto às instituições de ensino médio e superior, a celebração de

				Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios.
SÂMIO BANDEIRA ME	14.860.358/0001-07	16/10/2017	40.125,00	Prestação de serviços no fornecimento e entrega diária de jornais e revistas, bem como o fornecimento das senhas de acesso <i>online</i> de todos os periódicos que disponibilizem esse serviço, conforme quantidade e especificações descritas no Edital e seus Anexos, a ser prestado para o CONTRATANTE.
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	09.168.704/0001-42	06/12/2017	112.500,00	Distribuição, pela CONTRATADA, da publicidade legal de interesse do CONTRATANTE nos Jornais de Circulação Nacional, excluindo-se a distribuição de publicidade legal feita nos órgãos ou veículos de divulgação oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	37.977.691/0007-83	22/02/2017	568.455,00	Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de serviços de instalação e manutenção, por demanda, de painéis, divisórias, portas e complementos, forros e luminárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em seu apêndice, para uso nas instalações do CONTRATANTE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA	00.360.305/0001-04	28/05/2017	697.000.000,00	Prestação de serviços pela Contratada, consistentes na operacionalização de Projetos de Infraestrutura Turística apoiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, enquadrados na Ação "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", gerida pelo CONTRATANTE, lastreados com recursos consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferência obrigatória, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pela Contratante

ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0007-07	09/12/2017	600.000,00	Prestação de Serviços de Correios e Telégrafos
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	30/12/2017	R\$ 450.555,05	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, com fornecimento de aparelho em regime de comodato, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	30/12/2017	R\$ 94.123,40	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.
FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS	43.942.358/0001-46	21/08/2017	4.187.451,00	Realização de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil – receptivo e emissivo e contagem do fluxo turístico receptivo e emissivo aéreo no Brasil, em 2016.
ANTONIO VENÂNCIO DA SILVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	00.320.523/0001-15	14/01/2018	2.311.691,52	Contrato a locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, localizado no SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco “A”, 10º e 11º Pavimentos, Edifício Super Center Venâncio 3000, Asa Norte - Brasília/DF, descritos e caracterizados na Escritura Pública expedida pelo Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.
LEVIT COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TECNOLÓGICOS LTDA - ME	11.994.821/0001-07	06/04/2017	43.500,00	Prestação de serviço de confecção e emissão de Crachás de Identificação de Guia de turismo para atender as necessidades do CONTRATANTE em âmbito nacional, de forma continuada e por demanda.

VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVIÇOS LTDA	02.605.452/0001-22	17/06/2017	88.842,00	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Centro – Oeste – Grupo 02, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
ARTPLAN COMUNICAÇÃO S/A	33.673.286/0004-78	05/03/2016	40.000.000,00	Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.
BEES PUBLICIDADE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	06.326.015/0001-20	05/03/2016		Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.
UNIFY – SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	67.071.001/0003-60	18/12/2017	94.719,68	Prestação de serviços de ampliação, atualização, virtualização e suporte técnico da solução de Telefonia VoIP do CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no Edital e seus anexos.

NIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME	09.053.350/0001-90	27/07/2017	66.000,00	Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento e implantação de solução de armazenamento e cópia de segurança de dados, com garantia (suporte e manutenção) da solução de 48 (quarenta e oito) meses, incluindo serviço de instalação e configuração e serviço de transferência de conhecimento, para o Ministério do Turismo – MTur. (STORAGE)
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111/0001-07	27/07/2017	6.000,00	Prestação de serviços de processamento de dados para prover informações do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ por meio de acesso ao serviço via WEB – INFOCONV.
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111/0001-07	21/08/2017	417.600,00	Prestação de serviços especializados de tecnologia da informação e gerenciamento de conexões à INFOVIA Brasília.
ASC SERVICE SEGURANÇA	08.875.253/0001-10	30/09/2017	1.144.857,60	Prestação de serviços de apoio as atividades administrativas de vigilância armada e desarmada, por demanda, a serem executados de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	16/11/2017	208.838,94	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), Longa Distância Nacional e Internacional e Discagem Direta Gratuita: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local a partir da cidade de Brasília através de entroncamento digital; Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Longa Distância Nacional e Internacional a partir da cidade de Brasília e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Discagem Direta Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa.
APECÊ - SERVIÇOS GERAIS LTDA	00.087.163/0001-53	17/11/2017	810.747,96	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio, incluindo-se o fornecimento de todo o material de consumo e demais equipamentos necessários, por demanda, à execução adequada dos serviços no âmbito do Ministério do Turismo,

				conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
TELLUS S/A INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES	24.935.454/0001-12	10/12/2017	6.036.366,34	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gestão, operação, administração, projeto, implementação, implantação, treinamento, suporte técnico e operacional aos servidores e colaboradores da instituição, atendimento a turistas e cidadãos em geral, através de atendimento receptivo e ativo da Central de Atendimento do Ministério do Turismo – MTur nas formas eletrônica e humana, assim como serviços especializados por demanda, abrangendo instalações físicas, infraestrutura de engenharia de redes locais de computadores e rede interna (elétrica e cabeamento estruturado), disponibilização e sustentação dos sistemas informatizados para gestão dos atendimentos, adequações ambientais, engenharia de telecomunicações (equipamentos da plataforma de comunicação de voz e integração CTI - <i>Computer Telephony Integration</i>), equipamentos, aplicativos (<i>hardware</i> e <i>software</i>), mobiliário, recursos humanos e demais recursos necessários à prestação dos serviços, de acordo com as condições expressas no Edital e em seus anexos, visando atender as demandas do MTur.
VISÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.	01.708.458/0001-62	31/03/2017	1.478.231,40	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de recepcionistas, Office Boy/Contínuo e encarregado geral conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
DMSS SOFTWARE LTDA	02.552.009/0001-30	29/01/2018	215.634,00	Contratação de serviços de atualização (upgrade) das licenças da atual solução dos módulos do <i>software</i> estatístico IBM-SPSS, além do direito de atualização da ferramenta e suporte técnico, conforme especificações descritas no Edital e seus anexos.

GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA	02.593.165/0001-40	01/01/2018	245.500,00	Prestação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação conforme especificações do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2014.
NETSAFE CORP LTDA.	03.476.184/0001-59	11/03/2017	333.000,00	Contratação de serviços de atualização de licenças incluindo assistência técnica, para solução integrada de segurança McAfee, conforme especificações descritas no Edital e seus anexos.
CLIP & CLIPPING COMUNICAÇÃO LTDA – EPP	01.658.889/0001-61	22/03/2017	94.500,00	Contratação de empresa especializada em Clipping de Vídeo para a prestação dos serviços de fornecimento de assinatura de um Banco de Dados atualizado diariamente, contendo imagens, som e textos, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.
ASC SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA.	02.961.711/0001-58	31/03/2017	1.106.137,24	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de copeiras, garçons e encarregado geral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	12/03/2017	725.641,25	Prestação de serviços pela CONTRATADA, na operacionalização dos Programas e das Ações geridos pelo CONTRATANTE, lastreados com recursos de investimentos, consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferências voluntárias, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pelo CONTRATANTE, conforme obrigações estabelecidas na Cláusula Segunda.
CEB Distribuição S.A	07.522.669/0001-92	07/09/2016	387.775,76	Fornecimento de energia elétrica para a extensão do Ministério do Turismo, situado no Shopping ID, Torre A - SCN 06, Bloco A, 10º, 11º e 12º andares, em Brasília/DF.

PRISMA Sys Informática Comércio e Representações Ltda	38.068.664/0001-65	02/05/2016	9.000,00	Aquisição de 02 (duas) licenças de <i>software</i> de consulta, extração de dados e relatórios do SIAFI que possibilite facilitar o planejamento e a análise de execução orçamentária e financeira, atendendo a demanda dos setores que promovem a administração financeira do CONTRATANTE, além de prover a transparência e otimização das ações orçamentárias.
WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	06.091.637/0001-17	11/06/2016	164.434,80	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, carregador, objetivando suprir as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
LAICOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	00.850.172/0001-54	13/07/2016	R\$ 59.945,00	Prestação de serviços continuados de manutenção de veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, compreendendo mecânica e elétrica, lanternagem e pintura, balanceamento de roda e alinhamento de direção, assistência de socorro mecânico, capotaria e tapeçaria, troca de óleo e lubrificante, reparo e troca de pneu/roda (borracharia), ar condicionado, substituição de vidro e película de controle solar, serviço acessório de som veicular, e serviços de manutenção/revisão de veículos cobertos pela garantia de fábrica nas oficinas das empresas concessionárias do (s) fabricante (s) dos veículos, nas viaturas de propriedade do Ministério do Turismo, conforme especificações descritas no Edital e seus Anexos
BANCO DO BRASIL	00.000.000/0001-91	14/08/2019	NÃO TEM VALOR	Regulamentar o estabelecimento, pelo BANCO, dos critérios para abertura de Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos de todos os "Eventos"

POSITIVO	81.243.735/0001-48	23/07/2016	R\$ 649.988,20	Aquisição de 340 microcomputadores
APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-EPP	26.423.228/0001-88	05/03/2016	1.800.304,00	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens que compreende os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de Seguro Internacional de Saúde (Seguro Viagem), para atender às necessidades de deslocamentos dos servidores, convidados e colaboradores eventuais do Órgão quando em viagem a serviço, por meio de posto de atendimento da CONTRATADA a ser instalado na CONTRATANTE.
SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA	01.608.603/0001-33	12/07/2016	3.218.314,80	Prestação de serviços de Secretariado, por demanda, de forma contínua, objetivando suprir as necessidades do Ministério do Turismo, em Brasília/DF, conforme condições e especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2010 e seus Anexos.
UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	06.320.095/0001-07	02/09/2016	134.948,50	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Sul – Grupo 04, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS	43.942.358/0001-46	10/08/2016	3.828.784,00	Realização de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil – receptivo e emissivo e contagem do fluxo turístico receptivo e emissivo aéreo no Brasil, em 2015.

AMERICA GLOBAL COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA	32.915.001/0001-52	10/06/2016	R\$ 114.110,00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário local, estadual e interestadual de móveis, bagagens e volumes em geral, destinado a mudança de domicílio de servidores e seus dependentes e deslocamentos de bens móveis deste Órgão.
TTI INFORMÁTICA REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA LTDA - ME	08.437917/0001-60	04/05/2016	1.220.500,00	Contratação de solução em proteção contra ataques de negação de serviço distribuído – DDoS, incluindo instalação, configuração e suporte técnico, conforme especificações descritas no Edital e seus anexos.
LOGCON LTDA - ME	10.293.076/0001-06	20/08/2016	223.214,09	Prestação de serviços continuados de locação de veículos, na Região Nordeste, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista devidamente habilitado, sem franquias de quilometragem, com vistas a atender às necessidades do Ministério do Turismo - MTur
LIGA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	26.972.885/0001-84	01/09/2016	329.584,44	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de ar condicionado nas dependências do Ministério do Turismo, com fornecimento de todos os materiais de consumo, peças de reposição e mão-de-obra, com utilização de peças, insumos e componentes genuínos dos respectivos fabricantes, consoante condições, especificações e exigências descritas no Pregão Eletrônico nº 001/ANA/2015 e respectivos anexos.
FGV - Fundação Getúlio Vargas	33.641.663/0001-44	27/12/2016	1.076.000,00	Contratação de serviços técnicos especializados para a realização de Sondagens de Expectativas do Consumidor – Intenção de Viagem, bem como as Sondagens Empresariais Boletim de Desempenho Econômico do Turismo – BDET e Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo - PACET.
BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA	00.097.626/0001-68	31/12/2016	R\$ 110.013,00	Fornecimento de combustíveis, por demanda, para abastecimento dos veículos oficiais e do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Ministério do Turismo, em

				Brasília/DF, conforme quantidades e especificações gerais constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital.
NCT INFORMÁTICA LTDA	03.017.428/0001-35	12.02.2017	313.750,00	Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento de firewall do tipo <i>Appliance</i> incluindo a atualização tecnológica, suporte técnico e garantia para atender as necessidades do MTur, conforme condições e especificações técnicas descritas no Edital e seus anexos.

ANEXO IV – CONTRATOS PRORROGADOS/VIGENTES 2016

CONTRATOS PRORROGADOS/VIGENTES 2016				
FAVORECIDO	CNPJ	VIGÊNCIA	VALOR (R\$)	OBJETO
PANACOPY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA	37.165.529/0001-75	07/05/2017	679.500,00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cópias e impressão monocromáticas e policromáticas, plastificação, encadernação e acabamento, incluindo fornecimento de mão de obra, para operação dos equipamentos, e de todos os insumos necessários à execução dos serviços, inclusive papel e transparências, mediante a instalação de Centrais Reprográficas.
FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA	03.585.183/0004-95	07/12/2017	8.125.000,00	Prestação dos serviços de Comunicação Institucional e de Relações Públicas, para prestar serviços de consultoria, análise, planejamento estratégico, assessoria de comunicações e relações públicas de acordo com as condições e especificações constantes deste Instrumento e do Projeto Básico - Anexo I, do Edital de Concorrência nº 01/2011
3R LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TURISMO LTDA -ME	10.660.342/0001-91	21/05/2017	789.109,20	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, sendo Motorista Executivo e Motorista de Carro Leve, objetivando suprir as necessidades da CONTRATANTE, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.

INSTITUTO BLAISE PASCAL	07.787.415/0001-04	31/07/2017	6.698,00	Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços, por Agente de Integração, para fins de execução do estágio no âmbito do CONTRATANTE, com a atribuição de intermediar, junto às instituições de ensino médio e superior, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios.
SÂMIO BANDEIRA ME	14.860.358/0001-07	16/10/2017	40.125,00	Prestação de serviços no fornecimento e entrega diária de jornais e revistas, bem como o fornecimento das senhas de acesso <i>on line</i> de todos os periódicos que disponibilizem esse serviço, conforme quantidade e especificações descritas no Edital e seus Anexos, a ser prestado para o CONTRATANTE.
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	09.168.704/0001-42	06/12/2017	112.500,00	Distribuição, pela CONTRATADA, da publicidade legal de interesse do CONTRATANTE nos Jornais de Circulação Nacional, excluindo-se a distribuição de publicidade legal feita nos órgãos ou veículos de divulgação oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
ARTPLAN COMUNICAÇÃO S/A	33.673.286/0004-78	05/03/2017	40.000.000,00	Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.

BEES PUBLICIDADE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	06.326.015/0001-20	05/03/2017		Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.
ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	37.977.691/0007-83	22/02/2017	568.455,00	Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de serviços de instalação e manutenção, por demanda, de painéis, divisórias, portas e complementos, forros e luminárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em seu apêndice, para uso nas instalações do CONTRATANTE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA	00.360.305/0001-04	28/05/2017	697.000.000,00	Prestação de serviços pela Contratada, consistentes na operacionalização de Projetos de Infraestrutura Turística apoiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, enquadrados na Ação "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", gerida pelo CONTRATANTE, lastreados com recursos consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferência obrigatória, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pela Contratante
ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0007-07	09/12/2017	600.000,00	Prestação de Serviços de Correios e Telégrafos
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	30/12/2017	R\$ 450.555,05	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, com fornecimento de aparelho em regime de comodato, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.

CLARO S/A	40.432.544/0001-47	30/12/2017	R\$ 94.123,40	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.
ANTONIO VENÂNCIO DA SILVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	00.320.523/0001-15	14/01/2018	2.311.691,52	Contrato a locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, localizado no SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco “A”, 10º e 11º Pavimentos, Edifício Super Center Venâncio 3000, Asa Norte - Brasília/DF, descritos e caracterizados na Escritura Pública expedida pelo Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.
LEVIT COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TECNOLÓGICOS LTDA - ME	11.994.821/0001-07	06/04/2017	43.500,00	Prestação de serviço de confecção e emissão de Crachás de Identificação de Guia de turismo para atender as necessidades do CONTRATANTE em âmbito nacional, de forma continuada e por demanda.
VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVIÇOS LTDA	02.605.452/0001-22	17/06/2017	88.842,00	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do CONTRATANTE na Região Centro – Oeste – Grupo 02, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
UNIFY – SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	67.071.001/0003-60	18/12/2017	94.719,68	Prestação de serviços de ampliação, atualização, virtualização e suporte técnico da solução de Telefonia VoIP do CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no Edital e seus anexos.

NIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME	09.053.350/0001-90	27/07/2017	66.000,00	Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento e implantação de solução de armazenamento e cópia de segurança de dados, com garantia (suporte e manutenção) da solução de 48 (quarenta e oito) meses, incluindo serviço de instalação e configuração e serviço de transferência de conhecimento, para o Ministério do Turismo – MTur. (STORAGE)
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111/0001-07	27/07/2017	6.000,00	Prestação de serviços de processamento de dados para prover informações do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ por meio de acesso ao serviço via WEB – INFOCONV.
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111/0001-07	21/08/2017	417.600,00	Prestação de serviços especializados de tecnologia da informação e gerenciamento de conexões à INFOVIA Brasília.
ASC SERVICE SEGURANÇA	08.875.253/0001-10	30/09/2017	1.144.857,60	Prestação de serviços de apoio as atividades administrativas de vigilância armada e desarmada, por demanda, a serem executados de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
CLARO S/A	40.432.544/0001-47	16/11/2017	208.838,94	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), Longa Distância Nacional e Internacional e Discagem Direta Gratuita: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local a partir da cidade de Brasília através de entroncamento digital; Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Longa Distância Nacional e Internacional a partir da cidade de Brasília e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Discagem Direta Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa.
APECÊ - SERVIÇOS GERAIS LTDA	00.087.163/0001-53	17/11/2017	810.747,96	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio, incluindo-se o fornecimento de todo o material de consumo e demais equipamentos necessários, por demanda, à execução adequada dos serviços no âmbito do Ministério do Turismo,

				conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
TELLUS S/A INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES	24.935.454/0001-12	10/12/2017	6.036.366,34	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gestão, operação, administração, projeto, implementação, implantação, treinamento, suporte técnico e operacional aos servidores e colaboradores da instituição, atendimento a turistas e cidadãos em geral, através de atendimento receptivo e ativo da Central de Atendimento do Ministério do Turismo – MTur nas formas eletrônica e humana, assim como serviços especializados por demanda, abrangendo instalações físicas, infraestrutura de engenharia de redes locais de computadores e rede interna (elétrica e cabeamento estruturado), disponibilização e sustentação dos sistemas informatizados para gestão dos atendimentos, adequações ambientais, engenharia de telecomunicações (equipamentos da plataforma de comunicação de voz e integração CTI - <i>Computer Telephony Integration</i>), equipamentos, aplicativos (<i>hardware</i> e <i>software</i>), mobiliário, recursos humanos e demais recursos necessários à prestação dos serviços, de acordo com as condições expressas no Edital e em seus anexos, visando atender as demandas do MTur.

Anexo V - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

QUADRO ANEXO V A – BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	210.756.397,48	185.434.775,00	Despesas Orçamentárias	902.622.243,03	686.546.051,39
Ordinárias	145.992.112,02	130.101.388,99	Ordinárias	836.429.903,03	590.284.302,99
Vinculadas	67.471.927,67	57.919.976,16	Vinculadas	66.192.340,00	96.261.748,40
Operação de Crédito		2.544.268,38	Seguridade Social (Exceto RGPS)	8.828.922,00	15.471.575,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	67.471.927,67	55.375.707,80	Operação de Crédito		36.708.815,40
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.707.642,21	-2.588.590,15	Alienação de Bens e Direitos		957.187,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	57.585.418,00	43.124.171,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.916.838.278,32	1.722.391.510,27	Transferências Financeiras Concedidas	1.146.654.545,97	1.048.243.814,85
Resultantes da Execução Orçamentária	482.289.165,58	383.198.101,27	Resultantes da Execução Orçamentária	249.580.936,27	202.329.384,42
Cota Recebida	252.928.547,07	188.540.310,70	Repasse Concedido	109.894.106,76	102.483.939,59
Repasse Recebido	115.719.552,76	94.812.345,74	Sub-repasse Concedido	113.634.742,23	99.845.444,83
Sub-repasse Recebido	113.634.742,23	99.845.444,83	Cota Devolvida	26.045.763,76	
Repasse Devolvido	6.323,52		Repasse Devolvido	6.323,52	
Independentes da Execução Orçamentária	1.434.549.112,74	1.339.193.409,00	Independentes da Execução Orçamentária	897.073.609,70	845.914.430,43
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.411.569.079,82	1.327.186.423,45	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	733.213.474,43	705.141.402,65
Demais Transferências Recebidas	4.615.511,01	798.641,81	Demais Transferências Concedidas	2.310.685,67	446.621,69
Movimentação de Saldos Patrimoniais	18.364.521,91	11.208.343,74	Movimento de Saldos Patrimoniais	161.549.449,60	140.326.408,09
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	693.387.999,03	497.992.890,74	Despesas Extraorçamentárias	753.862.385,82	695.876.373,27
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.753.879,26	5.756.308,41	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	127.119.722,59	157.282.470,37
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	689.114.576,74	491.740.356,16	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	626.585.117,83	531.057.942,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-25.801,70	158.972,20	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	157.545,40	256.999,60
Outros Recebimentos Extraorçamentários	545.344,73	337.253,97	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	7.278.960,49
Arrecadação de Outra Unidade	22,01	16,08	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		7.278.960,49
Demais Recebimentos	545.322,72	337.237,89			
Saldo do Exercício Anterior	367.753.511,57	392.600.575,07	Saldo para o Exercício Seguinte	385.597.011,58	367.753.511,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	367.753.511,57	392.600.575,07	Caixa e Equivalentes de Caixa	385.597.011,58	367.753.511,57
TOTAL	3.188.736.186,40	2.798.419.751,08	TOTAL	3.188.736.186,40	2.798.419.751,08

QUADRO ANEXO V B – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTERIO DO TURISMO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	54000 - MINISTERIO DO TURISMO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 23/02/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	45.398.445,00	45.398.445,00	197.282.333,43	151.883.888,43
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profts.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	29.341.132,00	29.341.132,00	36.464.316,00	7.123.184,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	8.852,49	8.852,49
Valores Mobiliários	29.341.132,00	29.341.132,00	36.455.463,51	7.114.331,51
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	16.057.313,00	16.057.313,00	17.535.128,15	1.477.815,15
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	14.573,90	14.573,90
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	16.057.313,00	16.057.313,00	17.520.554,25	1.463.241,25
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	36,30	36,30
Outras Receitas Correntes	-	-	143.282.852,98	143.282.852,98
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	21.838,86	21.838,86
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	143.208.226,70	143.208.226,70
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	52.787,42	52.787,42
RECEITAS DE CAPITAL	6.311.566,00	6.311.566,00	13.474.064,05	7.162.498,05
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	237.546,35	237.546,35
Alienação de Bens Móveis	-	-	237.546,35	237.546,35
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	6.311.566,00	6.311.566,00	13.236.517,70	6.924.951,70
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

QUADRO ANEXO V C – BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 23/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	6.726.487.600,38	6.673.789.174,00	PASSIVO CIRCULANTE	445.229.215,79	582.305.200,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	385.597.011,58	367.753.511,57	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.105.485,23	2.969.820,63
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6.339.214.926,08	6.304.568.874,80	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.090.087,79	5.275.602,01
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.675.662,72	1.466.787,63	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	441.033.642,77	574.059.778,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE	380.756.844,98	357.207.701,82	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.544.268,36	2.544.268,36
Ativo Realizável a Longo Prazo	164.004.582,79	141.325.798,49	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	164.004.582,79	141.325.798,49	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	2.544.268,36	2.544.268,36
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	164.004.582,79	141.325.798,49	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	59.024.837,44	59.024.837,44	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	59.024.837,44	59.024.837,44	Provisões de Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	30.895.311,13	30.895.311,13	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	28.129.526,31	28.129.526,31	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	447.773.484,15	584.849.469,24
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	152.966.736,41	150.820.547,20			
Bens Móveis	11.754.681,08	14.312.428,84			
Bens Móveis	24.930.204,88	24.571.931,59			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-13.025.379,66	-10.200.384,12			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-150.144,14	-59.118,63			
Bens Imóveis	141.212.055,33	138.508.118,36			
Bens Imóveis	141.257.481,54	138.515.435,31			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-45.426,21	-7.316,95			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	4.760.688,34	6.036.518,69			
Softwares	3.776.475,68	5.052.306,03			
Softwares	3.776.475,68	5.052.306,03			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			

QUADRO ANEXO V D – DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 23/02/2017	PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	45.785.927,60	-18.732.856,32
INGRESSOS	2.114.640.154,78	1.898.536.057,80
Receitas Derivadas e Originárias	197.282.297,13	175.648.321,36
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	36.645,49	76.589,14
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	17.535.128,15	16.698.179,01
Remuneração das Disponibilidades	36.427.670,51	31.348.408,52
Outras Receitas Derivadas e Originárias	143.282.852,98	127.525.144,69
Transferências Correntes Recebidas	36,30	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	36,30	-
Outros Ingressos das Operações	1.917.357.821,35	1.722.887.736,44
Ingressos Extraorçamentários	-25.801,70	158.972,20
Transferências Financeiras Recebidas	1.916.838.278,32	1.722.391.510,27
Arrecadação de Outra Unidade	22,01	16,08
Demais Recebimentos	545.322,72	337.237,89
DESEMBOLSOS	-2.068.854.227,18	-1.917.268.914,12
Pessoal e Demais Despesas	-245.349.308,24	-205.941.491,48
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-7.038.867,59	-2.946.075,69
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-57.201,21	-60.877,19
Previdência Social	-20.660.596,66	-20.466.174,23
Saúde	-1.458.162,01	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-788.816,65	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-

QUADRO ANEXO V E – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTERIO DO TURISMO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	54000 - MINISTERIO DO TURISMO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Enoerrado)
EMISSION 23/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	0,23	0,80	-	5.682.293.043,84	-	-	5.682.293.044,87
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	512.580,74	-	-	512.580,74
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	85.053,81	-	-	85.053,81
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	763.256.727,16	-	-	763.256.727,16
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-0,23	-0,80	-	1,03	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	6.446.147.406,58	-	-	6.446.147.406,58

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	6.446.147.406,58	-	-	6.446.147.406,58
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-553.402.212,10	-	-	-553.402.212,10
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-1.282.266,59	-	-	-1.282.266,59
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	768.605.668,90	-	-	768.605.668,90
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-597.635,58	-	-	-597.635,58
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	6.659.470.961,21	-	-	6.659.470.961,21

QUADRO ANEXO V F – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO

EMISSION 23/02/2017	PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.651.241.211,11	2.229.885.813,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	23.426,39	1,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	23.426,39	1,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	55.367.050,39	48.976.292,14
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	17.520.554,25	16.710.506,25
Juros e Encargos de Mora	186.264,41	826.065,64
Variações Monetárias e Cambiais	1.069.064,73	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	36.591.167,00	31.439.720,25
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.169.822.524,18	1.723.773.974,94
Transferências Intragovernamentais	2.135.460.919,35	1.723.046.941,77
Transferências Intergovernamentais	30.526.700,78	-
Transferências das Instituições Privadas	36,30	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.834.867,75	727.033,17
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	80.608.377,55	84.655.623,25
Reavaliação de Ativos	36.876,08	1.153,04
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	11.696.593,96
Ganhos com Desincorporação de Passivos	80.571.501,47	72.957.876,25
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	345.419.832,60	372.479.922,42
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	237.546,35	-
Resultado Positivo de Participações	27.793,00	66.834,52
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Nota explicativa das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Ministério do Turismo - MTur são extraídas diretamente do SIAFI-CPR, sistema 2016. Todas foram exportadas do sistema com a periodicidade anual, exceto a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, extraída com a periodicidade mensal (Dezembro Encerrado), devido à limitação do sistema.

As informações lançadas no relatório de tratamento contábil de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos - NBCT 16.9 e 16.10, acerca da depreciação de bens do MTur podem ser confirmadas por meio do Balanço Patrimonial - BP e Demonstração de Variação Patrimonial – DVP.

Para a granularidade, constam somente os dados do órgão Ministério do Turismo e desconsiderado os do órgão vinculado, Embratur.

ANEXO VI – Informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados e demonstrações contábeis do Fungetur

DECLARAÇÃO COM RESSALVA SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR											
DECLARAÇÃO COM RESSALVA											
Denominação completa:			Código da UG:								
Fundo Geral de Turismo - Fungetur			187002								
De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e de Mutação do Patrimônio Líquido), regidos pela lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2016, dos órgãos subordinados relacionados abaixo, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a ressalva apresentada abaixo: Ressalvas: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Restrição</th> <th>Equação</th> <th>Nome da equação</th> <th>Regularizada ao longo do exercício em</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>315</td> <td>-</td> <td>Falta de Conformidade de Registro de Gestão</td> <td>Não se aplica</td> </tr> </tbody> </table> Conforme Macrofunção 020314 - Conformidade de Registro de Gestão, a referida conformidade deverá ser registrada em até 3 dias úteis, a contar da data do registro da operação no SIAFI. Após este período não se aplica regularizar a restrição posteriormente.				Restrição	Equação	Nome da equação	Regularizada ao longo do exercício em	315	-	Falta de Conformidade de Registro de Gestão	Não se aplica
Restrição	Equação	Nome da equação	Regularizada ao longo do exercício em								
315	-	Falta de Conformidade de Registro de Gestão	Não se aplica								
Local	Brasília-DF		Data								
			23 de fevereiro de 2017								
Contador Responsável	Hugo Araújo Lucena		CRC nº								
			DF 023.095/O-4								



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

ÓRGÃO SUPERIOR 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

EMISSION
31/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	67.240.347,36	55.210.400,23	Despesas Orçamentárias	51.565.418,00	44.081.358,00
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	67.240.347,36	55.210.400,23	Vinculadas	51.565.418,00	44.081.358,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	67.240.347,36	55.210.400,23	Alienação de Bens e Direitos	-	957.187,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	51.565.418,00	43.124.171,00
Transferências Financeiras Recebidas	13.236.517,70	7.242.185,28	Transferências Financeiras Concedidas	13.236.517,70	7.242.185,28
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	13.236.517,70	7.242.185,28	Independentes da Execução Orçamentária	13.236.517,70	7.242.185,28
Movimentação de Saldos Patrimoniais	13.236.517,70	7.242.185,28	Movimento de Saldos Patrimoniais	13.236.517,70	7.242.185,28
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	51.565.418,00	44.081.358,00	Despesas Extraorçamentárias	35.915.302,00	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	51.565.418,00	44.081.358,00	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	35.915.302,00	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-78.402,72	-78.402,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	78.402,72	78.402,72	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Demais Recebimentos	78.402,72	78.402,72			
Saldo do Exercício Anterior	278.089.985,18	222.879.584,95	Saldo para o Exercício Seguinte	309.415.030,54	278.089.985,18
Caixa e Equivalentes de Caixa	278.089.985,18	222.879.584,95	Caixa e Equivalentes de Caixa	309.415.030,54	278.089.985,18
TOTAL	410.132.268,24	329.413.528,46	TOTAL	410.132.268,24	329.413.528,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

ÓRGÃO SUPERIOR 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	45.253.852,00	45.253.852,00	53.766.283,31	8.512.431,31
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	29.196.539,00	29.196.539,00	36.245.729,06	7.049.190,06
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	29.196.539,00	29.196.539,00	36.245.729,06	7.049.190,06
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	16.057.313,00	16.057.313,00	17.520.554,25	1.463.241,25
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	16.057.313,00	16.057.313,00	17.520.554,25	1.463.241,25
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	6.311.566,00	6.311.566,00	13.474.064,05	7.162.498,05
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	237.546,35	237.546,35
Alienação de Bens Móveis	-	-	237.546,35	237.546,35
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	6.311.566,00	6.311.566,00	13.236.517,70	6.324.951,70
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSION
31/01/2017

PAGINA
2

SUBTÍTULO 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

ÓRGÃO SUPERIOR 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	51.565.418,00	51.565.418,00	67.240.347,36	15.674.929,36
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	51.565.418,00	51.565.418,00	67.240.347,36	15.674.929,36
TOTAL	51.565.418,00	51.565.418,00	67.240.347,36	15.674.929,36
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESA DE CAPITAL	51.565.418,00	51.565.418,00	51.565.418,00	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	51.565.418,00	51.565.418,00	51.565.418,00	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DA DESPESA	51.565.418,00	51.565.418,00	51.565.418,00	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 31/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	51.565.418,00	51.565.418,00	51.565.418,00	-	-	-
SUPERÁVIT			15.674.929,36			-15.674.929,36
TOTAL	51.565.418,00	51.565.418,00	67.240.347,36	-	-	-15.674.929,36

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	35.915.302,00	44.081.358,00	35.915.302,00	35.915.302,00	-	44.081.358,00
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	35.915.302,00	44.081.358,00	35.915.302,00	35.915.302,00	-	44.081.358,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	35.915.302,00	44.081.358,00	35.915.302,00	35.915.302,00	-	44.081.358,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 31/01/2017	PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	310.758.268,39	279.333.223,03	PASSIVO CIRCULANTE	-	640.211,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	309.415.030,54	278.089.985,18	Obrigações Trabalh., Previd. e Aseg. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.343.237,85	1.243.237,85	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	-	640.211,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE	217.512.282,11	194.833.497,81	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	164.004.582,79	141.325.798,49	Obrigações Trabalh., Previd. e Aseg. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	164.004.582,79	141.325.798,49	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	164.004.582,79	141.325.798,49	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	53.507.699,32	53.507.699,32	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	53.507.699,32	53.507.699,32	Provisões de Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	25.378.173,02	25.378.173,02	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	28.129.526,30	28.129.526,30	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	640.211,99
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 31/01/2017	PAGINA 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	528.270.550,50	474.166.720,84	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	528.270.550,50	474.166.720,84

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	309.415.030,54	278.089.985,18	PASSIVO FINANCEIRO	95.646.776,00	80.636.871,99
ATIVO PERMANENTE	218.855.519,96	196.076.735,66	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	432.623.774,50	393.529.848,85

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	213.768.254,54
Alienação de Bens e Direitos	-957.187,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	214.725.441,54
TOTAL	213.768.254,54



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
31/01/2017

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

ÓRGÃO SUPERIOR 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	53.766.283,31	47.968.214,95
INGRESSOS	67.002.801,01	55.210.400,23
Receitas Derivadas e Originárias	53.766.283,31	47.968.214,95
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	27.793,00	66.834,52
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	17.520.554,25	16.710.506,25
Remuneração das Disponibilidades	36.217.936,06	31.190.874,18
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	13.236.517,70	7.242.185,28
Ingressos Extraorçamentários	-78.402,72	-78.402,72
Transferências Financeiras Recebidas	13.236.517,70	7.242.185,28
Demais Recebimentos	78.402,72	78.402,72
DESEMBOLSOS	-13.236.517,70	-7.242.185,28
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

EMIÇÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-13.236.517,70	-7.242.185,28
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-13.236.517,70	-7.242.185,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.441.237,95	7.242.185,28
INGRESSOS	13.474.064,05	7.242.185,28
Alienação de Bens	237.546,35	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.236.517,70	7.242.185,28
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-35.915.302,00	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-35.915.302,00	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual

EMIÇÃO 31/01/2017	PÁGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.325.045,36	55.210.400,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	278.089.985,18	222.879.584,95
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	309.415.030,54	278.089.985,18



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ORGAO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

EMISSION
31/01/2017

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	67.980.559,35	55.210.400,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	53.738.490,31	47.901.380,43
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	17.520.554,25	16.710.506,25
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	36.217.936,06	31.190.874,18
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	13.336.517,70	7.242.185,28
Transferências Intragovernamentais	13.236.517,70	7.242.185,28
Transferências Intergovernamentais	100.000,00	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	640.211,99	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	640.211,99	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	265.339,35	66.834,52
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	237.546,35	-
Resultado Positivo de Participações	27.793,00	66.834,52
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR

ÓRGÃO SUPERIOR 54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

EMIÇÃO
31/01/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.236.517,70	7.803.994,55
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	13.236.517,70	7.242.185,28
Transferências Intragovernamentais	13.236.517,70	7.242.185,28
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	561.809,27
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	561.809,27
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
31/01/2017

PÁGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	187002 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR
ÓRGÃO SUPERIOR	54901 - FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	54.744.041,65	47.406.405,68

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

01 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei nº 6.404/1976, atualizados pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.949/2009, e da Lei nº 4.320/1964, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União.

02 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento aprovado para o exercício de 2017 foi de R\$ 66.762.990,00 (Sessenta e seis milhões, setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e noventa reais), o que gerou um acréscimo de 22% em relação ao exercício anterior.

A arrecadação da receita corrente foi de R\$ 47.968.214,95 (Quarenta e sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos).

A arrecadação da receita de capital foi de R\$ 7.242.185,28 (Sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

03 - BALANÇO FINANCEIRO

Receitas Patrimoniais monta R\$ 36.245.729,06 (Trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais e seis centavos), referem-se:

- Rendimentos sobre aplicações da Conta Única do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 36.217.936,06 (Trinta e seis milhões, duzentos e dezessete mil, novecentos e trinta e seis reais e seis centavos), e
- Dividendos recebidos no valor de R\$ 27.793,00 (Vinte e sete mil, setecentos e noventa e três reais).

Receitas de Serviços no total de R\$ 17.520.554,25 (Dezessete milhões, quinhentos e vinte mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) refere-se à remuneração dos juros cobrados dos Mutuários em relação aos financiamentos concedidos pelos Agentes Financeiros, com recursos pertencentes ao FUNGETUR.

Amortização de Empréstimos/Financiamentos no total de R\$ 13.236.517,70 (Treze milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e dezessete reais e setenta centavos) refere-se aos recursos financeiros recolhidos pelos Agentes Financeiros, relativos à amortização de dívida proveniente de operações de créditos com recursos do FUNGETUR.

Disponibilidade para o exercício seguinte monta em R\$ 309.415.030,54 (Trezentos e nove milhões, quatrocentos e quinze mil, trinta reais e cinquenta e quatro centavos).

04 - BALANÇO PATRIMONIAL

Empréstimos e Financiamentos, o saldo de R\$ 163.179.293,00 (Cento e sessenta e três milhões, cento e setenta e nove mil, duzentos e noventa e três reais), esses recursos são disponibilizados à Caixa Econômica Federal para financiamentos de empreendimentos, obras

e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional, de acordo com o parágrafo único do art. 19 do Decreto-lei n. 55, de 18 de novembro de 1966.

Contas Patrimoniais:

A conta 1.1.2.2.9.08.00 – Diversos Responsáveis, constitui direito do Fungetur em relação aos processos de Tomadas de Contas Especiais, oriundos dos convênios não aprovados. Atualmente, a conta apresenta a monta de R\$ 944.602,77 (Novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e setenta e sete centavos).

A conta 1.2.2.1.1.01.01 – Participações em empresas (MEP), representa os investimentos em que o Fungetur tem influência significativa, a conta apresenta o montante de R\$ 25.378.173,02 (Vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, cento e setenta e três reais e dois centavos).

A conta 1.2.2.1.1.02.01 – Participações em empresas (CUSTOS), representa as demais participações do Fungetur, em que o investimento não tem influência significativa, a conta apresenta a monta de R\$ 28.129.526,30 (Vinte e oito milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta centavos).

A conta Depósitos recebidos para recursos judiciais no valor de R\$ 78.402,72 (Setenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e setenta e dois centavos) foi baixada devido a prescrição dos lançamentos realizados anteriormente a julho de 1996, referente aos registros de depósito a redução de imposto de renda e correção de juros de empresas hoteleiras.

05 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Este demonstrativo pode ser comparado à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) exigida pela Lei nº 6.404/1976, considerando que nessa demonstração calcula-se a apuração do resultado.

O resultado patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 demonstra um resultado superavitário em R\$ 54.744.041,65 (Cinquenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos).